



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**RICARDO MOURA BRAGA CAVALCANTE**

**CONFIANÇA, CONHECIMENTO E PODER: ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE  
INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR NO CEARÁ**

**FORTALEZA  
2016**

RICARDO MOURA BRAGA CAVALCANTE

CONFIANÇA, CONHECIMENTO E PODER: ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE  
INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR NO CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá

FORTALEZA  
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C364c Cavalcante, Ricardo Moura Braga.  
Confiança, conhecimento e poder : análise das atividades de inteligência da PM no Ceará  
/ Ricardo Moura Braga Cavalcante. – 2016.  
438 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

1. polícia militar. 2. inteligência policial. 3. sistema de justiça criminal. 4. confiança. I.  
Título.

CDD 301

---

RICARDO MOURA BRAGA CAVALCANTE

CONFIANÇA, CONHECIMENTO E PODER: ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE  
INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR NO CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em 12 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. César Barreira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu pai, João Antonio B. Cavalcante  
(*in memoriam*), que me proporcionou  
o gosto pela leitura

À minha mãe, Maria Urbani,  
que me ensinou a ter coragem  
e gosto pela vida

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a quem me ajudou de maneira direta e indireta para a realização deste trabalho. Levar a cabo uma tese é uma atividade predominantemente solitária, contudo diversas pessoas nos acompanham ao longo dessa jornada, como quem oferece água ao maratonista extenuado faltando poucos metros para a linha de chegada. Inicio meus reconhecimentos pelo meu orientador, professor Leonardo Damasceno de Sá, que acreditou em mim desde o envio do primeiro projeto para o doutorado. Com a colaboração dele, pude transpor diversas limitações, chegando a lugares em que nunca imaginei que poderia alcançar no mundo acadêmico, desvelando mundos novos do conhecimento. Espero que essa parceria de quatro anos se estenda por mais tempo e que essa nossa usina de ideias e de pesquisas se mantenha sempre em atividade.

Sempre generoso e atento, aprendi muito sobre o fazer científico e, principalmente, sobre a ética profissional. Certamente levo isso comigo na minha nova versão de pesquisador doutor em Sociologia.

Agradeço a Érika por ter suportado toda a pressão que o mundo acadêmico exerce sobre quem ousa penetrá-lo. Companheira fiel, leitora atenta e uma confidente sempre paciente das minhas intermináveis elucubrações sobre o trabalho. Desculpe todos os aborrecimentos e as iras. Tales e Saulo, obrigado por entender as ausências de corpo presente do papai. Vamos retomar logo nossas histórias noturnas e brincadeiras. Saulo, você não sabe o quanto foi importante ter cuidado de mim enquanto eu estava deitado no chão atônito com o laptop descarregado sobre os peitos. Essa tese é de vocês dois assim como todo o esforço que tenho feito ao longo desses anos.

Agradeço ao professor César Barreira por ter participado de minha banca de dissertação e ter acolhido a minha proposta de estudo para o doutorado, além de estabelecer essa ponte entre mim e o Leonardo. Sou grato pelas observações, em especial as que foram formuladas na qualificação, e por me guiar nas veredas do fazer científico.

Agradeço ao professor Geovani Jacó por me orientar no mestrado, fazendo com que eu desse os meus primeiros passos na pós-graduação, e por estar presente na minha banca de monografia, quando eu ainda era estudante de Ciências Sociais

na UECE. Sua arguta reflexão é fonte inspiradora, bem como o modo como redige seus textos, alternando refinamento literário à consistências empírica-teórica do cientista. Isso sem falar no ser humano de uma leveza ímpar que nos ensina que é possível unir saber e sabor à vida. Ao professor José Vicente Tavares, por ter participado do processo de avaliação do trabalho como membro da banca e à professora Jânia Aquino, pelas contribuições ainda na época da qualificação. Faço uma menção especial aos professores Luiz Fábio e Marcos Silva. O primeiro por ser um contemporâneo nessa jornada, mostrando-me as plenas possibilidades que a vida acadêmica pode representar. O segundo por ter me servido como referência na construção dos textos de qualificação e da tese em si, com a riqueza do seu trabalho como pesquisador. Sou grato a Wendell Barbosa pelos *insights* que me provocou ao descrever uma realidade bastante semelhante à minha, só que do lado “público” da polícia, o do policiamento ostensivo. Agradeço aos demais professores e colegas de turma pelas considerações que permitiram ampliar o alcance e relevância desta tese.

Agradeço aos meus amigos da vida por terem torcido tanto por mim e terem me acompanhado em uma trajetória que se inicia ainda quando eu era um adolescente sem rumo e sem prumo. A Ricardo George e Flávio Almeida, por serem minha inspiração na minha formação como gente e por terem me ensinado tanta coisa naquela Festa do Padroeiro, a Luís Carlos, meu cumpadre, pelos cuidados que tem comigo e com meus filhos, Jean James, exemplo de amigo e de pessoa, Flávio Marcus e Sérgio Wagner, meu dois primeiros colegas de trabalho e de sonhos profissionais, e Joatan Freitas, por ser um amigo tão afetuoso e acolhedor.

Agradeço aos colegas de trabalho, em especial ao meu supervisor, Nicodemos, por terem compreendido a minha aflição ao longo dessa pesquisa. À Helenira, pela torcida, por compartilhar de sua experiência como doutoranda e ter me dado uma “ruma” de livros. Durante a revisão, agradeço demais o suporte inestimável dado pela minha querida Alice, que tanto soube me dar as condições necessárias e o estímulo para fechar esse ciclo.

Embora seja a última, essa menção não é a menos importante. Agradeço aos PMs que confiaram e se dispuseram a conversar comigo para relatar suas histórias e trajetórias de vida na corporação. Este trabalho não seria possível sem essa colaboração. Sou grato ainda aos demais interlocutores nas polícias civil e militar, que me auxiliaram a compreender melhor esse universo tão restrito.

## RESUMO

Esta tese investiga a atividade de inteligência na Polícia Militar do Ceará. A inteligência policial compreende a coleta e a gestão de informações que deverão resultar em conhecimento relevante para a tomada de decisão dos comandantes. Para tanto, os PMs que atuam nessa área precisam desenvolver uma série de habilidades cognitivas e interpessoais, além de constituir uma rede de informantes baseada fundamentalmente no sigilo e na confiança, dois conceitos eminentemente sociológicos. Ao contrário dos PMs que atuam no policiamento ostensivo, os agentes do Serviço Reservado - um dos nomes pelos quais essa atividade é conhecida - não trajam farda e possuem maior autonomia de ação. Por causa disso, eles atuam numa tênue linha moral, permeada por ilegalismos diversos. Na presente pesquisa, busco compreender a atuação desses policiais e como a inteligência policial se insere no funcionamento do sistema de justiça criminal a partir de uma estratégia teórico-metodológica que se fundamenta nos relatos e nas percepções que os agentes de inteligência possuem acerca da atividade que desempenham.

**Palavras-chave:** Polícia Militar. Inteligência Policial. Sistema de Justiça Criminal. Confiança.



## **ABSTRACT**

This thesis investigates the intelligence activity in the Military Police of Ceará. The police intelligence involves the collection and management of information that should result in relevant knowledge for decision making of the commanders. Therefore, the PMs working in this area need to develop a range of cognitive and interpersonal skills as well as building a network of informants fundamentally based on secrecy and trust, two eminently sociological concepts. Unlike PMs operating in ostensible policing, the agents of the Reserved Service - one of the names by which this activity is known – don't wear uniforms and have greater autonomy of action. Because of this, they act in a thin moral line permeated by various illegalisms. In the present research, I seek to understand the performance of these policemen and how the police intelligence integrates the functioning of the criminal justice system from a theoretical and methodological strategy that is based on the reports and perceptions that intelligence agents have about their own activity.

**Keywords:** Military Police. Police Intelligence. Criminal Justice System. Trust.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Brasão da FTA durante uma ação conjunta de apreensão de drogas com a Polícia Rodoviária Federal (PRF).....	124
Figura 2 - AIS no Ceará.....	127
Figura 3 - AIS Fortaleza.....	128
Figura 4 - Interface visual do <i>Zello</i> .....	168
Figura 5 - Barulho de tiros causa confusão nas ruas do Vila Velha .....	260
Figura 6 - Policiais correm ao encalço dos assaltantes, que se dirigem a um condomínio. A ação é filmada por diversas equipes de TV .....	2600
Figura 7 - Condomínio é cercado por policiais civis e militares .....	260
Figura 8 - Policiais acessam os fundos de um dos blocos.....	261
Figura 9 - Policiais forçam portão que dá acesso ao esconderijo.....	262
Figura 10 - Aplausos e gritos de comemoração marcam o fim da caçada. Um homem grita ao fundo: “quem manda aqui é a polícia!” .....	262
Figura 11 - Preso durante perseguição é levado sob a escolta da polícia e o olhar atento dos moradores .....	263
Figura 12 - Helicóptero da Ciopaer sobrevoa local da perseguição na tentativa de localizar o motorista que transportava os acusados .....	263
Figura 13 - Mapa do Município de Eusébio .....	272
Figura 14 - Mapa político do Município de Eusébio .....	273
Figura 15 - Reprodução de ilustração do Diário do Nordeste.....	292
Figura 16 - Cartaz do movimento Fortaleza Apavorada .....	298
Figura 17 - Fac-símile do ofício encaminhado pelo Sinpol e pela Adepol.....	353
Figura 18 - Material produzido pelo Sinpol denunciando atividade da P2.....	358

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACSCE	Associação de Cabos e Soldados do Ceará
ADEPMCE	Associação das Esposas de Policiais Militares do Ceará
ASPRAMECE	Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Ceará.
ASPROSPC	Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará
BPG	Batalhão de Policiamento de Guarda
CAOCRIM	Centro de Apoio Operacional Criminal, da Execução Criminal e Controle Externo da Atividade Policial
CDPMCE	Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará
CI	Contra-Inteligência
CIISP	Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública
CIOPAER	Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas
CIOPS	Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança
CPC	Coordenadoria do Comando de Policiamento da Capital
CPI	Coordenadorias dos Comandos de Policiamento do Interior
CCPM	Coordenadoria do Comando de Policiamento Metropolitano
CGD	Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Agentes Penitenciários do Estado do Ceará
CGOSSDS	Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará
CIISP	Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública
CIM	Centro de Inteligência da Marinha
CIP	Coordenadoria de Inteligência Policial
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COE	Comando de Operações Especiais
COIN	Coordenadoria de Inteligência
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPCOM	Coordenadoria de Polícia Comunitária
CPI	Comando de Policiamento do Interior

CPM	Comando de Policiamento Metropolitano
CPESP	Coordenadoria de Policiamento Especializado
DINT	Diretoria de Inteligência
DNISP	Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ESNI	Escola Nacional de Informações
GATE	Grupo de Ações Táticas Especiais
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
ISP	Inteligência de Segurança Pública
LEP	Lei de Execuções Penais
LOB	Lei de Organização Básica da PMCE
MJ	Ministério da Justiça
PMBA	Polícia Militar do Estado da Bahia
PMCE	Polícia Militar do Estado do Ceará
PMRJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMSP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SEI	Serviço Estadual de Informações
SEISP	Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Ceará
SEJUS-CE	Secretaria de Justiça do Ceará
SINDES	Sistema Integrado de Defesa Social
SIP	Sistema de Informações Policiais
SIPOM	Sistema de Inteligência da Polícia Militar
SISB	Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
SNI	Serviço Nacional de Informações
SSPDC	Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: QUANDO ESTAR EM CAMPO É ESTAR EM CAMPANA.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Violência e criminalidade urbana: breve panorama dos estudos sobre polícia .....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 Inteligência Policial: uma área fecunda de problematizações e estudos.....</b>	<b>32</b>
<b>1.3 Ciências sociais e inteligência policial: atividades simétricas, interesses conflitantes .....</b>	<b>36</b>
<b>1.4 Investigando a inteligência policial e seus praticantes .....</b>	<b>42</b>
<b>1.5 Um campo intermitente e confrontador.....</b>	<b>52</b>
<b>1.6 Entrando na rede .....</b>	<b>56</b>
1.6.1 Ulisses .....	62
1.6.2 Martins .....	62
1.6.3 Ranulfo, Felipe, Néelson e Gérson .....	63
1.6.4. Paulo e Guilherme .....	63
1.6.5 Osvaldo.....	64
1.6.6 Hugo .....	64
<b>2 DOS “SECRETAS” À INTELIGÊNCIA POLICIAL: HISTÓRICO DE UMA POLÍCIA VELADA E DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>67</b>
<b>2.1 Policiamento velado a mando da oligarquia Acioly.....</b>	<b>67</b>
<b>2.2 Uma polícia política .....</b>	<b>71</b>
2.2.1 O manual “vermelho” de inteligência de Luiz Apollonio .....	72
<b>2.3 Serviço Estadual de Informações (SEI) .....</b>	<b>75</b>
<b>2.4 Um agente a serviço do Estado policial .....</b>	<b>77</b>
<b>2.5 2ª Seção da Polícia Militar: um braço do Exército na segurança pública ....</b>	<b>82</b>
<b>2.6 Situação atual do Serviço Reservado.....</b>	<b>90</b>
2.6.1 Inteligência de Estado versus Inteligência de Segurança Pública .....	92
<b>2.7 Transformações na segurança pública pós-1997 - parte 1: integração e modernização na segurança pública do Ceará .....</b>	<b>94</b>
<b>2.8 Transformações na segurança pública pós-1997 - parte 2: a construção de um sistema de inteligência policial .....</b>	<b>99</b>
<b>2.9 Excurso: uma doutrina sobre a inteligência policial .....</b>	<b>102</b>

<b>2.10 Transformações na segurança pública pós-1997 - parte 3: as idas e vindas da inteligência de segurança pública no Ceará.....</b>	<b>107</b>
<b>2.11 De CIISP à Coin .....</b>	<b>109</b>
<b>2.12 Reservados e Coin .....</b>	<b>112</b>
<b>2.13 Reservado sob ameaça.....</b>	<b>114</b>
<b>2.14 "Quis custodiet ipsos custodes? .....</b>	<b>115</b>
<b>3 INTELIGÊNCIA POLICIAL: O BRAÇO SIGILOSO DA PM .....</b>	<b>118</b>
<b>3.1 Uma polícia militarizada.....</b>	<b>118</b>
<b>3.2 Estrutura organizacional da PMCE .....</b>	<b>120</b>
<b>3.3 Funcionamento dos Grandes Comandos da PMCE .....</b>	<b>122</b>
<b>3.4 Distribuição operacional e territorial da PMCE .....</b>	<b>126</b>
<b>3.5 “Com uma ligação eu resolvi um caso” .....</b>	<b>128</b>
<b>3.6 Entre cangas e cobaias.....</b>	<b>132</b>
<b>3.7 “A equipe tem de me dar produção, tem de me dar conhecimento” .....</b>	<b>134</b>
<b>3.8. Tudo começa com um “bizu” .....</b>	<b>136</b>
<b>3.9 Armando o bote, preparando o estouro .....</b>	<b>141</b>
<b>3.10 Denúncias da população como fonte primária de informação .....</b>	<b>144</b>
<b>3.11 Critérios de entrada no universo do sigilo.....</b>	<b>149</b>
<b>3.12 A escola é a “rua” .....</b>	<b>153</b>
<b>3.13 Um ser polícia incorporado .....</b>	<b>157</b>
<b>3.14 Fardados versus paisanos .....</b>	<b>161</b>
<b>3.16 “O celular funciona mais que o rádio da polícia” .....</b>	<b>168</b>
<b>3.16 Em campo com os Reservados .....</b>	<b>173</b>
<b>4 TRAMANDO REDES DE CONFIANÇA e SIGILO .....</b>	<b>178</b>
<b>4.1 Confiança: um conceito eminentemente sociológico .....</b>	<b>181</b>
<b>4.2 Confiança: entre o crédito, a confiabilidade e a confiança .....</b>	<b>186</b>
4.2.1 Confiança como crédito pessoal .....	189
4.2.2 Sinais de confiabilidade .....	194
4.2.3 Confiança como confiança .....	201
<b>4.3 Agenciamentos policiais em rede .....</b>	<b>210</b>
<b>4.4 Policiais-ponte.....</b>	<b>215</b>
<b>4.5 Rompendo a “lei do silêncio” .....</b>	<b>220</b>
<b>5 IDENTIFICAR, BUSCAR E PUNIR NA SOCIEDADE DE CONTROLE: A “CAÇADA” POLICIAL .....</b>	<b>225</b>

<b>5.1 Breve histórico das caçadas humanas.....</b>	<b>227</b>
<b>5.2 O Estado que caça: caçadas policiais como tecnologia de governo.....</b>	<b>232</b>
<b>5.3 Uma relação social de predação .....</b>	<b>238</b>
<b>5.4 A caçada policial sob a percepção dos agentes de inteligência .....</b>	<b>247</b>
<b>5.5 Sentidos aguçados e o faro policial.....</b>	<b>252</b>
<b>5.6 Anatomia de uma caçada policial pelas lentes da TV .....</b>	<b>258</b>
<b>5.7 Tramas da caçada.....</b>	<b>264</b>
5.7.1 A trama da caçada I: fazendo “justiça” por meio da caça .....	265
5.7.2 A trama da caçada II: o caso Alanis .....	267
5.7.3 A trama da caçada III: Salsicha, Etim e Roberto Olhão.....	271
5.7.4 “É muito difícil viver correndo na frente da bala” .....	284
<b>6 INTELIGÊNCIA POLICIAL EM ESTADO DE GUERRA .....</b>	<b>291</b>
<b>6.1 Um negócio globalizado .....</b>	<b>292</b>
<b>6.2 A “guerra às drogas” chega ao Ceará .....</b>	<b>296</b>
<b>6.3 Policiamento em estado de guerra.....</b>	<b>303</b>
<b>6.4 “Se for na legalidade, não se consegue prender ninguém” .....</b>	<b>309</b>
<b>6.5 Abrindo o “cadeado” .....</b>	<b>323</b>
<b>6.6 A inteligência do crime e sobre o crime .....</b>	<b>331</b>
<b>6.7 Guerra e paz? .....</b>	<b>335</b>
<b>6.8 “Somos os motoristas da Emlurb. Tentamos tirar o lixo da sociedade” ...</b>	<b>339</b>
<b>7 CAMPO DE TENSÕES: SERVIÇO RESERVADO E POLÍCIA CIVIL .....</b>	<b>345</b>
<b>7.1 Uma polícia “sabotada” .....</b>	<b>346</b>
<b>7.2 Disputas pelo poder de investigar .....</b>	<b>354</b>
<b>7.3 Investigação e atividade de inteligência: fazeres híbridos .....</b>	<b>361</b>
<b>7.4 “A máquina tem que trabalhar unida, mas a máquina engancha” .....</b>	<b>367</b>
<b>7.5 Inteligência versus investigação .....</b>	<b>369</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>374</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>390</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>422</b>
<b>ANEXO A – GLOSSÁRIO DA DOCTRINA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....</b>	<b>422</b>
<b>ANEXO B - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ATUAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ.....</b>	<b>428</b>
<b>ANEXO C - DIVISÃO AREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA (AIS) .....</b>	<b>429</b>

<b>ANEXO D – TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DE INTELIGÊNCIA .....</b>	<b>433</b>
Processos de Identificação de Pessoas.....	433
Observação, Memorização e Descrição.....	435
Estória-cobertura .....	437
Disfarce .....	437
Comunicações sigilosas.....	438
Análise de veracidade.....	438
Meios eletrônicos .....	438



## 1 INTRODUÇÃO: QUANDO ESTAR EM CAMPO É ESTAR EM CAMPANA

Minha área de interesse no campo de estudos sobre violência, segurança pública e criminalidade é o modo como a polícia define operacionalmente quem são os “indivíduos perigosos” de determinada sociedade e, a partir dessa elaboração, quais são as estratégias de ação e prioridades estabelecidas no que diz respeito ao emprego da força e de seus recursos. Esse modo de resposta é o que denomino, de maneira preliminar, de dispositivo policial de identificação, busca, captura e subjugação.

Vale ressaltar que o conceito de dispositivo empregado aqui baseia-se fortemente na reflexão teórica desenvolvida por Foucault, e diz respeito, entre outros significados, a um feixe heterogêneo de elementos que inclui componentes linguísticos e não linguísticos, como “discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos” (AGAMBEN, 2005, p. 9). Mais que uma rede, no entanto, um dispositivo é um *trama*, como se verá mais adiante. O dispositivo, prossegue Agamben, tem uma “[...] função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder” tendo como objetivo fazer frente a uma urgência e de obter um efeito a partir da “disposição de uma série de práticas e mecanismos” (Idem, *ibidem*). Além do Sistema de Justiça Criminal, o dispositivo policial de identificação, busca, captura e subjugação abrange a representação dos crimes e dos criminosos nos meios de comunicação, assim como a colaboração da população na identificação e captura de criminosos, envolvendo toda a sociedade nessa missão.

Certamente, transcende o escopo desta tese analisar longitudinalmente todo esse dispositivo, que é constituído da lista dos criminosos mais procurados, documentos oficiais, inquéritos, investigações, mobilização popular, divulgação de informações nos meios de comunicação, articulação da rede de informantes e operações conjuntas de captura realizadas pelas Polícias Civil e Militar, além do papel que o Ministério Público e o Poder Judiciário desempenham em toda essa articulação. Por causa disso, na presente pesquisa, irei me deter em um segmento muito importante em todo esse dispositivo, mas que, ao mesmo tempo, é tratado de forma

quase sempre superficial nos estudos de segurança pública: a atividade de inteligência da Polícia Militar (PM).

Ao contrário dos policiais militares que trabalham fardados e cumprem expediente e atividades bem determinadas, os agentes do Serviço Reservado dispõem de uma vestimenta e de uma rotina bastante diversa do restante da corporação. Em primeiro lugar, eles não precisam usar farda. Em segundo, o horário cumprido por eles nem sempre coincide com o expediente da companhia ou do batalhão. Há operações que têm início às cinco da manhã e se estendem até a noite. Algumas ocorrências surgem na madrugada e não tem como serem adiadas, bem como casos que precisam de uma resposta em pleno fim de semana.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) é o documento que norteia a atividade cujo maior fundamento é o ciclo da inteligência, ou seja, todo o processo que transcorre do dado bruto até ele ser transformado em conhecimento. Embora a principal atividade dos policiais do Reservado esteja relacionada a esse ciclo, em suas atividades cotidianas eles também atuam, com maior ou menor frequência, cumprindo mandados de prisões e realizando autuações em flagrante, em especial nas ocorrências relativas ao tráfico de drogas.

Os organogramas dos funcionamentos do ciclo de investigação policial, no entanto, não costumam contemplar a atuação dos agentes de inteligência como parte integrante desse processo. No dia a dia, contudo, diversos crimes são solucionados a partir do trabalho de investigação, em seu sentido mais amplo, realizado pelos profissionais de inteligência. Com o intuito de expor essa atividade, jogando luz a uma área mais afeita às sombras, pretendo analisar a atuação dos agentes de inteligência no interior da PM, buscando compreender quais são as implicações desse trabalho na atuação dos órgãos de segurança e nas estratégias políticas de dominação e de segurança. A intenção é, pois, compreender a inteligência policial sob um ponto de vista socioantropológico e sociocultural, indo além do que prescrevem os manuais e as noções preconcebidas que se formaram sobre o tema. Nesse sentido, serão tematizadas práticas cotidianas, normas, valores, moralidades, formação técnico-profissional e, principalmente, a inserção dos agentes de inteligência no dispositivo de identificação, busca, captura e subjugação de indivíduos considerados perigosos por meio da constituição e gestão de uma rede de informantes — ou colaboradores, como gostam de se referir.

Descrever suas práticas e apreender suas percepções acerca da própria atividade são metas desta pesquisa. A presente tese busca compreender o funcionamento do Serviço Reservado, seu papel no aparato da segurança pública e as relações estabelecidas entre policiais, vítimas e criminosos em torno de uma rede de coleta, processamento e troca de informações.

Conforme os relatos de oficiais e agentes ouvidos nesta pesquisa, o setor de inteligência desempenha uma função híbrida no interior da corporação, dinamizando a atuação de uma instituição que tem como diretrizes organizacionais a hierarquia e a disciplina. A rigidez nas normas de condutas dos PM é uma constante queixa de quem integra a corporação. Os policiais do Reservado possuem uma capacidade agentiva bastante maior, nesse aspecto. Além disso, por trabalharem no limite da investigação criminal, os agentes de inteligência parecem possuir certo ar de superioridade. Eles gostam de falar do seu trabalho e dos artifícios usados para a detenção de criminosos. Na autoimagem dos policiais da P2, eles fazem parte de um novo modelo de policiamento, distante da “polícia truculenta” de décadas atrás. A diferença no grau de instrução é um fator que os separa dos policiais “antigões”, ou seja, daqueles que se valiam mais da força física do que da capacidade intelectual para garantir a segurança.

O que me chamou atenção logo nas primeiras entrevistas foi a relativa autonomia que tais PMs possuíam em comparação com os policiais que atuam fardados e no policiamento ostensivo. A relação entre o indivíduo e a instituição é uma discussão teórica fundante e o Serviço Reservado é um objeto de pesquisa fascinante para se pensar qual seria o fundamento da sociologia como uma disciplina: a ação individual ou a estrutura social? A resposta a essa pergunta move o pensamento sociológico há décadas por meio de uma dualidade, conforme Giddens (2003), entre objetivismo e subjetivismo. No contexto do pós-guerra, o objetivismo pode ser caracterizado por um "consenso ortodoxo" formado ainda pelo naturalismo e pelo funcionalismo, enquanto o subjetivismo guiava-se por uma crítica "heterodoxa" informada pela hermenêutica e pela fenomenologia. Ambas as abordagens não foram capazes, por si só, de estabelecer um novo consenso tão bem consolidado quanto o da sociologia de Talcott Parsons nas décadas de 1940 e 1950. Nessa batalha sem vencedores, uma onda revisionista com pretensões de superar as divisões micro (subjetivista) e macro (objetivista) ganhou força no que Alexander (1987) denominou

como "novo movimento teórico". A prática torna-se, nesse novo contexto, uma peça-chave para a superação da antinomia ação/estrutura. Segundo Giddens, "nem o sujeito (o agente humano), nem o objeto (a sociedade ou as instituições sociais) devem ser considerados como tendo primazia. Ambos são constituídos em e através de práticas sociais". Embora esteja falando de sua teoria da estruturação, a ressalva feita pelo sociólogo inglês pode ser estendida para uma ampla diversidade de situações. Segundo Peters (2011, p.17):

O núcleo da praxiologia estruturacionista de Giddens consiste na tese segundo a qual a constituição histórica das sociedades humanas está ontologicamente fundada no contínuo desempenho hábil de práticas levadas a cabo por uma plethora de agentes individuais atuando em uma multiplicidade de cenários.

Embora parta de um ponto de vista distinto, Bourdieu afirma algo semelhante em sua teoria do habitus. Os aspectos recursivos da subjetividade são postos em evidência, como bem afirma Peters (2010, p.8):

A menção aos aspectos recursivos da subjetividade é fundamental para ressaltarmos que, na perspectiva bourdieusiana, a estruturação socializadora da personalidade individual não é apenas restritiva, i.e., uma fonte de proibições exteriores aos cursos de ação possíveis aos atores, mas também habilitadora, na medida em que fornece a estes uma plethora de recursos de agência com os quais eles tornam-se aptos a contribuir para a reprodução ou transformação das formações sociais mais amplas em que estão imersos.

Partindo da análise das práticas cotidianas recursivas dos agentes de inteligência é possível compreendermos o funcionamento do Serviço Reservado, bem como suas distinções em relação ao modelo de policiamento ostensivo. Para tanto, precisaria me valer de uma ferramenta analítica/teórica que pudesse dar conta dessa especificidade e o conceito de agência emergiu com bastante intensidade do campo de pesquisa, haja vista estar fundada justamente nas práticas cotidianas que, como vemos, tornaram-se um objeto privilegiado da análise social. EMIRBAYER e MISCHÉ (1998, p.970) traçam uma verdadeira radiografia do termo, decompondo-o em três dimensões constitutivas (hábito, imaginação e julgamento). Para os autores, a agência humana pode ser definida como

um engajamento temporalmente construído por atores de diferentes ambientes estruturais que, por meio da interação entre *hábito*, *imaginação* e *julgamento*, reproduzem e transformam essas estruturas na resposta

interativa aos problemas colocados pelas mudanças nas situações históricas (tradução minha, grifo meu).

EMIRBAYER e MISCHÉ (1987, 971-974) descrevem em detalhes as dimensões componentes da agência humana. Neste parágrafo, apresento uma síntese da exposição feita sobre cada uma delas. A primeira é a dimensão iteracional (hábito), que se refere à “reativação seletiva de modelos passados de pensamento e ação incorporados rotineiramente na atividade prática”. Esse elemento é responsável por conferir estabilidade e ordem ao universo social, ajudando a sustentar identidades, interações e instituições ao longo do tempo. O elemento projetivo (imaginação), segundo os autores, é pouco explorado pela teoria sociológica. Trata-se da capacidade de elaboração de trajetórias futuras possíveis de ação nas quais as estruturas recebidas de pensamento e ação podem ser criativamente reconfiguradas conforme as esperanças, medos e desejos dos atores em relação ao futuro. A dimensão prática-avaliativa (julgamento), por sua vez, é a capacidade dos atores de fazer julgamentos normativos e práticos entre diversas trajetórias possíveis de ação em resposta a demandas emergentes, dilemas e ambiguidades presentes nas situações. Permeiam essas três dimensões a intersubjetividade, a interação social e a comunicação. A agência é sempre um processo dialógico pelo qual os agentes se engajam com outros em contextos de ação coletivamente organizados. Ao falarmos sobre agência, é preciso que todos esses componentes sejam levados em consideração, sob o risco de tornar essa discussão muito intangível. Com maior ou menor ênfase, tais dimensões são abordadas na presente tese, tomando como ponto de partida as atividades de inteligência na Polícia Militar.

Ortner (2007), por sua vez, faz um balanço das pesquisas e conceitos relacionados à agência tendo em vista abordar três aspectos: se haveria uma intencionalidade inerente às ações; se a agência é algo universal e, por fim, por luz às relações entre agência e poder. As respostas apresentadas pela autora se entrelaçam com os resultados obtidos pela pesquisa. Para Ortner, a intencionalidade está diretamente à capacidade de agir criativamente, desejar e formar intenções. Os agentes estão sempre intervindo no mundo de modo ativo. Além disso, a agência implica "a capacidade de coordenar as próprias ações com outros e contra outros, de formar projetos coletivos, de persuadir, de coagir (ORTNER, 2007, p.54). É isso que os PMs do Serviço Reservado fazem o tempo todo. Interação com seus colaboradores, persuadem informantes e mobilizam inimidades em prol da obtenção

de um conhecimento que seja relevante. Não se trata nunca de algo já dado, mas de um objetivo que precisa ser conquistado e mantido em um jogo incessante que termina e recomeça a cada dia.

Os agentes de inteligência estão sempre lidando com outros atores, haja vista que não se pode afirmar que o papel de colaborador transcorra na voz passiva. Familiares, testemunhas e criminosos também têm seus interesses, possuem segredos e informações que devem ser reveladas apenas sob determinadas condições e a determinadas pessoas. O Serviço Reservado, para tais sujeitos, não deixa de ser também um instrumento para a realização de seus objetivos. Ainda que o criminoso seja o alvo preferencial da atuação da P2, a polícia pode ser mobilizada contra seus desafetos, atendendo a uma demanda pontual na disputa entre grupos rivais. Por óbvio que se trata de uma relação permanente negociada haja vista que a informação prestada tem de ser mais relevante que a prisão de quem a forneceu. Tem-se, então, claramente uma disputa de poder cotidiana entre quem precisa acessar determinada informação e quem a possui. Ortner afirma que, por se tratar de atores inseridos em teias de relações, a agência é algo que precisa ser negociada interativamente. Ainda que o recurso à força física esteja sempre presente, o caminho que se apresenta mais viável é o de obter confiança, firmar alianças e construir redes. Como se vê, a agência e poder são dois elementos indissociáveis. Daí a definição de um título que buscasse compreender a atividade de inteligência sob uma forma dinâmica. Conhecimento, confiança e poder são componentes sempre em disputa e nunca conquistados em definitivo. A qualquer momento, qualquer um deles pode se perder por causa de um movimento desastrado das peças no tabuleiro. Compreender esse jogo foi a minha tarefa nesta pesquisa, partindo primordialmente das peças de maior mobilidade. Embora a perspectiva dos agentes tenha um valor inestimável, sei que essa abordagem possui suas limitações, haja vista não haver nenhum relato desinteressado. Há muito de relevante no que foi dito pelos meus interlocutores e há, certamente, um manancial de elementos tão importantes quanto no que não foi dito. Longe de comprometer o presente trabalho, tal constatação só reforça a necessidade de prosseguir nesse tema para que possamos ampliar o nosso conhecimento sobre uma atividade que se efetiva sobre as sombras.

Um passo inicial para que se possa dimensionar a relevância do Serviço Reservado no sistema de justiça criminal é ter bem claras suas atribuições. Os parágrafos que seguem fornecem um desenho do funcionamento da inteligência policial na Polícia Militar.

Os policiais militares costumam ser os primeiros a chegar ao local da ocorrência criminal. Cabe a eles registrar as informações preliminares sobre o ocorrido, como nome da vítima, características do crime, possíveis suspeitos, detalhes relevantes, etc. Esses dados são registrados e encaminhados para a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) e para o batalhão/companhia. Só então a Polícia Civil é notificada. Dependendo da repercussão e da gravidade do crime, os agentes de inteligência da PM são acionados para levantar a maior quantidade possível de informações que possa vir a auxiliar no esclarecimento de determinado caso. Cada batalhão e companhia possui o seu núcleo da Coordenadoria de Inteligência Policial (CIP), atual nome do Serviço Reservado. Embora a nomenclatura oficial tenha mudado, as expressões “P2”, “Serviço Reservado” e “serviço velado” permanecem sendo de uso corrente. Daí o uso indiscriminado, na presente pesquisa, desses termos.

Os agentes de inteligência possuem informantes. Alguns são pontuais, pois só prestaram auxílio em uma determinada ocasião; outros colaboram de modo contínuo. É a partir da relação estabelecida com essas pessoas que os PMs do Reservado tomam conhecimento do que ocorre extramuros. Ao contrário do que ocorre com os PMs que atuam no policiamento ostensivo, os agentes necessitam manter uma maior interação com a população. Conversas telefônicas são comuns, e um informante pode querer fazer contato mesmo fora do expediente, em um momento de folga do policial. Essa proximidade, descrita pela metáfora da “linha”, traz uma série de desafios do ponto de vista da moralidade do agente público. Até que ponto se pode ir para solucionar um caso?

Evidentemente, a PM não é a única instituição policial a contar com um órgão específico de inteligência. A Polícia Civil tem seu setor, o Departamento de Inteligência Policial (DIP), e, mais recentemente, até a Secretaria de Justiça do Estado do Ceará (Sejus) passou a dispor de uma unidade própria. No âmbito estadual, a articulação de todo esse subsistema está a cargo da Coordenadoria de Inteligência

(Coin). De todos esses órgãos, contudo, o Serviço Reservado é o que possui maior entrelaçamento com o policiamento ostensivo cotidiano.

Quando comentava sobre o tema da minha tese, muitas pessoas estranhavam e viam até mesmo com certo ceticismo ou ironia que a PM pudesse trabalhar com inteligência. Há nesse tipo de comentário uma noção de que a polícia agiria sem qualquer tipo de planejamento, baseando-se apenas na empiria, o que definitivamente não é a realidade. Deslocando-me até os quartéis e conversando com os agentes de inteligência, percebi que há, sim, uma intencionalidade nas ações policiais, resultado de um planejamento diário feito a partir das informações que chegam aos comandos. A inteligência reúne uma série de ações distintas que visam à prevenção e à repressão ao crime, conforme descreve a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Analisar tendências é uma delas, bem como realizar o levantamento de informações sobre pessoas incriminadas.

O grau de detalhamento necessário para que esses dados possam gerar resultados efetivos exige conhecimentos mais específicos e atualizados que os fornecidos pelas estatísticas criminais. É preciso um trabalho de coleta e busca de informações que demanda, por vezes, a infiltração do policial na organização criminosa, ou manter uma rede de contatos na comunidade em que este desempenha suas funções. Mesmo que o agente não trabalhe infiltrado, é preciso que ele possua habilidades interpessoais que lhe permitam persuadir/influenciar suas fontes a revelar o que sabem. O conhecimento o mais fiel possível da realidade é uma busca constante dos órgãos de inteligência. É ele que subsidiará os informes encaminhados às instâncias superiores da corporação. Exercícios práticos são empregados nos cursos de formação para desenvolver esse tipo de atitude, que mescla observação, capacidade de memorizar rostos e nomes e descrição acurada (ROSITO, 2006). Daí a importância, para os policiais entrevistados, de poder contar com equipamentos de gravação de imagem e áudio de alta qualidade. Tais aparelhos permitiriam maior verossimilhança aos informes produzidos.

Para Ratcliffe (2008), o modelo clássico de inteligência policial sempre esteve a serviço da investigação criminal. Por essa razão, há autores que dividem a inteligência entre policial (mais preventiva) e criminal (mais focada na detenção). Enquanto a primeira se ancora na análise de estatísticas e dados produzidos pela polícia, a segunda fundamenta-se no uso e manutenção de uma rede de informantes



e infiltrações em organizações criminosas (*undercover operations*). Esse último modelo é bastante utilizado tanto no Serviço Reservado da PM quanto pela Coordenadoria de Inteligência.

### **1.1 Violência e criminalidade urbana: breve panorama dos estudos sobre polícia**

As primeiras pesquisas que se debruçaram sobre a instituição policial militar remontam a Heloísa Fernandes (1974), que abordou a constituição da Força Pública de São Paulo — órgão que viria se tornar a Polícia Militar — em “Política e Segurança”, e a Antônio Luiz Paixão (1982), que esteve à frente de uma pesquisa bastante ampla sobre violência e criminalidade urbana em Minas Gerais. Uma das dimensões abordadas no estudo foi a organização policial e sua interrelação com a área da segurança pública. Paixão (1982, p. 42-43) descreve a “lógica-em-uso” empregada pelos policiais no “combate ao crime”. Ela seria formada por “tipificações sobre indivíduos e atos que reduzem a complexidade do mundo criminoso”. Para o autor, a

[...] definição social da realidade criminosa do policial independe da lei e, na medida em que a lei reduz a ‘autonomia e flexibilidade’ que o policial necessita para realizá-la cotidianamente, a lei se torna um elemento hostil, antagônico em relação aos padrões organizacionais de eficiência, um constrangimento e uma barreira à implementação do conceito policial de segurança pública (id.).

Passados mais de 30 anos de sua publicação, a análise de Paixão sobre o trabalho policial ainda permanece atual e desafiadora. O tema que ele aborda, a relação entre os agentes policiais e o cumprimento das leis, perpassa a preocupação de uma série de autores no início da década de 1980. Destacam-se, nesse quesito, os trabalhos de Paulo Sérgio Pinheiro (1979, 1982, 1983), que enfocam o papel da polícia em um período histórico de transição de uma Ditadura Civil-Militar para uma sociedade democrática. Em seu balanço temático dos trabalhos acerca da criminalidade urbana violenta no Brasil<sup>1</sup>, realizado entre o início dos anos 1970 e o começo da década de 1990, Adorno (1993) propõe quatro categorias para se pensar os estudos relativos à criminalidade, a saber: (a) os que cuidam do movimento da

---

<sup>1</sup> Para Adorno (1993, p. 9), “a chamada criminalidade urbana violenta” é composta por crimes contra o patrimônio (roubos e latrocínios); contra a vida (homicídios dolosos); contra a saúde pública (tráfico e uso de drogas); contra os costumes (estupros), além das contravenções penais (porte ilegal de armas). Conforme o autor, tanto os atos consumados quanto as tentativas incluem-se nessa definição.

criminalidade; (b) os que descrevem e problematizam o senso comum a respeito do perfil social dos autores de delitos; (c) aqueles que examinam a organização social do crime sob a perspectiva do delinquente; e (d) os estudos que analisam políticas públicas penais. Interessa-nos aqui o item "d", que engloba, além dos órgãos policiais, o sistema penitenciário. No que tange à produção teórica acerca da atuação policial, um confronto instaurado nas práticas cotidianas dos agentes encarregados de manter a ordem atravessa a grande maioria das reflexões do período:

De um lado, o domínio abstrato e idealizado da lei, inscrito nos códigos, ensinado nos livros e nas academias, e proclamado solenemente nos tribunais. De outro, a aplicação cotidiana dos preceitos legais, que se tornam objeto de disputa e negociação entre diferentes atores que, enredados nas teias da moralidade, interpretam tais preceitos segundo interesses particulares e conforme as necessidades de funcionamento da organização (ADORNO, 1993, p. 7).

Na ânsia de fazer “justiça” à revelia das normas e dos aspectos legais, os policiais, por vezes, “[...] contribuem para rotinizar os métodos ilegais de investigação, apelando não raramente a torturas ou mesmo a execuções sumárias” (ADORNO, 1993, p. 7). Para Zaluar (1999, p. 31), os temas mais comuns na virada dos anos 1980 são “[...] a brutalidade oficial, militar, estatal ou paraestatal, clandestina e oficiosa das organizações paramilitares que continuaram a exercer o terror do Estado”. As ocorrências de violência policial em São Paulo e no Rio de Janeiro ganharam repercussão internacional e foram objetos de dois relatórios elaborados pela *Americas Watch Committee*, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), entre 1987 e 1993. Tais medidas, longe de solucionar o problema do avanço da criminalidade vivido pelas grandes metrópoles no período, acabaram por criminalizar “[...] segmentos populacionais com pouca preparação para assegurar seus direitos civis contra o arbítrio da organização” (idem, *ibidem*).

Em 1999, Alba Zaluar realizou um novo esforço de produzir um balanço crítico da bibliografia produzida sobre violência e criminalidade urbana no Brasil. Para a autora, o trabalho de Oliveira (1985) é um caso paradigmático no que diz respeito à produção teórica sobre a polícia. Ele tornou mais complexa a concepção da polícia como um aparelho repressivo da classe dominante, muito em voga entre os intelectuais do período. Ainda que denunciasse a dupla face da polícia, condescendente com os ricos e violenta com os pobres, Oliveira também identificava na instituição policial uma função de prestar serviços à população pobre.

Assim como fez Adorno, Alba Zaluar (1999) estabeleceu uma categorização que visou englobar os estudos sobre violência e criminalidade produzidos até aquela época. É possível observar uma maior sofisticação e verticalização dos temas, frutos das profundas mudanças sociais vividas no período e do próprio esforço dos pesquisadores em ampliar e aprofundar suas análises sobre os dois fenômenos. As subdivisões foram agrupadas da seguinte forma: 1) a reflexão sobre o que é violência e seus múltiplos planos e significados; 2) as imagens ou representações sociais do crime e da violência e o medo da população; 3) contar, em sua dupla denotação, as vítimas e os crimes; 4) explicações sobre o aumento da violência e da criminalidade; e, por fim, o 5) problema social da criminalidade como tema de política pública. Zaluar insere o debate sobre a instituição policial no quinto item de suas categorizações. Para ela, o tema pode ser dividido em dois momentos. O primeiro é marcado pelo conflito entre o paradigma que concebe "[...] o problema criminal como efeito de macropolíticas sociais" e o que se volta para os custos de vitimização a curto prazo, enfatizando a autonomia da "política de segurança pública" (1999, p. 72). O segundo momento caracteriza-se pela diferenciação, com maior clareza, entre a militarização da segurança e o seu controle democrático.

Para Zaluar (1999), autores como Bretas, Soares, Saporì e Vargas, ao percorrer as veredas abertas por Paixão, irão se deter de forma mais aprofundada na organização e na "cultura" policial, a fim de compreender como ocorre o exercício do poder extralegal nas áreas pobres e, por conseguinte, as violações aos direitos humanos decorrentes de tais práticas. Segundo Zaluar (1999, p. 74), as reflexões produzidas por esse grupo de pesquisadores não geraram mudanças profundas na instituição policial, exceção feita aos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que assistiram a um processo de "[...] modernização e democratização de seus órgãos".

A autora critica o dualismo sobre o modo como transcorre o debate público acerca da criminalidade e, de forma indireta, da polícia. Os lados que se opõem podem ser agrupados entre os que defendem políticas sociais para combater a criminalidade entre os jovens, por exemplo, e os que defendem reformas institucionais tendo em vista uma polícia e uma justiça mais eficazes. Os autores que cerram fileiras de um espectro ideológico a outro podem ser caracterizados como "progressistas" e "conservadores", ou "de direita" e "de esquerda". Para Zaluar (1999), essa dicotomia

causou graves consequências às políticas de segurança pública, causadas pelos deslizamentos simbólicos dos termos que compõem o debate. O Rio de Janeiro, segundo ela, é o *locus* privilegiado para que se possa observar como esse processo se deu. O primeiro deslizamento ocorreu com a implementação de uma política de segurança pública fortemente centrada nos direitos humanos, mas que descuidou do direito à vida e da defesa da segurança dos cidadãos. Por causa disso, a política de direitos humanos passou a ser vista como algo que em nada tem a ver com a "lei e a ordem". O segundo deslizamento, por sua vez, identifica o modelo militarizado de segurança à política da lei e da ordem, embotando a concepção de Estado democrático de Direito que prevê meios de controle social cidadão no desempenho das diversas funções do Estado. O que se observa, com esse duplo processo de deslizamento, é a instauração de uma dicotomia que pode ser descrita pela seguinte fórmula: direitos humanos x lei e ordem = militarização. Como resultado, segundo a autora, a "[...] socialização dos policiais e da população no respeito aos direitos e responsabilidades expressas na própria ideia de cidadania e Estado de Direito" têm seu desenvolvimento prejudicado (1999, p.78).

Um ano depois do balanço feito por Zaluar, Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) publicam o levantamento feito por eles acerca do mesmo campo de tematizações. O período histórico é praticamente o mesmo de sua antecessora, 1970 a 2000, mas a base de dados dessa vez é o Diretório dos Grupos de Pesquisas do CNPq. O principal diferencial, segundo Barreira e Adorno (2011), é a introdução de uma nova abordagem na temática "polícia e sistema de justiça criminal". A partir das reflexões de Kant de Lima, sofre profundos abalos a noção de que

[...] as distorções e desvios no funcionamento da polícia e da justiça criminal se devam a problemas decorrentes de má organização institucional ou do desvio da conduta de seus operadores técnicos e não técnicos. Antes de tudo, essas distorções e desvios devem-se ao peso, na organização policial e judicial brasileira, do caráter marcadamente inquisitorial na administração dos conflitos, típico de sociedades segmentadas, holistas e hierárquicas (BARREIRA; ADORNO, 2011, p. 332).

O modelo inquisitorial adotado no Brasil traz consigo uma série de consequências relacionadas à perpetuação da desigualdade social no país e às mazelas do fazer policial apontadas quase que diariamente pelos meios de comunicação. Fazem parte dessa lista: uma discricionariedade enorme permitida aos operadores; fragmentação acentuada de setores e órgãos componentes do sistema

de justiça criminal; e a existência de “prisões especiais”, modo diferenciado de aplicar a pena de supressão de liberdade de acordo com o pertencimento à classe social do sujeito que comete o crime. Para os autores (2011), o desvelamento de tais práticas abre um vasto campo de exploração empírica e teórica, capaz de superar a dualidade “direitos humanos” x “lei e ordem” exposta por Zaluar.

Tendo esse referencial em mente, Kant de Lima, Misse e Miranda traçam um recorte histórico sobre a temática “polícia e sistema e justiça criminal” no levantamento feito em 2000. Para os autores, o caráter hierárquico do sistema judicial fez com que os pesquisadores da violência se afastassem do tema: “Sendo esses sistemas considerados como meros reflexos de uma ordem opressora e injusta, nada havia para ser especialmente estudado neles, a não ser, provavelmente, seus modos de extinção” (2000, p. 51).

Além disso, de acordo os autores (2000), o caráter dogmático e legalista tornaria o sistema “[...] muito opaco e auto-(in)explicável” (p. 51), até mesmo para seus operadores. Vive-se, no cotidiano policial, uma esquizofrenia entre o que devem ser (e que os agentes são compelidos a acreditar e descrever) e o que realmente são (e que os agentes são compelidos a praticar, ainda que não seja o recomendado do ponto de vista legal) as práticas policiais. A democratização, contudo, permitiu maior liberdade de trânsito dos pesquisadores por entre os corredores das instituições policiais, permitindo, assim, que as análises sobre a polícia ganhassem novos contornos. Foi por meio de uma etnografia das práticas policiais e judiciais criminais que Kant de Lima pôde identificar a existência de uma adesão maciça, por parte dos policiais, a “[...] um sistema de administração de conflitos e produção da verdade, de caráter inquisitorial” (2000, p. 52), como dito anteriormente. Os autores registram ainda estudos relativos à própria organização policial, do ponto de vista de suas práticas, das violações de direitos humanos que elas produzem, das políticas públicas que encarnam ou de suas relações com diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Barreira e Adorno (2010) fizeram um levantamento mais recente a partir dos balanços anteriores elaborados por Adorno, Zaluar e Kant de Lima e Misse e Miranda. Impressiona como em cerca de 10 anos, de um levantamento para outro, a paleta de temas, interesses e pesquisas se expandiu. Uma nova teia de relações sociais forjadas a partir da “[...] nova configuração da ocupação urbana nas periferias das regiões metropolitanas” apresenta-se como um pano de fundo para uma série de

novas proposições e desafios metodológicos (2010, 303-304). De acordo com Barreira e Adorno, trata-se de um universo de relações precárias, de mercados ilegais e novas formas de solidariedade social, enquadradas na reprodução e institucionalização dos ilegalismos, ou seja, são “[...] práticas sociais não mais moralmente reprováveis” (2010, p. 336). A consequência disso é

[...] a deslegitimação dos mecanismos oficiais de resolução de conflitos fundados na justiça pública e no reconhecimento do primado das leis. São essas tramas da cidade com seus nexos - configurações urbanas, mercados informais ilegais, narcotráfico e crime organizado, ilegalismos de toda espécie – que vêm tornando-se uma preocupação dos estudiosos brasileiros (2010, p. 336).

Evidentemente, esse novo contexto traz uma série de desafios às pesquisas sobre a polícia, cujas normas e práticas (pelo menos no campo teórico e simbólico) deveriam ser bem diversas das tramas dos ilegalismos cotidianos. Essa questão deverá ser tematizada ao longo da presente tese.

Conforme Barreira e Adorno (2010), os anos 2000 viram, ainda, a emergência da segurança pública como uma questão de maior relevância na agenda política governamental. As questões relativas às agências de controle da ordem pública ganharam corpo e uma dimensão multivariada. As discussões teóricas sobre polícia se estendem das propostas de reforma institucional das polícias à incorporação de novas tecnologias às tarefas de repressão e polícia judiciária, passando por conselhos comunitários de segurança e políticas de segurança pública para públicos focados, como mulheres, crianças e adolescentes e homossexuais. Esse fenômeno não é somente brasileiro. Ao fazer um balanço acerca da produção latino-americana sobre pesquisas relacionadas à segurança pública, Poblete (2010, p. 84) chega à seguinte constatação:

En las últimas tres décadas las policías han adquirido una relevancia de la que nunca habían gozado y se incorporan definitivamente al discurso social y político. Esa relevancia les obliga a reformularse a si mismas como una de las piezas clave de la sociedad y no como mero accesorio. Las policías no están al margen de los desarrollos propios de las sociedades contemporáneas y sus servicios – la seguridad pública y ciudadana- son tan fundamentales que ellas no se circunscriben hoy exclusivamente al ámbito judicial y penal. Las prácticas policiales y conductas de los policías son decisivas en el desarrollo de nuestras sociedades.

Na virada do século, ações conjuntas de formação envolvendo universidade e academias de polícia fizeram com que esse relacionamento assumisse um novo patamar, fazendo com que a distância entre a “teoria” da Academia e a “prática” dos policiais diminuísse. Barreira e Brasil (2002) relatam a experiência ocorrida no Ceará a partir de um convênio estabelecido entre a Universidade Estadual do Ceará (Uece) e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) para ministrar uma série de capacitações “[...] com o objetivo de *melhoria técnico-profissional e cultural* dos profissionais de segurança pública” (p. 156, grifo dos autores). Os desdobramentos no campo da pesquisa surgidos a partir dessa articulação entre as duas instituições podem ser vistos na extensa produção científica sobre o tema. Trata-se de estudos sobre a PM que tomam como ponto as percepções e representações sociais dos agentes, fazendo com que a instituição “polícia” possa ser compreendida de “fora” para “dentro”<sup>2</sup>. É nesse campo de práticas que se insere a presente pesquisa.

Os levantamentos teóricos e bibliográficos sobre pesquisas nas áreas de violência e criminalidade urbana expostos nesta seção não fazem uma distinção clara entre Polícia Civil e Polícia Militar, compreendendo a polícia como um ente único. Isso, contudo, vem mudando a partir de uma maior distinção, do ponto de vista da análise, entre as duas instituições. Mais recentemente, os estudos sobre a PM vêm ganhando densidade no Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará (UFC), configurando-se como um campo específico e consolidado de pesquisa na área da violência, criminalidade e e segurança pública. Em sua obra pioneira, Sá (2002, p.9), abordou a produção social do oficial da Polícia Militar do Ceará (PMCE) "a partir do contexto específico de sua formação básica no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia de Polícia Militar General Edgard Facó (APMGEF)". O olhar analítico tomou como base códigos de sentimento e conduta, valores sociais dos agentes de vigilância e controle social, bem como as práticas políticas dos agentes.

Sales (2013) elegeu como tema de sua pesquisa a saúde psicológica do policial militar. O adoecimento do sujeito e a lógica explicativa que o insere em

---

<sup>2</sup> Castro (1990) e Leirner (1997) são considerados precursores no que diz respeito a uma antropologia da instituição militar. Embora tenham escolhido como objeto de estudo as Forças Armadas, os métodos utilizados e as estratégias de pesquisa serviram como inspiração para muitos pesquisadores que se dedicaram à temática.

discursos de medicalização, sujeitos em crise ou “diagnosticados” foram tematizados ao longo do estudo. Araújo (2013), por sua vez, fez um balanço do programa Ronda do Quarteirão a partir das “transversalidades e agenciamentos que contornam os regulamentos oficiais que pautam o trabalho nas ruas”. Alardeado como um novo modo de ser polícia, a pesquisa objetivou investigar o modo como as práticas da atividade policial foram resignificadas.

Barbosa (2014) etnografou os contextos situacionais locais em que ocorrem o patrulhamento ostensivo da PM no Ceará tomando como lócus o município de Juazeiro do Norte. As interações e relações mantidas entre polícia e população de bairros considerados “problemáticos” foram enfocadas no estudo.

Silva (2015), por sua vez, estudou o cotidiano do Presídio da Polícia Militar do Estado do Ceará. As formas de sociabilidades e as maneiras de viver em um ambiente de reclusão de liberdade foram o foco do estudo, que buscou compreender ainda a ocorrência dos processos de inversão da ordem e o processo de produção de ilegalismos na vida policial. Sabino (2015) acompanhou as campanhas dos parlamentares Cabo Sabino e do Capitão Wagner com o objetivo de compreender o fenômeno da migração dos policiais militares para o campo da política partidária.

É nesse campo aberto de pesquisas que se insere meu objeto de estudo: a atividade de inteligência na Polícia Militar do Ceará, Antes de adentrar nesse universo, porém, farei um breve levantamento de temas e conceitos que gravitam em torno da “inteligência policial”.

## **1.2 Inteligência Policial: uma área fecunda de problematizações e estudos**

A literatura nacional existente sobre inteligência policial ainda é pequena, se comparada a temas já clássicos dos estudos sobre segurança pública, modelos de policiamento e violência policial. Mingardi (2006) faz uma articulação entre a atividade de inteligência e o combate ao crime organizado. Antes disso, ele traça um breve panorama acerca das equipes de inteligência no País, mencionando sua desarticulação e a falta de um formato único, válido nacionalmente. Couto (2010) faz ainda um interessante apanhado de experiências de inteligências em diversos países, além de tentar traçar uma distinção entre inteligência policial e inteligência criminal.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Segundo Couto (2010, online), “Nos Estados Unidos e no Reino Unido, desde o final dos anos 80, a inteligência policial já se constitui no próprio núcleo de um modelo específico de policiamento



Enquanto a primeira estaria relacionada ao trabalho de coleta de informações e a análises de dados estatísticos, a segunda refere-se às atividades investigativas, tendo em vista a prisão de acusados. A definição da atividade é um aspecto importante, uma vez que a Polícia Militar alega estar fazendo inteligência policial, e não investigação criminal, o que caberia exclusivamente à Polícia Civil.

Relatos de agentes da 2ª Seção obtidos para este trabalho, no entanto, mostram que essa distinção nem sempre existe na prática. Alguns chegam a afirmar que realizam mesmo o trabalho investigativo, ainda que não formalizado, uma vez que os inspetores não teriam condições de cumprir essa tarefa. Sobre isso, Mingardi (2007, p. 52) faz uma declaração provocadora. Para o estudioso, “[...] o que é apresentado como trabalho de inteligência nada mais é do que uma investigação policial um pouco mais sofisticada”. A ponderação é ouvida, ainda, entre policiais que já atuaram na inteligência policial e hoje se encontram aposentados. Eles põem em xeque o trabalho realizado pelos agentes do Serviço Reservado. “O que eles fazem não é inteligência, mas serviço velado”, conta um delegado. Por serviço velado o policial entende o patrulhamento à paisana feito por policiais militares. Em alguns estados, como São Paulo, o termo é o equivalente ao Serviço Reservado na PM do Ceará. O termo “Serviço Reservado” é questionado por Vilela<sup>4</sup>, oficial da PM entrevistado para a presente tese. Para ele, a expressão foi criada pela imprensa e não consta na doutrina de inteligência de segurança pública. Mantive o termo, a despeito dessa contestação, por ele ser um conceito nativo empregado por mais de um interlocutor. A expressão circula pela corporação de forma corrente e assim ela permanecerá na tese.

A definição, no entanto, do que seja inteligência policial na prática é um objeto em disputa. “O que é feito hoje não é inteligência”, desabafou um coronel PM durante uma das entrevistas. O que se pode perceber, no cotidiano, é um policiamento híbrido que incorpora práticas e estratégias que transcendem o tempo cronológico e os limites institucionais. Sem levar isso em consideração, torna-se muito difícil

---

denominado ‘policiamento orientado pela inteligência’, servindo ainda de subsídio estratégico para outras práticas, como o policiamento comunitário e o policiamento orientado para a solução de problemas, os quais já exercem influência no Brasil”.

<sup>4</sup> Os nomes, profissões, locais e ocorrências criminais citados na tese foram modificados com o intuito de preservar a identidade dos interlocutores. A indicação de uma rua pode levar o leitor mais atento a descobrir a área de atuação de determinado batalhão ou companhia e, por consequência, o núcleo de inteligência relacionado.

compreender a atividade desempenhada pelos agentes do Serviço Reservado e dimensionar sua relevância aos órgãos de segurança.

O conceito de inteligência é bastante amplo e se estende a diversas áreas. Na verdade, essa inflação conceitual é um aspecto bastante interessante a ser considerado. Há um sem-número de publicações que se valem da expressão “inteligência”, nas suas mais diversas matizes. Um exemplo disso ocorre na Administração, quando se fala de inteligência empresarial e inteligência competitiva. O ponto de partida é a busca pela melhor forma de gerir o enorme volume de dados produzidos diariamente por empresas e instituições. O que se tem em mente, nesses casos, é a melhoria da gestão da informação no interior das organizações, permitindo, assim, ganhos do ponto de vista econômico e de desempenho funcional. Quando nos referimos à inteligência no âmbito dos governos, no entanto, é preciso fazer algumas considerações. Não se está tratando somente de um serviço de informações, mas de ações relacionadas a relações internacionais, defesa, segurança nacional, sigilo e órgãos destinados exclusivamente a esses fins (HERMAN, 1996). Embora o serviço de inteligência, nesse sentido estrito, possa remontar às primeiras espionagens de guerra — recurso tão antigo que já aparecia em *A Arte da Guerra*, por exemplo —, o modelo atual foi se constituindo a partir do século XIX, e ganhou contornos definitivos apenas na década de 1940, graças ao trabalho de Sherman Kent, acadêmico americano que traçou as diretrizes dessa atividade. Em seu livro, Kent (1967) afirma que a “inteligência” nos governos é baseada em um conjunto de instituições com esse nome: os serviços de inteligência, ou as comunidades de inteligência. Nesse sentido, atividades de inteligência são o que essas agências fazem, e conhecimentos em inteligência (*intelligence knowledge*) é o que produzem.

O ponto de intercessão entre as inteligências militar (ou de Estado) e a policial pode ser identificado na primeira metade do século XIX, com o advento das polícias secretas, unidades criadas para reprimir os revolucionários pós-Revolução Francesa. A mais conhecida dessa época foi a Terceira Seção do Império da Rússia, criada em 1826, que depois foi sucedida pelo Departamento de Proteção à Segurança Pública e à Ordem (Okhrana) e, já na União Soviética, pelo Comitê de Segurança do Estado (KGB, na sigla em russo).<sup>5</sup> Se, após 1848, o medo de uma revolução em

---

<sup>5</sup> Para mais informações, cf. BUTTERWORTH, A. *The World That Never Was: A True Story of Dreamers, Schemers, Anarchists and Secret Agents*. Nova Iorque: Pantheon Books, 2010; HERMAN, M. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge University Press: Cambridge, 1999.

massa arrefeceu, duas “fontes de ameaça” aos órgãos de segurança surgiram em seu lugar: o anarquismo e o comunismo. No fim do século, essa modalidade de atuação policial passa a ser registrada no Brasil, na repressão aos anarquistas italianos. Ao longo dos anos, os alvos foram se modificando conforme as orientações políticas vigentes. Localizá-los, traçar estratégias de captura e realizar o “bote” sempre foram atividades que contaram com técnicas e métodos de inteligência.

Se é possível falar em dois modelos de policiamento, o inglês e o francês (TAVARES DOS SANTOS, 2009), o mesmo paralelo pode ser feito no que tange à inteligência policial. Marx (1988) afirma existir duas matrizes do policiamento velado, surgidas a partir do século XIX. A primeira, francesa, tem o policial François Vidocq (1775-1857) como modelo. A grande inovação trazida por ele foi recrutar detetives oriundos do meio criminal. Vidocq acreditava que o “[...] crime só poderia ser combatido pelos criminosos” (1988, p.19). Entre suas contribuições, destaca o caráter preventivo da ação policial e uma estratégia de atuação a partir de um comando centralizado, com mobilidade territorial. Segundo Marx (1988, p. 19), embora tenha sido bastante bem-sucedido no início de sua carreira à frente da polícia francesa, o potencial de corrupção dos agentes maculou o sistema de Vidocq, tornando-o vulnerável e suspeito. O sistema inglês, por sua vez, era composto por informantes comuns (*common informers*) e “tiras” (*thief takers*). Qualquer cidadão poderia realizar uma prisão e recuperar o que lhe tivesse sido roubado. Em contrapartida, ele poderia receber uma recompensa por parte do governo ou tomar parte na partilha de propriedades. O ganho obtido com essa conduta era conhecido como dinheiro sangrento (*blood money*). Com o passar do tempo, contudo, fraudes começaram a ser detectadas. Prisões eram forjadas com o intuito de receber a premiação. Em 1842, uma unidade composta por inspetores à paisana foi formada para que eles pudessem se misturar aos ladrões. Conforme Marx (1988), a intimidade entre policiais e bandidos foi alvo de críticas, bem como a divisão existente entre agentes da lei fardados e não fardados. Ainda assim, a unidade apresentou resultados expressivos no tocante às prisões, tendo seu modelo de funcionamento replicado em outros países.

É possível constatar, a partir dos relatos dos PMs ouvidos para esta pesquisa, que elementos presentes nas duas matrizes de policiamento velado (francesa e inglesa) permanecem até os dias atuais. A maior proximidade com os

“bandidos” e pessoas ligadas às redes criminais é vista como um aspecto essencial do trabalho de inteligência. A colaboração da população em integrar o dispositivo policial de identificação e captura também mantém-se como um fator constitutivo de tais práticas policiais. Como se vê, não é possível pensar em inteligência policial sem compreender esses dois polos que se distinguem apenas para efeitos de análise.

### **1.3 Ciências sociais e inteligência policial: atividades simétricas, interesses conflitantes**

Vargas (1998) enumera as semelhanças entre o trabalho do antropólogo e o do policial além de manifestar certo desconforto de ser investigada por seus interlocutores enquanto realizava sua própria investigação. Mais que um motivo de incômodo, essa situação gerou uma série de reflexões relativas à pesquisa e ao texto etnográfico daquela autora, assim como ocorreu comigo. Sirimarco (2012), por sua vez, destaca a intensa disputa de papéis, competências e habilidades que envolve essa interação em que ambos os atores se valem da "inquisição como ferramenta de trabalho"<sup>6</sup>. Quando Guber (2004) fala sobre a diferença entre dado e informação na investigação social, os paralelos são evidentes com o ciclo de produção de conhecimento na atividade de inteligência. Além disso, algumas indagações são comuns aos dois ofícios, como saber quem são as pessoas investigadas, como atuam e quais suas motivações. Isso, de certa forma, ocorreu por diversas vezes em meu trabalho: alguns dos meus interlocutores revelaram ter feito um levantamento sobre quem eu era antes da realização da entrevista. Dois deles haviam até mesmo feito levantamentos em buscadores de internet sobre trabalhos acadêmicos produzidos por mim para um congresso de sociologia<sup>7</sup>. Ou seja, tratam-se de interlocutores que não se conformam a um papel de passividade no interior da pesquisa.

---

<sup>6</sup> "Esta compleja construcción de sospecha, espionaje, recelo e intransigencia con que los sujetos enfrentan al etnógrafo y su trabajo puede muchas veces ser leída como una instancia a partir de la cual socavar la supuesta autoridad del etnógrafo y negociar los límites de la investigación. Esta aseveración, válida para cualquier etnógrafo en cualquier campo, adquiere sin embargo otra intensidad cuando se trata, como en mi caso, del desarrollo de trabajo de campo en el ámbito policial, es decir, cuando se trata de la interacción con actores sociales habituados a la pesquisa y especializados en la inquisición como herramienta de trabajo (SIRIMARCO, 2012, p.273)".

<sup>7</sup> Mesmo com toda essa desconfiança e precaução, tive a oportunidade de passar uma manhã com uma equipe do serviço reservado observando suas práticas e conversando com os agentes sobre os mais diversos assuntos além, obviamente, dos relacionados ao objeto da tese.

Como bem afirmam Oliveira (2003) e GUBER (2011), a constituição do campo é fruto de negociação permanente com os próprios atores. Em se tratando de profissionais da área da inteligência, esse esforço se mostrou ainda necessário, haja vista tratar-se de um campo intrinsecamente reflexivo. Na tentativa de estudar as práticas de tais agentes, mobilizei recursos e estratégias próprias do mister de tais pessoas. Foi preciso “jogar” o jogo dos sujeitos da pesquisa em um entrecruzamento de devir-policial e devir-pesquisador. Vale ressaltar que “jogar” também é uma expressão bastante utilizada pelos policiais quando do processo de aquisição de uma informação relevante. Trata-se de um jogo com regras bastante permissivas e elásticas como se verá mais adiante: vale mentir, vale apelar a sentimentos familiares, vale recorrer ao desejo de vingança, por exemplo, para que se obtenha o resultado desejado. No meu caso, o “jogo” manteve-se sob normas estritas, visando à adequação ao código de ética da pesquisa científica. Nunca neguei minha identidade como pesquisador e nem fiz promessas com as quais não pudesse cumprir. Até mesmo porque a minha presença naqueles locais eram objetos de negociação e de uma investigação *a priori* acerca de quem eu era por parte dos meus interlocutores. Só me vali uma única vez da autorização de um comandante para realizar as entrevistas. De forma geral, os contatos eram feitos sempre por meio da indicação de um entrevistado para outro a partir da construção de uma rede de confiança interpessoal. Ao travar contato telefônico ou pessoal o argumento era sempre o mesmo: “fulano de tal me deu o seu contato e me disse que você faz um ótimo trabalho no reservado de companhia x ou y”. O elogio era um componente comum nas conversas por dois motivos: por servir como critério de indicação do PM a ser entrevistado por parte do colega e por funcionar como uma espécie de quebra-gelo em uma abordagem inicial. A estratégia de pedir para contar um caso exemplar foi exaustivamente utilizada a fim de que se pudesse traçar uma descrição da atividade de inteligência a mais aproximada possível do cotidiano dos policiais. Por óbvio que esse recurso traz limitações como a presença escassa de narrativas desabonadoras à própria atuação na fala dos interlocutores. Casos de comportamentos inadequados eram relatados, mas eles sempre eram atribuídos a terceiros sem identidade definida.

A perseverança em não desistir diante de uma série de negativas em conceder entrevistas também foi um aspecto fundamental para o sucesso de algumas abordagens. Daí o termo “campana” no título do capítulo. A expressão possui o

significado de uma observação discreta nas imediações do local onde será aplicado o “bote”. Mais que a ação em si, “campanar” exige atenção, paciência e um senso de oportunidade por parte de quem a pratica. Abordar o alvo antes ou depois do momento exato pode resultar em insucesso. Na presente pesquisa, minha agenda ficou bastante a cargo da disponibilidade dos entrevistados. Como não tinha autorização oficial para acompanhar a equipe, os nossos encontros se davam mediante uma negociação entre mim e os próprios policiais. Para evitar que um imprevisto impedisse que a entrevista acontecesse, costumava ligar estando já próximo do quartel. Dessa forma, se o PM me dissesse que tinha pouco tempo disponível eu estava ali nas proximidades pronto para chegar ao local marcado em poucos minutos. Como dito anteriormente, Somente em uma ocasião solicitei permissão do comando de um determinado batalhão para falar com os reservados. Ainda assim, nada impedia que a equipe se recusasse a falar ou se mostrasse lacônica perante a minha investida, o que não ocorreu. Certa feita, o próprio agente entrou em contato para que fosse entrevistá-lo. Evidentemente que não poderia recusar o chamado, sob pena de perder uma oportunidade de conversar com ele. Nesse sentido, as estratégias de aproximação, entrada no campo e abordagem tiveram de se adequar ao meu objeto de estudo, refletindo-se até mesmo na forma da escrita. Cito alguns exemplos de estratégias de investigação empregadas por mim que se assemelham à atividade de inteligência, conforme relatos dos meus interlocutores<sup>8</sup>:

- a) Para realizar uma entrevista, tive de marcá-la em um local bem distante do quartel, a fim de que o PM não fosse visto conversando comigo diante de seus colegas de profissão;
- b) Em um quartel, simulei uma conversa informal com um colaborador com o intuito de que os outros PMs não notassem que ele estava sendo entrevistado. Isso ocorreu sem que o policial fizesse qualquer menção verbal. Fui percebendo que meu interlocutor estava se afastando em direção a um local mais reservado e mantendo a conversação, em vez de se despedir de mim. Puxei o bloco de anotações e fui escrevendo de um modo que não chamasse atenção. De outra vez, conversamos um

---

<sup>8</sup> Ao longo do texto será possível ver como essas ações se assemelham às práticas de inteligência dos agentes.

bom tempo sem nos olharmos, apenas olhando para a frente, um ao lado do outro e ambos sentados, como se fosse mero bate-papo.

- c) Há uma expressão no universo da inteligência de que o informante sempre quer alguma coisa. A partir dessa demanda é que se estruturam algumas negociações. Obviamente não paguei nenhum dos meus colaboradores para obter as informações desejadas, mas a minha interação não deixou de ser permeada por uma troca em diversas ocasiões. Um intercâmbio de saberes e de possibilidades de acesso ao mundo acadêmico, na realidade. Alguns dos entrevistados têm interesse em fazer uma pós-graduação que tenha como objeto de estudo um recorte temático do seu cotidiano como policial. Não ofereci aos meus interlocutores qualquer tipo de vantagem no que diz respeito à seleção ou algo do tipo até porque não possuo tal poder. Estaria mentindo se disse isso aos meus interlocutores. Conversar sobre a proposta de um possível projeto para o mestrado e me dispor a lê-lo, contudo, foram meios utilizados para manter a fluidez da conversação e fazer com que o interesse em responder meus questionamentos aumentasse. Furneci meu email para que a versão preliminar do projeto fosse enviada, mas até agora não recebi nenhuma resposta.
- d) Alguns dos entrevistados têm interesse em abordar a inteligência policial como pesquisadores. Ao longo da tese, deparei-me com estudiosos do tema que, além de ensinar na Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará, já escrevem sobre o assunto em fóruns diversos. Pelo menos em duas ocasiões, me vali dessa informação para fazer a abordagem inicial. Usei o assunto como um recurso valioso para que pudesse dispor de tempo na atribulada agenda dos referidos profissionais. Travar um diálogo com o pesquisador, na ótica deles, era uma excelente oportunidade de conhecer o trabalho de quem está do lado de cá da bancada. As atividades realizadas pela universidade são objeto de atenção e de críticas também. Somos criticados por possuímos uma visão muito “idealizada” do que deveria ser o trabalho policial. Além de me atender com muita prestatividade, os policiais me deram dicas de leitura e pediram que enviasse uma cópia do trabalho

assim que estivesse terminado. Um inspetor, muito interessado no tema “investigação criminal”, chegou a propor que fizesse pesquisas tendo como ponto de partida a delegacia em que trabalha.

É interessante observar que o relato, além de ser uma peça fundamental no trabalho do pesquisador, também o é para a atividade cotidiana dos meus interlocutores. As atividades realizadas ao longo do dia e as informações prestadas pelos colaboradores precisam ser relatadas aos superiores por meio de um informe, ou seja, de um documento que preencha uma série de critérios de veracidade e inteligibilidade. Só assim o relato soará crível a quem dedicar-se à sua leitura, afinal é por meio dele que os policiais obtêm subsídios para tomar decisões estratégicas ou obter pistas sobre os criminosos<sup>9</sup>. Um relato que apresente incoerências graves pode tornar-se inútil para tais fins. Para a etnometodologia, uma das ferramentas analíticas de que me sirvo nesta tese, o relato possui uma função essencial. É a partir de uma ação “relatável” (*accountable*) que os sujeitos podem tornar suas atividades “[...] racionalmente-visíveis-e-reportáveis-para-todos-os-efeitos-práticos”, como bem afirma Garfinkel (1967, p. vii). A expressão *accountable* em inglês possui os seguintes significados: narrar, relatar, prestar contas, justificar ou explicar. Sua polissemia permite múltiplas interpretações. Um elemento comum a todas elas é a capacidade do agente de refletir e expressar-se sobre seus atos nas circunstâncias mais diversas. SCOTT e LYMAN (2008) [1968] entendem *account* no sentido de uma prestação de contas, ou seja, “uma afirmação feita por um ator social para explicar um comportamento imprevisto ou impróprio”.

Ao analisar as atividades práticas cotidianas, no entanto, interessa mais a Garfinkel a capacidade dos agentes em “observar e relatar” o que fazem, haja vista que, para o autor, todo ator social é capaz de refletir sobre suas ações e de interpretá-las ou explicá-las.

---

<sup>9</sup> Embora tivesse muito interesse em conhecer as motivações dos colaboradores em prestar informações à polícia, optei por não ir procurá-los. Na verdade, tal opção nem chegou a ser cogitada de maneira consequente. Os nomes das pessoas que passam informações à polícia são mantidos a sete chaves pelos policiais que os preservam até mesmo dos superiores. Poderia até ter tentado conseguir o acesso a tais pessoas, mas preferi manter esse aspecto da atividade de inteligência à parte da pesquisa. O preço a pagar por uma possível quebra de confiança nos elos da rede estabelecida com os interlocutores poderia ser elevado demais sem mencionar os danos que essa atitude poderia trazer do ponto de vista da ética de quem pesquisa. Como forma de compensação, há diversas menções ao comportamento e às motivações dos informantes ao longo do texto a partir, evidentemente, da ótica dos policiais.



Alem disso, assim como o pesquisador, o agente de inteligência está sempre interagindo com seus informantes em busca de saber mais, embora os métodos e as finalidades possam ser divergentes<sup>10</sup>. É seguindo esses rastros que o campo vai sendo delineado em uma espécie de processo de simetria com a atividade dos próprios profissionais estudados<sup>11</sup>. Assim como ocorre com os colaboradores em seu cotidiano, foi preciso construir uma relação de confiança com os interlocutores a fim de que se pudesse obter as informações desejadas. Nesse processo, competências interpessoais são mobilizadas. Se as estratégias de aproximação são bastante semelhantes, o objetivo dos dados coletados é bastante diverso. Tal simetria nos procedimentos utilizados durante a coleta de informações não passou despercebida pelos órgãos governamentais. A Antropologia, ao longo de sua história, possui estreita ligação com os poderes dominantes. Zenobi (2010) relaciona episódios em que as fronteiras foram borradas. Franz Boas denunciou a participação de antropólogos norte-americanos na Primeira Guerra Mundial. Figuras de proa da antropologia nos Estados Unidos como Margaret Mead, Ruth Benedict, Clyde Kluckhohn e Ralph Linton, por sua vez, se mostravam favoráveis à presença de profissionais nos conflitos bélicos. Órgãos como o Escritório de Informação de Guerra (*Office of War Information*), Escritório de Pesquisa Naval (*Office of Naval Research*), e a agência de inteligência Escritório de Estudos Estratégicos (*Office of Strategic Studies*) financiavam pesquisas antropológicas que tinham como objetivo principal estudar "o 'caráter nacional' dos países 'inimigos'"<sup>12</sup>. Mais que um ingresso de forma definitiva e permanente, meu percurso nesse jogo de espelhos se configurou como um trajeto feito pelas beiradas, em um itinerário que circunda, volteia e tangencia a área pesquisada sem perder, contudo, o objetivo principal da minha pesquisa.

---

<sup>10</sup> A coação física e psicológica, por exemplo, não faz parte do repertório do pesquisador e do jornalista, enquanto muitos PM revelam fazer uso desse recurso.

<sup>11</sup> Sirimarcó (2012) relata a existência dessa simetria da seguinte forma: "En ese clima de sigilos y sospechas con que parecía teñirse mi trabajo, la figura del etnógrafo adquiría tintes brumosos y se acercaba a la del policía en labor de inteligencia. Ese transcurrir con el fluir de los otros, ese 'estar ahí' para escuchar y observar y tomar nota, sin necesariamente preguntar a boca de jarro, no hacía más que actualizar, ante la mirada policial, un ejercicio de indagación por ellos bien conocido: el de la infiltración y la generación de confianza como método de obtención de información (p.277)".

<sup>12</sup> Segundo Zenobi (2010, p.472): "As produções antropológicas realizadas nesses contextos não somente eram utilizadas como informes com fins militares, como também eram avaliadas segundo critérios acadêmicos, sendo apresentadas em congressos e publicadas como artigos em revistas especializadas. Desse modo, nos anos anteriores à Guerra e durante ela, a antropologia apresentava-se como uma disciplina "acadêmica", que tornava possível a resolução de problemas "práticos".

#### 1.4 Investigando a inteligência policial e seus praticantes

O sigilo, a confiança e o ocultamento são elementos constituintes da inteligência policial. Sem eles, ações como levantamento de dados, infiltração e perseguição estariam fadadas ao fracasso. A proposta de fazer uma investigação sobre uma atividade que transcorre sob tais circunstâncias certamente é um dos principais desafios que se configura do ponto de vista metodológico. Por se tratar de uma ação policial velada e que prescinde do fardamento e da atitude característica da PM, é muito difícil acompanhar o trabalho dos agentes de inteligência no exato instante em que ele acontece. O acesso às práticas cotidianas também é restrito, dificultando muito o trabalho de observação do pesquisador, daí a centralidade do relato nesta pesquisa. A razão da eficácia da atividade de inteligência é um empecilho para quem deseja adentrar em suas entranhas na tentativa de descrever seu funcionamento: como fazer uma pesquisa antropológica de um grupo de pessoas que não pretende se expor? E, mais grave ainda, que não costuma deixar rastros? A palavra “rastro” não é empregada à toa. Assim como os policiais do reservado vasculham vestígios e indícios daqueles a quem perseguem, o que se tentou fazer na presente pesquisa foi investigar aqueles que têm como ofício investigar. É aplicar o paradigma indiciário a quem maneja com maestria esse fundamento no seu cotidiano<sup>13</sup>.

O primeiro passo para buscar compreender o funcionamento da inteligência da PM foi fazer um levantamento dos registros, ou seja, dos rastros deixados pelo Serviço Reservado nos meios de comunicação, em especial nos dois maiores jornais impressos do Ceará (*Diário do Nordeste* e *O POVO*) e nos programas de TV ditos “policiais” (*Cidade 190* e *Barra Pesada* se destacam nesse sentido), cuja temática principal são notícias relacionadas ao universo da violência, criminalidade e segurança pública. Uma análise preliminar feita por mim a partir de notícias veiculadas nos jornais *Diário do Nordeste* e *O POVO*, entre os anos 2011 e 2012, mostram 57 referências à atuação do Serviço Reservado na identificação, localização e captura de criminosos. Em alguns dos casos levantados, a ordem para a investigação partia diretamente do comandante do batalhão ou da companhia. Em outros, o Serviço Reservado agia como um elemento a mais nas operações da polícia. Desenhei uma

---

<sup>13</sup> Detalho essa questão mais à frente no capítulo que versa sobre caçada policial.

tabela que classificava como as atividades de inteligência eram relatadas pela imprensa. Obviamente, não se tratava de um levantamento exaustivo e nem de uma análise dos meios de comunicação, mas de uma ferramenta de análise que me permitiu visualizar melhor a ação da inteligência da PM sob o olhar midiático, medida que me foi fundamental para uma posterior entrada no campo, além de me auxiliar no trabalho heurístico, propiciando *insights* e elementos que subsidiassem minhas reflexões posteriores.

Há que se ressaltar, ainda, que se tratam apenas das informações que vieram a público. Embora os casos envolvendo PMs do reservado costumem aparecer com relativa frequência nos meios de comunicação, muitas ocorrências atendidas por eles não chegam a público ou não deveriam chegar. Por seu caráter sigiloso, muito do que é feito pela P2 se mantém distante do campo jornalístico. Há ainda prisões e apreensões de pequeno porte ou ocorridas em um horário/data que não permitem que o fato seja publicizado<sup>14</sup>. Apresento a tabela a seguir com o intuito de descrever essa estratégia metodológica, bem como mostrar os contornos iniciais do meu objeto de estudo. O quadro a seguir contém as seguintes informações:

**Quem?** (batalhão ou companhia da PM envolvida no caso<sup>15</sup>),  
**Ação?** (qual foi o tipo de atuação desempenhada pelos agentes),  
**Crime?** (qual ocorrência criminosa atendida),  
**Criminosos?** (quais as pessoas incriminadas nas ocorrências),  
**Onde?** (local da ocorrência),  
**Quando?** (data do ocorrido),  
**Resultado da ação?** (ação policial fora concluída ou ainda permanecia em aberto?) e, por fim, o grau de participação do Serviço Reservado na ação policial, conforme a descrição feita na reportagem.

<sup>14</sup> As redes sociais (em especial os blogs e páginas no *Facebook*) e os aplicativos de mensagem móvel (*Whatsapp*) buscam suprir essa lacuna, por meio de ferramentas de comunicação mantidas e administradas por vezes pelos próprios policiais.

<sup>15</sup> Na primeira coluna, tem-se a indicação da companhia/batalhão a qual pertence o serviço reservado. Nesse sentido, “65BPM” significa 6ª Companhia do 5º Batalhão da Polícia Militar e “25BPM” 2ª Companhia do 5º Batalhão da Polícia Militar, por exemplo. “Coin” é a sigla da Coordenadoria de Inteligência, órgão que reúne policiais civis e militares. “Reserva PM” indica não haver referência quanto à companhia/batalhão.

Tabela 1 - registros das ações do Serviço Reservado nos jornais Diário do Nordeste e OPOVO entre 2011 e 2012

Quem?	Ação	Crime?	Criminosos?	Onde?	Quando?	Resultado da ação?	Participação?
65BPM	Investigação <sup>16</sup>	Homicídio	Desconhecido	Henrique Jorge	2011/abril	Em aberto <sup>17</sup>	Investigação
46BPM	Investigação	Roubo veículo	2 Homens	Bonsucesso	2011/ago	Prisão	Investigação
16BPM	Investigação	Achado cadáver	Desconhecido	Itaperi	2011/dez	Em aberto	Investigação
25BPM	Investigação	Homicídio	Desconhecido	São Miguel	2011/dez	Em aberto	Investigação
COIN 245BPM	Operação Conjunta	Tráfico drogas	Homem	São Miguel	2011/dez	Prisão	Prisão conjunta
Coin BPTUR	Investigação	Estupro	2 Homens	Jericoacoara	2011/dez	Prisão	Investigação
COIN / 46BPM	Operação Conjunta	Homicídio	2 Hom 2 Mul	Bom Jardim	2011/fev	Prisão	Prisão conjunta
25BPM	Operação conjunta	Homicídio	Desconhecido	Pque Iracema	2011/fev	Em aberto	Investigação
55BPM	Operação Conjunta	Saidinha	Homem	Centro	2011/jul	Prisão	Investigação
46BPM	Investigação	Homicídio	Desconhecido	Granja Portugal	2011/jun	Em aberto	Investigação
Reserva PM	Investigação	Tráfico drogas	Casal	Praia de Iracema	2011/maio	Prisão	Investigação
16BPM	Investigação	Roubo	Quadrilha	Aracapé	2011/mar	Prisão	Investigação
8BPM	Investigação	Arrastão	Trio	Trilho	2011/out	Prisão	Captura
Estado Maior	Operação Conjunta Sejus	Roubo	Fugitivo	Aldeota	2011/out	Prisão	Captura
Estado Maior	Investigação	Estelionato	Fugitivo	Centro	2011/out	Prisão	Investigação
45BPM	Operação Conjunta	Homicídio	Desconhecido	Alto da Balança	2011/out	Em aberto	Investigação
7BPM	Investigação	Roubo	Homem	Novo Oriente	2011/out	Prisão	Investigação
4BPM	Investigação	Roubo rest	Quadrilha	Pque Manibura	2011/out	Prisão	Investigação
25BPM	Investigação	Morte PC	Homem	Messejana	2011/out	Prisão	Investigação
Coin Estado	Operação Conjunta	Roubo banco	Quadrilha	Vila Velha	2011/out	Em aberto	Investigação
Reserva PM	Operação Conjunta	Homicídio	Advogado	Juazeiro	2011/out	Prisão	Investigação
65 BPM	Investigação	Fugitivo	Homem	Vila Velha	2011/out	Prisão	Investigação
8BPM	Investigação	Homicídio	Desconhecido	Vicente Pinzón	2011/set	Em aberto	Investigação
45BPM	Investigação	Tráfico drogas	Homem	Aerolândia	2011/set	Prisão	Investigação
45BPM	Operação Conjunta	Tráfico drogas	Quadrilha	Tancredo Neves	2011/set	Prisão	Investigação
6BPM	Operação Conjunta	Homicídio	Trio adolesc	Cj. Esperança	2012/abril	Prisão	Investigação

<sup>16</sup> Quando se emprega a palavra “investigação” na coluna participação isso implica dizer que foi feita menção explícita a essa atividade no texto.

<sup>17</sup> A expressão “em aberto” indica que o acusado/suspeito ainda está foragido.

3Cia	Investigação	Cartãozeiro	Trio	Brejo Santo	2012/abril	Prisão	Investigação
COIN 65BPM	Investigação	Lesão PC	Desconhecido	Vila Velha	2012/ago	Em aberto	Investigação
14BPM	Investigação	Tráfico arma	PM	Maracanaú	2012/ago	Prisão	Investigação
14BPM	Investigação	Homicídio	Trio	Maracanaú	2012/ago	Prisão	Investigação
55BPM	Operação Conjunta	Roubos	Quadrilha	Centro	2012/dez	Prisão	Investigação
8BPM	Investigação	Homicídio	Desconhecido	Campo América	2012/dez	Em aberto	Investigação
Reserva Choque	Investigação	Fugitivo	Homem	Fátima	2012/dez	Prisão	Investigação
Reserva PM	Investigação	Morte PM	Dupla Adoles	Genibaú	2012/dez	Prisão	Investigação
55BPM	Operação Conjunta	Roubos	Quadrilha	Centro	2012/dez	Prisão	Investigação
55BPM	Investigação	Roubo	2 Homens	Rodolfo Teófilo	2012/fev	Prisão	Investigação
46BPM	Operação Conjunta	Homicídio	Diversos	Bom Jardim	2012/jan	Prisão	Investigação
Estado 12BPM	Investigação	Tráfico droga	PCC	Cumbuco	2012/jan	Prisão	Investigação
6BPM	Operação Conjunta	Homicídio	Desconhecido	N. Mondubim	2012/jul	Em aberto	Investigação
25BPM	Investigação	Tráfico	Trio	Jangurussu	2012/jul	Prisão	Investigação
CPC	Investigação	Extermínio	PM e pistoleiro	Pacajus	2012/mar	Prisão	Investigação
25BPM	Investigação	Roubo casas	2 Homens	Lagoa Redonda	2012/mar	Em aberto	Investigação
Reserva PM	Investigação	Tráfico drogas	Mãe e filho	Brejo Santo	2012/nov	Prisão	Investigação
Reserva PM	Investigação	Tráfico drogas	2 Mulheres	Barbalha	2012/nov	Prisão	Investigação
Reserva PM	Investigação	Tráfico	Homem	Pirambu	2012/nov	Em aberto	Investigação
Reserva PM	Investigação	Tráfico	Mulher	Barbalha	2012/nov	Prisão	Investigação
Reserva PM	Investigação	Tráfico + Organizada	Homem	Pque Santana	2012/out	Prisão	Investigação
14BPM	Investigação	Homicídio	Dupla	Aquiraz	2012/out	Prisão	Investigação
COIN 35BPM Cmdo	Investigação	Homicídio	Homem	Barra do Ceará	2012/out	Em aberto	Investigação
COIN 14 BPM	Investigação	Porte arma	Quadrilha	Aracapé	2012/out	Prisão	Investigação
14BPM	Operação Conjunta	Tráfico + explosivo	Casal Adolesc	Pacatuba	2012/out	Prisão	Investigação
6BPM	Investigação	Homicídio	Dupla	Cj. Esperança	2012/set	Prisão	Investigação
35BPM	Investigação	Porte arma	Grupo Adoles	Padre Andrade	2012/set	Prisão	Investigação
Reserva PM	Investigação	Homicídio	Vereador	Caririaçu	2012/set	Prisão	Investigação
Reserva PM	Investigação	Tráfico	Mototaxista	Crato	2013/jan	Prisão	Investigação
16BPM	Investigação	Homicídio	Homem	Messejana	2013/jan	Prisão	Investigação

No tocante ao registro dos crimes, o tráfico de drogas e o homicídio predominam como os principais alvos da atividade de inteligência. Para atender tais demandas, ora os agentes são designados a investigar o caso nas equipes individuais

das companhias/batalhões ora eles atuam em operações policiais conjuntas que envolvem, além da Polícia Militar, a Polícia Civil. O grau de participação dos agentes do reservado nesse resultado varia do repasse das informações sobre a identidade e localização dos acusados/suspeitos à captura em si. Dos casos relatados, a maioria resultou em prisões, demonstrando certa eficácia no emprego dessa modalidade de policiamento. Evidentemente é necessário fazer a ressalva de que as ações frustradas nem sempre vem à tona ainda mais quando se tem em mente que a polícia é a principal fonte de informação da imprensa em relação às ocorrências criminais. Há muitas críticas a essa relação de dependência que transcendem o escopo deste trabalho.

O que se pretende enfatizar aqui é que, muitas vezes, os órgãos de segurança se valem desse fato para tentar direcionar o sentido que pretendem impor às suas ações e promover o trabalho que realizam, dando uma “satisfação” à população sobre o que ocorre em determinado território. Essa relação também é perceptível quando se constata que alguns locais e batalhões são recorrentes. Os bairros Messejana e Centro, bem como a 5ª Companhia do 5º Batalhão da Polícia Militar (5ª cia do 5º BPM) e o 14º Batalhão da Polícia Militar (14º BPM) são exemplares. Mais que a capacidade de trabalho dos profissionais de tais áreas em realizar prisões, importa ressaltar o fluxo comunicacional mantido entre policiais e jornalistas. Há fontes policiais que se articulam melhor no sentido de fornecer subsídios aos meios de comunicação, gerando assim maior visibilidade ao trabalho que realizam<sup>18</sup> e mobilizando a opinião pública em torno de fatos de grande repercussão perante a população<sup>19</sup>. No caso específico da inteligência, a discussão sobre essa publicidade e intencionalidade do trabalho policial mediatizado se torna ainda mais aguda haja vista que toda sua cadeia de ações tem como meta a invisibilidade. Estaria um órgão de inteligência indo contra sua missão ao dar visibilidade ao modo como opera e aos resultados obtidos? Do ponto de vista da estratégia de ocultamento, as notícias publicadas nos periódicos podem representar uma vulnerabilidade. Os jornais

---

<sup>18</sup> Com o surgimento de aplicativos de mensagens instantâneas, grupos de interação online entre policiais e jornalistas foram formados a fim de fazer com notícias e imagens circulassem de maneira mais ágil. Integro um desses grupos e me impressiona ver como determinadas concepções sobre a sociedade e visões de mundo também são compartilhadas em tais espaços, em um contínuo que une as duas categorias profissionais.

<sup>19</sup> Há também o fato de eu também ser jornalista e o Laboratório de Estudos da Violência possuir uma certa tradição em estudos relacionados a essa relação mídia/violência.

costumam explicitar o papel desempenhado pela P2 em operações de captura e de investigação, embora o que predomine seja o relato breve da ação sem muitos detalhes. Por vezes, é possível ler a transcrição de depoimentos dados por policiais do reservado à imprensa, ainda que estejam protegidos pelo anonimato. É uma abertura do véu, mas não é algo que acarreta uma consequência tão negativa para o agente quanto ser exposto publicamente como um membro do reservado. Um PM me contou que concedeu uma entrevista a um jornal sob a condição de não ter a identidade revelada. No dia seguinte, no primeiro parágrafo da matéria, lá estava o nome e sobrenome dele. Por manterem uma relação de muita proximidade com o mundo do crime, informações como essas podem colocar o policial em risco.

As equipes de policiais do reservado espalham-se por batalhões e companhias em todo o Estado. Para que pudesse tentar manter um relacionamento de interlocução mais estável, defini a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) como universo da amostra. Não teria a menor condição de acompanhar a atuação das equipes que estivessem localizadas além desse raio de ação. A partir do levantamento feito, pude distinguir quais as unidades militares que apareciam com maior frequência no noticiário. Elas foram selecionadas como meu alvo prioritário a fim de constituir o campo a ser pesquisado. Havia duas escolhas: escolher um batalhão ou uma companhia e me centrar neles ou percorrer os quartéis na busca por dados empíricos e relatos que pudessem subsidiar a minha pesquisa. Optei pela segunda opção haja vista as dificuldades que teria em manter uma interação mais permanente com tais policiais. Durante a pesquisa, pude perceber que os agentes são ainda mais refratários a conceder entrevistas que os PMs “fardados”. A impossibilidade de me aprofundar de forma desejada nas histórias de vida dos policiais foi determinante para que adotasse uma abordagem mais horizontal que vertical. Após uma primeira entrevista, alguns agentes não se mostram mais tão dispostos mais a falar, pondo fim a uma linha de investigação que poderia ser mostrar mais fecunda. Essa recusa em manter a conversação ativa foi observada em algumas ocasiões: PMs com que mantive contatos pararam de me atender depois da primeira ou segunda conversa, alegando que estavam com a agenda cheia ou não respondendo mais às ligações. Por lidarem com informações restritas, talvez vissem como suficientes o que haviam falado nos encontros ocorridos. Nenhum dos interlocutores ouvidos, contudo, manifestou-se contrário à divulgação do conteúdo de nossas conversas ou

arrependido por ter concedido a entrevista. Se houve algum desagrado, tal fato não foi reportado a mim.

Das ferramentas de que dispõe a investigação sociológica, a entrevista etnográfica<sup>20</sup> tem um papel central nesse trabalho, uma vez que foi somente a partir dela, na grande maioria dos casos, que pude reconstituir o modo como os policiais atuavam. Além disso, busquei acrescentar elementos da minha observação quando da transcrição das entrevistas, reconstituindo as situações em que elas foram concedidas. Como muitos dos entrevistados me atenderam em seu horário de trabalho, pude presenciar "um cotidiano da instituição que não nos é revelado apenas pela descrição dessa rotina", seguindo os passos metodológicos de Miranda (2001) em sua pesquisa com auditores-fiscais da Receita Federal, na qual o caráter sigiloso da atividade e a recusa em gravar entrevistas também se fizeram presentes. Há alguns paralelos entre os dois trabalhos. Miranda (2001, p.102) revela que, em sua pesquisa:

A maioria das entrevistas não foi gravada, pois percebi que as pessoas ficavam mais à vontade quando o gravador não era ligado. Porém, a não gravação não diminuía a preocupação com o que estava sendo registrado no caderno de campo, chegando ao estranho "pedido", que eu não anotasse o que estava sendo dito, que deixasse a caneta de lado, e só escutasse.

Adotei o mesmo procedimento. Enquanto as entrevistas com PMS reformados, policiais civis e oficiais foram gravadas com pouquíssimas reservas, os diálogos travados com meus interlocutores da inteligência tiveram de ser todos registrados em um bloco de anotações. Em algumas ocasiões, recebi o mesmo pedido para que suspendesse o ato da escrita, pois se tratava de alguma informação considerada mais sensível do que as que haviam sido prestadas. Ficava, então, ouvindo a pessoa e procurando gravar mentalmente a maior quantidade de dados relevantes possíveis para que pudesse fazer a transcrição assim que chegasse em casa. Minha experiência anterior como repórter sem dúvida me auxiliou muito neste momento em que precisava de toda a agilidade possível em registrar o que estava sendo dito naquele instante. Se fosse depender única e exclusivamente de material gravado esta tese possivelmente não teria sido possível de ser feita. Como as

---

<sup>20</sup> Conforme BEAUD e WEBER (2007, p.118), as entrevistas etnográficas são chamadas assim porque "não são 'isoladas', nem independentes da situação de pesquisa. Os entrevistados são re-situados em seus meios de interconhecimento".



gravações não eram bem-vindas, foi preciso ir anotando tudo, desde as falas mais contundentes até tiques e expressões corporais. Nesse sentido, o diário de campo se mostrou um recurso fundamental para a realização dessa empreitada. Após conversas que poderiam se estender até três horas eu retornava ao meu apartamento e logo me sentava para escrever. As anotações feitas funcionavam como um guia seguro para a reconstrução das falas. As que eu considerava chaves recebiam um tratamento diferenciado. Em vez do código taquigráfico, elas eram redigidas em toda sua extensão no momento mesmo da entrevista. Por diversas vezes pedi que o interlocutor repetisse o que havia dito para que eu pudesse redigir *ipsis litteris* a sua fala. Longe de considerar como um ato de violência simbólica do entrevistador no afã de obter a maior quantidade de dados possíveis<sup>21</sup>, compreendo essa solicitação como uma possibilidade de que a pessoa pesquisada pudesse refletir sob sua afirmação e que o teor do seu discurso fosse reproduzido da maneira mais fidedigna possível. Tal preocupação se fez ainda mais presente quando as conversas resvalavam em temas sensíveis aos entrevistados.

Um ponto de acesso importante foi a memória dos agentes que já participaram dessa atividade. Como não possuem mais envolvimento com o setor de inteligência, a possibilidade de tornar públicos episódios, operações relevantes e sua rotina de trabalho é bem maior. Os relatos fornecidos por tais interlocutores são de inestimável valia, haja vista que a história do Serviço Reservado e da Inteligência Policial no estado do Ceará é uma tarefa a ser empreendida. Desse ponto de vista, a oralidade assume um papel de protagonista na presente pesquisa. Um ponto em comum entre quem está e quem está na reserva e quem está na ativa é o modo desconfiado como os interlocutores se posicionam perante minha abordagem. Há nessa atitude uma carga muito forte de condicionamento profissional. Para que pudesse superar esse obstáculo inicial tive de me valer de uma dose de ousadia - ao chegar aos quartéis sem aviso prévio e me dirigindo diretamente aos agentes, sem passar pelo crivo do comando - e de uma série de habilidades interpessoais, como se travasse um jogo de sedução entre pesquisador e pesquisado. A um passo do interlocutor correspondia um contrapasso do pesquisador e vice-versa. Sabia que o tempo e as condições estavam todas a favor do meu entrevistado. Cabia a mim, portanto, valer-me da empatia e de temas que se relacionassem a uma certa vaidade

---

<sup>21</sup> Conforme a preocupação mostrada por Bourdieu na seção metodológica de “A Miséria do Mundo”.

profissional. Nesse sentido, uma estratégia que me rendeu muitos frutos foi a de perguntar por casos de sucesso. Perguntava da seguinte maneira: “se fosse apresentar um caso bem-sucedido, em uma palestra, um único caso apenas, qual seria e por quê?” Ao narrar o episódio, o agente, além de ressaltar sua posição como um profissional valoroso, descrevia uma série de artifícios e estratégias do dia a dia da inteligência policial.

A aproximação aos interlocutores necessitou ainda de uma articulação entre paciência e perseverança quando da construção de uma relação de confiança e, por conseguinte, da negociação da conversa. Tomando como metáfora uma cadeia formada por pessoas, era preciso conhecer o elo anterior para se ter acesso ao elo seguinte. Em algumas ocasiões, apresentei-me a um possível interlocutor sem que houvesse qualquer referência anterior. Quando isso ocorria, tinha de passar pelo crivo profissional do agente sobre minha postura corporal (incluindo-se fala e gestos) para que ele pudesse se dispor a conversar sobre o assunto. O fato de portar constantemente uma mochila e roupas que eram interpretadas como sendo de alguém “da universidade” me valia certa credibilidade durante as interações. O modo como eu me expressava e o conhecimentos que procurava manejar<sup>22</sup>, sem querer demonstrar que sabia muito e sem me mostrar um ignorante completo, também foram fatores importantes para que se estabelecesse uma relação fecunda entre entrevistador e entrevistado.

Tiveram voz, além dos agentes, todos aqueles que se inter-relacionam de alguma forma com o trabalho do serviço reservado: delegados, comandantes de companhia, inspetores, soldados, formadores e oficiais. As entrevistas foram estruturadas da seguinte maneira: 1) o modo como o PM se inseriu na corporação e a trajetória profissional até chegar ao reservado e 2) práticas cotidianas no interior da inteligência da PM, casos exemplares e visão de mundo. Foram entrevistadas um total de 31 pessoas: 13 policiais do serviço reservado, oito oficiais da PM (dois deles da reserva), três delegados (um da Polícia Federal e dois da Polícia Civil), um agente da Abin, cinco inspetores da Polícia Civil e um promotor de justiça. Dos PMs do Reservado, apenas três foram entrevistados somente uma vez. Os demais foram

---

<sup>22</sup> Embora tivesse lido bastante sobre o assunto antes de mergulhar no campo, busquei fazer sempre as mesmas perguntas básicas sobre o tema, como se estivesse realizando minha primeira entrevista com cada um. Essa estratégia visava a saber quais eram os conceitos que o interlocutor dispunha sobre inteligência policial, além de me permitir compreender como tais conhecimentos eram manejados na prática cotidiana, indo além do que os manuais e os textos teóricos abordavam.

entrevistados pelo menos duas vezes. Em todas as ocasiões, as conversas não duraram menos que 1h30min, sendo que algumas delas chegavam a 3 ou 4 horas de duração. Contatos telefônicos e via aplicativos de comunicação móvel (*Whatsapp*) foram mantidos com os policiais entrevistados mais de uma vez.

Dos agentes do reservado, oito foram entrevistados de forma coletiva, como se estivessem em um grupo focal. Isso se deve ao fato de que os PMs preferiram falar com a presença de toda a equipe. Tal decisão não prejudicou em nada a fluidez da entrevista. Pelo contrário, o grau de intimidade e de confiança compartilhado entre os integrantes do grupo fez com que, em diversos momentos, a fala de um deles fosse acrescida pela do colega ou o detalhe de um episódio fosse informado por um policial que apenas escutava aquela narrativa. Dessa forma, os constrangimentos que porventura os relatos poderiam causar foram reduzidos pelo clima de descontração que se estabeleceu durante a entrevista.

O que se tem então é uma etnografia intermitente e itinerante feita a partir de ajuntamentos de cacos, restos e estilhaços. Esses são os suportes empíricos que foram analisados ao longo de todo esse esforço tendo em vista a elaboração de uma teoria etnográfica da inteligência policial<sup>23</sup>. Goldman (2006) diz que esse procedimento evoca o sistema de pensamento selvagem que, por meio da coleta de elementos concretos no campo, visa a articulação de proposições mais abstratas, capazes de conferir inteligibilidade aos acontecimentos e ao mundo<sup>24</sup>.

Em outra frente, como uma atividade paralela à análise dos relatos, foi realizado um levantamento de manuais, diretrizes, legislação e documentos históricos como um recurso bastante fecundo para compreender como as atividades de inteligência se transformaram com o passar dos anos e como elas foram estruturadas em seu aspecto instrucional e institucional. Um fato que chama atenção é o caráter exíguo do conteúdo escrito dos materiais didáticos. Os módulos são formados, na maioria das vezes, por tópicos e breves definições dos termos pertinentes a esse universo. Há, nesse laconismo do material, um espaço propício para a

---

<sup>23</sup> Segundo Goldman (2006, pg.28): “Uma teoria etnográfica, de seu ponto de vista, não se confundiria nem com uma teoria nativa (sempre cheia de vida, mas por demais presa as vicissitudes cotidianas, as necessidades de justificar e racionalizar o mundo tal qual ele parece ser, sempre difícil de transplantar para outro contexto), nem com o que Malinowski viria a denominar mais tarde ‘uma teoria científica da cultura’ (cuja imponência e alcance só encontram paralelo em seu caráter anêmico e, em geral, pouco informativo)”.

<sup>24</sup> Método semelhante é empregado pelos agentes de inteligência para construir seus relatórios.

complementação das informações baseadas firmemente na experiência adquirida no dia-a-dia e no conhecimento obtido “nas ruas” ou na companhia dos “antigos”. São saberes que, por diversos motivos, não estão registrados, passando de geração a geração de policiais por meio da oralidade e da atuação cotidiana. Com isso em mente, o passo seguinte foi confrontar o arcabouço teórico com os relatos acerca das práticas a fim de apreender os pontos em comum e as modificações produzidas em um contexto de efetiva execução daquilo que foi anteriormente transmitido. A maior referência, nesse sentido, é a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Publicado em 2009, o documento estabelece os padrões pelos quais os núcleos de inteligência têm de se balizar. A doutrina tem acesso reservado, ou seja, é “um assunto que não deve ser do conhecimento do público em geral”<sup>25</sup>. Entre o que o documento prescreve e as experiências narradas pelos agentes de inteligência, no entanto, há uma vasta gama de agenciamentos mobilizados no cotidiano dos PMs.

### **1.5 Um campo intermitente e confrontador**

Embora não tenha ocorrido de maneira deliberada, os cinco quartéis percorridos durante a pesquisa situam-se nos limites territoriais entre Fortaleza e sua Região Metropolitana. As pessoas que ali vivem e moram costumam se movimentar em um sentido recíproco de dentro para fora e de fora para dentro, tanto geograficamente quanto simbolicamente. Analisando de forma distanciada, mesmo afirmando que o meu campo não se encontra limitado por um território, na verdade ele é formado por essa linha divisória entre Capital e Municípios circunvizinhos, periferia e centro. Trata-se, se fosse preciso denominar, de uma etnografia a partir das margens (DAS; POOLE, 2004), dos fluxos de entrada e saída da grande cidade, de suas rodovias, viadutos e pontes. Tem-se então uma etnografia em trânsito permanente, tal qual a situação existencial vivida pelos sujeitos pesquisados. Não se tratou de uma decisão consciente, mas ela de certa forma sintetiza todo o percurso que tenho realizado até o momento, tanto pessoal quanto profissional e academicamente. Há que se fazer uma ponderação aqui, no entanto: fazer uma etnografia da PM não é adotar uma perspectiva marginal. A PM, como os policiais

---

<sup>25</sup> Conforme definição dada pelo Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, Decreto 60.417, de 11 de março de 1967.

gostam de afirmar, é o Estado. E o Estado é o Centro. Leiner (2014) faz duas instigantes provocações sobre a relação centro-periferia na antropologia:

Se todos sabem onde está o centro, e que ele implica numa série de reações em cadeia que afetam muita gente, por que – seguindo o apelo de Latour – os antropólogos não se interessam por ele? E, em segundo, se não temos tanta certeza assim do que é central ou periférico – o que é uma típica reação saudável de antropólogos – por que reproduzimos seu uso *ad nauseam*?

O desafio está posto e a busca pelas respostas encontra-se apenas no início. A menção feita a essa relação nesta pesquisa é uma tentativa de inseri-la nessa discussão mais abrangente. Trata-se, então, de compreender a presença do centro na periferia, de sua manifestação velada que, ainda assim, não deixa de ser percebida pela população. Há um engano em se dizer que falta policiamento nas áreas periféricas. Durante a minha dissertação comprovei que ele existe. O que se deveria levar em consideração é o modelo de policiamento e sua forma de atuação. Nesse sentido, a descrição a mais detalhada possível das práticas policiais e de sua inserção nos circuitos do mundo do crime é um recurso valioso para compreender a operacionalização dos órgãos de segurança pública em uma socialidade que desafia os tradicionais modelos de compreensão do mundo social. Os estudiosos de polícia por vezes têm uma concepção muito institucionalizada do trabalho policial, dificultando o surgimento de novas leituras sobre o fenômeno em questão. Os modelos clássicos de policiamento e os ritos descritos no Código de Processo Penal (CPP) podem assumir diversas formas na rotina das práticas policiais<sup>26</sup>. Quando esse pressuposto é esquecido o que temos é uma exposição literal do que rezam regimentos e documentos normativos, restringindo o olhar sobre um universo que transbordante de capacidades agentivas.

Nesse sentido, o fazer etnográfico apresenta-se como um recurso valioso na superação de leituras e interpretações fossilizadas sobre as condições em que se opera a segurança pública no Brasil. Não se pretende menosprezar a importância dos manuais e documentos oficiais como instrumentos normativos de uma prática cotidiana, mas sim buscar compreender como eles são mobilizados e acionados no dia a dia. Isso é ainda mais válido para um agrupamento social que tem como norma ser furtivo e que busca eliminar qualquer espécie de registro de sua existência. Os

---

<sup>26</sup> A literatura etnometodológica é um exemplo disso.

documentos produzidos são sigilosos e de circulação restrita. Além disso, as prisões e testemunhos têm de ser assumidos muitas vezes por outros policiais, uma vez que o trabalho de detenção não se insere formalmente no escopo da P2. Os agentes do reservado precisam ocultar todo o tempo sua presença nas atividades que exercem, como se, além de não existirem de modo oficial, inexistissem na sua expressão física. São máquinas de apagar seus próprios rastros.

Minha ida ao campo teve início em janeiro de 2013 e se estendeu a dezembro de 2015. Esse período, no entanto, foi marcado por interrupções pelos mais diversos motivos. Além dos compromissos de trabalho, o acesso aos interlocutores foi bastante dificultado pela agenda de atividades deles e pela resistência em concederem as entrevistas<sup>27</sup>. Ao contrário dos PMs que realizam o patrulhamento<sup>28</sup>, o expediente dos agentes de inteligência é bastante irregular. Como eles pouco permanecem nas sedes e seu horário de trabalho nem sempre coincide com o expediente usual, nem sempre o cronograma deles coincidia com o meu. Marcar uma entrevista era sempre uma experiência incerta, haja vista que um compromisso marcado em um dia poderia ser desfeito no outro por causa de uma ocorrência imprevista. Pelo menos duas vezes um encontro foi agendado e desmarcado no mesmo dia. Mesmo entre aqueles que se manifestaram favoráveis a falar houve certas dificuldades operacionais. Cito como exemplo as dificuldades em entrevistar um ex-agente da Coin. Passei semanas tentando marcar data e horário para conversarmos após conseguir o contato dele por meio de uma rede social. Ficamos amigos virtuais e fomos conversando no bate-papo. Os encontros presenciais ocorreram no pátio do curso de Ciências Sociais, local em que ele se sentiu bastante à vontade e falou com muita desenvoltura. O ex-agente me apresentou uma faceta bastante interessante do trabalho de inteligência. Ao contrário dos PMs do reservado que não dispõem de muitos recursos para realizar suas tarefas, a Coin dispõe de uma estrutura que remete à concepção romântica do agente secreto como um carrinho de vender sorvete e um táxi, ambos usados para emprestar credibilidade ao disfarce dos policiais. A mesma sorte não obtive na tentativa de conversar com um determinado agente de reservado. Há mais de um mês trocamos mensagens e por duas vezes marquei uma ida ao quartel em que ele trabalha: em ambas as ocasiões o encontro foi frustrado por causa

---

<sup>27</sup> Sobre a intermitência do trabalho de campo do antropólogo no Brasil cf. GOLDMAN (2006).

<sup>28</sup> Experiências a que tiveram acesso os demais pesquisadores do LEV que se debruçaram sobre a PM em suas pesquisas.

de ocorrências que surgiram entre a confirmação da ida e o horário previamente estabelecido. A indicação de que a reunião não seria possível nunca se dava de forma direta, mas sempre por meio de um silêncio às minhas demandas por confirmação, ou seja, cabia a mim interpretar as intenções do policial.

Do ponto de vista do acompanhamento, não havia como segui-los durante o trabalho de coleta de dados ou nas campanhas. Ainda sim consegui obter acesso a permanecer uma manhã juntamente com uma equipe. As demais tentativas esbarraram na proibição de superiores ou nos riscos implicados em participar de uma ação com PMs descaracterizados. A viatura com as cores da polícia militar, as luzes e sirenes causam um efeito de dissuasão. Ao manifestarem sua presença à distância, tais componentes identitários oferecem uma oportunidade para que uma postura de defesa seja adotada de antemão. Essa divisão entre PMs fardados e à paisana também foi motivo de precaução durante a pesquisa. Há, no interior da corporação, certo apartamento entre os dois grupos. Uma exceção é o relacionamento entre policiais da Força Tática de Apoio (FTA) e do Reservado. Em depoimentos, os PMs relataram diversas ocorrências atendidas conjuntamente. Após levantamento de dados feita pela P2, a equipe do FTA entrava em ação para “dar o bote”. Além disso, uma parcela expressiva dos entrevistados viera da Força Tática. Há uma parceria de ação conjunta com a FTA. São “chegadores” pois passam a confiança necessária para fazer o “bote”. Hugo conta que policiais de uma composição certa vez ficaram do lado de fora de uma residência enquanto eles faziam uma batida policial. Essa postura fez que com os PMs não fossem mais acionados para uma missão seguinte.

Além da disposição na hora de realizar a apreensão ou prisões, é preciso que os policiais também sejam considerados íntegros: “A gente não pode passar informação para um cara que se suspeita estar agindo errado. Ele pode muito bem nos entregar para o traficante. Não tem como provar que o policial está fazendo algo errado, mas a gente não vai dar essa bobeira”.

Os policiais da P2 nem sempre são vistos com bons olhos por seus colegas. A possibilidade de que uma simples conversa ou uma observação do trabalho desenvolvido possa resultar em qualquer tipo de material acusatório faz com que esses profissionais sejam chamados de “traíras”, nome comumente dado a quem não merece confiança. Minha presença no quartel também era vista com bastante desconfiança. Cheguei a ser confundido com um policial federal. Por causa disso, as

conversas ocorreram nos espaços mais variados: no interior de veículos, em restaurantes, na universidade. Muitos policiais civis também não veem com simpatia a atuação da P2. Está presente, nesse sentimento, a luta pela legitimidade acerca do papel de investigador na polícia. Somente pelo que foi exposto nesta breve descrição é possível perceber diversas relações conflituosas oriundas de uma instituição que costuma ser vista, pelo menos na superfície, como uma entidade monolítica. A expectativa é que o trabalho etnográfico realizado tenha sido seja capaz de traçar um retrato vívido dessas tensões e dinâmicas internas imperceptíveis a quem não pertence a esse universo. É nessa confluência e choque de versões que se vai desenhando uma antropologia do serviço de inteligência.

### **1.6 Entrando na rede**

Quando eu era repórter, possuía uma vasta lista de contatos de policiais. O acesso era bastante facilitado, dado o convívio quase que diário com estes, pessoalmente ou por telefone. Passados cinco anos, minha agenda estava bem defasada e não me seria tão útil assim. Por uma opção de trabalho e, por que não dizer política, durante a minha dissertação não me reportei à polícia. Busquei ao máximo ouvir e reconstruir as falas dos adolescentes e familiares. Nos meios de comunicação, o discurso policial constrói realidades e define situações. Quem é culpado e quem é inocente? Como saber? A fala do policial se impõe como o discurso de autoridade acerca de fatos que não presenciamos.

O primeiro passo na construção do acesso foi mapear pessoas que me pudessem granjear a oportunidade de fazer contato com os policiais do Reservado. Nas primeiras tentativas, ouvi uma frase que iria me acompanhar ao longo da pesquisa: “quem está na ativa não fala”. Se tivesse mantido a estratégia de contar apenas com a indicação de pessoas do meu círculo pessoal essa afirmação iria certamente prevalecer. Sem poder dispor de contatos telefônicos mais atuais, me vali das redes sociais como ferramenta para estabelecer uma ponte com pessoas às quais não mantinha mais relação ou, em alguns casos, nem ao menos conhecia pessoalmente. Por meio de mensagem no *Facebook*, deixei recado com um ex-colega de profissão dos tempos de *O Estado*. Ele era fotógrafo e tinha em suas relações pessoais dois amigos policiais: um era do Choque e o outro do Reservado.



Sáímos muitas vezes juntos para fazer matérias. Gostávamos da adrenalina das ruas. Certa vez passamos a madrugada rodando delegacias atrás de relatos sobre policiais plantonistas. Quando da queda de um helicóptero na Base Aérea de Fortaleza, tentamos burlar as normas de entrada do quartel, a fim de obter a foto da aeronave destruída. A Aeronáutica interditou o acesso, permitindo somente que policiais ou militares pudessem entrar no local. Ficamos frustrados, mas o meu colega teve a ideia de entrarmos no veículo como se fôssemos agentes como quaisquer outros. Ele, então, ligou para o amigo, que nos colocou no banco de passageiros. Mantivemo-nos quietos e tensos, aguardando a imensa fila que se formou por causa do ocorrido. Ao chegar a nossa vez de sermos abordados, o guarda barrou, alegando que ninguém mais entraria. Ficamos sem a foto, mas o incidente rendeu boas histórias de bar.

De volta ao relato da pesquisa, o fotógrafo me respondeu rápido, indicando o nome do amigo e o telefone. Liguei para ele ansioso em uma sexta-feira, e marcamos o encontro para o mesmo dia. Haroldo (nome fictício) já não trabalhava mais na PM. Saíra por problemas psicológicos, mas tinha muito a dizer sobre o tempo em que atuou como agente de inteligência. Marcamos o local da entrevista e conversamos bastante sobre o assunto. Era a minha primeira entrada em campo, do ponto de vista da presença física, e não mais virtual. Haroldo não parava de olhar para os lados enquanto falava comigo. Fumava e se movimentava de forma inquieta. Podia-se perceber, por meio dos sinais exteriores emitidos por ele, uma espécie de comportamento paranoico com traços de mania de perseguição. Fiz diversas perguntas sobre uma vasta gama de situações. Haroldo respondeu a todas, mas ficou incomodado com a minha dispersão. Como desconhecia esse universo, tentei obter o máximo de informações possível. Não sabia quando teria nova oportunidade, e estava certo. Haroldo mudou de cidade, de telefone e nunca mais pude falar com ele. Encontrei-o nas redes sociais, deixei mensagem, mas não houve nenhum retorno. Um fato curioso: de todos os *e-mails* que mandei para os meus interlocutores, nenhum foi respondido. Além disso, nada, nem uma folha de papel me foi entregue como possível material a ser pesquisado. Durante a conversa, ele me revelou estar escrevendo um livro sobre sua trajetória. O texto já teria cerca de 50 páginas redigidas. Um relato em primeira pessoa com essa profundidade seria um recurso valiosíssimo à tese. Fica para a próxima.

Também tive dificuldades em entrevistar um ex-agente da Coordenadoria de Inteligência (Coin). Por meio da leitura de notícias relacionadas ao tema, me deparei com o nome dele em diversas ocasiões. Queria entrevistá-lo com o intuito de que me revelasse passagens importantes da constituição do órgão e da relação estabelecida entre a Coin e o Serviço Reservado. Consegui o contato dele em um perfil de *Facebook*. Digitei o nome e, para minha surpresa, deu certo. O agente não integrava mais a coordenadoria. Mudara de profissão e de vida. Agora era pastor e, conforme fotos publicadas no perfil, mantinha uma intensa atividade religiosa. Enviei o convite para que se tornasse meu amigo virtual e ele aceitou. Apresentei a mim e à minha pesquisa. Ele acenou com a possibilidade de me auxiliar no que fosse possível. Passei semanas tentando marcar uma data e um horário para conversarmos. Os encontros presenciais ocorreram no pátio do curso de Ciências Sociais, local em que ele se sentiu bastante à vontade e falou com muita desenvoltura. Conversávamos em um banco localizado em frente à lanchonete. Ele me apresentou uma faceta bastante interessante do trabalho de inteligência.

Enquanto travávamos conversa naquele local, ficava refletindo sobre o quanto o campo invadira minha pesquisa: dentre os estudantes que passavam por ali, quem ousaria imaginar que eu estava conversando com um ex-policial e ex-agente de inteligência? E, ainda por cima, realizando uma entrevista em profundidade, haja vista que cada encontro durava no mínimo umas duas horas e meia. Embora tivesse conseguido abrir uma fresta no mundo em que vivem os agentes de inteligência, ainda me faltava entrevistar profissionais que estivessem na ativa que pudessem, sem atrapalhar as missões em andamento, relatar suas práticas e visões de mundo. Havia um empecilho político para que os trâmites seguissem a via institucional.

Em janeiro de 2012, eu e o professor Leonardo Sá, orientador da presente pesquisa, questionamos a metodologia adotada pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) de divulgação dos dados relativos à violência e à criminalidade. Conforme o órgão, os homicídios haviam caído no comparativo elaborado. A partir de dados coletados na Perícia Forense e por meio de interlocutores na Polícia Civil foi possível constatar que os números não batiam. A nossa opinião no episódio foi publicada nos jornais, gerando um desgaste com a cúpula da secretaria. Com a criação de um *blog*, mantivemos a cobrança pela transparência e levantamos interrogações sobre as estratégias empregadas na redução dos crimes contra a vida.

A ênfase recaía exclusivamente no consumo de drogas, em especial o *crack*. A nosso ver, tal concepção era reducionista, uma vez que desconsiderava diversas variáveis. Eu temia que, se formalizasse uma solicitação de acesso e entrevista perante a SSPDS, pudesse me deparar com o fechamento dos canais de interlocução no interior da instituição. Tive, então, de fazer a pesquisa por meio dos canais informais (CICOUREL, 1964), que me propiciaram elementos de análise bastante relevantes. Como exemplo, cito uma entrevista feita com um oficial da Abin, que pouco expôs das interfaces entre a agência e a PM, mesmo sob a condição do anonimato. O cargo que ocupava muito possivelmente fez com que adotasse uma performance muito mais institucional. Um exemplo disso é o fato de, depois de ter me indicado o nome de duas pessoas na Coin que seriam interessantes serem entrevistadas, ele me disse que passaria o telefone de ambos. Aguardei do lado de fora da sala por um tempo. Quando o agente da Abin retornou, ele me deu um pedaço com dois números de telefone fixo, um tipo de informação que encontraria facilmente no *site* da Polícia Civil. A dificuldade de ser referenciado por um policial a outro foi uma constante. As abordagens diretas e por vezes imprevistas obtiveram melhor resultado.

A partir de um levantamento das ações do Reservado em dois jornais da capital, escolhi quais seriam os locais a serem visitados. Decidi ir por minha própria conta arriscar um contato. Levava comigo uma declaração indicando meu pertencimento institucional e o objetivo geral da minha pesquisa. Nem sempre o documento foi necessário. Bastava me apresentar como membro do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e a recepção me era francamente positiva. De modo geral, consegui travar contato direto com os agentes e, a partir daí, realizar entrevistas e marcar novos encontros. As narrativas de tais encontros serão expostas nas seções seguintes. Como eles não dispõem de uma rotina e nem de um expediente fixo, tive de marcar e desmarcar muitas vezes as nossas conversas. Em alguns casos, até no mesmo dia por causa de ocorrências surgidas de última hora. Após percorrer os quartéis e obter uma quantidade de informações que me dessem um bom suporte teórico e etnográfico, tentei um contato mais formal, a partir de ligações telefônicas, com oficiais ligados ao comando-geral. Até o momento, não obtive resposta.

Em outra frente, passei a me inserir em grupos virtuais cujas temáticas eram as ações da polícia de modo geral e da inteligência policial, mais especificamente. Além da constituição de redes de informantes, os policiais

compartilham informações com colegas de outros estados por meio desses espaços. Há um grupo de agentes de inteligência que reúne profissionais de todo o Brasil. A partir da minha vinculação institucional com um grupo de pesquisa acadêmico fui me incluindo em meio às discussões. Da rede social, o grupo migrou para um aplicativo de comunicação móvel (*Whatsapp*). Vi, então, que meu acesso sofreu uma certa restrição, e só pude ser integrado após negociar minha entrada. Combinei com os integrantes do grupo que ficaria responsável por fazer circular textos relativos à inteligência policial, inclusive repassando artigos escritos por mim e apresentados em congressos. Obtive uma resposta bastante positiva. Há um grande interesse dos profissionais em conhecer a produção acadêmica nacional e internacional sobre o tema.

Na reta final da pesquisa, graças aos interlocutores com quem fui mantendo contato, pude ter acesso à rede virtual de relacionamento que os policiais de inteligência da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) mantêm entre si e seus públicos de interesse, no caso os jornalistas que cobrem o cotidiano da polícia. O volume de informações que circula em tais grupos é impressionante: fotos, notícias, comentários e relatos de ocorrências em tempo real. Fazer parte do grupo me permitiu continuar acompanhando remotamente as atividades dos profissionais que entrevistei. O ganho mais decisivo à pesquisa, no entanto, foi poder observar os diálogos entre os policiais. Protegidos pela descrição de uma rede social restrita, eles tratam abertamente de temas que não ousariam comentar com um pesquisador ou diante de um público mais amplo. Não se trata aqui de segredos ou conhecimentos arcanos, até porque há profissionais que não integram a corporação militar no interior da rede, mas de expressões empregadas de maneira informal que poderiam causar constrangimentos ou mal-entendidos, caso fossem tornadas públicas. São termos correntes na conversa entre policiais que eles não reproduziriam em uma entrevista para a TV, por exemplo. Por questões de tempo e espaço, não pude abordar essa nova forma de interação de um maneira mais aprofundada, como previa anteriormente. Os relatos presentes nessas conversas, contudo, serviram como comprovação para algumas intuições e hipóteses da época do início da pesquisa.

Pelo que se pode perceber acerca do que foi exposto, minha trajetória de pesquisa partiu de um nó da rede social que construímos fisicamente, digamos assim, para uma rede social virtual ampliada. A partir daí, segue-se um movimento inverso:

da rede virtual, ampla novamente, para a rede física, agora acrescentando novas informações e percepções perante meus interlocutores. É um caminho de ida e vinda bastante fecundo, mas que exige certo grau de investimento interpessoal e a superação de resistências e defesas.

Por causa do caráter fragmentário dos temas e da forma intermitente como as entrevistas ocorreram, na exposição da tese adotei a estratégia de criar um mosaico a partir das percepções que meus interlocutores possuíam sobre sua atividade, a instituição policial e a “sociedade”<sup>29</sup> em que vivem. Como desfrutam de uma capacidade agentiva ampliada no interior da corporação, dependendo do modo como eles seriam representados, tais características poderiam se perder no texto se o discurso fosse unificado quando das etapas de análise do material coletado e da redação. Segundo Clifford (2002), há uma exclusão dos informantes nas etnografias, bem como dos “aspectos dialógicos e situacionais da interpretação etnográfica”. Por causa disso, o autor propõe o seguinte programa:

Toma-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos. Paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia (CLIFFORD, 2002, p.43).

Embora a reflexão sociológica se faça presente o tempo todo, haja vista que não me esquivo de analisar os discursos dos atores a partir de uma série de ferramentas analíticas, o fluxo textual transcorre sob a forma de diálogos correntes, em que os sujeitos da pesquisa possuem voz ativa, que se estendem ao longo de todos os capítulos. Para dar conta desses registros, busquei incorporar elementos do conceito de polifonia de Bakhtin, oriundo da análise literária, na minha escrita, e da proposta metodológica de uma “antropologia polifônica” delineada por Oliveira. Segundo Bezerra (2007, p. 194-195),

[...] o que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico [...] o autor do romance polifônico não define as personagens e suas consciências à revelia das próprias personagens, mas deixa que elas mesmas se definam.

---

<sup>29</sup> Embora haja uma série de questionamentos acerca da expressão “sociedade”, que soa excessivamente vaga quando submetido ao crivo sociológico, trata-se de uma categoria nativa empregada muitas vezes pelos meus interlocutores como se fosse uma realidade à parte do universo militar em que eles estão inseridos.

Da mesma forma, as percepções e falas dos interlocutores vão se entrecruzando ao longo da tese, por vezes coincidentes, por vezes em franco desacordo.

Nas subseções seguintes, apresento um breve perfil dos agentes de inteligência com quem travei discussão acerca do meu objeto de estudo. A estratégia adotada para chegar até eles e o modo ocorreu a primeira interação com cada um serão expostos durante a tese, à medida em que a presença dos interlocutores for ganhando forma no texto. Há outros atores, como oficiais da PM e policiais civis, que surgem e desaparecem ao longo da trama, conforme a temática que norteia o capítulo. Eles serão devidamente apresentados antes de cada fala. Todos os nomes citados a seguir são fictícios a fim de atender às diretrizes do código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)<sup>30</sup>.

### **1.6.1 *Ulisses***

Ulisses atuou como meu informante-chave durante toda a tese. Acompanhar sua trajetória na instituição me permitiu perceber o modo como os agentes do reservado se inserem na corporação e os sentimentos que possuem em relação aos demais companheiros e ao sistema de justiça criminal como um todo. Em sua fala, é possível identificar um olhar bastante crítico sobre o fazer policial temperado por reflexões psicológicas acerca dos criminosos e da própria condições pessoal de ser um policial militar.

### **1.6.2 *Martins***

---

<sup>30</sup> De acordo com o código, "[...] constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos antropólogos e antropólogas:

1. Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa.
2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.
3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.
4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.
5. Direito de acesso aos resultados da investigação.
6. Direito de autoria e co-autoria das populações sobre sua própria produção cultural.
7. Direito de ter seus códigos culturais respeitados e serem informadas, através de várias formas sobre o significado do consentimento informado em pesquisas realizadas no campo da saúde."

Dos entrevistados, Martins é o que tem menos tempo na função. O que ele sabe de inteligência policial trouxe da época em que atuava na Força Tática de Apoio, haja vista não ter passado por uma capacitação específica. Inquieto, o PM gesticula bastante e não para de se mexer um só momento enquanto conversamos. A sensação que tive, ao passar aquela manhã com ele, era a de que a qualquer momento ele poderia sair em disparada, de arma em punho, atrás de alguém que fosse avistado pelo seu olhar sempre vigilante.

### **1.6.3 Ranulfo, Felipe, Néelson e Gérson**

Os quatro PMs fazem parte de uma equipe de agentes de reservado bastante atuante e muito elogiada pelos colegas do batalhão. Meu primeiro contato ocorreu com Ranulfo, que se auto-denomina como o “relações públicas” do grupo. Falante e articulado, o policial teve um papel bastante importante em mediar a minha interação com a equipe. Caso se mostrasse refratário, dificilmente a entrevista teria sido tão bem-sucedida. Felipe tem um jeito bastante descontraído, embora seja possível perceber a tensão que circunda todos eles. Apesar de Ranulfo conduzir a conversa, Felipe sempre pedia passagem para se manifestar e contar histórias reveladoras sobre a prática cotidiana da inteligência da PM. Ambos vieram da Força Tática, assim como Martins. Néelson e Gérson, por sua vez, eram mais observadores. Acenavam com a cabeça em algumas ocasiões, como se estivessem dando aval ao relato dos parceiros.

### **1.6.4. Paulo e Guilherme**

Dos entrevistados na ativa, Paulo certamente é o que teve melhor formação. Trabalhou por certo tempo na Coordenadoria de Inteligência e esteve sob as ordens diretas do comandante-geral da PMCE. Tem um jeito tranquilo, fala mansa e um aspecto físico que em nada chama atenção. Guilherme, parceiro dele, também já atuou no alto escalão da polícia militar. Sua trajetória, contudo está mais relacionada ao trabalho ostensivo. Sempre desconfiado, o PM foi o único a exigir alguma comprovação do meu pertencimento institucional.

### **1.6.5 Osvaldo**

Osvaldo é um coronel da reserva, mas até hoje é ouvido e respeitado na corporação, em especial por aqueles que defendem uma PM que parta para o confronto direto com os criminosos. O oficial atuou como agente de inteligência por cerca de 20 anos, tendo recebido sua formação na área tanto na polícia quanto no Exército, no período da Ditadura Civil-Militar. Osvaldo é um ótimo contador de história, embora às vezes emende um caso no outro dificultando a apreensão do que foi narrado. Por seu papel na instituição, é uma valiosa memória viva das transformações pelas quais a Polícia Militar passou nos últimos 40 anos.

### **1.6.6 Hugo**

Hugo é um PM que corresponde à concepção que temos de um policial à “moda antiga”. Experiente, ele ingressou na corporação em um período anterior à integração dos órgãos de segurança pública. De poucas palavras e mais afeito aos aspectos operacionais do trabalho de inteligência, Hugo manteve-se relutante em ser entrevistado. Apesar disso, a conversa fluiu bastante e fui bem recebido por ele quando de minha ida ao quartel.

\*\*\*

Esta tese está dividida em seis capítulos. Cada um deles busca contemplar uma dimensão diferente da atividade de inteligência na Polícia Militar. No primeiro, ***"Dos 'secretas' à inteligência policial: histórico de uma polícia velada e de informações"***, esboço um balanço histórico da Inteligência Policial na Polícia Militar do Estado do Ceará. Do policiamento velado exercido pelos “secretas” no Governo Acioly à criação da Coordenadoria de Inteligência (Coin), a atividade de coleta e produção de informações sofreu diversas reconfigurações. Ao longo desse processo, a inteligência foi perdendo seus contornos civis e assumindo um caráter eminentemente militarizado a partir da Ditadura Civil-Militar. Por causa disso, a tensão existente entre a Inteligência de Estado e a Inteligência de Segurança Pública é uma constante tanto nos discursos quanto nas práticas dos policiais e dos comandos. Por óbvio que a Polícia Civil conta com um setor de inteligência policial, mas nem de longe ele possui a abrangência do Serviço Reservado.



No segundo capítulo, **"Inteligência Policial: o braço sigiloso da PM"**, descrevo inicialmente a estrutura organizacional e o funcionamento da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE) a fim de estabelecer os limites institucional e territorial da área de atuação dos agentes de inteligência, situando melhor o (a) leitor (a) na dinâmica de ações desenvolvidas pelos PMs dos núcleos de Coordenadoria de Inteligência Policial (CIP). Em seguida, exponho as práticas cotidianas dos agentes a partir de suas narrativas e representações sempre procurando articular a análise teórica com os conceitos nativos manejados pelos policiais. Rotina diária, constituição das equipes, formação técnica e profissional, habilidades corporais e técnicas operacionais são alguns dos temas abordados.

O terceiro capítulo, **"Tramando redes de confiança e sigilo"**, tem um papel central na estrutura da tese. Ao reelaborar o conceito de confiança como uma ferramenta operacional empregada pelos agentes do Reservado em seu dia a dia na constituição e manutenção da rede de informantes, busco descrever o funcionamento de tais articulações, bem como o modo como esse recurso agentivo é operacionalizado para identificar e capturar alvos. Trata-se de um policiamento que se efetiva a partir de tramas que interligam vítimas, familiares, criminosos e colaboradores em torno da resolução de ocorrências criminais as mais diversas. A confiança e o sigilo, dois temas sociológicos por excelência, são analisados como vértices de todo esse esforço. Além disso, com o desenvolvimento das tecnologias informação e comunicação, novas possibilidades de interação se apresentam aos policiais e seus informantes, potencializando a atuação dos serviços de inteligência.

A caçada policial é tematizada no quarto capítulo, **"Identificar, buscar e punir na sociedade de controle: a 'caçada' policial"**. Atividade caracterizada pela ancestralidade, a caçada humana possui uma longa trajetória, e vem sendo empregada como tecnologia de poder no Brasil desde o período da colonização. Práticas e técnicas de rastreamento e dissimulação perpetuam-se durante todo esse tempo, transmutando-se sob as mais diversas formas, assim como seus alvos preferenciais também se transformam. O modelo simbólico da caça nos permite obter uma ferramenta heurística capaz de compreender a relação de antagonismo entre "ser polícia" e "ser bandido". Em determinados contextos situacionais, a investigação vira caça, e a promoção da segurança pública se transforma em confronto direto, sem tréguas, e por vezes letal.

O quinto capítulo, "**Inteligência Policial em estado de guerra**", aborda a dimensão moral da atividade de inteligência a partir de um contexto social e econômico marcado por uma complexa teia de ilegalismos, em que o tráfico de entorpecentes encarna a grande ameaça ao Estado de Direito. O emprego da inteligência é compreendido como uma solução para esse problema. Os PMs do Serviço Reservado são protagonistas dessa luta renhida que ocorre nos interstícios da cidade grande. O conceito de guerra surge, nesse cenário, como uma chave interpretativa bastante fecunda para entender como o sistema de justiça criminal responde ao desafio representado pelo comércio ilegal de drogas ilícitas.

O último capítulo, "**Campo de tensões: Serviço Reservado e Polícia Civil**", trata dos impasses vividos entre policiais civis e PMs pela disputa da legitimidade de se investigar no interior da instituição policial. Embora a investigação criminal seja uma atividade exclusiva da polícia judiciária, seu fazer é híbrido, ou seja, reúne elementos pertinentes à atividade de inteligência. Além disso, os limites entre um levantamento de informações e o ato de investigar são bastantes difusos, provocando diversas interpretações, algumas delas conflitantes, sobre as práticas policiais cotidianas. O campo de tensões que se desenha há pelo menos dez anos entre as duas instituições ganhou novos contornos com a intervenção direta de policiais civis nas prisões levadas a cabo pelas equipes do Reservado.

## **2 DOS “SECRETAS” À INTELIGÊNCIA POLICIAL: HISTÓRICO DE UMA POLÍCIA VELADA E DE INFORMAÇÕES**

Este levantamento histórico das ações do Serviço Reservado da PM não pretende ser uma reconstituição histórica exaustiva, mas cumpre um papel relevante para que se possa compreender as principais mudanças e permanências pelas quais essa modalidade de atuação policial passou ao longo de mais de um século de criação.

### **2.1 Policiamento velado a mando da oligarquia Acioly**

A existência de uma polícia que realiza atividades sigilosas no Ceará remonta ao início do século passado, durante o primeiro governo de Nogueira Acioly (1896-1900). No início do século XX, Fortaleza contava com duas forças policiais: o Batalhão de Segurança e a Guarda Cívica. Enquanto o Batalhão de Policiamento era responsável principalmente pela manutenção da ordem pública, a Guarda Cívica atuava na prevenção e execução das posturas municipais, conforme Fonteles Neto (2005) e Barbosa (2011). Ambas as instituições eram militares.

No governo de Pedro Borges, a Guarda Cívica foi extinta e seu efetivo incorporado ao Batalhão de Segurança. A mudança, contudo, durou pouco. De volta ao comando da província, Nogueira Accioly decidiu constituir uma polícia de caráter civil para realizar o policiamento de Fortaleza. Barbosa (2009, p. 2) retrata de forma precisa a maneira peculiar como essa corporação “civil” foi criada:

A partir de 1907, a cidade de Fortaleza passou a ser policiada pela Guarda Cívica criada pela lei nº 884 do mês de agosto de 1906. Todo o corpo de policiais da Guarda Cívica foi escolhido entre os homens do Batalhão de Segurança. Possivelmente, toda a formação da ‘polícia civil’, responsável pelo trabalho de policiamento da Capital, tenha sido feita dentro da caserna.

A influência da doutrina militar policial nas forças de segurança pública não era exclusividade cearense. Pedroso (2005) aponta a Força Pública de São Paulo como a precursora dessa tendência, a partir da adoção de técnicas de treinamento do exército francês. Foi a partir dessa inspiração que o Batalhão de Segurança passou por uma série de melhorias. Armamentos modernos foram adquiridos, novas instalações inauguradas e uma formação específica começou a ser ministrada aos

oficiais e praças. No interior dessa corporação, havia policiais com a função específica de agirem disfarçados ou à paisana. Conforme Leal (2006), eles eram denominados de "agentes de segurança", "agentes secretos" ou "secretas". Seguindo uma tendência que se espalhara em diversos países europeus, eles atuavam, em seu início, na perseguição e repressão aos militantes anarquistas, movimento político que era compreendido como uma ameaça internacional aos poderes estabelecidos da época.

Para Leal (2012), a polícia dos primeiros anos da República possuía um caráter partidário, fruto da herança imperial, servindo como um instrumento habitual de ação política. A diferença em relação ao Império, regime político anterior, conforme o autor, é que ela servia agora aos governos estaduais, e não aos desígnios do governo central. Os "secretas" não estavam imunes a essa ingerência. Há menções diversas às atividades dos "agentes secretos" durante o segundo governo Accioly, como afirma Barroso (2011). Tais ações eram marcadas pela forte repressão aos opositores do então presidente da Província. Dois integrantes do *Jornal do Ceará* que faziam críticas à gestão aciolina foram vítimas de emboscadas armadas, segundo as vítimas, por policiais disfarçados a mando do então governador. O escritor e médico sanitaria Rodolfo Teóphilo fez uma compilação de alguns desses casos, com depoimentos coletados dos próprios jornalistas. Segue um exemplo de como essa perseguição seria empreendida pelos homens de Accioly:

Ao seu serviço de vandalismo desenfreado e absoluto, fez armar à faca e cacête um troço de soldados de polícia que disfarçados andou seguindo *pari passu* o redactor da *Reacção* com intuitos, sem dúvida, de por em pratica mais uma vez, sua hábil arma de emboscadas à vida de quem não vae render homenagem a sua caricata personalidade (1904, p. 3, grifo do autor).<sup>31</sup>

Os policiais que integravam tais grupos à paisana eram descritos pelos jornais da época como homens capazes das mais diversas brutalidades. Entre os critérios para sua seleção destacavam-se os soldados "[...] acostumados a obedecer cegamente e a praticar violências"<sup>32</sup>. Em meio a um contexto de tensão permanente, o redator do *Jornal do Ceará* descreve a atuação de tais policiais da seguinte forma:

A cidade está cheia desta gente, que de calça e bluzas, percorre dia e noite, a cidade, armada de faca, cacête e revólver, procurando surpreender homens

<sup>31</sup> *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 28 nov. 1904, p.3.

<sup>32</sup> *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 28 nov. 1904, p.3.

da oposição. São diversos neste serviço de polícia, muitos delles pronunciados em crime de morte no sertão, outros com penas cumpridas nas cadeias, outros impunes, sem processo pelos seus crimes (JORNAL DO CEARÁ, 1908, p. 2).<sup>33</sup>

Além disso, havia a queixa de que o reduzido efetivo policial ficara ainda mais prejudicado por causa da má distribuição dos agentes. Em uma edição de 1904 do *Jornal do Ceará*, o redator se queixa da falta de policiamento no Centro de Fortaleza. Por causa disso, jovens estariam promovendo uma verdadeira algazarra, com direito a bombas e busca-pés, perturbando o sossego alheio. O motivo de não haver policiais na rua é que eles estariam ocupados fazendo a segurança do presidente da Província: “Andam elles, é certo, disfarçados, à paisana, de faca e cacete; e assim estão ocupados na segurança do Pachá. Nas ruas, porém, recrudescem a impunidade, o jogo, a agressão, o roubo, o insulto e a gritaria da canalha” (JORNAL DO CEARÁ, 1908, p. 2).<sup>34</sup>

Mesmo após o fim da oligarquia Acioly, o recurso aos agentes de segurança permaneceu como uma estratégia de policiamento. Em 1916, o então chefe de polícia Eduardo Torres Câmara reconhecia a importância dos agentes para o patrulhamento da cidade (FONTELES, 2005) sob a forma de um policiamento velado. A expressão “Serviço Reservado” ou serviço velado” tem origem nessa forma de atuação descaracterizada, que tinha como objetivos a realização de prisões e a produção de informações que pudessem auxiliar os níveis superiores de comando. A expressão “serviço velado” permanece sendo empregada em algumas polícias militares no Brasil. O termo “inteligência” só irá ganhar força a partir da II Guerra Mundial. As atividades de coleta de dados e produção de conhecimento eram classificadas como “informação”, nomenclatura defendida até hoje por alguns dos interlocutores ouvidos durante esta pesquisa.

A atuação do Serviço Reservado no Ceará ficará marcada ainda no episódio histórico conhecido como Caldeirão. Conforme o historiador Régis Lopes (2005, p.112), o beato José Lourenço, atendendo às ordens do Padre Cícero, mudou-se com seus seguidores para um terreno conhecido como Caldeirão, no município de Juazeiro do Norte (CE). No local, uma comunidade de crentes foi forjada a partir do plantio em comum, que visava à igualdade entre homens e mulheres, da caridade e

---

<sup>33</sup> Jornal do Ceará, Fortaleza, 16 mar. 1908, p. 2.

<sup>34</sup> Jornal do Ceará, Fortaleza, 7 abr. 1908, p. 2.

da penitência. Por desfrutarem de autonomia nutricional, os penitentes, como eram conhecidos os seguidores de Lourenço, escaparam da fome durante a seca de 1932. Mais que isso, muitos agricultores se dirigiram ao Caldeirão em busca de melhores condições de vida. Após a morte de Padre Cícero, os membros da comunidade passaram a se trajar de preto, "em memória do santo".

Por lembrar a comunidade de Canudos, nem o governo do Estado nem a Igreja Católica e nem os latifundiários gostavam daquele enclave. A polícia foi acionada para que o local fosse destruído e a comunidade fosse dispersada. Coube ao capitão PM José Bezerra realizar uma investigação sobre o Caldeirão do beato José Lourenço<sup>35</sup>. Segundo Holanda (1995), o militar possuía experiência na perseguição aos cangaceiros nos sertões, e foi destacado para fazer um levantamento acerca das condições sociais e de infraestrutura da comunidade. José Bezerra apresentou-se ao beato e aos seus seguidores como um industrial, usando uma história fictícia, e logo ganhou a hospitalidade da comunidade e a intimidade de Lourenço, chegando a almoçar e a beber do vinho francês do líder religioso.

No retorno a Fortaleza, Bezerra relatou que na comunidade havia uma grande quantidade de homens, e que o ajuntamento configurava como perigoso. Embora não tivesse avistado armas, não descartava a possibilidade de que houvesse armamento no local. O regime de divisão de trabalho fora classificado como "de comunidade", sob a inspiração de integrantes da Revolução Comunista de Natal, ocorrida em 1935. As rações eram distribuídas conforme o número de pessoas por família. Em relatório encaminhado ao governador, o então chefe de Polícia, Cordeiro Neto, informou que a comunidade "[...] praticava um socialismo calcado numa religião primitiva" (referência).

Não pretendo aqui entrar no mérito da análise das concepções do coronel sobre a comunidade Caldeirão, das quais discordo frontalmente. O mais importante, nesse relato, é a descrição minuciosa do trabalho desenvolvido pelos agentes do Serviço Reservado da PM e seu uso como subsídio às ações de repressão. De posse das informações coletadas, uma grande operação policial foi montada, com o intuito de pôr fim ao assentamento. Assim Lopes (1998, p. 361) descreve o desfecho da operação engendrada pelos policiais:

---

<sup>35</sup> Os detalhes acerca da operação de infiltração militar na comunidade do Caldeirão são fornecidos por um oficial da PM que se dedica ao estudo da história da corporação. A narrativa integra, com relativo destaque, um livro de feitos históricos da PM cearense.

Quando aconteceu a operação militar de destruição, na madrugada do dia 15 de setembro de 1936, o Caldeirão possuía em torno de 1.000 almas. Para evitar um novo ajuntamento, os militares incendiaram todas as moradias. Sob a ameaça das baionetas, todos deveriam sair do Caldeirão, pois o governo não poderia permitir uma reunião de tanta gente [...]. Muitos seguidores do Beato, depois da expulsão, ficaram sobrevivendo nas matas da Serra do Araripe. Em maio de 1937, houve um conflito entre um pequeno grupo de policiais comandados pelo destemido Cap. José Bezerra e alguns devotos, que (re) agiram sob as ordens do Beato Severino Tavares.

De forma semelhante ao que ocorreu com os cangaceiros, os seguidores de beato José Lourenço foram tratados de modo implacável pela força policial da época. Nas duas situações, o conhecimento obtido acerca do “inimigo” foi o item fundamental para o sucesso das operações.

## 2.2 Uma polícia política

Na década de 1930, com a criação do Estado Novo, a polícia política no Brasil ganhou um novo ímpeto, seguindo a tendência de internacionalização em torno das ações policiais de repressão a suspeitos e delinquentes<sup>36</sup>. De acordo com Cancelli (1993, p. 72), “[...] saía-se de uma sociedade policiada, até os anos 1930, para um Estado policial”. A reestruturação da polícia foi completa a partir do Distrito Federal. Embora subordinadas formalmente aos interventores ou governadores do Estado, as polícias estaduais passaram a se reportar diretamente à Polícia do Rio de Janeiro e, por consequência, à Presidência da República (CANCELLI, 1991). Uma estrutura bastante capilarizada permitiu que o governo federal obtivesse informações estratégicas oriundas dos estados. Coube ao interventor Menezes Pimentel (1937-1945) implantar a Delegacia de Ordem Política e Social no Ceará (Dops). O órgão atuava fortemente na repressão a quem ousasse se opor ao governo. Embora fosse formado por policiais civis, o Dops desempenhava o papel de Serviço Reservado. De acordo com um coronel PM que atuou na Ditadura Civil-Militar, muitas das técnicas e estratégias empregadas pelo Dops foram incorporadas pelos órgãos de repressão do

---

<sup>36</sup> Segundo Cancelli (1993, p. 69), a “[...] preocupação política das nações era evidente. A organização das polícias não visava apenas o crime comum, mas tudo aquilo que era entendido como crime contra o Estado, as instituições e a política”. A ascensão do comunismo na União Soviética e os movimentos anarquistas eram compreendidos como ameaças de abrangência internacional, daí a importância de um fluxo organizado de informações e de leis que permitissem a extradição e o tráfico de mulheres e crianças.

regime militar. A inspiração, segundo esse mesmo oficial, veio principalmente da polícia secreta alemã, a Gestapo.

### **2.2.1 O manual “vermelho” de inteligência de Luiz Apollonio<sup>37</sup>**

Dentre os investigadores da polícia política do Estado Novo, Luiz Apollonio era um dos mais temidos. Apontado como o maior especialista em comunismo e responsável por feitos como a derrubada de dois comitês regionais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um dos quais era comandado por Carlos Marighella, Apollonio começou como investigador e depois tornou-se chefe do corpo de investigadores e do serviço secreto. Segundo Florindo (2000, p. 45), o policial era “[...] responsável pela arregimentação e contato com os agentes infiltrados”, além de desempenhar múltiplas funções na máquina repressiva: “[Apollonio] coordenava as campanhas dos suspeitos, criava situações que os envolvessem nas tramas da justiça e estava presente no ato da prisão. Nos interrogatórios, além de conduzir a inquirição, nomeava-se escrivão *ad-hoc*” (FLORINDO, 2000, p. 45).

Entre seus atributos, contava ainda o de “arguto interrogador”. Tal fama fez com que ele se tornasse professor da Escola de Polícia de São Paulo, mesmo não possuindo diploma universitário. A nova geração de policiais o conhecia como “o professor”. Conforme Florindo (2000, p. 46), Apollonio fazia parte de um corpo de policiais que pretendia reformular a corporação, acelerando “[...] o processo de burocratização da agência policial”, que trazia consigo a imagem ideológica de uma sociedade ordeira, produtiva e que negava o antagonismo de classes:

O intuito era aperfeiçoar sua estrutura administrativa e funcional, criando condições para o cumprimento de seu papel central na observância às normalizações requeridas do corpo social subalterno e na caça implacável aos dissidentes.

Como forma de disseminar essa doutrina que conjugava conhecimentos práticos e teóricos, Apollonio elaborou o *Manual de Polícia Política e Social* a partir de sua experiência à frente do Dops, no Estado Novo. A publicação foi usada como material didático na Escola de Polícia e teve várias edições, sendo a primeira delas

---

<sup>37</sup> Há uma pitada de ironia aqui: embora o manual trate do combate e caça aos comunistas, sua capa e contracapa são vermelhas, cor histórica e simbolicamente identificada com o comunismo.



publicada em 1954 e a última em 1967, quando a Ditadura Civil-Militar já estava em vigor. No fim de cada capítulo, um questionário funciona como um recurso para reforçar o entendimento acerca do assunto tratado. De acordo com Motta (2006), o manual obteve ampla repercussão, servindo como fonte de estudos para policiais no Brasil inteiro. Involuntariamente ou não, a obra estabelece um paralelo entre os dois regimes em diversos aspectos: na definição do inimigo (o comunismo) e nas estratégias de combate (técnicas e métodos). O manual alterna capítulos dedicados a questões teóricas, históricas e doutrinárias — “Histórico do PCB”, “Marx, Engels e as Internacionais Comunistas” e “Calendário comunista” — e capítulos de caráter mais prático — “Infiltração nos sindicatos”, “Táticas clandestinas” e “Técnica de insurreição armada”. A análise de tal obra certamente é uma atividade bastante instigante, contudo vou me deter apenas no capítulo 27, dedicado à investigação. Creio que ele contém diversos elementos que, assim como o livro do coronel Bezerra, me permitem dialogar com a presente pesquisa e o próprio objeto de estudo da tese. Embora a atividade policial contemporânea não seja mais caracterizada pela caça aos comunistas, os métodos e as práticas descritas pelo policial encontram paralelo nos relatos dos meus interlocutores, em especial no que diz respeito aos valores e traços de caráter que forjariam o perfil do agente de inteligência.

Apollonio abre o capítulo definindo a “investigação” como o “[...] ato de pesquisar, indagar, buscar informações necessárias para a elucidação de um fato” (1967, p. 464). A investigação precisa ser conduzida, segundo o autor, com “serenidade” e “paciência”, uma vez que a “atividade comunista” é exercida de modo “clandestino” e “sorrateiro”. “Os comunistas se cercam de todos os cuidados para esconder ou disfarçar as suas atividades”, alerta o policial (Idem, ibidem).

Segundo Apollonio (1967), em uma investigação, “tudo interessa”. Daí a necessidade de se registrar todos os “hábitos particulares” do investigado, ainda que eles não estejam relacionados a atividades subversivas. Entre os itens a serem observados, o policial enumera uma extensa lista, que abrange desde vícios que o alvo da investigação por acaso possua a jornais e livros que lê, passando por traços corporais, como defeitos físicos e tique nervosos. O objetivo é estabelecer uma ligação entre as práticas cotidianas e a ação conspiratória, para que sirva como uma “confissão indireta” e um endosso ao trabalho do investigador: “O investigado negará, é certo, sua participação no acontecimento delituoso verificado em determinado dia;

não poderá negar, entretanto, o exercício, nesse mesmo dia, de um hábito seu” (APOLLONIO, 1967, p. 465).

A infiltração é mais um recurso que o investigador deve se valer para atingir seus objetivos. A fim de que ele obtenha “contato direto com o agente observador”, o policial deverá estar sempre pronto a exercer a profissão anterior ao ingresso na corporação, como uma forma de dissimulação. O investigador, portanto, atuará como tecelão na fábrica ou carpinteiro numa movelaria, com o intuito de “apurar as atividades de comunistas existentes” em tais locais.

No que diz respeito à comunicação com os superiores, Apollonio destaca a importância dos relatórios e comunicados para que se possa reportar, o mais rápido possível, os fatos que tenham chegado ao conhecimento dele de forma espontânea ou por meio de investigação. A relação dos fatos a serem informados é extensa (greve, comício, pontos de encontro, viagens, etc.). A intenção é que as autoridades estejam cientes de tudo que possa vir a beneficiar a “ordem e tranquilidade pública”. O policial faz algumas ponderações sobre o ato da escrita: o relatório ou comunicado deverão ser concisos, precisos e sem emprego da gíria policial. E o mais importante: “[...] nunca se informará, por escrito, onde e como se obteve uma informação confidencial” (1967, p. 473).

Para que o trabalho de observação atenta e detalhada, elemento constituinte da atividade de inteligência, ocorra de forma proveitosa, Apollonio enumera algumas características desejáveis por parte do policial. O espírito de sacrifício é o primeiro deles: “Não deve o policial restringir-se ao fator tempo. Embora tenha se esgotado o horário de serviço, não pode e não deve abandonar o investigado” (1967, p. 465). Isso se deve ao fato de que até que o investigado se recolha para dormir, novas pistas ou indicações podem surgir. Em seguida, Apollonio recomenda que o agente seja discreto, evitando comentar sobre a natureza do trabalho que realiza, nem mesmo com os próprios companheiros. A única exceção feita é que os comentários ocorram no interior da própria equipe, a fim de que “observações interessantes” possam surgir como resultado dessa interação.

O terceiro item é a “perspicácia e o espírito observador”. É preciso, conforme o policial, “saber interpretar um ato de despiste do investigado”, “saber notar, no investigado, as diferentes modificações psíquicas”. Apollonio (1967, p.465-466) ressalta que o alvo da investigação nem sempre é “[...] absolutamente calmo em suas

ações”: “Dias existirão em que o investigado, imbuído de uma missão importante e perigosa, fará transparecer seu estado psíquico; daí toda atenção para ele”, assevera.

Por fim, é preciso que o investigador tenha “amor à causa e patriotismo”. O policial, afirma Apollonio, “[...] está prestando um relevante serviço à Nação e à população que deseja um regime de ordem e tranquilidade”. E finaliza: “o policial é um herói anônimo” (1967, p. 466).

### 2.3 Serviço Estadual de Informações (SEI)

Atendendo a uma demanda do governador César Cals, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou, em agosto de 1971, a criação de um serviço de informações para o estado, o Serviço Estadual de Informações (SEI), que seguia o modelo do Serviço Nacional de Informações (SNI) do governo federal. Foi a primeira experiência do gênero em âmbito estadual. Apelidado pejorativamente de “FBI dos Pobres” e de “SNI mirim”, o SEI contava com a participação de PMs em seu corpo funcional. A sua criação gerou protestos entre parlamentares, e sua atuação foi objeto de muita controvérsia, em especial por contar com dotações orçamentárias secretas. O serviço também foi acusado de favorecer políticos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) durante a campanha eleitoral. Para Farias (2007), os “fatos comprometedores” de políticos monitorados pelo SEI eram usados como “barganha no jogo político local dos anos 1970” (p. 150), em que três coronéis (César Cals, Aauto Bezerra e Virgílio Távora) disputavam o comando do estado.

A alegação dada por Cals para a existência do órgão era a de que precisava dispor de informações econômicas e políticas a fim de não “[...] fazer o jogo de interesses de grupos” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1971, p. 4)<sup>38</sup>. Em um período marcado por duas fortes secas (nos anos de 1975 e 1983), o Serviço Estadual de Informações foi acionado para apurar irregularidades na distribuição de bolsas de trabalho e monitorar as migrações internas de pessoas que buscavam melhores condições de vida saindo do interior para a capital ou, até mesmo, evadindo-se do estado. Controlar o acesso e a difusão de informações sobre as consequências da estiagem tornou-se uma de suas atividades. O funcionamento do SEI é descrito da seguinte forma pelo jornal *Opinião*<sup>39</sup>:

<sup>38</sup> Jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 30 jul. 1971, p.4.

<sup>39</sup> Jornal *Opinião*, São Paulo, 4 de nov. 1972, p. 6.

O governador resolveu montar seu próprio serviço de informações - o SEI - Serviço Estadual de Informações, uma espécie de SNI, cuja função seria a de obter informações 'principalmente na área econômica', mas que nas últimas eleições vetou candidatos e teve uma atuação política intensa. Chamado de 'FBI dos pobres' pelos jornais cearenses, o SEI envia memorandos, interroga chefes de repartições e atua paralelamente ao SNI, mas com as particularidades e os ranços naturais de sua limitada área de ação (OPINIÃO, 1972, p. 6).

Assim como muitos outros órgãos de informações e repressão, o SEI tornou-se uma instituição temida, pelos conhecimentos que dispunha sobre membros dos mais diversos escalões do poder e à margem do controle do próprio governador, cujo lema era precisamente "o governo da confiança":

Dirigido a princípio por um capitão do Exército posto à disposição do Estado, o SEI tem hoje como chefe um general da reserva que é visto como o homem mais forte do Estado, pois sabe o que nem o governador sabe e tem documentos e depoimentos, além de fichas cheias de 'consta que...', 'diz-se que fulano...' e outras anotações inconsistentes contra grande parte dos políticos e funcionários do Ceará. Além disso, com verbas secretas e um número de funcionários que ninguém conhece exatamente (nem o governador - dizem), o SEI parece ter-se tornado incontrolável (OPINIÃO, 1972, p. 6).<sup>40</sup>

O general citado na reportagem era Assis Bezerra, um militar que serviu como referência para toda uma geração de policiais militares que creem que a instituição possuía mais "respeito" e era "mais temida" na época dele. Não é raro ouvir expressões como "no tempo do Assis Bezerra" ou "na época dele era assim, hoje é assado". Eis um exemplo de como o militar é referenciado por quem lhe admira, vindo não de um policial, mas de um jornalista:

O saudoso e querido General Assis Bezerra, quando chefe de Polícia do Ceará (não tinha esse negócio de Segurança Pública e Direitos Humanos, não) era enfático e carinhoso; pedia a seus agentes, delegados e aos homens do Comando de Operações Especiais (COE) que preferencialmente não trouxessem o mesmo preso pras delegacias dele duas vezes. Limpou o Estado de bandidos de toda espécie e qualidade (O ESTADO, 2013, p. 6)<sup>41</sup>.

Assis Bezerra chegou a acumular a função de diretor do Serviço Estadual de Informações e de secretário estadual da Fazenda. O SEI só foi extinto em 1984,

---

<sup>40</sup> Jornal *Opinião*, São Paulo, 4 de nov. 1972, p. 3.

<sup>41</sup> Jornal *O Estado*, Fortaleza, 31 jul. 2013, p.3.

com cerca de 10 anos de existência, já no governo Gonzaga Mota. Para o então deputado estadual Barros Pinho (PMDB), o SEI "[...] era um organismo policial que servia apenas para perseguir funcionários públicos e espionar a vida privada e política dos deputados" (LUTA DEMOCRÁTICA, 1984, p. 4). O parlamentar já havia tentado encaminhar um projeto de extinção, mas teve a proposta rejeitada (LUTA DEMOCRÁTICA, 1984, p. 4). De acordo com o jornal *Luta Democrática*, o SEI possuía uma assessoria em cada repartição pública. A célula era comandada geralmente por um militar da reserva. Cabia a essa assessora examinar os "[...] atos dos prefeitos, secretários municipais e de Estado e outros dirigentes menos categorizados, inclusive de funcionários de baixa escala hierárquica" (1984, p.4).

Além de artigos em jornais, em especial os do Rio de Janeiro e de São Paulo, há poucos registros sobre a atuação do SEI. Descrever de forma mais pormenorizada seu funcionamento e seu papel no sistema de repressão e vigilância do período certamente é uma tarefa a ser cumprida após o encerramento desta pesquisa<sup>42</sup>. Embora o relato apresentado aqui seja fragmentário, sua menção se faz necessária, pois o Serviço Estadual de Informações representou, de certa forma, um embrião dos órgãos estaduais de inteligência que vieram depois tanto no que se diz respeito à sua atividade quanto no trabalho integrado entre civis e militares no campo da inteligência.

## **2.4 Um agente a serviço do Estado policial**

Oswaldo é um policial militar bastante conhecido no estado. Dono de uma visão peculiar da polícia, por vezes ele aparenta ser um personagem folclórico. Embora conhecesse sua reputação como uma memória viva da PM no Ceará, não imaginava que pudesse contribuir com a presente tese. Por indicação de um amigo jornalista, contudo, descobri que a atuação dele como agente de inteligência era uma peça importante no quebra-cabeça que estava montando.

---

<sup>42</sup> Parte da documentação produzida pelo SEI integra o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, criado pela Casa Civil da Presidência da República em 2009. De acordo com o Arquivo Nacional, coordenador do projeto, é possível ter acesso aos seguintes materiais: denúncia, dossiê, encaminhamentos, informações, informes, relatórios de diligências, relatórios de informações para viagens, requerimentos acompanhados de currículos, sinopses informativas e sondagem de opinião. Em 2013, o Arquivo Público do Estado do Ceará promoveu a exposição "Memórias Reveladas: as Lutas Políticas no Ceará (1964-1985)", com documentos produzidos e recebidos pelo aparato repressor do Estado pertencentes ao acervo da instituição.

Oswaldo era um policial da 2ª Seção que fez parte do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e, depois, retornou às atividades de inteligência. Embora não demonstre de forma tão explícita em nossas conversas, é possível notar, nas entrelinhas, que práticas e estratégias de policiamento do órgão de repressão da Ditadura Militar foram incorporadas ao trabalho da PM, e vice-versa. Um exemplo disso é a rede de informantes criada no período do DOI-CODI que passou a funcionar como fonte de informações para o Comando de Operações Especiais (COE)<sup>43</sup> e a própria 2ª Seção da PM.

Localizar Oswaldo, contudo, não foi tarefa fácil. As pessoas que entrevistei não possuíam o contato dele. O amigo que me deu o bizu tinha uma vaga ideia de onde ele poderia ser encontrado. Fiz buscas na *internet* e localizei um vídeo em que ele concedia uma entrevista. Quando o repórter entra no portão, é possível ver o número da residência. Gravei os dígitos. Com um pouco mais de esforço, consegui achar uma declaração de bens da época em que Oswaldo se aventurou na política. As pistas começavam a se encaixar. Já possuía uma pista do local em que ele morava.

Em uma tarde bastante chuvosa, dirigi-me à residência dele. Bati em um portão grande e negro de uma rua sem saída. A empregada me respondeu que ele não estava, mas ainda assim pedi o número do telefone da casa, e ela me deu. Liguei pouco tempo depois e marcamos a entrevista. No dia combinado, voltei ao local. Fiquei surpreso com a informalidade com que fui tratado: Oswaldo me recebeu apenas com um *short* e um tênis, pois acabara de chegar da academia. Sentado em uma mesa com tampo de vidro com uma caixinha repleta de *blisters* de remédios em uma das pontas, em seu escritório na garagem, ele começou a discorrer sobre sua passagem na PM e sobre a compreensão que tinha acerca do modelo atual de policiamento.

Embora esteja na reserva, Oswaldo costuma ser consultado por colegas de profissão. O policial é bastante crítico do trabalho que é realizado hoje, em especial no tocante ao Serviço Reservado. Ainda assim suas observações e memórias representaram uma contribuição formidável para a minha compreensão da corporação e da história da própria PM. Oficial reformado da Polícia Militar, ele pode ser

---

<sup>43</sup> O COE foi uma unidade especial formada por policiais civis e militares que atuava na repressão ao crime, no início dos anos 1980. Como pode ser observado, muitas técnicas e práticas em vigor na ditadura foram incorporadas pelo comando na repressão à criminalidade urbana.

considerado como um elo entre a atividade do Serviço Reservado como uma polícia política e uma força policial mobilizada em torno de demandas geradas pela criminalidade.

No período da Ditadura Militar, Osvaldo atuou, como PM da 2ª seção cedido ao regime, no DOI-CODI<sup>44</sup>. “A gente trabalhava com informação, chamar de inteligência é puxar para o americano demais, mas tudo envolve uma questão chamada ‘conhecimento’”, explica (informação verbal).<sup>45</sup> Para o militar, a gênese da atividade de inteligência na polícia remonta ao Estado Novo, de Getúlio Vargas, e ao modelo de polícia política capitaneado por Felinto Muller.

Sempre houve e sempre haverá atividade de inteligência. Quando começou mesmo a se desenvolver na polícia, mais cientificamente, é um dado que vou lhe dar, controverso. Quem começou com esse trabalho foi Getúlio Vargas. Quem desenvolveu a atividade de inteligência policial no Brasil foi Getúlio Vargas. Getúlio era um admirador da Alemanha. Getúlio estava com um bocado de pepino aqui que não conseguia combater. Estava todo mundo brigando contra o nazismo, mas [os países aliados] não entendiam que no futuro o comunismo ia ser pior que o nazismo em termos mundiais por causa da aliança entre Estados Unidos, Inglaterra, França e URSS. Em 1932, o [Carlos] Prestes estava na URSS tentando entender o que era socialismo para ensinar aqui - porque ele era uma capacidade - e, ao mesmo tempo, tentando ver como funcionava o serviço de informação que era precário. O que era *top* na época - nem o americano tinha inteligência, nem o russo tinha inteligência - quem tinha era o alemão através da Gestapo. Então, tinha um chefe de polícia que era quase como um ministro da Justiça. Chamava-se Felinto Muller e morreu no aeroporto de Orly [na França]. Quando começa a inteligência policial a funcionar ela

---

<sup>44</sup> O DOI-CODI surgiu logo um ano após o fim da Operação Bandeirante (Oban). Segundo Joffily (2005), o objetivo da Oban “[...] era centralizar e coordenar de maneira mais eficiente as atividades de combate contra a oposição, mais especificamente contra os grupos da esquerda armada. São Paulo foi escolhida para acolher este plano piloto porque na época era considerada o ‘centro de irradiação dos movimentos de contestação violenta ao governo’. A experiência daria frutos, sendo integrada ao sistema oficial de segurança com a criação simultânea, em setembro do ano seguinte, de dois órgãos diretamente ligados às Forças Armadas: o Destacamento de Operações e de Informações (DOI) – responsável pelas ações práticas de busca, apreensão e interrogatório de suspeitos – e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) – cujas funções abrangiam a análise de informações, a coordenação dos diversos órgãos militares, o planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda e a burocracia. Embora fossem dois órgãos distintos, eram frequentemente associados na sigla DOI-CODI, o que refletia seu caráter complementar. O DOI-CODI representava em certa medida a oficialização da Oban, todavia, não foi instituído por nenhuma lei ou decreto, mas a partir de diretrizes secretas, formuladas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República, o general Emilio Garrastazu Médici”.

<sup>45</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

começa com Felinto Muller porque ela tinha também um cunho político. Foi Felinto quem prendeu a Olga, mulher do Prestes, e a deportou (informação verbal).<sup>46</sup>

Uma das técnicas herdadas de uma ditadura a outra, conforme o militar, foi o interrogatório científico desenvolvido pela Gestapo. O intercâmbio de conhecimentos teria ocorrido por meio de viagens de oficiais brasileiros à Alemanha e de vinda de agentes da Gestapo ao Brasil.

Esse curso foi dado para as polícias militares e para as polícias civis. O exército não entrava. Porque até então o exército achava que fazer polícia era macular a função deles. O Exército pode exercer o poder de polícia na hora que for convocado e houver necessidade. A base do exército francês é o gendarme, que é a polícia. As coisas estão muito ligadas: a segurança externa e a segurança interna (informação verbal).<sup>47</sup>

É nesse momento que a inteligência das Forças Armadas passa a compartilhar informações e a dispor de policiais militares em ações coordenadas.<sup>48</sup> De acordo com Joffily (2005, p. 3-4),

O DOI-CODI introduziu duas novidades: a reunião, num só órgão, de militares das três forças armadas, bem como das polícias militar e civil e a conjugação dos dois pilares do sistema de segurança – o serviço de inteligência (espionagem) e a ação direta (captura e obtenção de informações pela tortura).

Segundo Osvaldo, os órgãos de inteligências das Forças Armadas possuíam limitações inerentes às suas próprias diretrizes operacionais. Enquanto a CIE tinha informações relativas às fronteiras, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) se restringia à orla marítima, e a Aeronáutica possuía dados relacionados aos aeroportos (informação verbal).<sup>49</sup> A PM, contudo, estava presente “em qualquer rincão”, permitindo que sua atuação se estendesse aonde as Forças Armadas não conseguiam alcançar. “Tudo o que ocorre lá [na área de circunscrição do quartel] o soldado sabe. Dentro desse contexto, o Exército procurou otimizar ao máximo a inteligência”, comenta (informação verbal).<sup>50</sup> Ainda de acordo com Osvaldo, a Polícia

<sup>46</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

<sup>47</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

<sup>48</sup> Por causa disso, Osvaldo estudou na Escola Nacional de Informações (EsNI), órgão formador de recursos humanos e difusor da doutrina de inteligência militar ligado ao Centro de Informações do Exército (CIE)<sup>48</sup>. O centro de formação recebeu diversos policiais militares durante o período da Ditadura.

<sup>49</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

<sup>50</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.



Militar do Ceará aparece com papel de destaque no contexto da comunidade de inteligência à época:

Tínhamos um órgão chamado Sipom (Sistema de Informação Policial Militar). O mais bem estruturado, o que funcionou no Brasil foi o do Ceará. O Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha 5 analistas em cada estado. A coisa de inteligência era tão séria naquele tempo que, no Ceará, dos cinco analistas, três eram oficiais da PM e com um grau de produtividade lá em cima. Todos os anos nós mandávamos de 3 a 4 oficiais e uma porrada de praças para fazer a ESNI, ou seja, o curso de inteligência. Em São Paulo, que eu conhecia a segunda seção de lá, a inteligência policial era uma bosta. A 2ª seção lá é 171. Minas, da mesma forma. Eles não davam um tratamento à inteligência como a gente dava. Não é porque eu passei muito tempo na segunda, mas andando por aí, quando tive no CIE, a gente conhecia as outras polícias. Antigamente a gente tinha um telefone que eu falava com o PM2 de qualquer estado da federação. Qualquer estado da federação tinha uma linha direta. Naquele tempo só havia uma operadora nacional, que era a Embratel, que era estatal. Nós tínhamos uma grande amizade com o pessoal da Embratel. Eles faziam umas coisas pra gente que nem Deus sabe como (informação verbal).<sup>51</sup>

Após o fim do DOI/CODI, a experiência adquirida foi mobilizada tanto para o Comando de Operações Especiais (COE) quanto para a 2ª Seção. Enquanto as demais seções se organizavam de forma a haver uma divisão entre assessoramento e execução, o Serviço Reservado unia as duas dimensões em sua atuação cotidiana. O Sipom funcionava como órgão de execução e assessoramento.

O Sipom funcionou junto com a seção, o que foi um erro. Porque uma é de planejamento e a outra é de execução. Então quando você bota um órgão de planejamento para ser executivo há uma deturpação. E a grande deturpação aqui é o que se chama Serviço Reservado. Ele não produz por causa disso aí, porque ele estava na execução e no planejamento. Por isso, não planejava e nem executava o que prestava. Essa era a brigazinha interna dos coronéis. O Sipom era tão perfeito, o grau de conhecimento dele era muito grande (informação verbal).<sup>52</sup>

Com a perda de força dos grupos de guerrilheiros de esquerda, o Serviço Reservado estendeu sua abrangência a diversos campos sociais. Durante as décadas de 1970 e 1980, período em que o Ceará enfrentou secas históricas, a informação sobre o clima tornou-se um caso de polícia:

Quem operava os pluviômetros do Ceará era a segunda seção. Mas por quê? Porque, naquele tempo, a falta de chuva era uma questão de polícia porque induzia as invasões nos municípios. Era preciso que a força policial se

<sup>51</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

<sup>52</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

antecipasse a isso e pudesse estar mais preparado para lidar com os saqueadores (informação verbal).<sup>53</sup>

No contexto de conflitos no campo, Osvaldo afirma que coube ao Serviço Reservado identificar as primeiras do então desconhecido Movimento dos Sem-Terra (MST). Nos anos que se seguiram, sindicatos, movimentos religiosos e partidos políticos foram acompanhados de perto por agentes de inteligência. Os relatórios elaborados no período poderiam esboçar uma história alternativa acerca das lutas e dos movimentos sociais no Ceará. Esse material, contudo, foi destruído, conforme Osvaldo.

Hoje não tem mais tanto movimento, mas antigamente você tinha uma equipe trabalhando no movimento religioso, no movimento estudantil, sindical, por que no movimento sindical uma parte era PCB e outra era PCdoB, aí depois entrou o PT... No movimento sindical era o Sindiute e a Apeoc. Tinha cara que era bom no Sindiute, outro que era bom na Apeoc. Esses se juntavam e faziam a análise daquilo ali. O metalúrgico estava sendo pesado e depois enfraqueceu. Hoje o mais pesado que tem é o da construção civil que paga pistoleiro, inclusive mataram um recentemente lá no Pecém. No dia da invasão da Assembleia eu estava lá, tinha um barbado com a camisa do sindicato, e eu imaginei que ele não era professor. Um amigo meu falou que era terceirizado, mas não era. Era da construção civil. Em qualquer movimento esse pessoal é pago pra emprestar eles (informação verbal).<sup>54</sup>

Uma integrante do sindicato de professores confirmou, durante uma conversa informal, que realmente era monitorada por policiais militares à paisana, no período em que atuava liderando protestos e greves. Ela revelou que, por causa de um pedido de indenização movido por causa da época em que esteve presa na ditadura, teve acesso a um relatório sobre as movimentações que fizera entre as décadas de 1970 e 1980 como líder sindical, corroborando a afirmação de Osvaldo (informação verbal).<sup>55</sup> Relatos de reuniões, manifestações e discursos integravam o dossiê. De forma irônica, parte da história dos movimentos sociais no Ceará poderia ser contada a partir das lentes dos agentes do Serviço Reservado.

## **2.5 2ª Seção da Polícia Militar: um braço do Exército na segurança pública**

<sup>53</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

<sup>54</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

<sup>55</sup> Conversa informal em 3 de agosto de 2015.

Do ponto de vista organizacional, a Polícia Militar sofreu uma nova reformulação a partir da Lei Estadual nº 10.145, de 29 de novembro de 1977. Em seu artigo primeiro, a Lei afirma que a PM “[...] é considerada força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina”, destinando-se “à manutenção da ordem pública na área do Estado” (CEARÁ, 1977). A subordinação ao Exército expressa pelo decreto de 1967 é sobreposta à PM tanto do ponto de vista organizacional quanto operacional. As atividades sigilosas e de coleta de informações eram atribuições que deveriam ser cumpridas, a partir daquele momento, pela 2ª Seção do Estado Maior. Como se pode observar, há uma menção explícita ao trabalho de coleta e gerenciamento de informações no interior da 2ª Seção:

O Estado-Maior será assim organizado:

- Chefe do Estado-Maior;
- Subchefe do Estado-Maior;
- Seções:
  - 1ª Seção (PM/1): assuntos relativos a pessoal e legislação;
  - 2ª Seção (PM/2): assuntos relativos a informações;
  - 3ª Seção (PM/3): assuntos relativos a instrução, operações e ensino;
  - 4ª Seção (PM/4): assuntos administrativos;
  - 5ª Seção (PM/5): assuntos civis;
  - 6ª Seção (PM/6): planejamento administrativo, programação e orçamentação (CEARÁ, 1977).

Há uma alteração discreta nas atribuições do Estado Maior. Além de lidar com informações, a 2ª Seção passou a atuar no que tange à “inteligência da Corporação”. Essa redação se manteve inalterada por um longo período. Um manual de polícia do início da década de 1980 detalha as ações relativas ao setor de informações do Estado-Maior da PM:

A 2ª Seção do Estado-Maior é o órgão de PM responsável perante o Estado-Maior pela assessoria nas áreas de informações e contrainformações, tendo a seu encargo o estudo, a elaboração de documentação e de proposições com vistas a:

(1) No que se refere a informações de Segurança Pública:

- a) Detectar óbices ao desenvolvimento do serviço policial-militar, difundindo as informações pertinentes às autoridades interessadas;
- b) Conhecer e acompanhar a evolução da conjuntura estadual no campo da Segurança Pública, produzindo informações em nível adequado ao acionamento de forças pelo Comando Geral, de acordo com os interesses e determinação desta autoridade;
- c) Estabelecer e assegurar os necessários entendimentos e ligações com a comunidade de informações existentes na área, objetivando, particularmente, o intercâmbio de informações;

d) Conhecer e acompanhar a situação policial no território do Estado, identificando as áreas de incidência criminal e contravencional ou de perturbação da ordem ou de sua iminência;

e) Definir as bases para o estabelecimento da doutrina de informações na PM.

(2) No que se refere a Informações de Segurança Interna:

(a) Conhecer e acompanhar a evolução da conjuntura estadual nos diversos campos e setores da Segurança Interna;

(b) Orientar e realizar a busca de informações, avaliar, analisar, integrar e interpretar os dados conhecidos na área de segurança interna, difundindo as informações produzidas e os informes coletados, segundo o princípio de oportunidade, para os órgãos interessados (QUEIROZ, 1983, p. 197-198).

Dirigido a oficiais, o texto aborda de forma detalhada as atribuições relativas à atividade de coleta e produção de informações na PM. A primeira delas refere-se à detecção de problemas no interior da própria corporação. Em seguida, vem o conhecimento externo, a partir de uma análise de conjuntura (item b). É a partir dessa informação que o comando poderá remanejar seus efetivos de uma forma mais eficaz. Para que esse fluxo de informações seja estabelecido, contudo, é preciso manter uma rede de informantes ativa (item c), descrita no manual como “comunidade de informações”, termo extraído da inteligência militar e que se refere ao conjunto de atores que compõe um sistema de inteligência. O item “d” diz respeito ao movimento da criminalidade em si, tanto nos aspectos objetivos, das ocorrências criminais, quanto na possibilidade de o crime vir a ser cometido, expresso pelo termo “iminência”. As informações de segurança interna estão relacionadas à atuação de movimentos sociais, grevistas e manifestantes. Aplicam-se a tais atores sociais as mesmas recomendações que as determinadas à área da segurança pública. O referido texto é um artigo raro na área de inteligência policial. A falta de sistematização das técnicas e práticas dos serviços de inteligência é uma constante, conforme pude observar nessa pesquisa. Há apostilas e manuais sobre o assunto, mas a lacuna entre os aspectos teóricos e práticos permanece bastante ampla. Não à toa, os entrevistados atribuem o período em que passam a ir para as ruas como determinante em sua formação como agentes de inteligência.

Em 1985, a Polícia Militar do Ceará passou por uma nova reforma, inserindo-se na administração pública estadual como órgão subordinado ao governador do estado e vinculado, operacionalmente, à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Seu organograma obedece à Lei nº 11.035, de 23 de maio de 1985, que fixou o efetivo, regulamentada pelo Decreto nº 17.229, de 11 de junho

de 1985, que aprovou o quadro de organização. O Colegiado mantém sua divisão em seis seções, cujas competências básicas distribuem-se da seguinte forma:

- 1ª Seção do EM - Responsável pela elaboração de políticas e acompanhamento de pessoal;
- 2ª Seção do EM - Cuida das questões atinentes a informações e inteligência da Corporação;
- 3ª Seção do EM - É responsável pela política operacional;
- 4ª Seção do EM - Coordena a política logística e faz o controle e acompanhamento de material;
- 5ª Seção do EM - Área que trata de assuntos civis: comunicação, ações comunitárias e Relações Públicas;
- 6ª Seção do EM - Encarregada da elaboração do planejamento orçamentário (CEARÁ, 1985).

Se a década de 1980 foi um período de consolidação da inteligência da PM, a década seguinte foi marcada por uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que o setor contabilizou feitos importantes seu *modus operandi*, passou a ser cada vez mais questionado. O período marcou a transição definitiva de um regime ditatorial para uma sociedade civil e democrática. Embora o país tenha passado a viver em uma democracia, a Polícia Militar permaneceu como uma instituição fortemente marcada pelo viés do militarismo. Essa dissonância não passou despercebida pelos pesquisadores que estudam o tema, e é apontada como uma das causas das crises que volta e meia a área de segurança pública costuma atravessar.

Como exemplo de um caso bem-sucedido, o Serviço Reservado ganhou destaque de página inteira em 1993, graças ao mapeamento realizado das gangues de Fortaleza.<sup>56</sup> O trecho a seguir é bastante ilustrativo do papel que se esperava ser realizado por tal órgão e de seu modo de atuação:

O Serviço Reservado da Polícia Militar elaborou um minucioso relatório sobre as atividades de várias quadrilhas de adolescentes que vêm agindo nos últimos meses em diversos bairros de Fortaleza. Durante várias semanas PMs à paisana chegaram a se infiltrar nos grupos com o objetivo de identificar os líderes das gangues, seus componentes e o local onde agem. O resultado do trabalho sigiloso se encontra em poder do comandante do Policiamento da Capital, coronel Durval Rodrigues Tavares. A partir deste levantamento, a PM vai traçar um plano de repressão aos grupos [...] Os militares se infiltraram em pelo menos 17 gangues, todas envolvidas em 'arrastões', pichações, assaltos e, algumas, em crimes de morte. Uma das quadrilhas, por exemplo, a que se denomina 'Dominadores do Spray', que atua no Pirambu, tem cerca de 80 componentes e age nas festas de agito no Grêmio dos Ferroviários e

---

<sup>56</sup> Jornal *O Povo*, 14 mar. 1993. Caderno Polícia. p. 15A. Chama atenção a denominação dada a tais grupos: "quadrilhas de adolescentes".

no Carlito Pamplona. Seu chefe foi identificado. Trata-se de Orestes de Sousa Santos, 16, apelidado de Praga (O POVO, 1993, p. 15).

Entre 1993 e 1996, 84 pessoas teriam sido mortas por causa dos confrontos entre membros de gangues rivais. A espiral de violência chamou atenção para um fenômeno até então tratado de forma indiferente pela sociedade: as juventudes. É interessante observar que as gangues de Fortaleza se tornaram uma questão social, digna de receber um investimento elevado da PM na busca por compreender seu funcionamento, quase ao mesmo em que são percebidas como um objeto sociológico pela academia. Pesquisa feita no mesmo período pela professora Glória Diógenes, da Universidade Federal do Ceará (UFC), revelou a existência de 240 gangues juvenis na capital cearense. Estas foram divididas entre violentas (gangues) e não violentas (galeras).

A descrição do modo como a pesquisadora ingressou em seu campo de estudo assemelha-se bastante à forma como os policiais descrevem sua presença no mundo: como leitores de sinais que seriam invisíveis aos “civis”, mas que não passam despercebidos a quem tem o olhar apurado:

Comecei a trilhar a linguagem dos sinais, linguagem do silêncio que apenas se evidencia nos olhares aguçados e nas escutas atentas. Essa aventura de tudo ver e escutar é paga com energia. Todo o corpo parece vibrar com a percepção que esses sinais vão apontando (DIÓGENES, 1998, p.16).

O resultado dessa decifração, no entanto, assume formas diversas. Pode resultar em abertura ao outro, como no caso da pesquisadora, ou no reforço dos estigmas sociais, como se viu no levantamento feito pela PM, em que gangues e galeras são tratados indistintamente, em uma tentativa de dar uma resposta aos clamores de quem vê as manifestações juvenis somente como uma ameaça à ordem estabelecida. Segundo Diógenes (1998, p. 201), “[...] a polícia, como em um jogo de espelhos, possibilita a existência, a produção e o registro ‘oficial’ da gangue como agrupamento violento”. Ao mesmo tempo, por se portar como um agente repressivo das ações entre as gangues, a polícia “apresenta-se como um ‘outro’, estranho ao grupo” (1998, p. 201). Esse movimento entre o “dentro” e o “fora” é típico do trabalho do agente de inteligência. Embora se esforce por falar a mesma “língua” de seus colaboradores e de se portar como um “civil” se portaria, a diferença entre ambos é irreconciliável: na relação que mantém com sua rede de informantes, um agente do

Reservado sempre será o “outro”. O mesmo ocorre com o pesquisador em relação aos seus interlocutores, ainda que o grau de abertura e as possibilidades de deixar de tornar-se um “nativo” sejam maiores.

Aliado a ações bem-sucedidas — como a desarticulação da gangue do Formigão, no bairro do Pirambu —, o Serviço Reservado da PM se vê frente a uma denúncia de ameaça de morte oriunda de um morador daquele mesmo bairro. O antropólogo Francisco Sousa<sup>57</sup>, um dos fundadores do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Pirambu, revelou ter descoberto evidências de diversos crimes que teriam sido cometidos no local por policiais militares e ex-PMs conhecidos como “justiceiros”. Por causa disso, ele se tornou alvo de ameaças de morte e passou a contar com uma escolta policial formada por sete PMs do Serviço Reservado. Após um desentendimento com os homens que lhe faziam a segurança, Francisco Sousa voltou a ser ameaçado. Temendo ser morto em uma queima de arquivo, o antropólogo se refugiou com a família na cidade francesa de Lyon.

Naquele período, diversos erros de abordagem cometidos por policiais da P2 foram noticiados pela imprensa. Um deles chamou atenção pela quantidade de policiais envolvidos e pelo desfecho brutal da ocorrência.<sup>58</sup> Em 12 de março de 1995, Francisco Ernandes do Nascimento, vigilante de uma loja de eletrodomésticos no Centro de Fortaleza, foi morto por engano após uma abordagem desastrada realizada por uma equipe do Serviço Reservado (composta por um sargento, uma aspirante e um soldado) em um veículo descaracterizado. Como estava vestido apenas com uma bermuda e portava um revólver na cintura, Ernandes foi confundido com um assaltante pelos PMs. Segundo o relato de uma reportagem da época, “[...] o fato também de uma das portas da loja se encontrar semiaberta levou os PMs a pensar que ali estava se desenrolando um crime contra o patrimônio”<sup>59</sup>. De acordo com a narrativa descrita no inquérito policial, o sargento desceu do carro com uma pistola na mão. Ao avistar o PM, o vigilante também imaginou que ele tivesse o intuito de roubar a loja, e efetuou dois disparos que atingiram o sargento e a aspirante. O reforço policial foi acionado pelo soldado que ficou no automóvel. Logo, diversas composições policiais se dirigiram ao local da ocorrência. Temendo pela sua própria vida, Ernandes refugiou-se no banheiro coletivo de um convento. O cômodo foi invadido e o homem foi morto

---

<sup>57</sup> Jornal O POVO, 8 abr. 1992, Caderno Polícia, p.14A.

<sup>58</sup> A reconstituição que segue foi feita a partir de matérias publicadas no Jornal *O Povo*.

<sup>59</sup> Jornal O POVO, 7 dez. 1995, Caderno Polícia, p.12A.

com 16 tiros. Entre policiais civis e militares, 30 pessoas foram indiciadas pelo assassinato.

Em 1997, a denúncia de que o Serviço Reservado da PM possuía um sistema de escuta telefônica para rastrear conversas de pessoas públicas da sociedade cearense gerou uma nova onda de questionamentos ao setor. O comandante da Polícia Militar teve de vir a público para rebater as acusações oriundas de um capitão PM, ouvido em uma comissão especial que apurava envolvimento de policiais civis e militares em práticas criminosas.

Ao longo das duas últimas décadas, o Serviço Reservado vem sendo alvo de questionamentos por parte do sindicato da Polícia Civil, de movimentos sociais e até mesmo da imprensa. Mesmo realizando uma prisão considerada expressiva diante da temida fama dos membros da quadrilha do Formigão, a 2ª Seção da PM foi alvo de críticas do editor da seção policial do jornal *O Povo* à época:

O papel da PM é, principalmente, o policiamento ostensivo e preventivo. O papel de prender é da polícia judiciária. Cabe à Polícia Civil. Mas ao contrário do exercício normal de polícia estamos observando uma guerra. Uma guerra de exibição, de show-bizz, onde quem perde é a população (O POVO, 1996, p. 12)<sup>60</sup>.

Em artigo de jornal, o advogado João Alfredo Telles Melo, então membro da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, assim descreve as atividades desempenhadas pelos policiais da P2:

Veja por outra os jornais noticiam atividades de investigação policial realizadas pelo 'Serviço Reservado' - ou por outro qualquer destacamento especial - da Polícia Militar, num flagrante atentado às normas constitucionais, que determinam que esse mister é de exclusividade da Polícia Civil. Abra-se aqui parênteses para dizer que o Comando da Polícia Militar tem ignorado olímpicamente todos os pedidos de informação sobre o 'Serviço Reservado' encaminhados pela Assembleia Legislativa (MELO, 1996, p. 7).

Embora sejam objetos de críticas durante todo esse tempo, os PMs do Serviço Reservado permitem aos seus comandos que atuem com desenvoltura em uma diversidade de ocorrências criminais que não poderiam ser atendidas por meio do policiamento ostensivo e fardado. Os oficiais entrevistados para essa pesquisa são unânimes em ressaltar a relevância da atividade de inteligência desempenhada pelo

---

<sup>60</sup> Jornal *O Povo*. 20 jul. 1996. Caderno Polícia. P.12A.



Reservado nas estratégias de policiamento desenvolvidas por eles. Os exemplos vão da coleta das primeiras informações acerca de um assassinato de grande repercussão social à investigação sobre o comércio ilegal de armas de fogo em feiras de Fortaleza. Os conflitos entre torcidas rivais são mais um exemplo de área de atuação dos policiais à paisana. Questionado se policiais do Reservado estariam infiltrados entre os torcedores a fim de descobrir as dinâmicas de violência existentes em tais práticas, o comandante da PM responde:

Inclusive, não só os agentes são colocados como temos também nossa própria filmagem. Vamos assistir para tentar identificar algumas pessoas que participaram desses atos de vandalismo. Identificando, a gente vai qualificá-las e remeter para o Ministério Público já com os nomes (O POVO, 2005, p. 15).

Nessa afirmação, é possível perceber com clareza a relevância do serviço de inteligência nas decisões do comando e como o sistema de justiça criminal se nutre de tais práticas policiais cotidianas que, embora contestadas, possuem um elevado grau de eficiência. Um comandante PM que esteve à frente da renovação dos quadros da P2 revela a importância do setor para sua gestão e como se valeu dos serviços do Reservado para lidar com uma série de casos de roubos a coletivo.

O certo é que ao longo do nosso comando, nós que encontramos essas seis pessoas [PMs do Reservado] multiplicamos isso por dez e entregamos o comando em maio com cerca de 60 pessoas lotadas na 2ª Seção. E a 2ª Seção ela me alavancou inclusive... Me deu crédito para que naquela época eu fosse eleito pelo Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa como um dos melhores secretários de estado e eu disse isso no discurso de recepção da comenda, que o sucesso... Com certeza o sucesso estava nas informações prontas, nas informações que vinham alavancar o trabalho deles, porque o meu eu já disse que era, informações eram de trabalho. Com relação à informação, tem um fato muito eloquente. Assaltos a ônibus são muito comuns lá pros lados do Pirambu e do Mucuripe, com aquela meninada e aquelas quadrilhas. Aí eu chamei o Capitão e disse: 'Vamos resolver isso. Como é que a gente resolve?'. Eu disse: 'Em cada ônibus nós vamos botar uma dupla de policiais, um homem e uma mulher, que eu tinha mulheres também. Um homem e uma mulher. Um casal de namorados andando nos ônibus e sendo assaltados. Rapaz, num instante acabou. Houve aí umas prisões e umas trocas de tiros. Até morreu alguns lá. Aí pronto, "não, tem policial dentro de ônibus", aí acabou. Aquela realidade daquele tempo foi resolvida assim, hoje eu não sei se isso existe e é resolvido assim, porque hoje os direitos humanos se preocupam muito (informação verbal).<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> Entrevista com coronel PM em 22 de maio de 2013.

Dois elementos podem ser destacados nesse relato. O primeiro é a importância de o comando estar bem informado sobre o que ocorre em sua área de abrangência. Contar com uma rede de informantes bem articulada auxilia nesse sentido, em especial na obtenção da “informação pronta”, como ressalta o oficial, ou seja, no dado já processado pelo agente de inteligência e que pode ser assimilado de forma imediata na tomada de uma série de decisões estratégicas. O segundo é a autonomia dada aos agentes. Embora não tenha dado ênfase a esse episódio, o depoimento do oficial revela a ocorrência de confrontos armados entre os PMs à paisana e os assaltantes que resultou, algumas vezes, em morte.

O efeito dissuasório de uma baixa no mundo do crime de certa forma contribui para que determinada prática seja evitada em benefício de outras, no que se costuma denominar de migração do crime. Quando se observa a trajetória de algumas ocorrências criminais é possível perceber que elas seguem uma linha ascendente até um momento de saturação em que a polícia intervém de forma mais eficaz e os índices se reduzem. A série de sequestros ocorridos no Ceará entre 2006 e 2007 é um exemplo clássico disso. Um inspetor ouvido para essa pesquisa revela que, após a criação de uma unidade policial específica, a Divisão Antisequestro, os casos tornaram-se mais escassos. Atualmente, as mesmas pessoas que sequestravam estão envolvidas em roubos a banco, que ganhou força depois da expressiva queda nos sequestros. O que fica bem claro nos dois depoimentos acima é que a ação do Serviço Reservado rende dividendos aos seus superiores que, nos exemplos descritos, conheciam em toda a extensão o trabalho desenvolvido pelos agentes e, por conseguinte, dividiam a mesma responsabilidade pelas consequências de tais ações.

## **2.6 Situação atual do Serviço Reservado**

No decorrer da presente pesquisa, a PM do Ceará passou por uma nova reformulação, por meio da Lei Estadual nº 15.217, de 5 de setembro de 2012. A estrutura de Estado Maior deu lugar a um organograma que subdivide a corporação em órgãos de direção superior, órgão de gerência superior, órgãos de assessoramento superior, órgãos de execução programática e órgãos de execução instrumental. O Serviço Reservado ganhou nova denominação, passando a ser

chamado de Coordenadoria de Inteligência Policial (CIP). As atribuições do órgão são descritas no parágrafo 7 do artigo 18:

Coordenadoria de Inteligência Policial (CIP) é órgão responsável pela atividade de inteligência no âmbito da Polícia Militar do Ceará e exerce permanente e sistematicamente ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, orientadas, basicamente, para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução de uma política de Segurança Pública voltada para ações preventivas e repressivas de atos criminosos de qualquer natureza ou atentados à ordem pública (CEARÁ, 2012).

A descrição compreende de forma sucinta as atribuições da Inteligência de Segurança Pública (ISP) contidas na doutrina nacional que norteia a atividade, como se verá a seguir. As ações estruturam-se em três eixos: a) identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais, b) produção e salvaguarda dos conhecimentos produzidos pelos agentes e, por fim, c) ações repressivas contra atos que visem atentar contra a ordem pública. Há uma evidente analogia ao texto do manual destinado aos oficiais publicado em 1983, embora a expressão “segurança interna” tenha ficado nas entrelinhas na expressão “atentados à ordem pública”.

Embora com a implantação da nova legislação o termo oficial passe a ser “Coordenadoria de Inteligência Policial” e o profissional seja conhecido por “agente de inteligência”, a expressão Serviço Reservado ainda mantém sua força nos discursos dos entrevistados. Nos grupos de *Whatsapp*, as referências ao trabalho de inteligência ora são feitas ao Reservado, ora dirigem-se à CIP. Mais que uma mudança de nomenclatura, há um conceito de inteligência subjacente à nova denominação. Policiais com maior formação na área refutam o termo, considerando-o antigo e ultrapassado. O policiamento que teria sido feito até o momento é considerado por eles como Serviço Reservado, ou velado. Na inteligência, não haveria margem para prisões realizadas pelos policiais ou práticas como tortura, no intuito de obter confissões. A Coin é apontada como uma referência nesse sentido, tanto pelos especialistas quanto pelos PMs que estão na rua. O que se vê no dia a dia, contudo, é que a atividade de inteligência possui um caráter inerentemente híbrido, dificultando sua apreensão sob uma forma “pura”. É o que irei abordar no capítulo 5, quando faço um estudo comparativo apontando as semelhanças e as diferenças entre a investigação criminal e a inteligência policial. Por causa disso e para dar mais fluidez

ao texto, emprego as mais diversas acepções pelas quais os profissionais são denominados (P2, agente do Reservado, agente de inteligência), sem me deter às minúcias que porventura diferenciariam um termo do outro.

Na parte eminentemente operacional, ou seja, no que se refere ao exercício do policiamento ostensivo (atividade-fim), a Corporação conta com dois Grandes Comandos: Comando de Policiamento da Capital (CPC) e Comando de Policiamento do Interior (CPI), como visto no primeiro capítulo. Todas as companhias e Batalhões de Polícia Militar (BPM) devem possuir um núcleo da Coordenadoria de Inteligência Policial, que se reporta unicamente ao comandante daquela unidade militar, embora deva compartilhar informações com a coordenação da Coordenadoria de Inteligência Policial e a Coordenadoria de Inteligência (Coin)<sup>62</sup>. Até mesmo os batalhões especiais, como Batalhão do Turismo (BPTur), Batalhão de Choque, Raio e Ronda do Quarteirão, possuem suas unidades de inteligência, permitindo a criação de uma rede de informações com bastante capilaridade e que reúne todas as vantagens inerentes a uma estrutura desse porte.

### ***2.6.1 Inteligência de Estado versus Inteligência de Segurança Pública***

Passados 30 anos, a 2ª Seção é ainda hoje acionada para monitorar greves e manifestações. A missão dada pelos superiores, de acordo com Ranulfo (2015), é identificar os cabeças dos movimentos e agir em caso de “baderna”. Para não ser notado em meio à multidão, um dos PMs se ocultou sob o disfarce de vendedor de pastilhas durante uma paralisação de trabalhadores. A repressão em uma situação de tumulto não é recomendada a quem trabalha com inteligência. Os policiais do Reservado repassam as informações para as viaturas, que irão decidir se entram ou não em ação. “Você tem de ser o olho para quem vai atuar”, afirma. Felipe revela que, durante operações desse gênero, é comum os PMs presenciarem outros delitos aos quais já estão mais acostumados a lidar:

Seguindo um cara numa manifestação, uma vez nos deparamos com uma pessoa vendendo droga em uma calçada. Não pudemos agir porque nossa prioridade era outra. Mas, nesses casos de manifestação e greves, nem

---

<sup>62</sup> Vale ressaltar que, conforme foi percebido durante a pesquisa, nem todos as companhias e batalhões dispõem de um núcleo de inteligência. A falta de recursos foi apontada como fator limitador nesse sentido. Há casos, no entanto, em que a decisão de não dispor de um núcleo de inteligência parte exclusivamente de uma decisão do próprio comando, como foi me relatado por Ulisses.

sempre é preciso se infiltrar. Com o binóculo é possível acompanhar a movimentação à distância (informação verbal).<sup>63</sup>

Para o major Silveira, a Constituição de 1988 foi um marco na divisão entre inteligência de Estado e inteligência de segurança pública. Ouvi falar do oficial durante uma de minhas entrevistas. Ele foi citado como um policial experiente e muito conhecedor da inteligência policial. Tais credenciais me motivaram a ir vê-lo no quartel em que está lotado. Tirei uma tarde para ir ao local. Não conhecia o caminho, mas fui me informando e encontrei sem tantos transtornos, embora tenha ido parar em um local quase sem saída, sem calçamento e sem condições de passar um veículo. Identifiquei-me na entrada e logo fui atendido. Silveira me recebeu bem, e questionou-me acerca da minha identidade profissional e como pesquisador. Apresentei-me como membro do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), e ele, então, se deu por satisfeito, mas por pouco tempo, como eu iria saber depois.

O major começou por estabelecer a diferença entre inteligência de Estado — que, segundo ele, vigorava antes da Constituição de 1988 — e a inteligência policial desenvolvida atualmente, pós-88. A inteligência, na época da Ditadura, explica, atuava monitorando movimentos sociais e grupos que se opunham ao regime. Para o oficial, o ano de 1995 marcaria uma transição entre as duas modalidades de inteligência. Essa transição foi acentuada no governo Lula, quando o *modus operandi* da inteligência de Estado, acrescenta, foi perdendo terreno no campo da segurança pública (informação verbal).<sup>64</sup>

Ainda que o contexto sócio-histórico tenha se alterado, o major informa que o modelo de inteligência de Estado continua a ser empregado em se tratando de movimentos cuja atuação é marcada pela violência, com casos de agressão e depredação. Ele cita como exemplo o Sindicato da Construção Civil. Nesses casos, revela o oficial, policiais à paisana acompanham as manifestações. “É preciso preservar os bens tutelados pelo Direito e evitar o dano ao patrimônio”, explica (informação verbal).<sup>65</sup>

Quando se refere à atividade de inteligência, o oficial deixa claro que se trata de uma ação de assessoramento. A expressão é repetida outras vezes ao longo da conversa, com ênfase. “Há muita confusão sobre o tema e muita ciúmeira. Há uma

---

<sup>63</sup> Entrevista com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>64</sup> Entrevista com major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

<sup>65</sup> Entrevista com major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

linha tênue entre investigação e inteligência”, comenta. “A inteligência produz conhecimento para uma tomada de decisão”. “A PM tem muita capilaridade. Isso nos ajuda”. No que tange à matriz da atividade, Silveira afirma que a Abin é o órgão central da inteligência, e é de onde se originam os cursos e as formações. “A doutrina é recente. A base ainda é a inteligência do Estado. No caso de uma manifestação que vai impactar a economia. A inteligência é importante na tomada de decisões”, explica (informação verbal).<sup>66</sup>

Em dado momento, o major interrompe a conversa para se certificar da minha idoneidade. Percebi que a minha apresentação não o fizera se sentir plenamente confortável em abordar um tema que exige bastante discrição. Embora procure manter a identidade dos meus interlocutores preservada, tive de informar o nome do policial com quem obtive o contato dele. O oficial, de imediato, liga para o PM. Após uma breve conversa em que o ouço perguntando se poderia confiar em mim, o major volta a falar. Dessa vez a expressão se mostra menos tensa e mais amistosa. Finalmente Silveira se encontrava mais à vontade. Emendamos um novo assunto e seguimos adiante. No fim da entrevista, o major me acompanhou até a entrada do prédio. Essa caminhada de cortesia, que parece à primeira vista ser sem importância, trata-se de um momento-chave na relação entre pesquisador e interlocutor. Fora do alcance dos demais policiais, o oficial poderia se expressar mais à vontade e emitir opiniões menos institucionais. Não tratamos, contudo, de inteligência policial. Silveira aproveitou a oportunidade para se queixar da dificuldade em lidar com adolescentes em situação de infração. Para ele, o melhor seria que houvesse uma redução da maioria penal ainda que por um tempo determinado. Nem concordei e nem discordei. Apenas escutei-o.

## **2.7 Transformações na segurança pública pós-1997 - parte 1: integração e modernização na segurança pública do Ceará**

A reestruturação da atividade de inteligência na Polícia Militar não foi um fenômeno isolado. Ela faz parte de um processo mais amplo de profissionalização e integração dos serviços de inteligência. No Ceará, tais mudanças vieram acompanhadas de um esforço de modernização das práticas e gestão policiais que tiveram início em 1997. Embora com origens distintas, os dois movimentos históricos

---

<sup>66</sup> Entrevista com major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

se inter cruzam em dado momento. O relato dessas duas trajetórias pode ser conferido nas duas próximas seções.

O governo do Ceará tornou-se oficialmente membro do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisb) em 2005. A medida foi o último passo de uma série de medidas que tiveram início em 1997, a partir de um contexto de grave crise de credibilidade na área da segurança pública. Esse período foi retratado em detalhes no livro *Questão de Segurança*, organizado pelo sociólogo César Barreira, do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC). A exposição que se segue tem como base as reflexões e os achados dos pesquisadores que contribuíram com a publicação.

Quando eleito governador do estado, Tasso Jereissati se apresentava na mídia e no discurso oficial como o “novo”, quando comparado aos “coronéis” que se apegavam ao modo tradicional de fazer política. Uma administração racional e moderna era a grande bandeira do primeiro governo eleito após o regime militar. O principal desafio era (re)democratizar as estruturas dos aparelhos estatais, bem como suas práticas institucionais. No campo da segurança pública, a tarefa mais urgente era implementar políticas de segurança pública eficazes na prevenção e no combate à criminalidade, mas que, ao mesmo tempo, fossem subordinadas aos ditames do Estado de Direito (ADORNO, 1998; BARREIRA, 2004).

O relato histórico apresentado neste capítulo dá a dimensão do esforço a ser realizado. Práticas truculentas e que muitas vezes possuíam um caráter discriminatório se sucedem ao longo da história da Polícia Militar, ainda que a corporação altere sua denominação e sua estrutura organizacional. Se foi exitoso na modernização da máquina administrativa, o governo Tasso enfrentou profundas resistências oriundas do interior das estruturas de poder e dos dispositivos repressivos. O descrédito na capacidade de o governo realizar as mudanças prometidas foi o resultado do relativo insucesso diante da magnitude do que ainda precisava ser feito.

O quadro, que já não era tão promissor, assumiu contornos dramáticos no segundo governo Tasso Jereissati (1995-1998). O Caso França, em que o agente João Alves França denunciou o envolvimento de policiais civis e militares nos mais diversos crimes (tráfico de drogas, extorsão, assaltos, etc.) escancarou uma realidade subterrânea que se mantivera oculta até aquele momento. Na época, a inteligência

policial foi responsabilizada por não ter previsto a extensão que os acontecimentos poderiam tomar, ou seja, falhou em sua missão primeira, que é a de identificar possíveis ameaças. Uma comissão especial comandada por um procurador da República foi montada para apurar as denúncias. Como resultado dos trabalhos de investigação, 10 delegados, 8 comissários e 13 agentes prisionais foram acusados, sendo que 26 foram afastados de suas funções. A estrutura da então Secretaria da Segurança Pública (SSP) implodira do ponto de vista simbólico e moral. Era preciso que houvesse uma reformulação, um verdadeiro processo de refundação das bases da segurança pública. A integração entre as polícias civis e militares tornou-se o eixo de todas as ações. Caberia a um único comando a missão de coordenar, controlar e integrar as atividades de segurança. Até então, apenas a Polícia Civil era subordinada à Secretaria de Segurança Pública. A Polícia Militar obedecia às ordens diretas do governador do estado, sem intermediações. Não raro, as duas corporações se viam envolvidas em disputas pelo poder, em especial na busca por maior autonomia de atuação, como bem assinala Brasil (2002 p. 327):

O testemunho de um coronel da PM nos parece bastante esclarecedor ao dizer que, durante este período [antes da integração], o Estado Maior da PM organizava suas ações de forma autônoma, sem interferência direta do secretário da segurança. Ele relembra essa época como um bom período para a PM, pois, em suas palavras, o secretário de segurança, quando muito estudava um problema estratégico com os PMs (com esta afirmação, o coronel queria marcar a distância do secretário em relação às decisões tomadas pela PM) (grifo da autora).

Os distritos-modelo, unidades em que PMs e policiais civis dividiam tarefas, foram a representação dessa guinada, seguindo um projeto desenvolvido pela consultoria *First Security Consulting*, de William Bratton, ex-chefe de polícia de Nova York e “pai” do programa “Tolerância Zero”, que contribuiu para a redução dos índices de criminalidade daquela cidade americana e foi replicado em diversos outros locais. Um general do Exército, Cândido Vargas Freire, foi o homem escolhido para liderar essa reforma. A nova denominação, Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC), foi cunhada, na tentativa de mostrar à população que o “novo” finalmente chegara às práticas policiais.

Alfredo é oficial PM e acompanhou de perto esse processo de reformulação, ao ocupar cargos administrativos na gestão da segurança durante o governo e, posteriormente, no governo Lúcio Alcântara. O militar faz um balanço



histórico e crítico desse período histórico. Para ele, a inteligência falhou em não conseguir detectar a movimentação subterrânea que havia em torno do Caso França. O descontentamento do policial e as práticas denunciadas por ele passaram ao largo do Radar, o Sistema Integrado de Defesa Social (Sindes), órgão responsável pela integração das ações entre as polícias Civil e Militar:

O governo do Tasso Jereissati, no segundo mandato dele, contratou essa consultoria do William Bretton logo que estourou o caso França aqui, né? É que o Sindes, por ser o órgão que era responsável por essa coordenação, não conseguiu detectar toda aquela situação que tava acontecendo e aí, realmente, foi uma falha da inteligência, né? No monitoramento do público interno. Quando o caso França foi à tona e aquele policial denunciou vários policiais pela prática de vários crimes, muita coisa não foi comprovada, mas muita coisa ficou no limbo também porque é muito difícil você provar ações de policiais, porque os policiais se protegem, sabem como se proteger, tem corporativismo pelo meio e tem uma série de fatores que prejudicam muito a investigação policial. Então, a partir disso, o governador Tasso Jereissati tomou a atitude de chamar a consultoria do William Bretton e por quê? Porque ele foi o chefe de polícia da cidade de Nova Iorque, né? Ele foi conhecido e renomado no mundo inteiro como mentor da política de tolerância zero nos Estados Unidos, em que realmente ele virou a página lá no tocante à criminalidade (informação verbal).<sup>67</sup>

Bretton, ao contrário do que se pode pensar a princípio, não era policial de carreira. Para Alfredo, o segredo do sucesso à frente da polícia nova iorquina foi o modelo de gestão implementado no interior de um órgão público. A avaliação corresponde ao pensamento governamental da época, que se amparava fortemente em um discurso empresarial. A solução estaria, então, em uma sobreposição de práticas administrativas e gerenciais ao cotidiano policial.

Em uma das cidades mais violentas do mundo William Bretton conseguiu inverter a criminalidade. Lá reduziu bastante com uma gestão de caráter basicamente administrativo e empresarial. Ele não era um policial. Olha, ele é um excelente gestor com uma visão de gestão que permeia qualquer atividade. Então ele levou fundamentos da gestão empresarial, da gestão privada para dentro de um segmento público e deu certo por diversos fatores. Um dos principais fatores é que o direito de lá é diferente do nosso. O direito lá é anglo-saxão e o nosso é latino. O americano é muito pela razão e pela praticidade das coisas. O brasileiro é muita pela lei e pela emoção (informação verbal).<sup>68</sup>

A redução de 30% do efetivo policial sob a acusação de corrupção é compreendida por Alfredo como um fator de sucesso na gestão de Bretton. A mesma

<sup>67</sup> Entrevista com Alfredo em 11 de julho de 2013.

<sup>68</sup> Entrevista com Alfredo em 11 de julho de 2013.

medida não poderia ser adotada aqui por causa de uma série de empecilhos legais e jurídicos. O que foi “bom” para os Estados Unidos era impossível de ocorrer no Brasil.

Então, lá ele conseguiu logo de início afastar e demitir sumariamente 30% do efetivo policial, que tinha acusação de corrupção, porque lá eles não têm estabilidade no emprego se for comprovado qualquer indício de corrupção. Aqui pra você colocar um policial pra fora é a coisa mais rara, porque ele tem mil mecanismos de recursos, de dificuldades, de formalismos, de burocracia e torna muito dificultoso você colocar um policial sabendo que ele realmente praticou um fato você conseguir expulsá-lo. Lá não. Lá chega ao ponto, nos Estados Unidos, deles trabalharem a questão do flagrante preparado, que aqui no Brasil é proibido. Quando eles desconfiavam que um policial era corrupto, eles montavam lá um falso flagrante de um traficante de drogas, deixavam dinheiro facilmente localizado no apartamento ou uma droga facilmente localizável e colocava um equipamento de filmagem e acionava aquela viatura pra ir atender uma ocorrência. Quando o policial chegava lá e não encontrava ninguém e só encontrava o dinheiro, se ele colocasse o dinheiro no bolso estava provado e ele era sumariamente demitido. Essa prática foi usada muitas vezes e aqui isso é impossível de você fazer, porque é ilegal você produzir esse tipo de provas chamado flagrante preparado. Então um dos motivos maiores é a praticidade da aplicação. Lá tem esses mecanismos que nós não temos ainda na nossa Legislação. A começar pela Constituição que veda, né? (informação verbal).<sup>69</sup>

Um teste de força em relação ao processo de mudanças organizacionais promovidas pela SSPDC ocorreu em 29 de julho de 1997, quando o Ceará assistiu à primeira paralisação de policiais militares de sua história. Um grupo de 376 PMs uniu-se a policiais grevistas, em uma manifestação que se dirigia à sede da SSPDC, na avenida Barão de Studart, no bairro Meireles, área nobre de Fortaleza. Os militares reivindicavam aumento do soldo de R\$48,00 para o valor do salário mínimo à época, R\$120,00. Os civis, por sua vez, cobravam abono salarial de 22,45%, além de melhores condições trabalhistas. Os manifestantes foram barrados por uma tropa do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), do Batalhão de Choque. Teve início, então, um confronto. Polícia *versus* polícia em plena via pública. O comandante-geral da PM à época foi atingido com um disparo no ombro. Sete pessoas também ficaram feridas.

Após o ocorrido, a resposta governamental foi dura. Por meio de registros audiovisuais e depoimentos, 501 policiais foram identificados como participantes do conflito. 75 foram afastados de suas funções por 60 dias, enquanto 13 foram exonerados da corporação. No total, conforme o jornal *Diário do Nordeste* (1997), 9 sargentos, 3 cabos e 58 soldados foram punidos. O protesto ocorrido no Ceará ecoou o que já havia ocorrido em Minas Gerais naquele mesmo ano.

---

<sup>69</sup> Entrevista com Alfredo em 11 de julho de 2013.

Integração e modernização das ações foram as palavras que nortearam todo esse processo. A melhoria nos equipamentos e na gestão foi evidente. No período foram criados o Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), o sistema de monitoramento de crimes em lugares estratégicos, o policiamento aéreo do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer), etc. É certo, contudo, que houve resistências dos mais diversos gêneros à integração. As mudanças esbarravam na atitude de alguns policiais militares que “[...] ainda não se desconectaram do modus operandi revelador de um saber-fazer prático fundado em valores autoritários herdados da ditadura militar” (BRASIL, 2009, p. 39). De modo geral, a união das polícias acabou se incorporando às práticas policiais talvez não como uma realidade consolidada, mas como uma meta sempre a alcançar.

No que diz respeito ao fluxo de informações no interior do sistema de segurança pública, a informatização foi a palavra-chave. Por meio de um avançado sistema de tecnologia de informação, quatro subprojetos foram criados: o Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), a Rede de Informações Criminais, o Sistema de Radiocomunicação e o monitoramento de vídeo de vias públicas. Tais medidas eram pioneiras no Brasil, e acentuavam o caráter modernizador das reformas. O Ciops substituiu o Centro de Operações Policiais Militares (Copom), que era utilizado por Osvaldo quando este ainda estava na ativa. Policiais civis e militares operam em conjunto nessa unidade, que concentra os registros de ocorrência de todo o sistema de segurança pública. Além de facilitar a comunicação entre os agentes, o Ciops também monitora a atuação deles, permitindo maior controle sobre a atividade policial. Ao mesmo tempo em que a segurança pública no Ceará buscava se adequar ao contexto de maior eficácia operacional, um movimento de forças buscava implementar uma política de inteligência de segurança pública no País que pudesse se sobrepôr aos moldes da inteligência estritamente militar.

## **2.8 Transformações na segurança pública pós-1997 - parte 2: a construção de um sistema de inteligência policial**

A atuação da inteligência da Polícia Militar se insere atualmente em um contexto mais amplo, o da Inteligência de Segurança Pública. Para que se possa compreender melhor esse conceito, é preciso inseri-lo em um processo histórico de profissionalização da inteligência que remonta ao início da década de 1990, com a

extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) e as estruturas que lhe eram subordinados (BRANDÃO, 2010, p.139). Em seu lugar, foi criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que ficou sob o comando de um civil. Tais alterações certamente não ocorreram sem resistências internas. A consolidação de um sistema civil de inteligência teve de passar por diversos percalços até que fosse finalmente implementado.<sup>70</sup> No mesmo período, os serviços de inteligência das Forças Armadas passaram por mudanças institucionais sutis, mas significativas. Como marca distintiva dessa reorganização, os órgãos substituíram o termo “informações” de sua nomenclatura por “inteligência”. O Centro de Informações da Marinha (CIM) passou a ser denominado de Centro de Inteligência da Marinha (CIM), o mesmo ocorrendo com os órgãos de inteligência do Exército e da Aeronáutica. A criação do Ministério da Defesa, em 1999, subordinou todos esses órgãos em torno de si. De acordo com Brandão (2010, p. 143), o ministério se tornou, desde então, “[...] o responsável pela elaboração da inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa, e pela formulação de uma doutrina comum de inteligência operacional”. Ainda conforme a autora, a integração das inteligências das Forças Armadas não eliminou a autonomia dos órgãos. A identificação de um inimigo “interno” ainda faz parte das prioridades de tais agências. Embora a busca e apreensão de elementos subversivos tenha cessado, “[...] a busca de informações e a vigilância de organismos de oposição legalmente instituídos ainda é evidente” (p. 143).

Entre idas e vindas do primeiro projeto de lei criando uma agência central que regulamentaria tais ações, ainda em 1993, até a instituição do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) se passaram seis anos. A proposta passou por diversas reformulações até que chegasse à sua versão final, que foi consolidada sob a forma da Lei nº 9.883/99. Segundo a referida lei (artigo 1, § 1º), a meta do Sisbin é “[...] a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana” (BRASIL, 1999). A lei traz ainda uma definição acerca de inteligência (BRASIL, 1999) como:

A atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação

---

<sup>70</sup> Para uma exposição mais detalhada sobre esse processo, cf. Brandão (2010), em especial o capítulo terceiro. Figueiredo (2005) traça uma verdadeira biografia dos serviços secretos no Brasil em “O Ministério do Silêncio”.

governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

Para Cepik (2003, p. 207), a definição de inteligência descrita pela Lei nº 9.883/99 é "[...] excessivamente vaga, mesmo quando comparada à generalidade costumeira com que o tema é tratado na legislação de outros países". Como não se restringe a uma área específica, mas faz menção à "[...] análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência" (Idem, ibidem), o Sisbin funcionaria como uma espécie de olhos e ouvidos sobre praticamente todos os fatos capazes de influenciar as decisões governamentais, o que, na prática, tornaria tal atividade "absurda" e irrealizável.

Do ponto de vista organizacional, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) foi criado para ocupar o lugar da Secretaria de Assuntos Estratégicos. O GSI assumiu todas as funções relacionadas à inteligência de Estado. Apesar do nítido avanço em relação aos governos anteriores, a legislação deixou em aberto diversas questões relativas ao funcionamento operacional do Sisbin.

O conceito de Inteligência de Segurança Pública começou a ganhar forma em 1999, com a implementação da Lei nº 9883/99, que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). O impulso para a sua formalização, contudo, deveu-se à comoção nacional gerada pela morte da professora cearense Geísa Gonçalves, morta durante intervenção policial em um assalto ao ônibus da linha 174 (Central-Gávea), no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2000. Naquele mesmo ano, o governo federal anunciou uma série de medidas de combate à violência, por meio do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP); dentre elas, estava a criação de um órgão central voltado para a inteligência na área da segurança pública.

O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) foi, então, criado pelo Decreto nº 3695/2000. O subsistema é formado pelos Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Defesa e da Integração Nacional, assim como pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sendo coordenado pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Secretaria Pública (Senasp). Assim como o subsistema de inteligência, o Sisp enfrentou diversos obstáculos para que pudesse cumprir seu objetivo principal, ou seja, "[...] coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os

governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo" (BRASIL, 2000).

O major Silveira cita a identificação e mapeamento bocas de fumo como exemplos de assessoramento prestado pela inteligência. "É diferente de investigação. Não pode infiltrar, não pode fazer grampo e não pode peticionar por mandado", ressalta (informação verbal)<sup>71</sup>. Para o militar, a relação com a Polícia Civil ainda se ancora nas relações pessoais. Vai depender do bom relacionamento entre o comando e o delegado. Precisaria haver uma polícia de ciclo único para que isso pudesse ser alterado.

"A expressão Reservado dói no meu ouvido", comenta (informação verbal)<sup>72</sup>. Tem de seguir a doutrina. Trabalha para o governo, e não para o comandante ou superior. É útil na tomada de decisões. A deturpação ocorre em cima das fragilidades do policiamento. "Qualquer um do povo pode prender, o policial deve", enfatiza (informação verbal)<sup>73</sup>, rechaçando, de forma sutil, a crítica que se faz às prisões realizadas pelos agentes de inteligência.

## **2.9 Excurso: uma doutrina sobre a inteligência policial**

Embora já existisse um Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, faltava um instrumento normativo que pudesse regulamentar a ação dos agentes. Isso só ocorreu em 2009, com a publicação da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Segundo Coelho (s/data, p. 9), diversos entraves fizeram com que o subsistema não funcionasse de modo mais eficaz: a atividade de inteligência de segurança pública não era formalizada na maioria dos estados, os profissionais não possuíam qualificação na área, faltavam equipamentos específicos para o desempenho da atividade, não havia uma "mentalidade" de inteligência alinhada às propostas do Plano Nacional de Segurança Pública e havia, ainda, a carência de uma doutrina específica que orientasse a atividade de ISP em nível nacional. Todos esses fatores somam-se às dificuldades em manter um fluxo de informação entre os atores que compõem o Sisp, e até mesmo entre os órgãos que compõem as secretarias estaduais de segurança pública. A falta de comunicação

---

<sup>71</sup> Entrevista realizada com o major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

<sup>72</sup> Entrevista realizada com o major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

<sup>73</sup> Entrevista realizada com o major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

entre a Polícia Civil e a Polícia Militar é um aspecto crônico das dinâmicas de interrelação entre as duas corporações, e já foi observado por diversos autores.

O documento é de acesso Reservado, ou seja, não pode circular livremente. No entanto, com dois cliques é possível localizar a versão digital da “Doutrina”<sup>74</sup> na internet. Uma nova versão estava prevista para ser lançada no fim de 2015, mas até o encerramento desta tese não consegui obter acesso ao material. Ainda que uma nova versão tenha vindo à luz, as diretrizes às quais os agentes de inteligência tiveram de se basear estão, até o momento, inscritas na edição de 2009.

Nesta seção, faço uma exposição do documento. O objetivo da Doutrina é nortear as ações de inteligência no âmbito da área de segurança pública. Para tanto, é preciso explicitar conceitos e descrever o funcionamento do subsistema. A DNISP divide-se em cinco capítulos, a saber: “Fundamentos doutrinários”, “Conhecimento”, “Métodos para reunião de dados”, “Contra-inteligência” (CI) e “Organização da Inteligência de Segurança Pública (ISP)”.

O primeiro capítulo é dedicado a responder à seguinte questão: “O que é a inteligência de segurança pública?”, e explica que a atividade é dividida em três funções específicas: a) ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública; b) produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos federal e estaduais a tomada de decisões, para o planejamento e à execução de uma política de Segurança Pública; e, por fim, c) ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza ou atentatórios à ordem pública.

Como se vê, a Inteligência de Segurança Pública (ISP) estende-se ao longo de uma série encadeada de ações, abrangendo diversos atores institucionais. O ponto de partida seria a identificação da ameaça, seja ela real ou potencial. Não basta, contudo, saber de sua existência. É preciso avaliar a magnitude do problema que ora se apresenta. A preocupação com a gestão dos recursos, humanos ou materiais, é evidente. Uma alegação recorrente entre os estudiosos da segurança pública é a de que não há efetivo suficiente para atender todas as demandas da sociedade. Em um contexto de escassez permanente, escolhas precisam ser feitas.

---

<sup>74</sup> A “Doutrina” é o modo como os meus interlocutores costumam se referir ao documento durante nossas conversas.

Para quem atua na área da inteligência, o produto de toda essa análise não pode ficar exposto. Daí a necessidade de proteger documentos, informes e relatórios que possam subsidiar a tomada de decisões no que o documento denomina de “salvaguarda”.

A Doutrina é abrangente o bastante para não deixar de fora a possibilidade de que o agente possa agir também na "prevenção, neutralização e repressão" dos atos criminosos. Há diversos casos relatados pelos interlocutores em que o agente de inteligência se vê "obrigado" (conforme a explicação dada por eles) a realizar uma prisão.

No tópico seguinte, relativo às finalidades, as três ações são desmembradas em uma série de atividades articuladas, como "Apoiar diretamente com informações relevantes as operações policiais de prevenção, repressão, patrulhamento ostensivo e de investigação criminal", "Preservar o segredo governamental sobre as necessidades informacionais, as fontes, fluxos, métodos, técnicas e capacidades de Inteligência das agências encarregadas da gestão da segurança pública" e "Auxiliar na investigação de delitos". Este último item chama atenção por seu caráter vago. Auxiliar a investigação abrange uma infinidade de práticas. Conduzir um suspeito para ser interrogado ou coletar materiais que possam ser incorporados ao inquérito criminal pode ser considerado auxílio? A quem compete a execução dessas tarefas? Enumero essas duas somente a título de exemplo, para que se possa perceber o quanto essa área é movediça. O poder de investigar é uma atividade policial em constante disputa, conforme será visto no capítulo 4. No item seguinte, a "Doutrina" lista 10 características que distinguiriam a ISP das demais atividades policiais. São elas:

- Produção de Conhecimento
- Assessoria
- Verdade com Significado
- Busca de Dados Protegidos
- Ações Especializadas
- Economia de Meios
- Iniciativa
- Abrangência
- Dinâmica
- Segurança (SENASP, 1999, p. 14).

Vou me deter nas duas primeiras. A produção do conhecimento é um elemento fundamental na ISP, na medida em que é ela quem qualifica o que é uma



atividade de inteligência. Pode se descrever a produção de conhecimento como a coleta e busca de dados que são transformados em conhecimento preciso a partir de uma metodologia específica. Todas essas etapas são necessárias para que o procedimento possa ser compreendido por seus operadores como um produto de inteligência.

O destino de todo esse esforço, segundo a DNISP, é "[...] assessorar os usuários no processo decisório" (BRASIL, 1999, p. 14). A ênfase no papel de assessoramento é tema recorrente nos estudos que versam sobre inteligência de segurança pública, assim como nos discursos dos policiais que já fizeram parte de órgãos específicos de inteligência, como a Coordenadoria de Inteligência (Coin). Em número de 11, a Doutrina enumera os princípios da Inteligência de Segurança Pública:

- Amplitude
- Interação
- Objetividade
- Oportunidade
- Permanência
- Precisão
- Simplicidade
- Imparcialidade
- Compartimentação
- Controle
- Sigilo (SENASP, 1999, p.15).

Do ponto de vista da pesquisa, me interessa, primeiramente, a interação, descrita pelo documento como o estabelecimento ou adensamento de "relações sistêmicas de cooperação" visando à consecução dos objetivos. A precisão é um princípio bastante interessante, pois se refere a um conhecimento "verdadeiro" e que seja, ao mesmo tempo, "significativo, completo e útil". Por fim, temos o sigilo, princípio que visa à preservação do órgão e de seus integrantes (SENASP, 1999, p. 16). A interação e o sigilo serão analisados de forma mais detalhada no capítulo 4.

O profissional de inteligência lida com dois tipos de fontes: a aberta, cujo acesso é liberado, e a protegida, cujo acesso é negado. Para obter a informação desejada, há basicamente dois meios: a inteligência humana (humint) e a inteligência eletrônica (intel). Enquanto na primeira o foco seria o homem, na segunda o foco é o equipamento. A intel pode ser dividida em três:

*Intel de Sinais* é responsável pela interceptação e pré-análise de comunicações, radares, telemetria etc, e pela transcrição de informações

obtidas em línguas estrangeiras, pela decodificação de mensagens criptografadas, pelo processamento de imagens digitais, além de outras funções.

*Intel de Imagens* envolve a coleta e o processamento de imagens obtidas através de fotografias, satélites, radares e sensores infravermelho.

*Intel de Dados* envolve a captura de dados pela interceptação de sistemas de informática, telecomunicações e telemática (SENASP, 1999, p. 18).

Toda essa terminologia é oriunda da inteligência militar. Para Cepik (2003), a expressão humint é uma maneira eufemística e norte-americana de descrever a atividade de espionagem, cuja carga conotativa é bastante negativa. O autor afirma ainda que a humint é "[...] a fonte de informação mais antiga e barata", e "[...] consiste nas próprias pessoas que têm acesso aos temas sobre os quais é necessário conhecer" (p. 36). O Serviço Reservado da PM atua fortemente na inteligência humana. A Coordenadoria de Inteligência (Coin), por sua vez, vale-se principalmente dos recursos eletrônicos para desempenhar suas atribuições. O uso disseminado do *smartphone* vem embaralhando tais distinções no campo das práticas, como será abordado no capítulo seguinte. De posse de um celular, é possível obter imagens, gravações e arquivos de áudios a um custo bastante reduzido, incrementando a atuação do agente do ponto de vista de sua agentividade. Além da inteligência, há ainda a contrainteligência. A DNISP assim define os dois ramos:

*Inteligência* é o ramo da ISP que se destina à produção de conhecimentos de interesse da Segurança Pública.

*Contra-Inteligência* é o ramo da ISP que se destina a produzir conhecimentos para neutralizar a inteligência adversa, a proteção da atividade e da instituição a que pertence (BRASIL, 2009, p.17, *grifo do autor*).

A própria DNISP reconhece, no entanto, que os dois ramos são "[...] intrinsecamente ligados, não possuem limites precisos, uma vez que se interpenetram, se inter-relacionam e interdependem". Por fim, o capítulo detém-se na definição do que seja a inteligência policial<sup>75</sup>:

A Inteligência Policial atua, principalmente, em duas esferas distintas e igualmente importantes: na prevenção e na repressão.

A Inteligência Policial atua na prevenção, principalmente, através da produção de conhecimento resultante da análise de padrões e tendências, visando antecipar situações futuras, com o objetivo de servir de base para a elaboração, por parte dos órgãos competentes, dos planos e ações de prevenção de atividades e fatos delitivos que vulnerarem a Segurança Pública.

<sup>75</sup> A diferenciação que a DNISP estabelece entre inteligência e investigação criminal será abordada de forma mais detalhada no capítulo 4.

A Inteligência Policial atua em prol da repressão produzindo conhecimentos a fim de assessorar a investigação policial (SENASP, 2009, p. 47).

Quando se analisa a estrutura de funcionamento do sistema de justiça criminal, é possível perceber que a inteligência policial pode ser localizada ao longo de toda a cadeia. Da identificação de ameaças, a partir da análise de padrões e tendências, à produção de conhecimentos que possam assessorar a investigação policial, o carro-chefe do modelo inquisitorial de administração de conflitos (KANT DE LIMA, 1989). Por causa da burocracia que é inerente a tal modelo, a inteligência policial se apresenta como uma modalidade de ação mais flexível e capaz de atender às demandas por segurança que se apresentam ao Estado, como será visto mais adiante no capítulo que trata da descrição do funcionamento do Serviço Reservado da PM.

## **2.10 Transformações na segurança pública pós-1997 - parte 3: as idas e vindas da inteligência de segurança pública no Ceará**

Em 1998, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) criou um departamento de inteligência como um órgão de execução programática da secretaria, a Diretoria de Inteligência (Dint). Apenas uma unidade de estatística compunha a unidade. De acordo com um delegado que atua na área, o Ceará foi um dos primeiros estados a aderir ao plano nacional de segurança pública, no que diz respeito às ações de inteligência. O policial descreve a atuação do Dint e os desdobramentos institucionais obtidos a partir dele:

A Dint era o órgão central que representava a inteligência federal aqui. Até então, nós não tínhamos o sistema estadual de inteligência. Nós só tínhamos um representante da inteligência federal aqui. A DINT foi crescendo, fez projetos, estruturou a inteligência central, estruturou os órgãos de inteligência da polícia civil, da polícia militar, do corpo de bombeiros e foi se fortalecendo. De DINT passou a ser CISP e depois CIISP, daí evoluiu para o que hoje é a Coin, todos eles como órgãos centrais do Estado do Ceará que representava o subsistema de inteligência de segurança pública. Com essa evolução foi criado o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Ceará (SEISP), cujo órgão central é a Coin (informação verbal).<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Entrevista com delegado em 7 de julho de 2015.

No mesmo período, foi criado o Departamento de Inteligência Policial (DIP), da Polícia Civil, como uma forma de coordenar e organizar o trabalho de inteligência investigativa (BRASIL, 2002). O novo departamento não deixou de ser uma resposta a uma demanda que vinha sendo atendida exclusivamente pela Polícia Militar. Em 2003, foi criado o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública (CIISP), formado por um departamento de inteligência, um departamento de contrainteligência e uma unidade central de estatística. O centro era composto por policiais civis e militares, numa tentativa de mediar os conflitos entre as duas corporações na área de inteligência policial e se adequar à nova realidade nacional, que já vivia sob o regime do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp).

O Decreto Nº 27.874, de 16 de agosto de 2005, instituiu o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social. Entre as justificativas estavam a concepção da inteligência como "[...] um valioso instrumento para resposta e apoio ao combate à violência em geral e, principalmente, aos crimes de alta complexidade" e a "[...] necessidade de sistematizar os procedimentos das atividades de inteligência no âmbito do Estado do Ceará" (CEARÁ, 2005). A legislação diz o seguinte:

Art.1º Fica instituído, no âmbito do Governo do Estado do Ceará, o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social, para integrar as ações de planejamento e execução das Atividades de Inteligência do Estado, e destinado a subsidiar o Secretário da Segurança Pública e Defesa Social e, quando for o caso, o Governador do Estado, no processo decisório. Parágrafo único O Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social é o responsável, no âmbito do Estado do Ceará, pelo processo de obtenção, análise e disseminação de informações necessárias à adoção de providências para a manutenção da Segurança Pública, bem como pela salvaguarda dos conhecimentos sensíveis do interesse do Governo do Estado, sempre observando os fundamentos da defesa do Estado Democrático de Direito, da dignidade da pessoa humana e da preservação dos direitos e das garantias individuais dos cidadãos, bem como dos demais preceitos constitucionais vigentes.

Art.2º Integram o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social:

I - o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública (CIISP) da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS);

II - os Órgãos de Inteligência da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; e

III - os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual que direta ou indiretamente possam contribuir com dados de interesse para a manutenção da segurança pública.

Art.3º O Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública (CIISP), da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, será o Núcleo Estadual de Gerenciamento do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social, competindo-lhe, dentre outras atividades:

- I – planejar, coordenar, dirigir e executar as atividades de inteligência e contra-inteligência com ações especializadas para a produção e proteção de conhecimentos necessários à prevenção e repressão da criminalidade em geral;
- II – coletar, analisar e produzir informações que viabilizem a neutralização do crime organizado;
- III – integrar-se às atividades de inteligência de segurança pública em harmonia com os órgãos de inteligência estaduais e federais que compõem o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
- IV – produzir análise e tendências estatísticas da criminalidade;
- V – executar as operações técnicas de interceptações telefônicas a serem realizadas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, quando determinadas ou autorizadas judicialmente (CEARÁ, 2005).

A Doutrina Estadual de Inteligência de Segurança Pública é um documento de extrema importância. Trata-se da primeira legislação, em âmbito estadual, a regulamentar o papel da inteligência que não se baseia simplesmente em uma adaptação da doutrina do Exército. O decreto expressa, em seu artigo 1º, uma série de atividades já descritas em documentos anteriores, citados neste capítulo, como “[...] o processo de obtenção, análise e disseminação de informações necessárias à adoção de providências para a manutenção da Segurança Pública” e a “[...] salvaguarda dos conhecimentos sensíveis do interesse do Governo do Estado” (CEARÁ, 2005). A menção à defesa “[...] do Estado Democrático de Direito, da dignidade da pessoa humana e da preservação dos direitos e das garantias individuais” (CEARÁ, 2005) é uma referência aos valores defendidos pela Constituição Federal de 1988, o que a distingue das normas anteriores. O termo “segurança interna”, presente na terminologia militar, também não é mencionado.

## **2.11 De CIISP à Coin**

Como foi mostrado anteriormente, a primeira experiência de um órgão exclusivo voltado à inteligência foi o Serviço Estadual de Informações (SEI), durante a Ditadura Civil-Militar. Com o processo de integração ocorrido a partir de 1997, policiais civis e militares passaram a dividir os mesmos espaços institucionais e a ficar sob um mesmo comando, como no caso do Sistema Integrado de Defesa Social (Sindes). Para Alfredo, que participou do processo de implantação da nova estrutura de inteligência da SSPDS, a experiência do Sindes funcionou como um “protótipo”, mas faltava ao sistema uma formulação legal definida, ficando restrita mais ao plano operacional. Um aspecto, no entanto, ficou a ser resolvido: o que fazer com o setor de

inteligência de cada corporação? Alfredo revela que a estrutura de inteligência das duas polícias era muito “artesanal e personalista”. Para que essa situação fosse superada, era preciso criar um órgão que pudesse compartilhar as informações, que ficavam concentradas nas mãos de poucas pessoas:

Aquela pessoa era a caixa-preta e sabia de tudo naquele grupinho e que exercia um certo empoderamento na estrutura policial, porque eles dominavam um recurso que hoje é o mais importante em qualquer atividade de gestão, que é a informação. Sem informação você não faz nada. Então qual foi a visão do William Bretton que o Tasso adotou na época? Fazer a integração da segurança pública e criou com base nisso a, na época era Coordenadoria Integrada de Inteligência de Segurança Pública (CIISP). Era Coordenadoria Integrada de Inteligência em quê? O objetivo era exatamente fazer a democratização, a potencialização e a depuração das informações que eram importantes para alimentar a atividade policial, a atividade investigativa, a atividade repressiva do aparato policial. Então foi uma iniciativa, dentre várias atividades de integração, que foi fundamental (informação verbal).<sup>77</sup>

A criação da Coordenadoria Integrada de Inteligência de Segurança Pública (CIISP) por si só não representou uma mudança nas práticas policiais vigentes até aquele momento. A vaidade em ser o dono exclusivo de uma determinada informação e a desconfiança sobre o uso que o outro fará do conhecimento fornecido foram dois entraves observados durante o processo de implantação do órgão, conforme o relato de Alfredo:

Ainda hoje quem trata nessa área de inteligência passa por grandes dificuldades. Por quê? Por dois motivos. Quem trabalha na área de inteligência, a maioria, a grande parte tem aquela chamada vaidade de ser o dono da informação. O segundo motivo, tem a chamada desconfiança do outro. Ele tem medo de passar aquela informação, com medo de como o outro vai passar aquela informação. Então são duas coisas que tem que ser tratadas e batidas fortemente são esses dois aspectos: vaidade e insegurança com os parceiros. Então, a Polícia Militar tinha medo da Polícia Civil de passar certas informações e a Polícia Civil vice-versa e assim por diante. Isso aí gerava uma truncagem nas informações ou às vezes até ações paralelas ou ações ineficientes, porque você não cruzava as informações para não agregar valor do que um tinha com o que o outro tinha. A tentativa do CIIPS foi exatamente congrega em um setor, que a visão sempre foi de integração, um núcleo acima dessas duas cabeças, no sentido de buscar fazer essa coordenação da inteligência policial e que a Coordenadoria de Inteligência será composta e ainda hoje é por policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, em que há um trabalho em conjunto (informação verbal).<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

<sup>78</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

Segundo Alfredo, a convivência entre policiais civis e PMs em um mesmo espaço institucional foi a maneira encontrada pela Secretaria de fazer com que a desconfiança fosse reduzida. “Botar as pessoas pra trabalharem junto. Era a filosofia que a gente usava”, comenta (informação verbal)<sup>79</sup>. Conforme o oficial, o conhecimento acerca do trabalho do outro, dos seus defeitos e qualidades, foi um recurso empregado para que os policiais de corporações distintas tivessem um olhar menos preconceituoso e passassem a confiar mais entre si. Quando visto em retrospectiva, o resultado é ambíguo:

Conseguimos isso em termos, porque isso é quebra de cultura. Quebra de cultura você não quebra por decreto e por lei e nem quebra com muita facilidade. Você tem que ir passo-a-passo. Não é só quebra de cultura, como é quebra de poder. Redução de poder. Porque você começa a socializar a informação. Agora a visão dessas pessoas que acham que isso é poder é uma visão distorcida, porque a gente aprende a informação, quanto mais circula, mais nova fica. Ao contrário de um sapato, que você usa e desgasta, a informação fica velha quando você guarda e não quando você circula, porque ela volta renovada. Então se você tem só com você e você não socializa, você termina com aquela informação velha ou incompleta. Esse é um princípio básico da informação. Ela tem que circular para poder se manter nova (informação verbal).<sup>80</sup>

Um coronel da reserva do Exército, ex-comandante do 23º Batalhão de Caçadores, foi o primeiro coordenador do CIISP. A equipe era formada por, no máximo, sete pessoas. O Departamento de Inteligência Policial (DIP) foi mantido, mas deveria ser reportar à Coordenadoria.

Com o governo Lúcio Alcântara, a CIISP passou a ser denominada de Coordenadoria de Inteligência (Coin). A mudança de nomenclatura, no entanto, não representou uma mudança no funcionamento da estrutura da área de inteligência, devendo-se apenas às contingências políticas. “Entra governo novo E normalmente ele lança sua reforma administrativa, né? Com a sua cara. Isso é normal”, explica Alfredo. A maior diferença, para o oficial, é que a coordenadoria adotou um caráter operacional, e não mais só de análise, quando de sua constituição formal (informação verbal).<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

<sup>80</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

<sup>81</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

Já sob o comando de um delegado da Polícia Federal na SSPDC, a Coordenadoria agora passou a ter um grupo voltado para cumprir missões reservadas. A “operacionalidade” da Coin foi alvo de polêmicas:

O Grupo operacional foi criticado por uns e apoiados por outros e é uma questão meio polêmica. Eu até considero que não deva ter. Por que que não deva ter? Porque começa a gerar ciúmeira contra o próprio órgão. Porque como ele coordena as informações de forma privilegiada, na hora em que ele vai pra uma ação, as pessoas tem medo. “Rapaz, quem ganhou o crédito foi fulano. Eu prestei informação, mas quem foi cumprir a ordem foi o grupo lá de cima”. Aí é um risco de se também criar uma truncagem na circulação da informação. Quem tem de cumprir essa ocupação operacional são os órgãos de ponta que tão na rua e tem que receber a informação privilegiada e partir para qualificar suas ações, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar. Órgão de inteligência é para informar, para qualificar as informações para poder qualificar a ação policial. Minha visão é essa (informação verbal).<sup>82</sup>

A opção por recorrer a uma dimensão mais “operacional” da inteligência também é encontrada nos núcleos de inteligência dos batalhões e companhias. Embora seja considerado pelos próprios agentes como um órgão diferenciado no que diz respeito ao refinamento das ações e à complexidade das missões às quais está envolvida, a Coin esteve à frente de diversas missões “operacionais”, sendo responsável pelo ciclo completo da justiça criminal, que congrega o levantamento inicial de informações até a detenção do acusado. Uma prova disso foi a presença constante do órgão nas manchetes dos jornais, entre 2012 e 2014, realizando as mais diversas atividades<sup>83</sup>.

## 2.12 Reservados e Coin

A relação dos policiais do Reservado com a Coin é de cooperação, mas também de um certo estranhamento. Ao comentar sobre a presença feminina no Serviço Reservado, Ranulfo diz desconhecer, mas ressalta que existem mulheres atuando na Coin. Em seguida, faz a ressalva: “Tem tanta gente na Coin que a gente nem sabe quem são” (informação verbal)<sup>84</sup>. Um PM acrescenta: “Eles não precisam estar envolvidos na favela como a gente está. Só vão na informação concreta. Não se

<sup>82</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

<sup>83</sup> Exemplos de atividades realizadas pela Coin no período: “Coin prende companheira de assaltante com 2 armas” (22/12/12), “Garota raptada é localizada no Paraná” (7/3/13), “Falsário mais procurado do DF é preso no Ceará” (23/08/14).

<sup>84</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.



envolvem. Eles usam muita escuta, muito aparato de investigação” (informação verbal)<sup>85</sup>.

Converso com Martins sobre a prisão de um grupo de assaltantes de banco, que mobilizou um grande contingente de policiais, além da Coordenadoria de Inteligência (Coin). Embora tenham tido uma participação relevante na elucidação do caso, a partir da coleta de informações, Martins afirma que só a Coordenadoria apareceu nos meios de comunicação. “A gente não aparece, só a Coin”, declara. O PM ainda faz graça da sua aparência, quase nada parecida com os policiais da propaganda governamental. Ao conhecê-lo, um policial do Coin teria dito: “É esse aí?”, referindo-se ao seu aspecto pouco imponente (informação verbal).<sup>86</sup>

Embora desfrute de mais recursos, nem sempre a Coin consegue resolver as ocorrências às quais é demandada. É nessas ocasiões que os policiais da P2 costumam mostrar seu potencial perante os colegas. Paulo afirma que eles costumavam ser constantemente chamados para contribuir em casos fora de sua jurisdição, pelo fato de serem “desenrolados”, o que, no jargão dos policiais, significaria “confiáveis e decentes”. “Mesmo que a gente não dê o resultado esperado a gente corre atrás de conseguir”, informa (informação verbal).<sup>87</sup>

O caso mais relevante e recente havia ocorrido há pouco mais de um mês. Um oficial da Marinha e a esposa foram assaltados no interior do posto de gasolina dele por um grupo de cinco homens. Ambos foram rendidos e tiveram dinheiro e materiais da loja levados. O episódio não se tornou público, mas os policiais foram demandados para solucioná-lo rapidamente. Como a investigação foi contínua, o trabalho de investigação manteve o caráter de flagrante, com todas as atribuições que lhe diz respeito. Nem a Coin e nem a 2ª Seção do Estado Maior conseguiram identificar os responsáveis. Por causa disso, a equipe de Paulo foi acionada. O PM observou as câmeras internas e conseguiu reconhecer a identidade de dois dos acusados que entraram no estabelecimento. Os cartões e o dinheiro roubados foram usados para comprar uma moto e roupas. A partir de contatos com os informantes, a quadrilha toda foi presa. Como recompensa, Paulo revela que obteve um desconto na

---

<sup>85</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>86</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>87</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

compra de combustível. Ele afirma, no entanto, que faria o trabalho da mesma maneira e sem pensar em receber algo em troca (informação verbal).<sup>88</sup>

### 2.13 Reservado sob ameaça

Em outubro de 2007, o delegado da Polícia Federal Roberto Monteiro, titular à época da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), assinou a Portaria nº 1.492/07, extinguindo o Serviço Reservado nas companhias da capital e do interior, permanecendo apenas a 2ª Seção do Estado Maior. O documento afirma que

Ao militar que atuar no Serviço Reservado da PMCE, seja na Capital, seja no Interior do Estado, fica proibido o exercício de qualquer atividade investigatória privativa de polícia judiciária [...] o ocupante de função de comando que infringir a portaria, ao agir de forma conivente na sua aplicação, terá sua exoneração recomendada ao Sr. Governador (CEARÁ, 2007).

A extinção do Serviço Reservado nas companhias acabou sendo revertida no início de 2011, com a ascensão do novo titular da pasta, o coronel PM Francisco Bezerra. Em entrevista, o secretário destacou a reativação da 2ª Seção como uma das responsáveis pela diminuição nos índices de criminalidade no estado:

Logo nos primeiros dias à frente da SSPDS, Bezerra revogou uma ordem de Monteiro e determinou que fosse, imediatamente, remontado o Serviço Reservado do Comando-Geral da Polícia Militar e, ainda, aumentou o efetivo da Coordenadoria Integrada de Inteligência, órgão ligado diretamente ao seu gabinete. A ordem é atuar com Inteligência para prender assassinos e, assim, acabar com a sensação de impunidade que estimulava os homicidas. Com a retomada dos setores de Inteligência nas companhias e batalhões da PM, os assassinatos começaram a cair. E aqueles que eram praticados, seus autores rapidamente identificados ou mesmo presos em flagrante (RIBEIRO, 2011, p. 11).

A ênfase nesse modelo de policiamento, como o levantamento dos registros jornalísticos e a própria avaliação positiva feita pelo secretário, certamente não está desprovida de um forte acento político. Em janeiro daquele mesmo ano, o Centro de Apoio Operacional Criminal, da Execução Criminal e Controle Externo da Atividade Policial (Caocrim) recomendou à SSPDS que revisse a decisão de reativar o Serviço Reservado em toda a corporação. O órgão enumerou uma série de

---

<sup>88</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

impedimentos legais a essa atividade (Constituição Federal, Decreto Lei nº 667/69 — que organiza as polícias militares—, Constituição do Estado do Ceará, Lei nº 10.145/77, Leis Estaduais nº 10.145/97 e n.º 12.691/97). A recomendação, contudo, não foi atendida.

Embora a recomendação tenha partido de um procurador, a proibição da atividade de inteligência da PM não é consenso no interior do Ministério Público. Até 2013, data do levantamento mais recente, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ceará dispunha de policiais militares cedidos para operar o sistema de escuta e monitoramento de interceptações telefônicas adquirido pelo MP cearense (Sistema Wytron). Os PMs atuavam sob a supervisão do promotor que coordena o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A informação foi revelada pelo Ministério Público do Ceará, atendendo a uma solicitação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)<sup>89</sup>. Paes (2010, p. 236) problematiza o papel que os promotores desempenham na área da segurança pública, relativizando a noção bastante difundida de “neutralidade” do MP:

Há um campo de ação privilegiado aos promotores na manipulação das formas que eles acham que sejam mais adequadas de processamento e de julgamento, na eleição de prioridades para a avaliação de como deva ser tratado o fenômeno criminal e os criminosos, bem como para construção de uma concepção particular de ‘justiça’.

A concepção de “justiça” do MP pode ser observada de forma ostensiva na forma como os promotores atuam contra o crime organizado e a organização de que dispõe para manter o direito de investigar.

## 2.14 "*Quis custodiet ipsos custodes?*"<sup>90</sup>

O item V, do artigo 3º da Doutrina Estadual de Inteligência de Segurança Pública afirma caber à Coordenadoria de Inteligência “[...] executar as operações técnicas de interceptações telefônicas a serem realizadas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social”, faz uma referência velada ao Sistema Guardião,

<sup>89</sup> A resposta do chefe do Ministério Público cearense foi a de que o referido órgão possuía “[...] o Sistema Wytron, desenvolvido pela empresa Wytron Tecnologia Corp. Ltda.”, adquirido pelo valor de R\$ 86.400,00.

<sup>90</sup> Pergunta feita por Platão em *A República* que significa “Quem guardará os guardiões?”.

do governo do estado, equipamento responsável por gravar conversas telefônicas atendendo a pedidos judiciais. Quando de sua aquisição, o sistema foi alvo de diversas críticas. Havia o temor de que o Guardiã fosse usado para espionar autoridades políticas ou por possíveis opositores ao governo. Alfredo explica o funcionamento de tal sistema:

Antes de chegar o guardião, a interceptação das comunicações, basicamente a telefonia, era feita em cada delegacia. O delegado mandava um pedido para o juiz da vara criminal. O juiz, analisando ou não aquela motivação, deferia aquela interceptação. E era feita com um gravador, como o que você tá usando agora, ligado no aparelho telefônico, em que a operadora de telefonia era notificada de forma reservada a abrir aquele canal para que fosse interceptadas as comunicações que partissem daquele telefone fixo basicamente. Porque não tinha nem como fazer de telefone celular na época. Era assim que funcionava. Então a empresa DISTO, que é uma empresa de Santa Catarina, criou uma... e é uma empresa de telefonia que se especializou nesse assunto ligado a interceptações telefônicas, criou um software, um sistema de interceptações telefônicas em que ela, por ser conhecedora da área de telecomunicação e ter pesquisado na área de segurança pública, criou uns parâmetros de controle de interceptação e de controle, que foi o Guardiã e que virou uma febre em todo o Brasil nos órgãos de segurança pública (informação verbal)<sup>91</sup>.

Alfredo detalha o funcionamento do equipamento e o compara às técnicas empregadas anteriormente:

Em que consiste o Guardiã? É um sistema altamente poderoso de escuta, de interceptação de comunicações em que ele permite o que era feito de forma analógica, um gravador pra cada telefone que você tinha que ter, essas interceptações eram cinco telefones e cinco gravadores, gravando em fitas, porque na época não tinha nem gravador digital, gravador com fita de plástico, né? E com o Guardiã não, você começou a guardar de forma digital a interceptação com o arquivo digital dessa informação. Facilitava o cruzamento de informações. Por exemplo, uma pessoa falou com fulano de tal e você conseguia cruzar as informações. Fazer vários tipos de pesquisa em cima dessas gravações autorizadas. E uma outra grande virtude do Guardiã é que ele é um sistema altamente auditável. Pra você entrar nele você teria que ter um login e uma senha, digitar o número daquela ordem judicial e cadastrar aquela ordem judicial no sistema, para que ele liberasse então a gravação. E quem entrasse lá em qualquer hora do dia ou da noite para acessar o Guardiã, para ouvir alguma solicitação ficaria lá gravado o login e a senha dele ou de quem cedeu. Alguém era responsável pra você poder ter a possibilidade de fazer auditoria se houvesse algum vazamento, alguma informação, algo que saiu de lá indevidamente e por onde saiu (informação verbal).<sup>92</sup>

O Guardiã é administrado pela Coordenadoria de Inteligência, que conta com policiais militares em sua equipe. O Ministério Público também possui o seu

---

<sup>91</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

<sup>92</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

próprio sistema de escuta, que é conduzido por PMs. Embora ressaltem a segurança do equipamento do ponto de vista tecnológico, o uso dos dispositivos de proteção descritos pelo oficial pode ser questionado do ponto de vista político. Em 2009, um grupo de 11 delegados assinou um documento exigindo o afastamento do coordenador do órgão de inteligência à época. Segundo a denúncia, o coordenador do Coin havia “grampeado” seus telefones. Uma das ligações monitoradas teria informações relevantes acerca do preparativo de um sequestro. Os delegados acusam o coordenador de ter sonogado os dados à Polícia Civil, colocando em risco a vítima, que acabou mesmo sendo sequestrada. No mesmo período, uma nova denúncia surgiu, dando conta de que pelo menos 14 PMs realizavam investigações sigilosas, faziam escutas telefônicas e prendiam acusados investigados pelo Ministério Público.

Em 2015, o deputado Capitão Wagner denunciou na Assembleia Legislativa estar sendo "grampeado". O responsável seria o major PM Henrique Bezerra, que atuava como coordenador de inteligência da SSPDS. O parlamentar também acusou o oficial de comandar grupo de extermínio na PM ainda na época em que Bezerra estava à frente da Coin<sup>93</sup>. O caso ainda permanece sob investigação.

---

<sup>93</sup> Disponível em <http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/81-categorias/violencia-urbana/1370-capitao-wagner-denuncia-na-al-esta-sendo-grampeado-e-acusa-oficial-de-inteligencia-de-comandar-grupo-de-extermínio-na-pm> Acesso em: 10/01/16.

### 3 INTELIGÊNCIA POLICIAL: O BRAÇO SIGILOSO DA PM

O presente estudo insere-se em uma linhagem de pesquisas que têm como centralidade de suas atenções a polícia e, mais especificamente, a Polícia Militar. Não se trata, no entanto, de analisar o funcionamento da instituição de forma desvinculada de seus pertencimentos ao mundo social, mas sim de compreender sua atuação no interior das práticas de segurança pública e da justiça criminal. Estudar o que a PM faz, nesse sentido, é buscar compreender as relações sociais às quais estamos inseridos, bem como os processos de dominação e sujeição social existentes no interior da sociedade. O primeiro passo, nesse sentido, é descrever a estrutura organizacional e o funcionamento da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE), a fim de que se torne possível compreender o espaço social e geográfico que serve como cenário para que a atividade dos agentes de inteligência transcorra. Na segunda parte, detenho-me na discussão sobre a metodologia empregada na pesquisa, bem como nos desafios que o tema apresenta a quem se dispõe estudá-lo.

#### 3.1 Uma polícia militarizada

A Polícia Militar do Ceará é uma Instituição que se confunde com a história de nosso Estado. Não é à toa que falar desta Corporação é fazer um passeio pelos seus anos de existência e reencontrar personagens e fatos que marcaram nossa história, como a Guerra do Paraguai, a Sedição de Juazeiro, Revolução de 1930 no Ceará, Combate ao Cangaço, Caldeirão, Revoluções de 1932, constitucionalista de São Paulo de 1964.

É dessa forma que a PM do Ceará se apresenta ao público em seu histórico publicado no *site* institucional.<sup>94</sup> Mais que uma força de segurança de alcance estadual, a corporação possuiria ramificações com momentos significativos da história do Brasil, transcendendo divisas em prol da luta contra forças antagônicas ao Estado. Embora curto, o trecho selecionado ilustra perfeitamente a autoimagem que a instituição possui de si e da percepção que possui acerca da sua relevância social.

A Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE) foi criada em 24 de maio de 1835 pelo então presidente da Província, José Martiniano de Alencar, por meio da Resolução Provincial nº 13. Seu nome à época era Força Policial, e o contingente de outrora nem de longe lembrava o efetivo atual:

---

<sup>94</sup> [www.pm.ce.gov.br](http://www.pm.ce.gov.br)

Art.1º - A Força Policial, no futuro ano financeiro, constará de primeiro, segundo e terceiro Comandantes; um Primeiro Sargento; dois Segundos; um Furriel, dez Cabos, oitenta e um Guardas, e dous Cornetas, vencendo todas as Praças os soldados, que se achão marcadas, e hora vencem (CEARÁ, 1835).

Ao longo dos anos, a instituição teve seu nome alterado 14 vezes. A denominação atual, Polícia Militar do Estado do Ceará, remonta a 4 de janeiro de 1947, na esteira da Constituição de 1946, que em seu artigo nº 183 declara ser "[...] as polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército" (CEARÁ, 1947).

A simbiose entre a PM e as Forças Armadas é quase centenária, embora tenha passado por momentos de maior ou menor interação. Segundo Barbosa (2014, p. 128), um acordo firmado em 1918 entre União e a Província determinava que o Exército ficaria como responsável pela orientação e balizamento das propostas educacionais da PM cearense. A medida tinha como objetivo a militarização da polícia cearense:

Depois do convênio com o Ministério da Guerra, intensificou-se a ideia de que os policiais da Força Pública do Ceará deveriam ser versados tanto nas lides policiais como nas militares. Os regulamentos internos, como o de 1922, elaborado no contexto do entreguerras e de revoltas militares, deixava claro que a instrução ministrada aos policiais deveria ser direcionada, primordialmente, para a guerra. Pretendia-se que a formação militar dos policiais da Força Pública ficasse alinhada às propostas da ideologia militar do Exército, afinal a Polícia Militar teria que estar preparada para atuar ao lado do Exército brasileiro contra possíveis convulsões nacionais armadas. Nos discursos oficiais, afirmava-se que a formação militar dos policiais da Força constituía-se como fator importante não apenas para efetivar o policiamento rotineiro das cidades interioranas, mas especialmente para as operações contra o 'banditismo' (BARBOSA, 2014, p. 128).

O autor ressalta, contudo, que numerosos fatores — como fragilidades materiais da corporação estadual, o desinteresse dos policiais e interesses políticos na condução da instituição — limitaram essa influência. Ainda assim é possível perceber ecos do militarismo nas falas e práticas de oficiais e praças. Expressões como “campana”, “bizu”, “rancho”, os códigos de rádio e a diferenciação social entre os “militares” e os “civis” são elementos recorrentes tanto nas conversas reservadas quanto nas manifestações públicas dos policiais.

Embora tenha proporcionado profundas mudanças na corporação, a Lei de Organização Básica (LOB) da PM (Lei nº 15.217, de 5 de setembro de 2012) em vigor

mantém a Polícia Militar como "força auxiliar e reserva do Exército" e a "hierarquia e a disciplina" como base de sua organização, mantendo assim as determinações da Lei de Organização Básica anterior (Lei nº 10.145, de 29 de novembro de 1977) e do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que instituiu o Exército como órgão de controle e coordenação das Polícias Militares:

Art 1º As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministério do Exército exerce o controle e a coordenação das Polícias Militares, sucessivamente através dos seguintes órgãos, conforme se dispuser em regulamento

Art 2º A Inspetoria-Geral das Polícias Militares, que passa a integrar, organicamente, o Estado-Maior do Exército incumbem-se dos estudos, da coleta e registro de dados bem como do assessoramento referente ao controle e coordenação, no nível federal, dos dispositivos do presente Decreto-lei (BRASIL, 1977).

A ênfase nas interrelações entre as Forças Armadas e a Polícia Militar se justifica por uma série de motivos. Para o presente trabalho, basta salientar que a atividade de inteligência é originária da doutrina militar, e foi só muito recentemente adaptada à área de segurança pública. Para alguns dos interlocutores dessa pesquisa, a ação dos agentes de inteligência ainda é fortemente baseada em conceitos e práticas militares, ainda que estejamos vivendo em um regime democrático e civil. Essa dimensão, que soa como paradoxal, será tematizada ao longo de todo este trabalho. Para que se possa introduzir essa discussão, contudo, é necessário, antes de tudo, compreender o funcionamento da Polícia Militar do Estado do Ceará<sup>95</sup>.

### 3.2 Estrutura organizacional da PMCE

Conforme o artigo nº 1 da atual Lei de Organização Básica, a PMCE destina-se à "[...] preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, além de outras

---

<sup>95</sup> A descrição feita nas seções seguintes refere-se exclusivamente aos aspectos organizacionais da PM, possuindo um caráter mais didático que analítico. Segundo SÁ (2002, p.29). "do ponto de vista sociológico, pode-se dizer que o espaço coletivo da Polícia Militar está estruturado segundo uma forma piramidal de distribuição do poder e é recortado por um conjunto de práticas disciplinares que oferecem sustentação a uma cadeia de comando e obediência, segundo a qual, pelo menos no plano das idealizações das atividades (o plano modelar), uma "ordem" emanada do alto cria uma obrigação de pronta execução (sem questionamentos críticos quanto ao mérito da ordem) para aqueles indivíduos posicionados embaixo: uma obediência "cega" ao chefe militar e uma desobediência irrestrita a outro comando que não o dele, ou seja, a exigência de comando único".



atribuições previstas na legislação federal e estadual". Para tanto, a corporação foi dividida em cinco órgãos:

Órgãos de Direção Superior  
 Órgão de Gerência Superior  
 Órgãos de Assessoramento Superior  
 Órgãos de Execução Programática  
 Órgãos de Execução Instrumental (CEARÁ, 2012).

Conforme a legislação, os órgãos de Direção Superior são representados pelo comandante-geral e pelo comandante-geral adjunto. Entre as funções do comandante-geral estão a “[...] liderança, articulação institucional, estratégia e representação inter e intraorganizacionais” (CEARÁ, 2012). O cargo é privativo de coronel em serviço ativo e pertencente ao Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar (QOPM), sendo de livre escolha, nomeação e exoneração do governador do estado, figura institucional que tem “[...] precedência funcional e hierárquica sobre todo efetivo policial militar” (CEARÁ, 2012).

O Órgão de Gerência Superior, por sua vez, é representado pelo secretário executivo, que possui diversas funções gerenciais e administrativas. Cabem aos Órgãos de Assessoramento Superior apoiar diretamente o comandante-geral, comandante-geral adjunto e o secretário executivo. Eles são organizados sob a forma de sistemas. Integram tais órgãos:

I - Assessoria Jurídica – ASJUR;  
 II - Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADINS;  
 III - Assessoria de Comunicação Social – ASCOM;  
 IV - Assessoria de Análise e Estatística Institucional – ASAEI;  
 V – Ouvidoria – OUVID (CEARÁ, 2012).

Compete aos Órgãos de Execução Instrumental desempenhar funções relativas às áreas de “[...] administração, pessoal, material, patrimônio, encargos gerais, transportes oficiais, contabilidade, informática e outras atividades meio” (CEARÁ, 2012), mas necessárias para que a corporação possa funcionar. São eles: Coordenadoria de Apoio Logístico e Patrimônio (CALP); Coordenadoria Administrativo-Financeira (COAFI); Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP; Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC); Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (CSAS); e Coordenadoria do Colégio da Polícia Militar (CPMCE).

### 3.3 Funcionamento dos Grandes Comandos da PMCE

O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, eixos da atuação institucional da PM, estão a cargo dos Órgãos de Execução Programática. Por causa disso, vou me deter de forma um pouco mais detalhada em cada um deles. Eles também são chamados de Grandes Comandos, a saber:

- I - Coordenadoria do Comando de Policiamento da Capital – CPC;
- II - Coordenadorias dos Comandos de Policiamento do Interior – CPI;
- III - Coordenadoria do Comando de Policiamento Metropolitano – CCPM;
- IV - Coordenadoria de Policiamento Especializado – CPESP;
- V - Coordenadoria de Polícia Comunitária – CPCOM (CEARÁ, 2012).

O Comando de Policiamento da Capital (CPC) é o órgão responsável pela manutenção da ordem pública na região da capital. A Coordenadoria do Comando de Policiamento Metropolitano (CCPM), por sua vez, é a responsável pela manutenção da ordem pública na Região Metropolitana de Fortaleza. O interior do Ceará é coberto pelos Comandos de Policiamento do Interior (CPI), que se dividem em dois: Norte e Sul. Competem a todos os comandos a “[...] coordenação, comando, planejamento, fiscalização e controle operacional e administrativo das Unidades subordinadas” (CEARÁ, ano).

Integram o Policiamento Especializado: Regimento da Polícia Montada (PMont); Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque); Célula do Batalhão de Policiamento Turístico (BPTUR); Célula do Batalhão de Segurança Patrimonial (BSP); Célula do Batalhão de Polícia de Meio Ambiente (BPMA); Célula do Batalhão de Policiamento de Eventos (BPE); Célula do Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO); e o Núcleo da Companhia de Policiamento de Guarda. A Célula de Policiamento Rodoviário Estadual (CPRE) é o órgão encarregado pelo policiamento ostensivo nas vias estaduais.

Cabe à Coordenadoria de Polícia Comunitária (CPCOM) o policiamento ostensivo de “caráter prioritariamente preventivo”, a partir da filosofia de polícia comunitária. De acordo com a LOB, a coordenadoria atua de forma direta na comunidade onde atua, “[...] objetivando a preservação da ordem pública, e a proteção da incolumidade de pessoas e do patrimônio” (CEARÁ, 2012).

A Coordenadoria de Inteligência Policial (CIP) é o órgão responsável pela atividade de Inteligência no âmbito da Polícia Militar do Ceará. Assim, a Lei de Organização Básica descreve suas funções:

Exerce permanente e sistematicamente ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, orientadas, basicamente, para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução de uma política de Segurança Pública voltada para ações preventivas e repressivas de atos criminosos de qualquer natureza ou atentatórios à ordem pública (CEARÁ, 2012).

As mudanças ocorridas no órgão de inteligência da PM ao longo de sua história, bem como as transformações no próprio conceito de inteligência, serão objeto de análise no capítulo seguinte. Por fim, temos a Coordenadoria de Feitos Judiciários Militares (CFJM), cujas funções são o “[...] controle, realização e arquivo dos procedimentos de polícia judiciária militar” (CEARÁ, 2012).

Há, ainda, uma unidade de patrulhamento tático<sup>96</sup> presente nos batalhões e companhias que ocupa um papel bastante importante nesta pesquisa: a Força Tática de Apoio (FTA). Trata-se de um comando tático que presta apoio a viaturas do policiamento ostensivo e também às equipes do Serviço Reservado. Seus componentes dispõem de um treinamento mais rigoroso e têm à disposição armamentos com maior poder de fogo, como fuzis e metralhadoras, além de bombas de efeito moral. Alguns dos policiais que integravam a Força Tática agora atuam na inteligência da PM. Diversas polícias militares no Brasil possuem suas equipes de força tática.<sup>97</sup> Um oficial da PM assim descreve a FTA:

---

<sup>96</sup> O patrulhamento tático situa-se entre o policiamento realizado pelas equipes do Batalhão de Choque e o policiamento ostensivo. A Diretriz nº PM3, de 7 de fevereiro de 2005, da PM de São Paulo, assim descreve a atuação da Força Tática: "Disciplina a tropa com um treinamento específico atuando de forma preventiva ou repressiva nas ocorrências consideradas mais graves como sequestros, roubos, crime organizado, greves, manifestações públicas, tumultos, onde a atuação do Policiamento Comunitário não seja suficiente, a Força Tática reforça o efetivo com armamento e treinamento tático especializado. É realizado com uma viatura de maior porte, sendo composto por um subtenente ou Sargento como encarregado, um cabo ou soldado como motorista e um cabo ou soldado como auxiliar apenas utilizando o quarto homem quando for empregado ações de 'Choque' em controle de tumultos". Disponível em:

<<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/1bpmm/atividades.htm>>. Acesso em: 02/03/16. A inspiração da força tática vem das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) da PM de São Paulo. Sobre a Rota, cf. BARCELLOS (2014).

<sup>97</sup> Seguem algumas notícias relacionadas às forças táticas no Brasil: "Polícia Militar recebe novas viaturas e 'armamento de guerra'" (<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?tpconteudo=artigo&id=6124&idc=9>), em São Paulo; "Serviço de inteligência e Força Tática do 10º BPM apreendem 10 armas de fogo" (<http://www.pm.ms.gov.br/forca-tatica-10o-bpm-e-gecam-apreendem-dez-armas-de-fogo-e-prendem-autor-por-posse-irregular/>), em Mato Grosso do Sul; "Força Tática do 3º BPM

É uma equipe de policiais treinada pelo Batalhão de Choque. São policiais de confiança dos comandantes e que têm horários diferenciados de trabalho. É uma pequena tropa especial das companhias. Associaram seu trabalho a policiais mais 'operacionais', que faziam mais abordagens que os outros (informação verbal)<sup>98</sup>.

Do ponto de vista simbólico, a FTA se vale de um imaginário similar ao do Batalhão de Operações Especiais (Bope), da PM do Rio de Janeiro, que se tornou bastante conhecido graças ao filme *Tropa de Elite*. O símbolo dessa unidade é uma caveira atravessada por dois rifles com duas granadas nas laterais.

Figura 1 - Brasão da FTA durante uma ação conjunta de apreensão de drogas com a Polícia Rodoviária Federal (PRF)



Fonte: <[http://blogdovigilanteestevam.blogspot.com.br/2015\\_11\\_01\\_archive.html](http://blogdovigilanteestevam.blogspot.com.br/2015_11_01_archive.html)>

---

apreende menor com duas armas de fogo em Arapiraca", em Alagoas; "OPERAÇÃO CARNAVAL: Força Tática apreende arma de fogo no Alecrim", no Rio Grande do Norte (<http://www.pm.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=104272&ACT=null&PAGE=null&PARAM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA>). O *modus operandi* das unidades, bem como o armamento utilizado, são bastante similares em todos os relatos, indicando a existência de um padrão no que diz respeito a essa força policial. Um material formativo sobre o assunto da PM do Mato Grosso afirma que o patrulhamento tático é uma "[...] ação de caráter mais enérgico e especializado, com efetivo com treinamento específico, onde o policiamento comunitário não for suficiente" (<http://docslide.com.br/documents/doutrina-forca-tatica.html>).

<sup>98</sup> Entrevista realizada com um oficial da PM em 3 de fevereiro de 2016.

Um dado que chama atenção, no entanto, é que a FTA não aparece no organograma da PM do Ceará. Não há registros oficiais sobre sua existência disponíveis no *site* da corporação. Questiono esse fato ao mesmo oficial da PM, e ele me responde da seguinte maneira:

Não existe nada escrito sobre ele. Aliás, como em quase todos os serviços da polícia. Já teve curiosidade em ler o projeto "Em defesa da vida"? Pois perca essa curiosidade. Você não encontrará mais do que duas folhas escritas sem dizer coisa nenhuma. Isso é coisa criada em gabinetes. Ninguém escreve mais do que uma nota para boletim e pronto, está criado. Isso vem diminuindo com os novos oficiais que querem criar uma doutrina policial, mas infelizmente ainda não têm voz ativa para implementar essas mudanças (informação verbal)<sup>99</sup>.

Pergunto se isso seria resultante de uma cultura "oralizada" no interior da corporação, mas meu interlocutor prefere denominar de "modismo policial":

Não se trata de cultura porque só dura enquanto o comandante tal estiver no comando. Depois tudo muda, até uma nova farda é criada. Eu chamaria de 'modismo policial', uma espécie de costume hierarquizado sem nenhum embasamento técnico (informação verbal).<sup>100</sup>

Como exemplos desse "modismo", o oficial cita outras unidades operacionais de caráter tático criadas na Polícia Militar do Ceará e que depois foram extintas, como o Comando de Operações Especiais (COE) e o Fator.

Em 2015, a estrutura organizacional da PM foi alterada mais uma vez, com a criação do Batalhão de Divisas, uma unidade operacional criada para atuar contra roubo a bancos, a cargas e o tráfico de drogas nas fronteiras do estado. O grupamento integra o Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual (BPRES), que se transformou em uma Coordenadoria de Policiamento de Trânsito Rodoviário, Urbano e de Divisas.<sup>101</sup> A medida foi uma resposta do governo do estado à onda inédita de assaltos a bancos que assolou o Ceará a partir de 2012 quando. Segundo levantamento feito pelo Sindicato dos Bancários, a quantidade de ocorrências salta de 50, em 2011, para 117, no ano seguinte. O pico de assaltos a banco ocorreu em 2013, com 139 casos.

<sup>99</sup> Entrevista realizada com um oficial da PM em 3 de fevereiro de 2016.

<sup>100</sup> Entrevista realizada com um oficial da PM em 3 de fevereiro de 2016

<sup>101</sup> Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/13001-governo-do-estado-forma-efetivo-do-primeiro-batalhao-de-divisas-do-ceara>>. Acesso em: 20/02/2016.

### 3.4 Distribuição operacional e territorial da PMCE

Conforme a Lei de Organização Básica (LOB), em seu artigo nº 23, "Os Órgãos operacionais são constituídos pelos Grandes Comandos ou Coordenadorias, Batalhões e Regimentos ou Células, Companhias, Esquadrões ou Núcleos, Pelotões, Grupos e Destacamentos Policiais Militares ou Seções" (CEARÁ, 2012). A menor unidade operacional descrita pela LOB é a esquadra, cujo efetivo é de seis soldados sob o comando de um cabo. Em seguida, tem-se o destacamento, uma unidade formada por 15 policiais militares sob o comando de um sargento. Os destacamentos são articulados em esquadras.

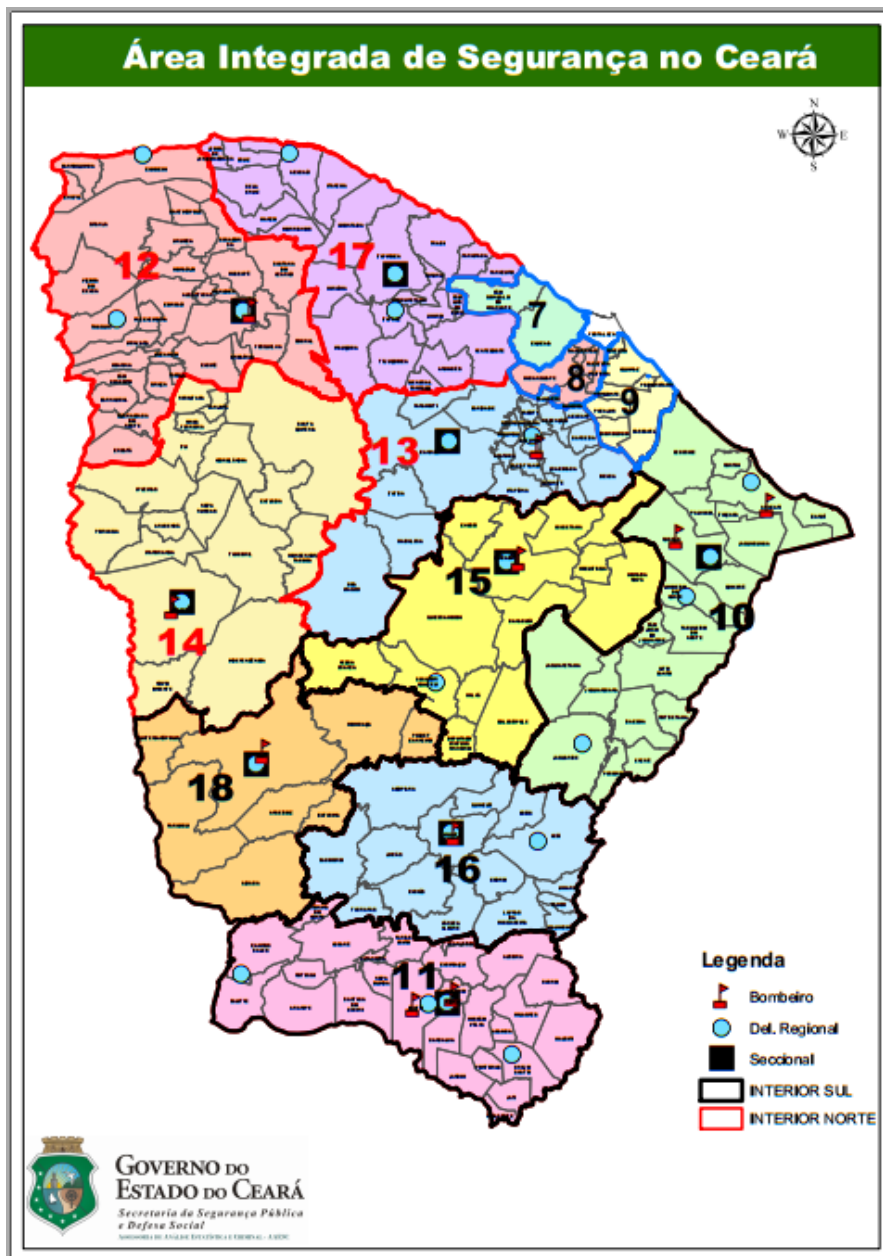
Em seguida, na escala ascendente da organização, têm-se os grupos, articulados por meio dos destacamentos, e os pelotões, articulados por meio dos grupos. As companhias são divididas em pelotões e os batalhões são articulados em companhias. De acordo com a LOB, cada batalhão ou regimento deverá ser constituído de, no máximo, seis companhias ou esquadrões. As companhias devem ser constituídas por, no máximo, seis pelotões. Cada pelotão é constituído por dois grupos que, por seu turno, são constituídos por dois destacamentos. A legislação afirma expressamente que "[...] cada município deverá ser provido de, pelo menos, um destacamento policial militar" (CEARÁ, 2012). Isso explica a forma exultante pela qual a própria corporação descreve a manifestação de sua presença territorial no estado:

Tendo no policiamento ostensivo a sua atividade fim, a Instituição está presente em todo o Estado com suas diversas Unidades e Subunidades Operacionais distribuídas de forma estratégica. Os mais de 15 mil homens e mulheres do efetivo estão distribuídos por todos os municípios cearenses para servir e proteger ao cidadão (CEARÁ, 2012).

No penúltimo ano da gestão Cid Gomes (2007-2014), o estado sofreu uma reformulação no modo como a segurança pública era gerida. O território foi esquadrinhado e dividido em 18 Áreas Integradas de Segurança (AIS), sob o comando de um coronel da Polícia Militar, um delegado e um comandante do Corpo de Bombeiros. As áreas integradas abrigam cada uma um batalhão, delegacias distritais,

delegacias regionais, delegacias metropolitanas e unidades do Corpo de Bombeiros.<sup>102</sup>

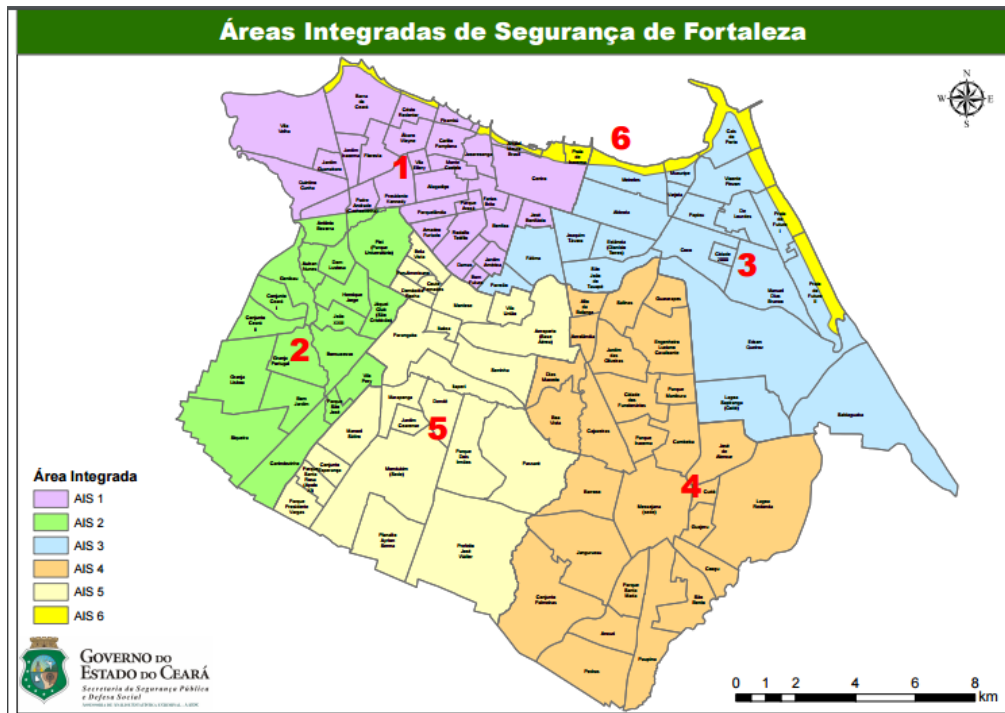
Figura 2 - AIS no Ceará



Fonte: <[www.sspds.ce.gov.br](http://www.sspds.ce.gov.br)>

<sup>102</sup> No anexo II tem-se a relação completa de AIS e seus respectivos municípios de abrangência.

Figura 3 - AIS Fortaleza



Fonte: < [www.sspds.ce.gov.br](http://www.sspds.ce.gov.br) >

### 3.5 “Com uma ligação eu resolvi um caso”

A conversa que segue, travada com um agente de Inteligência da PM, descreve bem o cotidiano de um agente de inteligência da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE) e serve como porta de entrada para as questões a serem debatidas ao longo deste capítulo.

“Com apenas uma ligação telefônica para um colaborador eu resolvi um caso”, comenta Paulo (nome fictício), embevecido com a eficácia de sua rede de informantes (informação verbal)<sup>103</sup>. O episódio diz respeito ao assassinato de uma professora em uma avenida bastante movimentada de Fortaleza. A vítima estava em um ônibus quando o veículo foi assaltado por um grupo armado. De acordo com a versão da polícia, ela teria se recusado a entregar a bolsa aos assaltantes, e por essa razão foi esfaqueada. A mulher ainda foi levada ao hospital, mas morreu devido aos ferimentos. Ao chegar ao quartel, no dia seguinte ao crime, Paulo foi informado da ocorrência, e entrou em contato com um de seus colaboradores<sup>104</sup>, a fim de saber a

<sup>103</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>104</sup> Nome pelo qual os PMs entrevistados nesta pesquisa referem-se aos seus informantes. O termo integra o vocabulário da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública: “Colaborador é uma



identidade e a localização dos responsáveis por aquele latrocínio (roubo seguido de morte). O bizu<sup>105</sup> era quente: os policiais foram até a casa informada e apreenderam dez adolescentes em flagrante. Segundo o relato da polícia, parte do grupo havia subido no coletivo, enquanto o restante prestava apoio do lado de fora. Com os acusados, os PMs encontraram a bolsa mencionada na descrição do crime e um facão que teria sido usado para lesionar a vítima. A notícia do assassinato da mulher ganhou repercussão e foi veiculada em diversos meios de comunicação. Nenhuma referência à atuação de Paulo e sua equipe foi feita pelos noticiários.

Paulo atua como agente de inteligência e é policial do Serviço Reservado da PM, da 2ª Seção, ou da P2. A pluralidade de nomes para designar uma mesma função no interior da Polícia Militar é uma pequena amostra de quão complexa é a abordagem do tema da presente tese. O policial trabalha há um bom tempo na inteligência e conhece bem os caminhos que levam à resolução de um crime. Possui trânsito privilegiado entre familiares de vítimas, “bandidos”<sup>106</sup> e policiais. Está sempre em “campo”, como costuma se referir a esse espaço não somente territorial, mas de interação entre os agentes da lei e os criminosos. A informação relevante, aquela pista que pode levar ao desbaratamento de uma perigosa quadrilha vem de todos os lados, e cabe a ele coletar e repassar o que sabe aos demais. Engana-se quem pensa que Paulo é um mero canal de interlocução entre a comunidade e a instituição policial. Quando preciso, o PM assume um papel ativo na identificação e captura de criminosos. Desloca-se ao local do crime, intimida supostos cúmplices, força entradas e saídas, busca confirmar a informação dada por seu colaborador e reúne provas materiais que permitirão prender o alvo da vez. O terreno em que pisa é escorregadio;

---

peessoa - recrutada operacionalmente ou não - que, por suas ligações e conhecimentos, cria facilidades para a Agência de Inteligência até mesmo fora de sua área normal de atuação” (BRASIL, 2009, p. 33).

<sup>105</sup> Conforme Barbosa (2014, p. 57), “[...] ‘bizu’ é a denominação que, a princípio, remetia a um cochicho de pé de ouvido envolvendo dicas e macetes em quartéis para policiais. Contudo, o ‘bizu’ é mobilizado pelos interlocutores da pesquisa como uma dica ou mensagem, às vezes, informações relacionadas a pessoas suspeitas, modelos e placas de carros suspeitos, formas de usar o colete, formas de segurar a arma, formas de efetuar abordagem. Porém, não remete apenas a isso, o bizu pode ser uma informação totalmente despojada desses caracteres, por exemplo, uma mensagem, SMS enviada por celular que diz ‘pega o bizu... eu vou ser pai’”.

<sup>106</sup> Segundo Misse (2010, p. 17), o “bandido” é o “[...] sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer ‘especial’, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa”.

o bote pode dar errado e ele ser objeto de cruzeta.<sup>107</sup> Nem sempre a entrada em um domicílio alheio tem respaldo na Justiça. A voz de comando ameaça e impõe autoridade, pelo temor e o respeito que o Serviço Reservado conquistou nas periferias da cidade.

A reflexão de Paulo é um misto de orgulho profissional e frustração pela falta de reconhecimento. “O nosso trabalho é anônimo. Não somos reconhecidos, mas acho que a Polícia Civil não faria o que fazemos nem se ela tivesse 50 mil policiais”, lamenta (informação verbal)<sup>108</sup>. Em seguida, o PM destaca os riscos a que estão sujeitos do ponto de vista dos critérios de moralidade exigidos do agente público: “Estamos na linha entre o bem e o mal. A facilidade em se deixar envolver é grande” (informação verbal)<sup>109</sup>. Essa espécie de desabafo é um gancho para que ele fale da luta diária que travam contra os bandidos, contra os maus policiais (responsáveis por revelar a identidade deles perante os criminosos) e contra o próprio governo, dada a escassez de recursos com que eles têm de lidar no dia a dia.

Os núcleos de inteligência são compostos, geralmente, por três policiais. Uma exceção é a equipe liderada por Ranulfo, que possui quatro integrantes. Tomei conhecimento dela após fazer um novo levantamento das ações do reservado e descobrir que diversas prisões e apreensões de droga eram atribuídas ao batalhão em que os PMs estavam lotados. Em uma segunda pela manhã me desloquei ao quartel. Apresentei-me ao policial da guarda, mostrei a declaração assinada pelo professor César Barreira e ele me forneceu de pronto o telefone do PM que integrava a equipe do Reservado. Liguei para Ranulfo, e o policial acenou com a possibilidade de conversarmos, mas antes pediu que eu entrasse em contato com o tenente, o PM responsável pela ligação entre a equipe e o comando. Cumpri o que foi pedido e acertei com o oficial de ligar na quarta-feira, a fim de que pudesse falar com o comandante, haja vista que ele seria a fonte mais indicada para responder minhas questões.

Na quarta, uma das primeiras coisas que fiz pela manhã foi ligar para o tenente. O PM me disse que o coronel estava se dirigindo ao quartel, e que pela manhã seria um bom momento para que ele me atendesse. Não me demorei e parti

---

<sup>107</sup> Conforme Barbosa (2014), “[...] ser ‘cruzetado’ é o tipo de relação em que um colega de farda policial fala mal de outro pelas costas, o que pode causar uma série de prejuízos na carreira do policial ‘cruzetado’”.

<sup>108</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>109</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

em direção ao batalhão. Ao me apresentar, rapidamente fui chamado à sala do comandante. Um oficial que passava pela guarda me olhou com atenção, como se estivesse me investigando. Disse que fazia parte do Laboratório de Estudos da Violência, e isso serviu como uma resposta satisfatória para minha presença naquele local. A sala do comando é o primeiro cômodo assim que você entra no quartel, à esquerda. Uma porta de vidro fosco separa o coronel dos visitantes. Uma porta no fim da parede à direita dá acesso à secretaria e ao local em que o tenente trabalha. Dois sofás e uma cadeira são a mobília da sala de comando, além da mesa do comandante. Tudo muito simples, mas aconchegante para os padrões dos quartéis que percorri.

Começo me apresentando e descrevendo os objetivos da minha pesquisa. Digo que escolhi o quartel pelos bons resultados apresentados, o que não deixa de ser verdade. O comandante esboça um sorriso de contentamento e se desarma. Listo algumas prisões e apreensões colhidas na *internet*, e ele confirma, ressaltando que em alguns casos, como o estouro de laboratório de drogas, as ocorrências são diárias (informação verbal)<sup>110</sup>. No mesmo dia, finalmente convenço Ranulfo a me conceder a entrevista. Já havia falado com o comando e deixado claro quem eu era e o que pretendia.

No dia seguinte, cheguei cedo ao quartel, com o intuito de aproveitar bem a manhã. A equipe, contudo, demorou, e apareceu no local mais de uma hora depois do combinado. Nesse período, pude rever as pessoas com quem tratei anteriormente. Todos foram bastante gentis e acolhedores. Na minha posição de pesquisador, no entanto, não me senti tão à vontade quanto deveria. Afinal, estava ali para tratar de um assunto de certa forma interdito.

Assim que chegou, Ranulfo se dirigiu ao coronel para repassar as informações disponíveis. O comandante também queria falar algo em particular. Os dois saíram da guarda e conversaram por cerca de 10 minutos do lado de fora do quartel. Nesse ínterim, fiquei verificando o bloco de anotações e a caneta, a fim de deixá-los mais à vontade. Certamente não era um assunto que me dizia respeito. Em seguida, Ranulfo veio falar comigo e me chamou para irmos à sala de reuniões do Batalhão. Era uma sala abafada, com mobília bem gasta e fotos de turmas de policiais de anos passados. Alguns dos policiais entrevistados por mim estampavam as imagens em suas versões anteriores na PM. O policial perguntou se a equipe também

---

<sup>110</sup> Entrevista realizada com um coronel da PM em 10 de junho de 2015.

poderia participar, e eu concordei de imediato. Sabia que a conversa iria fluir melhor com todos reunidos, e foi o que realmente ocorreu. Comecei apresentando a mim e ao trabalho que pretendia realizar. Disse que o tema era pouco abordado na academia e que o Batalhão se destacara no noticiário policial por causa das prisões e apreensões realizadas em conjunto com o Serviço Reservado. A observação deixou o clima menos tenso.

Pergunto sobre o modo como eles dividem as funções no interior da equipe. A resposta que segue exemplifica a organização de um núcleo de inteligência pesquisado, mas que não é necessariamente seguido por outras unidades: na equipe de Ranulfo todos são soldados, mas ele assumiu o papel de liderança informal entre o grupo. Isso acarretou algumas complicações, pois o PM tinha de gerenciar uma série de funções que somente depois foram compartilhadas: Néelson faz a articulação com os informantes, Felipe atende a imprensa e assim por diante. Há alguns interlocutores, contudo, que só repassam informação para um determinado policial, por confiar somente nele. Segundo Ranulfo, a grande maioria, no entanto, quer apenas que a polícia faça o serviço, não importando o destinatário da informação (informação verbal)<sup>111</sup>.

De acordo com um interlocutor, o sucesso do Reservado é ter uma equipe pequena e sem identificação capaz de fazer mais do que os policiais fardados. Há policiais mulheres na Coordenadoria de Inteligência (Coin), e certamente há também nos núcleos de inteligência espalhados pelos quartéis, mas não consegui identificar nenhuma PM, ou seja, a pesquisa presente baseou-se em um universo predominantemente masculino.

### **3.6 Entre cangas e cobaias**

Um dado que me chamou atenção logo quando comecei a estudar a inteligência na PM é como o policial do P2 se refere ao seu parceiro no cotidiano: “cobaia” ou “canga”.<sup>112</sup> Dentre outros motivos, isso se deve ao grau de confiança que um deve ter no outro e à forma de atuação dos policiais Reservados, que sempre atuam com ao menos um parceiro ao seu lado. Por transitarem na linha entre

---

<sup>111</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>112</sup> Conforme o Dicionário Houaiss (online), há duas acepções de canga que correspondem ao sentido fornecido pelos policiais: “[...] peça de madeira usada para prender uma junta de bois a carro ou arado” e “[...] um pau assentado nos ombros de dois carregadores e usado para transportar objetos pesados”.

legalidade e ilegalidade, o destino de um PM do Reservado está intimamente ligado ao outro; é preciso que haja cumplicidade e uma comunhão mínima de visão e valores para lidar com as adversidades e os desafios impostos pelo cotidiano do trabalho. Daí a imagem da “canga”, como uma peça simbólica de madeira que une irremediavelmente um PM a seu parceiro. A expressão “cobaia” talvez exija um menor esforço de interpretação, mas ela se insere perfeitamente nesse contexto de imprevisto e surpresa que permeia a atividade de inteligência. Para Martins, é preciso ter o mínimo de confiança no que o parceiro vai fazer e no modo como ele vai reagir durante a abordagem (informação verbal)<sup>113</sup> .

Haroldo, PM que atuou por cinco anos no Serviço Reservado, cita o exemplo em que a “cobaia” dele simulou ter aceito o recebimento de propina de uma acusada de praticar o golpe “boa-noite cinderela”.<sup>114</sup> Com isso, a mulher pode ser presa em flagrante por tentativa de suborno a um policial. A ação ocorreu sem que houvesse um acerto prévio e foi resultado de uma iniciativa imediata. Se o parceiro tivesse recusado a propina por qualquer motivo (uma desatenção, por exemplo), eles teriam perdido a chance de detê-la naquele instante, mas graças à atitude perspicaz da “cobaia”, conforme o relato de Haroldo, a mulher foi detida legalmente e levada à delegacia (informação verbal)<sup>115 116</sup>.

O emprego de nomes fictícios também é uma medida de segurança adotada pelos policiais. Como têm de lidar diretamente com pessoas ligadas aos circuitos e redes criminais, a posse do nome verdadeiro do PM é um bem valioso nas disputas por informações sobre o “inimigo”, que perpassam os confrontos travados entre policiais e traficantes. “Chico” e “Louro” são alguns exemplos de nomes que circulam no interior das equipes. Martins afirma que no Batalhão de Choque é usada a numeração: 01, 02, etc. Tal medida é evitada no Serviço Reservado, a fim de diminuir as feições militarizadas das ações dos agentes. Nas interações que mantive com os policiais, pude presenciar situações em que um PM se referia ao outro como “Chico”, de forma bastante espontânea.

---

<sup>113</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>114</sup> Golpe que consiste em ministrar um medicamento indutor de sono de forma disfarçada, a fim de que a vítima do crime durma profundamente e tenha seus bens roubados durante esse período.

<sup>115</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>116</sup> Vale ressaltar que o motivo da prisão não foi o mesmo pelo qual ela estava sendo procurada pela polícia. Tal estratégia policial não é incomum. Ouvi diversas menções a ocorrências em que infrações de menor gravidade foram o ponto de partida para prisões de criminosos tidos como “perigosos” pelos órgãos de segurança.

### 3.7 “A equipe tem de me dar produção, tem de me dar conhecimento”

Sobre a divisão do trabalho e o gerenciamento das ocorrências, um oficial PM entrevistado para a presente pesquisa afirma que costuma repassar as prioridades à sua equipe no início da manhã. Uma segunda reunião é feita no fim da tarde para avaliar o que se avançou em relação à missão dada. “Conversamos no início e no fim do expediente”, garante (informação verbal)<sup>117</sup>. O militar afirma que o seguimento do horário de expediente do quartel é um item secundário, quando se leva em consideração o cumprimento das deliberações propostas. Um problema enfrentado na área de circunscrição em que atua, de acordo com o oficial, é a desova de cadáveres. “As mortes costumam ocorrer em outro local, mas os corpos são jogados em áreas ermas”, explica (informação verbal)<sup>118</sup>. Tais ocorrências são costumeiramente repassadas à equipe local do Reservado.

Um segundo oficial PM destaca a importância da inteligência policial com a seguinte afirmação: “A equipe tem de me dar produção, tem de me dar conhecimento”. Hugo afirma que o comandante deixa a equipe livre, mas é preciso informá-lo sobre as ações: “Chega demanda do número 181 (teledenúncias) tudo documentado. Tem de dar uma resposta, um retorno àquela demanda”, explica (informação verbal).<sup>119</sup> Há casos em que a origem do pedido parte do comando ou de ligações feitas ao quartel. A cobrança por resultados é um fator gerador de preocupação para os policiais. Para Hugo, atuar como policial da inteligência é uma atividade bastante estressante, e desabafa:

A gente sai do trabalho e fica pensando na ocorrência do dia. Se exagerou, se errou. Um policial fardado pode passar 30 anos na viatura só dando tchau para os moradores e empurrando as coisas com a barriga. O Reservado tem de ter produção, tem de ter resultado todo dia. A gente dá muito prejuízo aos traficantes. Atuamos muito próximo a eles (informação verbal)<sup>120</sup>

No que tange à produtividade de seu setor, Ulisses diz que ela é bastante elevada. Em uma conta rápida, ele estima que, no ano anterior à entrevista, haviam sido redigidos 150 relatórios de inteligências (relints), cujas informações teriam

<sup>117</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>118</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>119</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>120</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

resultado em mais de 100 prisões. Até março daquele ano, oito armas teriam sido apreendidas, 25 relints elaborados e entre 10 e 15 pessoas teriam sido presas. Os resultados poderiam ser melhores, de acordo com o agente. Ele explica que o Reservado gera muita informação, mas ela não costuma ser usada pelo comando (informação verbal)<sup>121</sup>.

Ao contrário do que ocorre no quartel de Ulisses, um coronel da PM ouvido na pesquisa afirma valer-se bastante da atividade de coleta de informações no policiamento cotidiano. De acordo com o oficial, os PMs do Reservado auxiliam na agregação de elementos sobre a autoria do crime, fornecendo subsídios à investigação da Polícia Civil:

Quando há indícios muito fortes, montamos a 'campana', ou seja, enviamos o policial descaracterizado ao local. Nesses casos, ou pedimos a expedição de mandado de prisão ou eles agem sob flagrante delito que lhes permite entrar nas casas a fim de obter as provas materiais (informação verbal)<sup>122</sup>.

Esse protagonismo da PM na atividade investigativa é gera repulsa em parte de setores da Polícia Civil, que veem nessa atitude uma usurpação de papéis. A realização de prisões é um aspecto central nesse debate. Há uma recomendação, na doutrina de inteligência, de que o policial do Reservado não faça a prisão de quem ele estava monitorando. O procedimento padrão é a confecção de um relatório para envio ao comandante. O documento deve preencher os critérios de ISA (Indício Suficiente de Autoria)<sup>123</sup>. As ações a serem tomadas em seguida, então, passam para uma esfera de atuação distinta da 2ª Seção. De posse desses dados, cabe aos policiais fardados que realizam o policiamento ostensivo ou aos policiais civis agir no sentido de prender o acusado. No dia a dia, contudo, não raro os policiais da P2 realizam prisões sem qualquer tipo de disfarce, como se atuassem no policiamento ostensivo.

A definição da operação passa pelo alvo e por quem solicita, explica o PM. Ele cita o caso de um roubo de uma câmera de vídeo de uma emissora local. Após uma intensa investigação, os criminosos foram presos e o equipamento recuperado.

---

<sup>121</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>122</sup> Entrevista realizada com um coronel da PM.

<sup>123</sup> De acordo com o Código de Processo Penal, em seu artigo 312, "a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria".

Segundo Haroldo, ele nunca teve tantas condições de trabalho quanto naquela missão. “Nunca passamos tão bem. Andávamos em carrões e comíamos do bom e do melhor”, disse. Em muitas ocasiões, o trabalho de monitoramento de um determinado suspeito teve de ser abortado em prol de demandas das mais diversas origens (informação verbal)<sup>124</sup>.

### 3.8. Tudo começa com um “bizu”

O segundo capítulo da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) aborda um aspecto fundamental no campo da inteligência: a produção de conhecimento. A exigência de uma metodologia própria é um item indispensável para que a atividade seja caracterizada como uma ação de inteligência, e não resultado de “[...] ações meramente intuitivas e a adoção de procedimentos sem orientação racional” (SENASP, 1999, p.19). A base conceitual ampara-se na tentativa de distinguir e definir dado e conhecimento, como se verá a seguir:

Dado é toda e qualquer representação de fato, situação, comunicação, notícia, documento, extrato de documento, fotografia, gravação, relato, denúncia, etc, ainda não submetida, pelo profissional de ISP, à metodologia de Produção de Conhecimento.

Conhecimento é o resultado final - expresso por escrito ou oralmente pelo profissional de ISP - da utilização da metodologia de Produção de Conhecimento sobre dados e/ou conhecimentos anteriores (SENASP, 2009, p. 19).

A produção do conhecimento seria justamente a transformação do dado em conhecimento a partir de uma metodologia própria e específica. Conforme a doutrina de inteligência (REGO, 2013), os agentes não buscam obter a verdade absoluta, mas uma aproximação o mais fiel<sup>125</sup> possível dela, de modo a permitir a elaboração de um informe que servirá como subsídio à tomada de decisão. Há, nessa atividade, um modelo de produção de conhecimento (ciclo de inteligência) que varia conforme a instituição que o emprega. Vimos que a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) é o documento norteador das ações das polícias no Brasil. Tais normas e diretrizes operacionais, no entanto, precisam passar pelo crivo

<sup>124</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>125</sup> A expressão “fiel” não foi empregada aqui de forma displicente. Nos círculos de inteligência, há uma grande preocupação em se produzir a informação mais fidedigna possível. Para tanto, diversos recursos são mobilizados, como gravador de áudio, filmadoras e, principalmente, a capacidade do agente de observar, memorizar e descrever as características mais marcantes de seu alvo.



das práticas cotidianas. É aí que entra o fator humano. Por princípio, ninguém é obrigado a revelar o que sabe, e para que essa informação seja obtida é preciso adotar algum tipo de estratégia. Segundo Goffman (1971, p. 3), em busca de seus interesses, grupos e pessoas irão se deparar com indivíduos que querem ajudar e com indivíduos que querem impedir que isso ocorra. A partir de análises feitas sobre a literatura existente acerca da inteligência e da espionagem, o sociólogo norte-americano descreve alguns “jogos de expressão” (expression games) adotados por profissionais de inteligência para conseguir seus objetivos<sup>126</sup>. Platt (1974, p. 73), um teórico da inteligência militar, afirma que “[...] a soma de muitas coisas resulta em alguma coisa”. De acordo com o autor, é possível “[...] tomar um número de fatos, cada um dos quais significando quase nada em si mesmo, e obter um quadro significativo apenas com a operação de reuni-los” (p. 73).

Martins descreve esse processo com uma imagem bastante eficaz: “Trabalho com a ocorrência bruta. Daí lapidamos a informação, como se faz com um diamante” (informação verbal)<sup>127</sup>. O conhecimento em si não é o bastante. Ele precisa estar de acordo com os seguintes atributos: ser avaliado, significativo, útil, oportuno e seguro. Lição semelhante foi ministrada pelo policial William Bretton, quando de sua consultoria no Ceará. Alfredo, que participou das formações, lembra dos ensinamentos do consultor:

Foi uma das áreas em que o Willian Bretton bateu bastante. A máxima do Willian Bretton ainda hoje é moderna, dizendo que toda informação tem que ser oportuna e confiável. Isso é a máxima de qualquer atividade de informação e inteligência passa diretamente por isso aí. Se a informação é confiável, mas não chega num momento certo perdeu o sentido. Mas se ela é oportuna, mas não guarda confiabilidade, você pode estar atirando no escuro e até atirando no próprio pé. Então são duas máximas que você não pode se desviar nunca nas atividades de informação e de inteligência. Informação no tempo certo e com credibilidade (informação verbal)<sup>128</sup>.

O sentimento de urgência perpassa as ações dos agentes de inteligência. Assim como qualquer outro bem, a informação pode ficar “velha” e “sem utilidade”,

---

<sup>126</sup> Quatro movimentos básicos são relatados por Goffman (1971, p. 11-17): involuntário, em que o sujeito age de forma negligente; o inocente, no qual o observador retira a informação do que supõe ser um movimento involuntário; o dissimulado, em que o sujeito tenta influenciar as conclusões às quais o observador pode chegar; e, por fim, o movimento de descoberta, no qual o observador tenta ir além do que as atitudes do sujeito revelam. A forma padrão do movimento de descoberta é o exame de qualquer tipo, que pode ser o seguimento da trilha deixada pela pessoa observada ou determinadas formas de interrogatório.

<sup>127</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>128</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

conforme ressalta Alfredo (informação verbal)<sup>129</sup>. Para que ela possa ser utilizada, contudo, é preciso que diversos estágios sejam cumpridos. A escala no grau de aquisição de conhecimento pode ser descrita da seguinte forma: dados, informe, informação e, por fim, o conhecimento. Para a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, os tipos de conhecimentos produzidos pelos agentes de inteligência podem ser definidos da seguinte forma:

Informe - É o Conhecimento resultante de juízo (s) formulado (s) pelo profissional de ISP, que expressa seu estado de certeza, opinião ou de dúvida frente à verdade sobre fato ou situação passado e/ou presente. A sua produção exige o domínio de metodologia própria e tem como objeto apenas fatos e situações pretéritos ou presentes.

Informação - É o conhecimento resultante de raciocínio (s) elaborado (s) pelo profissional de ISP, que expressa o seu estado de certeza frente à verdade sobre fato ou situação passados e/ou presentes; A Informação decorre da operação mais apurada da mente, o raciocínio. Portanto, extrapola os limites da simples narração dos fatos ou das situações, contemplando interpretação dos mesmos. A sua produção requer, ainda, o pleno domínio da metodologia de produção do conhecimento.

Apreciação - É o Conhecimento resultante de raciocínio (s) elaborado (s) pelo profissional de ISP, que expressa o seu estado de opinião frente à verdade, sobre fato ou situação passados e/ou presentes (SENASP, 2009, p. 21).

Tem-se, nesses três momentos de produção do conhecimento, uma escala de certezas que se inicia no informe, ou seja, na primeira informação que chega ao policial, até chegar a um tal estado em que se é capaz de emitir uma opinião sobre o fato em questão. Pode se afirmar que tudo se inicia com um “bizu”, expressão corrente usada pelos policiais do Reservado que será transformada em um “informe” da doutrina da inteligência. Se a informação tiver elementos que a respaldem, diz-se que se trata de um bizu “quente”. Em caso contrário, a recomendação é que se averigue melhor a ocorrência, como no diálogo abaixo, travado em uma rede de mensagens instantâneas. A conversa se refere a um acusado cuja perseguição durou em torno de três semanas. No grupo, volta e meia surgiam informações que davam conta de que o homem havia sido preso. No trecho destacado um PM busca a confirmação sobre a veracidade do “bizu” que chegara até ele:

PM1: Algum bizu do assaltante? Tá rolando em outro grupo q pegaram ele  
 PM1: Desde cedo rola que ele foi preso  
 PM2: To sabendo não  
 Oficial: Quem tá hj e o Ronaldo  
 PM1: Eu não acreditei pq se fosse com certeza aqui

<sup>129</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

PM2: 🖱  
 Oficial: Falei com informante agora à noite e ele ainda está pinotado  
 Oficial: Só bizu  
 PM2: Nada ainda (informação verbal)<sup>130</sup>.

A informação de que o assaltante fora preso chega aos grupos de mensagens instantâneas da polícia. A resposta dada pelo superior, a partir da consulta a um informante, é a de que prisão não ocorrera. O “bizu”, nesse caso, tratava-se de apenas de um rumor, evidenciado pelo uso da expressão “só”. “Ronaldo” é o agente de inteligência do batalhão que estava de serviço naquele dia. Cabe a ele averiguar as informações que chegam ao quartel no que diz respeito à procedência.

Ulisses afirma que quanto mais próximo o PM estiver da ocorrência, mais a informação vem. Mas, segundo ele, nem todo policial tem preparo para coletar dado. “A informação vem através do diálogo”, afirma o soldado:

O processamento dos dados dessa informação sendo bem manipulada vira inteligência. A gente incorpora rápido o sentimento de dar respostas ao ocorrido. O PM, em geral, é o primeiro agente a estar no local do crime. O PM recebe a informação do local e passa. No emocional, a pessoa fala. Por isso a importância do local do crime para resolver o caso. Ver a pessoa morta ali no local, no calor da hora, pode contribuir para que ela repasse a informação. Agora, tem de ter o talento. Tem de encantar a pessoa. Isso depende do agente (informação verbal)<sup>131</sup>.

Ulisses é tido na equipe como o “relações públicas”, pelo modo como ele trata atuais e futuros colaboradores. “De 100 pessoas que a gente aborda, duas liberam alguma informação. A pessoa tem de tomar essa decisão, de repassar a informação. E é nisso que atuamos”, explica (informação verbal)<sup>132</sup>.

O major Silveira se vale da mesma imagem de uma garimpagem ao afirmar que o dado é a “pedra bruta” da informação. “O informe é o documento elaborado a partir desse tratamento. Onde vou alocar meu policiamento se não tiver essa informação?”, questiona o oficial (informação verbal)<sup>133</sup>. Paraphrasing o título da pesquisa de SILVA (2011), a instrumentalização desse conhecimento se faz necessária tanto para se saber o que ocorre na “caserna”, no interior da corporação, quanto no que ocorre na “rua”, no ambiente externo à instituição.

<sup>130</sup> Trecho extraído de uma conversa no aplicativo de mensagens Whatsapp.

<sup>131</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 16 de julho de 2013.

<sup>132</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 16 de julho de 2013.

<sup>133</sup> Entrevista realizada com major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

Um coronel PM comenta a herança institucional do militarismo nas práticas organizacionais da corporação e o papel imprescindível que a informação tem para a manutenção do funcionamento desses órgãos:

A Polícia Militar, tudo que ela tem ela herdou, veio do Exército, que inclusive nós hoje somos força auxiliar de reserva do Exército Brasileiro. Então é moldado a hierarquia, a disciplina, os postos, é tudo moldado em cima dessa experiência e dessa história que já tem as forças armadas, com ênfase para o Exército Brasileiro. E eu faço um parêntese para dizer que as duas únicas instituições no mundo que atravessaram e que apareceram quase com a organização social, os primeiros níveis de organização social, as únicas duas instituições sociais que atravessaram todo esse tempo e chegaram aqui é a Igreja e as Forças Armadas. Por quê? Porque tiveram seu lar em cima da hierarquia e da disciplina. Então, em cima disso, até para manter o *status quo*, até porque a informação funciona também dentro de casa, né? Você na sua casa deve ter informação, como é que seu filho tá, como é que ele tá se saindo na escola com quem é que ele anda, o que é que sua mulher tá precisando. Então a informação é uma coisa que é inafastável (informação verbal)<sup>134</sup>.

É interessante observar que os dois exemplos de organização citados pelo oficial, a Igreja e as Forças Armadas, são tomados como objetos de análise por Freud (2011, p. 35), que as denomina de “massas artificiais”, ou seja, que necessitam de “[...] uma certa coação externa [...] para evitar a dissolução e impedir mudanças na sua estrutura”. Mas para que essa coação seja empregada e para que a “hierarquia e a disciplina” sejam mantidas, é preciso que se tenha conhecimento do que está ocorrendo no interior da organização. Por causa disso, o militar compara a necessidade de estar bem informado tanto sobre o que ocorre em casa quanto na instituição, reestabelecendo, assim, o significado original de economia [*oikonomía*], que concerne à organização e à administração da casa. O aspecto fundamental da gestão de informações, seguindo a trilha aberta pelo coronel, é saber, em primeiro lugar, sobre o que se passa na própria “casa” ou, em se tratando do universo militar, da “caserna”.

Estar ciente do que estava ocorrendo no interior de suas forças de segurança era justamente o que faltava ao governo do estado durante uma das maiores crises que atravessou na área da segurança pública, como revela Alfredo:

O Caso França demonstrou que as polícias estavam despreparadas na área de inteligência polícia e, inclusive, para cuidar dos seus próprios efetivos e precisaria de uma nova modelagem não tanto na atividade operacional, como

---

<sup>134</sup> Entrevista realizada com um coronel da PM em 22 de maio de 2013.

em todas as atividades, inclusive, na de inteligência policial (informação verbal)<sup>135</sup>.

Pego de surpresa pelas revelações do policial no submundo das práticas policiais, o governo do estado teve de lidar com o desgaste da perda de credibilidade perante a opinião pública.

Situação semelhante foi vivida quando da segunda paralisação dos policiais militares do Ceará, de 29 de dezembro de 2011 a 3 de janeiro de 2012. O pânico e a desinformação que se seguiram após a “greve” da PM foram uma amostra sobre o quanto o governo de estado desconhecia o que se passava no interior da corporação e, principalmente, um sinal de que não havia se preparado para lidar com as consequências trazidas por aquela situação de impasse político-institucional. Em uma declaração à imprensa, o governador Cid Gomes disse à época que a “hierarquia e a disciplina”, tão bem defendidas pelo coronel em seu comentário, haviam sido quebradas durante aquele movimento paredista (SÁ; SALES; NETO, 2015).

Além de obter informações sobre o que ocorre no interior da organização, os agentes do Reservado produzem um conhecimento sobre as ocorrências criminais no território em que atuam. Um exemplo disso seria o mapeamento das bocas de fumo em Fortaleza. Ulisses estima que esse número possa ser de 9.000, somente na capital. “Além disso, em cada boca de fumo há pelo menos uma arma de fogo. Em algumas favelas, há ruas com cinco, seis bocas”, exemplifica. Para ele, uma ação articulada entre inteligência, policiamento ostensivo e Ministério Público poderia atuar com mais eficácia na desarticulação dessa atividade criminosa (informação verbal)<sup>136</sup>.

### **3.9 Armando o bote, preparando o estouro**

No trabalho de levantamento de informações são obtidos dados não só dos acusados, mas das pessoas que convivem com ele. Todo detalhe é importante: traços corporais, moradia, rotina e as filiações parentais são itens imprescindíveis para a atividade inteligência, a fim de que possa estabelecer a análise dos vínculos sociais do acusado. Segundo Martins, as informações são cruzadas e verificadas. Quando os

---

<sup>135</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.

<sup>136</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

informes são obtidos, o policial diz que os dados podem ser repassados para a Polícia Civil ou para o policiamento ostensivo (informação verbal)<sup>137</sup>.

De posse dessa informação, a PM faz o que se costuma denominar de “estouro”, ou seja, desbaratar quadrilhas ou pontos de venda de entorpecentes. O “estouro” também pode ser chamado de “bote”, pois trata-se da culminância de todo um esforço de coleta de informações realizado pelos PMs. Segundo os policiais ouvidos, o nome “estouro” se deve ao emprego, em certas ocasiões, de bombas de gás lacrimogêneo ou de efeito moral por parte dos PMs da Força Tática de Apoio (FTA), que contam com armamento reforçado e preparo técnico para intervenções do gênero. Pergunto se os estouros sempre contam com subsídios do setor de inteligência, e ele me diz que sim: “Geralmente acontece” (informação verbal)<sup>138</sup>. Em relação à parceria na hora do bote, Ulisses afirma que é preciso conhecer a viatura e contar com pessoas selecionadas. Há, assim como em Caucaia, uma parceria com a FTA: “Eles sempre chegam junto”. No momento da abordagem, não é preciso ser flagrado com uma grande quantidade de drogas para ser preso. Felipe cita o exemplo de uma campana realizada na casa de uma senhora que vendia drogas. Os policiais passaram muito tempo local, esperando a melhor oportunidade para agir. A mulher foi para a cadeia por causa de quatro pedras de *crack* que acabara de vender a um usuário. “Às vezes a pessoa perde a caça por um bote errado. Deixou de pegar o grande porque quis pegar o pequeno logo”, comenta. Ranulfo acrescenta que por diversas vezes eles passam o dia sem almoçar e sem beber água, quando estão em campana. “Se sair do local se queima. É preciso esperar que o alvo saia ou chegue e paciência para entrar em ação”, adverte (informação verbal)<sup>139</sup>.

Segundo Martins, “o PM moderno anota tudo. Já fazia isso antes mesmo de ser da inteligência”. O policial mantém um arquivo pessoal com todas essas informações, além de fazer rabiscos com setas que funcionam como uma representação do organograma criminoso. “Embora não tenha a dimensão dos grupos criminosos do Rio, os traficantes daqui não ficam muito atrás em organização”, comenta (informação verbal)<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>138</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>139</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>140</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

Antes de Martins ir ao local em que deve ocorrer o “estouro”, é feito um levantamento prévio da localização do suspeito, das possíveis rotas de fuga, de onde ele estava no momento do crime e com que se relaciona. Pergunto se isso não se trata de investigação, mas o policial rebate e diz que é apenas levantamento de informações. Nesse processo de desenrolar o fio da meada, o PM afirma que descobre, às vezes, “[...] coisas que a gente nem queria descobrir, como novos crimes, participação de pessoas importantes da sociedade e de policiais neles...” (informação verbal)<sup>141</sup>. Depois de todo levantamento feito, Martins afirma ainda haver uma grande precaução em se aproximar dos alvos:

Não se pode ficar abordando o suspeito porque ele pode desconfiar de que está sendo investigado. Precisamos obter elementos concretos para chegar nele. Estamos no encalço do maior traficante da área. Estamos armando o bote. Sabemos quem ele é, mas nada de prova material foi encontrado com ele. Nem revólver, nem droga (informação verbal)<sup>142</sup>.

Ximenes ressalta o trabalho dos policiais sob seu comando e afirma que, no momento do “estouro”, o procedimento mais usual é pedir apoio às viaturas, para que possam realizar o cerco e adentrar no local:

Se eles fizerem a abordagem em um carro descaracterizado, o traficante pode pensar que se trata de um ataque do rival e revidar. Por isso, o cerco é feito e a viatura caracterizada vai para o bote. Isso faz com que o confronto seja evitado já que o traficante reconhece que está sendo detido pela polícia e não ameaçado por um rival. Sem o Serviço Reservado, o nosso trabalho fica prejudicado. É mais fácil se esconder quando só há viaturas caracterizadas realizando a patrulha. Com o resultado, o criminoso não se inibe e podemos forçar o flagrante. Temos 21 viaturas e apenas um carro do Reservado. Com o trabalho deles, podemos fazer uma intervenção mais cirúrgica (informação verbal)<sup>143</sup>.

Como se pode observar, o Serviço Reservado atua como os “olhos e os braços” do comando, empregando aqui uma expressão nativa. Por causa disso, a relação no interior do quartel nem sempre é pacífica. Muitas vezes os agentes são vistos como dedos-duros a serviço do comandante. Há uma concepção da inteligência relacionada ao uso racional dos recursos, tanto materiais quanto humanos. Nesse sentido, ao empregar o termo “intervenção mais cirúrgica”, o oficial faz menção

---

<sup>141</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>142</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>143</sup> Entrevista realizada com Ximenes em 10 de junho de 2015.

justamente a esse significado que, de certa forma, é corrente entre as pessoas não familiarizadas com a conceituação específica da inteligência policial. Foi bastante comum ouvir, ao longo da pesquisa, que a polícia não atuava de forma “inteligente”. Havia nessa afirmação uma referência clara a essa compreensão da inteligência.

### 3.10 Denúncias da população como fonte primária de informação

O principal canal utilizado pelos órgãos de segurança para receber informações da população é o programa 181 Disque Denúncia<sup>144</sup>. Estimativa feita em 2009 revelou que 90% das prisões realizadas pela Delegacia de Narcóticos naquele ano se deveram a ligações anônimas<sup>145</sup>. O sistema passou por uma revitalização em 2013, com nova campanha de divulgação e reforço nas equipes de atendimento. Com as mudanças, a Coordenadoria de Inteligência (Coin) tornou-se responsável pela coordenação do programa. De acordo com a SSPDS, com apenas um mês do novo sistema em vigor, os resultados obtidos pelo 181 foram os seguintes:

Durante o período de 24 de maio e 30 de junho, o sistema recebeu o total de 5.430 ligações, resultando em 46 prisões de pessoas em flagrante e seis prisões por mandado judicial. Além disso, 13 armas de fogo foram apreendidas, 3,5 quilos de maconha, 1,013 de crack, 1 quilo de pasta base de cocaína e 695 gramas de cocaína foram apreendidas<sup>146</sup>.

As denúncias são analisadas e distribuídas entre as companhias e batalhões. Os núcleos de inteligência têm a responsabilidade de investigar a veracidade da denúncia e informar aos comandos sobre a procedência de cada uma delas. Paulo explica o funcionamento do fluxo de ocorrências que chega até sua equipe. Ele comenta que, após a ida da viatura da PM ao local do crime, é gerado um relatório de homicídios, que é encaminhado aos batalhões. Os policiais responsáveis pelo policiamento ostensivo precisam coletar algumas informações básicas, que

<sup>144</sup> O 181 Disque Denúncia é um programa governamental criado para combater o crime. Segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), toda denúncia é registrada e investigada. Caso o fato seja comprovado, a polícia é acionada de forma imediata. A recomendação dada à população que ligue “[...] toda vez que tiver informações que possam levar a polícia até os criminosos e prendê-los”.

Disponível em: <<http://www.sspds.ce.gov.br/canalDetalhado.do?tipoPortal=1&codCanal=184&titulo=&action=detail>>. Acesso em: 20/01/16.

<sup>145</sup> População delata criminosos. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/populacao-delata-criminosos-1.651516>>. Acesso em: 20/01/16.

<sup>146</sup> Disponível em: <

<http://www.sspds.ce.gov.br/buscaNoticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&action=detail&codNoticia=2651&iltroBusca=DISQUE%20DEN%DANCIA>>. Acesso em: 20/01/16.



servirão como elementos norteadores das etapas seguintes — local do crime e identificação da vítima são algumas delas. Os relatórios circulam pela corporação, a fim de que providências sejam tomadas. De acordo com Paulo, a ação imediata de sua equipe é se deslocar ao local e fazer contato com os populares. Para ele, toda ocorrência criminal é valorizada no seu núcleo de inteligência. Isso é algo, acrescenta, que a Polícia Civil não faria nem que dispusesse de 100 mil homens (o número aumentou dos 50 mil, desde a primeira vez em que conversamos). A segunda fonte de informações sobre ocorrências que chega até ele vem do Disque Denúncia. Além disso, Paulo acrescenta, há denúncias que chegam diretamente ao Serviço Reservado por meio de ligações telefônicas ou mensagens em aplicativos de mensagens instantâneas (*Whatsapp*) (informação verbal)<sup>147</sup>. Os itens a serem preenchidos de forma conjunta, denunciante e policial que atende o chamado, são os seguintes, conforme um documento ao qual tive acesso<sup>148</sup>:

RESERVADO !!!!  
DISQUE DENÚNCIA

DATA  
DENÚNCIA  
MUNICÍPIO  
BAIRRO  
ENDEREÇO  
PONTO REFERÊNCIA  
DESCRIÇÃO  
DESTINATÁRIO  
EMAIL DESTINATÁRIO  
descrição do destinatário  
Prioridade  
Data de envio destinatário  
Data de recebimento dest.  
Qtd. armas apreendidas  
Qtd. armas de fogo apreendidas  
Resultado

Conforme um comandante PM ouvido na pesquisa, os relatos das denúncias repassadas pelos informantes no 181 costumam vir com detalhes que auxiliam bastante a polícia, como características físicas, local de residência e contatos. Ao chegar ao local, a PM redige um relatório de ocorrência, documento que envolve uma maior formalização que a denúncia doa 181. Tive acesso a um desses

<sup>147</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>148</sup> Embora tenha feito o registro fotográfico do documento, preferi optar pela descrição em vez de publicar a imagem, haja vista tratar-se de denúncias e ocorrências reais, com os nomes das pessoas que prestaram informação à polícia.

documentos, que é também tratado sob a rubrica de “reservado”. Os itens a serem preenchidos pelos policiais que atendem a ocorrência são os seguintes:

#### RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS

##### +TIPO DE CRIME - DETALHES E LOCALIZAÇÃO

HOMICÍDIO (bala, faca, pauladas, linhcarneto, outros - pedra)

LATROCÍNIO (bala, faca)

ACHADO DE CADÁVER (bala, faca, natural, afogamento, suicídio)

APREENSÃO DE ARMA (revólver, pistola, espingarda, fuzil, metralhador, artesanal, faca, outros)

APREENSÃO DE DROGAS

TRÁFICO(maconha, cocacina, crack, oxi, êxtase, psicotrópicos, outros)

##### + INFORMAÇÕES SOBRE AS VÍTIMAS

Nome, sexo, idade, antecedentes, residência, n, bairro.

##### + INFORMAÇÕES SOBRE AUTOR OU SUSPEITO

preso em flagrante, foragido, ignorado, apresentou-se, suspeito, outros nome completo, alcunha, sexo, idade, residência

##### + INFORMAÇÕES SOBRE A GUARNIÇÃO PM

comandante, patrulheiro

##### + DADOS COMPLEMENTARES DA OCORRÊNCIA

+ NARRAÇÃO DOS FATOS

+ OBSERVAÇÕES

+ VISTO DO COMANDANTE

As informações listadas acima irão formar o que conhecemos como ocorrência criminal. No endereço eletrônico do Disque Denúncia, há a recomendação de que alguns elementos sejam fornecidos no momento da ligação:

Ao ligar para o 181 procure ter o máximo de informações sobre os criminosos, tais como: nome, apelido, local e horário onde eles podem ser encontrados, e qualquer outro detalhe que possa observar, pois quanto mais informação, melhor e mais rápido será o trabalho da polícia no combate à criminalidade<sup>149</sup>.

Tatuagens são sinais corporais bastante valorizados pelos policiais nesse processo de identificação, como se pode constatar na própria ficha criminal, em que há um espaço específico para a descrição de “marcas corporais”. O Sistema de Informações Policiais (SIP)<sup>150</sup> divide-se em dois: criminal e civil. O banco de dados

<sup>149</sup> Disponível em:

<<http://www.sspds.ce.gov.br/canalDetalhado.do?tipoPortal=1&codCanal=184&titulo= &action=detail>>. Acesso em: 20/01/16.

<sup>150</sup> De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, o SIP é um "sistema de registros de boletins de ocorrência (BOs), termos circunstanciais de ocorrências (TCOs) e inquéritos

informatizado mantém informações desde o homem que é preso diversas vezes até a mulher que perdeu seu documento de identificação e solicitou uma segunda via na delegacia. A título de demonstração, um agente do Reservado mostrou para mim, na tela de seu *smartphone*, quantos boletins de ocorrência uma pessoa conhecida minha havia registrado, bem como o nome completo e o endereço dela. Pedi que ele fizesse uma busca em meu nome, mas nada foi encontrado.

Há um “macete” adotado pela equipe de Paulo no uso do SIP: eles costumam fazer buscas no nome da mãe dos acusados para saber se ela possui outros filhos<sup>151</sup>. A vistoria é feita ainda com os nomes dos irmãos dos suspeitos para saber se eles têm alguma pendência judicial. O nome da mãe é um elemento crucial nesse dispositivo de identificação e captura. Isso tanto é verdade que as imagens dos suspeitos e acusados que circulam pelas redes sociais trazem estampadas, além do artigo do Código Penal que a pessoa responde, o nome da mãe justamente para facilitar essa busca por informações. O PM relata um episódio em que esse artifício foi usado de forma bem-sucedida.

Uma mulher evangélica<sup>152</sup>, cujo filho teria envolvimento com roubos nas proximidades em que moravam, foi morta com uma pedrada na cabeça. Segundo Paulo, o amigo do filho roubou a vítima, e ela decidiu ir sozinha à casa dele para tirar satisfação. O jovem não foi encontrado na residência. Quem estava no local era o irmão dele. Houve uma discussão e ele desferiu um tapa na mulher, que caiu no chão. Sem poder se defender, ela foi, então, morta a pedradas. Segundo Paulo, foi possível chegar ao local do crime e ao acusado com apenas uma ligação para um de seus colaboradores. O modo como isso ocorreu ilustra bem a anatomia da atividade dos policiais do Reservado. Na travessa em que a mulher foi morta, o PM contatou uma testemunha do crime que a princípio não quis revelar nada, por medo de represália. Paulo procurou acalmá-la e deu-lhe o número de seu celular. Já fora da residência, a testemunha informou qual das casas daquela travessa era a dos dois jovens. O policial

---

policiais nas delegacias de Polícia Civil". Disponível em <  
<http://www.sspds.ce.gov.br/miniPortal/canalDetalhado.do?area=60&codCanal=304&titulo=COORDENADORIA%20DE%20TECNOLOGIA%20DA%20INFORMA%C7%C3O%20E%20COMUNICA%C7%C3O%20-%20CTIC&action=detail>> Acesso em: 10/12/16.

<sup>151</sup> É importante ressaltar que a ficha criminal indica uma queixa que chegou a ser registrada oficialmente. Um acusado pode ter cometido diversas infrações e não possuir antecedentes criminais.

<sup>152</sup> Mantive o adjetivo “evangélica” de propósito. Foi dessa forma que o policial me apresentou a vítima. Há uma carga moral nessa qualificação. Ao afirmar que a mulher é “evangélica”, o PM isenta-a de qualquer participação nos malfeitos do filho, apresentando-a como uma mulher “decente” a despeito da conduta do parente.

se dirigiu até lá e viu o imóvel aberto. A dupla havia acabado de fugir dali. Após uma vistoria, eles encontraram um carnê de plano funerário com o nome da mãe deles, que foi jogado em seguida no Sistema de Informações Policiais. De posse da imagem da dupla, o policial voltou à casa da testemunha, a fim de verificar com ela a identidade dos irmãos. A mulher viu as fotos e confirmou as declarações prestadas anteriormente. Ela chegou a confessar que estranhou ao ver o irmão agir daquela maneira. A dupla se encontra foragida até o momento. Esse foi um caso em que eles puderam dispor do veículo do comandante, algo raro de ocorrer após o fim do contrato da PM com uma locadora dos automóveis. As informações foram repassadas à Polícia Civil para que a ocorrência tivesse continuidade (informação verbal)<sup>153</sup>.

De acordo com Ulisses, todo o material coletado por eles é registrado em um arquivo e armazenado em um banco de dados. As informações são compartilhadas com as demais unidades de inteligência da corporação, alimentando a rede de conhecimentos sensíveis do Estado (informação verbal)<sup>154</sup>. Martins afirma que a relação existente com a Coordenadoria de Inteligência (Coin), órgão responsável pelas atividades de inteligência no estado, é de apoio e de repasse de informações. Os policiais da coordenadoria entrariam em ação somente nos casos de maior complexidade, como costumam reconhecer os agentes da P2 (informação verbal)<sup>155</sup>.

Antes de o governo do estado remunerar os policiais por apreensão de armas de fogo, muitas demandas chegavam às mãos do Reservado. Com a mudança, Paulo alega que essas ocorrências passaram a ser destinadas primordialmente ao Raio e ao Cotam. “O Raio seleciona as denúncias que chegam até eles. Só atendem quando há arma de fogo. Esses casos não são mais informados ao Reservado. Eles só passam para a gente quando todos eles já estão lotados de ocorrência para atender”, reclama. A abordagem do Raio, contudo, visa apenas à apreensão da arma em si. Conforme o PM, quando os agentes de inteligência atendem uma ocorrência, buscam coletar o maior número de informações possíveis, que vão além do crime relatado (informação verbal)<sup>156</sup>.

---

<sup>153</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>154</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>155</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>156</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

As ocorrências, no entanto, chegam ao quartel sob diversas formas: por meio de um número de um telefone repassado à população e, principalmente, pelos contatos cultivados pelos policiais do Reservado. As viaturas da área, que realizam o patrulhamento diário, também recebem e repassam informação aos comandos, mas de modo intermitente.

Enquanto conversava com Paulo, pude presenciar o momento exato em que um “bizu” chegou aos policiais do Reservado. Já era começo de noite e estava no quartel em que Paulo trabalha juntamente com Guilherme. Um PM fardado entrou na sala de maneira afoita e comentou sobre um traficante que estaria chefiando o tráfico numa área não tão próxima dali. Ele não notou minha presença, ou imaginou que eu fosse da Polícia Civil, ou algo assim. O PM afirmou que estava prestes a conseguir o número do telefone celular do acusado. Para tanto, ele solicitou a Paulo que grampeasse a linha telefônica do traficante, a fim de que eles pudessem dispor de elementos suficientes para prendê-lo. Sabendo que eu estava ali, Pedro desconversou e disse que não poderia fazê-lo, mas que encaminharia a tarefa para quem detém tal capacidade. O PM fardado se animou e disse que iria conseguir os números de dois telefones do traficante.

### **3.11 Critérios de entrada no universo do sigilo**

Falamos sobre o processo de seleção de policiais para o Reservado. Mencionei a Ulisses o fato de a ficha individual de avaliação do PM ser usada como um critério de escolha. Segundo ele, a decisão depende bastante da vontade dos comandantes dos batalhões e companhias, e atende a critérios bastante personalistas. “Essa escolha não ocorre de forma transparente. Só há mais transparência quando a seleção se destina à Coordenadoria de Inteligência (Coin) ou à 2ª Seção do Estado Maior”, comenta. Um dos critérios apontados por ele para que o militar seja indicado ao Serviço Reservado é que ele deve ser um policial que prenda muitos bandidos. O problema, ressalta, é que policiais que mantêm relações com criminosos podem se beneficiar desse fato. “Se eu tenho uma ligação estreita com os bandidos, fica mais fácil saber onde eles estão e o que fazem”, explica. Talvez na tentativa de amenizar o que disse, o militar alegou que isso era uma prática mais

comum há alguns anos, e que hoje tal fato não mais ocorreria, pelo menos não como antes (informação verbal)<sup>157</sup>.

Um ex-agente da Coin, durante uma conversa sobre o tema, confirma a existência de policiais com esse perfil em posições-chave na corporação. Ele conta a história de um PM conhecido por desfrutar de relações promíscuas com o mundo do crime, e que atuava como informante para sua equipe. “Ele era uma fonte de informações riquíssimas”, afirma. Qual não foi a surpresa do agente ao receber a ligação do PM e descobrir que ele passara a fazer parte do setor de inteligência (informação verbal)<sup>158</sup>. Na tentativa de se diferenciar dos policiais que mantêm relações estreitas com criminosos, Ulisses elabora sua “carta pessoal de princípios” (expressão minha):

Eu não invado casa sem mandado;  
Eu não pago informante;  
Eu não faço promessa à informante;  
Eu não faço acordo com bandido (informação verbal)<sup>159</sup>.

Insisto no que se refere às características pessoais que tornariam um policial mais capacitado que outro para o serviço, e ele me disse que a pessoa tem de ser idônea. A resposta só saiu depois que insisti um pouco mais no assunto. Não sei se ele não havia entendido, ou se o grau de subjetividade empregado na seleção dos agentes tornaria, a seu ver, a pergunta desnecessária. Há uma grande queixa sobre o fato de o processo ficar muito dependente da vontade dos oficiais, que podem destituí-los do cargo e indicar nomes para ser seus substitutos (informação verbal)<sup>160</sup>.

Para quem deseja entrar no mundo da inteligência, a “decência” possui um valor fundamental como critério de seleção. Esse foi o primeiro atributo apontado por Paulo e Guilherme: “Ser uma pessoa decente”. Procuo saber mais sobre qual a concepção deles de uma conduta decente. Guilherme comenta que se fossem cumprir todas as normas não iriam conseguir fazer o serviço. “Vez ou outra eu arrombo uma porta”, alega Paulo, como que exemplificando o que o colega dissera. Embora a violação do domicílio sem mandado judicial seja ilegal, parece haver uma tolerância para determinadas práticas, desde que elas possam resultar em um suposto benefício

---

<sup>157</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>158</sup> Entrevista realizada com ex-agente da Coin.

<sup>159</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>160</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

à sociedade. Uma coisa, no entanto, os PMs asseguram: não aceitam dinheiro de traficante, embora reconheçam que o tráfico domine a área de abrangência do Batalhão. “Não acho direito um policial fazer isso”, argumenta (informação verbal)<sup>161</sup>.

Volto a perguntar sobre as outras características, e Paulo deixa bem claro que o policial tem de ter, em primeiro lugar, honestidade. Em seguida, vêm a dedicação e o profissionalismo. Para o policial, haveria uma espécie de inatismo nesses traços que serviriam para a escolha do PM que irá trabalhar no Reservado. “O comandante escolhe a partir desse perfil. Ele tem de ter compromisso e ficha boa para ser selecionado”, explica (informação verbal)<sup>162</sup>.

O coronel Ximenes sabe muito bem o que é selecionar um profissional para o Reservado. A equipe de que dispõe foi escolhida diretamente por ele, assim como os integrantes da Força Tática de Apoio (FTA). O primeiro critério usado pelo militar é a confiança.

É preciso que eu tenha uma relação de confiança com o comando. Há patrulhas da FTA que são comandadas por soldados. Isso se deve à minha confiança em tais policiais. Imagine o caso de uma apreensão de quase 200 mil reais em uma favela? O policial recebendo o salário que recebe... Tenho de ter muita confiança. É preciso separar o joio do trigo (informação verbal)<sup>163</sup>.

O PM prossegue com a descrição dos critérios. O segundo item é ser uma pessoa ativa. É preciso ter sangue policial para lidar com situações extremas. Ele explica:

No jargão policial é ter sangue no olho. Se não, não vai para cima, vai se esquivar. Nem todo policial é assim. Enfrentamos um sujeito chamado que ameaçou de morte todo mundo que o prendeu. Ele possuía um fuzil .556, de uso das forças armadas. Em outro caso, fizemos a apreensão de 200 quilos de dinamite (informação verbal)<sup>164</sup>.

Ranulfo, agente do Reservado subordinado ao oficial, endossa a afirmação. Ele conta que é preciso ser uma pessoa de confiança, ativo e operacional para poder atuar no Serviço Reservado (informação verbal)<sup>165</sup>. Felipe, colega de equipe, intervém, e diz que é preciso conhecer a área em que atua e os bandidos que nela

---

<sup>161</sup> Entrevista realizada com Paulo e Guilherme em 20 de maio de 2015.

<sup>162</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>163</sup> Entrevista realizada com coronel Ximenes em 10 de junho de 2015.

<sup>164</sup> Entrevista realizada com coronel Ximenes em 10 de junho de 2015.

<sup>165</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

residem. “É preciso dar o sangue, pois os riscos são diferentes se comparado aos que atuam fardados”, complementa (informação verbal)<sup>166</sup>. O processo de escolha dos próximos membros, depois de formada a equipe, conta com a participação dos próprios integrantes do Reservado. Vem deles a sugestão de novos nomes, levando em consideração os critérios citados anteriormente.

Haroldo esteve no Serviço Reservado por cinco anos, mas saiu por causa de problemas psicológicos. A visão dele sobre a organização policial é bastante crítica, embora ainda conserve em sua gestualidade e no discurso elementos do militarismo. Pergunto quais seriam os critérios para entrar no Serviço Reservado. Ele enumerou alguns:

1. Confiança do seu comandante.
2. Indicação de outros oficiais.
3. Alguns são chamados por serem “bons de dedo”, ou seja, são matadores<sup>167</sup>. Alguns policiais que se encaixam nessa definição teriam seus serviços requisitados por coronéis e comandantes de companhias e batalhões, o que os dispensaria de cumprir expediente nos quartéis. A contrapartida seria atender ao chamado. De acordo com o meu interlocutor, muitos desses policiais não se enquadram no estereótipo do integrante das forças especiais da polícia (atlético e altivo).
4. Ficha individual idônea.
5. Quantidade de elogios por serviços prestados na ficha individual.
6. Ser uma pessoa tranquila e velada, que sabe guardar segredos.
7. Há uma categoria especial aqui. Os que o meu interlocutor chama de “à parte”. São PMs com características físicas que facilitam sua infiltração nas camadas mais pobres da população, como falta de alguns dentes e estatura baixa. Possuem “cara de povo”. Tais elementos permitiriam a esses policiais atuarem como garis ou profissões similares durante as investigações, garantindo assim que o Reservado atue sem maior alarde (Diário de Campo).

Os critérios apresentados por Haroldo condensam boa parte dos atributos descritos pelos demais PMs. Em casos especiais, no qual exige-se um perfil específico, policiais que não atuam na inteligência podem ser selecionados. A expressão “cara de povo” irá se repetir ao longo da tese. Haveria, no entender dos policiais, agentes com essa característica que lhe permitiria transitar sem chamar atenção em meio a informantes e criminosos. Ser a “cara do povo” representaria, portanto, uma espécie de anonimato social, mais um disfarce a ser mobilizado no cumprimento de uma determinada missão. Por óbvio que há um elemento forte de discriminação social e racial nessa afirmação. Pardos e negros constituem essa

---

<sup>166</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>167</sup> Certamente este foi o momento mais tenso da conversa, haja vista o teor da informação. A expressão “bom de dedo” é usada com muita restrição entre os meus interlocutores.



identidade que já é suspeita de antemão. Tal associação é reforçada pelo imaginário do jornalismo policial em um processo retroalimentação: os criminosos expostos na TV e nas redes sociais têm “cara de povo”, mas somente as faces de quem tem “cara de povo” são mostradas na mídia. Um comentário bastante comum nesse sentido é a do incriminado “bem aparentado”, como se o fato de possuir características físicas distintas das “populares” o isentasse de cometer crimes.

### **3.12 A escola é a “rua”**

Um elemento comum à maioria dos entrevistados é o fato de não haver nenhuma espécie de preparação ou capacitação anterior mais formalizada para que pudessem assumir essa função. Durante o período na academia de formação policial, há uma disciplina voltada para a inteligência policial. Cursos a distância da Senasp buscam suprir as lacunas na formação. No que diz respeito à formação profissional, Haroldo ingressou na primeira turma em que a Universidade Estadual do Ceará (Uece) atuou como instituição parceira na formação dos policiais. Antes, segundo seu relato, esse trabalho era feito pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Ceará (Cefap), para os praças, e pela Academia Edgar Facó<sup>168</sup>, para os oficiais. O ex-militar elogia a presença da Uece no interior da formação policial. Diz que ela “humanizou” o trabalho policial, embora ainda haja resquícios de uma cultura mais militarizada e “ditatorial” no interior da PM. Sua formação durou 11 meses e foi realizada em parte no Batalhão do Choque. Durante o processo de formação policial e no dia a dia, Haroldo destacou o papel exercido pelos “antigões”, ou seja, os policiais que têm o número de inscrição na corporação menor que o seu, indicando antiguidade. Além da hierarquia relativa a patentes, haveria a hierarquia por antiguidade no interior de um mesmo nível hierárquico. “Se tiver quatro soldados em uma viatura, o que manda é o que está há mais tempo. É o antigão”, conta. Notei um certo respeito dele a essas figuras. Em muitas ocasiões, comentou, as observações e os conselhos dados pelos “antigões” complementam a formação realizada nos cursos. Observação semelhante foi registrada com outros policiais entrevistados. Haroldo revelou que aprendeu muito, quando de sua entrada no Reservado, com os antigões da 2ª Seção. Nas conversas após o expediente, assinala, eles davam dicas e

---

<sup>168</sup> Sobre a formação ministrada na Academia Edgar Facó, cf. Sá (2002).

corrigiam determinadas posturas consideradas inadequadas para aquele tipo de prática policial(informação verbal)<sup>169</sup>.

Os assuntos dos policiais na época da formação, segundo meu interlocutor, resumiam-se a três: mulher, futebol e cachaça. “Quando recebiam o primeiro salário, muitos colegas faziam as seguintes coisas: deixavam o bigode crescer e compravam moto, óculos escuros e uma arma de fogo. Havia os que faziam essas quatro coisas de uma vez”, explicou. A descrição feita por Haroldo remete a um imaginário em que os policiais eram percebidos como profissionais sem muita instrução, cujos atributos mais reconhecidos seriam a força física e a postura enérgica durante o policiamento das ruas (informação verbal)<sup>170</sup>.

De acordo com o ex-PM, ao longo do tempo em que esteve na corporação, o perfil foi mudando. O Ronda do Quarteirão, a seu ver, teve um importante papel nesse sentido. Muitas pessoas com o ensino superior completo ingressaram, seja com o objetivo de permanecer por um longo tempo na PM, seja para usar o serviço público como trampolim para outros concursos. São os chamados “concurseiros”. “Conheço juízes que já foram policiais militares. Os concurseiros chamam o concurso da PM de concurso escada para outros concursos”, afirma Haroldo. O retrato elaborado pelo ex-PM ilustra bem a forma como as concepções acerca dos policiais foram se modificando ao longo do tempo e como o universo de referências mulher-futebol-cachaça foi se expandindo(informação verbal)<sup>171</sup>.

Perguntei sobre o conteúdo da formação recebida, e ele me revelou que os policiais da 2ª Seção recebem treinamento da Polícia Federal, da Abin e dos próprios colegas de seção, os “antigões”. Os cursos são intermitentes e se referem a ações pontuais. Três palavras são fundamentais nessa atividade: Observação – Memorização – Descrição (OMD)<sup>172</sup>. Esse também foi um momento tenso durante nossa conversa. Haroldo mais uma vez perguntou se eu não estava gravando, e disse que esse tipo de informação não se pode revelar de forma indiscriminada. Mais do que o conteúdo das formações, que ele me disse que iria repassar mais adiante, minha hipótese é de que há o temor de fornecer elementos que detalhem o funcionamento da inteligência no interior da PM. Pode ser também que o temor

---

<sup>169</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>170</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>171</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>172</sup> Essa técnica é descrita em detalhes no anexo.

demonstrado se justifique pelo estado emocional do interlocutor, que trazia consigo sinais perceptíveis de um comportamento paranoico (informação verbal)<sup>173</sup>.

Com duas especializações no currículo, Ulisses frequentava ainda um segundo curso de nível superior. Seu discurso sobre o cotidiano policial era crítico, e se amparava em alguns conceitos acadêmicos. O PM me disse, ainda, que se valia muito dos conhecimentos adquiridos na Psicologia para realizar seu trabalho na área da inteligência. Percebi que ele demonstrava um agudo interesse nos assuntos relacionados à saúde do policial. No que diz respeito à aplicação dos conhecimentos psicológicos às suas práticas policiais, ele explica que a formação o ajuda a compreender a dor, a fala e os sentimentos das pessoas com quem interage, em especial com as famílias das vítimas<sup>174</sup>. “O agente tem de saber fazer a leitura do sujeito e da organização”, disse (informação verbal)<sup>175</sup>.

Para Ulisses, é importante que o policial do Reservado tenha o ensino superior completo e que seja capaz de ter uma visão de futuro. Da equipe de três agentes que trabalham com ele, apenas um possui o ensino médio. De acordo com meu interlocutor, essa lacuna na formação educacional pode ser sentida no dia a dia, quando da realização do trabalho de inteligência (informação verbal)<sup>176</sup>.

Algumas características pertinentes à inteligência policial são observadas na prática de alguns PMs, em suas atividades cotidianas, tornando-os aptos para ingressar nessa área. Esse foi o caso de Martins, que afirma: “Eu fazia o Serviço Reservado sem ser do Reservado” (informação verbal)<sup>177</sup>. Tal atitude certamente não passou despercebida pelo comando na hora de convidá-lo a assumir o posto.

Consegui o contato de Martins por meio de Ulisses. Durante uma entrevista, Ulisses me revelou que em um município da Região Metropolitana de Fortaleza o núcleo de inteligência fora implementado com resultados bastante satisfatórios. Pergunto se ele teria o contato de alguém da equipe, e o policial me acena afirmativamente. Peço a ele autorização para me apresentar como seu conhecido, a fim de que o contato com o agente do Reservado ocorra de forma mais facilitada. O militar concorda, e é o que faço no dia seguinte. Ligo para Martins e me apresento como um conhecido de Ulisses. O policial me atende de forma educada,

---

<sup>173</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>174</sup> Sobre medo, dor e sofrimento no trabalho policial, cf. Sá e Sales (2015).

<sup>175</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>176</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2015.

<sup>177</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

mas sob desconfiança. Argumento que o número dele me foi dado por um de seus colegas. Martins alega não estar lembrado da pessoa, mas ainda assim concorda em me receber.

Marquei a entrevista com Martins em um sábado, dia de folga dele. Liguei confirmando de manhã cedo e me pus na estrada. Saí de Fortaleza em direção ao município em que o PM morava. Embora passasse de vez em quando por aquele trecho, não conhecia o centro da cidade em detalhes. Corria o risco de me perder por entre aquelas ruas. Para evitar que isso acontecesse, resolvi estacionar no primeiro ponto de referência que estivesse à vista. O local escolhido foi um hospital. Fiz contato novamente com Martins e lhe indiquei onde eu estava. Para não chamar tanta atenção, fui a uma mercearia e comprei água mineral. Sentei em um banco de madeira e fiquei aguardando. Poucos minutos depois, Martins chegou em um Fox vermelho. O veículo se movia devagar, e ele me fez um sinal de luz, confirmando sua identidade. Ao me dirigir ao carro, ele baixou o vidro lateral e me cumprimentou. A expressão franzina e sua juventude me chamou logo a atenção. O agente vestia uma blusa rosa, uma calça *jeans* puída e um tênis simples. Nada que o distinguisse dos demais moradores. Martins certamente deveria ter a “cara de povo” citada pelos policiais na seção anterior. Entrei no Fox e nos deslocamos a uma lanchonete que ficava numa praça da cidade. No caminho, apresentei-me e logo passamos a conversar sobre o cotidiano do Serviço Reservado.

Sentamos em uma mesa do estabelecimento e pedimos dois sucos: caju e cajá. Fiquei de costas para a porta. Ele se sentou de frente pra mim, de forma que poderia olhar para a frente e para os lados, observando com maior facilidade a passagem dos transeuntes. Ao longo de nossa conversa, Martins se mantinha informado das ocorrências na área, sem perder de vista a movimentação na rua e de quem entrava e saía da lanchonete. Tudo ao mesmo tempo.

Há cerca de dois anos na corporação, Martins considera-se um policial “moderno”, em contraposição aos “antigões”, ou seja, aos policiais que estão há mais tempo na PM. Ao contrário de Haroldo, Martins tem uma visão mais crítica do trabalho realizado pelos policiais com mais tempo de PM. O agente começou na Força Tática de Apoio (FTA), unidade policial que presta reforço às viaturas da área. Já na FTA, Martins exercia informalmente o levantamento de informações durante o patrulhamento. Por causa disso e devido ao avanço dos índices de criminalidade na

região, o policial foi convidado a integrar a equipe de Reservado daquela Companhia. Questiono sobre os cursos que ele teria frequentado para que pudesse assumir a nova função. “Foi na ‘tora’, sem treinamento nenhum”, ele me responde, rindo (informação verbal)<sup>178</sup>.

Paulo, por sua vez, nega ter cursado alguma formação específica para se tornar um agente de inteligência, e volta a me dizer que essas habilidades vêm de dentro do policial. O que haveria são cursos de curta duração, enfocando os aspectos mais teóricos do trabalho de inteligência. O PM relativiza o papel do conhecimento teórico no Reservado. Para ele, essa é uma atividade que só será plenamente desempenhada com a experiência, com seu exercício cotidiano. “Se o conteúdo do curso for aplicado tal e qual, ele não se encaixa na realidade. O conhecimento tem de se moldar à realidade”, afirma. Pergunto sobre o quanto de sua atividade seria devido à formação teórica e quanto à formação prática. Ele se detém, pensando na resposta. Alega que é difícil pensar em termos de porcentagem, mas diz que aquilo que faz tem 40% de teoria, sendo o restante a prática aprendida nas ruas (informação verbal)<sup>179</sup>.

Guilherme, “cobaia” de Paulo no dia a dia, reforça a opinião do colega. De acordo com sua experiência profissional, o macete do trabalho como Reservado foi conquistado no cotidiano das ruas, ao lado dos dois companheiros de trabalho, mais experientes. “O recruta só vê sala de aula, faz faxina e aprende a marchar quando está na academia. Ele só entende o que é ser polícia na rua. Foi na rua que eu fui entendendo o que é ser Reservado”, alega (informação verbal)<sup>180</sup>.

Assim como Martins, a maioria dos membros da equipe da qual Ranulfo faz parte veio da FTA. Início a conversa tematizando a formação policial específica sobre inteligência. Dos quatro, somente um havia feito um curso semelhante, mas à distância. Todos tinham em comum a prática cotidiana como “mestra” da arte de atuar como policial Reservado. Um sargento, já reformado, que fazia parte da equipe foi um dos responsáveis por repassar os conhecimentos aos então novatos.

### **3.13 Um ser polícia incorporado**

---

<sup>178</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015. “Na tora” é uma expressão nativa que equivale a “na marra”, ou seja, sem nenhum tipo de formação específica.

<sup>179</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>180</sup> Entrevista realizada com Guilherme em 20 de maio de 2015.

Após uma série de desencontros e tentativas de entrevista que levaram quatro meses, finalmente encontrei Hugo. O procedimento era sempre o mesmo: comunicava-me com ele num dia marcando o encontro. Hugo nunca me dizia onde estaria. Sempre era vago a esse respeito. Na data seguinte, no horário combinado, ligava para acertar minha ida, mas o telefone dele sempre estava fora do ar. No dia em que finalmente consegui entrevistá-lo, mandei uma mensagem pela manhã e acertamos um horário no início da tarde. Em vez de ligar avisando que iria, me dirigi logo para o quartel onde o aguardaria após o almoço. Cheguei por volta de 10 minutos antes da hora acertada. Ele não estava no local combinado. Liguei de lá e Hugo ficou surpreso. Creio que não esperava que já estivesse esperando por ele. O PM disse que chegaria em breve, e foi o que ocorreu. Sentamos ao redor de uma mesa e me pus a fazer as perguntas que tinha em mente. Dentre elas, a que dizia respeito à incorporação do ser policial.

Hugo é um bom exemplo nesse aspecto, haja vista ter passado por diversos setores e batalhões. Com mais de 20 anos de PM, antes ele havia servido a Marinha como fuzileiro naval. As contingências, contudo, levaram-no a entrar na Polícia. Da época das Forças Armadas Hugo levou a habilidade no manuseio de armamentos. Na corporação, passou pelo Batalhão de Trânsito, Batalhão de Choque, Ronda do Quarteirão e, por fim, pelo Serviço Reservado. Está há cerca de dois anos na função. No período em que estive no Choque, o batalhão não desfrutava da reputação positiva que possui hoje:

Ir para o Choque era o castigo do policial. Tive uma discussão com uma pessoa importante na época do BpCchoque e no dia seguinte fui transferido para o Choque. Houve uma decisão e eu fui para lá” (informação verbal)<sup>181</sup>.

Assim como muitos policiais entrevistados para esta pesquisa, Hugo não teve uma formação específica em Inteligência Policial para assumir a função que ocupa atualmente. A primeira experiência nesta modalidade de policiamento ocorreu no Ronda do Quarteirão, na Região Metropolitana de Fortaleza. Durante esse período, um oficial foi fundamental para que ele pudesse desempenhar suas funções. O formador foi o responsável por passar a “malícia” do dia a dia, como fazer um relatório e os cuidados a serem tomados com os informantes, em especial os que levam e

---

<sup>181</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

trazem. A precaução no momento da abordagem também é um item a ser levado em consideração:

Se for à paisana, ele me disse, é preciso tomar cuidado, pois o bandido pode achar que é um inimigo e meter bala. Na hora de dar o bote, é preciso contar com o apoio dos fardados”, explica (informação verbal)<sup>182</sup>.

Para Hugo, mesmo deixando a função o PM continua com os mesmos condicionamentos de agente de inteligência.

A pessoa incorpora o Serviço Reservado. Tem PM que tá na reserva, mas continua repassando informações a quem está na ativa. Quem passa pelo Reservado não passa sem mudar. Me sinto mais útil estando no Reservado. Se eu ficasse no corpo da guarda não aguentaria uma semana. Iria querer sair atrás da ocorrência quando ouvisse alguma coisa chegando no rádio (informação verbal)<sup>183</sup>.

A expressão “incorporado” não é empregada à toa. Em sua obra seminal sobre o tema, Mauss (2008) ressalta o caráter social das técnicas corporais a partir de um simples exemplo: o modo como as tropas inglesas, durante a I Guerra Mundial, não sabiam se utilizar das pás francesas. Mais que um mero reflexo natural, a habilidade manual é algo que se aprende lentamente e que pode ser ensinada ou imitada. A essa condição, Mauss (2008) denomina “*habitus*”. Ela substituiria os termos “hábito” e “*hexis*” para se referir ao “adquirido” e à “faculdade” aristotélica. Com essa medida, o sociólogo e antropólogo francês quer eliminar qualquer resquício de metafísica que possa pairar sobre a expressão, a fim de reforçar os aspectos relativos às técnicas e à razão prática coletiva e individual.

Mauss (2008) enfatiza ainda a articulação complexa e indissociável entre os elementos social, psicológico e biológico do *habitus*. Para deixar claro o que afirma, ele cita o exemplo da criança que costuma imitar os atos bem-sucedidos do adulto. Embora tal prática seja algo corriqueiro, não se trata de imitar qualquer adulto, mas aqueles a quem a criança confia e que possuem autoridade sobre ela em uma clara articulação das três dimensões.

Bourdieu retoma essa discussão e a amplia, tornando o conceito de *habitus* um conceito central na interrelação entre os agentes e o mundo social:

---

<sup>182</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>183</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

O habitus mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos" (BOURDIEU, 2004, 24).

Para Elias (1993), o *habitus* tem a ver principalmente com instrumentos psíquicos de expressão e controle das emoções e dos afetos em uma perspectiva relacionada ao processo civilizador. Nesse sentido, o corpo do PM possui um elevado grau de investimento social<sup>184</sup> haja vista ele simbolizar a encarnação do Estado<sup>185</sup>. Por causa disso, o ponto de partida para se compreender a atuação do agente de inteligência é o corpo<sup>186</sup>. Todas essas medidas visam fazer com que o policial interaja com a população sem demonstrar que aquele “mero cidadão” trata-se, na verdade, de um PM à paisana. Se o processo de entrada na corporação fez com que o “civil” se tornasse “militar”, codificando<sup>187</sup>-o em uma “natureza socialmente constituída”<sup>188</sup>, na Inteligência Policial a intenção é fazer com que o “militar” assuma novamente o papel do “civil”.

Aos PMs do Serviço Reservado, contudo, não basta apenas dispor das características necessárias para atender as demandas do policiamento ostensivo de modo efetivo, como ocorre com a grande maioria dos policiais. De acordo com o relato dos agentes, o sentido da visão precisa tornar-se aguçado a fim de que possam “enxergar” mais que uma pessoa destreinada. Para tanto, conforme os interlocutores, é preciso dominar técnicas corporais que exigem mais da percepção que as praticadas no policiamento ostensivo. Quando se atua na inteligência, “a visão se abre”, explica o major Silveira. Ao mesmo tempo, no plano operacional, é necessário

---

<sup>184</sup> Conforme Bourdieu (2001, p.172), “a ordem social se inscreve nos corpos por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que sempre confere um lugar importante à afetividade”. Nesse sentido, o caráter ritualístico e a situação de liminaridade a qual os futuros são submetidos são traços comuns na maioria das pesquisas que abordam os meandros da formação policial.

<sup>185</sup> Segundo OLIVEIRA JÚNIOR (2011a, p. 67) o “[...] policial é treinado para reproduzir a ordem ritualmente. Assim, o Estado contribui para formação de um habitus de polícia. Quando atua de forma ostensiva em locais públicos, o policial é a face mais visível do Estado, poderoso concentrador de capital simbólico. O policial, de uma forma ou de outra, está também imbuído desse capital, representando-o através de seu habitus específico, que inclui o caráter de ser agente estatal, possuindo certa especialização”.

<sup>186</sup> Mauss (2008, p.407) afirma que “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem”.

<sup>187</sup> Para Bourdieu (2004, p.99), “codificar significa a um tempo colocar na devida forma e dar uma forma”.

<sup>188</sup> Cf. Bourdieu (2004, p.23).



um movimento de desinvestimento e de descodificação<sup>189</sup> do ser policial militar fardado. O uniforme é tido como um elemento que o diferencia o militar do “civil”, conforme uma expressão nativa de uso corrente na PM. Sem esse aparato, uma série de elementos que costumavam passar despercebidos tornam-se notados. “A gente passa a ser quase uma pessoa comum. Passa a sentir melhor as coisas”, explica o oficial. Esse desinvestimento ocorre tanto na vestimenta e nas feições corporais, ao portar-se publicamente como um “civil”, quanto nas posturas corporais (é preciso andar mais relaxado e sentar-se de forma despreocupada p.ex.). A seguir, apresento como a incorporação das técnicas corporais especializadas e o processo de descodificação e desinvestimento do policial militar fardado se expressam no cotidiano dos agentes de inteligência.

### **3.14 Fardados *versus* paisanos**

Além dos aspectos relacionados à percepção do mundo exterior, o agente de inteligência necessita dispor de habilidades interpessoais que lhe permitam obter informações a partir de interações sociais, dissimuladas ou não. Para tanto, é de vital importância que não haja meios e recursos que possam identificar os agentes de inteligência. Os sinais distintivos encontrados nos policiais fardados não se veem em tais profissionais, assim como não se consegue distingui-los de transeuntes comuns no interior de um quartel da PM. Nem mesmo a viatura usada por eles é caracterizada. Não se quer dizer aqui que reconhecer um profissional de inteligência seja uma tarefa impossível, mas ela exige atenção e perspicácia.

Além da assimilação de gestos, falas e atitudes relativas ao universo dos “civis” com o intuito de desempenhar a contento o processo de interação com os colaboradores. Ulisses destaca que é importante saber falar “a mesma língua” dos interlocutores e dos criminosos. Segundo ele, a pessoa é conquistada a partir da palavra, por meio do convencimento e da persuasão. “É preciso convencer determinada pessoa a abrir a porta de casa sem que seja preciso forçar a entrada”, exemplifica. A persuasão é vista pelo militar como uma espécie de “jogo de cintura” para lidar com situações quase sempre inesperadas. A rapidez de raciocínio é mencionada de forma indireta em diversas ocasiões (informação verbal)<sup>190</sup>.

---

<sup>189</sup> Nos sentidos contrários aos prescritos por Bourdieu (2001, p.172) e (2004, p.99).

<sup>190</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

Segundo Felipe, alguns policiais “com boa vontade” tentam realizar o mesmo trabalho, mas veem a dificuldade e o perigo presentes durante as atividades, e por isso acabam desistindo. Além disso, ele destaca a importância de se “misturar” entre a população a fim de que possa observar melhor o que está acontecendo:

É preciso sair de madrugada e enfrentar missões arriscadas. A gente desce do carro às vezes sem colete à prova de bala, desarmado e sem reforços porque não dá tempo. Muitas vezes, para fazer a campana, ficamos com a camisa nos ombros para poder nos misturar entre a população e copiar o que está ocorrendo (informação verbal)<sup>191</sup>.

Há diferenças importantes entre a forma de atuação do policial fardado e do policial à paisana. O Manual Básico de Policiamento Ostensivo, elaborado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, é um documento utilizado como fundamento para a atuação de diversas corporações por todo o País, dentre elas a PM do Ceará. O documento enumera quatro modalidades que configuram o policiamento ostensivo<sup>192</sup>:

**Patrulhamento** - É a atividade móvel de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção ou, mesmo, de emprego de força.

**Permanência** - É a atividade predominantemente estática, executada pelo policial militar, isolado ou não, em local de risco ou posto fixo, dentro do módulo, preferencialmente contando com possibilidade de comunicação.

**Diligência** - É a atividade de busca e apreensão de objetos e (ou) busca e captura de pessoas em flagrante delito ou mediante mandado judicial.

**Escolta** - É a atividade de policiamento ostensivo destinada à custódia de pessoas ou bens, em deslocamento (PMESP, 1987, p. 32).

No Ceará, um exemplo bastante claro da modalidade de patrulhamento é o programa Ronda do Quarteirão, que divide seu território de atuação por bairros cobertos por equipes de PMs em camionetes e motos. Em seu início, o patrulhamento previa um tipo de abordagem mais próximo à população, mas sem deixar de lado o dinamismo exigido por uma patrulha. A torre de observação localizada no cruzamento das avenidas Raul Barbosa, por sua vez, ilustra bem a modalidade de permanência.

Das quatro, a diligência é a modalidade que possui maior articulação com o trabalho do Serviço Reservado. A partir dos relatórios feitos pelo P2, os comandantes definem o efetivo a ser usado em suas operações, bem como a

---

<sup>191</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>192</sup> O policiamento ostensivo é definido, no manual, como o tipo de policiamento que deve assegurar a “segurança pública” tanto da comunidade quanto do cidadão.

estratégia a ser adotada. Vale a ressalva de que essa informação produzida nem sempre é levada em consideração pelos comandos, conforme informado por um dos interlocutores (informação verbal)<sup>193</sup>.

A doutrina de inteligência policial não recomenda, no entanto, que seus agentes efetuem prisões. Isso, contudo, costuma ocorrer com frequência, como é possível perceber pelos relatos dos policiais ou por notícias veiculadas sobre as ações da P2. Embora o material coletado pelo Serviço Reservado possa ser adicionado ao volume de provas produzidas no inquérito criminal, somente a polícia judiciária possui o mandato de apurar infrações penais, ou seja, fazer a investigação criminal. Constitucionalmente e como expresso no Código de Processo Penal (CPP), esse trabalho cabe à Polícia Civil.

A confiança é item essencial para Haroldo. Por essa e outras razões, ele afirma haver uma antipatia por parte dos demais policiais militares em relação a quem integra o Reservado. Para muitos PMs, afirma, os agentes da P2 são “traíras”, por “entregá-los” aos órgãos de corregedoria e aos conselhos militares quando cometem algum ato de transgressão. Haveria uma “cisma”. O apartamento entre esses dois modos distintos de ser policial militar é uma decorrência disso. O mesmo clima de desconfiança pode ser observado nos demais quartéis. Como disse Paulo na conversei com ele, Guilherme ressalta o fato de eles serem malvistas por alguns, que acreditam sua função ali é apenas a de entregá-los para o comandante. Ainda que a denúncia não tenha partido deles, a dúvida sempre fica no ar entre os demais membros da tropa. “O soldado do Reservado é malvisto por quem não gosta de trabalhar corretamente”, acrescenta (informação verbal)<sup>194</sup>.

Para Ulisses, além das desavenças com alguns setores da Polícia Civil, haveria um descompasso entre o comando do batalhão e o setor de inteligência, apesar de os comandantes capitalizarem suas carreiras com os resultados obtidos pelos agentes. Segundo o PM, o trabalho de inteligência não desperta o interesse da Polícia Militar. “Esse trabalho é ainda muito incipiente”, argumenta (informação verbal)<sup>195</sup>. Por causa disso, e de uma série de outras coisas, a PM estaria se limitando a atuar somente na repressão, e não na prevenção, como prevê o artigo 144 da Constituição.

---

<sup>193</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>194</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>195</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

A hora de entrada e de saída é motivo de tensões no interior da corporação. Segundo Ranulfo, o horário do Reservado é diferenciado dos demais, porque eles dependem da rotina da pessoa de quem estão atrás, o que nem sempre coincide com o expediente do trabalho (informação verbal)<sup>196</sup>. Essa autonomia relativa é motivo de comentários no quartel. Há críticas veladas aos policiais da 2ª Seção. Felipe comenta: “Como diz o ditado: o cara vai jogar a pedra na árvore que dá fruto” (informação verbal)<sup>197</sup>. Embora trabalhem oficialmente das 8 às 17 horas, os policiais afirmam que podem ser acionados a qualquer momento, dependendo da gravidade da situação. “Os policiais fardados cumprem o seu horário e se desligam do serviço. Nós não. Nosso carro é conhecido, por isso ficamos muito expostos”, afirma Ulisses (informação verbal)<sup>198</sup>. Para superar essas limitações e potencializar o trabalho, o trio desenvolveu algumas estratégias de ação. Uma delas é a de abordar suspeitos somente com a viatura. Conforme os agentes, a medida proporciona mais segurança, e é reforçada pelo fato de eles abordarem sempre de surpresa, deixando o adversário em situação desvantajosa. Há exceções, é claro. Eles afirmam que se se depararem com algum criminoso de forma inesperada, a abordagem tem de ser feita de modo convencional.

Conforme Ranulfo, nem sempre o policial possui o “sangue policial” como uma de suas características. “O fardado, em geral, vai só para tirar o serviço, mas não tem o sangue policial”, completa (informação verbal)<sup>199</sup>. Por causa disso, no início do serviço eles costumam observar a escala e solicitar o apoio de composições que possuem maior afinidade com a atividade realizada pelo Serviço Reservado. As viaturas atuam de forma complementar, dando suporte às prisões e aos estouros de bocas de fumo. A Força Tática de Apoio (FTA) é um aliado valioso nesse sentido. Alguns dos policiais entrevistados faziam parte dessa unidade policial antes de serem remanejados para a P2. O trabalho de busca realizado pela equipe é meticuloso, haja vista que uma abordagem sem resultado algum pode prejudicá-los. É preciso contar com pessoas de confiança, e as viaturas são sempre acionadas quando se trata de fazer uma prisão. Os policiais do trabalho ostensivo, no entanto, não teriam a mesma competência para realizar as apreensões. “A gente vai com mais malícia que o PM da

---

<sup>196</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>197</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>198</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>199</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

viatura. Uma vez a composição entrou, procurou e não achou. Fomos lá e descobrimos que a droga estava dentro do cabo de uma vassoura”, comenta Ranulfo (informação verbal)<sup>200</sup>. Gérson se levanta e me mostra um vídeo em que traficantes escondem a droga no interior de um botijão de gás. No fundo, um parafuso prende o que seria a tampa inferior do compartimento. A gravação foi compartilhada pelo *smartphone*, um valioso recurso para os policiais (informação verbal)<sup>201</sup>.

Segundo Ulisses, a população conhece a diferença entre o PM fardado e o que anda à paisana. “Esse negócio de polícia fardada não pega ninguém não. Vocês que andam sem farda é que sabem onde os caras estão”, seria um dos comentários ouvido pelo policial durante o trabalho (informação verbal)<sup>202</sup>. De acordo com Martins, a polícia ostensiva sempre chega primeiro, mas quase nunca coleta informação relevante. “A aparência do PM fardado intimida muito”, comenta. A inteligência aparece depois com melhores resultados no que diz respeito à coleta de subsídios para a investigação. Segundo o oficial, o policiamento ostensivo, com sua presença, atua fortemente no patrulhamento, inibindo a ação criminosa, mas ele também acaba transferindo a ocorrência do delito para um outro momento em que não há a vigilância policial (informação verbal)<sup>203</sup>. Quando ocorre um delito, o militar coloca a equipe do Reservado para investigar:

Há pessoas do povo que não querem conversar com os PMs fardados. Uma moradora deu um café a um policial uma vez e foi ameaçada por um traficante que deu um prazo de até 24 horas para que ela se mudasse dali. Ajudamos na mudança dela, mas pouco tempo depois conseguimos prendê-lo (informação verbal)<sup>204</sup>.

Para Guilherme, não há tanta diferença entre a atuação dos policiais que atuam no Reservado, os que atuam fardados no policiamento ostensivo e os policiais civis. A principal diferença residiria em que dois últimos não estão todo dia no campo (informação verbal)<sup>205</sup>. Estar presente no campo é algo muito precioso para os policiais entrevistados. O policial do Reservado, no entanto, se vê em meio a dois devires: o devir-militar e o devir-civil. Enquanto na Academia todo o esforço de formação é destinado a que ele se porte como um policial militar, o serviço de rua

---

<sup>200</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>201</sup> Entrevista realizada com Gérson em 11 de junho de 2015.

<sup>202</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

<sup>203</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>204</sup> Entrevista realizada com o Oficial em 9 de julho de 2015.

<sup>205</sup> Entrevista realizada com Guilherme em 20 de maio de 2015.

exige uma postura mais relaxada, ainda que o senso de vigilância se mantenha ativo. Alguns policiais, como Haroldo, se veem tão imersos no disfarce que engendraram que acabam “esquecendo” o dever-militar:

A maior dificuldade, segundo Haroldo, é ter de voltar a agir como civil depois de um intensivo processo de formação policial. Adotar uma postura mais relaxada, evitar o uso dos jargões policiais, usar cabelo longo e barba, portar tatuagens são artifícios que auxiliam na composição de uma nova ‘persona’. É preciso, afirma, desaprender a ser policial. Segundo o interlocutor, ele levou cerca de um ano e meio para assumir de vez o novo estereótipo. ‘Por causa dessa nova formação, às vezes esquecia até que era policial’, revela (Diário de campo).

Uma leitura preliminar é a de que é preciso desconstruir, pelo menos na sua aparência externa, o *ethos* do policial militar, tornando-se, assim, uma espécie de “antiPM”. Exemplo disso é o fato de os policiais do Reservado não serem obrigados a bater continência e não terem obrigatoriamente de trabalhar nos quartéis. A prestação de contas de suas atividades deve-se exclusivamente ao seu comandante, sob a forma de relatórios e informes<sup>206</sup>

### 3.15 Condições de trabalho

O desabafo de Ulisses começa com uma queixa sobre a falta de equipamentos para ações de inteligência. Segundo ele, faltam GPS, *smartphones*, *chips* para celular, *laptops* e materiais de gravação e escuta para o trabalho do dia a dia. “Coisas que todo detetive tem”, acrescenta. Conforme o policial, as ligações para seus informantes eram feitas de seu próprio celular. A arma, uma pistola 40, seria muito grande para ser usada em uma atividade de infiltração. “O ideal é que ela fosse menor e pudesse ser escondida mais facilmente”, relata. Tudo isso, afirmou, era culpa de uma má administração. Ainda assim, contudo, ele buscava desempenhar seu trabalho da melhor forma possível. Haveria um choque entre a administração e o serviço prestado por sua equipe, que requeria maior conhecimento e tato. “Os comandantes nos tratam como quem está lidando com bois”, relatou (informação verbal)<sup>207</sup>.

<sup>206</sup> Ranulfo lembra que a primeira vez em que o comandante o viu fardado levou um susto. A farda fazia parte da indumentária exigida para uma solenidade na PM. “Ele nunca me havia visto daquela maneira”, comenta.

<sup>207</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

Nesse momento, o militar fez menção à farda que usava, e disse que ficaria “queimado” se algum conhecido o visse naquela situação. Como o efetivo estava desfalcado, por causa da proximidade da Semana Santa, o comandante o teria obrigado a se vestir daquela forma e montar guarda por 12 horas. O PM também contestou a denominação de 2ª Seção, um conceito que para ele se encontra defasado. “Sou um agente de inteligência da segurança pública”, declarou. Por causa da falta de condições, Ulisses disse que hoje não existe mais trabalho de infiltração no Serviço Reservado.

Para entrar no grupo dos bandidos, o policial tem de usar droga. Se ele usar droga, corre o risco de adoecer biopsicossocialmente. Para se infiltrar, ele tem de cometer crimes e não há respaldo para isso. Disse para o comandante que se um dia isso ocorresse, ele seria o primeiro a fazer um inquérito policial militar contra mim. Não tem como ter trabalho de infiltração. O trabalho de inteligência como se vê por aí é coisa de filme. Se você entra numa favela, chama muita atenção de quem não te conhece. Ou acham que você é polícia ou acham que você é bandido e está ali apenas para tomar o que é deles. Entramos uma vez numa boca de fumo e fomos recebidos a bala, mesmo com o carro descaracterizado (informação verbal)<sup>208</sup>.

Assim como ocorreu na primeira conversa, o tom da conversa foi de lamentações sobre a falta de gestão na corporação e demais problemas que afetam o fazer policial. Embora o carro estivesse descaracterizado, os policiais se queixam bastante do veículo que usam, pelo fato de estarem com o mesmo modelo há dois anos. Segundo os PMs, o risco de serem alvos de um atentado é concreto, haja vista o carro já ser conhecido por alguns criminosos. O Cabo revela que um veículo do Coin já foi vítima de uma ação do gênero. O rádio do Gol capta a frequência policial graças a uma “adaptação” feita pela equipe. Não é possível, contudo, se comunicar com o restante da tropa pelo equipamento.

Os equipamentos também são motivos de queixa. Os coletes são os mesmos usados pelos PMs fardados. Por causa do peso, se tornam um empecilho para quem anda à paisana. Há coletes especiais, mais leves e mais discretos, mas eles não estão disponíveis aos agentes. O mesmo acontece com a arma. A pistola .40 é grande e pesada, dificultando o seu transporte no cós da calça. Há uma versão da pistola de mesmo calibre, menor e mais leve, igualmente inacessível.

Paulo reclama por não poder contar com um automóvel para se deslocar. Nos casos de maior visibilidade, eles usam o veículo administrativo do comandante.

---

<sup>208</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

Em algumas ocasiões, chegam mesmo a se valer de viaturas caracterizadas para realizar suas atividades (informação verbal)<sup>209</sup>.

Do ponto de vista dos equipamentos, os policiais se valem de gravadores, escutas e binóculos, todos comprados dos próprios bolsos. “A gente faz isso porque a gente do que faz. Precisamos nos modernizar, mas esses equipamentos só servem para a gente ter a certeza do flagrante. Esse material não tem como ser usado em um processo criminal”, explica Ranulfo (informação verbal)<sup>210</sup>.

Ranulfo recebeu uma medalha pelos serviços prestados. A cobrança por reconhecimento é grande. Pedem elogio ao comandante. Se o comandante e os companheiros de farda ficarem sabendo, já está bom. Receber um elogio do informante pelo trabalho desempenhado também é bom.

### **3.16 “O celular funciona mais que o rádio da polícia”**

O telefone celular é um equipamento vital para os policiais, pois é a principal forma de comunicação com a população. “Quando eu chego na casa da vítima, busco conversar, mas sei que num primeiro momento é difícil. O que eu faço? Deixo meu número com ela para que me retorne assim que tiver vontade de falar”, explica Paulo (informação verbal)<sup>211</sup>.

As interrelações existentes entre agentes de inteligência, colaboradores e policiais que atuam em outras modalidades de policiamento ganharam uma nova plataforma de interação a partir do surgimento de aplicativos móveis de mensagens instantâneas, que podem ser usados em *smartphones*, ou seja, celulares com sistemas operacionais semelhantes aos de computadores e que funcionam por meio de aplicativos. Dois deles se destacam entre os recursos comunicacionais utilizados pelos policiais: o *Zello* e o *Whatsapp*.

Figura 4 - Interface visual do *Zello*

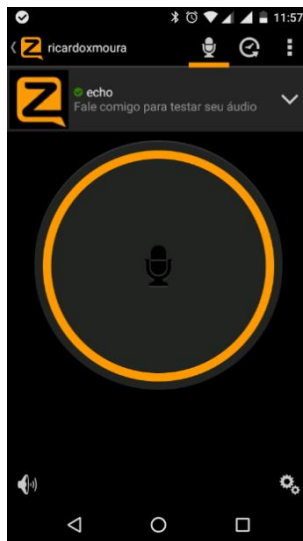
---

<sup>209</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>210</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>211</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.





Fonte: Reprodução da tela de um smartphone

O *Zello* é um aplicativo que funciona como um *walkie-talkie* a partir de um *smartphone* com conexão *wi-fi*<sup>212</sup> ou móvel. É possível criar grupos de interesse específicos para troca gratuita de mensagens entre contatos preestabelecidos. Ao contrário de outros aplicativos, o *Zello* não permite que se envie textos, mas apenas mensagens sonoras. O uso do *Zello* é exemplificado da seguinte forma por um *site* especializado em telecomunicações:

Para começar a falar, selecione o nome do contato na sua lista, mantenha o ícone do microfone apertado para gravar a sua voz e aguarde dois segundos depois que terminar. Basta soltar o botão para a mensagem de voz ser enviada automaticamente. O contato seguirá o mesmo passo e ao retornar uma mensagem de voz, você receberá um alerta sonoro e ouvirá a mensagem automaticamente. Caso tenha saído do aplicativo, você receberá um alerta de *push* no seu dispositivo móvel para poder ouvir posteriormente.<sup>213</sup>

Devido a essas características, o *Zello* foi incorporado pelos policiais como uma rede social usada para funcionando de modo similar ao rádio-transmissor (HT). Enquanto estava no carro de um PM pude constatar como ela funciona. Um policial enviou um áudio pelo aplicativo dando conta de um Siena com pessoas armadas em

<sup>212</sup> O termo *wi-fi* se refere à tecnologia IEEE 802.11, que permite a conexão entre diversos dispositivos sem fio. As redes *wi-fi* funcionam por meio de ondas de rádio. Elas são transmitidas por meio de um adaptador, o chamado "roteador", que recebe os sinais, decodifica e os emite a partir de uma antena. Para que um computador ou dispositivo tenha acesso a esses sinais, é preciso que ele esteja dentro um determinado raio de ação, conhecido como *hotspot*. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/wi-fi/197-o-que-e-wi-fi-.htm>>. Acesso em: 22/01/16.

<sup>213</sup> Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/zello-walkie-talkie.html>>. Acesso em: 22/01/16.

seu interior. O armamento fora repassado a quem estava no veículo por um motociclista. A ação estava sendo descrita no exato instante em que ocorrera, permitindo que os policiais, caso desejassem, se deslocassem até o local antes mesmo de serem acionados formalmente. Martins destaca o papel fundamental que o aplicativo tem para a polícia atualmente. A troca de informações sobre criminosos é constante, além de servir como uma rede para a proteção e defesa dos próprios policiais.

Somos muito alvos. Temos necessidade de apoio. Nos últimos dias, houve seis arrombamentos a casa de policiais para buscar armas de fogo. Acionamos a nossa rede, o Zello. Tiramos foto, damos suporte, fazemos o procedimento padrão e encaminhamos aos policiais que estão na rede (informação verbal)<sup>214</sup>.

Se o acesso ao grupo de troca de informações pelo *Zello* é mais restrito, usado somente por policiais, as interações à distância são potencializadas através do aplicativo de mensagem instantânea *Whatsapp*, o aplicativo mais disseminado no país. Uma pesquisa feita pelo Ibope revelou que o *Whatsapp* é usado por 93% dos brasileiros que possuem conexão com internet.<sup>215</sup> De acordo com a empresa proprietária do programa, o *Whatsapp Messenger* é um "[...] aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS"<sup>216</sup>, ou seja, pelas mensagens de texto enviadas por meio de telefones celulares. Além de mensagens textuais, o aplicativo permite que áudios e vídeos sejam compartilhados.

É por meio de aplicativos como o *Whatsapp* que fotos e fichas de suspeitos e acusados circulam entre os policiais. Em vez de enviar apenas o retrato, as imagens são compartilhadas com informações acerca do nome da mãe, endereço e artigos aos quais a pessoa estaria respondendo. Tais dados permitem maior precisão no momento da abordagem. "O celular funciona mais que o rádio da polícia", assegura Martins (informação verbal)<sup>217</sup>. Além disso, quando os acusados são presos, uma das primeiras coisas a serem vasculhadas são os celulares deles. Fotos, vídeos e áudios são preciosas fontes de informação. O PM relata que, por causa dessas apreensões, é possível ter noção da movimentação ocorrida no mundo do crime. Ele cita como

---

<sup>214</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>215</sup> Disponível em: <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/16/whatsapp-e-o-aplicativo-mais-usado-pelos-brasileiros-diz-ibope.htm>>. Acesso em: 22/01/16

<sup>216</sup> Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/download/>>. Acesso em: 22/01/16.

<sup>217</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

exemplo um *rap* que enumeraria os nomes de diversos traficantes de Fortaleza, prova de que estaria havendo uma espécie de articulação entre eles<sup>218</sup>.

Para Ranulfo, o *Whatsapp* mudou muito a forma de gerir as redes. Os informantes agora passam as fotos dos locais a serem “estourados”. Os dados são rapidamente compartilhados com as viaturas. “A informação mais sigilosa hoje passa pelo whats”, comenta (informação verbal)<sup>219</sup>. O aparelho de um dos policiais contém uma verdadeira galeria de acusados. Felipe diz que as apreensões aumentaram após a introdução do aplicativo (informação verbal)<sup>220</sup>.

Há um grupo de *Whatsapp* formado por policiais e profissionais da imprensa. No espaço virtual há uma incessante troca de informações a respeito das ocorrências criminais. Ranulfo possui um papel relevante na condução do grupo. A maioria das postagens parte dele e de outro policial do Reservado. O trecho abaixo ilustra como isso se dá. Os interlocutores assinalados com o nome “Interl” são jornalistas:

PM 1: alguém tá sabendo de um homicídio próximo à farmácia?  
 PM 2: Repassando  
 PM 3: Lesão à bala  
 PM 2: Vítima reagiu  
 Interl 1: na farmácia?  
 PM 3: Socorrida para o Hospital mas veio a óbito  
 PM 1: foi socorrida?  
 PM 3: Tiro nas costas  
 Interl 1: era cidadão?  
 Interl 2: morreu a caminho do Hospital Tenente?  
 PM 3: Ainda sem maiores informações  
 Interl 1: ok  
 PM 3: Um elemento só chegou para assaltar, vítima reagiu e foi lesionada  
 PM 3: Levaram o celular  
 PM 3: Morreu a caminho do Hospital  
 Interl 1: misericórdia  
 PM 3: Um elemento apenas de moto  
 PM 3: Estamos procurando o criminoso  
 Interl. 1: se prenderem avisa no grupo Capitão  
 Interl. 1; por favor!  
 PM 3: Na hora  
 PM 3: Estamos tentando pegar  
 PM 2: Alguém tem a foto do TAN?<sup>221</sup>.

<sup>218</sup> Seis meses depois dessa entrevista, a notícia de grupos rivais estariam pondo as diferenças de lado ganhou manchetes e tornou-se assunto na cidade, indicando que a informação obtida pelo policial estava realmente correta.

<sup>219</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>220</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>221</sup> Trecho de conversa no aplicativo *Whatsapp*.

Não raro as imagens compartilhadas pelos policiais são usadas nos *sites* noticiosos. Além das informações em comum, policiais e jornalistas possuem uma concepção muito semelhante em relação a temas como o tratamento dispensado aos criminosos e questões morais. Há um contínuo no que tange à moralidade e à visão de mundo de ambos os profissionais. Por causa das prisões realizadas, os elogios à equipe são constantes. O conteúdo do que é compartilhado no espaço é aproveitado por jornalistas para subsidiar suas matérias.

Em outra frente, redes sociais como o *Facebook* permitem um grau ainda maior de interação. Um dos policiais entrevistados é aficionado pelo assunto e diz que criou um perfil *fake* na referida rede social somente com esse propósito. O policial publica foto de armas, drogas e postagens relacionadas ao mundo da criminalidade. Convida pessoas com o mesmo perfil para serem seus amigos virtuais. Há todo um imaginário criminal que funciona como código de acesso e de interação que chega a ultrapassar os limites do virtual. “Usamos o mesmo vocabulário deles, a mesma linguagem. Se botar foto do coringa no perfil<sup>222</sup>, eles incluem você em qualquer grupo do *Facebook*”, ressalta. Após o convite de amizade aceito, o relacionamento virtual passa a engrenar: surgem convites para festas, propostas de venda de armas de fogo e drogas. Fotos são trocadas, bem com imagens de armas e assaltos cometidos. Segundo o policial, tamanha dedicação é motivo de queixa da esposa: “Ela reclama que eu falo que nem bandido, mas é preciso entrar no mundo deles” (informação verbal). Néelson, por sua vez, descreve uma típica conversação na rede:

‘Vai dar certo’, diz uma pessoa.

‘Vai dar certo ou vai engomar’, responde a outra.

‘Vai dar bom’.

O ‘vai dar certo’ indica que algo não dará certo. É o seu oposto. ‘Engomar’, por sua vez, indicar enrolar, protelar uma ação. Já o ‘vai dar bom’ funciona como o ‘vai dar certo’.

Antes dos nomes das pessoas, os usuários costumam empregar a expressão ‘um tal de’. Elas são usadas até mesmo para pessoas conhecidas. A alteração nos artigos as/os também é comum: uz amigos, uz desocupados (Diário de Campo).

As relações virtuais evoluíram ao ponto de uma interação física e “real” com as amigas forjadas a partir da rede social. Durante a conversa, os policiais se animam

---

<sup>222</sup> Na linguagem cifrada do crime, o Coringa simboliza o matador de policiais. As mulheres que têm envolvimento amoroso com o Coringa são conhecidas como Arlequinas. Os personagens citados têm origem nos desenhos animados e foram incorporados ao universo paralelo do crime.

e revelam que participaram até mesmo de uma orgia com sete amigas virtuais do *Facebook*, conhecidas por serem mulheres de bandidos e traficantes. O encontro ocorreu em uma casa de praia. “Só era mulher bonita”, comenta um deles. Pergunto sobre o resultado da ação, do ponto de vista da obtenção de informações. O PM responde: “Conseguimos três endereços de locais onde se guardavam armas e drogas, nomes das pessoas que estavam matando na região e algumas gírias”. Questiono ainda, pelo fato de ter sido uma orgia, se eles realmente levaram a ação às últimas consequências, e a resposta foi: “Tivemos de fazer o serviço”. Um segundo PM arrematou: quem vai para a pescaria tem de pescar o peixe.

### **3.16 Em campo com os Reservados**

Dentre os serviços reservados que atuam na Região Metropolitana de Fortaleza, um chamava bastante minha atenção. No levantamento feito sobre notícias relacionadas à inteligência da PM, a equipe aparecia, com bastante frequência e desenvoltura, dando conta dos casos mais diversos: homicídios, roubos, cumprimento de mandados de prisão, assaltos a banco, etc. Desde o primeiro momento eles foram o meu interesse prioritário. Meus contatos com o quartel, contudo, foram muito frustrantes. Nunca os encontrava em seu local de trabalho. Estavam sempre nas ruas.<sup>223</sup>

Parti, então, para uma abordagem arriscada. Dirigi-me a um quartel que se localiza no trajeto que costumo fazer para visitar parentes ou rever conhecidos. Tinha de começar a estabelecer com o universo dos agentes do Reservado da ativa de alguma forma.

No quartel havia apenas três PMs. Identifiquei-me, disse qual era o meu objetivo, e pedi para falar com o major. O comandante não estava, mas a policial que trabalhava na recepção me disse que o policial do Reservado se encontrava ali. Achei estranho ao vê-lo fardado, prática não recomendada entre os agentes, em especial quando estão trabalhando.

De início o policial se mostrou pouco receptivo. Pediu que redigisse uma declaração com o selo da universidade e que fosse entregá-la ao diretor da Academia de Segurança Pública. Eu disse que faria isso, mas que minha pesquisa também se

---

<sup>223</sup> Somente algum tempo depois pude estabelecer contato com a equipe de Paulo (nome fictício), como será visto na seção 1.5.

interessava pelo trabalho feito na ponta, pelo cotidiano das companhias e batalhões. Ele se afastou um pouco da mesa da recepção onde estávamos próximos e começou a falar sobre vários assuntos. Aproveitei a deixa e fui puxando conversa. Perguntei sobre o uso da farda e ele me disse que, como estavam na véspera de um feriado prolongado, ele teve ficar montando na guarda do quartel. De forma discreta, Ulisses (nome fictício pelo qual eu o trato na presente pesquisa) foi respondendo aos meus questionamentos sem que os colegas percebessem que ele estava concedendo uma entrevista. Compreendi, então, que se tratava de uma estratégia de despiste, e agi conforme o esperado: conversava como se estivéssemos batendo um papo informalmente, um ao lado do outro, em pé todo o tempo, mas sem nos olharmos diretamente. Ia fazendo as anotações sem muito alarde, como se tivesse escrevendo algo sem muita importância. No fim da conversa, que durou pouco mais de uma hora, Peguei o número do telefone dele para um futuro contato. Ulisses tinha formação superior e se interessava bastante por assuntos relacionados às Ciências Sociais. Pirâmide de Maslow, etnografia e anomia eram alguns termos que podiam ser observados em sua fala. Havia uma vontade oculta de tomar parte em um dia de trabalho do Serviço Reservado do Batalhão para saber como como ele agia em seu cotidiano policial.

Tive de esperar as férias do meu trabalho, no entanto, para poder fazer a solicitação. Por telefone, entrei em contato com ele e manifestei o interesse em marcarmos uma nova conversa. Já no fim da ligação, disse que gostaria de participar de um dia de atividades veladas juntamente com a composição. Ulisses assentiu, mas disse que teria de informar os demais companheiros sobre a possibilidade. A confiança adquirida naquele primeiro contato permitiu que o acompanhasse, juntamente com sua equipe, em uma manhã no veículo do Reservado, para que pudesse ter uma noção mais clara do trabalhado realizado por eles.

Numa ligação posterior, a data foi confirmada: uma terça-feira de manhã. Sabia que não poderia ir até o quartel, pois chamaria atenção dos demais policiais para uma situação que possivelmente desagradaria o comandante: ser visto entrando no carro do Reservado. Por causa disso, deixei meu carro em uma rua próxima e liguei avisando de que estava chegando. Ao olhar para o lado, vi um homem entrando em um Gol vermelho com um rifle, do outro lado da calçada. Fiquei surpreso com aquela desinibição em portar uma arma daquela em via pública, e mais surpreso ainda por

ouvir o telefone dele tocar. Sem que tivéssemos marcados, estávamos ali na mesma rua. Ele me olhou e pediu que confirmasse meu nome. Apresentei-me e logo entrei no veículo.

A equipe se locomovia em um Gol vermelho. Com ele, havia mais dois policiais. O espaço no interior do carro era bastante apertado, pois o Gol estava cheio de objetos: coletes à prova de bala, dois rifles, envelopes de papel amarelos, uma prancheta e uma agenda. Ulisses dirigia o carro (sempre com uma pistola .40 embaixo das pernas). Ao seu lado, ia o Cabo, o comandante daquela composição. Pedro estava sentado atrás do motorista, enquanto eu ocupava o assento posterior do Cabo. Entre mim e Pedro havia o material utilizado pelos policiais. A primeira missão dos policiais naquele dia havia ocorrido logo cedo, de manhã. Eles foram verificar a denúncia de um ponto de venda de drogas em um bairro vizinho. Nenhuma quantidade significativa de entorpecente foi achada. O Cabo me mostrou, no entanto, extratos de depósitos bancários e pagamentos, além de papéis de caderno com informações referentes a contas bancárias, contabilidade e dívidas de usuários. A informação havia partido do sistema de teledenúncias. As denúncias que chegam ao órgão são transcritas em breves relatórios e carimbadas com a expressão “Reservado”. De acordo com a localização, elas são distribuídas aos batalhões, para que os agentes de inteligência apurem a procedência ou não do fato informado. De acordo com o Cabo, muitas denúncias que chegam não passam de trote. Outras, contudo, realmente auxiliam o trabalho policial.

Na semana anterior, um dono de farmácia fora morto naquela região. O crime teve bastante repercussão, pois o estabelecimento já havia sido alvo de assaltantes outras vezes, e seu proprietário era tido como uma pessoa querida pelos moradores. No dia anterior, o estabelecimento havia sido novamente roubado. Dois homens em uma moto renderam a viúva e levaram o que puderam do local. A família da vítima se queixou a um jornal de que a polícia não estivera por lá acompanhando o caso. Diante da reclamação, os policiais decidiram ir até o local. A dona olhou para nosso veículo, do caixa, com um jeito desconfiado. Certamente, ela deveria saber que aquele era um veículo do Reservado. Ulisses desceu e conversou com uma pessoa na entrada do mercadinho. De onde eu estava, não havia a mínima possibilidade de saber o teor da conversa. Os policiais se queixaram de o crime ter ocorrido há quase uma semana e não haver nenhuma pista sobre os autores.

Após essa primeira ocorrência, eles seguiram para outra, bastante característica dos órgãos de inteligência, que é conhecida como investigação social. A atividade tem como meta avaliar a idoneidade dos candidatos aprovados na Polícia Militar. São investigadas as vizinhanças em que o candidato reside, locais anteriores de trabalho, espaços de lazer e de educação. O alvo da investigação desta vez era uma jovem que queria tornar-se soldado da PM. Fomos à rua em que ela morava, à academia e a um antigo local de trabalho. Os policiais têm uma ficha com questões abertas a serem preenchidas. Conforme soube, ninguém tinha sido reprovado na Investigação Social por aquela equipe.

Pergunto à equipe de Ulisses sobre ações bem-sucedidas realizadas por eles. Três merecem destaque: o esclarecimento da morte do dono de uma locadora de *videogames*, a elucidação de um duplo homicídio na saída de uma casa de *shows* e a solução do assassinato de um vigilante de escola. “São casos que tivemos de trabalhar nos detalhes, vendo as evidências”, explica Pedro, com certo ar de orgulho (informação verbal)<sup>224</sup>. No caso do vigilante, a identificação dos criminosos só foi possível graças a um caderno escolar. Para ter acesso à escola, os assassinos pediram emprestado o caderno a uma aluna. Eles entraram no local com o material escolar debaixo do braço, como se fossem estudantes. Após o crime, o material foi abandonado no local. Nele, havia o endereço da estudante que, procurada, deu pistas valiosas sobre as características físicas dos autores do homicídio. Ulisses ressalta a importância de se procurar pistas assim que o crime for notificado. Ele afirma que, no calor do ocorrido, as informações são mais valiosas e precisas. Esse seria o diferencial de uma investigação bem-sucedida. O PM critica o termo “Serviço Reservado”. Para ele, essa é uma expressão dos anos 1980. O que haveria hoje seria um trabalho de inteligência, de coleta de dados, que vai além do Serviço Reservado tradicional. Ulisses confessa que realmente faz trabalho de investigação criminal, tema tabu entre quem trabalha com Inteligência Policial. “Na verdade, nós fazemos isso, essa coleta de dados de investigação”, afirma (informação verbal)<sup>225</sup>.

Por fim, fomos a uma favela em busca de um acusado de assalto e roubo, conhecido por “Neo”. Entramos por vias estreitas localizadas às margens de um rio. Essa era mais uma denúncia que chegara pelo teledenúncias. Casos assim são

---

<sup>224</sup> Entrevista realizada com Pedro em 16 de julho de 2013.

<sup>225</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 16 de julho de 2013.



chamados pelos policiais de TDN. As investigações sociais, por sua vez, são conhecidas como IS. Demos a volta e fomos atrás de “Neo” em um outro logradouro. No caminho, vimos um grupo de adolescentes em uma calçada. Segundo o Cabo, aquele local era um ponto de vendas de drogas. “Quando voltarmos, quero ver se vai ficar alguém aí”, disse (informação verbal)<sup>226</sup>. Depois de uma curva à esquerda, chegamos à residência de “Neo”. Era uma casa bem simples, com um grande portão de ferro. A rua não tinha saída. Enquanto o Ulisses e Pedro foram até a porta para travar contato com os moradores, o Cabo se dirigiu ao fim da rua, na tentativa de avistar alguma possibilidade de fuga.

Segundo Fábio, a intenção era obter uma imagem do suspeito para que ela fosse incluída nos registros dos policiais. A carteira de trabalho do irmão de “Neo” foi retida para que o nome dele fosse anotado. Os policiais perguntaram a ele se estava respondendo alguma coisa criminalmente. O irmão negou. O pai de ambos declarou à polícia que “Neo” não morava mais ali e que o outro filho, “embora fumasse uma maconhazinha”, não mexia com ninguém nas redondezas. O irmão de “Neo” era magro, de estatura média e tinha marcas de ferimentos pelo corpo. Conforme seu relato, o último emprego que teve foi como entregador, em uma moto. Após o registro dos dados, o documento foi devolvido e partimos de volta. Os policiais me deixaram na delegacia do bairro. Segundo eles, não era possível ter acesso ao sistema de informações da polícia no batalhão, e por isso eles teriam de fazer esse trabalho no distrito policial.

---

<sup>226</sup> Entrevista realizada com Cabo em 16 de julho de 2013.

## 4 TRAMANDO REDES DE CONFIANÇA E SIGILO

“O poder funciona e se exerce em rede [...] o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”  
(Michel Foucault)

Os agentes de inteligência policial atuam por meio de interações estruturadas a partir de redes de informantes e colaboradores, ampliando assim sua capacidade agentiva. Duas categorias intrínsecas ao trabalho dos policiais do Reservado (sigilo e confiança) têm papel proeminente nessa atividade, a ponto de serem mencionadas na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). O sigilo integra os princípios da Inteligência de Segurança Pública<sup>227</sup>. A confiança, por sua vez, é vista como um critério de avaliação da veracidade da fonte de informação além de ser um componente essencial na interação entre agente e fonte. Criar e manter tais ligações exigem habilidades interpessoais dos policiais, indo além do mero uso da força ou do pagamento de suas fontes humanas de informação<sup>228</sup>.

Do ponto de vista operacional, a confiança e o sigilo são elementos fundamentais para que a rede de colaboradores seja estruturada e que seus integrantes cooperem, permitindo, assim, que os policiais mobilizem recursos na identificação e captura de criminosos. Ambas são categorias eminentemente sociológicas, contando com uma vasta literatura teórica. O que me interessa, neste

---

<sup>227</sup> Os princípios da Inteligência de Segurança Pública são: amplitude, interação, objetividade, oportunidade, permanência, precisão, simplicidade, imparcialidade, compartimentação, controle e sigilo.

<sup>228</sup> Por óbvio que o mero uso da força e o pagamento das fontes são recursos que se encontram à disposição dos PMs. Embora tenha coletado relatos de policiais que se valessem dos dois recursos, meus interlocutores costumam enfatizar que o emprego recorrente desses expedientes, no entanto, é fator de risco e vulnerabilidade para as atividades cotidianas do Serviço de Inteligência. O uso excessivo e continuado da força física pode vir a acarretar uma queixa aos órgãos de controle da atividade policial, enquanto a utilização de recursos financeiros pode vir a gerar uma dependência entre policial e colaborador que venha a colocar o primeiro em uma situação de fragilidade, tanto no que diz respeito à sua conduta como policial como no aprofundamento de uma relação de promiscuidade que possa lhe acarretar futuros dissabores.

Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil, os informantes não costumam ser remunerados. Por causa disso, a relação estabelecida com os policiais necessita estar sempre sendo negociada em termos predominantemente não-financeiros. A partir dessas limitações, desenvolver e cultivar relações de confiança entre policiais e colaboradores tem sido considerada a estratégia mais eficaz e produtiva na condução das atividades de inteligência.

capítulo, é compreender essa economia de interações sociais que os agentes precisam estabelecer para que possam manter em funcionamento suas redes de informações a partir da instrumentalização do conceito de confiança.

Valho-me aqui de conceitos teóricos e analíticos que se inserem tanto na sociologia da agência quanto na sociologia da moral. Há pelo menos dois elementos que se entrelaçam e que se manifestam fortemente nesse objeto de estudo: a capacidade dos agentes de julgar suas ações e a de outros no que diz respeito à moralidade e à articulação pendular de tais capacidades na própria atividade policial. Ao constituírem suas próprias redes de interação e confiança, encobertas sob o manto do anonimato, tais policiais ultrapassam os limites da atuação do PM fardado, tanto do posto de vista de sua agentividade quanto das restrições impostas pela moralidade do agente público. Esse duplo aspecto vai ao encontro do que propõe Werneck (2013), quando este afirma que toda sociologia da moral é uma sociologia da agência. Isso se torna ainda mais evidente quando falamos em relações sociais tecidas por fios em que não se consegue distinguir claramente a moralidade da imoralidade, o lícito do ilícito e o legal do ilegal.

Para dar mais concretude a essa teia de relações, os agentes do Reservado costumam afirmar que operam no interior do “mundo do crime”<sup>229</sup>, um tecido social constituído por meio de silêncios, sigilos, normas próprias e medo. Segundo Gambetta (2009), assim como qualquer outra atividade comum, os empreendimentos criminais não são negócios solos. Haveria uma relação de interdependência entre os atores, exemplificada pelo autor da seguinte maneira: assaltantes precisam de informantes, traficantes dependem dos produtores de entorpecente e assassinos de aluguel necessitam de clientes, assim como quem corrompe está à procura de alguém para ser corrompido. Todas essas transações que ocorrem no interior do “mundo do crime”, contudo, precisam acontecer sob o manto do sigilo e da confiança. Se o caráter velado das redes criminais permite aos seus membros desenvolver suas ações às margens dos ditames da lei, essa mesma condição dificulta a circulação da comunicação e a persistência de tais laços. É preciso

---

<sup>229</sup> Emprego aqui o conceito de “mundo do crime” empregado por Feltran (2011, p. 19): “Trata-se de expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos”. O autor aborda esse conceito nativo a partir da perspectiva dos jovens e adolescentes das periferias urbanas. No presente texto, esse conceito se estende a qualquer pessoa que esteja inserida de alguma forma no “mundo do crime”, independentemente de idade, gênero e etnia.

elaborar um conjunto de estratégias e táticas que venha a impedir que pessoas estranhas a tais arranjos sociais possam ter acesso a esse mundo paralelo. Em *Codes of the Underworld*, Gambetta nos apresenta um inventário de expressões, códigos e práticas comunicativas veladas que permitem a constituição e manutenção das relações criminais.

Se os criminosos possuem suas redes, os policiais que atuam na Inteligência também precisam construir suas redes de informantes, para que possam ter acesso a informações que, de outro modo, poderiam não estar disponíveis aos agentes da lei. Diferentemente de um policial civil, que tem o poder de convocar uma testemunha ou suspeito a depor em um inquérito criminal, o P2 tem de se valer de uma série de “artifícios”, categoria nativa entre os policiais, para obter a informação desejada. Um deles, certamente, é a mobilização da confiança para fins instrumentais. O campo de atuação do agente do Reservado é vasto: qualquer pessoa pode integrar essa rede, desde que tenha algo a oferecer. Familiares e amigos de vítimas podem se tornar colaboradores da polícia após a ocorrência dos crimes, dependendo do modo como se constrói uma relação de confiança necessária o suficiente no agente a ponto de que o informante se sinta seguro em repassar as informações. Rivais e desafetos também podem ser agenciados. A possibilidade de se vingarem por meio dos agentes do Reservado é uma moeda de troca bastante eficaz nessa interação. É preciso, no entanto, que os desafetos creiam que a Polícia será capaz de cumprir o que promete. Há aí um elemento de crédito, componente essencial na discussão acerca da confiança. Além disso, um mesmo informante pode colaborar com membros das duas tramas, a policial e a criminal, fazendo com que as relações entre “polícia” e “bandido” se entrecruzem, ainda que de forma indireta. Essas negociações ocorrem cotidianamente e longe do alcance de quem está fora do “mundo do crime”. A fim de dar conta de compreender as relações de confiança no interior de tal configuração social<sup>230</sup>, proponho uma reelaboração conceitual do termo a partir de sua operacionalidade. Antes disso, no entanto, é preciso situar bem a confiança no interior do pensamento sociológico.

---

<sup>230</sup> Emprego “configuração” no sentido dado por Norbert Elias, que utiliza jogadores de baralho como metáfora para descrever as interações existentes entre os atores social: “Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores — não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas acções nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 2008, p.141)”.

#### 4.1 Confiança: um conceito eminentemente sociológico

Confiança é um conceito-chave na presente tese. Não à toa, trata-se do primeiro dos três termos que compõem o título da pesquisa: confiança, conhecimento e poder. Seu caráter essencialmente sociológico faz com que o termo ganhe uma multiplicidade de significados e usos. Misztal (1996), autora de *Trust in Modern Societies*, um compêndio bastante abrangente sobre confiança, afirma que o conceito é altamente problemático, embora seja um elemento bastante recorrente nas relações sociais. De acordo com a autora, as teorias sociais tendem a definir confiança por meio do alcance de seus benefícios e não pelo que ela realmente seja. Comprovando essa afirmação, em um levantamento feito por Mollering (2001), a confiança pode servir de base para diversas funcionalidades, dependendo do autor: comportamento de assunção de riscos individuais (James Coleman), cooperação (Diego Gambetta), redução da complexidade social (Niklas Luhmann), ordem (Barbara Misztal) e capital social (David Putnam).

Segundo Misztal (1996, p.13-14), a confiança foi compreendida historicamente pela literatura sociológica sob três formas: propriedade dos indivíduos, propriedade das relações sociais e propriedade do sistema social. A primeira abordagem enfatiza sentimentos, emoções e valores individuais. Na segunda, a confiança é vista como um atributo coletivo aplicado à fabricação institucional da sociedade. A terceira concepção define a confiança como um bem público valioso sustentado pelas ações dos membros de determinada sociedade. Para a autora, uma conceitualização adequada da confiança como noção sociológica deveria compreender a confiança como um mecanismo social, fazendo uma ponte entre os níveis de análise interpessoal e sistemático.

Uma visão da confiança como uma propriedade emergente do sistema social tanto quanto um atributo pessoal permite a essa abordagem aplicar a confiança como um conceito valioso para superar a distinção micro/macro (MISZTAL, 1996, p.14, tradução livre minha).

Isso significa dizer, em consonância com Luhmann (1979), autor também de uma obra seminal sobre o tema, que a construção de confiança em um nível micro contribuiria para elevar a confiança abstrata no nível macro. Para o sociólogo alemão, a confiança é um mecanismo de redução de complexidade da vida social. Misztal

(1996, p.98-102) incorpora essa intuição e apresenta sua própria contribuição para o tema: um conceito complexo e elaborado, em que a confiança desempenha o papel de um mecanismo protetivo que previne o caos e a desordem ajudando-nos a lidar com o volume e a complexidade da informação. A confiança reduz a ansiedade causada pela ambiguidade e a incerteza de muitas situações sociais, tornando-se uma condição necessária para que a rotina da vida social seja possível. Nesse sentido, segundo a autora, a confiança possuiria um caráter multidimensional formado por três tipos de ordem: estabilizadora (incluindo hábito, reputação e memória), coesiva (constituída pelos afetos entre familiares, amigos e sociedade) e, por fim, colaborativa (formada por políticas de solidariedade, tolerância e legitimação).

A busca pela ordem remonta aos primórdios da reflexão sociológica sobre confiança, haja vista que o conceito surge em um contexto de profundas transformações em que as convicções até então pré-existentes são solapadas diante de novas práticas e configurações sociais e históricas no que se convencionou denominar de modernidade. Segundo Giddens (1991, p.10), "os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes". Compreender tais transformações com o intuito de intervir e aprimorar a sociedade é, na verdade, uma tarefa incrustada no próprio cerne da constituição da sociologia e objeto de reflexão teórica dos patriarcas fundadores da disciplina: Marx, Weber e Durkheim.

As relações de parentesco, a comunidade local, as cosmologias religiosas e a tradição, denominadas por Giddens como contextos localizados de confiança, passam por profundos abalos diante da alteração radical nas relações-tempo trazidas pela modernidade. De acordo com o sociólogo inglês, "o impacto das três grandes forças dinâmicas da modernidade — a separação de tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade institucional" alterou as formas básicas de relações de confiança, tornando a vida pessoal e os laços sociais envolvidos por ela "profundamente entrelaçados com os sistemas abstratos de mais longo alcance". Três novos contextos localizados de confiança passam, então, a emergir na modernidade:

*Relações pessoais de amizade ou intimidade sexual* como meios de estabilizar laços sociais,  
*Sistemas abstratos* como meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de tempo-espaço; e  
*Pensamento contrafactual orientado para o futuro* como um modo de conectar passado e presente (Giddens, 1991, p.90, grifo nosso).

Como resultado de todo esse processo, a confiança em um contexto de modernidade assume novas feições. A reflexão do sociólogo inglês põe em relevo o caráter precário e permanentemente negociado das relações de confiança na atualidade. Ainda segundo Giddens (1991, p.108),

a confiança em pessoas não é enfocada por conexões personalizadas no interior da comunidade local e das redes de parentesco. A confiança pessoal torna-se um projeto, a ser "trabalhado" pelas partes envolvidas, e requer a *abertura do indivíduo para o outro*. Onde ela não pode ser controlada por códigos normativos fixos, a confiança tem que ser *ganha*, e o meio de fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis (grifo do autor).

Georg Simmel tinha plena consciência da nova configuração da confiança nas sociedades modernas quando lançou as bases de sua reflexão sociológica sobre o tema. Em "A Filosofia do Dinheiro", publicado originalmente em 1900, o sociólogo alemão afirma que a maioria dos relacionamentos entre pessoas pode ser interpretada como formas de troca: "*Cada interação tem de ser vista como uma troca; cada conversação, cada afeição (até mesmo se ela é rejeitada), cada jogo, cada olhar para outra pessoa*" (SIMMEL, 2004 [1900], p.79, tradução livre minha). Sendo a troca a base das relações pessoais, o valor econômico dos objetos, por conseguinte, é estabelecido por meio de uma relação de intercâmbio entre os agentes e não por uma característica inerente aos objetos em si. O dinheiro, por sua vez, é compreendido por Simmel como a encarnação e mais pura expressão do conceito de valor econômico.

Há, no entanto, um componente fundamental de reciprocidade nessa relação que irá sedimentar a existência ou não de confiança em uma relação pessoal mediada pela troca. Para Simmel, uma interação não é capaz de se sustentar quando uma das partes oferece algo que não possui ou quando oferece algo que só pertence a ela, ou seja, a troca, nessas duas condições, se torna inviável. Situação similar envolve a forma metalizada do dinheiro cuja transação ocorre por meio do objeto físico que é trocado, a moeda, mas sob a garantia de que aquele objeto é verdadeiro e que poderá ser trocado pelo mesmo valor posteriormente. Para descrever essa necessidade da crença a fim de que a troca se mantenha, Simmel se vale de uma inscrição latina da moeda que circulava em Malta à época: "*non aes sed fides*", ou seja, "não o dinheiro, mas a fé". O sociólogo alemão observa, portanto, que há na transação monetária um ato originário de crença. O que vale para o dinheiro também vale para o nosso sistema de relações pessoais como um todo. Sem um sentimento

generalizado de confiança das pessoas umas nas outras, acrescenta Simmel, a sociedade mesma se desintegraria. Um aspecto central no raciocínio simmeliano é de que há uma gradação no conhecimento que temos do Outro e que isso nunca ocorre de forma plena. As ações de cooperação necessitam de um certo grau de confiança, haja vista não dispormos de uma certeza absoluta sobre as intenções alheias.

Ao retratar a forma como a crença perpassa a própria economia, o sociólogo alemão apresenta como exemplo um fazendeiro que precisa ter confiança na produtividade de seu terreno para poder plantar ou de um comerciante que acredita no potencial de interesse de seus produtos perante os consumidores. Sem que haja essas pré-condições, nem o primeiro sujeito irá plantar e nem o segundo irá adquirir bens para revenda. Tais ações são levadas adiante a partir de uma experiência pretérita bem-sucedida que se espera ver efetivada novamente. Por causa disso, Simmel classifica esse tipo de confiança como uma “forma fraca de conhecimento indutivo”. Simmel (2009 [1905] , p. 226) afirma ainda que a confiança atua como uma condição intermediária para o conhecimento e o desconhecimento do Outro: "A posse de todo o conhecimento poria fim à necessidade de confiança, enquanto a completa ausência de conhecimento tomaria a confiança evidentemente impossível".

No que tange ao crédito e à confiança em relação ao Outro, Simmel (2004 [1900], p.178) revela haver um "elemento adicional difícil de descrever que é claramente incorporado na fé religiosa". Ao contrário dos dois exemplos anteriores, contudo, trata-se de um estado mental que é, ao mesmo, tempo menor e maior que o conhecimento. Ao estabelecer um paralelo com as relações monetárias, Simmel reconhece haver no *crédito* econômico um elemento sócio-psicológico de fé quase religiosa que se estenderia à confiança como uma espécie de fé nas pessoas. Há nessa interpretação a constatação de que elementos transcendentais compõem a confiança. Luhmann (1979) é um dos teóricos que reconhece essa dimensão da fé como algo intrínseco à confiança. Assim como Simmel, ele também estabelece um paralelo entre economia e sociologia para compreender a crença. Em sua obra “Trust and Power”, Luhmann (1979, p.33) argumenta que

a pessoa que confia em outra busca na sua imagem subjetiva do mundo algumas pistas objetivas a fim de saber se a confiança é ou não justificada. A confiança dificilmente é possível sem alguma informação prévia<sup>231</sup>.

---

<sup>231</sup> Tradução livre minha do inglês.



Há nessa afirmação a descrição de um processo de produção de conhecimento, ainda que seja nas condições de uma “forma fraca de conhecimento indutivo”, parafraseando Simmel. Luhmann se vale, no entanto, de um termo bancário para expressar o modo como essa lacuna de informação é preenchida. A pessoa que confia realiza um "saque a descoberto de informação" com base na fé pré-existente em certas características gerais já anteriormente informadas, ainda que de forma incompleta e insegura. O saque a descoberto ocorre quando a ordem de pagamento emitida é maior que o valor existente em determinada conta. Traduzindo para uma linguagem sociológica, o crédito é estabelecido mesmo sem haver informação suficientemente disponível para aquele que confia. Isso leva a Luhmann (1979, p.33) a afirmar que:

As pistas empregadas para formar a confiança não eliminam o risco. Elas simplesmente tornam o risco menor. Elas não suprem a informação completa sobre o comportamento provável da pessoa a ser confiada. As pistas servem simplesmente como um trampolim para um salto em direção à incerteza, embora de forma limitada e estruturada<sup>232</sup>.

Lewis e Weigert (1985, p.970) afirmam, de forma complementar, que "o elemento cognitivo na confiança é caracterizado por um ‘salto’ cognitivo para além das expectativas que a razão e a experiência sozinhas poderiam garantir". De acordo com Mollering (2001, p. 411), tal definição ecoa a fórmula simmeliana de que a confiança combina boas razões com fé. A fim de tornar essa formulação mais operacional, o autor fraciona a confiança em três componentes: expectativa, interpretação e suspensão. O autor se vale de uma imagem geográfica para explicar como funciona essa interrelação:

A confiança pode ser imaginada como um processo mental de salto - ativado pela suspensão, sobre o desfiladeiro do incognoscível partindo do terreno da interpretação para o terreno da expectativa (MOLLERING, 2001, p. 412).

A expectativa é o ponto final da crença. Confia-se em algo ou alguém tendo em vista um resultado futuro. Para Lewis e Weigert (1985, p.969), a confiança é uma alternativa funcional para a previsão racional no que diz respeito à redução da complexidade. Conforme os autores, a confiança ocorre onde a previsão racional

---

<sup>232</sup> Tradução livre minha do inglês.

sozinha falharia, porque confiar é viver como se certos futuros possíveis racionalmente não ocorressem. Tal confiança, contudo, não é fruto de um mero conhecimento racional ou calculista, mas envolve um componente emocional.

Confiança na vida cotidiana é um mix de sentimento e pensamento racional. Excluir da análise da confiança um ou outro leva somente a erros conceituais fazendo com que confiança seja confundida com fé ou previsão (LEWIS, J.D.; WEIGERT, A., 1985, p.972, tradução minha).

A interação do policial do Reservado com seus interlocutores baseia-se fortemente em componentes emocionais. Demonstrações de interesse ou de intimidação são recursos performáticos operacionalizados para se construir relações ou obter determinadas informações. Por meio dos relatos coletados durante a pesquisa, foi possível constatar um uso instrumental da confiança pelos agentes de inteligência. O modo como isso acontece, tanto do ponto de vista conceitual quanto nas práticas cotidianas dos PMs, será explicitado a seguir.

#### **4.2 Confiança: entre o crédito, a confiabilidade e a confiança**

Como foi visto na seção anterior, a dialética entre risco e segurança é um elemento constituinte da confiança que não pode ser deixado de lado. Quando mobilizamos esse conceito no campo da violência e da conflitualidade os agentes se encontram, em última instância, sob situações de extrema tensão e em meio a práticas e normas que afrontam tanto a moralidade quanto a legalidade. “Dar um furo”, ou seja, ser julgado como uma pessoa indigna de confiança pode resultar em pena de morte nas ruas. Vez ou outra um informante ou colaborador da polícia é assassinado por ter sido identificado como tal. É o preço a ser pago quando o véu da proteção ofertado pelas relações de confiança é rasgado em um contexto de conflito deflagrado.

Para dar conta da dimensão operacional da confiança, é preciso compreender que ela se constitui em três dimensões analíticas, como afirmam Lewis e Weigert (1985): cognitiva, emocional e comportamental. Segundo os autores, o conteúdo cognitivo da confiança diz respeito à realidade cognitiva coletiva que transcende a realidade da psicologia individual. "Confiamos na assunção que outros confiam", afirmam. O fundamento sociológico da confiança também é construído sobre uma base emocional que é complementar à base cognitiva. Esse componente afetivo da confiança consiste em um "laço emocional entre todos aqueles que

participam de dado relacionamento". No que diz respeito à dimensão comportamental, Lewis e Weigert (1985, p.971) afirmam que a prática significativa da confiança reside na ação social em que ela é inscrita, implicando em ações que ajudam a criar uma plataforma cognitiva de confiança: "Quando vemos os outros agindo de modo que implique que eles confiam em nós, nos tornamos mais dispostos a confiar neles de forma recíproca".

Vale ressaltar que, para Simmel, pioneiro em compreender a confiança como um conceito sociológico, a confiança é exercida sempre em um contexto de risco. Tal situação se expressa perfeitamente na tensa relação cotidiana entre policiais, "bandidos" e vítimas, como pode ser compreendido dessa maneira. Como bem afirma Misztal (1996, p. 54), Simmel compreende as relações sociais como sendo "sempre caracterizadas pela ambivalência, sempre envolvendo ambos sigilo e confiança, conflito e harmonia, verdades e mentiras". Há ainda um elemento que perpassa esse circuito de interações: o medo. Quem compartilha um segredo ou uma informação se arrisca. Não contribuir também pode ser perigoso, pois tal atitude pode ser entendida como um gesto de cumplicidade em relação ao que "é errado". É importante ressaltar esses aspectos, o da coeção e o do próprio poder que o agente estatal possui, na economia da gestão de informações, sob o risco de cairmos numa abordagem meramente de competência comunicacional. Policiais e bandidos jogam com o medo a seu favor e é nesse contexto pré-estabelecido que as relações de confiança se constituem.

A confiança, como se pode ver, não é algo já dado ou de um sentimento compartilhado socialmente de forma difusa e desencarnada. A confiança pode ser definida, nessas condições, como um operador social de (re) conhecimento e constituição das relações humanas. Esta é a hipótese defendida na presente pesquisa: compreender a confiança de forma operacional, como um dispositivo mobilizado pelos agentes de inteligência para constituir redes de interação, obter informações e agenciar moralidades.

Para tanto, é preciso analisar as dimensões constituintes da confiança nas suas mais diversas acepções. Georg Simmel emprega a palavra alemã *vertrauen* (confiança) em seus mais diversos usos. Os sociólogos de língua inglesa traduzem *vertrauen* de forma nem sempre rigorosa por *trust* e *confidence*. Pesquisas mais recentes, no entanto, buscam estabelecer uma diferenciação entre ambas,

acentuando seus aspectos particulares. Luhmann (1988, p.97) propõe uma divisão no que tange à assunção de riscos inerentes a cada uma. Enquanto ter confiança (*trust*) em algo ou alguém implica uma decisão com uma certa margem de riscos, em que o dano é maior que a vantagem a ser obtida, a certeza (*confidence*) refere-se a uma expectativa que se espera não ser desapontada, mas sem que isso implique maior engajamento ou dano por parte de quem confia. A certeza implica uma crença generalizada no sistema de disposições de uma determinada sociedade. A confiança, por sua vez, surge quando esse sistema é posto em risco, instaurando uma situação em que é preciso fazer uma escolha que envolva certo grau de arrependimento. Por se tratar de um atributo comportamental que varia de gradação, pode se passar da certeza à confiança e vice-versa. Nem sempre, no entanto, o quadro de certezas (macro) corresponde à experiência do sujeito (micro). Em um cenário de descrença generalizada na política, você ainda assim pode confiar em determinado candidato. Há um paralelo aqui com a situação da polícia. Embora a instituição policial sofra com um descrédito generalizado da população, os agentes de inteligência alegam dispor da confiança dos seus informantes em maior quantidade que colegas da mesma corporação.

Em português, a palavra confiança possui diversos sinônimos, como atesta o Dicionário Houaiss (online): certeza, confiança, crédito, fé, fiança, fidúcia, fidúncia, fieza, fiúza, insuspeição e segurança. Vou me valer de três deles para fazer uma análise do modo como o Serviço Reservado atua.

Conforme exposto anteriormente, podemos denominar a dimensão da confiança no sujeito como um *crédito* pessoal, um capital de confiança depositado no agente e em sua reputação. O processo de leitura do Outro por meio de sinais corporais de *confiabilidade* é definido aqui como “fiar”. A expressão, além de pertencer ao campo semântico da confiança, traz em si o componente do risco. Fiar-se é também “expor-se ao arbítrio de, se aventurar”, conforme o Houaiss. Vale ressaltar que muitas decisões são tomadas sem que haja um conhecimento pleno do fato, a partir de pistas e indícios de confiabilidade coletados durante as ações desenvolvidas pelos policiais. Finalmente, por se tratar de uma interação velada em que nem seus participantes e muito menos o encontro em si pode ser tornado público, há um terceiro componente da confiança presente nessa relação: a *confidência*, ou seja, uma relação de confiança que envolve a guarda de um segredo, uma confissão.

Como se vê, além de servir como um elemento que medeia as interações sociais, a confiança possui um papel bastante relevante na manutenção do sigilo e na relação com um modo específico de conhecimento da realidade. A exposição que segue busca evidenciar a operacionalidade do conceito por parte dos policiais a partir de uma compreensão multidimensional da confiança em suas manifestações sob a forma de crédito, confiança e confiabilidade.

#### **4.2.1 Confiança como crédito pessoal**

A confiança na instituição policial é um assunto recorrente nos estudos sobre segurança pública. Como afirma Lopes (2013), "[...] sem confiança não há cooperação, e sem cooperação a qualidade do policiamento declina e uma das dimensões da democracia é afetada". Ao contrário das pesquisas sobre a confiança na instituição polícia, durante a pesquisa percebi haver maior confiança no trabalho realizado pelos policiais da 2ª Seção do que em seus colegas fardados. Essa, pelo menos, foi uma alegação constante dos PMs nas entrevistas realizadas.

No Serviço Reservado, essa dimensão de confiança é agenciada cotidianamente tanto na construção de uma relação pessoal com os informantes quanto na avaliação das informações prestadas. Age-se sempre por meio de pistas, como quem monta um quebra-cabeça, e sob uma crença na capacidade de resolução dos problemas que seria superior à atividade policial rotineira. Em um cenário de crise de confiança nas instituições, o agente torna-se seu único fiador perante os colaboradores.

Há uma limitação importante a se fazer a essa minha observação, no entanto: seria necessário fazer um *survey* comparativo entre as duas modalidades de policiamento para chegar a uma conclusão definitiva, algo extremamente inviável, uma vez que há muita incompreensão da população sobre o funcionamento do serviço velado (há muitos que nem sequer sabem da existência de tal setor). Além disso, a minha percepção descrita na presente pesquisa baseia-se fortemente em relatos dos próprios policiais, com todos os vieses que eles possam ter. Ainda assim, dada a eficácia de diversas ações e o intenso fluxo de informações circulante por tais redes, arrisco a dizer que existiria maior confiança por parte da população que conhece o trabalho da 2ª Seção.

A concepção que o cidadão possui do papel da polícia diz muito acerca do que ele espera da instituição. Conforme Lopes (2013, p.265), a confiança ou desconfiança da população nas instituições depende do modo como elas atuam: se em conformidade ou não com os valores e princípios atribuídos, quando de sua criação: “É do julgamento decorrente da experiência dos cidadãos com as instituições, influenciado pela percepção fornecida pela cultura política, que se formariam as atitudes de apoio ou falta de apoio político em suas várias dimensões”.

Talvez os critérios que mais interessem aos moradores de tais áreas não sejam os mesmos dos pesquisadores quando das pesquisas de opinião que avaliam a confiança na instituição policial. Nesse sentido, Oliveira Júnior (2011, p. 20) afirma:

Os entrevistados tendem a confiar nas polícias quando avaliam o seu desempenho de forma positiva e a não confiar quando a avaliação é negativa (ponto que fica evidente no caso das apreciações negativas em relação aos atendimentos realizados pelas polícias). O julgamento em relação ao trabalho da polícia, construído seja a partir de uma opinião geral, seja por meio da percepção a respeito de um atendimento específico, se sobrepõe à posição dos indivíduos na estrutura social para explicar o grau de confiança nas instituições policiais.

Portanto, o trecho que segue é bem revelador. Pergunto a Paulo quais estratégias são utilizadas no momento da apresentação perante os interlocutores. Faço esse questionamento porque já ouvi de alguns inspetores que os PMs do Reservado muitas vezes se identificam como membros da Polícia Civil, para facilitar o acesso às vítimas e aos familiares. O policial responde: “Eles conhecem a gente. Temem mais a gente que os policiais fardados”, afirma, sem conseguir disfarçar o orgulho.

Eles sabem que a gente vai prender os criminosos e não fazer acertos com eles. Na verdade, a 2ª Seção foi criada para trabalhar com o público interno. A grande demanda faz com que a gente tenha de ir para as ruas. Além disso, a carência de pessoal na Polícia Civil é grande. Em geral, as pessoas gostam de nos ajudar, querem nos ajudar. Mas não podemos atender a todos (informação verbal)<sup>233</sup>.

A narrativa de que a P2 teria desviado de sua função por causa do aumento da criminalidade é corrente entre os entrevistados. A crise vivida pela Polícia Civil também é apontada como um elemento que justificaria a ação dos agentes do

---

<sup>233</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

Reservado. Um aspecto que os diferenciaria em relação aos demais policiais seria um cumprimento mais estrito da lei no que diz respeito à moralidade. Em um contexto de desconfiança na polícia, os policiais da 2ª Seção gostam de se apresentar como pessoas dignas de confiança, ainda que tal sentimento seja afiançado também pelo temor acerca do modo como atuam.

Uma chave de leitura que pode ser elaborada a partir dos relatos obtidos durante esta pesquisa é a que os agentes de inteligência da PM “entregariam” o que prometem aos seus colaboradores, ao contrário do que ocorre no policiamento ostensivo. O mesmo fenômeno pode ser observado com os policiais do Raio, que contam com grande admiração de expressivos segmentos da população. A demanda por uma polícia mais “enérgica”, categoria bastante presente nos discursos policiais, ainda que às custas da transgressão da “linha” entre a legalidade e ilegalidade, se veria contemplada em ambos os casos. Isso é ainda mais válido quando se leva em consideração, de acordo com os interlocutores, que a atuação do Serviço Reservado se concentra principalmente nas áreas periféricas, regiões que costumam apresentar elevados índices de criminalidade violenta e dispor de reduzida cobertura de serviços governamentais que não seja a própria polícia. O policial da 2ª Seção é invisível para quem não precisa dele, mas é um sujeito bastante atuante nas áreas em que a violência se encontra deflagrada. É a face visível de uma polícia presente, em contraposição ao discurso corrente da ausência de policiamento. Corroborando essa afirmação, Guilherme relata o episódio ocorrido com uma dona de escola que vive em uma situação social diversa do contexto em que os PMs do Reservado costumam atuar. No muro da unidade escolar havia um sistema de câmeras que poderiam ter flagrado uma ocorrência criminal investigada por eles. Os PMs se apresentaram à mulher, mas ela não se convenceu da identidade deles. Ela não os reconhecia como agentes autorizados da lei e, por conseguinte, exigiu provas da identidade deles como policiais, a fim de que pudessem entrar em sua propriedade.

A confiança também pode ser conquistada graças a atitudes que não costumam se esperar de um policial. Em vez do uso da força, o cuidado e a atenção com aquele que está detido. A estratégia funciona como um primeiro passo em direção à obtenção da confiança, mas o uso dado à informação prestada também surge como um componente relevante. Para dar um exemplo dessa conquista, Paulo relata a

história do “Lôrim”, adolescente apreendido pela equipe sem qualquer traço de violência. Pelo contrário:

Não batemos nele e nem o torturamos. Tratamos bem. Como estava na hora do almoço, paramos em um restaurante no caminho para a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) e pagamos um almoço pra ele. Tratamos ele como se fosse um colega. Enquanto esperava na delegacia, conversei com ele. Propus ajuda e dei conselhos. Pouco antes de ir para a cadeia, o adolescente me abordou e disse que iria entregar uns caras desde que eles fossem realmente presos: ‘Vão prender eles não vão? Não vão comer [a ponta]<sup>234</sup> não, né?’, perguntou. O Lôrim passou um ano preso. Um dia ele veio até o quartel e nos repassou as informações. Ele nos disse onde estavam as armas do grupo, o local onde a droga era escondida, fez um croqui do quarteirão. A única coisa que queria era o dinheiro da passagem para o Interior. Fomos ao local em uma viatura caracterizada mesmo, com o Lôrim no porta-malas. Ele deu vários detalhes, entre eles os de que os acusados estariam jogando na quadra naquele horário. Fomos em cada local indicado por ele. Encontramos três armas, grande quantidade de drogas e crack. Até uma pistola com silenciador foi achada. Dos seis acusados, três foram presos em flagrante. Entre os presos estavam dois que mataram um comerciante há um ano (informação verbal)<sup>235</sup>.

A abordagem descrita acima difere bastante dos relatos de maus tratos praticados contra adolescentes por parte dos policiais. Em entrevistas para minha pesquisa de mestrado, muitos jovens revelaram ter sido objeto de violência policial e de torturas. É comum escutar o relato de que o PM deu umas “mãozadas” e o liberou em seguida, incomodado com o fato de existir um trâmite legal específico para quem é menor de idade e pelo fato de que os adolescentes são apreendidos, mas “liberados logo em seguida”. Desde cedo os jovens da periferia têm de aprender a lidar com os “baculejos” (SÁ; SANTIAGO NETO, 2010) dos quais são alvos constantes. A ausência da violência policial representou um aspecto distintivo na conduta dos agentes, fazendo com que o adolescente se sentisse mais à vontade durante aquela abordagem. A retribuição foi a revelação do esconderijo de um grupo identificado como criminoso pela polícia. A expressão “tratamos como um colega” é chave no processo de “sedução” levado a efeito pelos agentes. Além do nivelamento linguístico, tem-se, então, um nivelamento a nível de sujeitos, em que polícia e “bandido” relacionam-se como iguais, pelo menos no plano operacional. Levar para almoçar foi mais um gesto que evidenciou uma prática diversa da rotineira, quando se trata de abordagens policiais. Firmado um primeiro acordo, tácito, de que se tratava de PMs em quem se pudesse confiar, o jovem esboçou um segundo movimento, o da

---

<sup>234</sup> Comer a ponta: expressão utilizada para a prática de extorsão policial.

<sup>235</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.



colaboração. Havia ainda mais um condicionante: o trato não poderia ser feito com um policial-bandido, daqueles que fazem acordos com traficantes. “Vão prender eles, não vão?”: a pergunta feita pelo jovem evidencia a necessidade de saber com certeza qual o destino das informações repassadas. No mundo do crime, ser visto como alcaguete pode representar uma sentença de morte. A relação de confiança entre os operadores da lei e os informantes é tênue e nunca garantida plenamente. Prova disso é o fato de o adolescente ter ido no porta-malas do carro no momento da incursão dos PMs à favela. Se ele não estivesse com os policiais, como uma espécie de garantia, haveria o risco de que a colaboração resultasse em uma cilada. As informações prestadas eram verídicas e puderam, então, ser utilizadas na resolução de uma série de casos que não necessariamente possuíam ligação com o fato gerador da apreensão do adolescente. Nesse mesmo sentido, Paulo cita como exemplo um caso fictício de um adolescente infrator assassinado na periferia de Fortaleza. A Divisão de Homicídios, segundo o policial, não vai investigar esse caso com o afinho que dedicaria a outros assassinatos.

Eles não vão em alguns casos. Eu já fui a velório de adolescentes infratores e até já quase chorei com os familiares. Aí digo à família que se trata de uma vida humana e que é dever da polícia investigar. Os familiares costumam reagir, dizendo que a polícia não se interessa por casos assim. Procuo convencê-los do contrário e busco ganhar confiança. Peço qualquer tipo de informação nem que seja o apelido da pessoa suspeita pela morte. Deixo o número do meu celular e peço que me liguem quando tiverem informações (informação verbal)<sup>236</sup>.

A ida ao velório é sinal de solidariedade e de atenção com os familiares das vítimas. Mais que isso, é momento para ressaltar a capacidade e o interesse de um segmento da polícia interessado em solucionar casos que, em outra circunstância, não seriam investigados. Conforme o relato de Paulo, é preciso um trabalho de convencimento, haja vista esse não ser o procedimento padrão na maioria dos casos. O velório também é uma oportunidade para ampliar a agenda de contatos e ampliar a rede de informantes. Nesse sentido, a informação menos relevante pode servir como auxílio aos policiais. É a “soma de muitos nadas”, descrita por Platt (1974) ao se referir à investigação policial, operacionalizada na esfera da inteligência policial.

---

<sup>236</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

“Quando o acusado é preso”, acrescenta Paulo, “as pessoas passam a ver o nosso profissionalismo em investigar casos que a Divisão de Homicídios não vai atrás. Isso gera um certo conforto à família. Quando eles veem resultado isso cria um vínculo” (informação verbal)<sup>237</sup>. Há um componente de crédito pessoal nessa atitude. Os agentes do Reservado seriam depositários de uma crença por parte da população atendida, resultando em maior confiança.

#### **4.2.2 Sinais de confiabilidade**

Confiar em algo ou alguém não é uma condição já dada ou imposta por uma exterioridade, mas sim uma ação rotineiramente reelaborada como resultado de uma *performance*<sup>238</sup> que exige certo grau de habilidade interpessoal. O uso desse termo remete ao trabalho de Erving Goffman, sociólogo estadunidense que, dentre outras contribuições, criou as bases para o estudo da informação estratégica. Para Goffman, a interação com objetivo de obter informações é uma espécie de jogo de informação (*play information*) em sua dupla acepção, de representação teatral e como o próprio ato de jogar. A análise feita por Erving Goffman é modelar no que diz respeito à estratégia de atuação dos policiais reservados. Como as crenças e motivações de cada participante não são transparentes, elas devem passar pelo crivo da análise e da investigação dos interlocutores. Isso é ainda mais válido em um primeiro encontro, como descrito a seguir:

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem. Estarão interessados na sua situação socioeconômica geral, no que pensa de si mesmo, na atitude a respeito deles, capacidade, *confiança que merece*, etc (GOFFMAN, 2002, p.11, grifo nosso).

O termo “confiança que merece” diz muito da atividade realizada pelos agentes de inteligência. O vestuário, o modo de falar, a segurança transmitida no contato direto são elementos que contribuem para que o interlocutor colabore agindo

---

<sup>237</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>238</sup> Conforme Goffman (2002, p. 23), a *performance* pode ser definida “como toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes”.

conforme o esperado pelo PM. O processo de comunicação abrange não só a decodificação dos símbolos linguísticos emitidos verbalmente, mas também uma leitura de sinais corporais a contrapelo com o intuito de se obter informações acerca daquela pessoa. Haveria então uma dupla camada de leitura: a expressão que o sujeito emite e a expressão que ele emite. De acordo com Goffman, enquanto a primeira compreende os símbolos verbais usados de forma intencional, a segunda envolve ações diversas interpretadas como “sintomáticas do ator”, abrindo a possibilidade de que a motivação do agente não esteja de acordo com a informação transmitida por seu corpo. Goffman ampara-se fortemente no trabalho pioneiro de Bateson (1999) que, ao estudar a interação entre animais, percebeu que havia entre eles a diferenciação do que seria uma luta “real” de uma luta “de brincadeira” a partir de sinais corporais emitidos por ambos. O próprio ato de reconhecer o caráter arbitrário do signo, “o signo como um sinal”, é visto como um passo importante na evolução da comunicação humana. De posse dessa capacidade, é possível compreender que os “sinais são somente sinais, que podem ser *confiados, desconfiados, falsificados, negados, amplificados, corrigidos* e assim por adiante (BATESON, 1999, p.178, tradução e grifo meus).

Para Gambetta (2001), a confiança está profundamente relacionada à cooperação, podendo ser sintetizada pela seguinte pergunta: “Posso confiar em tal pessoa para fazer determinada ação?” A resposta passaria, portanto, entre outros recursos investigativos, pela observação e identificação de signos de confiabilidade (*signs of trustworthy*) durante a interação entre os interlocutores. Afirma o autor: “A leitura de sinais é uma parte fundamental na decisão sobre confiar. O uso deliberado de signos, ou de sinalizações, é uma parte fundamental em fazer a si mesmo aparentar confiável” (GAMBETTA, 2001, p.155). Ser capaz, portanto, de dominar esse processo de emitir e decodificar sinais de confiabilidade é uma habilidade central para os agentes de inteligência, haja vista a maleabilidade intrínseca à interpretação de signos, como bem ressalta Bateson.

Gambetta (2001, p.154) denomina o processo de leitura de sinais de confiabilidade como uma “semiótica da confiança”. No que tange à presente tese, o que se busca, nessa atividade de decifração, é identificar signos de confiabilidade no falante a fim de que tanto o policial quanto o informante possam se fiar no que é dito, estabelecendo assim a possibilidade de cooperação entre os agentes. E isso se dá

por meio da interação, seja ela presencial seja ela por meio de ferramentas comunicacionais, como o aparelho de telefonia celular. Embora esteja tratando de uma situação corriqueira, o relato feito por Goffman da interação como um jogo de (des) velamento entre sujeitos permite compreender de que forma a confiança é operacionalizada na atividade de inteligência. A descrição feita por um Capitão PM da relação mantida com os seus informantes ilustra bem a relação entre a análise proposta por Goffman e a atividade de inteligência policial. Lidar com um informante, segundo ele, é uma arte que requer paciência, cautela e habilidade dada a situação de vulnerabilidade em que se encontram:

Os informantes são pessoas de extrema vulnerabilidade, porque se o bandido pega o bizu que esse cara tá passando a informação pra gente, ele e a família dele vão pagar um preço alto. É muito difícil conseguir recrutar um informante. Geralmente, a gente vai buscar com a família de alguma vítima. Quem tem informação quente é bandido. Se você me disser que é um padre que vai me informar ou que é um pai de família não é. Geralmente é algum bandido que está descontente com a situação. Você escuta, dá credibilidade à informação, mas não ao informante. Tem de saber separar isso. O informante sabe que se ele vacilar ele entra na mesma situação do outro. A gente tem que ser até meio que canalha, a polícia explora o informante. A gente não tem nada para oferecer a ele, ou a oportunidade de salvar a vida dele, por que normalmente ele está sendo ameaçado, ou então ele pode estar querendo tomar a boca do cara. Aí é que a gente tem que ser muito cauteloso. No momento que ele está passando a informação ninguém questiona, a gente deve explorar o informante, mas a gente depois deve procurar saber por que ele está fazendo isso (informação verbal)<sup>239</sup>.

Em poucas linhas o caráter de performance da interação policial é evidenciado, seja no modo “cauteloso” como a abordagem ocorre seja no modo como a informação é recebida, sem nunca ser questionada de imediato, sob o risco de perder o acesso a um conhecimento privilegiado. Vale ressaltar, conforme o oficial, que a informação desejada pela polícia está em poder justamente do “bandido”, ou seja, uma pessoa que na definição corrente é vista sob suspeição. Em se tratando de pessoas que trafegam nos circuitos que permeiam o “mundo do crime”, a credibilidade, para o PM, reside no grau de veracidade da informação prestada, a ser verificada em um momento posterior, e não apenas na identidade quem a fornece. Posturas corporais, gestos e falas são objetos de análise dentro da semiótica da confiança.

---

<sup>239</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

Da mesma forma, o PM precisa portar-se como uma pessoa merecedora da confiança alheia. Quem codifica tanto é decodificado em um mesmo movimento, como bem assinala Goffman:

Quando permitimos que o indivíduo projete uma definição da situação no momento em que aparece diante dos outros, devemos ver também que os outros, mesmo que o seu papel pareça passivo, projetarão de maneira efetiva uma definição da situação, em virtude da resposta dada ao indivíduo e por quaisquer linhas de ação que inaugurem com relação a ele.

É importante destacar o caráter de mão dupla desse processo: ao mesmo tempo em que busca mostrar-se como uma pessoa de confiança, o PM também avalia a projeção de seus informantes, tentando extrair tanto da leitura corporal quanto da apreensão simbólica elementos que fundem uma certeza, ainda que provisória. Conforme Goffman, trata-se de uma convicção promissória, ou seja, permeada pela expectativa de que a análise preliminar esteja correta.

Tomando a comunicação tanto no sentido amplo quanto no estrito, verifica-se que, quando o indivíduo está na presença imediata de outros, sua atividade terá um caráter promissório. Os outros, provavelmente, acharão que devem *aceitar o indivíduo em confiança*, oferecendo-lhe uma justa retribuição enquanto estiver presente, em troca de algo cujo verdadeiro valor só será estabelecido quando ele se retirar (idem, *ibidem*, grifo nosso).

Como se vê, há uma concessão permitindo que o indivíduo se expresse para só então realizar um julgamento acerca do conteúdo e da forma como se manifestou. Esse estado de suspensão do julgamento ocorre por meio de uma expectativa mediada pela confiança. Em um primeiro momento, é preciso estabelecer uma linguagem em comum que permita a comunicação entre o policial e o informante. O jargão policial lacônico aqui já não basta. Pergunto sobre as estratégias usadas para obter a confiança dos “colaboradores” e dos “criminosos”. A primeira, segundo Paulo, é justamente a linguagem.

Tem de falar a língua deles, falar pornografia para as jovens, algo que conquiste a pessoa. Segundo a doutrina da inteligência, todo informante quer alguma coisa em troca da informação que ele passa. Mas isso não é 100%. Há vários ‘colaboradores’ que vê que aquela informação vai ter um resultado concreto. Eles pensam assim: ‘os caras vão ser presos e não extorquidos’. Isso faz com que eles nos ajudem (informação verbal)<sup>240</sup>.

---

<sup>240</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

Se conseguir a confiança do “cidadão” já é difícil, é preciso criar as condições necessárias para que se possa dialogar com os “pilantras”, conforme expressão empregada pelo próprio policial. De acordo com Guilherme, em tais contextos comunicacionais, o PM precisa ter o “espírito da malandragem”, um conceito corrente entre os policiais entrevistados. Por “espírito da malandragem” os militares compreendem uma série de disposições corporais, modos de vestir e de falar que seriam pertencentes a segmentos sociais menos favorecidos economicamente. Além disso, Hugo ressalta que por estarem mais atentos à “malaquice”, conceito nativo equivalente à malandragem, das pessoas do entorno em que atuam, a atuação dos Reservados sempre será superior à dos policiais do ostensivo:

O Reservado vai ser sempre superior ao fardado. Vê a malaquice com mais detalhe, é mais esperto com as coisas do dia-a-dia. O jeito de esconder a droga é um exemplo disso. Tem lugar, em uma casa, que só a gente é capaz de saber, como em uma vassoura oca, por exemplo (informação verbal)<sup>241</sup>.

O PM destaca o grau de atenção aos detalhes que eles precisam ter para desvelar tais artimanhas, que seriam, em parte, resultado de uma maior proximidade com o funcionamento cotidiano do “mundo do crime”. Conforme o relato dos policiais, é como se a “malaquice” dos bandidos fosse usada como um recurso contra eles próprios, em uma espécie de contramalandragem, assim como há a contrainteligência. O fato de não portarem sinais de identificação tão evidentes como a farda é um aspecto decisivo para que essa interação ocorra de forma mais fluida. Ao contrário do policiamento ostensivo, em que os signos de distinção social entre os PMs e os moradores são mais visíveis - haja vista a presença da farda como um elemento diferenciador dos “militares” em relação aos “civis” -, no Serviço Reservado o objetivo é aproximar-se mais do universo de signos sociais que serve como elementos constituintes do contexto sociocultural dos circuitos criminais e dos ilegalismos. Estar fardado em tais circunstâncias é um risco, haja vista o julgamento moral ao qual o policial pode estar sujeito. Pergunto a Guilherme sobre a mudança de postura na época em que fazia policiamento ostensivo para agora, que é do Reservado. “Todo mundo sempre leva o jeito de policial consigo. Fomos ensinados a ser assim. Temos os princípios militares, o respeito ao companheiro de farda, o uso

---

<sup>241</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

dos códigos dos policiais”, explica. Na rua, em ação, no entanto, Guilherme alega que se vale do já citado “espírito da malandragem”. Isso seria bastante útil na conversa com o “pilantra”, termo empregado pelo PM durante a conversa. Sem a farda, a comunicação se torna mais fácil. Pergunto se o policial fardado também pode conversar com o “pilantra”, e Guilherme responde: “Pode, mas a sociedade vai entender o quê? A sociedade malda muito as coisas” (informação verbal)<sup>242</sup>.

Ainda que com propósitos instrumentais, é imprescindível estabelecer as bases comuns para uma interação com base na confiança e no reconhecimento mútuo, fatores essenciais na construção de uma rede de informantes. A adoção de uma linguagem comum é, para Simmel, condição imprescindível no estabelecimento da interação entre duas pessoas:

A interação humana repousa normalmente na condição de que o modo de pensamento entre as pessoas associadas tenha certas características comuns; em outras palavras, os conteúdos espirituais objetivos constituam o material comum que se desenvolve nas suas fases individuais no decorrer dos contatos sociais. O tipo e o veículo mais essencial desta comunidade de conteúdo espiritual é uma linguagem comum (2009, p. 224).

A vestimenta atua como um recurso complementar à linguagem. Não basta estar sem farda, é preciso vestir-se como “um deles”, portar-se de modo que não desperte atenção para si, ou seja, estar “inteirado”. Para tanto, é preciso portar sinais que reforcem a confiança entre os sujeitos. Ao mesmo tempo em que buscam interagir com os colaboradores por meio de uma linguagem comum, os agentes de inteligência se distanciam frontalmente do modelo proposto por Arendt (1987), em que os homens mostram quem são “na ação e no discurso”, haja vista que a identidade policial, ao menos em seu aspecto exterior, costuma ser preservada. Embora seja um artigo raro no Serviço Reservado, no caso de uma infiltração, a busca por uma identificação plena com os interlocutores é fundamental para que a operação possa ocorrer sem transtornos. Quanto mais “a ação e o discurso” forem velados, melhor. Se a leitura de sinais de confiabilidade é uma atividade fundamental na aquisição da confiança, Goffman (1986) afirma haver sinais de alarme que quebrariam a normalidade da ação social.

Além das roupas, há a música (o *rap* como tipo ideal da música da “bandagem”), as gírias, o estilo de vida e a própria fisionomia como signos de

---

<sup>242</sup> Entrevista realizada com Guilherme em 20 de maio de 2015.

pertencimento a uma mesma relação social. Segundo Felipe, o uso da barba e do cabelo mais comprido já são suficientes para distingui-los dos policiais fardados, embora afirme que “[...] o estilo da polícia vai estar sempre presente” (informação verbal)<sup>243</sup>. Há casos, no entanto, em que é preciso compartilhar as mesmas vestes do universo da “bandidagem” para que se possa estar “inteirado”, ou seja, fazer parte de forma plena dos mundos sociais de seus informantes. Os óculos de sol com armação branca, peça do vestuário bastante chamativa do ponto de vista visual e objeto de desejo dos colaboradores, são usados como um recurso de indistinção social:

Nunca usei óculos de armação branca, mas tive de usar para poder me enturmar. Um dos bandidos até comentou assim: ‘esse bicho é inteirado’. Minha mulher reclama por causa do cabelo grande, mas é como se fosse uma fantasia, um escudo (informação verbal)<sup>244</sup>.

Em uma apreensão, os policiais obtiveram um *pen drive* com músicas que versam sobre a realidade da favela e de seus moradores. O ritmo musical, em geral, é o *rap*. Segundo Felipe, os policiais colocaram o *pen drive* no carro para ouvir “música de bandido”, a fim de se “inteirar” daquele universo. “A gente ouvia tanto no carro que chega a gente sentiu saudade de ouvir depois que nos desfizemos do *pen drive*”, comenta (informação verbal)<sup>245</sup>. Néelson é fã de *rap*, e disse que já foi parado pela própria polícia por ouvir o estilo musical em um volume alto dentro do carro em que estava com amigos (informação verbal)<sup>246</sup>.

Em meio à conversa, os colegas de Néelson brincam com ele dizendo que o colega era o que mais tinha “cara de pobre” e que, por causa disso, atuava sempre na linha de frente da equipe. Tal característica, no contexto do serviço velado, não deixa de ser um trunfo a mais para o PM que o possui. Ainda assim, há certamente um forte elemento de preconceito social nessa postura ainda que os agentes sejam oriundos da mesma classe social dos “bandidos”. Durante os relatos, os policiais do Reservado vez ou outra comentam sobre seus pertencimentos sociais. Em sua maioria, são oriundos de bairros periféricos. Alguns cresceram juntamente com as pessoas a quem hoje perseguem e dão combate nas ruas, em um processo de

---

<sup>243</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>244</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>245</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>246</sup> Entrevista realizada com Néelson em 11 de junho de 2015.



assimetria social, como se verá visto adiante no capítulo acerca da caçada policial, mesmo que os valores relativos à virilidade sejam compartilhados por ambos os lados. A formação militar, no entanto, parece infundir neles um sentimento de superioridade que os diferencia socialmente e, sobretudo, moralmente de seus colaboradores. Há um dado no mínimo irônico em se perceber que, para ganhar a confiança dos informantes no interior das tramas dos circuitos criminais, o policial precisa aparentar o menos possível com a figura tradicional do policial. Isso só reforça o que as pesquisas quantitativas sobre confiança na instituição policial revelam: o quanto ainda é preciso ser feito para que a polícia volte a ser uma instituição melhor avaliada pela população.

### **4.2.3 Confiança como confidência**

Após estabelecer o paralelo entre as bases sociológicas e econômicas da confiança na “Filosofia do Dinheiro”, o conceito será tematizado novamente por Simmel oito anos depois no capítulo “A Sociedade Secreta” de seu compêndio sobre Sociologia<sup>247</sup>. Dessa vez, como um elemento constituinte do segredo. Ao contrário da significação negativa que o termo possui no senso comum, o sociólogo alemão compreende o segredo em sua positividade, como um espaço fecundo para a produção de conhecimento e o florescimento de novas relações sociais, assumindo uma “forma sociológica geral que se mantém neutra e acima de seus conteúdos”. Para Simmel (2009 [1905], p.235),

o segredo, enquanto dissimulação de certas realidades, conseguido por meios negativos ou positivos, constitui uma das maiores conquistas da humanidade. Comparado com o estado infantil em que toda representação é comunicada, em que todo empreendimento é visível a todos os olhares, o segredo significa uma enorme ampliação da vida, porque muitas das suas manifestações não se poderiam produzir na completa publicidade.

Vale ressaltar, conforme COSTAS e GREY (2014), que "sigilo refere-se ao *processo* de manter segredos, enquanto segredo refere-se ao *conteúdo*, a 'coisa' real, mais precisamente, a informação sobre 'coisas' que são intencionalmente ocultadas" (grifo dos autores, tradução minha). O segredo, contudo, possui um caráter paradoxal.

---

<sup>247</sup> Título original em alemão: "Soziologie, Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung" (Sociologia: estudos das formas de socialização), publicado em 1908.

Segundo Simmel (2009 [1905], p.238), "o segredo levanta uma barreira entre os homens; mas, ao mesmo tempo, a tentação de romper essa barreira, por indiscrição ou por confissão, acompanha a vida psíquica do que é secreto". Guardar um segredo, portanto, é estar permanentemente sob o risco de revelá-lo. A tensão entre preservar o conteúdo do que é secreto ou de liberá-lo é por si um componente constituinte e modelador das relações humanas. Ainda conforme Simmel, o detentor do segredo também se distingue em relação aos demais numa espécie de "economia política da informação". O grau de distinção não está relacionado ao conteúdo em si da mensagem secreta, mas a todo o aparato montado no sentido de mantê-la sob sigilo. Não à toa, os agentes do reservado se veem como policiais diferenciados em relação aos demais. Há uma percepção de que eles operam com temas e assuntos mais relevantes e sensíveis, exigindo maior complexidade da atividade policial que o policiamento ostensivo.

Em um contexto em que o segredo é operado sob o risco eminente de ser revelado a qualquer momento, a confiança apresenta-se como uma "hipótese de conduta futura" de determinada pessoa irá agir de um modo e não de outro. A confiança recíproca é compreendida por Simmel como uma relação interna típica dos membros de uma sociedade secreta, haja vista que o propósito primeiro de tais organizações é a proteção. A mesma funcionalidade estende-se para a rede de informantes forjada pelos agentes de inteligência. Embora não possa ser denominado como uma "sociedade secreta", tal arranjo estrutura-se fortemente no sigilo do que é dito entre os atores e, especialmente, na proteção da identidade de quem repassa a informação. Poucas coisas são tão odiáveis quanto a pessoa ser conhecida como "dedo-duro" ou "alcagueta" na comunidade em que vive. Trata-se de uma atitude passível de morte, caso seja descoberta.

No entanto, para Simmel, o sigilo desempenha um papel bem mais amplo nas relações, sendo fundamental para a constituição do mundo moderno e da própria individualidade. Sem o espaço da privacidade, seria impossível viver em coletividade. Além disso, o espaço do segredo também é o espaço de proteção para o surgimento de novas práticas e ideias. A transparência total de nossas ações e pensamento tornariam inviáveis as relações humanas. Todos sabemos alguma coisa sobre os outros. Ao mesmo tempo, os outros mantêm, para nós, uma espécie de

“sombreamento” (termo empregado por Simmel) de parte relevante de seus atos e pensamentos que só com algum custo pode ser revelado.

Por causa disso, Bellman (1984) reforça o fato de o segredo estar nas práticas e procedimentos que o cercam, e não necessariamente em seu conteúdo. O segredo, para o autor, está intimamente relacionado ao que é selecionado, restringindo e intencionalmente modificado e exposto. A própria etimologia da palavra “segredo”, que se origina de *secretus* (pôr à parte, separar, extremar, discernir, distinguir) envolve uma dimensão de separação de algo ou alguém dos demais. Daí a expressão “reservado” com que alguns documentos estatais são classificados<sup>248</sup>.

Como se trata não somente de uma relação pessoal e individualizada, mas de uma relacionamento constituído entre representantes de um órgão estatal e cidadãos sujeitos a esse mesmo Estado, a gestão do sigilo promovida pelos agentes de inteligência da PM possui um caráter eminentemente organizacional e político. Vou me deter nesse primeiro aspecto e, em seguida, abordar o segundo. Uma definição dada por COSTAS e GREY (2014, p.426) sobre sigilo organizacional é a "de um processo social formal e informal contínuo de ocultamento de informação de atores por atores em organizações". Após fazer um levantamento dos estudos sobre o tema, os autores identificaram modos formais e informais de gestão do segredo<sup>249</sup> além de constatar que o sigilo é moldado pelo comportamento, interações e relacionamentos no interior das organizações, aspectos nem sempre evidenciados em pesquisas do gênero. Tais componentes se apresentam de forma bastante evidente nas entrevistas que fiz com os PMs. Não raro os agentes se utilizam de expressões com forte conotação afetiva para descrever estratégias de manutenção e obtenção de informações em suas redes de informantes. Exemplos podem ser observados ao longo deste capítulo e do anterior, em que descrevo o funcionamento do Serviço Reservado.

---

<sup>248</sup> A lei federal 4.553/02, que versa sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, estabelece quatro graus de sigilo: ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado.

<sup>249</sup> Enquanto o sigilo formal se baseia em uma doutrina acerca da produção de conhecimentos, com normas e comportamentos a serem seguidos, o sigilo informal baseia-se na confiança recíproca e nas relações interpessoais. A responsabilidade acerca do segredo recai no indivíduo e na ligação mantida com os agentes. Obviamente, essa distinção é borrada no cotidiano. O sigilo formal, representado por um corpus específico de profissionais de inteligência com sua doutrina, entrelaça-se de modo criativo com seu aspecto informal, encarnado aqui pela rede de informantes construída pela P2.

Um elemento em comum às dimensões formal e informal do sigilo é o risco de vazamento do segredo. Goffman (2002, p.132-133) afirma que uma "equipe deve ser capaz de guardar seus segredos e fazer com que eles sejam guardados". O sociólogo estadunidense enumera três tipos de segredos conforme a função que desempenham na organização. O primeiro, chamado de "segredo indevassável", refere-se a fatos incompatíveis com a imagem institucional de determinada grupo e que, por causa disso, precisam ser mantidos longe do público. Os segredos "estratégicos" estão relacionados com as intenções e capacidades de atuação do órgão em questão. Ao desempenharem o papel de "gestores" da informação, seja coletando seja protegendo os dados obtidos com informantes e pela observação diária, os PMs do Serviço Reservado operam com essa modalidade de segredo. O segredo "íntimo", por seu turno, marca a distinção conferida a determinados indivíduos por deter um conhecimento que os demais membros não possuem. Certamente tais tipos de segredo são intercambiáveis: dispor de uma informação estratégica ou de um fato "indevassável" pode ser motivo de divisões no interior de um grupo. Em se tratando da situação do indivíduo no que diz respeito ao modo como ele protege o segredo, Goffman (2002, p. 134) afirmar haver um segredo "depositado em confiança" e um segredo "livre". Enquanto a revelação do segundo tipo de segredo não acarreta nenhum ônus para a imagem de quem o divulgou, o primeiro tipo envolve uma vinculação direta com sua identidade e permanência no grupo. Nas interações que mantêm com os informantes, os PMs agenciam fortemente os segredos "depositados em confiança". Além de uma forma de se proteger, ser capaz de preservar o sigilo é um meio de se manter como um membro confiável na rede de informantes construída pelos policiais, embora por vezes a mesma pessoa que passa a informação à polícia também repasse aos "bandidos", conforme o relato dos policiais. As trocas entre polícia, crime e comunidade não ocorrem apenas com mercadorias "físicas", como droga, arma e proteção, mas também no plano simbólico e informacional. Tem-se aí uma espécie de "mercado político de informações", parafraseando Misse. E na base de todas essas transações encontramos o segredo ancorado na confiança.

Para que se possa ter acesso a esse espaço restrito e oculto, é preciso adotar uma estratégia de interação por meio de confidências, ou seja, por meio de "comunicações particulares, de segredos ou intimidades confiadas", como revela o significado do termo no Dicionário Houaiss. Não à toa, confidência está na raiz da

palavra “confidencial”. Tanto as mensagens que circulam em grupos restritos são *confidenciais* quanto quem escuta um segredo se torna *confidente*, ou seja, parte de uma relação de cumplicidade e sigilo. Canetti (2011, p.292) descreve bem o funcionamento dessa economia do sigilo e da confidência:

O detentor de poder que se vale do segredo o conhece com precisão e sabe muito bem avalia-lo de acordo com seu significado (...) confia uma coisa a um, outra coisa a outro, e cuida para que seus confidentes jamais possam unir-se.

No intuito de dar conta desse aspecto, emprego o termo *confidência* como a terceira dimensão da confiança relacionada ao caráter sigiloso e secreto das relações humanas. A confidência traz consigo o conteúdo secreto e a proteção ofertada pelo caráter sigiloso da relação entre quem demanda e quem fornece a informação. Em se tratando da polícia, além do aspecto organizacional, é preciso evidenciar ainda a dimensão política do sigilo. Weber (2004, p.196) destaca a função do segredo no processo de dominação das massas por um pequeno grupo:

A "vantagem do pequeno número" é plenamente eficaz quando os dominadores guardam segredo de suas intenções, das decisões e do conhecimento, atitude que se torna mais difícil e improvável com cada acréscimo. Todo aumento do dever de guardar o "segredo oficial" é um sintoma da intenção dos dominadores de intensificar o poder por eles exercido ou da convicção de este estar exposto a uma ameaça crescente. Toda dominação que pretenda continuidade é, em algum ponto decisivo, dominação secreta.

A relação entre o que o Estado deve revelar ou manter sob segredo é bastante conflituosa. Canetti (2011, p.290) afirma que o segredo “encontra-se no mais recôndito cerne do poder”. Horn (2011, p.104) argumenta que o “poder moderno depende fundamentalmente de uma vasta gama de segredos e sigilos”. A autora divide a gestão estatal do segredo em três momentos históricos: *mysterium*, *arcanum* e *secretum*. O *mysterium* abrangia o período medieval, personificado nos “mistérios do Estado”, enquanto o *arcanum* compreendia as nascentes doutrinas modernas sobre o sigilo, de onde o *arcani imperii* (autoridades ocultas) seria sua expressão máxima. Vivemos, segundo a autora, sob a lógica do *secretum*. Ao contrário das demais etapas históricas, em que o sigilo era uma operação velada e de acesso bastante restrito, Horn (2011, p.105) afirma que os segredos políticos na atualidade seriam “uma obsessão da esfera pública, um objeto de permanente desconfiança e especulação,

bem como uma fonte frequente de indignação e escândalos". Ainda conforme a autora, o segredo exerce uma função semelhante à que Foucault descrevia sobre a sexualidade: dedicamos-nos a falar infinitamente sobre o segredo, tornando-o um assunto público e onipresente.

Segundo Bobbio (2015, p.30), o poder autocrático é exercido à revelia do conhecimento do público sob duas formas: tomando decisões ocultas, por meio de um "conselho secreto", e por meio de simulações e mentiras, recurso válido e lícito em se tratando da ação governamental. Mesmo nas democracias, em que a transparência é considerada como um valor fundamental, o "poder invisível", conforme a terminologia empregada pelo autor, permanece sendo utilizado para atender os interesses mais diversos e é corporificado pelos serviços secretos. Haveria uma concepção de que um poder secreto só pode ser derrotado por outro poder secreto. Para Horn (2011, p.106), o sigilo não se opõe à transparência, sendo um complemento e uma pré-condição. No entanto, o sigilo é, ao mesmo tempo, um elemento de consolidação e uma ameaça à democracia:

o sigilo serve para proteger e dar estabilidade ao Estado, atuando como pré-condição para o funcionamento da Lei, mas ao mesmo tempo o sigilo abre um espaço de exceção à regra da Lei, uma exceção que pode alimentar a violência, a corrupção e a opressão.

Amparado por uma reflexão anterior de Fraenkel (1940), que traçava uma análise da Ditadura, Bobbio afirma que, ao estabelecer sua atuação de forma secreta, o Estado assume uma face dual: a de um Estado normativo, submetido ao império da Lei, e a de um Estado discricionário, livre para operar fora do princípio da legalidade. As possibilidades trazidas por essa condição serão expostas mais adiante, no capítulo que versa sobre os ilegítimos e as moralidades na atuação do Serviço Reservado. Nesta seção, abordo a dimensão operacional do sigilo na atividade de inteligência da Polícia Militar. Ainda que não tragam as insígnias estatais explícitas em seu cotidiano, como vestimentas e veículos caracterizados, os agentes encarnam a Lei, são o Estado corporificado mediante sua presença. Por causa disso, suas ações nunca são meramente individuais, trazendo inscritas consigo as marcas do Estado.

O aspecto sigiloso do Serviço Reservado começa desde a abordagem. Ranulfo diz, em tom de brincadeira, que a polícia é como um marido traído: todo mundo sabe do caso, mas ela é a última a saber. Daí a importância, afirma, de contar

com pessoas que possam fornecer informações à equipe para evitar que isso aconteça (informação verbal)<sup>250</sup>. Fazer com que uma pessoa se torne uma informante não é tarefa fácil. Pedro, companheiro de equipe de Ulisses, diz que os agentes só se apresentam como PMs às vítimas ou aos seus familiares.

Não nos identificamos de imediato quando estamos atuando na coleta de informações. Nós vamos jogando com as pessoas, puxando conversa, perguntando coisas. Os informantes podem se recusar a falar se souberem que somos policiais logo de cara. O desafio é passar confiança. Deixar a pessoa à vontade para falar, passar confiabilidade. Além disso, buscamos sempre manter o sigilo sobre nossas fontes. Nem ao comando nós revelamos (Diário de Campo).

Pedro acrescenta que muitas informações importantes são repassadas pelo telefone, mas é preciso respeitar o tempo de cada um. Ulisses afirma que as pessoas têm necessidade de falar<sup>251</sup>. É necessário, no entanto, “jogar” para obter as informações. Segundo Pedro, muitas pessoas resistem a passar informações logo “de cara, mas com o tempo acabam soltando”. “Tem de respeitar o momento do interlocutor, ter paciência. Tem de ter sensibilidade”, acrescenta (informação verbal)<sup>252</sup>. Um movimento brusco, nesse sentido, pode dismantelar a delicada construção do laço estabelecido entre o policial e seu informante.

Embora programas de policiamento comunitário como o Ronda do Quarteirão tenham investido no estabelecimento de um canal de comunicação entre o PM e a população, esse diálogo nem sempre ocorre de forma fluida. Em áreas em que o predomínio do tráfico se faz bastante presente, uma mera conversa pode ser interpretada como uma denúncia. Durante a pesquisa, coletei alguns relatos de que moradores tiveram de sair de suas casas sob a acusação de fornecer informações à polícia. Ranulfo conta que marca encontros em um local afastado para os colaboradores que moram no interior das favelas.

O informante nunca pode ser visto entrando no nosso carro. Morreu muita gente por causa das visitas que o Ronda costuma fazer. As pessoas são obrigadas a se mudar por causa disso”, informa (informação verbal)<sup>253</sup>.

---

<sup>250</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>251</sup> Como mostrado anteriormente, manter o segredo é uma arte difícilíssima, segundo Simmel.

<sup>252</sup> Entrevista realizada com Pedro em 16 de julho de 2013.

<sup>253</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

Segundo Balandier (1993), o segredo possui uma dupla função de proteção e diferenciação social. Por conseguinte, os colaboradores e os policiais são depositários de um saber de dentro que não é acessível a todos da comunidade. Não deixa de haver uma relação compartilhada de poder nesse conhecimento esotérico, como afirmamos anteriormente. Por outro lado, o agente de inteligência também precisa saber manter segredo. Conversar sobre temas do trabalho com amigos e a família é uma prática não recomendada. Não por acaso, quando pergunto sobre as características ideais de um agente de inteligência, as respostas sempre incluem: “ele precisa ser discreto” ou “tem de ser uma pessoa reservada”. Busca-se uma pessoa que já tenha, pelo menos no imaginário dos selecionadores, um comportamento mais afeito à introversão e à reserva, elementos constituintes do segredo.

Ranulfo faz as contas de cabeça e revela que sua equipe realiza cerca de 15 a 17 flagrantes por mês. O tempo médio para que uma missão seja cumprida dura entre um e dois dias. Um dos casos que considera exemplar diz respeito à prisão de um homem acusado de um assassinato. Por meio de uma série de informações prestadas por uma cadeia de informantes, os policiais puderam localizar o autor do crime poucas horas depois de a ocorrência ter chegado até o quartel.

Quem nos informou desse caso foi um colaborador. A viatura foi mandada ao local. Pelas imagens de uma câmera de vigilância achamos a pessoa parecida com um suspeito a quem já conhecíamos. Fomos à residência dele, mas ele negou ter cometido o crime e nos indicou um segundo homem. Fomos ao encalço dele. O segundo suspeito também negou, mas nos deu a localização de uma terceira pessoa. Era ela. O acusado estava escondido em uma casa de praia sem nem imaginar que estávamos à procura dele (informação verbal)<sup>254</sup>.

Conforme o relato do policial, foi preciso travar contato com dois homens para se chegar, finalmente, a um terceiro, apontado pela polícia como o autor do assassinato. Sem que fizesse menção explícita, Ranulfo descreve o funcionamento de uma rede de informantes que colaboram, de forma intermitente ou de maneira contínua, com a polícia. O fato de saber onde morava um dos suspeitos e já conhecê-lo denota haver um processo de interação que vai além da mera abordagem circunstancial ou de uma denúncia feita ao programa Disque Denúncia, conforme abordado anteriormente.

---

<sup>254</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.



Dispor e manter uma rede de contatos é artigo de primeira necessidade para quem atua na inteligência, haja vista a dificuldade em se manter essa complexa articulação como uma fonte ativa de recursos: quem contribuiu com a polícia pode deixar de prestar auxílio pelos mais diversos motivos, fazendo com que um elo dessa cadeia de informantes se rompa. Simmel (2009, p. 222) já alertava para a complexa tarefa de se ter acesso ao conhecimento que o Outro traz consigo:

O nosso próximo tanto pode voluntariamente revelar a verdade sobre si mesmo como por dissimulação pode nos enganar [...] Nenhum outro objeto de conhecimento pode, assim por iniciativa própria, nos esclarecer com referência a si mesmo ou esconder-se, como o ser humano.

Como lidar com uma situação tão movediça assim? Os entrevistados desta pesquisa ressaltam que é preciso estabelecer uma relação mínima de confiança e interação com o colaborador, para que ele possa fornecer a informação que se busca e se mantenha à disposição para novas demandas. Nesse sentido, as três dimensões descritas anteriormente (crédito, sinais de confiabilidade e confidência) compõem a dimensão operacional da confiança. Tais elementos não se encontram de forma distinta nas interações mantidas entre policiais e colaboradores, mas para efeito de análise promovi essa separação para efeitos de melhor compreensão.

O processo de escolha de quem poderá fornecer informações à polícia também se guia pelas mesmas dimensões. O colaborador pode ser recrutado em diversas frentes: ele pode ser o familiar de alguma vítima, uma testemunha ocular do ocorrido, ou até mesmo um rival de quem se almeja capturar. Para Ulisses, o importante é que a informação “tenha procedência” e que ela possa realmente levar a quem se está à procura (informação verbal)<sup>255</sup>. Ulisses compara a abordagem em busca de novos informantes a uma “cantada”. Durante seu trabalho, o PM costuma deixar um cartão com o número do celular para uma infinidade de pessoas: “É igual a uma cantada. Você dá mil cantadas, um dia alguém te liga”. Um caso recente que gerou repercussão nacional começou a ser desvendado por causa de um gesto como esse. “Nesse caso, em especial, a pessoa me ligou e passou tudo. Recebi e passei para o comandante”, explica. O portador de um desses cartões entrou em contato com Ulisses para informar o paradeiro de uma das quatro pessoas que assassinaram um homem e gravaram o momento da execução. As imagens foram compartilhadas nas

---

<sup>255</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

redes sociais, e o episódio obteve repercussão nacional. “O acusado estava escondido em um matagal no Interior. Alguém da família não gostou da situação e decidiu contar por causa do sentimento de querer fazer justiça”, comenta. Ulisses revela que passou somente a localização do homem à polícia, a fim de preservar sua fonte. “Tenho de ser ético. Passo só a informação. Há um risco muito grande de expor a pessoa que colabora conosco”. Do quarteto, dois homens foram presos. Um terceiro homem e uma mulher, responsável pela gravação do vídeo, ainda estavam foragidos até o dia da entrevista (informação verbal)<sup>256</sup>.

### 4.3 Agenciamentos policiais em rede

Ser capaz de construir e mobilizar pessoas em torno de uma rede de informantes é um dos principais recursos que o agente de inteligência dispõe para a coleta de dados e a consequente produção de informações. Para que esse arranjo seja eficaz, contudo, é preciso que seus integrantes colaborem com a polícia. A expressão “colaborador”, empregada pelos PMs e constante na própria Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), reúne diversos significados. Mais que meros transmissores de informações, tais pessoas “colaboram” com o trabalho policial, ressaltando o caráter ativo dessas associações. Vale dizer que, embora um jogo de sedução seja mobilizado em torno da “conquista” de mais um informante, cabe ao colaborador a palavra final acerca da colaboração ou não.

Ao mesmo tempo, a expressão “colaborador” remete ao mundo do trabalho, a uma forma eufemística de se denominar o empregado de uma empresa. Conforme Netto e Braz (2006), a noção de colaborador, na atual fase do capitalismo, traz consigo a ideia de que o êxito da empresa estaria vinculado ao êxito do trabalhador. Da mesma forma, extrapolando essa noção, poderíamos afirmar que o êxito de a polícia em resolver determinado caso estaria vinculado ao êxito do informante em ter prestado o auxílio necessário e obtido, com essa decisão, o resultado esperado.

Segundo os policiais entrevistados, os motivos pelos quais os colaboradores fornecem informações variam muito: desejo que a justiça seja feita, vontade de colaborar com a polícia, vingança contra algum rival, etc. Wright Mills (1940, p. 904) afirma que os motivos são “instrumentos sociais” capazes de influenciar

---

<sup>256</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

o comportamento dos agentes em determinadas situações sociais. Um motivo considerado relevante e justo pode fazer com que o informante colabore e que o policial se engaje com mais afinco naquela missão. Casos com forte apelo emocional certamente geram maior envolvimento tanto da população quanto dos policiais. Um fato que chama atenção é o sentimento de “ser polícia” que alguns cidadãos possuem. Ranulfo fornece mais detalhes sobre esse comportamento:

Alguns dos colaboradores que eu tenho queriam ser polícia, mas por algum motivo não puderam ser. Por esse motivo, gostam de nos ajudar com informações. Conheço gente que vive em porta de delegacia. Sai de uma vai para outra. Quer agir como policial e, de vez em quando, nos passa informações. Outros querem ver a sociedade livre dos bandidos. Tem gente que não pode ver carro suspeito passando que liga para a gente. No caso dos informantes, a qualidade é melhor que a quantidade. Tem um que liga direto, mas nem sempre as informações dele são confiáveis. Uma vez quis nos repassar as mesmas informações que nós demos a ele. Esse informante é bom, no entanto, porque ele vai na boca comprar droga e passa o bizu sobre várias coisas pra gente (informação verbal)<sup>257</sup>.

Coletar informações e encaminhar aos policiais não deixa de ser um meio de auxiliar a polícia na identificação e captura de “criminosos”. O relato de Ranulfo mostra como as fronteiras no interior do dispositivo de identificação e captura são fluidas. A população, como se vê, possui um papel muito mais ativo no funcionamento das práticas policiais do que costumamos perceber. Pelo que pude constatar a partir dos relatos dos PMs, a noção de uma atividade policial que não leva em consideração as informações oriundas dos cidadãos resulta em um quadro incompleto do sistema criminal. A inteligência policial é uma mostra dessa relação e de como ela produz efeitos. Ulisses critica a burocracia no processo de investigação e cita como exemplo um grupo criminoso em uma favela de Fortaleza que teria matado mais de 100 pessoas:

Se entrar, eu morro. Não temos como entrar. Poderia usar vigilância por satélite, mas é muito caro. É preciso captar o informante. Já que não tem como entrar, é preciso selecionar uma pessoa que esteja lá (informação verbal)<sup>258</sup>.

O PM enumera ainda os possíveis colaboradores que irão lhe servir como fonte direta de informação: a pessoa que participa da ocorrência; concorrentes diretos

---

<sup>257</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>258</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

de quem praticou o crime e mulheres das pessoas envolvidas. Cada um deles, certamente, possui uma motivação diferente para colaborar com a polícia, cabendo ao policial tirar o melhor proveito disso.

Freitas (2003) apresenta o funcionamento de uma rede de um ponto de vista simétrico ao presente trabalho, ou seja, a partir dos colaboradores. O pano de fundo de sua pesquisa foi a região canavieira de Alagoas na década de 1990, um território marcado por "[...] aparatos institucionalizados de violência – a polícia, a milícia privada, os prepostos das usinas" (p. 15) e pela ausência da Justiça estatal. Como resultado, imperavam a impunidade, o medo e a opressão. Por meio de táticas e astúcias, os moradores foram tecendo relações sociais que conseguiram transpor as barreiras erguidas pelas formas de dominação existentes. Um exemplo: os jornais vindos da capital eram proibidos de circular nos municípios, pois traziam informações sobre a violência que campeava no estado. A partir da constituição de uma articulação formada por pessoas que queriam pôr fim a uma série de desmandos, diversos crimes foram denunciados, bem como seus autores. Os moradores passaram, então, a ter acesso àquelas notícias, e foram fazendo com que elas se disseminassem entre os grupos por meio de subterfúgios, como dispor recortes de jornais em meio a livros que eram emprestados de um morador para o outro. Os membros da rede contavam, à época, com recursos tecnológicos menos avançados que hoje, mas não menos eficientes para fazer com que a informação saísse dos rincões de Alagoas e pudesse chegar às autoridades competentes. Um personagem foi fundamental para que isso acontecesse, segundo Freitas (2003, p.198): um "[...] um policial de confiança, tido como aliado do grupo que, estando lá dentro da corporação, em Maceió, repartia algumas informações importantes para o interesse dessas pessoas naquele período". Cumplicidade, confiança e segredo foram elementos imprescindíveis para que a comunidade obtivesse êxito, conforme o autor.

A observação de Foucault descrita na epígrafe que abre o capítulo, quando afirma que o poder se exerce por meio de redes, é bastante pertinente para que se possa compreender a articulação de moradores em Alagoas e rede de colaboradores que alimenta os órgãos de inteligência. Isoladamente, cada elo dessa cadeia possui uma reduzida capacidade de ação. Essa correlação de forças se altera quando as interações entre policiais e pessoas da comunidade começam a ocorrer. O PM passa a dispor de um conhecimento que até aquele momento não era acessível, ampliando

sua capacidade agentiva policial. O colaborador, por sua vez, não possui um papel meramente passivo, mas é também um agente que, além de ser responsável por repassar uma informação de interesse da polícia, quer ver o resultado daquela contribuição em seu cotidiano. A rede de informantes funciona, então, como uma ferramenta social que intermedia a resolução de questões específicas.

Na década de 1970, Granovetter (1973), durante uma pesquisa relacionada ao mercado de trabalho, já havia demonstrado o poderio que a atuação em rede possui. Para o autor, as ligações existentes entre uma rede social podem ser classificadas a partir de diferentes níveis de intensidade. Laços fortes seriam caracterizados por amizades próximas e grande frequência de interações. Laços fracos, por sua vez, seriam representados por meros "conhecidos"<sup>259</sup>, cuja interação não seria tão frequente. O estudo de Granovetter revelou que os indivíduos com poucos laços fracos estariam privados de informação oriundas de partes distantes do sistema social, permanecendo confinadas às notícias de alcance local e às percepções dos amigos próximos. Aqueles que possuíam um maior número de laços fracos, contudo, contavam com um acesso maior a informações que transpunham o seu universo de relações sociais e, por causa disso, teriam maior acesso às vagas de trabalho (GRANOVETTER, 1983, p. 207).

Diversos pesquisadores se dedicaram a esse tema e identificaram que, para que a informação acerca desses empregos circule, é necessário que pessoas de elevado *status* social façam parte dessa rede, ainda que sob a figura de "conhecidos". Mais de 30 anos depois do primeiro artigo de Granovetter sobre o assunto, a conclusão é semelhante: conforme Easley e Kleinberg (2010, p. 56), os conhecidos distantes são os laços sociais que nos conectam a novas fontes de informação e às novas oportunidades, e o seu alcance conceitual na rede social está diretamente relacionada à sua fraqueza como laços sociais. Assim como nas pesquisas anteriores, os autores estão se reportando à busca por oportunidades de trabalho.

No caso da presente pesquisa, parece haver um efeito semelhante, mas no que se refere à identificação de suspeitos. Quanto mais laços fracos os policiais tiverem, maiores as chances de eles chegarem às informações relativas às

---

<sup>259</sup> Para Simmel (2009, p.227), a figura do "conhecido" pode ser descrita da seguinte forma: "Quando digo 'eu conheço essa pessoa', isto de modo nenhum significa que eu a conheça profundamente nem que possa adiantar qualquer coisa sobre o que ela tenha de peculiar, ou sobre seus traços de caráter. Significa apenas que por assim dizer, eu tenho conhecimento da existência do outro".

ocorrências criminais nas áreas em que atuam. Há, contudo, uma diferença importante em relação à teoria dos laços fracos. No que diz respeito à rede de informantes é preciso que haja pessoas ligadas aos circuitos criminais, ainda que na condição de vítimas ou que mantenham apenas laços de amizade, para que tal articulação se torne mais eficaz. Ranulfo ressalta a importância de tais pessoas para o seu trabalho:

Eles são os conhecidos dos bandidos. São eles que têm acesso aos criminosos. Mesmo quando não sabem de algo, eles dizem assim: 'não tô sabendo, mas vou me informar e te repasso'. Os bandidos divulgam o que fazem, saem comentando [em suas redes de relações sociais]. Mas para saber o que eles estão divulgando é preciso contar com alguém que tenha acesso a eles. E é o que fazemos (informação verbal)<sup>260</sup>.

Chama atenção a necessidade que o colaborador tem de dar uma resposta à polícia. Ainda que não disponha da informação naquele momento, ele se compromete a buscá-la. Esse breve relato, embora possua um caráter aparentemente simplório, é marcado por uma série de incertezas presentes na atividade de Inteligência: A pessoa realmente desconhece o que lhe foi perguntado? Por que há quase que uma obrigação de sair em busca dessa informação? Tal presteza seria resultado de um temor da polícia? Como essa informação será obtida e com quem? Qual a garantia de que o contato feito com os policiais não foi comunicado à própria pessoa de quem a polícia está no encalço? Essas são questões recorrentes à atividade de inteligência policial e que dizem respeito aos elementos constituintes das redes de informantes. A confiança e o sigilo, nesse sentido, são aspectos fundamentais para que a colaboração seja mantida.

O episódio descrito por Ranulfo em que uma cadeia de informantes permitiu que a equipe dele chegasse ao acusado é um claro exemplo de como conhecer as pessoas “certas” pode ser um instrumento eficaz na identificação e localização de suspeitos. O desvelar da trama tem início com um homem suspeito já conhecido dos policiais e que, de acordo com o PM, disporia de conhecimentos relevantes acerca do “mundo do crime”. O recurso a esse informante em especial evoca uma cena de *Casablanca* em que o capitão Renault evita que Rick Blaine seja preso pelos nazistas a partir de uma ordem que se tornou célebre: "Prenda os suspeitos de sempre!". No caso em questão, a estratégia empregada foi ouvir o "suspeito de sempre".

---

<sup>260</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

#### 4.4 Policiais-ponte

Ulisses destaca a importância dos informantes como um recurso relevante para que a polícia possa obter mais resultados. Segundo ele, o apoio prestado por membros da população e pelas famílias é fundamental:

Gosto de trabalhar com colaboradores. Eles é que podem nos passar informações sobre esses lugares (que vivem sob o comando de traficantes), que podem ajudar o trabalho da polícia. O problema é que a polícia não aloca esforços. Poderia chamar o Ministério Público para ajudar o nosso trabalho. Iríamos a campo com vários mandados de prisão, mas isso não acontece e os bandidos acabam sendo soltos (informação verbal)<sup>261</sup>.

Questiono Ulisses, então, sobre a contribuição dada pelas parcerias de que ele dispõe, ou seja, dos seus colaboradores. O militar me informa que possui uma rede de mais de 100 informantes, e que ela se amplia cada vez que ocorre um homicídio (“dobra”, foi a expressão usada). Quanto mais a investigação ocorrer próxima ao momento em que o crime for cometido, melhor. Ele cita o exemplo da temperatura, e diz que no primeiro dia ela se encontra a 90 graus, mas vai esfriando com o tempo. “O calor da emoção dos fatos”, explica, “auxilia muito na obtenção de informações”. Sobre as relações que se constroem a partir dos assassinatos, cito um exemplo ocorrido com o próprio Ulisses. Na última vez em que o vi, a equipe dele investigava o assassinato de um dono de uma farmácia. Perguntei sobre o caso e ele me respondeu que o acusado havia sido preso cerca de uma semana depois do nosso encontro:

Uma pessoa ligou para a farmácia. Tinha informação para dar. Disse tudo sobre o assassino. Fomos à cinco da manhã na casa dele e o prendemos. Ele pulou o muro, mas foi preso com a arma do crime. Isso não seria possível se não tivéssemos feito aquilo de ir à farmácia para conversar com a mulher da vítima. A Polícia Civil demora muito. Iria levar mais de três meses para realizar essa investigação. Compartilhei a informação com o delegado e ele me disse: traga o homem para cá. Ele ficou preso em função do porte ilegal de arma. A investigação do homicídio foi feita por portaria. O acusado já respondia por assalto. Ele migrou de outro bairro para cá e morava muito próximo do local do crime (informação verbal)<sup>262</sup>.

---

<sup>261</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2015.

<sup>262</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2015.

Sobre a pista que levou à prisão do acusado, Ulisses explica: “Ele caiu porque um membro da família ligou dando a informação. Entrou em cena o sentimento de justiça diante do caso”. Questiono sobre o fato de o criminoso cometer crimes no próprio local onde mora, atitude que afronta o senso comum construído sobre as práticas criminosas. O soldado responde afirmando que o acusado é uma personalidade anômica, ou seja, alheia às regras sociais, e completa: “E seria ainda pior se fosse uma personalidade anômica com traços narcísicos”. “Faz e ainda quer aparecer”, completo. Ulisses concorda com a cabeça (informação verbal)<sup>263</sup>.

Como se pode perceber, os agentes da inteligência trabalham construindo redes de informação que instrumentalizam a seu favor na busca por elucidação de crimes. São verdadeiros policiais-ponte, se pudermos tomar emprestado um jargão da área de estudos sobre redes sociais. Segundo Easley e Kleinberg (2010, p. 50), as pontes provêm “[...] acessos a partes das redes que seriam inalcançáveis por outros meios”. Essa seria uma das funções operacionais dos policiais do Reservado: a de servirem como pontes entre a instituição policial e o mundo social das vítimas e dos criminosos, fazendo com que o fluxo de informação entre ambos se instaure e se mantenha. Evidentemente, não se trata de uma relação simétrica e horizontal. A demanda é sempre maior do lado da polícia, que constantemente aciona a rede em busca de informações. Cabe a ela ainda valer-se do recurso da violência autorizada e da força da lei para que descobrir o que deseja. Há demandas por parte dos colaboradores, mas elas estão sempre sujeitas à negociação<sup>264</sup>.

Embora o conceito de rede seja bastante útil para compreender as interrelações existentes entre policiais e colaboradores no que diz respeito à produção de informações, é preciso expandir seu alcance para definir de forma mais precisa a atividade desempenhada pelos agentes de inteligência. Mais que pensar em conexões, como na teoria ator-rede, as redes interpessoais constituídas pelos policiais são melhor descritas pelo conceito de malha (*meshwork*) elaborado por Tim Ingold

---

<sup>263</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>264</sup> O risco de a rede abrigar práticas clientelistas, em uma espécie de reedição das *lettre-de-cachet* descritas por Foucault (2006) existe. Durante uma entrevista com Osvaldo, um senhor bateu à porta dele pedindo que chamasse o Serviço Reservado para que intercedesse pelo filho. Embora o parente tivesse envolvimento com crimes, o homem afirmava que ele era inocente em relação a uma determinada ocorrência. Temendo que o jovem fosse alvo de alguma vingança, o senhor recorreu ao policial para que o caso fosse investigado pela PM. Em tese, não vejo nenhuma ilegalidade nesse chamado. O exemplo, contudo, ilustra a relação de proximidade e uma modalidade de demanda que pode surgir durante essa interação.



(2011). Para o antropólogo britânico, um ponto de partida para essa mudança de significado é entender a "rede" a partir não de seu nome inglês (*net*), mas de seu nome em francês (*réseau*), que pode se referir tanto a rede (*network*) como a tecer (*netting*). Tece-se uma malha, o bordado de uma renda, o plexo do sistema nervoso ou a teia de uma aranha. A malha é formada por linhas que conduzem a percepção e a ação do sujeito no mundo que, por sua vez, pode ser representado como "um emaranhado de fios e caminhos" (p. 85). Ainda segundo tal conceito, a ação não seria resultado de uma agência distribuída por toda a rede, mas fruto de um movimento recíproco de forças conduzidas ao longo das linhas dessa malha. Nesse sentido, a rede não é um objeto com o qual se interage, mas o solo em que se baseia a própria possibilidade de interação. Como afirma Ulisses, a rede nunca para de se desenvolver, pois vê a quantidade de seus contatos (ou nós) aumentar à medida que novos crimes de morte vão se sucedendo.

Mesmo abrangendo uma série de fenômenos, considero o conceito de malha ainda insuficiente para dar conta do tema em questão. Proponho a noção de "trama" para explicar o funcionamento da rede de informantes construída pelos policiais do Reservado. Além de pertencer ao mesmo campo semântico de "rede" e "malha", a trama traz consigo uma série de significados bastante pertinentes. Conforme o Dicionário Houaiss, a trama representa a "[...] estrutura de elementos que se cruzam e interligam como se formassem uma rede", bem como a "[...] maquinação geralmente secreta, às vezes ilícita ou imoral, com o objetivo de prejudicar ou favorecer algo ou alguém". Intriga, conluio e armação são outros nomes dicionarizados análogos à trama. Isso sem falar de seu significado literário como a "[...] sucessão de acontecimentos que constituem a ação de uma obra de ficção". Tem-se, então, a trama como um entrecho, uma intriga e um enredo.

Tramam-se crimes, e cada caso é um novelo a ser desvelado. Seguem-se linhas de investigação. Desvelam-se as ligações existentes entre suspeitos, testemunhas, vítimas e informantes que se encontram envoltos em uma ocorrência criminal. Redes sociais, linhas telefônicas, mídias digitais, circuitos criminais e espirais de violências. Muitos são os caminhos a serem percorridos para que se possa unir os fios e traçar a costura de uma verdade expressa sob as formas de um informe ou de um relatório. Martins é um adepto da análise de vínculos, técnica que consiste em traçar as ligações entre suspeitos a fim de visualizar melhor o funcionamento de uma

rede criminosa. “O PM moderno anota tudo. Já fazia isso antes mesmo de ser da inteligência”, afirma. O policial mantém um arquivo pessoal com todas essas informações, além de fazer rabiscos com setas, que funcionam como uma representação do organograma criminoso. “Embora não tenha a dimensão dos grupos do Rio, os traficantes daqui não ficam muito atrás em organização”, comenta (informação verbal)<sup>265</sup>.

Por sua vez, Ulisses possui um álbum digital com fotos, endereços e *modus operandi* de crimes cometidos em sua área. Ele afirma que repassa a qualificação criminal dos suspeitos para os integrantes da Polícia Civil recém-chegados ao seu local de atuação. Assim como Martins, ele também costuma montar um mapa criminal com as ligações entre os criminosos. O PM descreve como seria um deles relativo ao tráfico de drogas (informação verbal)<sup>266</sup>:

Nome do bairro /// conexões (quem recebe e quem entrega a droga)  
 ||  
 Mentor do crime (gestor da atividade ilegal)  
 ||  
 Soldados (pessoas que trabalham para o mentor)  
 ||  
 Área de atuação (pontos do bairro em que o gestor exerce seu poder)

Em relação ao primeiro item, Ulisses afirma que, no bairro em que trabalha, a droga viria de dois pontos extremos da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O PM revela o nome do mentor do crime e afirma que ele continua exercendo seu domínio sob a atividade ilegal, mesmo estando atrás das grades. Os soldados seriam os elementos mais dinâmicos do diagrama, haja vista sua rotatividade por causa de mortes ou prisões. Novos nomes costumam ser acrescentados ao mapa, por causa disso. Antes que isso ocorra, no entanto, a informação passa por uma “depuração”, conforme expressão utilizada pelo militar (informação verbal)<sup>267</sup>.

A partir das noções de Ingold sobre a “malha”, Taddei (2014, p. 38) emprega a expressão “enredamento” para compreender como o fenômeno da seca é “inventado”, conforme a concepção de Wagner (2010), a partir de “[...] fluxos variáveis de substância e energia do meio ambiente contra os sistemas humanos (e não

<sup>265</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>266</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

<sup>267</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

humanos) de pensamento e organização do mundo”. No cotidiano das vielas, dos becos e das bocadas, “enredar” é contar uma história atravessada que tem como intuito prejudicar o adversário e envenenar os aliados. O “enredamento” relaciona-se diretamente com a trama em seu sentido de “intriga” e de “fofoca”<sup>268</sup>. Os “bandidos” enredam seus comparsas à polícia assim como os policiais enredam os “bandidos” perante seus comparsas. Segundo Martins, os “inimigos”<sup>269</sup> são uma excelente fonte de informação. Na tentativa de eliminar o adversário ou vê-lo preso, informações relevantes são repassadas aos policiais. O temor de ser visto como alcaguete é suplantado pela possibilidade de que o rival seja morto em uma troca de tiros com os policiais. “Jogamos com o desejo de vingança dele”, conta o PM. Martins, então, descreve um diálogo ilustrativo dessa abordagem: “Dá o toque pra gente porque se ele revidar, ele vai pra vala. Só quem vai sair ganhando é você”. Como mais um exemplo, ele cita o caso de um criminoso que “caiu”<sup>270</sup> e entregou todos os comparsas à polícia graças uma negociação semelhante (informação verbal)<sup>271</sup>.

O recurso do "enredamento" não é exclusivo dos policiais do Reservado. Em minha dissertação, interlocutores revelaram que policiais promoviam intrigas entre eles a fim de que eles resolvessem seus conflitos por meio de uma mútua eliminação. Um adolescente que integrava uma das gangues do Jangurussu exemplifica um desses casos:

A polícia não só deixava eles morrer, como ataçava um matar os outros. Ele pegava um, e invadia uma bocada, uma casa onde a galera se abrigava e dizia: ‘Ó, a gente veio aqui porque fulano de tal, lá de cima, disse que tinha arma aqui, e cadê as arma? Foi o outro lá de cima que disse que aqui tinha arma’. Eles ataçavam a briga (CAVALCANTE, 2011, p. 92).

O enredamento pode funcionar tanto como um meio de se obter uma informação, de acordo com o exemplo de Martins, como um meio de acirrar disputas entre grupos rivais, como descrito pelo meu interlocutor na pesquisa do mestrado.

---

<sup>268</sup> Vale ressaltar que Goffman (2012) emprega a expressão “duplo enredamento (*containment*)” para dar conta das ações de monitoramento secreto e penetração realizadas tanto pela polícia quanto pelos órgãos de inteligência. Há um certo paralelismo com a presente pesquisa, embora o termo “enredar” seja bastante regionalizado.

<sup>269</sup> Expressão que se refere à rivalidade existente entre “bandidos” no mundo do crime. O mesmo termo é utilizado nos embates entre policiais e criminosos.

<sup>270</sup> Gíria empregada para quem é preso.

<sup>271</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

#### 4.5 Rompendo a “lei do silêncio”

O medo das testemunhas em denunciar os traficantes e seus matadores é uma das principais dificuldades que as autoridades policiais e a própria Justiça enfrentam para chegar aos assassinos. Nos redutos da periferia, onde os traficantes atuam de forma ostensiva, desafiando a tudo e a todos, impera a ‘lei do silêncio’. Moradores se tornam reféns do silêncio imposto pelos chefes de quadrilhas. Quem ‘falar demais’ morre. Nem mesmos integrantes de quadrilhas ou simples usuários ameaçados ousam fornecer para as autoridades informações que possam levar ao desmantelamento dos bandos e a consequente prisão dos seus chefes (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009).<sup>272</sup>

A “lei do silêncio” é uma expressão corrente no jargão policial que foi incorporada ao discurso jornalístico. Ela é muito usada quando se trata de descrever as dificuldades que a polícia enfrenta na coleta de informações e provas que possam levar à autoria de um crime<sup>273</sup>. Diante de tal impedimento, pouco ou nada restaria a fazer. Pelo que foi constatado empiricamente, é possível burlar esse interdito e conseguir as peças necessárias para a resolução dos crimes. Chama atenção o modo como os informantes se reportam aos policiais, conforme os relatos reconstruídos em nossas conversas. A descrição da quantidade de drogas, dinheiro e armas é sempre feita em tons vívidos. A fartura de tais recursos causa impacto em quem liga e, certamente, impressiona a quem ouve. São fontes primárias de informação para os policiais. Quanto mais detalhes, mais elementos eles dispõem na hora de jogar com os acusados. Para chegar a esse nível de detalhamento da ocorrência criminal, no entanto, o policial do Reservado necessita ampliar sua capacidade agentiva e investigativa por meio da constituição e da manutenção de uma rede de informantes.

Questiono Paulo sobre o uso recorrente da expressão “lei do silêncio” e o que ela teria de realidade no cotidiano deles. O PM responde, de pronto: “A gente consegue quebrar a lei do silêncio” (informação verbal)<sup>274</sup>. A causa desse sucesso é explicada pela presença dos policiais em situações em que a polícia não costuma estar presente. Essa, segundo ele, é uma etapa importante no processo de construção da rede de colaboradores e da eficácia que sua equipe disporia. Paulo afirma que, a cada homicídio, a rede de informantes aumenta, com a incorporação dos contatos de

---

<sup>272</sup> Jornal *Diário do Nordeste*. Polícia. 8 jun. 2009.

<sup>273</sup> Para Rattón; Torres; Barros (2011, p.38), “há unanimidade na indicação da “lei do silêncio” como o principal óbice ao andamento de inquéritos/investigações. Delegados, escrivães, comissários e agentes entrevistados acentuam a dificuldade de obtenção de informações relativas a crimes que acontecem em comunidades carentes, em particular no que se refere a homicídios”.

<sup>274</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

familiares e amigos que desejam ver o caso solucionado. A interação é um aspecto importante para que se possa compreender a constituição desse circuito que reúne agentes e colaboradores. Enquanto o vínculo que une os policiais militares à instituição pode ser creditado ao binômio hierarquia e disciplina, a manutenção do vínculo entre os agentes e seus informantes precisa ser efetivada dia após dia

A relação estabelecida pelos policiais com familiares, vítimas e acusados permite que informações relevantes circulem com maior facilidade. Paulo cita o exemplo da mãe que denunciou o próprio filho pela morte de um motorista no Conjunto Palmeiras. “A gente descobriu o autor do crime sem nem mesmo ir até o local”, revela, sem disfarçar o orgulho (informação verbal)<sup>275</sup>. Em geral, poucas ligações são necessárias para mobilizar a rede em prol da identificação dos acusados. O episódio que exigiu o maior número de contatos não superou as 12 ligações, de acordo com o policial. Martins afirma que é preciso ter proximidade e manter relações com os colaboradores. Por causa dessa aproximação, episódios constrangedores costumam ocorrer, como o caso de um colaborador que ligou para ele reclamando de que teria sido preso com uma pedra de *crack* (informação verbal)<sup>276</sup>. Para manter o relacionamento, a equipe de Ranulfo costuma ligar para os colaboradores e fazer visitas. Segundo os meus interlocutores, é preciso que haja um investimento material e pessoal. É preciso ligar de forma constante para os interlocutores, “gastar tempo” com os informantes e saber ouvir seus lamentos.

A obtenção de uma informação não ocorre de forma passiva ou sem resistência. Saber extrair um dado crucial a uma investigação envolve uma série de estratégias e táticas relacionadas às relações interpessoais e às competências agentivas.<sup>277</sup> Nos casos em que os contatos ficam mais esparsos, Paulo diz que é preciso reconquistar o colaborador e resgatar uma relação de confiança e de proximidade. A proximidade aqui é relativa, uma vez que o policial ressalta manter certa distância entre seus interlocutores. O mesmo cuidado estende-se ao número de celular. Há sempre um destinado aos “colaboradores”. Nesse caso, a proteção é

---

<sup>275</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>276</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>277</sup> Isso sem falar no recurso à força física e à violência como forma de obtenção da “verdade”. Sobre isso, um dos policiais entrevistados me revelou que, vez ou outra, costuma dar umas “mãozadas” nas pessoas de quem desejava obter alguma informação. Embora seja um recurso passível de ser utilizado, buscamos compreender aqui quais as estratégias não violentas mobilizadas para obtenção de dados e informações relevantes, sem deixar, evidentemente, de ressaltar esse aspecto da truculência policial.

destinada ao policial que estabelece uma distinção entre sua atividade profissional e a vida pessoal (informação verbal)<sup>278</sup>.

O sentimento de justiça como motivo para as denúncias é uma constante no relato dos policiais. No caso em questão, a informação veio de uma pessoa inserida nas redes familiares do suspeito. Ao mesmo tempo em que está próxima do ocorrido, o parente pode ficar sob risco, se houver suspeita de que a informação se originou dele. Quanto mais detalhes forem conhecidos, maiores as possibilidades de se chegar ao colaborador. Daí a preocupação em preservar a fonte e tornar público apenas o dado a ser trabalhado pelos órgãos de segurança. A preocupação com a segurança dos informantes é uma constante entre os entrevistados. Não basta apenas passar a informação. É preciso dissimular o feito. Paulo revela como trata seus colaboradores:

Costumo dizer assim: fique tranquilo. Peço a pessoa que fique à vontade e que procure agir naturalmente a fim de não demonstrar que foi ela que nos repassou a informação. Passo umas instruções sobre como se comportar nesses casos. Fazemos muito isso com mulheres (informação verbal)<sup>279</sup>.

Em um contexto de vigilância constante, mudar de comportamento pode ser um indício de que algo estranho está ocorrendo. O mesmo sinal utilizado pelos policiais para identificar suspeitos também é instrumentalizado por quem deseja que determinadas ações não venham a público. Segundo os PMs, toda precaução é necessária, uma vez que não é possível distinguir aliados de inimigos. Paulo revela que em algumas situações não é recomendável fazer denúncias à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) ou aos distritos policiais. Pessoas que manteriam ligações com criminosos e que trabalham em tais locais repassariam a identidade dos próprios denunciadores a quem elas denunciaram. Toda ligação fica registrada na Ciops, por exemplo, assim como todos os números de quem disca. A única garantia de segurança dada pelo PM aos seus informantes seria ele mesmo, como pode ser constatado no trecho que segue:

Muita gente morre por causa de vazamento de informação nos próprios órgãos de segurança. Por isso, peço aos meus colaboradores que, se quiserem fazer alguma denúncia, liguem para o meu número. Aqui é garantido (informação verbal)<sup>280</sup>.

---

<sup>278</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>279</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>280</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015

Paulo revela que recebe mais ligações de seus “colaboradores” do que faz. Ele costuma ter dois celulares em mãos. Um pessoal e outro que seria “paralelo”, cujo número costuma informar aos interlocutores. Os nomes dados aos colaboradores variam: Júnior, Júlio, Flávio. Para não se perder, o policial adota uma classificação dos contatos em sua agenda telefônica. Dependendo da localização em que eles estejam, o militar os aciona em busca de informações mais precisas. O PM cita o caso de uma mulher esfaqueada em uma avenida de grande circulação da cidade. “Resolvi aquele caso com apenas uma ligação a um informante. Ele nos disse onde ficava a casa de um dos suspeitos. Fomos até ele pegar a informação e de lá nos dirigimos para a casa de um casal, onde encontramos a bolsa da vítima com a identidade dela em seu interior” (informação verbal)<sup>281</sup>.

As informações provêm de diversas fontes. Segundo Martins, o bizu tanto pode vir do usuário de droga quanto do traficante, perpassando uma vasta cadeia de atores. “No caso em que um homem foi morto com 15 tiros, 90% da informação que nos levou a prender os acusados vieram da família da vítima”, relembra. Traçar a rede de relações influencia muito no momento de montar as peças que levarão à elucidação do crime. Martins afirma que há casos em que a própria família do acusado auxilia a polícia com informações, mas isso só ocorreria quando algum parente não apoia o que o membro da família faz. São mais comuns os casos em que a família protege a pessoa incriminada, negando a participação dela nos crimes investigados (informação verbal)<sup>282</sup>.

Um oficial da PM que atua em estreita colaboração com o Serviço Reservado revela que muita gente quer ajudar a polícia, mas não quer aparecer. Na área integrada em que atua, ficou estabelecido que haveria no mínimo um informante por bairro. O caso mais recente foi de um casal que, além de ter sido assassinado, foi queimado. “Isso atrapalha o trabalho de identificação da perícia forense. É coisa de quem conhece o trabalho da polícia”, explica. O crime logo se tornou uma prioridade e foi repassado aos policiais. “Aí eles colocam a rede para funcionar, passando uma mensagem como essa: quem tiver informações me dê retorno”, comenta (informação verbal)<sup>283</sup>. Para Ranulfo, “[...] os policiais que trabalham na área são os melhores

---

<sup>281</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>282</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>283</sup> Entrevista realizada com Ximenes em 10 de junho de 2015.

informantes. Peço informações e eles nos repassam a dica de quem procurar a mando deles” (informação verbal)<sup>284</sup>.

Ranulfo conta que, em alguns bairros atendidos por sua equipe, o mandante e o autor dos assassinatos costumam ser sempre os mesmos. Em uma área, um adolescente chegou a ser apreendido quatro vezes em um mesmo mês. Sobre denúncias vindas da própria família do acusado, o PM disse não ser comum, mas é algo que acontece. Ele cita o exemplo da morte de um travesti: a tia do assassino ligou para um PM denunciando o parente. A equipe foi designada para o caso e se dirigiu ao local apontado pelo informante. O acusado, no entanto, já havia se mudado, com ajuda de uma segunda tia, para o interior (informação verbal)<sup>285</sup>. Enquanto conversávamos em uma sala do quartel, três mensagens de informantes haviam sido enviadas pelo celular ao policial. Não deixa de ser uma prova de quanto o canal de comunicação entre o policial e seus colaboradores é eficaz.

---

<sup>284</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>285</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.



## 5 IDENTIFICAR, BUSCAR E PUNIR NA SOCIEDADE DE CONTROLE: A “CAÇADA” POLICIAL

“Um dia da caça, o outro do caçador”

(Provérbio popular)

Uma das principais atribuições dos serviços de inteligência é a caçada humana. Identificar, capturar e punir “indivíduos perigosos” são atribuições quase sempre delegadas a pequenos grupos de caçadores formados por agentes de inteligência ou policiais especializados. Cabem a eles conduzir a perseguição estatal cujo fim último é a subjugação da presa. Não raro vemos a expressão ser usada nos meios de comunicação para descrever a busca por terroristas ou a perseguição implacável a criminosos que atacam o imaginário social.

A caçada policial em um contexto de normalidade democrática expressa uma atuação diferenciada da Polícia, em que o efetivo e os recursos mobilizados são maiores que o de outras intervenções cotidianas. A caça exige maior dispêndio de tempo e mais riscos a quem está envolvido nela. A expressão perpassa o cotidiano policial sem que seja capturada ou erradicada pelo discurso oficial. Embora não costume ser assumida publicamente e de forma ostensiva, a expressão é usada com frequência no noticiário policial e em meio a conversas informais. Ao comentar o início das operações do Comando Tático Rural (Cotar)<sup>286</sup>, por exemplo, o ex-secretário de segurança pública, José Bezerra, assim descreve o funcionamento da nova unidade policial: “Eles usarão armamento pesado e vão contar com o apoio de helicópteros da Ciopaer na caça aos assaltantes”<sup>287</sup>. Do mesmo modo que caçam, os policiais

---

<sup>286</sup> O Cotar possui propriedades semelhantes ao Cotam (Comando Tático Motorizado), tratando-se de grupo de elite pertence ao efetivo do Batalhão de Polícia de Choque (BpChoque). Ao contrário do Cotam, cuja abrangência é a Região Metropolitana de Fortaleza, a área de atuação do Cotar é o Interior do Estado. Sua criação está diretamente relacionada ao aumento nos números de roubos a banco no Ceará e dentre a formação de seus componentes integram conteúdos relativos a sobrevivência na mata. O trecho a seguir que inclui o relato de uma soldado sobre o curso ilustra bem a preparação necessária ao policiamento sertanejo: “Eu tentei usar o psicológico, tentei manter a calma para realizar as tarefas. Tive companheiros que desmaiavam ao meu lado”. A maioria das desistências aconteceram nos momentos tensos no sertão do Ceará, considerada por ela como a parte mais difícil do percurso. “Era um preparatório para resistência real e a novos desafios, uma região muito seca, a gente vivia em situação limite” explica. Segundo a soldado Maia, todas as atividades do treinamento são feitas para preparar a tropa a se antecipar aos fatos. “Em caso, por exemplo, de fuga de bandidos pela mata fechada, nós temos que estar preparados.” Dos 170 policiais militares inscritos na turma dela, apenas 30 finalizaram o treinamento. In: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/perfil-2/missao-dada-e-missao-cumprida/>

<sup>287</sup> Diário do Nordeste, Polícia, 17 jul. 2011, p.14.

também podem se tornar alvo de caçadas por parte dos criminosos. Em 2016, a noção de que havia uma “caça aos policiais” em curso ganhou força dado o elevado número de PMs mortos em serviço ou não. O então secretário Delci Teixeira teve de vir a público para negar que isso estivesse ocorrendo, como revela esta matéria do O POVO:

“Os números realmente são altos. Agora, analisando caso a caso, como nós fazemos, eu diria que não há uma caça aos policiais no Estado”, afirmou [Delci Teixeira], ao destacar que no caso de Quixadá (Sertão Central), quando três policiais morreram numa troca de tiros com criminosos, em julho, o que ocorreu foi uma “troca de tiros em confronto” e não uma “caçada”<sup>288</sup>.

Antes de enveredar pela análise da caçada policial, dois pontos devem ser ressaltados. O primeiro aspecto a se ter em mente quando se trata de uma caçada humana é que não se está usando aqui uma metáfora. Caçar pessoas é uma prática ancestral que remonta à Grécia Antiga, como se verá adiante. Há um estigma no uso do termo por causa de sua associação com a esfera da animalidade, postulando-se de modo especista que o que se caça é o animal não-humano quando na verdade a caçada humana é uma constante histórica. No dicionário Houaiss (online), por exemplo, uma das acepções da palavra caçar é “procurar para prender, ir ao encalço de”, ou seja, trata-se de perseguir alvos determinados sem distinção de espécie. O segundo ponto a ser levado em consideração é a estreita relação entre a caçada e a guerra. A caça também é uma forma de enfrentamento ao inimigo, uma tática de combate comumente adotada. Não à toa, diversas denominações de companhias e batalhões das Forças Armadas possuem o nome de “caçadores”. A polícia militarizada alemã, por exemplo, é chamada de caçadores do campo (*Feldjäger*), ou apenas caçadores. O nome se deve a uma unidade de infantaria do condado de Hesse, no século XVII, formada por caçadores e patrulheiros. Segundo Duffy (1987, p. 201),

The German jägers, the French chasseurs and their counterparts in other lands were yet another category of light infantry whose skills came from their peacetime occupations, in this case as huntsmen or gamekeepers on the estates of the crown or the great landowners. The jägers were renowned for their skill in the use of the rifle, a weapon which took a long time to load, but had much greater range and accuracy than the smoothbore musket of the infantry of the line.

---

<sup>288</sup><http://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/11/18/noticiasjornalcotidiano,3670081/nao-ha-uma-caca-aos-policiais-no-estado-diz-delci.shtml>

No Brasil, caçadores também foram recrutados para integrar as forças do Exército. A interrelação entre os caçadores, a polícia e as forças armadas é interessantíssima. Sua descrição de maneira detalhada, contudo, transcende os limites desta pesquisa. Em relatos da época da colonização, por exemplo, a expressão “dar caça” representava o mesmo que “dar combate”. Quando empregado na perseguição a civis, é possível perceber uma sobreposição de táticas e operações tipicamente militares em um contexto de criminalidade e violência urbana. Não à toa, além de serem peças fundamentais nas caçadas humanas, os agentes de inteligência policial desempenham um papel de protagonismo na denominada “guerra às drogas”. Para efeito de melhor compreensão, essa dupla função será apresentada em dois capítulos distintos: um dedicado à caçada policial e outro voltado ao emprego da inteligência policial no combate ao tráfico de drogas.

### 5.1 Breve histórico das caçadas humanas

A caçada humana possui uma longa trajetória. Embora trate-se de circunstâncias sociais e histórias diversas, é possível apreender práticas e estratégias recorrentes ao longo do tempo, em meio aos episódios citados, no que denomino de devir-caçador. A fim de buscar compreender a caçada policial a partir de uma perspectiva historicizante, é preciso fazer dois movimentos, conforme Lévi-Strauss (2008, p. 39): um para frente, do etnólogo, e outro para trás, do historiador. Esse esforço encontra consonância com Elias (1994), que afirma ser preciso dar conta das evoluções de longa, até mesmo de muita longa, duração, as quais permitem compreender, por filiação ou diferença, as realidades do presente.

Nesse sentido, há diversos paralelismos encontrados nos relatos elaborados sobre o *modus operandi* dos grupos de caça. Em comum, destaca-se o papel da atividade de inteligência, cuja origem remonta a milhares de anos no estabelecimento de uma rede de informantes, tendo em vista a coleta e a gestão de informações, da atuação de forma sigilosa, bem como do emprego de um arsenal de estratégias e artimanhas tanto para localizar quanto para dar o “bote”<sup>289</sup>, ou seja, capturar a presa. Platão e Aristóteles já tratavam do tema em suas reflexões filosóficas. Platão afirma que, além da caça aos animais, existe a caça ao homem:

---

<sup>289</sup> Trato da história e definições acerca da Inteligência militar em Cavalcante (2015).

A caça é, com efeito, todo um largo e complexo conjunto de atividades que hoje quase completamente responde por essa única palavra. Há muitas variedades de caça de animais aquáticos e também muitas de aves, bem como muitíssimas de animais terrestres, não apenas de bestas selvagens como também, observai, de seres humanos tanto na guerra quanto, frequentemente, na amizade. Um tipo de caça que é em parte aprovado e em parte reprovado; e também existem os roubos e caças executados pelos piratas e os bandos (PLATÃO, 2010, p. 321).

Aristóteles (2009, p. 26), por sua vez, estabelece um paralelo entre a guerra e a caça. As duas atividades são compreendidas como um modo de aquisição de bens:

A arte da guerra é de algum modo um meio natural de conquista: porque a caça é apenas uma de suas partes, aquela da qual se serve o homem contra as feras ou contra outros homens que, destinados por natureza a obedecer, recusam submeter-se; assim, a própria natureza desculpa a guerra.

Os dois filósofos operam sob o cenário em que a escravidão humana era vista como uma atividade econômica estabelecida e naturalizada. Segundo Chamayou (2012), os filósofos gregos consideravam a caçada humana como uma arte, ou seja, uma tecnologia de poder. Trata-se, portanto, de um recurso utilizado operacionalmente pelo Estado para lidar com os “indivíduos perigosos” de determinada sociedade não sendo, portanto, um mero acessório, mas um instrumento privilegiado de exercício do poder. Em linhas gerais, a exposição que se segue neste parágrafo sintetiza o pensamento do autor em relação ao poder cinegético expresso em sua obra *Manhunts: A Philosophical History*. A caça não é uma tecnologia de produção, mas sim uma tecnologia de aquisição. A caça é uma atividade contraproducente. Ela não produz o seu objeto, mas sim a obtém tomando de alguma fonte externa. A distância entre um homem livre e um homem escravizado seria a mesma que separava o homem de um animal. Estabelecer essa diferenciação, fundada em um suposto imperativo natural, foi uma medida fundamental, haja vista não haver diferença de espécie entre o senhor e o escravo. Caso isso não ocorresse, acrescenta Chamayou (2012), todos os homens estariam sujeitos a serem caçados, uma ideia apavorante para a classe dominante grega da época. Certamente havia resistências por parte das presas em aceitar essa condição. A maneira encontrada era o amplo uso da força como instrumento de obtenção e de manutenção dos escravos, o que veio a se manter por séculos, em contextos históricos e sociais os mais diversos.

No Brasil, o histórico de caçadas humanas remonta ao período da colonização, em que os índios eram as presas preferenciais. O processo de caça e, posteriormente, de escravidão ocorria sob a forma dissimulada de “guerra-justa”. Como relata Neves (2012, p. 256),

A guerra-justa era permitida nos seguintes casos: guerra defensiva, quando índios inimigos invadissem as terras do Estado ou quando impedissem a propagação da doutrina cristã, hostilizando os missionários que entrassem no sertão com o propósito de pregar o Evangelho; guerra ofensiva, quando houvesse ‘temor certo e infalível’ de que índios inimigos invadiriam as terras portuguesas ou quando praticassem ‘hostilidades graves e notórias’ contra os colonizadores.

Se, em um primeiro momento o objetivo era o apresamento dos índios com intuito de escravizá-los, as caçadas promovidas contra os índios que habitavam o sertão terão um caráter de extermínio, como salienta Puntoni (2002, p. 46):

Se houve expedições orientadas para a captura e escravização dos habitantes dos sertões, de maneira geral, o escopo era sempre a matança, seja para refrear a ‘insolência’ de grupos resistentes, seja para abrir simplesmente espaço para as criações.

Durante a escravidão dos negros africanos, as caçadas humanas permaneciam como um instrumento de dominação na figura do capitão do mato, o responsável pela milícia que caçava escravos fugitivos. Segundo Reis (1995, p. 15),

A colônia concebeu estratégias repressivas que, se não puderam eliminar a fuga, tentaram manter sob controle o número de escravos fugidos e a formação de mocambos. Foi nesse processo que se inventou o famigerado capitão-do-mato (também conhecido como capitão-de-entrada-e-assalto e outros termos), instituição disseminada por toda colônia como milícia especializada na caça de escravos fugidos e destruição de quilombos.

No século XIX, as caçadas humanas ganham uma conotação política, com a ascensão do anarquismo e do comunismo. A fim de combater essas duas “ameaças”, diversos países articularam-se por meio de uma rede de troca de informações e técnicas de combate. Segundo Cancelli (1993), o Brasil fazia parte de forma ativa dessa articulação internacional, com a tática de caça estendendo-se a todos os opositores dos governos na primeira metade do século XX. Pela capacidade de se locomover em áreas tidas como inóspitas, cangaceiros foram recrutados pelo governo de Artur Bernardes (1922-1926) para dar combate às tropas de Luís Carlos

Prestes, em sua célebre Coluna. O general Góes Monteiro assim descreve a intenção do Exército à época:

Por sugestão minha, [o General Mariante] organizou grupos aligeirados que se denominavam 'Grupos de Caça', denominação esta que lhe valeu sérias críticas no Estado-Maior do Exército e mesmo das policiais militares estaduais que faziam invencível resistência passiva. O Governo apelou para o expediente de organizar esses grupos volantes aproveitando-se do mercenarismo dos jagunços ou cangaceiros e, deste modo, a muito custo fomos levando a efeito a perseguição com essas tropas irregulares, alistadas pelos chefetes políticos dos sertões, a troco de boa paga [...]. Esses grupos volantes recebiam armamento e fardamento do Exército para executarem essa tarefa macabra (COUTINHO, 1956, p. 35).

Dotados de armamentos pesados e de uma quantidade maior de recursos, os cangaceiros tornaram-se um problema para o governo federal, já então sob o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). O Exército foi mobilizado no intuito de perseguir os grupos armados que circulavam livremente pelos sertões nordestinos. Como se vê, o caçador pode se transformar em caça dependendo das condições sociais e políticas de determinado contexto histórico. O capitão João Bezerra, da polícia de Alagoas, o homem que conseguiu o feito de pôr fim ao reinado de Lampião, era tido como um exímio caçador, tanto que era conhecido como "o matador de onças". O oficial valeu-se de uma série de recursos da inteligência militar, a fim de desmobilizar e enfraquecer o grupo de Lampião até o confronto final na gruta de Angicos, em 1938. A narrativa que Bezerra faz do modo como perseguiu o mais icônico cangaceiro do Brasil, no livro *Como dei cabo de Lampião*, ilustra muito bem como ocorre uma caçada do seu ponto de vista operacional.

Se as caçadas contra os cangaceiros forneceram aos governos do período maior conhecimento sobre como combater o inimigo, é no Estado Novo, contudo, que tal tecnologia política obteve um novo *status*, constituindo-se em uma política estatal. Conforme Cancelli (1993, p. 71), o Brasil passou de uma sociedade policiada, durante a Velha República, para uma sociedade policial, após 1930. O país se inseriu em uma "[...] proposta política conservadora e totalitária que indicava a inserção absoluta da sociedade brasileira nas batalhas político-ideológicas que se travavam pelo mundo". Ainda segundo Velloso (1982, p. 99):

Dada a organicidade do Estado Novo, a harmonia dos seus poderes, à polícia como o seu 'cinturão defensivo' caberia extrapolar as meras funções de vigilância e manutenção da ordem. A polícia deveria preencher os papéis de

auxiliar de administração (polícia administrativa), da justiça (polícia judiciária), auxiliar da nova ordem (polícia político-social) e auxiliar da ordem internacional (polícia de espionagem).

Vargas cumpre parte do roteiro descrito por Arendt (1998) sobre a formação de um regime totalitário. O primeiro estágio, afirma a filósofa, é o de "[...] desencavar os inimigos secretos e caçar os antigos oponentes" (p.444). Essa etapa só chega ao seu término com o fim da resistência organizada aberta e secreta ao regime. Ao contrário do que ocorreu na Alemanha e na União Soviética, contudo, no Brasil esse estágio não chegou ao seu termo definitivo, expresso sob a forma de um governo totalitário.

Após um curto período de normalidade democrática, os grupos de caça foram reativados na Ditadura Civil-Militar. Há relatos de grupos constituídos especialmente para a prática da caçada humana a comunistas e a todos aqueles que ousavam se opor ao regime. O trecho a seguir aborda uma das vítimas:

No Nordeste, foi assassinado o estudante João Borges de Souza, um jovem de 23 anos, oriundo do estado da Paraíba, que anteriormente havia sido preso duas vezes, durante o congresso da UNE, em Ibiúna, e em janeiro de 1969, em Recife. Depois disso, João Borges se refugiou na pequena cidade do interior da Paraíba (Catolé do Rocha), onde, mediante uma verdadeira caçada policial, foi encontrado e foi, de fato, sequestrado, selvagememente espancado (seu rosto ficou irreconhecível), fuzilado e ainda apunhalado (KUCINSKI, 2013, p.201).

O sequestro do embaixador norte-americano Burke Elbrick foi responsável pela maior caçada humana da história do Rio de Janeiro. Cerca de 4.200 policiais foram mobilizados para a sua procura, incluindo-se aí agentes da Agência Federal de Investigação (FBI, na sua sigla em inglês). Considerada o mais importante líder clandestino do momento e o mais popular dos dirigentes revolucionários, uma das "presas" que mais deu trabalho para os caçadores da Ditadura Militar certamente foi Carlos Marighella. Não se tratava de um alvo inofensivo, mas de um verdadeiro predador. A prisão dele foi celebrada pelos policiais do regime:

Os jornais descrevem o estado de ânimo do Esquadrão da Morte depois do assassinato de Marighella. Delegados e agentes voltaram triunfantes ao Deops. 'Andavam sem parar, eufóricos, entre a porta do DOPS e os dois bares, em frente. 'Me dá uma pinga. É pela caçada'. No bar, em volta das três mesas, a história do tiroteio era repetida inúmeras vezes: o 'doutor Fleury gritou. Ele não parou. Então o doutor Fleury mandou atirar. Ali era ele ou nós'<sup>290</sup>.

---

<sup>290</sup> "A alegre noite da vitória", Revista Veja, São Paulo, n. 62, p.26, 12 de novembro de 1969. A versão oficial acerca da morte de Marighella é desmontada por Magalhães (2012).

A Operação Bandeirantes, por sua vez, levou a concepção de caçada humana a um nível de brutalidade estatal talvez até hoje não alcançado no Brasil.

Os grupos de caçadas humanas invadem domicílios a qualquer hora, sequestram familiares de presos, sob ameaças obrigam os pais a delatarem os filhos, forçam os filhos a delatarem os pais. Funciona como um superorganismo, acima de qualquer tipo de controle (KUCINSKI, 2013, p.128).

Vale ressaltar que a perseguição implacável aos inimigos do regime contou com uma participação ativa de segmentos inteiros da população. É dela que os agentes irão se municiar de informações e dados sobre seus alvos. O clima de suspeição generalizada favorece essa atitude. Segundo Arendt (1998, p. 472), no estágio de caça aos inimigos "[...] um vizinho gradualmente se torna mais perigoso para os que nutrem 'pensamentos perigosos' que os agentes policiais oficialmente nomeados". O "colaborador" ainda hoje é peça fundamental para a inteligência policial. Saber construir uma relação de confiança e cooperação é uma arte que todo agente necessita dominar, a fim de que possa romper a "lei do silêncio", como visto anteriormente. A participação popular, ainda que em um papel reduzido, ressalta o caráter de ação coletiva que a caçada possui, não se tratando, portanto, de uma atividade exclusivamente estatal.

Mesmo com o fim dos regimes ditatoriais, a polícia mantém estreita vigilância sobre os movimentos sociais. As manifestações de junho de 2013 expuseram esse modo de atuação da polícia e apresentaram ao público uma face pouco conhecida do trabalho policial. Em todo o Brasil, agentes do serviço de inteligência da PM foram flagrados infiltrados nos protestos, sendo que alguns deles atuavam como agentes provocadores. A sombra de uma polícia política abateu-se novamente sobre o País, dessa vez sob o comando de quem havia sido caçado. Mais uma vez, a História prega suas peças: a caça virou o caçador.

## **5.2 O Estado que caça: caçadas policiais como tecnologia de governo**

Compreendida como uma forma específica de policiamento, a caçada policial já foi objeto de atenção de alguns autores no campo da sociologia. Em um



artigo de Machado (2001, p.205), a caçada é mencionada como uma “ação repressiva periódica” com estreita vinculação a uma operação bélica:

As operações policiais (ou parapoliciais) de caça aos marginais acontecem, no dizer dos moradores, em ‘fases’. Trata-se de um termo que serve para conotar uma ação repressiva periódica que, acompanhando os movimentos das quadrilhas, intercalam momentos de trégua com momentos de guerra.

Sá (2010, p.113), por sua vez, descreve o contexto de guerra a partir das “tretas” entre gangues de traficantes do bairro Serviluz, em Fortaleza. Nas situações em que a espiral de violência se acentuava mais do que os efeitos de normalidade poderiam suportar, a caçada era instrumentalizada como uma tecnologia de contenção de conflitos a partir da subjugação de seus principais líderes:

Um dos comandantes da operação anunciou em uma reunião que participei que estavam amaciando os vagabundos e que iam quebrar geral que nem fizeram no Pirambu. Prometeu que iria caçar os bandidos até debaixo da terra. Os policiais militares iniciaram uma caçada dentro do bairro para prender Patola e Rafael, considerados cabeças das gangues rivais que protagonizaram os tiroteios e as mortes (informação verbal)<sup>291</sup>.

Vale ressaltar, contudo, que a caçada, ao contrário de outras operações policiais, tem sempre uma “presa” específica esteja ela já identificada ou não. A ocupação policial, conhecida como “saturação”, também é um recurso usado para manutenção da ordem, mas seus alvos são mais difusos.

Conforme os autores citados acima, é possível perceber que a caçada busca recompor uma situação de relativa normalidade, seja aplacando irrupções de conflitos entre grupos rivais seja subjugando forças antagônicas contrárias à ordem. Durante a pesquisa, identifiquei que o termo nativo “caçada” pode ser empregado nas determinadas situações:

- a) quando a pessoa a quem se persegue evade-se em locais ermos, dificultando sua localização;
- b) quando se quer capturar o acusado pela morte de policiais;
- c) quando a demanda social, política ou midiática em torno do acusado é bastante elevada, pressionando a polícia a apresentar resultados no menor tempo possível;
- d) quando o incriminado é acusado por um crime sexual.

---

<sup>291</sup> Sá (2010, p.113).

Evidentemente que há situações em que mais de um dos itens citados podem se combinar em uma mesma situação, como será visto mais adiante, na seção que aborda as tramas da caçada. No episódio envolvendo uma quadrilha de assaltantes de casas de veraneio, no município do Eusébio, além de matar um policial, os criminosos se tornaram objeto de grande preocupação por parte das autoridades por causa do elevado *status* social dos moradores que estavam sendo roubados. O caso da menina Alanis envolveu um crime sexual e, por conseguinte, gerou uma repulsa generalizada, potencializada pelos meios de comunicação, contra o autor do crime. Em casos assim, a pressão pela obtenção de resultados faz com que o esforço dispendido pelos policiais seja ainda maior e quase ininterrupto. Há ainda crimes que alcançam um status epidêmico e tornam-se alvos prioritários dos órgãos de segurança. Entre 2006 e 2007, uma onda de sequestros despertou pânico e temor entre empresários locais, levando à criação de uma unidade policial especializada no combate a esse tipo de prática criminosa. Nos três últimos anos, os roubos a banco, seja na capital ou no Interior, ganharam posição de destaque no noticiário elevando, por conseguinte, a pressão sobre os órgãos de segurança, que exigiam uma atuação mais intensa da polícia. “Tropa de choque vai ao sertão caçar bandidos”<sup>292</sup> foi o título de uma matéria sobre a mobilização que o tema gerou na corporação. A prioridade dada ao problema é tão alta que o próprio comandante da Polícia Militar à época ordenou o início da caçada, como se pode ver no seguinte trecho:

Por determinação do comandante-geral da Polícia Militar, coronel William Alves Rocha, um reforço de policiais do Batalhão de Polícia de Choque (BpChoque) foi deslocado, ontem, para várias regiões do Interior do Estado. O objetivo do grupo de elite da corporação é empreender uma caçada às quadrilhas responsáveis pelos recentes ataques a cidades de pequeno e médio portes, onde as populações e os próprios destacamentos militares têm virado reféns durante assaltos a bancos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010, p. 15).

Houve ainda, neste caso, uma tentativa de se atribuir às ações da quadrilha a denominação de “novo cangaço”. Contribuiu para tanto a concentração de agências bancárias atacadas no sertão central e no Inhamuns e a violência com que os golpes

---

<sup>292</sup> *Diário do Nordeste* 5 nov. 2010. Caderno Polícia. p.17.

eram cometidos, chegando por vezes a explodir a própria unidade bancária durante a ação.<sup>293</sup>

A fim de buscar compreender essa tecnologia de governo - a caçada policial - do ponto de vista analítico, abordo aqui uma discussão sobre caçada e guerra a partir de uma reflexão feita por Foucault no curso de 1972-1973 do *Collège de France*, intitulado "*La Société Punitiv*". O filósofo francês traça um paralelo entre a guerra e a política, estabelecendo um paralelo entre Hobbes e Clausewitz. Interessa a Foucault, contudo, a "guerra civil", ou seja, os conflitos que se estabelecem no interior de uma sociedade entre os indivíduos que infringem as leis e o Estado. Quatro grandes formas de tática punitiva desempenham um papel privilegiado no regime penal da idade clássica: 1) exilar, rechaçar e banir para fora das fronteiras; 2) organizar uma compensação, impor um resgate; 3) expor, marcar, ferir, apoderar-se do corpo e nele inscrever as marcas do poder; e, por fim, 4) enclausurar. Dentro do âmbito da presente pesquisa, minha atenção se concentra na primeira tática descrita por Foucault, que trata de exilar e rechaçar os indivíduos indesejáveis. No resumo do curso em francês, essa forma de tática punitiva é descrita como "*exiler, chasser, bannir, expulser hors des frontières*". A expressão "*chasser*", além de "rechaçar", como utilizada na tradução brasileira, significa caçar. Como se vê, além da captura, a caça também possui o significado de expulsão da presa de algum local. Em paralelo às táticas punitivas, acrescenta Foucault, os criminosos são retratados pelos criminalistas do século XVIII como os "inimigos" da sociedade:

Em suma, os reformadores, em sua grande maioria, a partir de Beccaria, procuraram definir a noção de crime, o papel da parte pública e a necessidade de uma punição, partindo tão-somente do interesse da sociedade ou unicamente da necessidade de protegê-la. O criminoso lesa, antes de tudo, a sociedade; ao romper o pacto social, passa a constituir-se nela como um inimigo interno (1997, p. 33).

Há uma ênfase na resistência exercida por tais indivíduos ao poder estatal. Não se trata ainda dos "corpos dóceis", "[...] mas de indivíduos ou grupos que buscam, de uma maneira ou de outra, escapar desse poder, contestá-lo localmente ou globalmente, contradizendo suas ordens e suas regras" (FOUCAULT, 1973, p. 16). O

---

<sup>293</sup> O caráter mais impessoal do grupo criminoso e ausência de um líder carismático, no entanto, talvez tenha feito com que a expressão não se disseminasse. A persistência desse tipo de modalidade pode levar, por conseguinte, a uma possível consolidação do termo na imprensa e sua fixação no imaginário social.

filósofo francês compara, então, o exercício cotidiano do poder a uma “guerra civil”. Ao longo de sua trajetória intelectual, contudo, Foucault irá se afastar progressivamente dessa concepção “guerreira” do modo como o poder é exercido, passando a privilegiar o conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm por papel, função e tema assegurar o poder, ou seja, estamos agora no campo da governamentalidade. Segundo Avelino (2010, p. 145),

A governamentalidade é uma análise das práticas de governo tomadas em duas dimensões: uma tecnológica, por meio da qual o governo é analisado como tecnologia, como ‘conjunto de pessoas, técnicas, instituições e instrumentos para a condução da conduta’ dos indivíduos [...]. A outra dimensão é ‘programática’ e diz respeito aos diversos programas de governo e às racionalidades governamentais.

O modelo adotado torna-se o do “pastorado”. Foucault (1990, p. 85) centra suas atenções na emergência do poder pastoral, “[...] cuja função é ocupar-se permanentemente das vidas de todos e de cada um, garantindo-lhes sustento e progresso”. Embora concorde com o percurso histórico traçado por Foucault na análise que ele elabora sobre o poder nas sociedades ocidentais, defendo a hipótese de que as táticas punitivas elencadas pelo filósofo francês ainda persistem nas sociedades atuais. Há uma margem considerável de “ingovernabilidade” nas relações sociais que tornam o emprego de recursos violentos quase que indispensável. Diante disso, a caçada policial, ou seja, a aplicação pela polícia da primeira tática punitiva, costuma ser um recurso mobilizado quando os mecanismos da sociedade disciplinar falham. A levar em consideração a afirmação de Oliveira (2011) que vivemos, na verdade, em uma “sociedade indisciplinar”<sup>294</sup> o acionamento da caçada policial, em vez de ser uma medida de exceção, torna-se uma prática corrente no campo da segurança pública.

Para Chamayou (2012), a caçada humana é uma tecnologia de governo dos vivos que se contrapõe ao poder pastoral preconizado por Foucault<sup>295</sup>. Enquanto o pastor conhece as ovelhas pelo nome e sua atuação é fundamentalmente beneficente, o caçador persegue sua presa a fim de se aproveitar dela. A principal

<sup>294</sup> “A adoção de princípios modernos pela cultura jurídica e mesmo pelo legislador brasileiro foi – e em boa medida continua sendo – algo irrelevante frente aos usos e costumes vigentes no mundo da repressão penal no nosso país, onde a violência escancarada sempre foi o método por excelência de investigação policial e de punição (OLIVEIRA, 2011, p.323).

<sup>295</sup> Para uma exposição mais completa, cf. o capítulo 2 de *Manhunts: a Philosophical History*, de Chamayou (2012).

diferença, no entanto, reside no fato de que o poder pastoral é um poder protetivo, enquanto o poder cinegético é um poder predatório. Mas há um paradoxo aqui. Apesar de protetivo, ou melhor, a fim de proteger o rebanho, o poder pastoral também caça, no que Chamayou (2012) denomina de “caçadas pastorais”. Esse aspecto é central na relação entre Estado e sociedade. Para defender o rebanho, é preciso, às vezes, eliminar uma das ovelhas. Conforme o autor, isso não caracteriza, contudo, uma ação no interior de uma lógica predatória, mas sim de uma exclusão beneficente. Impõe-se aqui a metáfora da doença: a parte infectada e enferma precisa ser extirpada. Estamos plenamente no campo da biopolítica, ou melhor, da sua inversão, a tanatopolítica<sup>296</sup>. É preciso dispor de técnicas capazes de identificar, excluir e eliminar os elementos perigosos. A ovelha abandonada é deixada à sua própria sorte em um território repleto de predadores. Ela está sujeita a uma tripla exclusão: da comunidade, da lei e da segurança. Em tais circunstâncias, ser morto não se configura propriamente um crime. Há ecos do *homo sacer*, de Agamben, nesse processo de proscricção. Os relegados, contudo, não são sujeitos passivos. Eles formam agrupamentos denominados de bandos. Daí o nome bandidos<sup>297</sup>.

Descendo ao plano das individualidades, podemos afirmar que há nessa tecnologia de governo uma tensa relação entre policiais e “bandidos”, ou seja, entre os sujeitos que atuam nas margens do poder estatal. Esta tensão se agudiza quando ambos se encontram em uma situação de confronto aberto. Isso significa dizer que, embora possa assumir, na exterioridade, um caráter protetivo, a “caçada pastoral” possui, para seus agentes, uma dimensão profunda de predação social. Para que isso aconteça, basta que um policial seja ferido. É o que revela um dos meus interlocutores, quando afirma que o ânimo de ir atrás do criminoso é bem maior quando um colega é lesionado: “A categoria é muita unida nesse ponto. É quando o bandido se torna nosso inimigo”. Martins estabelece bem a diferença entre as concepções belicista e a de segurança pública quando se trata de lidar com os criminosos:

A polícia atua na manutenção da ordem e não vê o criminoso como inimigo, mas como um cidadão infrator. Quem olha para o outro e vê um inimigo é o

---

<sup>296</sup> Cf. o conceito de *homo sacer*, de Agamben.

<sup>297</sup> A divisão da responsabilidade na captura de tais sujeitos pode ser vista como uma onipotência do soberano ou, como defende Hobsbawn (2010), na sua fraqueza, ou seja, na partilha do poder entre os cidadãos em torno de uma ameaça tão forte que é capaz de abalar os alicerces da própria sociedade.

Exército. Seu ânimo é o de matar. Na situação social, no entanto, em que vivemos, há um estado de guerra não declarada (informação verbal)<sup>298</sup>.

Para o policial, portanto, o que se tratava de um fato episódio, a situação de confronto aberto, tornou-se uma rotina no cotidiano dos agentes de segurança. A guerra agora faz parte do dia-a-dia, transformando policiais e “bandidos” em predadores e presas, e vice-versa, no que denominamos na presente de uma relação social de predação.

### 5.3 Uma relação social de predação

Enquanto o recurso à caçada policial mantém-se como uma estratégia de contenção contra convulsões sociais, ela pode ser compreendida como uma ação cujo horizonte de significado é o da segurança pública. No entanto, a relação entre “bandido” e polícia pode se transformar em um ato de predação, em especial quando os dois lados se veem em uma situação de confronto aberto e sem tréguas. Pinker (2013) aborda o fenômeno da predação a partir de uma taxonomia da violência, em que a violência predatória aparece como a forma mais simples de ação violenta, como o uso da força como meio para atingir um fim. Por causa disso, a predação pode ser denominada de “violência utilitária, instrumental ou prática”. Para que ela seja puramente prática, contudo, algumas disposições precisam ser observadas. Uma delas é a tomada de medida de protetoras por parte da presa humana que pode vir a “se esconder, se reagrupar, ou pode reagir lutando, talvez até ameaçar destruir preventivamente o predador”. Nesses casos, as emoções disparam:

Em tais circunstâncias, o estado mental do predador pode resvalar do desapassionado cálculo meios-fins para a repulsa, o ódio e a fúria. *Como vimos, perpretadores comumente igualam suas vítimas a vermes e tratam-nas com moralizada aversão. Ou então podem enxergá-las como ameaças externas e tratá-las com ódio*, emoção que, como observou Aristóteles, consiste no desejo não de punir um adversário e sim de por fim à sua existência (PINKER, 2013, p.688, grifo nosso).

Tratar como um verme e enxergar como ameaça são duas ações empreendidas pelos policiais – e, em contrapartida, pelos “bandidos” – em uma situação de predação cuja origem remonta aos pertencimentos sociais de cada um e não a uma etnia, religião ou nação. A chave de leitura para a interpretação que

---

<sup>298</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

pretendo abordar aqui é a “condição de inimigo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.160-161) que perpassa a relação entre policiais e bandidos. Assim como há criminosos a serem caçados, há criminosos a serem combatidos. Como já foi visto anteriormente, a caça está inter-relacionada de modo indistinto com a atividade guerreira. Quando o modelo da caça é utilizado, o policial ganha uma flexibilidade de ação que as concepções simbólicas das posições não admitem de outro modo. Tudo se passa como se o modelo da caça, do caçador e da presa gerasse uma nova forma de socialidade, que pode ser nomeada de predação no contexto da socialidade guerreira. Na relação de predador e presa o senhor da animalidade é o predador. A presa é do conjunto dos animais. Mas o senhor dos animais é também sujeito ao Criador que dispôs as coisas desse jeito, portanto, há variação contínua e possibilidade de reconversão entre a ação do predador e a da presa.

Existe aqui a possibilidade de uma relação de reconversibilidade, onde um termo não é irreduzível ao outro. Eles se pressupõem reciprocamente, na relação com a ordem simbólica da sorte, do destino e das habilidades guerreiras disputadas entre predador e sua vítima, que são mutuamente reconversíveis. Essa inversão é o que torna a caçada policial tão peculiar. A presa pode se recusar a continuar como presa e passar a elaborar estratégias de caça, estabelecendo uma nova relação: a de luta e de combate. Ademais, se a presa humana se torna animalizada durante a caça, o caçador também tem sua dimensão animal ressaltada enquanto caça. A alegria obtida pelo prazer de caçar humanos pode transformar o caçador em um selvagem ou, em última instância, em um criminoso no ponto de vista do Estado (CHAMAYOU, 2012).

Diversos indícios mostram que, no plano simbólico, há uma atividade efetiva de predação social em que os papéis de predador e presa são intercambiáveis. Embora esteja falando a partir da socialidade dos índios da Amazônia, a reflexão de Viveiros de Castro, dentre outros, pode ser empregada como uma chave de leitura para se compreender a socialidade guerreira em que está inserida a relação entre policiais e bandidos e que, assim como ocorre nos povos ameríndios, realiza uma operação cognitiva de consumo e produção de significados (FAUSTO, 2014, p. 332). Como afirma o autor, não se trata de uma guerra de conquista, em termo de apropriação de riquezas e corpos, mas sim como um “trabalho de produção social de pessoas”. É preciso erradicar o “indivíduo perigoso” que aflige a população. Mal esse que é apresentado, em diversos casos, sob a forma do “anormal”, do “bestial”, do

“monstro”.<sup>299</sup> Muniz (1999) ressalta um aspecto bastante importante na caçada que é a dimensão bestial de quem é alvo de uma caçada. Há algo de incontornavelmente não-civilizado na caçada que a diferencia de uma investigação cotidiana além da suposta periculosidade dos sujeitos perseguidos:

Em uma ordem metafórica, caçar corresponde, de um lado, a fazer recuar os limites do caos que, identificado com as feras indomáveis ou insurretas, subsiste nos confins e nos subterrâneos do mundo organizado. Significa, de outro lado, a luta civilizatória contra tudo aquilo que associamos à animalidade e que nos faz contíguos a ela como os “instintos”, a “violência”, “a brutalidade” etc. Trata-se, portanto, de uma caçada simbólica que investe não apenas contra as bestas reais e imaginárias, mas, sobretudo, contra a bestialidade, a ignorância e as tendências nefastas que também fazem parte do admirável mundo humano (MUNIZ, 1999, p.203-204).

Nessa luta civilizatória, o devir-predador do policial não requer, necessariamente, a morte física, mas a subjugação do inimigo como um elemento simbólico que possa inspirar temor à população. A referência a metáforas de seres degenerativos como “vermes” e “cânceres” é um indício sobre os riscos que tais elementos representam ao corpo social. São como pestes que se reproduzem de forma indiscriminada e que necessitam ser eliminadas. Do lado do mundo do crime, por sua vez, os policiais são vistos como uma força opressora. De maneira paralela, nos relatos atribuídos a criminosos, os policiais são chamados de “vermes de farda”. Em uma mensagem que circulou nos grupos de troca de mensagens de PMs, em 2015, o autor do texto convoca os comparsas a praticarem atentados contra qualquer profissional da área da segurança pública:

o ok ta dado pra matar tudo oq for vermes de fardas do estado. pm.civil.bombeiro.guarda municipal.agentes penitenciarios. oq for da maquina opressora do estado. onde tiver uma base deles. um distrito policial uma delegacia. treyles da policia. o onibus q traz os agentes e pra ser fuzilado. onde souberem q tem viaturas e pra tacar fogo (mensagem postada em grupos de mensagens instantâneas)

Verdadeiro ou não, o chamado ao confronto acirra tensões no interior da corporação. A resposta vem no fim do texto:

Bandidos ameaçam Forças de Segurança do Ceará, e declaram guerra, Guerreiros fiquem alertas, que está notícia está circulando nas redes sociais,

---

<sup>299</sup> Essas denominações foram abordadas por Michel Foucault em um de seus cursos no *Collège de France* sob o título de “Os Anormais”.



eu não duvidaria da velocidade, divulguem em todos os grupos (mensagem postada em grupos de mensagens instantâneas)

As relações de inimizade se agudizam. O estado de alerta é acionado. Não há mais espaço para negociações, em um contexto de estado de guerra. Em janeiro de 2016, um áudio atribuído a um integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC) circulou nas redes sociais. A mensagem, de 15 minutos de duração, pregava a paz entre facções rivais e ameaçava policiais de morte: “Se quiser paz vai ter paz. Se quiser guerra vai ter em dobro [...]. Deus abençoe, porque Deus tá com nós, se é pra ter guerra nós vamos nos armar pra guerra. Somos todos homem, criminosos e bandido”.<sup>300</sup> No trecho acima, o *ethos* guerreiro se entrelaça com as figuras da masculinidade e do criminoso, credenciando-o como um sujeito com potencial de ameaça. O fato de ser “homem” seria, assim, uma garantia para as palavras ditas no áudio. Zaluar (2010, p. 632) qualifica esse recurso como uma “hipermasculinidade”, ou “[...] excesso na virilidade agressiva e destrutiva”. Trata-se da formação de um *ethos* guerreiro que prepara progressivamente os jovens a “[...] entrar na guerra e matar impiedosamente seus inimigos”.

A dinâmica social da formação de grupos em estado de guerra e preparados para a caça é descrita analiticamente por Elias Canetti, em *Massa e Poder* (2011), a partir de conceitos como “malta de caça” e “malta de guerra”. Além do seu aspecto operacional e simbólico, é importante lembrar que a caçada envolve uma reação emotiva a um fato ocorrido. Ver um companheiro lesionado provoca um momento de efervescência que faz a corporação se “inflamar” em torno da captura da presa. É inegável o forte componente emocional que permeia essa modalidade de atuação. É a partir da intervenção de uma pequena unidade que o grupo maior irá se aglutinar em torno do alvo a ser combatido. De acordo com o autor, tudo começa com as maltas de caça e de guerra, componentes originários sobre o qual irá emergir a massa, um dos principais fenômenos sociais do século XX. A unidade primária, nesse sentido, são os cristais de massa, definidos pelo autor como uma massa “[...] de grupos pequenos e rígidos de homens, muito bem delimitados e de grande durabilidade, os quais servem para desencadear as massas” (2001, p. 72). A unidade importa aqui mais que o tamanho. Ter uma função definida e a possibilidade de serem

---

<sup>300</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/ameaca-de-guerra-do-pcc-nos-presidios-do-ceara-e-investigada-1.1475206>>. Acesso em: 12/03/16.

identificados claramente assim que são vistos constituem duas características fundamentais dos cristais. Mesmo que estejam no interior da massa, eles nunca se confundem ou dissolvem nela. Empregado uma terminologia recorrente, podemos considerar os cristais como um “núcleo duro” da formação dos agrupamentos humanos. Organizações as mais diversas irão se valer desses cristais. As instituições mais exemplares nesse sentido são o Exército e a Igreja, ecoando o que o coronel da reserva me contara quando de sua experiência à frente da Polícia Militar do Ceará.<sup>301</sup>

Conforme Canetti (2011, p. 94-95), tanto os cristais de massa quanto a massa derivam de uma unidade mais antiga conhecida como malta. São hordas de número reduzido entre 10 e 20 homens, que assumem uma “[...] excitação coletiva, visível em toda a parte”. Uma diferença fundamental entre a malta e outros conceitos sociológicos como clã, estirpe ou tribo é que a malta “[...] é uma unidade de ação que se manifesta de forma *concreta*” (grifo do autor). Esse aspecto é primordial, haja vista que os componentes da malta necessitam de um objetivo claro para se reunir e que os motive.<sup>302</sup> A malta de caça é tida por Canetti como a “mais natural e genuína”. Ela “[...] se forma em qualquer parte onde se trate de enfrentar um animal perigoso ou forte, dificilmente capturável por um indivíduo sozinho”. O caráter coletivo da caçada é destacado pelo autor:

O tamanho do animal abatido, seja ele uma baleia ou um elefante, e ainda que tenha sido atingido por indivíduos isolados, resulta em que ele só possa ser capturado e partilhado por muitas pessoas agindo em conjunto. A malta de caça passa, assim, a um estado de *partilha* [...]. O objeto comum a ambos esses estados é a presa, e somente esta, seu comportamento, sua singularidade – quando viva e quando morta -, determina com precisão o comportamento da malta que se forma por sua causa (CANETTI, 2011, p. 95).

A presa está em movimento constante: ora se esconde, ora foge, trilhando suas próprias rotas de fuga. Alcançar, cercar, avistar e matar são palavras-chave durante uma caçada. Caçar é uma atividade que exige concentração em um único objetivo, além de causar excitação no caçador por possuir um “ritmo mortal e comum a todos”. A sede de sangue só cessa com a presa abatida. A malta de guerra possui

---

<sup>301</sup> Ver capítulo 2.

<sup>302</sup> Canetti (2011) enumera quatro diferentes formas ou funções da malta: a malta de caça, a malta de guerra, a malta de lamentação e a malta de multiplicação. Devido às limitações do presente trabalho, vou me deter nos dois primeiros agrupamentos. Vale ressaltar, contudo, não haver contornos intransponíveis entre tais agrupamentos. Pelo contrário, eles compartilham de muitos elementos em comum, podendo transformar-se uma na outra.

muitos elementos em comum à malta de caça. A diferença reside, no entanto, no fato de haver uma segunda malta de homens que se opõe à primeira. Na sua forma mais antiga, a malta de guerra era constituída com o intuito de perseguir uma única vítima em um ato de vingança. Embora Canetti esteja se referindo primordialmente a animais, os seres humanos também podem ser caçados, como vimos anteriormente. Para o autor, a inimizade é um fator determinante para se diferenciar as duas maltas:

A diferença fundamental entre as maltas de guerra e de caça situa-se na *duplicidade* da primeira. Na medida em que se tenha uma tropa excitada a dar caça a um único homem a quem ela deseja punir, tem-se uma formação de natureza análoga à da malta de caça. Caso esse homem pertença a um outro grupo que dele não deseja abrir mão, logo teremos duas maltas a se enfrentar. Os inimigos não são muito diferentes entre si. Trata-se de seres humanos, homens, guerreiros (CANETTI, 2011, p. 99, grifo do autor).

Quando duas maltas antagônicas estão em estado de guerra, a meta é a mesma: a aniquilação do inimigo. Tal dinâmica guerreira se instala a partir da figura do primeiro morto, peça fundamental na instauração do conflito. Após lamentar a perda do companheiro, a malta de guerra se forma para vingá-lo. A identidade e a importância da pessoa morta não são relevantes em si. Basta que ela tenha sido eliminada pelo inimigo. As razões para que isso tenha ocorrido são costumeiramente deixadas de lado pelos membros que compõem a malta. Saber que a vítima morreu na condição de membro do grupo é o que verdadeiramente importa e o que irá impulsionar toda a dinâmica de reparação.

Refletindo a partir dos povos indígenas ameríndios, Clastres (2011, p. 246) afirma que o estado de guerra é tão permanente quanto a capacidade das comunidades primitivas de afirmar sua autonomia. É preciso “[...] manter a relação estrutural de hostilidade (dissuasão) e a capacidade de resistência efetiva às incursões dos outros (rechaçar um ataque)”. De modo semelhante, é possível compreender as duas forças em combate, policiais e bandidos, como agrupamentos inimigos que necessitam exercer constantemente suas “capacidades guerreiras”. Daí a importância de um revide imediato a qualquer agressão sofrida por um policial. Há uma expressão corrente, dita pelos cantos e não assumida em público, que afirma o seguinte: “para cada policial assassinado, dez vagabundos devem ser mortos”. Qualquer sinal de fragilidade representa uma ameaça à corporação como um todo. Por extensão, qualquer sinal de fragilidade da polícia é um sinal de fragilidade da

própria condição da sociedade em sua tarefa de impor um ordenamento aos seus membros. Essa tensão é expressa por Clastres (2010, p. 248), ao abordar a lógica da sociedade primitiva indígena. A guerra é permanente porque há grupos que querem viver “[...] *sob o signo de sua própria Lei*” (grifo do autor), recusando qualquer lógica que os levaria a se submeter a uma lei exterior, opondo-se a uma Lei unificadora. Ao se opor frontalmente ao Estado, valendo-se da guerra como meio de manter sua autonomia perante o Uno, como não estabelecer um paralelo entre os criminosos e policiais? “Quanto mais houver guerra, menos haverá unificação, e o melhor inimigo do Estado é a guerra”, afirma Clastres (2010, p. 269).

Embora estejam em relações assimétricas de poder, no interior do plano simbólico da caçada, há a possibilidade de reconversão, ou seja, do predador tornar-se presa e da presa se tornar predador. A dinâmica dos conflitos entre os policiais e os pistoleiros “Filhos do Sinhozinho”, no Vale do Jaguaribe, Sertão Central do Ceará, é um exemplo bastante eloquente de predação social. A espiral de violência mais recente remonta a 2008. Em 18 de junho daquele ano, Lucivando Saraiva Diógenes, conhecido como “Gordo”, foi morto em confronto com policiais no município de Jaguaretama, no Vale do Jaguaribe. Assim o Diário do Nordeste descreve o confronto:

Depois de quase dois meses de caçada policial, chegou ao fim, na madrugada de ontem, neste Município (a 248 km de Fortaleza) a saga de crimes praticada pelo pistoleiro Lucivando Saraiva Diógenes, bandido que vinha aterrorizando a região do Vale do Jaguaribe, desafiando as autoridades e a Lei. Por volta de 3h30 ele tombou morto durante uma troca de tiros com uma patrulha da Polícia Militar [...] O pistoleiro estava armado com um fuzil Imbel, de calibre 5.56 (similar ao AR-15, americano) e uma pistola Glock, calibre 0.40, de fabricação austríaca. Além disso, vestia um colete à prova de bala e tinha nos bolsos mais de 102 cartuchos de reserva para o fuzil e outros 27 para a pistola. Cumprindo o que havia jurado, ‘Gordo’ ao perceber que estava cercado pela Polícia, não se rendeu. Trocou tiros com os militares e recebeu vários balaços, morrendo na hora (RIBEIRO, 2008).<sup>303</sup>

Por tratar-se de um pistoleiro, ou seja, um homem afeito a armas de fogo, a descrição do armamento que ele portava quando morto é de elevada importância. O fuzil de alto poder de fogo é um indicador de sua periculosidade e da ameaça que poderia representar estando em liberdade. A decisão de resistir até a morte evoca o *ethos* guerreiro encarnado em uma hipermasculinidade do homem sertanejo. A região do Vale do Jaguaribe é conhecida por abrigar famílias rivais que se digladiam há anos

<sup>303</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/morre-pistoleiro-que-desafiou-autoridades-em-jaguaretama-1.108936>>. Acesso em: 05/03/16.

e que vivem sob a égide de suas próprias leis, afrontando as forças policiais que atuam naquele território. Uma rixa que resultou em dezenas de mortes teria feito com que a polícia fosse ao encalço dos matadores, atendendo a uma demanda de políticos que foram se queixar da violência ao titular da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Em declaração à imprensa, o comandante do batalhão que abrange o Vale do Jaguaribe disse que a caça aos pistoleiros foi resultado de uma “[...] operação muito pesada, muito desgastante”. “Muitos policiais ficaram debilitados. Os bandidos fugiram deixando para trás um carro, mas não desistimos. Era uma questão de honra para nós chegarmos ao ‘Gordo’ e seus comparsas”, conta o oficial (informação verbal).<sup>304</sup> Quatro pessoas que davam abrigo ao pistoleiro foram presas juntamente com Lucivando. Um deles era tido como “olheiro”. Conforme o relato da polícia, ele se passava por vendedor de pássaros nas estradas da região, mas sua missão, na verdade, seria informar o grupo das movimentações da polícia no entorno. Antes de ser morto, “Gordo” ainda tentou se esconder em um matagal e, em seguida, fugir de bicicleta.

No dia 19 de fevereiro de 2016, Carlos Herbênio Almeida Bezerra fazia sua caminhada bem cedo no município de Jaguaretama. Comandante do destacamento da PM no município, o subtenente foi surpreendido por dois homens em uma moto. O garupeiro sacou a pistola e efetuou quatro disparos contra a cabeça de Herbênio, que se tornou o segundo policial militar morto naquele município pelo segundo mês seguido<sup>305</sup>. Um cerco policial foi montado em mais de cinco cidades vizinhas na tentativa de prender os assassinos do subtenente Herbênio. Um dos acusados, contudo, foi preso na periferia de Fortaleza na mesma tarde em que o PM foi morto. Ricardo Saraiva Diógenes, irmão de Lucivando Diógenes, o “Gordo”, foi detido por policiais do setor de inteligência com munições em uma casa de sua propriedade na capital. A irmã dele foi presa em Jaguaretama, município vizinho a Jaguaribara. A polícia suspeita que os dois tramaram o assassinato do subtenente como uma retaliação à morte de “Gordo”, ocorrida há sete anos. De acordo com o relato da polícia, o então sargento Herbênio teria comandado “[...] pessoalmente a caçada

---

<sup>304</sup> Disponível em < <http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/81-categorias/violencia-urbana/1659-policia-prende-suspeitos-da-morte-de-pm-em-jaguaretama-trama-foi-vinganca-de-uma-quadrilha>> Acesso em 05/03/16.

<sup>305</sup> Em janeiro, o soldado Hudson Danilo de Oliveira havia sido alvejado por um tiro de fuzil enquanto atendia a uma ocorrência de roubo a uma fazenda. O militar ainda foi socorrido, mas morreu dois dias depois de ser internado.

policial ao bandido durante vários meses, período em que houve vários tiroteios e perseguição na zona rural, em plena caatinga" (BLOG FERNANDO RIBEIRO, 2016, online). O militar já vinha sofrendo ameaças desde então.

Uma semana depois da morte do subtenente, o agricultor Washington de Araújo Cintra foi encontrado com a cabeça decapitada, parcialmente queimado e com um braço decepado, no município de Morada Nova. O homem teria sido levado de casa por quatro homens usando balaclavas e que teriam se identificado como PMs. Washington é pai de Willame Diógenes Cintra, preso acusado de participação no assassinato do soldado Hudson. O circuito de retaliações, prisões e mortes no Vale do Jaguaribe, como se pode perceber, parece estar longe de ter um fim.

Predadores e presas alternam-se constantemente em seus papéis em exhibições de força e de virilidade. Embora os PMs tenham um número de baixas bem menor que o dos bandidos, cada morte é vista como uma grave ameaça ao espírito de corpo da instituição. Como afirmado anteriormente, a sequência de mortes de policiais no começo de 2016 causou indignação entre os policiais e uma sensação de vulnerabilidade. Um deles chegou a dizer que a polícia passara a ser caçada desde então. Um colega do subtenente morto expressa bem o sentimento que irmana os agentes da lei: "A violência cresce contra nós, pois somos a última barreira entre os criminosos e as pessoas, estamos sendo prejudicados e não temos apoio" (O POVO, 2016, online)<sup>306</sup>.

Embora se percebam como radicalmente diferentes, predador e presa compartilham diversos elementos em comum, como o gosto pelas armas, pela violência e pelo prêmio obtido ao fim da caça, seja ele financeiro ou a cabeça do inimigo. A autonomia obtida com a modalidade de caçada policial acentua ainda mais essas semelhanças. A complexidade existente na relação polícia/bandido se manifesta de forma ainda mais intensa em um contexto de estado de guerra. Como afirma Leonardo Sá,<sup>307</sup>

Nos fluxos que envolvem combates entre policiais e bandidos, há mistura, há embaralhamento, há um devir-bandido da polícia e um devir-polícia do bandido. O uso do termo vagabundo por uns e outros, um vocabulário em comum, é uma pista disso, a paixão pelas armas, pela guerra, pelo combate,

---

<sup>306</sup> Disponível em <

<http://www.opovo.com.br/app/ceara/jaguaretama/2016/02/19/notjaguaretama,3577455/policial-militar-e-assassinado-em-jaguaretama.shtml>> Acesso em 05/03/16.

<sup>307</sup> O trecho faz parte de uma troca de correspondências/ideias acerca dessa questão.

pela decisão baseada na medição das forças e habilidades corporais, enfim, há vários indicadores que funcionam como aproximadores do *ethos* policial ao *ethos* bandido. Mas essa simetria é falsa, sob todos os aspectos, pois os bandidos, em qualquer situação, admitem que são inferiores à polícia e à justiça. O que eles reclamam é da má polícia, da polícia e da justiça que trabalha errado. O policial é inimigo no campo de combate, mas o policial é sempre superior, inclusive do ponto de vista do bandido, que admite essa superioridade no plano das concepções, mas nem sempre das práticas de resistência.

As ameaças veladas, a iminência do combate e a organização de forças de um lado e de outro configuram situações estados de guerra entre policiais e bandidos, assim como traficantes rivais estão constantemente em guerra. O conceito é comutado do mundo do crime para o discurso dos agentes da lei. Se em situações de normalidade a abordagem pode se adequar aos ditames das normas institucionais da segurança pública, essa atitude se reconfigura em confronto aberto quando a linha divisória entre bandidos e policiais é rompida por um ato violento.

#### **5.4 A caçada policial sob a percepção dos agentes de inteligência**

As equipes do Serviço Reservado da PM possuem um papel relevante na caçada policial. Conforme os relatos coletados durante a pesquisa, é possível observar que a caça ocorre a partir de pequenos grupos. São unidades de ação que dispõem de tempo, dedicação e autonomia para se dedicar plenamente à perseguição da presa, atuando em consonância com o policiamento ostensivo. O trecho que segue, extraído de um grupo de mensagens instantâneas de policiais, é bastante ilustrativo nesse sentido:

PM 1: Ei, informações do assaltante preso?  
 PM 2: Ainda não sei  
 PM 2: Mas pela manhã demos a ordem ao Reservado e FTA pegar o cabra  
 PM 1: Ouvi o bizu que ele foi pego  
 PM 2: Vou já saber  
 PM 2: A ordem foi expressa  
 PM 2: Tá no caminho de dá certo  
 PM 2: Vamos aguardar  
 PM 1: Copiou?  
  
 PM 3: Foi preso, Ronaldo?  
 Ronaldo: Não  
 Ronaldo: Ainda não  
 PM 3: Ok  
 PM 3: Mas confio no Reservado e nos outros amigos do BTM  
 Ronaldo: 🖤 🖤  
 PM 2: Estamos fazendo uma verdadeira caçada

PM 4: Vai dá certo👍  
PM 2: Pedi pra viatura ir agora la na casa dele de novo  
PM 2: O carro ta la  
PM 2: Em breve pegaremos ele  
PM 4: Acochaaaaaaaaa

Quando o “PM 2” afirma que estão fazendo uma “verdadeira caçada”, ele está se referindo a uma série de características descritas anteriormente, como a periculosidade do criminoso, a dificuldade de localizá-lo e a necessidade de mobilizar todas as técnicas corporais e habilidades interpessoais por excelência da inteligência policial (descritas no anexo) de forma intensiva na identificação e captura dos alvos. Por causa dos riscos que as presas representam, uma vez que de predadores podem se tornar presas a qualquer momento, é comum que as abordagens ganhem reforço do Comando Tático Motorizado (Cotam) e da Força Tática de Apoio (FTA), em especial quando se trata de incursões em locais ermos e matagais. Além de maior preparo para confrontos armados, as duas equipes possuem armamento de grosso calibre e dispõem de maior mobilidade para atuar, por não estarem diretamente vinculadas ao policiamento ostensivo.

Pergunto a Felipe em que momento a investigação cotidiana se torna uma caçada. Para o agente de inteligência, isso ocorre quando uma ocorrência criminal chama muita atenção da sociedade (informação verbal)<sup>308</sup>. O homicídio de um adolescente da alta sociedade foi um desses casos. O confronto havia sido marcado pelas redes sociais, e sua culminação ocorreu em uma praça. Segundo o PM, para fazer com que o flagrante fosse continuado - ou seja, permitisse maior liberdade de ação aos policiais - foi preciso realizar uma caçada ininterrupta ao acusado, que se estendeu durante dias, culminando com a prisão dele.

A caça a Tobias (nome fictício) foi ainda mais difícil. Vários roubos à residência começaram a ser registrados na região em que Felipe e Ranulfo atuam. Enquanto os crimes afetavam moradores de menor expressão social, as ocorrências permaneciam fora do radar policial. Propriedades luxuosas e de alto padrão tornaram-se, então, alvos da quadrilha. A partir do momento em que membros da elite local passaram a ser roubados, a demanda pela resolução do caso cresceu e a pressão sobre os policiais aumentou. Explica Ranulfo:

---

<sup>308</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.



Enquanto eles não foram presos, recebemos muitas cobranças. Antes, a quadrilha assaltava pessoas que não faziam boletim de ocorrências, que não tinham repercussão na sociedade. Quando eles foram atacar os ricos aí as cobranças aumentaram (informação verbal)<sup>309</sup>.

Felipe comenta que o trabalho foi muito complicado, pois não havia uma linha de investigação definida (informação verbal)<sup>310</sup>. Os policiais tiveram de ir juntando as peças até chegar ao nome do acusado. O homem foi descoberto por causa de uma filmagem. Nela, ele aparecia caminhando e dirigindo-se para fora de uma das casas. Um informante viu o vídeo e o reconheceu pelo modo como ele andava. O colaborador ligou para a equipe e o caso pôde ser concluído. Segundo a polícia, Tobias usava explosivos e havia "trocado tiros" com uma viatura. Ele era acusado, ainda, de emprestar armas para assaltos, e havia suspeitas de que, além dos roubos às propriedades, possuía "envolvimento" com roubos a banco.

De acordo com Ranulfo, esse foi um caso interessante porque o acusado havia sido informante dos próprios policiais e, por essa razão, conhecia bem o procedimento investigativo policial. Algumas técnicas de despiste eram mobilizadas pela quadrilha, tendo em vista a eliminação de rastros e possíveis pistas para a polícia. Havia pouco contato com os caseiros, por exemplo, a fim de que eles não obtivessem informações mais detalhadas sobre as características físicas dos assaltantes. Além disso, os criminosos conheciam o horário de rendição da polícia, ou seja, o período do dia em que os PMs trocam de turno. Os alvos a serem atacados eram submetidos a uma investigação rigorosa antes do roubo. A estratégia adotada fez com que os assaltantes só fossem presos entre quatro e cinco meses depois que a primeira ação criminosa se tornara pública.

Embora hoje tais confrontos se deem primordialmente nas zonas urbanas, o mato permanece como o lócus privilegiado da atuação do devir-caçador. Na periferia das grandes e nos municípios da região metropolitana não é difícil encontrar tais espaços. Eles servem ao devir-presença dos bandidos sob duas formas: rota de fuga e abrigo. Acampamentos costumam ser montados para dar guarida a fugitivos da polícia. Assim como ocorria com os "coiteiros", pessoas que davam abrigo e forneciam alimentação à quadrilha de Lampião, moradores de comunidades sob o jugo de traficantes são os principais responsáveis por prestar esse serviço. As caçadas

---

<sup>309</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>310</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

costumam ocorrer sempre em locais distantes e ermos. O cenário é formado por matagais, estradas carroçáveis e áreas pouco habitadas. Tais condições são mais favoráveis à presa do que aos caçadores. O matagal é sempre associado ao perigo. Embora os policiais vistoriassem a área com um grande efetivo e até mesmo com helicópteros – aqui simbolizando o uso da mais alta tecnologia no combate ao crime –, os bandidos sempre conseguiam fugir. Para Martins, a expressão caçada se aplica bem a casos em que os bandidos fogem e montam acampamento na mata. A fim de ilustrar o que disse, o PM relata o episódio sobre um foragido que se embrenhou na mata e passou o dia escondido em seu interior. Ele conhecia bem o local, dificultando que a polícia o localizasse.

Eles já planejam uma ação criminosa predispostos a entrar na mata. Levam mantimentos para ficar certo tempo no mato. Trabalham com toda uma logística que envolve fornecimento de água e alimentos a quem está acampado. Nesses casos, o nosso trabalho se torna uma verdadeira caçada (informação verbal)<sup>311</sup>.

Em circunstâncias como essa e dependendo da avaliação feita da periculosidade de quem se persegue, a equipe recebe reforço de um efetivo que envolve helicóptero, FTA, Cotam e Choque, que contam com policiais dotados de fuzil .556. A equipe da força tática, por exemplo, dispõe de quatro homens com submetralhadora, fuzil, espingarda calibre 12 e carabina, ou seja, armas capazes de atingir o alvo a longa distância.

A caçada policial empreendida pelos agentes do Reservado compreende habilidades e recursos agentivos ancestrais no entrecruzamento dos saberes do policial-caçador no momento da caça-investigação. Ginsburg (1989) descreve o funcionamento do paradigma indiciário, em que a análise de sinais, traços e rastros é utilizada para reconstituir um fenômeno ou um episódio. Mesmo sem ter todos os elementos constituintes à mão, é possível descrevê-lo. Tal habilidade, que atravessa campo diversos como a semiótica médica, a literatura policial e o estudo da autenticidade das obras de arte, tem como origem a atividade de caçar:

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar,

---

<sup>311</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas (GINSBURG, 1989: p. 151).

Ginsburg enumera diversos usos históricos a esse paradigma. No fim do século XIX, o número de criminosos que voltam a reincidir nas práticas criminosas ganhou tamanha proporção que passou a ser visto como um problema social. Era preciso identificá-los a fim de exercer um controle mais preciso. A dificuldade residia no fato de as marcações corporais dos criminosos, por meio de estigmas ou mutilações, terem sido abolidas. Como saber quem já havia cometido algum crime ou não em meio à crescente multidão que se movia de forma incessante nas cidades? Foi nesse período que surgiram o arquivo fotográfico de criminosos, o retrato falado e a identificação por meio da impressão digital. São todos recursos ainda utilizados pelos agentes de inteligência na tentativa de identificar e localizar os culpados.

As imagens merecem uma observação à parte por serem uma peça fundamental na caçada policial. Fotos dos suspeitos são divulgadas de forma persistente com o intuito de mobilizar a população a auxiliar a polícia no trabalho de busca. Ao acompanhar a atuação de uma equipe do serviço reservado, vi um dos policiais fotografar a carteira de trabalho do irmão de um suspeito. Embora nada houvesse comprovado contra ele, sua representação pictórica passava agora a integrar os arquivos da inteligência, tornando-o, à revelia, mais um ponto nodal da rede criminal. Em outra ocasião, um policial do reservado com quem mantinha uma relação de jornalista-fonte não cansava de mostrar fotos do acusado a quem perseguia. As imagens ficavam guardadas em um envelope. Por meio delas, ele me garantia ser possível acompanhar as mudanças no visual do suspeito, bem como quem seriam seus cúmplices.

Há nesse tipo de conhecimento um forte caráter intuitivo. Em todos questionamentos feitos aos interlocutores sobre a questão da formação profissional, existe sempre uma lacuna. É no interior desse espaço que se abre a possibilidade do conhecimento acumulado durante a prática cotidiana, do saber tácito que não se aprende nos manuais.

A ancestralidade é elemento-chave em todo esse processo. O devir-caçador policial possui raízes bem distantes. A habilidade para o seguimento dos rastros tem registros no século XIX. Homens eram contatados para sair em busca de

cavalos que se perdiam na mata ou de pessoas desaparecidas. Os sujeitos que possuíam tal "dom" eram conhecidos como "rastejadores". Na historiografia, diversos relatos dão conta das proezas dos rastejadores, como Gervásio, que era comparado a um cachorro quando se tratava de caçar no mato (Sá, 2009). Por causa dessa capacidade, muitos deles eram integrados às forças policiais, como no caso do sargento José Ramos e os três olhares do rastejador:

olhar para baixo em busca de pegadas e de restos de objetos; olhar para cima em busca de urubus que sobrevoam acampamentos recentes do bando perseguido e "olhar" com o nariz distinguindo no ar o cheiro peculiar dos cangaceiros que misturava suor e muito perfume.

O capitão João Bezerra, da polícia de Alagoas, o homem que conseguiu o feito de pôr fim ao reinado de Lampião, era tido como um exímio caçador, tanto que era conhecido como "o matador de onças". Em suas memórias, o policial traça um paralelo entre as duas presas. A caça aos animais teria sido uma capacidade bastante valiosa na captura dos cangaceiros. Sobre os rastejadores, o policial dizia que eles possuíam "olhos de lince e faro de cão policial". Há um episódio relatado por Optato Gueiros em que ele relata que Lampião se acordou, no meio da noite, sobressaltado por ter "sentido", como um "cão de caça", que o acampamento de uma força volante havia se instalado nas redondezas.

### **5.5 Sentidos aguçados e o faro policial**

O domínio de algumas técnicas e práticas é um requisito fundamental para quem atua na área da inteligência. Além disso, alguns truques e táticas vão sendo descobertos ao longo do trabalho. Como será visto mais adiante, embora alguns procedimentos sejam comuns a todos - como a elaboração de informes, a descrição e a construção de uma rede de informantes -, o modo como a atividade de inteligência é executada varia conforme a experiência, o conhecimento e as idiosincrasias de cada policial. Há quem afirme dispor de tal recurso de maneira inata, e há aqueles que adquirem tal prática por meio de treinamentos.

De acordo com Ranulfo, no Reservado, os sentidos ficam muito aguçados. "A gente passa o serviço inteiro ligado e com o sentido aguçado por causa do perigo. O Felipe viu um motociclista encostando em uma pessoa a 200, 300 metros de

distância. O instinto dele logo se aguçou. Ele viu o assalto antes de ocorrer”, comenta. Felipe acrescenta:

A gente reconhece só pelas características suspeitas. Vi um cara uma vez no carro e desconfiei. Pensei assim ‘esse carro não pode pertencer a esse cara’. Um carro novo como esse com um cara vestido como bandido. Fiz a abordagem e descobri que o veículo era roubado (informação verbal)<sup>312</sup>.

As expressões “sentido” e “instinto” são manejadas pelos interlocutores como se fizessem parte de uma característica inerente dos agentes de inteligência, assim como a expressão “sangue policial”. Se o conceito de *habitus* parece dar conta do processo de formação do policial militar, o agente de inteligência se vê diante de situações em que sua autonomia prevalece diante das normas de conduta cotidiana do policial que atua no policiamento ostensivo. Paixão (1982) já abordara o descompasso existente entre a ritualização de comportamento de quem ocupa um posto na hierarquia rígida da PM em comparação com a grande autonomia dos policiais que estão nos níveis hierárquicos e que precisam lidar com situações ambíguas e conflitivas. Para Crossley (2001), o *habitus* oferece pouca margem para a capacidade agentiva e a improvisação por ser concebido como uma estrutura estruturada a partir de efeitos sedimentados de ação. As estratégias e os improvisos não são resultados do *habitus*, mas dos agentes<sup>313</sup>. Nesse sentido, o autor oferece uma alternativa a partir da leitura de Merleau-Ponty. O filósofo francês compreende o corpo como uma natureza irredutivelmente incorporada de subjetividade humana e agência, eliminando assim a dualidade cartesiana que compreende o corpo apenas como um objeto<sup>314</sup>. Dessa forma, o esquema corporal proposto por Merleau-Ponty envolve um saber-fazer corporificado e um senso prático<sup>315</sup>. Por esta diretamente

---

<sup>312</sup> Entrevista realizada com Ranulfo e Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>313</sup> "It is not habits that act, after all, but rather agents. Similarly, it is not habits that improvise but again agents. Finally, to touch upon Alexander's point, it is not habits that act strategically but agents" (CROSSLEY, 2001, p.95).

<sup>314</sup> Segundo Almeida (2004, p.52), "Merleau-Ponty define a subjetividade como um fenómeno social e intersubjectivo, um engajamento sensível sentiment com o mundo e uma abertura ao mundo, assumindo uma forma incorporada e cultural, que assenta num *habitus* social comum e que está disponível publicamente. Assim, o social não pode ser pensado como um objecto, por cima dos sujeitos sociais, ou como objecto de pensamento. É antes, sim, uma estrutura intersubjectiva concreta, reproduzida através da acção incorporada. Consiste em locais de significado partilhado e em interacção mútua (mesmo que conflitual), em que os corpos agem e são passivos de acção sobre eles. São agentes e alvos de poder".

<sup>315</sup> Giddens (2003) trabalha com um concepção bastante semelhante ao compreender o corpo como um “sistema-ação” e um “modo de práxis”.

inseridos em seus contextos de interação, as respostas dadas pelos agentes costumam ser geradas como se tratasse de um instinto. Almeida (2004), a partir de uma leitura de Merleau-Ponty, de que a percepção é uma “experiência incorporada”. Para o autor, “a percepção não é uma representação interna de um mundo exterior. A percepção ocorre no mundo e não na mente”. Nesse sentido, quanto mais o PM estiver engajado no mundo do crime, nos circuitos em que vivem e agem seus colaboradores, mais essa percepção ocorrerá de forma fluida. Os exemplos que seguem são uma mostra de que essa chave de leitura se mostra bastante fecunda na tentativa de compreender um aspecto-chave da atividade de inteligência: a percepção.

Peço a Ranulfo, então, que procure dimensionar o quanto de seu trabalho é inato e o quanto é adquirido por meio de treinamento. O PM estima entre 60 e 70% a dimensão instintiva do trabalho desenvolvido pelos agentes de inteligência. O percentual restante se deveria à técnica e ao aprendizado. Felipe completa dizendo que o serviço deles é muito melindroso (informação verbal)<sup>316</sup>. Para o major Silveira, não se trata de uma habilidade inata, mas adquirida à custa de treinamentos.

Fórmulas mnemônicas, técnicas de observação, memorização e descrição. Tudo é resultado de treinamento. Faro ou o tino policial é a capacidade de perceber. O diferente ou o que é anormal salta aos olhos. Percebe a quebra da normalidade (informação verbal)<sup>317</sup>.

O oficial ilustra sua explicação com o meu exemplo. Ele diz que observou o modo como cheguei, a forma de falar e a minha postura ao abordá-lo e durante a entrevista (informação verbal)<sup>318</sup>. A soma dessas observações, afirma, pode levar a um maior ou menor grau de confiança no interlocutor. Felizmente, para o bom andamento da minha pesquisa, fui “aprovado” no crivo do observador. Para o major, a vivência do dia a dia os capacita os PMs para que possam obter esse tipo de resposta. “São coisas que o civil não vê”, comenta. Ao perceber que usou uma expressão anacrônica, pelo menos nos moldes do que prega a inteligência de segurança pública, o major se corrige e nos chama de “pessoa do povo”. “É o ranço da ditadura”, comenta em tom de brincadeira. Em relação à percepção mais aguçada que o agente de inteligência teria, pergunto a Hugo sobre as estratégias adotadas pelo Reservado na hora de obter informações. O PM me explica que a fisionomia da pessoa muda quando

---

<sup>316</sup> Entrevista realizada com Ranulfo e Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>317</sup> Entrevista realizada com major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

<sup>318</sup> Entrevista realizada com major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

ela está mentindo. Trataria-se, segundo o militar, do “instinto policial”. “A gente conhece quem é bandido. Tem de ter a malaquice de saber quem é bandido e quem não é”, explica<sup>319</sup>.

Sobre o viés que haveria nesse olhar do militar treinado, major Silveira ressalta haver uma concepção disseminada de que a polícia só prenderia “preto, pobre e puta”. Para o oficial não há preconceito nessa postura, uma vez que as ocorrências são registradas, em sua maioria, nas áreas mais pobres<sup>320</sup>. Mesmo com o passar dos anos, explica, os “pretos continuam pobres” contribuindo para que essa associação se mantenha. “Não é discriminação da polícia, é o que a gente vê na rua”, justifica (informação verbal)<sup>321</sup>. Em se tratando de visão, Ulisses afirma fazer uma observação de 360° em todo local que vai.

A gente trabalha observando as pessoas. Um corretor de imóveis, numa rua dessa, vai observar se há placas de vende-se nas casas. Nós, como trabalhamos com pessoas, buscamos ver a movimentação, o comportamento, se há alguém em situação suspeita”, argumenta (informação verbal)<sup>322</sup>.

“O trabalho do pesquisador é o que fazemos por excelência”, diz Ulisses, estabelecendo um paralelo entre a experiência acadêmica e o trabalho policial<sup>323</sup>. Pergunto sobre o modo como as interrogações são feitas. O superior de Ulisses diz que ele busca verificar se as informações batem, se o que um interlocutor diz é confirmado por outras pessoas. “Quando o sujeito é fichado, as perguntas vão mais a fundo”, explica. O “cobaia” do PM afirma que é importante perceber as manifestações corporais, se o informante fica nervoso durante o interrogatório. “A percepção é 100% nesse trabalho”, afirma (informação verbal)<sup>324</sup>.

---

<sup>319</sup> Observação semelhante pode ser encontrada em Sá (2002,p.35): “Um capitão iria me contar mais tarde que, com o tempo, o policial militar aprende a distinguir o “cidadão de bem” do “marginal”, do “vagabundo”, do “meliante”, pelo modo de vestir, pelo jeito de andar, de se portar. Esse era um aspecto importante desse conhecimento prático com poder divisor das atividades policiais militares”.

<sup>320</sup> Sobre discriminação nas abordagens policiais, cf. RAMOS e MUSUMECI (2005).

<sup>321</sup> Entrevista realizada com major Silveira em 28 de dezembro de 2015.

<sup>322</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 16 de julho de 2013.

<sup>323</sup> Goffman (2012, p. 219), por sua vez, afirma que a observação do pesquisador também tem um quê de agente infiltrado, uma vez que, embora o estudo ocorra sob consentimento, o detalhamento dos fatos observados não é explicitado aos sujeitos pesquisados.

<sup>324</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 16 de julho de 2013.

Dentro desse universo de percepções e sentidos, uma expressão que sempre me chamou atenção foi a do “faro policial”<sup>325</sup>. Entre uma pergunta e outra, abordava a questão com os meus interlocutores. Alfredo comenta o papel que o faro policial desempenha na atividade policial, em contraposição às técnicas de investigação mais formalizadas:

Quando falta a informação predomina a empiricidade. Quando falta a cientificidade predomina a empiricidade... [faz um esforço para se lembrar do nome]. Predomina a questão do empirismo. Você sabe que a questão da ciência passa pelo esforço do estudo científico e pelo empirismo, né? Então quando um é pequeno o outro sobressai e se cria uma cultura, porque ainda hoje existe. Só que hoje nós já temos ferramentas para fazer investigações científicas. O empirismo eu acho que não deve sair nunca. É fundamental. O instinto humano, o faro do policial, isso daí vai se aperfeiçoando ao longo dos tempos. Isso daí é maturidade. Um policial bem preparado não é que vai fazer um interrogatório pelo faro dele. Pelo faro que eu digo é pela experiência que ele tem, ele consegue sentir se aquela pessoa está falando a verdade ou se ela está fugindo. Isso daí a máquina não diz. A não ser que seja daquelas máquinas de mentira américas e isso é negócio de filme. E o policial tem esse faro e tem que ter. É fundamental. Agora não pode se vincular só nisso. Hoje nós temos informações qualificadas. Hoje nós temos ferramentas de inteligência que permitem você cruzar mil e uma informações para puxar um roteiro qualificado de informação policial. É preciso que a polícia, uma coisa que a polícia falha muito, ela não usa esse tipo de ferramenta. Já tem muita informação guardada, mas não consegue extrair com qualidade um produto final acabado, que permita facilitar a atividade policial. Está investindo muito na questão da perícia, realmente é fundamental você ter provas qualificadas, mas tem que investir também no cruzamento de informações, através de uma inteligência artificial, para você trabalhar mais com esses policiais para que eles saiam da questão da empiria para passar mais à questão científica (informação verbal)<sup>326</sup>.

Essa capacidade também é observada por um inspetor da Polícia Civil:

Porque eu trabalho com um colega e ele tem uma percepção, ele vê e já vem um faro, uma desconfiança natural. Ele tem uma percepção. Isso é muito natural. Eu creio que os processos seletivos poderiam identificar essa qualidade e exaltar, enfim... Mas é de pessoa pra pessoa. Vale, inicialmente, você gostar e se o cara não gosta ele não tem nem perigo dele procurar, mesmo que ele tenha essa habilidade ele não desenvolve, entendeu? Uma vez você identificando essa pessoa, aí, através de treinamento, você tem

<sup>325</sup> Para Albernaz (2015), o faro policial é um "princípio operativo de suspeição e seletividade da ação policial". Embora concorde com essa chave de leitura, busco abordar o faro como um recurso agentivo dos PMs, norteador da ação e, ao mesmo tempo, instrumento de conhecimento sob uma ótica mais antropológica. Segundo a autora, “ao manipular essa simbologia de forma adequada, reconhecendo as hierarquias sociais que informalmente operam sob o nosso ordenamento jurídico-político igualitário, o policial, nas situações concretas de interação com a população nas ruas da cidade, legitima a sua autoridade frente aos seus interlocutores (ao direcionar a coerção para aqueles a quem esta é devida), mas também a própria política institucional de sua corporação e seus alvos preferenciais e, em última instância, a ordem de coisas que sustenta a disposição de grupos e indivíduos em relação aos centros de poder da sociedade brasileira”.

<sup>326</sup> Entrevista realizada com Alfredo em 11 de julho de 2013.



como melhor potencializar o seu, enfim, isso é um instinto acho que muitas vezes natural. Pelo amor mesmo de você querer fazer, gostar de fazer e a sensibilidade de alguns... por exemplo...uma característica de policial que eu não tenho, falha minha, poderia até treinar, mas nunca fui cobrado e acredito que nunca vou ser, por exemplo eu sou um péssimo fisionomista. Mas tem gente que tem a percepção e é uma qualidade que deve ser muito exaltada dentro da polícia. Eu tenho um colega que se ele te ver daqui a três ele “rapaz, aquele cara ali tava com o policial lá”, eu já não tenho essa qualidade, que eu deveria ter, deveria e eu reconheço isso, compenso com outras coisas, com a vontade e tal, mas essa questão de você ser uma pessoa que guarda as características físicas de alguém, isso aí eu... e isso é uma coisa que deveria ser bem trabalhada dentro da polícia é uma qualidade de um bom policial, tá certo? É uma qualidade de um bom policial (informação verbal)<sup>327</sup>.

No carro de Martins, já de volta em direção ao meu veículo, pergunto sobre o faro policial, e ele me diz que isso existe. Na sua opinião, seria a capacidade de antecipar o fato, de visualizar uma ação futura, um raciocínio rápido que se manifesta de forma instintiva (informação verbal)<sup>328</sup>. Ter esse faro, no entanto, acarreta em considerar todas as pessoas que passam como possíveis meliantes, capazes de cometer um crime a qualquer momento.

Questiono com Ranulfo e Felipe sobre a existência do faro, e eles concordam existir. A descrição, no entanto, varia conforme o interlocutor. Felipe diz que ter o faro significa perceber o andado, o vestuário e a atitude do observado. “A gente sente o cheiro do errado na pessoa” define. “O jeito que a pessoa bota o pé escorado na parede, o boné, o modo como usa os óculos escuros. O cara percebe. O faro é uma coisa abstrata, é próximo da discriminação”, comenta. “Quando a gente suspeita de alguém, pedimos para as equipes abordarem. Eles sempre descobrem alguma coisa. Em 80% das vezes que chamamos é certo”, emenda Ranulfo, “a atitude de quem não deve é diferente da do cidadão”. Essa capacidade faz parte, de acordo com os interlocutores, do “sangue policial” (informação verbal)<sup>329</sup>.

Para Vilela, o faro diz respeito à habilidade de o policial identificar situações suspeitas. Para comprovar sua argumentação, ele cita um contraexemplo: o banco da cidade foi roubado e o gerente foi feito de refém. A viatura chegou ao local e perguntou ao vigilante se estava tudo bem. O homem confirmou e a equipe se retirou. Mesmo tendo identificado um veículo e um homem em situação suspeita (um Fox branco e um “negão” alto ao lado do carro), o policial não fez nenhuma abordagem. Enquanto isso, a agência estava sendo roubada. “Quando vejo dois

<sup>327</sup> Inspetor da Polícia Civil entrevistado para esta pesquisa.

<sup>328</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>329</sup> Entrevista realizada com Ranulfo e Felipe em 11 de junho de 2015.

homens em uma moto já fico desconfiado. É igual àquele cachorro, fico todo arrepiado” (informação verbal)<sup>330</sup>.

## 5.6 Anatomia de uma caçada policial pelas lentes da TV

Quando um policial é ferido ou morto, a perseguição policial pode durar dias ou atingir seu objetivo em poucas horas, como no caso a seguir. O inspetor da Polícia Civil Antonio Marcio Rios de Souza costumava usar os serviços de uma *lan house* sempre que voltava a Fortaleza. O estabelecimento comercial localizava-se no Monte Castelo, bairro em que o policial passou a infância e a juventude. E foi nesse mesmo local que ele acabou morrendo, após trocar tiros com um grupo de assaltantes na manhã do dia 8 de junho de 2015. Dois homens entraram na *lan house* abordando usuários e mandando que eles ficassem de cabeça abaixada, enquanto levavam seus pertencentes. A dupla dirigiu-se ao caixa para pegar mais dinheiro. Antonio Marcio, que usava uma das máquinas, percebeu naquele instante que poderia evitar o roubo, caso reagisse. O inspetor abaixou-se na tentativa de apanhar a pistola e começou a efetuar os disparos contra os homens, que estavam próximos ao caixa. Um terceiro assaltante, no entanto, segurou-o por trás, impedindo que prosseguisse o ataque. Os dois caíram ao chão, mas o policial ainda permaneceu atirando. Houve o revide e Antonio Marcos foi morto com tiros na cabeça, costas e pernas. A ação toda foi filmada por uma câmera de circuito interno. As imagens foram repetidas à exaustão tanto nos programas policiais quanto nos telejornais daquele dia e do dia seguinte. A câmera localizada na parte externa do estabelecimento mostrou o desespero dos moradores e o policial sendo socorrido por uma viatura da PM.

Os assaltantes fugiram em um Fox vermelho em direção ao bairro do Vila Velha, que margeia o rio Ceará e fica no limite com o município de Caucaia. A informação sobre o ocorrido se disseminou rapidamente por meio de celulares e aplicativos de comunicação instantânea. Policiais de folga e quem estava em campo naquele momento se deslocaram em perseguição ao grupo. Estava me dirigindo a uma entrevista para a tese quando vi a movimentação dos veículos no sentido contrário ao que estava. De imediato percebi que a conversa ficaria para um outro dia, pois os policiais certamente estariam mobilizados em torno daquela ação. A operação

---

<sup>330</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

reuniu um grande contingente de policiais e se estendeu por mais de quatro bairros, como se pode conferir no relato abaixo:

A Polícia Militar e a Polícia Civil montaram um cerco na área Oeste de Fortaleza. Cerca de meia hora depois, o carro usado na fuga foi encontrado no cruzamento da Avenida Major Assis com a Rua E, no bairro Vila Velha. Dentro dele estava um dos bandidos, já morto. Ele foi identificado como Fagner Eysenhowe Tomaz de Aquino, 34 anos, que possuía uma extensa ficha de crimes, entre eles, tentativa de assassinato, roubo de cargas e porte ilegal de armas. Nas buscas ao restante da quadrilha, os policiais cercaram os bairros Vila Velha, Jardim Guanabara, Antônio Bezerra e Quintino Cunha, conseguindo localizar os criminosos na comunidade conhecida como Turmalina, na Rua Emanuely, no Quintino Cunha. Um deles estava baleado e foi também levado para o IJF-Centro, onde morreu. Tratava-se de Willandilson dos Santos Araújo. Duas armas, incluindo a pistola do inspetor, foram apreendidas (RIBEIRO, 2015).<sup>331</sup>

Para que se possa ter uma dimensão dessa mobilização, policiais de duas áreas integradas de segurança (AIS 1 e AIS 2)<sup>332</sup> foram acionados em um curto espaço de tempo para atender a ocorrência. Unidades de delegacias distritais (1º DP, 7º DP) e de delegacias especializadas como Homicídios e Antisequestro (embora não se trate de um sequestro) também se dirigem ao local. Em pouco menos de duas horas os assaltantes foram cercados em meio às ruas e avenidas do bairro Vila Velha, já tomadas por dezenas de moradores, que seguiram de perto a movimentação das viaturas de diversas delegacias e batalhões da PM. A ação foi registrada por câmeras de equipes de TV<sup>333</sup>. A narração que segue é uma descrição feita a partir do que as lentes registram. No cruzamento de duas avenidas, estampidos de tiros indicavam que o confronto havia reiniciado. A confusão se formou, com as pessoas correndo a esmo, na tentativa de se abrigar dos projéteis. Os acusados correram em direção a um condomínio de paredes amarelas e suja, tomando como rota de fuga uma avenida larga e com aspecto de abandono. A polícia e os repórteres foram no encalço deles.

---

<sup>331</sup> Disponível em: <<http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/81-categorias/violencia-urbana/867-policial-civil-e-bandido-morrem-em-tiroteio-durante-assalto-em-fortaleza>>. Acesso em: 12/03/16.

<sup>332</sup> Os bairros e municípios que compõem cada Área Integrada de Segurança (AIS) estão relacionados no anexo III.

<sup>333</sup> Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/pj4p9vzv54s1/cacada-aos-acusados-de-matar-policial-teve-clima-tenso-04024D183960C0A95326?types=A&>>. Acesso em: 12/03/16.

Figura 5- Barulho de tiros causa confusão nas ruas do Vila Velha



Fonte: Reprodução internet

Figura 6 - Policiais correm ao encalço dos assaltantes, que se dirigem a um condomínio. A ação é filmada por diversas equipes de TV



Fonte: Reprodução internet

Figura 7 - Condomínio é cercado por policiais civis e militares



Fonte: Reprodução internet

Os policiais-caçadores se dispersam por entre as ruas estreitas que separam um bloco do outro. Algumas vias estão tomadas pelo lixo, enquanto muros e

paredes feitas na base do "puxadinho" transformam o espaço em um labirinto de cimento, dificultando o trabalho dos perseguidores. A caçada policial se torna, então, um jogo de gato e rato. Novos estampidos são ouvidos. A repórter questiona se são fogos de artifícios ou tiros. Quatro policiais se abrigam em um muro que serve como fundos para dois blocos. Dois estão pendurados na construção procurando avistar o paradeiro das presas. Os dois que estão embaixo servem como apoio e cobertura para que os colegas possam se manter elevados. Um deles porta uma balaclava impedindo que seu rosto seja conhecido. Um policial do FTA chega para atuar como reforço. O bloco está cercado por todos os lados. Cada imóvel é vistoriado por grupos de dois a três agentes. Em um deles, o morador diz que a polícia já esteve em sua residência, mas diz que eles podem entrar novamente, caso queiram.

Figura 8 5- Policiais acessam os fundos de um dos blocos



Fonte: Reprodução internet

O assaltante da *lan house* se refugia em um dos apartamentos e faz uma mulher de refém. Dois PMs tentam forçar a grade que dá acesso ao imóvel. O homem revida e dispara. Os policiais se afastam. Há homens de um lado e de outro das grades. Aos gritos, eles tentam fazer com que o acusado se renda e se jogue ao chão. Menos de um minuto depois, o portão é forçado novamente para que ele se abra. A câmera se afasta. Mais tiros são ouvidos. Quando o apartamento é mostrado novamente, as imagens já estão mais distantes e com uma multidão de pessoas bloqueando a visão. Não é possível mais acompanhar a ação policial de forma tão próxima quanto antes, mas o clima de tensão permanece. Barulhos de bombas são ouvidos, indicando que finalmente o local foi "estourado". É possível notar que a grade do imóvel teve de ser derrubada para que a polícia pudesse entrar no recinto.

Figura 9- Policiais forçam portão que dá acesso ao esconderijo



Fonte: Reprodução internet

Figura 60 - Aplausos e gritos de comemoração marcam o fim da caçada. Um homem grita ao fundo: “quem manda aqui é a polícia!”



Fonte: Reprodução internet.

Após a prisão dos "bandidos", os policiais se aplaudem, em comemoração. Há entre 30 e 40 deles, fardados e à paisana. Um homem grita ao fundo: “Quem manda aqui é a polícia!”. Durante a perseguição, Emanuel César Oliveira Magalhães, 18, apontado pelos próprios comparsas como o autor dos disparos contra o inspetor, foi baleado. Ele ainda foi transportado ao Instituto Doutor José Frota-Centro (IJF-Centro), mas, segundo o *Diário do Nordeste* (2015), “[...] não resistiu aos ferimentos e morreu”. O resultado da caçada: dois assaltantes morreram no confronto com os policiais - um no tiroteio com o inspetor, na *lan house*, e outro após ser ferido, a caminho para o hospital. O terceiro assaltante foi preso no interior de um dos apartamentos. Sem blusa e acompanhado por um homem de blusa azul, um dos acusados é levado pelas ruas do bairro como se fosse um troféu. A população segue atrás, como num cortejo. Um quarto homem, o motorista do Fox, só foi identificado após o término da caçada. Um helicóptero da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer) ainda foi acionado, na tentativa de rastrear sua fuga. Mesmo tendo



conseguido se evadir do local, o acusado foi localizado e preso no município de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza, na noite daquele mesmo dia.

Figura 7 - Preso durante perseguição é levado sob a escolta da polícia e o olhar atento dos moradores



Fonte: Reprodução internet

Figura 8 - Helicóptero da Ciopaer sobrevoa local da perseguição na tentativa de localizar o motorista que transportava os acusados



Fonte: Reprodução internet

Na relação entre inimigos não basta a vitória em si. É preciso que haja despojos. Na época do cangaço, as cabeças dos cangaceiros eram cortadas como forma de comprovar que eles haviam sido realmente mortos. A exibição dos prisioneiros à imprensa funciona como uma forma de dar satisfação à população que se via ameaçada pelo mal encarnado na figura do criminoso. A exposição dos presos - ainda que desrespeitando o direito deles à própria imagem - é, certamente, elemento essencial nos programas policiais. Na ficção, Michel Houellebecq (2002, p. 333) assim descreve o ato final da caçada:

Sua carreira policial não lhe permitira detectar, na pessoa dos *criminosos*, senão criaturas simplistas e más, incapazes de qualquer pensamento original e, a rigor, de todo e qualquer pensamento, animais degenerados que teria sido preferível, tanto em seu próprio interesse quanto pelo bem de outros e de qualquer possibilidade de comunidade humana, abater no momento da captura, ao menos era esta a sua – cada vez mais arraigada – opinião [...]. Seu trabalho específico era perseguir a caça, depois trazê-la e depositá-la aos pés dos juízes, e, mais genericamente, do *povo francês* (eles operavam em seu nome, pelo menos era a fórmula consagrada). No âmbito de uma caçada, a caça depositada aos pés do caçador achava-se, na maioria das vezes, morta – sua vida terminara durante a captura [...]. No âmbito de um inquérito policial, o culpado depositado aos pés do juiz estava, na prática, vivo.

Valendo-se de sua imaginação narrativa, Houellebecq adentra na cabeça de um policial-caçador que vê no seu oponente nada mais que um animal degenerado e, portanto, impossibilitado de desfrutar uma convivência mais harmoniosa com a comunidade humana. A vontade do personagem é abater o “animal” no momento de sua captura. É preciso, contudo, apresentar o resultado da caçada vivo aos pés do juiz, a quem cabe elaborar uma sentença. Saímos do plano da natureza e ingressamos no mundo da normatividade e da política. O policial-caçador sabe que a presa lhe trará dividendos. Daí a exposição. Segundo me informou um interlocutor, aparecer constantemente na mídia prendendo “bandidos” também é um componente relevante e recomendável para quem deseja construir uma carreira ascendente na polícia.

### **5.7 Tramas da caçada**

Um componente fundamental em toda caçada é o relato dela. Tal atividade cabe, via de regra, ao caçador. Cumpre a ele selecionar os fatos mais relevantes e encadeá-los em uma trama plausível a quem o escuta. Como diz Veyne (1998, p. 20), “[...] os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama”. O papel do detalhe, do acaso e da ação humana são salientados nessa abordagem, como toda boa história que nos prende a atenção e estimula nossa imaginação. Embora Veyne esteja se referindo primordialmente à historiografia, busco estender sua reflexão às narrativas do cotidiano, haja vista que estamos o tempo todo produzindo relatos e justificativas acerca de nossas ações. Vamos tecendo, por assim, tramas que permitem inserir nossas vidas em narrativas sociais de maior alcance. É com esse intuito em mente que exponho três narrativas



de caçadas a seguir. Elas condensam e exemplificam as reflexões anteriores. As fontes ouvidas são diversas: abrangem desde quem esteve em campo caçando àqueles que foram incumbidos profissionalmente de fazer o relato das caçadas. Há uma clara limitação aí expressa por Ingold (2000, p. 52): embora estabeleçam entre si uma socialidade, apenas o agente humano é capaz de narrar os encontros com as presas durante uma caçada. Recolocando a questão em outros termos, ou seja, do ponto de vista das relações sociais, a narrativa do policial-caçador é sempre mais válida social e moralmente que a do bandido-presa. Isso é ainda mais pertinente quando o relato do policial é a única fonte de informação acerca de uma caçada. Feita essa ressalva, enumero as tramas da caçada apresentadas a seguir: a primeira narrativa reconstrói duas caçadas em torno de assassinatos de policiais ocorridas em uma mesma semana; a segunda aborda a perseguição a um maníaco sexual que mobilizou um bairro inteiro e teve repercussão nacional; e, por fim, a terceira expõe as estratégias e práticas de uma caçada que durou cerca de cinco anos a uma quadrilha que valia-se das condições geográficas a seu favor e cujo conhecimento local tornou-se seu principal aliado contra a polícia.<sup>334</sup>

### **5.7.1 A trama da caçada I: fazendo “justiça” por meio da caça**

Dois dias depois, no início da manhã, uma policial civil lotada na Coordenadoria de Inteligência (Coin) foi assassinada dentro do carro em que estava, na rua José Leon, no bairro Cidade dos Funcionários. A mulher descia a avenida quando foi abordada por um homem armado que tentava roubar quem estivesse passando pelo trecho. Na tentativa de fugir do agressor, ela foi baleada e morreu no local. O carro, desgovernado, colidiu com um estabelecimento comercial. O homem roubou outro veículo e evadiu-se. Mais uma vez, toda a ação foi registrada pelas câmeras de segurança. O crime ocorreu por volta das 6h30, mas a rede de policiais começou a ser acionada por volta das 8h, quando muitos profissionais começaram a comparecer ao trabalho. Viaturas de unidades de bairros distantes da ocorrência e até mesmo da Delegacia de Criança e do Adolescente (DCA) participaram da perseguição. A ação é denominada pelos policiais como “força-tarefa” e já está

---

<sup>334</sup> Por se tratar de fatos conhecidos, com ampla divulgação pelos meios de comunicação, os três episódios descritos a seguir apresentarão os nomes reais de locais e de personagens. Alguns interlocutores terão suas identidades preservadas, no entanto.

replicada, estendendo-se a ocorrências diversas, como arrastões. Em uma página do *Facebook* destinada a dar visibilidade às ações da Polícia Civil, a atuação da força-tarefa é assim descrita:

Policiais civis de diversas delegacias, em seu horário de folga, tomaram conhecimento de um arrastão violento ocorrido em um restaurante no Bairro Dionísio Torres e, de imediato, montaram equipes e saíram em busca dos autores do delito. Ainda na madrugada, [nome omitido] foi preso em flagrante e conduzido para a DP. As investigações quanto aos outros meliantes continuam e certamente os demais envolvidos serão presos. Os cidadãos de bem do Estado do Ceará agradecem e parabenizam os abnegados policiais civis pelo esforço e dedicação com que desempenham suas funções, inclusive no momento em que poderiam estar no aconchego de seus lares. POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ: FORÇA E HONRA!

Trata-se, certamente, de um fenômeno instigante, haja vista a queixa histórica que a Polícia Civil no Ceará possui de falta de efetivo e condições de trabalho. Pelas limitações impostas a este trabalho, contudo, faço apenas este registro sobre o tema. A tarefa de compreender essa modalidade de atuação fora do expediente do trabalho em mais profundidade ficará para uma próxima oportunidade.

Jonas (nome fictício) estava de folga, mas mesmo assim se dirigiu ao local do crime. “Gente que estava no administrativo foi também. Vi dois colegas de férias lá”, explica (informação verbal)<sup>335</sup>. Após os disparos, o homem fugiu para o bairro em que morava. Com menos de três horas depois, ele foi localizado e preso. Segundo Jonas, o próprio acusado se entregou. Segue a transcrição de nossa conversa via aplicativo de comunicação móvel:

‘Teve gente do Reservado ajudando?’  
 ‘Teve gente de todo canto, mas há dois Reservados digamos. A Coin e os Reservados da PM.’  
 ‘Entendi.’  
 ‘Eu sei da Coin, de onde ela era lotada, mas dos batalhões não sei te dizer porque não conheço eles.’  
 ‘Quem deu a pista de onde o cara tava?’  
 ‘Ele mesmo [emoticon rindo].’  
 ‘O cara que matou?’  
 ‘As câmeras, o modo da fuga... Sim, o comportamento dele, drogado, ajudou [a gente] a chegar ao seboso.’  
 ‘Entendi. Ele já era conhecido da Polícia então.’  
 ‘Não parou quieto, virado 24 horas no pó. Aí continuou botando boneco por perto, uma viatura foi lá e identificou ele pelas características.’  
 ‘O que é que ele tinha na Sapiranga.’  
 ‘Ele mora por lá. Quando ouviu a sirene, [ele] se ligou que podia ser pra ele, tentou entrar numa outra casa, mas foi pego.’

<sup>335</sup> Entrevista realizada com Jonas em 16 de junho de 2015.

'Ah tá. E aí depois da lombra ele foi assaltar gente na José Leon.'  
 'Depois, não. DURANTE.'  
 'Sim, sim.'  
 'Isso facilitou o processo de localização. Até na hora da prisão ele tava alterado, só depois 'normalizou.'

As fotos do acusado no chão da casa em que estava escondido chegaram ao meu celular antes da hora do almoço. As duas caçadas, uma seguida à outra, geraram um debate acerca da eficácia da polícia e da capacidade de mobilização em torno de crimes cometidos contra "civis", ou seja, pessoas que não possuam ligação com as forças de segurança. Um apresentador de TV criticou essa diferença de postura e foi contestado por policiais. Jonas comenta:

'Devido ao Ely Aguiar, a negada ta deixando de falar com a imprensa"  
 'Vixe. O que ele falou?'  
 'Na morte da policial ele falou que a polícia não agia assim nas mortes de outras pessoas e realmente não age.'  
 'Pois é.'  
 'Eu nao vou sair de folga porque outra pessoa morreu, a menos que seja do meu interesse.'  
 'Aham.'  
 'E não conheço outra profissão em que as pessoas se orgulham de ter morto como quando matam polícia.'

No fim do mesmo mês, foi a vez de um PM ser morto. O soldado Douglas dos Santos Silva estava de folga no bairro Mondubim. Ele trafegava em uma moto quando foi abordado por um Gol prata. Três homens que estavam no interior do veículo começaram a atirar. O militar tentou fugir, mas caiu. Um dos homens saiu do carro e disparou contra o PM, que foi alvejado com mais de 15 tiros. A versão preliminar sobre a motivação do crime aponta para um caso de vingança, cuja ordem teria partido do presídio. A morte foi divulgada nas redes sociais com as inscrições "Luto PM/CE" e "EstamosàCaça". Dentre os comentários abaixo da postagem, diversos faziam menções à caçada humana. Um, particularmente, chamou-me a atenção: "[...] que a segunda sessão (sic) caia em cima desses vagabundos". A mobilização dessa vez foi menor. Não havia imagens do assassinato, e por limitações da própria corporação os policiais militares não puderam organizar sua própria caçada.

### **5.7.2 A trama da caçada II: o caso Alanis**

Talvez o paralelo mais próximo que se possa estabelecer da caçada policial com a relação de predação entre homem e animal seja quando o alvo é acusado de crimes sexuais. As referências aos agressores sempre resvalam nos limites do não humano. O caso de maior repercussão, nesse sentido, foi o rapto e morte de Alanis Maria Laurindo, de 5 anos. A menina estava com os pais assistindo a uma missa no bairro Conjunto Ceará. Segundo o relato de testemunhas, ela estava brincando no pátio da igreja quando foi abordada por um homem que lhe ofereceu pipoca e a raptou. A notícia do desaparecimento espalhou-se rapidamente. A população do bairro confeccionou cartazes e foi às ruas para fazer um alerta sobre a ocorrência. Nesse período, cursava o mestrado na Universidade Estadual do Ceará (Uece) e fui chamado para cobrir as férias de um jornalista no O POVO. Era um trabalho de apenas um mês, o suficiente para pagar algumas contas. Estava no plantão policial naquela sexta e torcia muito para que achassem a criança viva e o caso fosse encerrado. Não foi o que aconteceu. Um repórter que estava cobrindo esporte foi abordado durante o serviço por uma pessoa que tinha uma informação sobre o desaparecimento: Alanis fora achada, mas estava morta. Fui destacado para ir até o local: rua Rui Monte, bairro Antônio Bezerra. Toda vez que passo por ali me lembro daquela noite. A menina estava em um matagal. De bruços e com hematomas por todo o corpo. Não tive coragem de atravessar a cerca de arame farpado. Contentei-me com a descrição feita pelo fotógrafo. Antes de ser morta, ela fora vítima de estupro e agressões. Vilela estava lotado no quartel responsável pelo policiamento daquela área e conta como foi a reação dos policiais ao saberem do crime:

O caso Alanis se tornou uma questão de honra para todo mundo. Só sossegamos quando encontramos o assassino. O sentimento de responsabilidade naquela ocasião foi a mil. Teve policial que passou três dias sem dormir.

Em entrevista à imprensa, o delegado Lira Ximenes, responsável pela investigação do crime, fornece detalhes sobre o sentimento vivido pelos policiais à época:

Muitos policiais, civis e militares, trabalharam de folga, por conta própria, e em seus próprios veículos. Eu notava que os policiais se recusavam a ir para casa. Já trabalhei em muitos outros casos, mas dessa maneira, eu nunca tinha visto. Foi uma das coisas mais surpreendentes que eu já presenciei também nesse sentido (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010, p. 14).

O primeiro passo, segundo Vilela, foi tentar localizar Alanis. Ainda na noite de quinta, dia do desaparecimento, um forte contingente policial foi mobilizado em torno das buscas. Matagais e locais ermos foram vasculhados à procura da menina, mas em vão. Após comprar a pipoca e água, o maníaco do Canal, nome pelo qual Antônio Carlos dos Santos Xavier, o “Casim”, foi denominado pela imprensa, levou Alanis de ônibus até o matagal. Ao descer em uma parada de ônibus localizada em frente a um condomínio, Antônio Carlos desceu a rua e cometeu o crime em um matagal localizado ao lado de um segundo condomínio. Uma mulher que vendia lanches em um quiosque montado em frente à parada viu quando os dois saíram do coletivo e tomaram rumo desconhecido. Ela se tornou uma peça-chave na resolução do caso, conforme explica Vilela:

Seguimos algumas perguntas: Quem é o cara que a levou? Para onde ela foi levada? Uma testemunha disse que viu um homem oferecendo pipoca à menina. Fomos atrás do pipoqueiro para saber quem havia comprado e ele nos ofereceu uma descrição. Havia um rumo a partir dali. Depois, uma mulher viu o homem levando-a em direção a um matagal, onde foi violentada e morta. Na manhã do dia seguinte, já sabíamos quem havia cometido o crime. Começamos então a caçada humana. Isso foi o que podemos chamar de caçada (informação verbal)<sup>336</sup>.

A polícia começou a levantar o perfil de pessoas que tivessem cometido crimes semelhantes. A primeira informação sobre o acusado, no entanto, levou o irmão de Antônio Carlos a ser preso por engano. Ele confessou que “Casim” era o verdadeiro assassino de Alanis e forneceu informações importantes sobre o paradeiro dele. Um retrato falado foi feito e, paralelamente a isso, descobriu-se que Antônio Carlos já havia sido preso em 2000 por rapto e estupro de uma menina de cinco anos, mas fugira da cadeia agrícola do Amanari. A perseguição, então, se acentuou. Antônio Carlos foi preso no terminal de ônibus do Siqueira menos de cinco dias depois de ter cometido o crime. A vizinha da namorada dele o reconheceu no momento em que se preparava para subir no coletivo. Ela conta que ligou para a polícia informando que o acusado estava no mesmo ônibus em que ela estava. Guardas municipais prenderam o acusado. Um deles ligou para Vilela, que designou que o “maníaco do canal” fosse escoltado do terminal à superintendência da Polícia Civil, no Centro da cidade. “Um

---

<sup>336</sup> Entrevista realizada com Vilela em 23 de julho de 2015.

guarda municipal me ligou dizendo o seguinte: 'o cara tá dentro do terminal'. Mande as viaturas e aí ele já estava 'na mão'" (informação verbal)<sup>337</sup>, relembra. Vilela afirma que, durante a perseguição, teve de conter o ímpeto dos policiais e da própria população:

Numa situação dessa não tem como não pensar nos filhos. O sentimento de pai fala forte. A gente só sossega quando chega no cara. Teve policial que chorou quando a menina foi achada e outros que choraram depois que o cara foi preso. Ele foi escoltado até a superintendência, pois as pessoas queriam linchá-lo. Chegaram até a tentar forçar os portões do prédio (informação verbal)<sup>338</sup>.

Antônio Carlos, no entanto, não foi preso pela morte de Alanis, mas ficou detido por receptação de objeto roubado, um celular. Ainda não havia provas materiais que o ligassem ao assassinato. A chegada do "maníaco" foi descrita dessa forma pelo jornal O POVO (2010, p. 3):

Uma multidão aguardava a chegada do acusado, que entrou pelos fundos do prédio, na rua Sena Madureira. Ele foi recebido por gritos, em coro, de 'assassino', 'lixo', 'bandido' e 'monstro'. A população pedia que Antônio fosse levado para fora da sede da instituição e ameaçava invadi-la. Cerca de 20 homens do Batalhão de Choque da PM foram chamados para dar segurança ao lugar e um helicóptero da Ciopaer sobrevoava a área no momento da entrada da viatura no prédio.

O caso Alanis tornou-se um marco. A comoção em torno do episódio foi explorada ao máximo. O cotidiano dos familiares foi invadido, boatos foram criados e os acontecimentos foram esmiuçados nos mais ínfimos detalhes<sup>339</sup>. Sete meses depois o acusado foi a julgamento. A defesa sustentava a tese de que ele sofria de problemas mentais e, por essa razão, deveria ser internado em um manicômio judiciário. No intervalo do julgamento, de acordo com o jornal O Povo, a mãe de Alanis faz o seguinte comentário à imprensa: "Ele é um monstro. Ele não é doido. Com fé em Deus, ele ficará preso". Antônio Carlos foi condenado a 31 anos e oito meses de

<sup>337</sup> Entrevista realizada com Vilela em 23 de julho de 2015.

<sup>338</sup> Entrevista realizada com Vilela em 23 de julho de 2015.

<sup>339</sup> Embora não tenha se debruçado sobre esse episódio, o Caso Alanis pode ser compreendido de forma bastante abrangente a partir da análise feita por Paiva (2012), sobre os "crimes que abalaram o Brasil". No que tange à relação entre meios de comunicações, vítimas e público, o autor pondera: "Cada uma das mortes é construída nas notícias como reflexo de processos que mobilizam afetos e sentimentos de indignação social que visam construir cenas e efeitos de realidade constitutivos dos acontecimentos. Não apenas a morte em si, mas todas as condições sociais que possibilitaram sua efetivação são agenciadas pelos processos de reprodução midiática" (PAIVA, 2012, p.333).

reclusão em regime fechado. A Prefeitura de Fortaleza instituiu o Troféu Alanis Maria em alusão ao Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio. O Estado foi condenado por omissão e negligência por, de acordo com a Justiça, não ter feito nada para prender "Casim" durante todo o tempo em que ele esteve foragido da Colônia Agropastoril do Amanari, onde cumpria pena em regime semiaberto. Nem ao menos um mandado de prisão teria sido expedido. Foi concedida indenização por danos morais à família.

### **5.7.3 A trama da caçada III: Salsicha, Etim e Roberto Olhão**

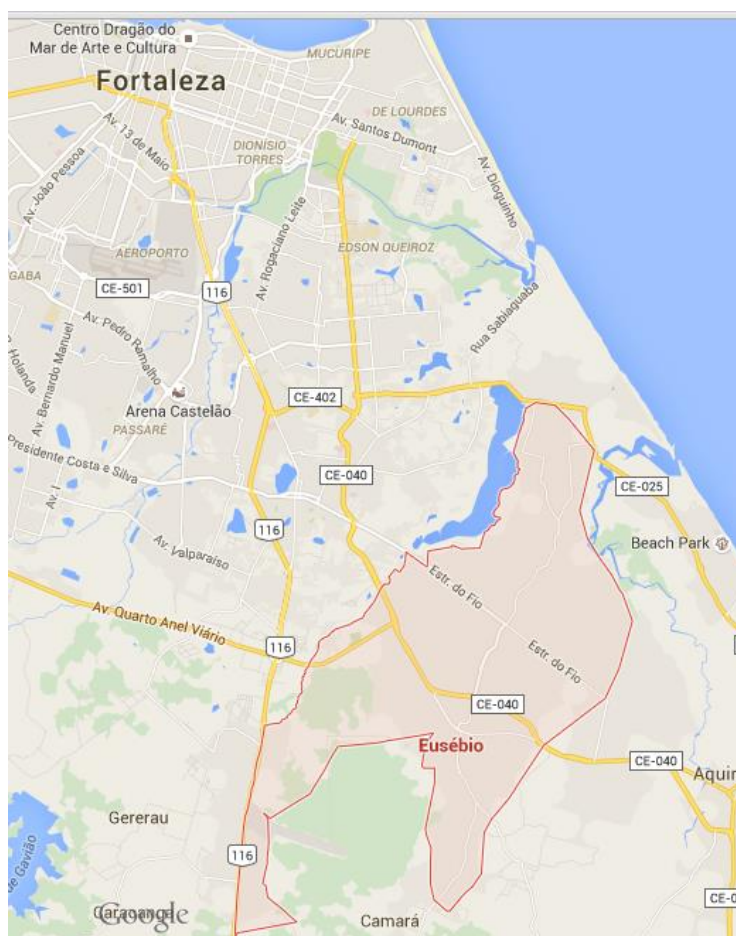
O município do Eusébio, na Região Metropolitana de Fortaleza, transformou-se em uma extensão da Capital, atraindo moradores de elevado poder aquisitivo em busca de residências de alto padrão e próximas da cidade. Houve ainda uma migração de empresas atraídas pelas condições mais favoráveis de tributação e de instalação de suas sedes. Não à toa, Eusébio possui a segunda maior renda per capita do Ceará, com R\$ 29.237, ficando atrás apenas de São Gonçalo do Amarante, município que abriga o Porto do Pecém e um complexo industrial em franca expansão<sup>340</sup>. Dantas e Silva (2009) destacam quatro vetores da lógica de transformação da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A primeira, mais antiga, refere-se à industrialização de Maracanaú, em detrimento da Zona Francisco Sá, zona oeste da Capital, promovida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O segundo vetor, que também tem o processo de industrialização como força motriz, estendeu-se ao longo da rodovia BR-116, abrangendo os municípios de Itaitinga, Horizonte e Pacajus. A construção de condomínios habitacionais em Caucaia, a lógica de valorização dos espaços litorâneos pelo veraneio marítimo e o turismo impulsionam a ocupação do litoral oeste da RM. Por fim, o quarto e último vetor dizem respeito à ocupação do leste metropolitano, mais especificamente os municípios de Aquiraz e Eusébio. Além das duas lógicas presentes à ocupação do oeste (veraneio marítimo e o turismo litorâneo), ambos os espaços se apresentam como um *locus* de primeira residência.

---

<sup>340</sup> Disponível em <[http://www.eusebio.ce.gov.br/noticias\\_detalhes.php?cod\\_noticia=672](http://www.eusebio.ce.gov.br/noticias_detalhes.php?cod_noticia=672)>. Acesso em 17/06/2015.

A ocupação pelo veraneio não é um fenômeno recente. Ela foi a responsável pela incorporação dos primeiros municípios que passaram a integrar a RMF, como Aquiraz e Caucaia, a partir da década de 1970. Segundo Pequeno (2015), a formação de uma classe média com poder de consumo mais elevado fez com que práticas das classes mais abastadas fossem adotadas por um segmento maior da população.

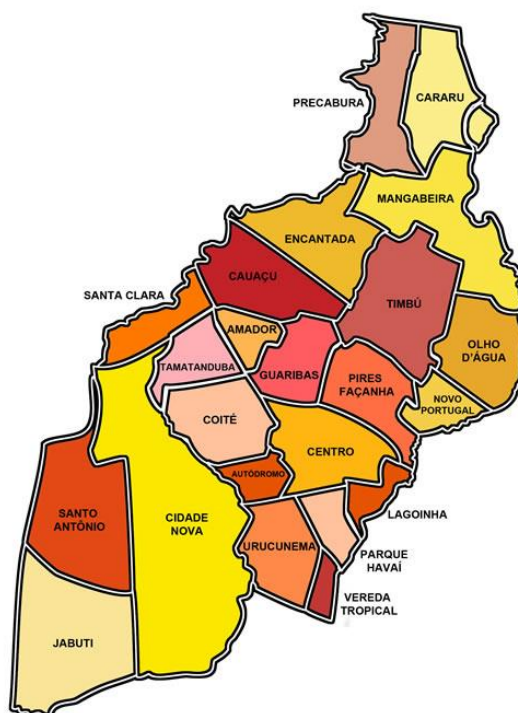
Figura 13 - Mapa do município de Eusébio



Fonte: Google Maps.



Figura 9– Mapa político do município de Eusébio



Fonte: <[http://www.eusebio.ce.gov.br/arquivos/images/mapa\\_eusebio.jpg](http://www.eusebio.ce.gov.br/arquivos/images/mapa_eusebio.jpg)>

Eusébio passou a fazer parte da RMF em 1987. Um marco importante na transformação do então distrito de Aquiraz em município foi a construção da Fábrica Fortaleza, pastifício do grupo M. Dias Branco, às margens da BR-116. Na década seguinte, com a implantação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), que previa uma "[...] nova lógica de industrialização, pautada na lógica da guerra fiscal, e valorização turística dos espaços litorâneos" (DANTAS; SILVA 2009, p. 16), Eusébio passa a tornar-se uma peça relevante no processo de expansão metropolitana. Os benefícios fiscais concedidos a novos empreendimentos fazem com que o município passe a figurar com mais destaque no mapa econômico do estado. A ligação com Fortaleza, mediada pela duplicação rodovia estadual CE-040, é bastante representativa desse novo momento histórico. Ao contrário da maioria dos municípios da RMF, Eusébio possui diversas modalidades de inserção metropolitana, valendo-se conjuntamente da posição privilegiada em relação à orla marítima, de uma zona industrial e de um espaço destinado ao veraneio em transição para o residencial. No tocante à vulnerabilidade social, o perfil da população do Eusébio se concentra na tipologia do operário rural, em que "[...] mais

de 50% da população têm renda per capita até meio salário mínimo e mais de 80% renda familiar per capita inferior a um salário mínimo. Muitos trabalham nas indústrias, em atividades agrícolas ou são idosos aposentados por idade ou pela atividade rural" (PEREIRA; COSTA, 2015, p.325). Menos de 3% da população total tem renda superior a três salários mínimos. Para se chegar ao Eusébio, vindo de Fortaleza, o caminho mais recorrente é pela avenida Washington Soares. O corredor econômico foi uma das áreas que mais cresceu na capital, abrigando uma infinidade de serviços e alterando o fluxo de circulação de pessoas e veículos rumo ao leste. Em paralelo, condomínios e imóveis foram sendo construídos no entorno da via, alinhando novas redes e tramas de socialidades, borrando as diferenças urbanas e sociais entre os dois municípios. A cidade-dormitório vira a cidade do trabalho e vice-versa. Distâncias e diferenças são eliminadas à medida que se sai da Washington Soares e se avança na CE-040. A profusão de prédios novos impressiona e confunde o olhar. As placas publicitárias que se sucedem de forma atropelada são um sinal que mais mudanças virão e que o processo de urbanização não atingiu o limite do esgotamento.

Há outros caminhos para se chegar ao Eusébio, mas nem de longe são tão iluminados ou seguros quanto pela Washington Soares. Pode-se adentrá-lo pelo Maracanaú, seguindo a rotatória da Ceasa, ou pela mata situada ao largo da Fábrica Fortaleza, uma das principais indústrias do estado. Se os trechos pavimentados são acessíveis à maioria da população que deseja passar de um município a outro, a mata que recobre os distritos de Urucunema, Parque Havaí e Vereda Tropical é de entrada restrita aos nativos, àqueles que desde pequenos corriam por suas veredas e banhavam-se em seus riachos. É no confronto entre quem fincou os pés no solo do município há muito tempo e os recém-chegados que a trama desta caçada tem seu ponto de partida.

Embora a constituição da quadrilha do Salsicha, seu primeiro líder conhecido, remonte há mais de uma década, as primeiras ocorrências a ganhar publicidade se devem a assaltos cometidos em casas de veraneio. Policiais, juízes e empresários tiveram seus bens levados e foram ameaçados pelos assaltantes. Uma delegada da Polícia Civil relembra o sentimento que perpassava a população quando de sua chegada ao município:

Eu cheguei aqui em janeiro de 2010. Quando eu cheguei, a cidade estava apavorada porque uma quadrilha chefiada pelo Salsicha, com mais de 15

anos, estava agindo, todos eles mascarados, na área do Eusébio e Aquiraz. Eles roubavam tudo o que tinha nas casas, levavam as vítimas para fazer saques. De acontecer de o cara chegar numa propriedade, entrar, armar uma rede, beber, abrir geladeira. Já é terrível passar um minuto na posse de um bandido, imagine duas horas que eles ficavam. O foco deles eram objetos, pessoas, dinheiro e carros. Isso perdurou por três meses e quase todo dia as famílias estavam aqui. Foram feitos muitos boletins de ocorrência e até então não tinha nenhuma identificação. Eles já agiam há muito tempo, há quase 15 anos e como eles agiam mascarados, não tinha como a gente identificar. As vítimas diziam que um deles tinha dois metros de altura. No caso, era o Salsicha. Eles começaram a fazer isso ainda adolescentes. O Salsicha já tinha sido preso no tempo do delegado anterior e depois foi solto (informação verbal)<sup>341</sup>.

Aos poucos, a sensação de insegurança que assolava o Eusébio tomou o rumo de Fortaleza, despertando a atenção de quem assistia a tudo aquilo pela TV. Os nomes de “Salsicha”, “Etim” e “Dante” começavam a se tornar conhecidos. Aumentava ali a pressão para que os casos fossem solucionados e uma resposta fosse dada àquele município que se apresentava como um verdadeiro oásis a quem desejava fugir do caos da cidade grande. A morte de um policial acirrou ainda mais os ânimos. Salsicha era descrito na imprensa como um homem “ousado, violento e assassino de policiais”. Três das quatro modalidades de caça citadas anteriormente se faziam presentes nesse episódio. O trecho que segue é extenso, mas expõe de forma contundente o modus operandi do grupo, a forma como suas ações foram divulgadas ao público e a relevância dada pelos órgãos de segurança ao episódio:

#### PM caça bandidos que assassinaram policial

Virou um desafio para a Polícia a desarticulação de uma quadrilha que há, pelo menos, um ano, vem cometendo crimes nos Municípios de Aquiraz e Eusébio, na região metropolitana de Fortaleza. O bando agora é apontado como principal suspeito da morte de um policial militar. Patrulhas do Batalhão de Polícia de Choque (BpChoque) estão realizando diligências sem parar na área do Eusébio. A determinação partiu do chefe do Comando do Policiamento da Capital (CPC). Ontem, ele se reuniu com outras autoridades da área da Segurança Pública para juntos traçar uma estratégia de cerco aos delinquentes.

#### Criminosos

A quadrilha é formada pelos bandidos Carlos Antônio da Silva de Moraes, o ‘Dante’; Vítor Antônio da Silva de Oliveira, o ‘Salsicha’; e Francisco Wellington da Silva Justino, o ‘Etim’. A Polícia, no entanto, suspeita que outro perigoso bandido tenha se aliado ao grupo. Trata-se do homicida e fugitivo da Justiça, Noé Vieira Lima, que responde a, pelo menos, sete assassinatos naquela área da Grande Fortaleza. O quinto integrante do grupo já está preso. Trata-se de Francisco Rafael da Silva Nascimento, capturado em

<sup>341</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.

junho último, depois de ser baleado numa tentativa de assalto à casa de um delegado da Polícia Civil na Localidade de Encantada, Eusébio.

As diligências para capturar a quadrilha mobilizam patrulhas do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), Comando Tático Motorizado (Cotam), Canil, Rondas de Ação Intensiva e Ostensiva (Raio) e, ainda, policiais da 3ª Companhia do 6º BPM (Maracanaú) e da Companhia Provisória do Eusébio. A Polícia Civil, através da Delegacia Metropolitana do Eusébio (DME), já instaurou inquérito sobre o último crime atribuído aos quadrilheiros.

Os bandidos são suspeitos de terem invadido o sítio 'Até quem enfim', localizado no Centro do Eusébio. Ali, eles tentaram render a família de um secretário do Município de Maracanaú. Porém, descobriram que um policial militar estava trabalhando como segurança do sítio. Era o cabo PM Salomão Vitor Barroso, 42, pai de dois filhos menores, destacado na Guarda do Quartel do Comando Geral da PM (QCG). Segundo a Polícia, o cabo Vítor foi arrastado pelos assassinos para os fundos do sítio e executado com oito tiros na cabeça. Os assaltantes fugiram levando a arma (pistola) do militar. No começo da madrugada de ontem, uma denúncia levou a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) a mobilizar várias patrulhas do BpChoque e do Policiamento Ostensivo Geral (POG) para tentar prender os assaltantes, depois que uma mulher denunciou a presença de suspeitos em sua casa, no Eusébio. Os três bandidos chegaram na casa da mulher vestindo roupas pretas e disseram que estavam com muita sede. Depois que beberam água, sumiram novamente em um matagal próximo ao Autódromo.

Assaltos

'Dante', 'Salsicha', 'Etim' e Noé, segundo a Polícia, foram os responsáveis por vários assaltos no Eusébio e em Aquiraz nos últimos meses. Em um deles, invadiram um condomínio de casas de luxo e passaram cerca de três horas, atacando nove das 13 residências. Recentemente, o BpChoque chegou próximo de prender o bando, mas ele fugiu deixando para trás o seu arsenal. Agora, o grupo estaria buscando novas armas. Isto explicaria o assassinato do PM. Nada foi roubado do sítio (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

A maior dificuldade enfrentada pelos policiais era furar o cerco que protegia a quadrilha. Salsicha, Etim e Dante conheciam bem a mata, e se serviam do apoio dos moradores locais tanto no momento das fugas quanto no monitoramento de quem entrava e saía da área utilizada pelo grupo como esconderijo e abrigo. O ponto de virada ocorreu após o assalto à residência de um delegado. Houve tiroteio e um dos homens foi ferido no queixo. Ele foi encontrado em um hospital com uma identidade falsa e revelou a identidade dos líderes do grupo. A partir dali, segundo a delegada, os roubos às casas de veraneio foram interrompidos e o grupo dedicou-se ao controle de tráfico de drogas. "Com o tráfico, eles passaram a matar mais", afirma (informação verbal)<sup>342</sup>. A área de atuação da quadrilha localizava-se em Eusébio e Aquiraz, município vizinho. A base de operações consolidou-se nos bairros Autódromo e Parque Havaí. As mulheres dos acusados possuíam um papel importante na logística

---

<sup>342</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.

do grupo. Eram elas que mantinham as casas usadas durante as fugas, e foi por meio de algumas delas que pistas importantes foram encontradas pelos policiais.

A entrada em uma nova atividade criminosa, contudo, fez com que a quadrilha tivesse de enfrentar novos rivais: foi o começo de sua desintegração. Salsicha estava na companhia de amigos quando matou um taxista chileno em frente a uma boate na Praia de Iracema. As imagens de circuito interno permitiram identificar o autor dos disparos. A primeira versão para o crime foi a de que uma discussão seguida de agressão teria motivado a morte. Pouco depois, os policiais descobriram que o chileno também traficava e que a morte dele foi um passo importante para que o grupo de Salsicha pudesse entrar no mercado da droga também em Fortaleza. O grupo foi perseguido e escapou por um matagal. A fim de penetrar na área dominada pela quadrilha, foi preciso infiltrar-se no domínio do adversário e conquistar o apoio de informantes locais, ou seja, um trabalho sob medida para os agentes do Serviço Reservado. De acordo com a delegada, uma casa que servia como abrigo ao grupo foi descoberta como resultado dessa atividade. Entre a descoberta e a perseguição, contudo, muitas pessoas foram assassinadas ao longo do caminho. Um homem com uma criança no colo foi executado sob a suspeita de ter denunciado o grupo à polícia. “O Dante metralhou esse rapaz e ele não tinha nada a ver”, revela a policial (informação verbal)<sup>343</sup>. A casa foi peça-chave para a prisão dos membros da quadrilha, mas para que os homens fossem presos foi necessário realizar uma verdadeira caçada no mato:

Nós não esperávamos que se tratasse dessa grande quadrilha. É tanto que na casa não tinha ninguém, só tinha o dono, um bandido, um ladrão. Ele estava só. Nós encontramos droga na casa dele e o grupo tinha fugido, só ele foi preso. Nós conseguimos identificar tudo ali na casa deles. Através dos boletins de ocorrência a gente estava devolvendo os pertences encontrados das vítimas. Nós começamos a instaurar uns vinte inquéritos por roubo e indicamos todos e pedimos prisão para todos. Isso foi gradativo. Num determinado dia, o coronel apreendeu duas mulheres e um menor de idade com bastante droga. Eles foram mostrar onde era a casa do dono da droga. O Coronel não pediu reforço, chamou só cinco policiais militares e foram para essa casa. Quando eles entraram na casa o Dante tentou pular o muro, mas foi morto na hora. O restante do grupo fugiu. Na casa havia bastante droga. A namorada de um deles foi presa, um menor foi apreendido e uma outra mulher que estava dando cobertura. Um mês depois o menor foi morto pela própria quadrilha, porque foi ele quem entregou. A partir disso, eles passaram a se fixar no mato. O Eusébio é acidentado, tem florestas. A Fábrica Fortaleza tem um padrão latifundiário muito grande. Eles conseguiram fazer esconderijo na mata. O Dante já serviu o Exército e, quando a gente chegou ao

---

<sup>343</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.

esconderijo, nós encontramos roupas camufladas, quentinhas, redes e refrigerantes. O choque trocou tiros com eles quando eles fizeram a mata de esconderijo. Como a gente sabia de tudo e não conseguimos prendê-los, a gente passou a trabalhar com escutas telefônicas. Eu fiz um trabalho demorado de cinco meses, pedi a interceptação em um dos homicídios e nós ficamos monitorando o Etim, o Salsicha e todo o grupo. Em uma das escutas a gente ouviu o Etim eliminando uma pessoa, no parque Havaí, porque eles consideravam o cara como cabueta. Nós fizemos um trabalho de inteligência. O coronel veio, alugou uma casa nas proximidades de onde eles agiam, no autódromo e no Parque Havaí, e colocou 30 homens da polícia militar. O trabalho ficou sendo feito com guardião [sistema de escutas telefônicas da SSPDS], escutas, os policiais sempre nos informando onde eles estavam e o que estavam fazendo. Eles tinham contato direto com o presídio. O presídio fornecia armas e drogas. Um integrante do grupo deles, que já foi morto, o Romário, era quem fornecia todo o armamento. Eles matavam com trinta, quarenta tiros de ponto quarenta, eles esnobavam mesmo. Eles mataram um subtenente que estava trabalhando como vigia numa ação e levaram a pistola dele. Essa pistola foi usada para eles matarem muita gente. A gente começou a fazer esse trabalho com o coronel prendendo. Ele colocou esses 30 homens como moradores e toda denúncia eles iam lá e checavam (informação verbal)<sup>344</sup>.

Ulisses foi um desses 30 homens selecionados. Como vinha de outra área, o policial teve de se apresentar aos quartéis da PM no local. No do Ronda do Quarteirão, ele conta que foi bem recebido. O mesmo não ocorreu no Batalhão de Policiamento Ostensivo Geral (POG). Embora percebesse essas divisões no interior da corporação, uma das causas para o sucesso da operação, segundo Ulisses, foi a articulação entre Polícia Militar, Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Guarda Municipal. O MP atuou no sentido de tornar mais rápido o processo de expedição de mandados de busca e apreensão, sempre apoiado pelos juízes. Os agentes da Guarda, por sua vez, atuaram na logística e operacionalmente, dando suporte às investidas dos policiais. A guarda também auxiliou na aquisição de caminhões para fazer a mudança de algumas das testemunhas e informantes que repassavam informações à polícia (informação verbal)<sup>345</sup>.

Segundo Ulisses, uma casa foi alugada no local de atuação da quadrilha. De lá, os policiais montaram sua base. Um sistema de escuta conectado ao Guardiã foi instalado para ouvir as ligações telefônicas trocadas entre os acusados. Em seguida, foi feito um trabalho de captação de informantes ou colaboradores. De acordo com o soldado, é feito um recrutamento de pessoas que possuem algum tipo de informação que interesse à polícia. Ao contrário de outros países, os informantes policiais não são remunerados. A colaboração costuma ocorrer de forma gratuita, ainda que atenda algum anseio de quem informa. Cada policial tem sua estratégia de arregimentar colaboradores. O major ressalta a importância de se criar vínculos. Há níveis diferentes de informação. Há a motivação para que aquela informação seja repassada. Há técnicas de avaliar a informação. Os dois elementos a serem avaliados

---

<sup>344</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.

<sup>345</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

são a fonte e o dado em si. Além da prevenção, a inteligência visa descobrir oportunidades para o Estado. Ulisses afirma que é preciso fazer com que as pessoas também se sintam responsáveis em ajudar. “É preciso ressaltar o interesse social e não só o interesse individual da pessoa (informação verbal)<sup>346</sup>.”

Ele também critica a falta de continuidade na atuação policial. O informante é um cara carente que quer ajuda quando ele estiver precisando. Não posso dar nada em troca. O informante que tem medo de ser morto é o mais trabalhoso. Nesses casos, é preciso ser respeitoso e se valer da arte do convencimento. “Responsabilizo a pessoa como um ator social. Se recusar a dar a informação, outras pessoas deverão morrer. Procuo responsabilizar, trazer de volta o que é dele”. Esse é um tipo de argumento usado por Ulisses em suas abordagens (informação verbal)<sup>347</sup>.

Conforme Ulisses, nem sempre essa estratégia se pauta dentro dos limites da moralidade: alguns policiais chegam a prometer a partilha do dinheiro arrecadado na desarticulação de bocas de fumo em troca de informações. “Há policiais que fazem outro jogo. Partilham a boca e dividem parte do dinheiro obtido se a informação for passada. O dinheiro corrompe”, argumenta. Ulisses O policial ainda que se vale da psicologia durante a etapa de recrutamento. “Converso com a pessoa para saber se ela tem condições de fornecer informações à polícia. As informações são repassadas nos locais mais diversos. Busco conscientizar sobre o papel que ela pode desempenhar na segurança pública”, explica. Um dos que mais colaboraram foi um homem cujo filho morreu por causa do consumo de entorpecentes: “Ele tinha muita vontade de que se fizesse justiça. Isso motiva muito as pessoas a falar”. Em uma das ações, os policiais conseguiram recolher uma máquina fotográfica contendo fotos dos criminosos. De acordo com Ulisses, o feito foi importante, porque a polícia não dispunha da imagem de muitos deles (informação verbal)<sup>348</sup>.

A delegada dá mais detalhes sobre a ação:

A gente começou a fazer o trabalho e começamos a receber informações de que numa casa havia dez elementos suspeitos que sempre chegavam e saíam rapidamente. O carro usado por eles era um Voyage prata e a pessoa que me ligou me disse que tinha esse veículo na casa e que eram pessoas muito suspeitas, que sempre chegavam e saíam de mochilas. Sabendo disso, eu fiz um relatório e pedi a justiça busca e apreensão dessa residência. Quando chegamos lá, para a minha surpresa, encontramos muitos objetos:

---

<sup>346</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

<sup>347</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

<sup>348</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

bolsas, celulares, câmeras. O que me chamou a atenção é que achamos uma máquina fotográfica com fotos deles usando roupas que eram das vítimas dos assaltos. Nós trouxemos tudo para cá, para a delegacia. Um elemento foi preso. Ainda hoje ele se encontra preso. Esse era o dono da casa. A casa estava alugada para esse rapaz. Com essas fotografias a gente montou o quebra cabeça. Tínhamos B.O.s registrados pelas vítimas e eles estavam com as roupas usadas nos assaltos. Ventiladores, redes, bolsas, todos os objetos roubados, a maioria estava na casa. Nas fotos tinha a cara deles, do Dante, Etim, Salsicha. Com isso nós batemos as fotos. Eles passaram a fazer assaltos, três mascarados e três sem mascaras. Com as fotos, a gente chamou as vítimas e eles passaram a reconhecer. Toda a quadrilha foi identificada graças a esse trabalho de busca e apreensão. Eu passei a representar por prisões, a justiça decretou, mas eles passaram a ser irredutíveis, passaram a viver na mata. Para se ter ideia, eles conseguiram entrar no Alphaville, roubaram, atiraram e a polícia montou o cerco nos assaltos. Com isso a probabilidade de eles serem presos aumentou (informação verbal)<sup>349</sup>.

Com auxílio das escutas e dos informantes, a polícia conseguiu monitorar as ações do grupo. Sabiam a hora em que eles deslocavam, o local, quem levava comida, quem trazia a arma. Algumas prisões começaram a ser feitas por causa dessas informações. “Para você ter ideia, foi um mês que não teve um homicídio na área. No período que eles estiveram sitiados no Parque Havaí eles não mataram ninguém por que estavam sendo vigiados. Eles estavam escondidos no mato, não houve nem assalto e nem morte”, comenta a delegada (informação verbal)<sup>350</sup>.

A escuta era feita por agentes da Coordenadoria de Inteligência, enquanto policiais à paisana coletavam informações com moradores e informantes. Do tráfico, o grupo de Salsicha decidiu fazer um assalto a banco, no Pecém, a fim de se capitalizar. Pelas escutas, o homem dizia que estava tudo certo, que já tinha pego as máscaras de oxigênio e já estava com tudo arquitetado inclusive onde deixar as coisas. Eles falaram que depois iam colocar fogo em um carro e disseram para toda a organização deles para fazer esse assalto. Segundo a delegada, os policiais ficaram em dúvida se abortavam a ação de imediato ou se esperavam o banco ser atacado para só então entrar em ação:

Eles estavam com armas, inclusive fuzil. Como lá é uma cidade pequena, a gente ficou com medo que houvesse mortes no confronto e o roubo foi abortado no caminho. O carro foi interceptado. Foi preso o cunhado do Salsicha e ele conseguiu fugir para o mato, no caminho do Pecém. A polícia conseguiu entrar no mato com um cão farejador, o Raio, o Choque e conseguiram prendê-lo. Lá houve troca de tiros e o Salsicha foi morto nessa

---

<sup>349</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.

<sup>350</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.



ação. Morreu o Salsicha, morreu o Dante e ficou o Etim (informação verbal)<sup>351</sup>.

Um policial que atirou contra Salsicha conta como ocorreu o “bote”:

Arrodeamos por trás do parque e encontramos uma rua [que dava acesso ao matagal]. Com meia hora depois, vimos três elementos saindo do mato. Eles trocaram tiro com a gente. Embrenharam no mato novamente. Ficamos mais um pouco lá. Duas horas no matagal [esperando]. Voltamos no local onde eles entraram. Ouvimos um gemido. Tinha um baleado. Levamos logo para emergência (informação verbal)<sup>352</sup>.

A morte de Dante é descrita do seguinte modo:

Já é noite e a estrada é deserta. Bandidos e policiais militares trocam tiros em um ponto próximo ao Bar das Almas. O trecho é cercado por estacas com arame farpado. Faróis acesos das viaturas iluminam o terreno a ser percorrido. Copas das árvores são verificadas no intuito de encontrar os criminosos. O Raio se encontra no local. Pente fino é o nome dado a esse tipo de operação. Uma trilha sonora de conquista soa ao fundo quando o repórter cinematográfico foca o corpo do criminoso morto em confronto com os policiais. O delegado da PC comenta que os homens são os mesmos que integram o bando do Salsicha. Ele conta que os bandidos imediatamente atiraram contra a polícia. Saíram para um lado e para o outro. A polícia seguiu o rastro, encontrou uma arma e também pôde encontrar outra. Armas foram encontradas na casa em que eles estavam homiziados, assim como maconha, cocaína e crack (transcrição audiovisual).

Após uma série de reveses, o grupo se refugiou em um terreno nas proximidades da Fábrica Fortaleza, uma floresta bastante cerrada. “É um bom local para se esconder, ideal para eles que eram nativos. É da cultura deles se esconder por lá”, afirma o capitão PM (informação verbal)<sup>353</sup>. As incursões da polícia no matagal ocorriam sempre durante o dia. Os helicópteros eram acionados quando se precisava de reforços. Cães e policiais de forças especiais eram mobilizados durante as operações. Os informantes e as escutas telefônicas possibilitavam identificar os focos onde os criminosos atuavam. De acordo com o policial, quem saiu do Eusébio morreu:

O habitat deles era aquele. Eles não saíam do Eusébio. A força deles vem daquele local. Possuem muitas armas, mas estão presos a eles mesmos, pois não podem sair da região. Ainda há cerca de 20 a 30 integrantes da quadrilha (informação verbal)<sup>354</sup>.

<sup>351</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.

<sup>352</sup> Entrevista realizada com o capitão PM em 15 de junho de 2015.

<sup>353</sup> Entrevista realizada com o capitão PM em 15 de junho de 2015.

<sup>354</sup> Entrevista realizada com o capitão PM em 15 de junho de 2015.

Casas feitas de madeira e tendas foram encontradas no matagal. Havia ainda repelentes e comida para cerca de um mês de acampamento. Os criminosos contavam com pessoas da região conhecidas como “leva-e-traz”. Elas eram responsáveis por levar a alimentação, enquanto outras assumiam a tarefa de fazer a recarga nos celulares em posse da quadrilha. Além disso, os criminosos possuíam acesso a qualquer casa do local, sob o risco de ameaça de morte. “O crime era bem organizado, mesmo não havendo uma administração central”, revela Ulisses. O policial conta que Etim, um dos líderes, adotava a estratégia de informar falsas ocorrências policiais para que pudesse emboscar os PMs e tomar as armas:

No Parque Havaí, roda só uma viatura. Eles criavam uma ocorrência para fazer emboscada. Podia ser briga de família ou coisa assim. A polícia ia até lá e era surpreendida. Fizeram muito isso<sup>355</sup>.

Etim tornou-se o alvo prioritário dos órgãos de segurança. Foi em uma dessas emboscadas, com o grupo de Salsicha e Nem emboscados na mata, que a primeira leva de membros do grupo foi desarticulada. Os líderes acionaram a polícia para que atendessem a uma ocorrência falsa. Ao chegarem ao local, os PMs foram recebidos a bala. Houve confronto na mata fechada:

Ficou só o Etim e o Roberto Olhão. Ele passou a ser o chefe, coordenando, instaurando inquéritos e mandando matar. Eu ouvia dizer que era ele, ele agia sempre de preto e matava. Quem entrou no caminho deles foi o Kia, Ezequias do Nascimento, menor de 14 anos. Esse menino passou a matar a mando do Etim. Ele confessou para mim 19 homicídios. Hoje em dia ele é maior e está solto. Ele foi internado esse ano no Patativa do Assaré, conseguiu fugir e continua matando. Ele está agora atrelado ao Olhão, que parece ter sido morto no Rio Grande Norte por bandidos, pelos próprios amigos. Foi morto e o Etim ficou no domínio. Certo dia eles ligaram para a polícia militar com uma ocorrência. Eles estavam querendo armas, porque como eles estavam na mata, o choque entrou e conseguiu apreender pistola ponto 40, revolver, um calibre 12, munição e uma pistola 45. Mesmo assim eles conseguiram fugir. Eles estavam sem armas. É tanto que depois eles mataram esse subtenente para levar a arma e pediram para alguém ligar dizendo que estava tendo um assalto. A polícia militar foi para o local e quando chegou foi recebida a bala. Os policiais atiraram de volta. Na escuta, dava para saber que eles estavam na mata. Então eles pediram para ir deixar comida, para ir deixar chip de celular e outras coisas. A gente monitorava os entregadores, mas para você ter uma ideia eles contavam com uma organização fora de série, com olheiros. Na hora que chegava um carro diferente eles avisavam. Aí a pessoa já abortava toda a ação. Com isso aí, nas escutas, eles atiraram na polícia e a polícia atirou. Pediram reforço, foi muita gente e o Etim foi baleado no mato.

---

<sup>355</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

Nas escutas a gente ouviu que ele estava baleado, pedindo apoio, mas ninguém conseguiu prender. Tiveram aqui a ideia de cercar a mata por que achávamos que ele não ia conseguir sair e ia morrer dentro da mata. Só que ele veio e conseguiram um apoio e ainda foi socorrido, mas morreu no hospital. Pessoas do local o socorreram, inclusive essa pessoa foi trazida para cá e me disse que se não fosse poderia morrer. A gente trouxe, fez o procedimento médico e ele morreu (informação verbal)<sup>356</sup>.

Assim o Diário do Nordeste (2012) descreve o confronto que resultou na morte de Etim:

Um dos bandidos mais procurados do Ceará foi baleado e preso em uma 'megaoperação' realizada durante o fim de semana e que se estendeu por todo o dia de ontem, no Município de Eusébio, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Francisco Wellington da Silva Justino, o 'Etim', era foragido da Justiça Estadual sob acusação de assaltos, tráfico e assassinatos. 'Etim' era o último integrante ainda vivo da quadrilha de assaltantes e traficantes comandada por Victor Antônio da Silva Oliveira, o 'Salsicha',<sup>26</sup> morto em confronto com a Polícia, em junho do ano passado. Desde a morte de 'Salsicha', 'Etim' e Carlos Antônio Silva de Moraes, o 'Dante' assumiram o comando das ações criminosas. 'Dante' também morreu em um tiroteio com policiais militares cerca de um mês depois da morte de 'Salsicha'. Desde então, 'Etim' se juntou a outros criminosos e passou a chefiar a quadrilha. A troca de tiros que resultou na prisão de 'Etim' ocorreu no bairro Parque Havaí, no Eusébio. Segundo o comandante do Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCom), tenente-coronel Roosevelt Alencar, o bandido e os comparsas dele prepararam uma emboscada para os policiais, na noite de sábado passado. Eles solicitaram uma viatura da PM, dizendo que no Parque Havaí estava havendo uma briga de família. Nas proximidades do autódromo, os marginais, escondidos no matagal, atiraram contra a composição. Um dos tiros, provavelmente de fuzil, danificou o motor da viatura. Por sorte, nenhum policial saiu ferido. Na noite de anteontem, ocorreu um tipo de chamado semelhante. Dessa vez, era para prender um homem que estava batendo na mulher. Dessa vez, no entanto, foram duas viaturas, sendo uma delas do Ronda Tático, foram deslocadas. Quase no mesmo local do tiroteio anterior, os bandidos atiraram contra os policiais militares, que revidaram. Todos os integrantes das composições estavam com armas longas. Durante a troca de tiros, os PMs ouviram gritos de dor, mas não conseguiram capturar o acusado ferido. Por volta de 23 horas de domingo, a Polícia recebeu ligação dos funcionários do hospital de Eusébio dando conta que um homem lesionado a bala havia sido deixado lá. Os policiais foram verificar o caso e constataram que o desconhecido era 'Etim'. O bandido foi deixado no hospital por um desconhecido, que estava em um Chevette. Devido à gravidade da lesão, 'Etim' foi transferido para o Instituto Doutor José Frota (IJF-Centro). De imediato, foi levado para o Eixo Vermelho, onde ficam os pacientes em estado grave. Devido à periculosidade, ele está sob forte escolta, feita por policiais do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque).

Com a morte de Etim, chegava ao fim a primeira geração de criminosos do grupo liderado por Salsicha. As condições que tornaram possíveis a ascensão da

---

<sup>356</sup> Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil em 31 de outubro de 2014.

quadrilha, contudo, persistiam. Dois novos membros assumiram o comando das atividades relacionadas ao tráfico. Mais uma caçada estava por ser realizada.

#### **5.7.4 “É muito difícil viver correndo na frente da bala”**

Dos roubos às casas de veraneio, o grupo de Salsicha conseguiu capital suficiente para se aventurar no tráfico de drogas e montar uma organização criminosa bem articulada. O recrutamento para essa atividade começa desde cedo. Segundo o Capitão, mesmo com a prisão e morte dos principais chefes da quadrilha, os membros mais novos entram no mesmo caminho pela droga, “pelo *status*”, a partir dos 12 anos. “O traficante assume a função de pai. Um dos integrantes da quadrilha havia matado 13 pessoas quando tinha apenas 15 anos. Hoje, esse número chega a mais de 50”, acrescenta (informação verbal)<sup>357</sup>.

O militar critica a omissão estatal naquele território e o papel que os traficantes e a família possuem na conversão de crianças em “homens de confronto”:

O estado precisa ocupar esses espaços, criar centros de monitoramento, que ele consiga implantar escolas de tempo integral, porque esse grupo estava recrutando crianças que começavam a matar com 14 anos. Outro deles, que tem 14 anos, já era recrutado pelo Kia. Esse está solto. Você observa que esses homens de confronto são crianças. Eles mostram poder para as crianças, que psicologicamente já tem a necessidade de aparecer. Principalmente quando são seduzidas por pessoas que se destacam na comunidade e são temidos. É necessário que haja um acompanhamento dessas famílias, dessas pessoas que geralmente são crianças de famílias pobres. A mãe que se sujeita a isso, porque ele começa a botar as coisas dentro de casa com o dinheiro do tráfico. Existe uma convivência com as famílias em decorrência dessa sustentabilidade, além da questão do amor maternal. Pode ser o pior bandido do mundo, mas mãe é mãe (informação verbal)<sup>358</sup>.

Uma mãe de adolescente que teve pelo menos 30 conhecidos mortos em apenas um ano descreve dessa forma o cotidiano vivido pelos confrontos entre traficantes e policiais:

É muito difícil viver correndo na frente da bala. É assim que eu me sinto, porque todo dia tem um tiroteio lá. A gente sempre está abalado, porque um conhecido morreu. São meninos que eu vi crescer, que eu desejava que tivessem outras vidas. Quem não morre, está indo embora, porque se não concordar calado com o crime, eles matam (informação verbal)<sup>359</sup>.

<sup>357</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>358</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>359</sup> Esta declaração foi publicada no jornal *Diário do Nordeste* em 4 de janeiro de 2015.

Outro morador comenta a sensação de intranquilidade pela qual passa toda vez que uma operação policial é deflagrada nas redondezas: Quando escutamos as viaturas passando em disparada em direção ao matagal, já sabemos que tem alguém perigoso ali perto. Não conto quantas noites já passei acordado, para no caso de uma emergência durante estas caçadas, tentar salvar minha família (informação verbal).<sup>360</sup>

A droga vem do Rio Grande do Norte por meio de “Nem”, um integrante da quadrilha que fugiu para aquele estado após a desarticulação do grupo. Ele permanece foragido até hoje. A cocaína é distribuída aos “cabeças”, que por sua vez repassam o entorpecente aos “homens de frente” e aos “aviões”, responsáveis pela venda direta aos usuários. Entre os “aviões”, os “homens de frente” e os “cabeças” da quadrilha, a polícia calcula o envolvimento de mais de 40 pessoas. Segundo o oficial, para “[...] cada homem de linha de frente há de 6 a 10 aviões que vendem para eles” (informação verbal)<sup>361</sup>.

Nesse circuito do tráfico, há ainda os olheiros e as pessoas que guardam as armas. Para o militar, o tráfico é um negócio, um empreendimento com regras claras de funcionamento<sup>362</sup>:

O traficante tem aquilo como um negócio. É difícil você pegar um traficante que use droga. O traficante é aquele que trata o tráfico como um negócio. O Nem é procurado aqui no Estado, como um dos mais perigosos, ele era o chefe do Roberto Olhão. Ele é quem abastecia o Roberto Olhão de drogas. O Roberto deixou de ser traficante, passou a ser usuário e quando o cara passa a ser usuário ele perde a noção das coisas. Ele começou a matar desordenadamente. O Nem, patrão dele, toda vez que o Roberto matava, passava dois ou três dias sem venda, por causa do movimento da polícia do local. O tráfico não quer isso. É como você ter uma empresa e a cada quinze dias fechar por uma semana. O Nem chamou o Roberto para conversar, levou-o para o Rio Grande do Norte e matou ele lá. As atitudes do Roberto já estavam atrapalhando o tráfico, ele deixou de ser um homem de confiança para ser um empecilho. O Kia começou a assumir o local dele, esse era um homem de frente, tinha coragem, tinha mais de 39 homicídios. Ele começou a matar com 14 anos e confirmou no papel 18 homicídios, fora aqueles que ele negava. Você observa que essa vertente do tráfico tem uma questão comercial. O SPC e Serasa do tráfico é a vida. Esse senso de valor dele é muito pragmático. O traficante não usa drogas para que ele não perca o senso. O Roberto Olhão começou a usar e começou a perder a noção de valor, de perigo, de proporcionalidade e começou a matar desordenadamente, influenciando no tráfico. Os assaltos a sítios começaram para fazer caixa e comprar a droga. Existe o desdobramento da droga, que

---

<sup>360</sup> Esta declaração foi publicada no jornal *Diário do Nordeste* em 4 de janeiro de 2015.

<sup>361</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>362</sup> Sobre a concepção do tráfico como um negócio, cf. Zaluar (2009), Feltran (2011) e Misse (2002).

permite fazer uma mercadoria que vale, por exemplo, R\$10, valer R\$ 100. Aí você imagina um comercio que não aceita cartão de crédito, só aceita dinheiro vivo e eu transformo dez vezes do valor em dinheiro vivo, mas para isso é preciso ter moral, a empresa tem que ser forte para que se tenha condição de fornecer e abastecer e me pagarem. Uma das coisas é a imposição, o medo (informação verbal)<sup>363</sup>.

Após as mortes de Salsicha, Etim e Dante, os cabeças do grupo agora eram Kia e Roberto Olhão. O grupo se reorganizara, voltando a incomodar os órgãos de segurança:

Esse caso começou com assaltos a residências. Até por que a própria situação geográfica do Eusébio favorece essa situação. É uma questão de favorecimento. Nós temos aqui as margens do parque Havaí, Urucudema e Autódromo mata fechada e isso favorecia muito aos assaltos, porque eles assaltavam e ganhavam o mato. O apoio deles sempre foi o mato, ficava até difícil de localizá-los. Tanto é que Roberto Oião e o Kia [sucessores de Salsicha e Etim no grupo] se amasiaram dentro do mato por vários dias. Porque eles conheciam o mato como ninguém, nasceram e se criaram entrando nessas veredas e acabaram fazendo acampamentos dentro desses matagais. A gente sempre encontrava esses acampamentos e os destruía. O clima que eles criaram na comunidade deixou as pessoas com receio de dizer alguma à polícia. Mas para você ter uma ideia de como é importante o trabalho de investigação, quando a gente fazia apreensões de alguns celulares de pessoas suspeitas, sempre tinha mensagens avisando que a viatura estava entrando nas ruas. Eles tinham todo esse aparato de suporte para se esconder, para agir. Eles entraram nas residências de famílias, tanto é que o confronto com o Kia se deu dentro de uma residência que eles invadiram. Essa situação tem vários fatores. Tem a situação geográfica, a questão da ocupação do estado (informação verbal)<sup>364</sup>.

Para que o cerco fosse rompido, o Capitão conta que a polícia teve de se “estruturar”, ou seja, estudar bem o local, mapear entradas e saídas, planejar questões logísticas em um nível bastante detalhado como carro, combustível e alimentação. No interior da estruturação, obter a confiança da comunidade para começar a colher informações foi uma medida fundamental:

Tudo que vai contra a lei tem que ser feito de forma anônima. O manto que eles colocam sobre isso é o terror, o medo, para que a comunidade se cale. A comunidade tem medo, desconfia da polícia. Tem a questão do lado social, que o tráfico faz. Chega ao ponto de traficante ser a autoridade policial, ser o juiz e o executor. As pessoas recorrem aos traficantes para resolver questões como prestação de contas de pessoas da comunidade. Geralmente é o traficante que dá a sentença para essas coisas. É difícil contornar a redoma que existe ao redor disso. Até mesmo para conseguir as primeiras informações. Como diz o ditado popular, que quando você coloca uma maçã

<sup>363</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>364</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

boa dentro de um balaio de maçãs podres, elas não conseguem fazer com que todas fiquem boas. Pelo contrário. Se você trabalhar dentro dessa linha e tentar quebrar isso, é difícil. Foi necessário fazer uma primeira ação. A comunidade estava desconfiada e soltou uma primeira informação para ver se era possível confiar (informação verbal)<sup>365</sup>.

Cada passo que a polícia dava no local era monitorado por olheiros. Como em um processo simétrico, o observador também era o observado. O capitão relata que, ao serem avistados, os olheiros assoviavam, indicando que era hora de bater em retirada, como em um jogo de cão e gato. “Quando eles assoviavam, eles começavam a pular pelas casas, mas eu já estava sabendo e fui por outro lado para que pudesse apanhá-los”, explica. Ainda de acordo com o PM, tanto Roberto Olhão quanto Kia sempre disseram que não iam se entregar (informação verbal).<sup>366</sup> A estratégia adotada anteriormente de montar uma base de apoio não se mostrava tão eficaz. A vigilância sobre os moradores era bem maior; qualquer evento que fugisse da rotina era detectado pelo grupo. A retaliação era imediata e recaía sempre sobre os donos de casa. Entre uma busca e outra, três pessoas foram mortas no Parque Havaí. Homens ligados a Roberto Olhão teriam suspeitado de que um morador os denunciara à polícia. “A gente até tentou, mas a gente notou que a gente estava colocando em risco a comunidade. Aí nós sentamos e fizemos uma nova estratégia. O nosso maior trabalho foi recrutar informantes”, comenta (informação verbal)<sup>367</sup>.

Faltava o elo final, a pista que levasse à prisão em flagrante os membros da quadrilha. “A gente conhecia o parque Havaí como a palma da mão, mas a gente não conhecia os matagais. Nós sabíamos de todos os acessos de quintais e de galerias de canais, mas às vezes faltava para a gente a informação do momento certo em que eles estavam no local certo”, ressalta (informação verbal)<sup>368</sup>. Conquistar a confiança da população era uma etapa crucial para que a polícia pudesse prendê-los. “Quando a população viu a seriedade da prisão de quatro membros da quadrilha e a morte do Kia, aí começaram a chegar informações”, revela. Para se comunicar com maior segurança, telefones celulares foram de extrema valia. “Usamos celular, *Whatsapp* e sempre chips bichados. O informante arranjava uma pessoa para comprar o chip, colocava crédito e ligava para um número que a gente tinha só para

---

<sup>365</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>366</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>367</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>368</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

esse trabalho”, descreve o Capitão. “A gente mantinha contato somente através de telefone”, completa (informação verbal)<sup>369</sup>.

Foi por meio de uma pessoa das relações do grupo de Kia que a polícia conseguiu prender um homem conhecido como “Biscuíba”. O informante foi levado no carro da polícia até a casa em que o acusado estava escondido. Ao passar pela rua, o homem simplesmente apontou qual era a residência correta. O Capitão afirma que, até hoje, ele não sabe qual foi a motivação para a “entrega”. “Ele dizia que era um cidadão de bem, que queria ajudar, mas eu sabia que ele era ajudante do Kia e do Roberto Olhão. Eu explorei a informação, mas sempre com o pé atrás”, comenta o PM. Com pouco menos de dois meses, o delator também foi preso acusado por um assalto. Durante o período em que a situação esteve mais aguda, a equipe do Reservado foi ampliada de três para sete homens. Guardas municipais foram incorporados ao efetivo na função de motoristas das viaturas e como articuladores das redes de informantes. Como forma de precaução, o Capitão adotava uma estratégia ao lidar com as informações que vinham de seus colaboradores:

Nessa situação de informantes, a gente tinha que avaliar muito. Às vezes o cara vinha nos dar informações e dizia que o alvo estava na segunda feira [em determinado local], aí nós não íamos na segunda, íamos na quarta. Sempre com um plano B. Não adianta fazer um trabalho se a minha equipe vai estar correndo o risco. Risco a gente corre, mas é importante evitar que a gente se exponha ao risco (informação verbal)<sup>370</sup>.

Assim como ocorreu com os líderes anteriores, novas incursões foram promovidas no matagal que se estende da BR-116 aos distritos do Parque Havaí, Urucunema e Autódromo. As operações desencadeadas pela polícia serviram como material recorrente aos programas policiais. Em uma das caçadas a Roberto Olhão, um oficial comenta: “É muita mata, não sei quantos hectares. Andei por lá no helicóptero. A PM não vai arredar o pé até eles se entregarem”. Uma moradora na localidade do Autódromo foi presa com arroz, feijão, xilito e material hospitalar. À polícia, ela alegou ter sido ameaçada para que pudesse fazer o transporte dos bens. A suspeita, naquele dia, era de que Olhão e dois comparsas estivessem baleados e feridos. Na mata fechada, viaturas em alta velocidade seguem em uma trilha de areia no encaicho dos alvos. De acordo com um dos PMs, o momento da entrada no matagal

---

<sup>369</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>370</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.



é tenso e exige planejamento. “É preciso contar com informações precisas para não ser alvo dos foragidos”, ele comenta durante a transmissão. Após citar as numerosas equipes mobilizadas em torno daquela ação, o repórter sentencia: “A caçada já está em andamento”<sup>371</sup> O comandante destaca a importância dos informes e afirma que chegaram “quase pertinho deles”. Sobre as dificuldades enfrentadas ele ressalta: “A mata é fechada. É preciso uma caminhada longa, com paciência, inteligência e sabedoria” (informação verbal)<sup>372</sup>.

Em outra investida, cães farejadores foram usados na tentativa de localizar os criminosos no trecho que liga a estrada do Fio à estrada da Fábrica Fortaleza. O oficial comenta ser uma “questão de honra para a polícia” a prisão dos membros da quadrilha. Outro policial afirma que os acusados estavam abrigados embaixo de uma árvore. Ele aponta uma série de galhos cortados que teriam sido usados como pontos de identificação dos locais de apoio ao longo da mata. Helicópteros rasgam os céus na tentativa de avistá-los. Uma terceira incursão resultou na prisão de dois jovens. Eles portavam alimentos e água em um garrafão a serem entregues aos acusados. A operação de caça começara na tarde do dia anterior e se estendera até a manhã do dia seguinte. “A polícia não para. Assim como eles dizem que não param, a polícia também não para”, comenta um policial à TV<sup>373</sup>.

Após escapar tantas vezes da polícia, Roberto Olhão acabou sendo morto por um comparsa. Convidado a ir ao Rio Grande do Norte, estado em que Nem atua, Olhão foi morto após uma noite de bebedeira. Ele teve o corpo queimado em seguida. Sobre o assassinato de Olhão, a delegada comenta:

O Roberto cometeu crimes bárbaros. A marca dele era a violência, a crueldade. Os suspeitos de sua morte também não o pouparam do sofrimento. Temos informações de que ele foi obrigado a ver o irmão sendo morto e no dia seguinte foi levado para Parnamirim, para morrer. Devido a situação que o cadáver ficou, após ser queimado e ter os olhos furados, a identificação só pode ser feita com exame de DNA (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015).

Segundo a polícia, uma verdadeira guerra em torno do comando do tráfico foi deflagrada, com o assassinato de Roberto Olhão. De um lado, homens ligados ao Nem, apontado como mandante da morte de Olhão; de outro, Kia, visto como sucessor

---

<sup>371</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KaYkxzf4kwc>> Acesso em 10/10/15.

<sup>372</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KaYkxzf4kwc>> Acesso em 10/10/15.

<sup>373</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KaYkxzf4kwc>> Acesso em 10/10/15.

de Roberto na organização criminosa.<sup>374</sup> Em 2014, Eusébio ficou em sexto lugar entre os municípios mais violentos do Ceará. Um dos parceiros de Olhão, um homem conhecido como “Biscuíba”, foi preso pouco tempo depois. Após sua prisão, o pessoal da comunidade “começou a soltar”, conforme expressão empregada pelo Capitão. “Ligaram e soltaram. Começaram a ver resultado e as informações foram aumentando. Elas eram exploradas no momento em que chegavam. Deve se dar credibilidade à informação, porque acontece de ter veracidade” (informação verbal)<sup>375</sup>, exemplifica. Uma delas dizia respeito ao local em que Kia costumava almoçar. Em determinado horário, um de seus homens de confiança ia até o imóvel para fazer a entrega do alimento. No dia em que foi morto, Kia fugiu pelos fundos de 10 casas antes de se vir cercado por uma equipe do Serviço Reservado e viaturas do Ronda do Quarteirão e do Policiamento Ostensivo Geral (POG). Segundo a polícia, houve tiroteio e Kia foi morto. Quatro comparsas que estavam ao lado dele foram presos. Dois dias depois, Yago - um homem identificado como pertencente à quadrilha de Kia - foi morto pela polícia em um novo confronto. Ele teria decretado um “toque de recolher” a comerciantes e moradores por causa da morte de Kia. De acordo com o Capitão, houve uma redução no número de homicídios, e a sensação de insegurança diminuiu após a série de prisões e mortes. Moradores que haviam se mudado do Parque Havaí começaram a fazer o caminho de volta. A paz, contudo, está por um fio:

A prioridade no Parque Havaí é não deixar que se crie um novo Salsicha, um novo Roberto Olhão. Isso é mais importante do que pegar os aviõezinhos. Mas o mais importante é voltar nossa atenção para que não apareça um novo dono” (informação verbal)<sup>376</sup>.

O temor do policial tinha de razão de ser. Após 60 dias sem registros de homicídio em 2015, Eusébio voltou a assistir a mais um conflito entre gangues no ano seguinte. A suspeita é que novas rivalidades foram se constituindo após o desmantelamento da quadrilha de Salsicha e Roberto Oiã<sup>377</sup>, gerando novas disputas por poder. Haverá uma nova caçada à vista?

---

<sup>374</sup> “'Kia' começou a atuar com Roberto, quando ainda era criança. Aprendeu todos os trejeitos, as estratégias de fuga e a frieza. Mesmo tão jovem, é um criminoso que já fez muitos estragos”, comenta a delegada, na mesma entrevista.

<sup>375</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>376</sup> Entrevista realizada com Capitão em 15 de junho de 2015.

<sup>377</sup> Disponível em <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/suspeito-de-oito-mortes-e-capturado-pela-policia-1.1516915> Acesso em 30/03/16.

## 6 INTELIGÊNCIA POLICIAL EM ESTADO DE GUERRA

“Se quer guerra terá  
Se quer paz, quero em dobro  
Mas verme é verme, é o que é.” (Racionais MCs)

Nos últimos 10 anos, o Ceará vem enfrentando uma escalada de violência inédita em sua história. Entre a primeira edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e a mais recente, a taxa de homicídios no estado saltou de 18,64 mortes por 100 mil habitantes, em 2005, para 48,6 mortes por 100 mil habitantes em 2014. Nos *rankings* nacionais de violência, o Ceará passou de coadjuvante à protagonista durante esse período. Quando se observa a evolução desse tipo de ocorrência é possível perceber um pico a partir de 2012, quando os homicídios aumentam de patamar de forma brusca.

Não se pretende, aqui, esboçar as supostas causas para esse fenômeno, que atingiu seu ápice, do ponto de vista de uma “questão social”, em 2014, quando o tema da segurança pública foi apropriado por todos os candidatos a governador da época. O objetivo deste capítulo é descrever como um conceito, o da guerra às drogas, foi mobilizado pelos governos como recurso explicativo para a expansão da criminalidade violenta na capital e no interior do estado e como esse combate ao tráfico é travado nas periferias sobre uma linha de moralidade que borra os limites do legal do ilegal e do lícito do ilícito<sup>378</sup>. A inteligência policial desempenha papel fundamental nesse conflito por se localizar na linha de frente dessa guerra, fazendo valer seu caráter originário de peça-chave nas Forças Armadas. Antes, no entanto, é preciso situar o Ceará no contexto do mercado transnacional da droga (PERALVA, 2015) e como o Estado se insere no contexto de uma guerra às drogas.

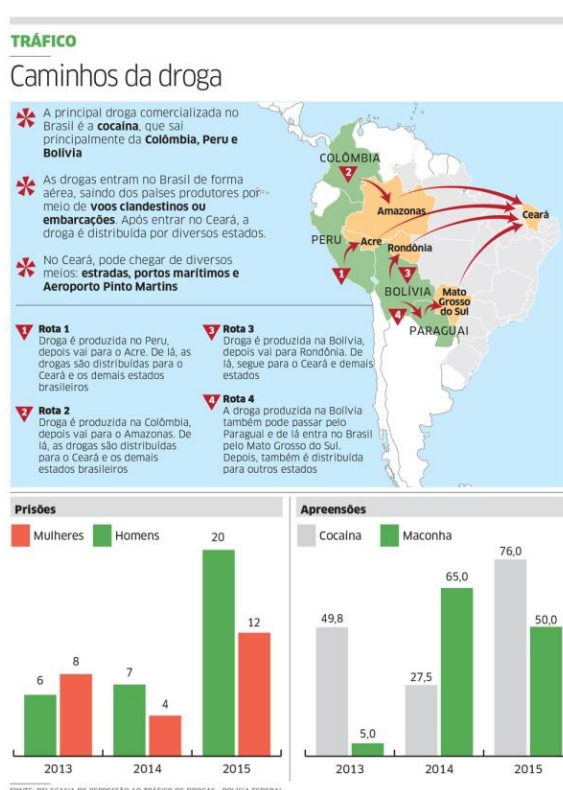
---

<sup>378</sup> O conceito de ilegalismo foi forjado por Foucault, mas reelaborado por Telles (2009, p.156) na tentativa de compreender as específicas brasileiras é fundamental nessa discussão: “a vida social parece atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passam pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o comércio de bens ilegais e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas”.

## 6.1 Um negócio globalizado

Seis horas de voo separam Fortaleza da cidade da Praia, em Cabo Verde. As duas cidades litorâneas são conhecidas pelas belezas naturais e pela hospitalidade com que recebem os turistas. Assim, pelo menos, é como elas são descritas pelas agências de turismo. Para a Polícia Federal, o Ceará tornou-se uma das portas de saída do tráfico de entorpecentes em direção à Europa, tendo Cabo Verde como uma de suas rotas preferenciais. O fluxo aumentou no fim de 2013, com a inauguração do voo direto Fortaleza/Cidade da Praia.<sup>379</sup> A cocaína é trazida da Bolívia e da Colômbia por pessoas ligadas à Máfia Nigeriana, uma organização criminosa com diversas ramificações. Conforme informações divulgadas nos meios de comunicação a partir de informações da Polícia Federal, o Nordeste é uma das quatro rotas empregadas pelos traficantes.

Figura 10 - Reprodução de ilustração do Diário do Nordeste



Fonte: Diário do Nordeste.

<sup>379</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/nordeste-e-nova-rota-de-traffic-no-brasil-02022015>>. Acesso em: 12/03/16.

Como se vê no mapa da página anterior, a primeira rota sai do Peru com direção ao Acre e de lá é distribuída para os demais estados. A segunda, por sua vez, parte da Colômbia e segue pelo Amazonas para só então ser disseminada. As terceiras e quartas rotas são oriundas da Bolívia, enquanto uma chega ao solo brasileiro por Rondônia a outra cruza o Mato Grosso do Sul, a fim de que seja transportada para as demais regiões. De acordo com a PF, todos esses caminhos são percorridos via voos clandestinos, embarcações ou estradas e têm o Ceará como ponto de destino ou escala. As chamadas “mulas”, pessoas pagas por traficantes para fazer o transporte da droga, são os responsáveis por fazer com que a encomenda percorra mais de 5 mil quilômetros para sair da Bolívia e chegar a Fortaleza. Peças de veículos, tetos desmontáveis, cremes corporais, cocaína líquida, enlatados etc. Diversos são os subterfúgios utilizados para que a droga não seja identificada pelos agentes da PF no aeroporto.

Entre 2013 e 2015, 57 pessoas foram presas por tráfico de entorpecentes no Aeroporto Internacional Pinto Martins e 300 quilos de cocaína apreendidas. Somente nos nove primeiros meses de 2015 foram 32 traficantes presos. A PF estima que as “mulas” recebam cerca de R\$ 10 mil para levar cinco quilos de cocaína nas bagagens ou em seus próprios corpos. O material seria comercializado por R\$ 100 mil no mercado ilícito. A droga também é transportada por via marítima. O carregamento seria armazenado para só depois ser carregado em barcos e veleiros.

Se antes Fortaleza era vista apenas como um corredor para o transporte da droga, hoje a cidade é encarada como um mercado consumidor com grande potencial.<sup>380</sup> Não há dados específicos sobre a capital cearense, mas, em seis anos, o consumo de cocaína no Brasil cresceu de forma perceptível. O país saltou de 0,7% da população brasileira entre 12 e 65 anos, em 2005, para 1,75% da população entre 12 e 65 anos, em 2011. O levantamento foi feito pelo Conselho Internacional de Controle de Narcóticos, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Paralelamente a esse cenário de expansão do consumo, as apreensões de cocaína no estado registraram um crescimento de 189%: de 390 quilos, em 2006, a 1.143 quilos, em 2011. Embora não haja informações precisas sobre o consumo, os dados apontam para uma maior quantidade de cocaína em circulação no estado. A

---

<sup>380</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/fortaleza-na-rota-do-traffic-internacional-de-drogas-1.1413132>>. Acesso em: 12/03/16.

mistura com substâncias diversas, como pó de mármore, talco e fermento, eleva a quantidade do produto, diminuindo o seu custo para o usuário final.<sup>381</sup> Pude constatar isso na pesquisa realizada no Jangurussu. Enquanto as campanhas governamentais e midiáticas enfocavam o *crack* como o principal risco à saúde dos usuários de entorpecentes, constatei que a principal droga comercializada no local era a cocaína. O *crack*, por sua vez, era usado por um grupo de jovens discriminados pelos demais, pois já estavam em uma situação precária de saúde em que não dispunham de controle sobre sua dependência química.

O carregamento trazido por uma “mula” é capaz de abastecer uma boca de fumo por certo tempo, haja vista que a cocaína é diluída e misturada a outras substâncias, aumentando sua quantidade de forma substantiva. Algumas organizações criminosas, contudo, atuam como “atacadistas” no mercado da droga, despejando grandes quantidades do entorpecente nas esquinas, vielas e residências da capital. Entre elas e o dono da boca de fumo há sempre a figura de um intermediário. Cabe a eles a distribuição da cocaína no “varejo” aos traficantes de pequeno porte quase sempre mais jovens e recém-ingressos no “negócio-crime” (ZALUAR, 1994, 2007). São eles que vemos mais comumente no cotidiano dos programas policiais. Em geral, são detidos com quantidades ínfimas de cocaína em seu poder.

Em setembro de 2015, no entanto, uma organização criminosa com atuação internacional foi desmantelada pela “Operação Cardume”, permitindo que as “vísceras” do tráfico de entorpecentes fossem expostas. A Polícia Federal prendeu 21 pessoas no Ceará e seis no Rio Grande do Norte. O grupo movimentava cerca de R\$ 4 milhões por mês com a venda de entorpecentes e com o crime de lavagem de dinheiro. Segundo a PF, os chefes da quadrilha eram proprietários de empresas nas áreas de revenda de veículos, construção civil e piscicultura, daí o nome da operação. Além de tráfico internacional, a quadrilha era envolvida com tráfico interestadual. Produtos químicos também eram comercializados pelos acusados, como a fenacetina, utilizada para aumentar o rendimento da droga, ampliando, assim, as possibilidades de lucro. Foram apreendidos uma tonelada de cocaína e 15 veículos de luxo. De acordo com a PF, o entorpecente saía da Bolívia e era levado em pequenas aeronaves

---

<sup>381</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/consumo-de-cocaina-aumenta-no-ceara-e-chega-aos-mais-jovens-1.881612>>. Acesso em: 12/03/16.

até Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. De lá, a carga seguia em caminhões até o Ceará e o Rio Grande do Norte. Um desses veículos foi apreendido em abril de 2015, com 208 quilos de cocaína em seu tanque de combustível.

A teia criminosa estendia-se ao Poder Judiciário. A PF afirma que alvarás judiciais de soltura eram expedidos nos plantões do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) no valor de R\$ 150 mil. Três desembargadores estão sendo investigados por integrarem esse esquema criminoso.<sup>382</sup> Até hoje não sabemos os seus nomes.

Dos “atacadistas”, a cocaína segue para o varejo, para as bocas espalhadas por toda a cidade. Na minha pesquisa de mestrado, entrevistei jovens que vendiam a droga na porta de suas próprias residências. Um adolescente de 16 anos reconstitui o trajeto da cocaína, desde a obtenção com o traficante de maior porte até chegar às ruas do Jangurussu, na periferia de Fortaleza:

Eu usava muita droga de primeira. Usava pó, cocaína. Pó é caro, mas nós roubava, fazia as coisa aí nós conseguia pra usar, né? Eu comprava dum cara lá no Alvorada, lá perto do Edson Queiroz. Mas ele fazia só vender (não usava), que era o traficantezão forte mermo. Ele passava pra mim vender, aí o dinheiro dele eu dava, o meu eu usava. Num dia ele me dava 25g e eu tinha que dar quinhentos real. Eu fazia mil real de lucro pra mim. Vendia aqui no Santa Filomena. Eu ganhava mil reais, mil e duzentos. Eu encontrava ele lá onde ele morava, num sei nem explicar que já faz muito tempo, numa casa. Eu ligava pra ele, ele ia ficar lá na esquina me esperando pra ir deixar. Eu conheci ele em volta dos outros meninos. Eles falavam: “o cara lá, tem da boa num sei o quê”, aí eu pegava dele [...]. Já chegou um dia que eu não tinha dinheiro, aí minha mãe pegou e me deu pra inteirar, mas ele não fez nada comigo. Aí eu dei o dinheiro, e peguei de novo. Foi só essa vez que eu não consegui. Quando eu via que não ia vender, eu usava. Dava o dinheiro dele, e usava o meu. Eu e os meninos que eu andava, que eu chamava de parceiro, mas agora logo vi que amigo só Deus mermo. Isso foi em 2009. Eu passei três anos na vagabundagem, aí saí agora (CAVALCANTE, 2011, p. 82).

Da Bolívia à comunidade do Santa Filomena passando pelo bairro do Edson Queiroz. Os circuitos criminais transnacionais operam de modo frenético. O dinheiro circula de mão em mão sob a garantia do pagamento semanal. A quebra do estabelecido, contudo, pode resultar em punição ou morte. Para evitar que isso acontecesse, a mãe do adolescente teve de intervir para cumprir, valendo-se do próprio recurso financeiro de que ela dispunha, o acerto feito entre o “traficantezão forte” e o garoto que vê seu desejo de obter reconhecimento ser concretizado pelo tráfico. Soube por um colega do meu jovem interlocutor, no entanto, que o adolescente

---

<sup>382</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/09/29/noticiafortaleza,3511841/o-peracao-contra-traffic-internacional-resulta-na-prisao-de-21-pessoas.shtml>>. Acesso em: 12/03/16.

voltara à “vagabundagem”, após um período afastado e de relativa tranquilidade com a família que formara. Assim como a história do meu interlocutor, centenas de outras se desenham de modo semelhante. São sonhos e pesadelos trançados nas bocadas, becos, esquinas e vielas da cidade grande e turística.

## **6.2 A “guerra às drogas” chega ao Ceará**

Nem sempre os entorpecentes foram proibidos. Até o começo do século XX eles sequer eram regulamentados. Rodrigues (2012) traça um levantamento histórico sobre como as drogas se tornaram uma “questão” nos últimos 100 anos. Os parágrafos seguintes baseiam-se fortemente em suas reflexões sobre o tema.

A primeira política de controle de drogas remonta a 1912, durante a Conferência de Haia. Embora não estabelecesse a proibição da "produção, venda e consumo de qualquer substância", a reunião recomendou que o uso de ópio e seus derivados fosse limitado às "finalidade médicas". Nas duas primeiras décadas do século, contudo, as drogas começaram a ser identificadas com grupos étnicos, formando, assim, um recorte "xenófobo e racista" a partir dos entorpecentes consumidos. A Lei Seca norte-americana, que determinava a proibição da produção, comercialização e consumo de álcool, foi resultado dessa mudança de postura que se tornou conhecida como "proibicionismo". De acordo com Rodrigues (2012, p.11-12), o proibicionismo tornou-se uma tática de controle social que visava à segurança da sociedade por meio da instauração de "[...] políticas punitivas e de intervenção sobre a vida" que conjugavam "moralismo e repressão seletiva a certos grupos sociais":

O controle de drogas, pautado pelo proibicionismo, poderia ser considerado uma potente tática biopolítica, pois, sincronicamente, permitiu a intervenção sobre hábitos individuais (uso de drogas para fins recreativos ou medicinais) – sob a justificativa de melhorar a vida individual e coletiva – e abriu espaço para a perseguição e apresamento de grandes contingentes de indivíduos tidos como perigosos à ordem social e que pertenciam, precisamente, às camadas mais pobres e numerosas dos centros urbanos (id., ibid.).

O proibicionismo, contudo, passou longe de atingir seus alvos. As restrições impostas fizeram com que o valor das drogas aumentasse de forma exponencial, sendo vendidas em mercados ilegais. Em pouco mais de 20 anos, a inexistente "questão das drogas" tornou-se uma "ameaça" às sociedades civilizadas, exigindo uma atitude bélica, representada pelas expressões "guerra" e "combate",



como resposta à magnitude do problema. Tal atitude ganhou contornos mais definidos com a declaração de "guerra às drogas" promovida pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Haveria de um lado os países produtores; de outro, os países consumidores. Essa separação artificial, conforme Rodrigues (2012), desconsidera a dinâmica complexa da produção e do tráfico de psicoativos, ignorando que países tidos como consumidores, como EUA e Canadá, possuem uma forte cadeia produtiva de drogas, assim como o Brasil. Mesmo assim, essa retórica, ancorada no conceito de segurança nacional, concedeu margens à intervenção norte-americana nos países tidos como produtores, a fim de debelar um problema que, em tese, é de saúde pública. A incorporação dessa política se deu sob diversas formas. Segundo Batista (2003), a guerra às drogas serviu principalmente para reforçar políticas de repressão seletiva aos grupos sociais empobrecidos. Por causa disso, vemos constantemente, nos discursos oficiais, a vinculação entre narcotráfico e pobreza, ou, em sua versão alternativa e mais disseminada, a atribuição do tráfico de drogas como principal motivo gerador da violência. O mesmo argumento foi empregado no Ceará como uma forma de explicação para a escalada da violência ocorrida nos últimos anos.

O grau de insatisfação social com a situação de violência ganhou contornos mais nítidos em junho de 2013 quando, mobilizadas por meio das redes sociais, pessoas oriundas de segmentos da classe média e classe média alta de Fortaleza começaram a publicar notas e vídeos queixando-se do quadro de violência que se instalara na cidade, cobrando a tomada de providências urgente em relação ao problema. O grupo era formado por profissionais liberais, empresários e familiares de vítimas da violência que faziam parte dos circuitos de amizade e de conhecimento de membros do governo. Não se tratavam de moradores da periferia ou de integrantes de movimentos sociais já acostumados a ocupar as ruas com o intuito de fazer valer suas reivindicações. Após as primeiras postagens, que começaram a ser compartilhadas exponencialmente, veio o adesivo nos carros com a marca do movimento: uma mão espalmada e ensanguentada, em um gesto de basta. Foram necessárias poucas semanas para que esse símbolo se tornasse onipresente tanto nas ruas quanto nas mídias sociais.

Figura 16 - Cartaz do movimento Fortaleza Apavorada

**FORTALEZA APAVORADA**



**SEGURANÇA PÚBLICA JÁ!**

**13 de junho**

**em frente ao Palácio da Abolição**

[www.facebook.com/groups/fortaleza.apavorada](http://www.facebook.com/groups/fortaleza.apavorada)

Fonte: Página do Fortaleza Apavorada no Facebook

Do mundo virtual para as ruas foi um passo. Com a data marcada, dia 13 de junho, festa de Santo Antônio, os manifestantes se fariam presentes ao Palácio da Abolição, sede do governo estadual, para protestar. A repercussão que o movimento obteve, contudo, fez com que o poder público se manifestasse publicamente diante do que estava ocorrendo. Essa reação é um dado relevante, haja vista que o governo sempre se mantivera em silêncio durante todo o tempo em que estivera sob o alvo de críticas da imprensa e da oposição.

Em uma nota oficial publicada nos meios de comunicação, o chefe de gabinete do governador agiu em três frentes distintas.<sup>383</sup> Na primeira delas, esboça um diagnóstico das causas da insegurança percebida pela população, como se vê no trecho seguinte: “O Governo do Estado tem a consciência e a humildade de reconhecer que alguns crimes cresceram de forma intolerável, reproduzindo entre nós tendência que está ocorrendo em todas as grandes cidades brasileiras, na esteira do tráfico de drogas” (CEARÁ, 2013). Essa justificativa liga-se claramente à narrativa da guerra às drogas, conforme esboçada anteriormente. Tais argumentos, como será

<sup>383</sup> Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/8343-nota-oficial-sobre-a-manifestacao-contr-a-violencia-em-fortaleza>>. Acesso em: 12/03/16.

visto mais adiante, serão novamente reforçados pelo próprio governador durante suas intervenções públicas, servindo como elemento norteador do discurso governamental acerca da “questão” da segurança pública.

Em seguida, a nota enumera as medidas governamentais realizadas na área da segurança pública até aquele momento, frisando tratar-se do governo “[...] que mais investiu e tem investido na Segurança em toda a história do estado” (CEARÁ, 2013). Realizações como concurso público para mais de seis mil policiais, rearmamento das polícias, criação de uma nova Academia e salário pago ao PM eram expostas como uma prova da eficácia governamental.

Por fim, o governo fez um apelo aos participantes para que tomasse cuidado com membros de “[...] grupos partidários e marginais de uma milícia que está sendo combatida dentro do organismo policial, pretendem se infiltrar na manifestação com o intuito de provocar violência” (CEARÁ, 2013). O item 3 é uma menção nada velada ao grupo político que se opunha ao governador Cid Gomes, com quem travava uma ferrenha disputa com direito a troca de acusações sobre formação de quadrilha e participação em chacinas.

Um mês após o ocorrido, o então governador Cid Gomes decidiu eliminar a intermediação dos órgãos oficiais de comunicação e promoveu uma videoconferência com internautas para tratar de uma série de questões relativas à condução dada ao governo. A segurança pública foi uma delas, e essa foi a resposta de Cid sobre o tema: “A maioria dos assassinatos e assalto à mão armada tem vinculação com tráfico de drogas. Natal (RN), João Pessoa (PB) e São Luís (MA) estão enfrentando problemas seríssimos”.<sup>384</sup> O trecho ecoa a nota oficial publicada anteriormente e condensa em uma só fala dois eixos argumentativos esgrimidos pelo governo do estado no tocante à violência: 1) ela seria causada pelo tráfico de entorpecentes e 2) não se trataria de um fenômeno episódico cearense, mas de uma conjuntura adversa vivida por algumas capitais nordestinas.

Quatro meses antes, Cid Gomes já havia feito uma análise semelhante. “Estou convencido de que a elevação do número de homicídios tem uma grande relação com as drogas”, disse quando da formatura de 624 inspetores da Polícia Civil

---

<sup>384</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/trafico-de-drogas-e-causa-da-violencia-no-ceara-diz-cid-gomes-1.855790>>. Acesso em: 12/03/16.

(informação verbal).<sup>385</sup> Com pequenas variações, o discurso foi reproduzido nas ocasiões mais diversas. Em abril de 2014, em artigo escrito no O Povo, o governador afirma que o tráfico e o consumo de drogas tiveram um "crescimento epidêmico" na última década. Dois secretários se sucederam no segundo mandato de Cid Gomes: o coronel da PM, Francisco Bezerra, e o delegado da Polícia Federal, Servilho Paiva. Enquanto o primeiro se denominava como um policial "pé de boi", ou seja, afeito à ostensividade da atividade policial, o segundo vinha de uma bem-sucedida experiência de diminuição de homicídios em Pernambuco, com o projeto Pacto pela Vida. Apesar de possuírem perfis diferentes, ambos atribuíam causa semelhante aos problemas vividos pela segurança pública no estado.

Bezerra assistiu ao ponto de virada na quantidade de homicídios. Se em 2011, primeiro ano dele à frente da SSPDS, o crescimento se manteve estável<sup>386</sup>, as ocorrências registraram uma expansão acentuada no ano seguinte, apesar de o secretário afirmar que 2.762 pessoas tenham sido presas por envolvimento com o tráfico.<sup>387</sup> O trecho que segue é bastante ilustrativo do discurso oficial vigente à época:

A evolução no número de pessoas por tráfico de drogas e homicídios confirma, conforme as autoridades, a estreita ligação de centenas de crimes de morte com o comércio e o consumo de substâncias entorpecentes, principalmente o crack. Em todo o Estado, cerca de 3 mil já foram registrados em 2012. A maioria deles atribuídos a 'acertos de contas' (entre viciados inadimplentes e traficantes) e 'disputa de território', entre bandos que tentam manter o domínio na venda de drogas.<sup>388</sup>

Embora a gestão de Francisco Bezerra fosse marcada por muitas operações e apreensões, tal estratégia não se mostrou eficaz na redução dos assassinatos. O que se viu foi um número muito acima do que fora contabilizado pela média histórica de taxa de homicídios. Os conceitos "acertos de contas" e "disputa de território", por sua vez, foram mobilizados como recursos explicativos para as mortes não só pelos operadores da segurança pública, mas chegaram a ser incorporados ao discurso corrente da população e da imprensa. Ambas as alegações foram

<sup>385</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/trafico-de-drogas-e-causa-da-violencia-no-ceara-diz-cid-gomes-1.855790>>. Acesso em: 12/03/16.

<sup>386</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/taxas-de-homicidios-aumentam-104-1.780521>>. Acesso em: 12/03/16.

<sup>387</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/drogas-levam-2-762-pessoas-a-prisao-1.48712>>. Acesso em: 12/03/16.

<sup>388</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/drogas-levam-2-762-pessoas-a-prisao-1.48712>>. Acesso em: 12/03/16.

mobilizadas de forma indiscriminada na tentativa de explicar a motivação de um sem-número de assassinatos. Faço essa constatação em minha dissertação:

O modelo narrativo empregado nos atos de autoridade relativos aos homicídios de adolescentes em Fortaleza diz respeito sempre a um acerto de contas, a um conflito entre gangues ou a uma dívida de tráfico pré-existente... No interior de tal campo de força discursivo, há poucas versões divergentes, explicações que possam ir além do registro oficial ou que produzam alguma espécie de crítica ao modelo de sociedade em que vivemos (CAVALCANTE, 2011, p. 131).

Servilho Paiva assumiu a SSPDS em 2013 com um perfil mais discreto que seu antecessor. Entre suas principais medidas destacam-se a divisão do estado em áreas integradas de segurança (AIS), comandadas por uma junta que reúne um delegado, um coronel da PM e um coronel bombeiro. A mudança fez com que se ganhasse em racionalidade e controle das ações, uma vez que se tornou possível acompanhar as dinâmicas da criminalidade quase que em tempo real, facilitando a tomada de decisões por parte dos comandos das AIS. É dele a criação do programa “Em Defesa da Vida”, cuja inspiração veio do próprio trabalho desenvolvido por ele em Pernambuco. A análise da relação entre tráfico de drogas e assassinatos também se sofisticou com a mudança no comando da Segurança. Servilho apresenta à imprensa dados estatísticos revelando que entre 70% e 80% de assassinatos que ocorrem no estado seriam vinculados ao comércio ilegal de entorpecentes.<sup>389</sup> O número contrasta com uma informação prestada pelo próprio secretário, na Assembleia Legislativa, de que o índice de resolubilidade dos homicídios seria de apenas 7%.<sup>390</sup> Com um resultado tão baixo em um aspecto fundamental do sistema judicial, como é possível estabelecer uma interrelação tão precisa entre tráfico e mortes? Os detalhes metodológicos que compõem esse cálculo da SSPDS nunca foram completamente explicitados em público.

Em 2014, Camilo Santana assumiu o cargo de governador pressionado pelos maus resultados na área da segurança pública. Assim como seus antecessores, o tráfico de drogas foi apontado como o grande causador da violência no estado. Em entrevista à TV ainda quando era candidato, ele comentou: “Nós vivemos uma

---

<sup>389</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/servilho-quer-reestruturar-a-gestao-1.448177>>. Acesso em: 11/03/16.

<sup>390</sup> Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/item/22880-2310la-visita-secretario>>. Acesso em: 11/03/16.

epidemia de violência no Brasil e aqui no Ceará e principalmente se agravou com o problema das drogas. A droga está entrando hoje na família cearense, e eu pretendo, como governador, ampliar o efetivo da Polícia Civil e Polícia Militar” (informação verbal)<sup>391</sup>.

Já eleito, em uma das primeiras reuniões com as cúpulas das polícias Camilo Santana afirmou que “[...] os grandes traficantes do Ceará estão presos, mas conseguem comandar o tráfico de dentro dos presídios” (informação verbal).<sup>392</sup>

A preocupação com o tráfico levou à criação de uma nova unidade policial ainda no governo Cid, a Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas, que substituiu a antiga Delegacia de Narcóticos (Denarc). A estrutura possui funcionamento semelhante ao da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que é dividida em delegacias. A medida é análoga à criação de uma Divisão Antisequestro (DAS), implementada após uma onda de sequestros que atingiu o Ceará entre 2006 e 2007. Em questão de poucos meses, esse tipo de ocorrência criminal cessou de ser registrado no Estado. A eficácia estatal no combate às quadrilhas de sequestradores foi um dos pontos positivos do governo relatados na nota oficial publicada em junho de 2013.

Se o tráfico de entorpecentes foi apontado por governos sucessivos como a principal causa geradora de crimes de morte, a estratégia adotada também permaneceu a mesma: o enfrentamento sob a forma de um combate renhido aos traficantes. A nomenclatura da nova unidade policial expressa claramente essa concepção. Trata-se não mais de uma delegacia de narcóticos, mas de uma divisão composta por quatro delegacias de “combate” ao tráfico de drogas. No discurso de inauguração, o diretor da Divisão assim descreveu a missão conferida a ele: “Sem dúvida, a entrega desse prédio representa um marco no combate ao tráfico de drogas do Estado. Agora teremos melhores condições de trabalho para atuar” (informação verbal)<sup>393</sup>. A expressão “combate” surge diversas vezes no campo semântico do governo do estado. O receituário proposto por Camilo Santana quando ainda era candidato é o que segue:

---

<sup>391</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/eleicoes/2014/noticia/2014/08/camilo-santana-pt-e-entrevistado-pelo-cetv-2-edicao.html>>. Acesso em: 12/03/16.

<sup>392</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/21/noticiasjornalcotidiano,3380314/trafico-e-comandado-de-dentro-das-prisoas-diz-camilo.shtml>>. Acesso em: 12/03/16.

<sup>393</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/09/02/noticiasjornalcotidiano,3307813/inaugurada-divisao-de-combate-ao-trafico-de-drogas.shtml>>. Acesso em: 12/03/16.

Repito: existe uma epidemia de violência no Brasil, não é só aqui no Ceará, que se agravou muito com a questão das drogas aqui no nosso estado. E é preciso também enfrentar esse problema, com a polícia mais efetiva, inteligência, combatendo o tráfico de drogas, protegendo as nossas fronteiras e cuidando e acolhendo nossos jovens que infelizmente estão entrando nessa vida da droga (informação verbal)<sup>394</sup>.

Vale ressaltar o emprego da expressão “Inteligência” entre as medidas a serem tomadas pelo governo para combater o tráfico de drogas, ao lado de uma polícia “mais efetiva” e da proteção das fronteiras. A preocupação com a segurança das divisas fez com que o governador criasse um Batalhão de Divisas, formado para “para combater o tráfico”.<sup>395</sup> Chama atenção o modo como o discurso oficial torna indistintas a concepção de epidemia, mais afeita ao campo semântico da medicina, e a noção de combate, mais pertinente à retórica militar. Trata-se de compreender uma questão de saúde pública a partir de uma lógica de ação bélica.

### 6.3 Policiamento em estado de guerra

Nesse contexto, a inteligência surge como um instrumento da ação governamental e um dispositivo de poder. Sua importância no combate é constantemente destacada pelos governantes. Uma entrevista concedida por Cid Gomes durante os protestos promovidos pelo movimento “Fortaleza Apavorada”, em 2013, é bastante ilustrativa acerca da concepção que a inteligência possui como uma estratégia de combate à criminalidade. Para o ex-governador, a atividade de inteligência possui três dimensões. A primeira diz respeito a um conhecimento que torne possível uma racionalização dos recursos estatais destinados à segurança pública: “Ampliar contingente é necessário, mas é humanamente impossível você imaginar que terá policial 24 horas, em todos os quatro cantos do Estado. A gente tem que investir em inteligência”, afirma<sup>396</sup>. A segunda compreende o setor de inteligência, no seu caráter operacional, como auxiliar da polícia no processo de identificação e captura de acusados: “Sobre assaltos a bancos no interior do Ceará, o governador disse que foi registrado ‘um pico’ no ano passado, mas que o trabalho de inteligência

<sup>394</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/eleicoes/2014/noticia/2014/08/camilo-santana-pt-e-ent-revistado-pelo-cetv-2-edicao.html>>. Acesso em: 14/03/16.

<sup>395</sup> Disponível em: <<http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/12507-governador-assina-lei-de-promocoes-da-pm-e-bombeiros-e-beneficia-de-imediato-8785-profissionais>>. Acesso em: 14/03/16.

<sup>396</sup> Disponível em <<http://www.politicacomk.com.br/exclusivo-cid-fala-sobre-violencia-em-fortaleza-e-revela-que-pediu-ajuda-da-policia-federal/>> Acesso em 19/02/16.

realizado pela polícia já conseguiu ‘reduzir significativamente’ a incidência deste tipo de crime em 2013”<sup>397</sup>.

Por fim, a inteligência é compreendida do ponto de vista da inovação tecnológica. Ao se referir sobre os homicídios, Cid Gomes citou a estatística de que entre 70% e 80% dos homicídios estavam relacionados ao tráfico de drogas, e que os casos se concentravam em 12 áreas da capital. Por causa disso, além da aquisição de novos equipamentos, ele afirmou que iria solicitar reforço da Polícia Federal:

Todas essas áreas terão trabalho de inteligência. Tô pedindo o apoio da Polícia Federal, que tem mais, naturalmente, tradição nessa área de inteligência. Estamos comprando agora para o Estado do Ceará o que há de mais avançado em matéria de equipamentos de comunicação. O mesmo sistema já para se comunicar com a Polícia Federal. Toda a comunicação da Polícia Civil, Militar e Judiciária será renovada agora. É um investimento superior a 18 milhões de reais<sup>398</sup>.

Além disso, como acréscimo ao que já havia sido anunciado, o ex-governador anunciou a compra de um “[...] ‘grande equipamento de inteligência’ para ampliar a presença do monitoramento de vídeo em Fortaleza”:

Vamos investir numa grande central, de comando de inteligência, ampliando a quantidade de câmeras. Nós já botamos 100 câmeras aqui em Fortaleza e vamos colocar agora mais 100. Vamos duplicar a quantidade que tem e estamos interligando com as da prefeitura. Vou continuar investindo muito nisso<sup>399</sup>.

Em um discurso praticamente idêntico, Camilo Santana enumera as ações que pretende tomar à frente do governo:

Precisamos agir com inteligência e quebrar esse elo em relação ao tráfico de drogas, que não é um problema que ocorre apenas no Ceará, precisamos integrar as polícias, uma parceria forte com o governo federal. Monitoramento por câmeras é fundamental para a segurança pública. É um conjunto de ações, que estamos apresentando, queremos aprofundar. E é preciso também enfrentar esse problema, com a polícia mais efetiva, inteligência,

---

<sup>397</sup> Disponível em <<http://www.politicacomk.com.br/exclusivo-cid-fala-sobre-violencia-em-fortaleza-e-revela-que-pediu-ajuda-da-policia-federal/>>  
Acesso em 19/02/16.

<sup>398</sup> Disponível em <<http://www.politicacomk.com.br/exclusivo-cid-fala-sobre-violencia-em-fortaleza-e-revela-que-pediu-ajuda-da-policia-federal/>>  
Acesso em 19/02/16.

<sup>399</sup> Disponível em <<http://www.politicacomk.com.br/exclusivo-cid-fala-sobre-violencia-em-fortaleza-e-revela-que-pediu-ajuda-da-policia-federal/>>  
Acesso em 19/02/16.



combatendo o tráfico de drogas, protegendo as nossas fronteiras e cuidando e acolhendo nossos jovens que infelizmente estão entrando nessa vida da droga<sup>400</sup>.

A inauguração do Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro do Estado<sup>401</sup>, instalado na Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas, é um exemplo do modo como a inteligência também é compreendida como um dispositivo tecnológico<sup>402</sup>. Em sua intervenção, Camilo Santana elogiou a estrutura do equipamento com programas avançados a fim de “equipar a polícia com inteligência”<sup>403</sup>.

Como se pode constatar, o conceito de inteligência, no plano governamental, é fluido e polissêmico. Ele pode se referir tanto a uma estratégia específica no campo da gestão quanto a práticas e tecnologias utilizadas contra os criminosos. Não se trata, no entanto, de uma afirmação neutra do ponto de vista ideológico. Ela se insere em uma política de controle que tem como eixos a vigilância e o monitoramento remoto dos fluxos populacionais. Foucault (2006) já percebia, a partir do fim da década de 1970, que a sociedade disciplinar, como ele elaborara analiticamente, começa a se desintegrar. Cada vez mais os indivíduos tornavam-se “diversos, diferentes e independentes”. Isso é causa e efeito, de acordo com a leitura de Deleuze (1992) a partir da obra foucaultiana, de uma crise generalizada de todos os meios de confinamento. A palavra de ordem na época de tais reflexões era “reforma”. Reforma escolar, reforma penal. Tentativas de se adequar a um capitalismo cada vez mais flexível e sem amarras. O número crescente de pessoas não submetidas à disciplina obrigava, no entanto, a se pensar no desenvolvimento de um novo mecanismo de controle social.

Nesse novo contexto, acrescenta Deleuze, não faz mais sentido falar de reforma e nem muito menos de sociedade disciplinar: vivemos atualmente em uma

---

<sup>400</sup> Disponível em <<http://www.oestadoce.com.br/politica/camilo-trabalhara-por-fortaleza-mais-segura>> Acesso em 19/02/16.

<sup>401</sup> A unidade é interligada com outras unidades no Brasil, integrantes da Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB).

<sup>402</sup> Ao refletir sobre o conceito de dispositivo de Foucault, Agamben (2005, p. 13) afirma que ele também possui um caráter de materialidade, podendo ser estendido “[...] a qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.

<sup>403</sup> Disponível em <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/14917-ceara-ganha-laboratorio-contra-a-lavagem-de-dinheiro-do-estado>> Acesso em 19/02/16.

sociedade de controle que provoca mudanças e fissuras em toda a estrutura disciplinar que lhe antecedeu:

O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (DELEUZE, 1992, p. 224).

Como manter a ordem na sociedade de controle? De acordo com Bergalli (2005), o controle punitivo do Estado neoliberal desloca-se dos sujeitos individuais para os sujeitos coletivos, que passam a ser tratados institucionalmente como “grupos produtores de risco”. Em minha dissertação, abordei os adolescentes da periferia de Fortaleza que certamente se encaixam nessa descrição. Mas como gerir a existência de indivíduos perigosos que não podem ser convertidos em números, enquadrados em esquemas classificatórios e muito menos confinados em um regime disciplinar? Essa, certamente, é a tarefa imposta pelos agentes estatais às práticas, saberes e racionalidades que se costumam denominar de “inteligência”<sup>404</sup>.

Os resultados obtidos a partir dessa estratégia política são divulgados com alarde nos meios de comunicação. “Operações de Inteligência botam 'chefes' do tráfico atrás das grades” é uma das manchetes do Diário do Nordeste sobre o assunto. De acordo com o relato noticioso, oito traficantes de drogas apontados como “chefes” da venda de entorpecentes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foram presos graças à atuação de agentes da Polícia Civil e da Coordenadoria de Inteligência

---

<sup>404</sup> Ao fazer buscas na internet sobre essa relação inteligência *versus* tráfico de drogas, encontrei diversas referências à mesma estratégia repressiva em outros estados. Só a título de exemplo, cito alguns dos títulos das reportagens publicadas em jornais e sites noticiosos: “Denúncias de tráfico de drogas irão direto para Inteligência da Polícia, diz secretário de segurança”, no Paraná; “Inteligência da PM prende acusados de tráfico de drogas”, em Rondônia; “Serviço de Inteligência da PM prende suspeito de tráfico de drogas no Anjo da Guarda”, no Maranhão; “Inteligência da PM prende dupla suspeita de tráfico de drogas”, no Mato Grosso; “Policial disfarçado chega em ponto de tráfico para comprar droga, e Brigada Militar prende traficantes em Três de Maio”, no Rio Grande do Sul; e, por fim, “Ministério Público e PM fazem operação contra o tráfico no Fallet e Fogueteiro” (embora não faça menção no título, a operação foi conduzida pela Coordenadoria de Inteligência da Polícia Militar (CI/PMERJ), com apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência do MPRJ (CSI/MPRJ), no Rio de Janeiro. Esse levantamento embora bastante superficial apresenta um panorama das ações da inteligência da PM em todo o Brasil funcionando a pleno vapor como uma resposta governamental à “questão das drogas”.

(Coin).<sup>405</sup> Vale ressaltar que muitas das prisões se deveram a denúncias anônimas que chegaram pelo sistema gestão de informações estruturado pela SSPDS e abordado no capítulo 2. A descrição sobre como cada uma das pessoas apontadas como “chefões” é um elemento que agrega informações para a construção de um “mapa do tráfico” em Fortaleza, uma tarefa urgente para que possamos compreender as espirais de violência na capital e Região Metropolitana, mas que apenas esboço aqui.

Embora empreguemos expressões como “redes, circuitos e tramas” em nossas pesquisas, é importante que elas não venham desencarnadas de referenciais objetivos, como se se tratassem apenas de figuras de retórica. “Seguir” os nossos interlocutores é uma das lições caras à antropologia de Latour, e tem se mostrado bastante fecunda para numerosas pesquisas. Conforme os relatos jornalísticos, além de auxiliar na captura dos “chefões”, a inteligência da PM atua ainda na identificação e prisão dos “matadores do tráfico”, descritos como “[...] jovens recrutados pelos traficantes de cada bairro para executar os viciados que estão com dívidas ou outros traficantes” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2012).<sup>406</sup> A dinâmica do trabalho realizado pela polícia é descrita de forma sucinta a partir da prisão de Marcos Antônio Lopes Peixoto, o “China”, acusado pela polícia de ser o autor de 15 homicídios.<sup>407</sup> Diversos elementos da caçada policial estão presentes nas ações, como o texto deixa evidente:

A captura de Marcos Antônio Lopes Peixoto, o ‘China’, bandido temido pelos moradores dos bairros Ellery e Monte Castelo, chegou a ser comemorada pelos comandantes da área. ‘Certamente, ele iria praticar uma chacina, não fosse a ação rápida da Polícia’, afirmou o major Océlio Alves, comandante da 3ª Companhia do 5º BPM, responsável pela ação ostensiva da PM nos bairros

<sup>405</sup> A descrição que segue baseia-se na reportagem publicada em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/operacoes-de-inteligencia-botam-chefes-do-trafico-atras-das-grades-1.461201>>. Acesso em: 15/03/16.

<sup>406</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/policia-bota-na-cadeia-assassinios-que-matam-em-nome-do-trafico-1.256549>>. Acesso em: 15/03/16.

<sup>407</sup> Além de “China”, a matéria relaciona a prisão dos seguintes “matadores do tráfico”: Maycon da Silva Nascimento, 20, o “Mayconzinho”, é tido pelas autoridades como o “braço-direito” do bandido Márcio Gladson Dias da Silva, o “Márcio do Gueto”. Acusado de vários crimes de morte na Barra do Ceará. Fabiano Sousa da Silva, 34, apontado como traficante de drogas que atuava na Favela do Sossego, no bairro Antônio Bezerra, na zona oeste da capital. Fabiano teria ordenado a execução de vários desafetos moradores da Favela do Plástico. Entre os crimes, a morte de uma criança de 1 ano e 9 meses. José Flávio Rodrigues Pereira, o “Gago” da Barra do Ceará. Também é tido como responsável por vários crimes de morte na Barra do Ceará, principalmente na comunidade das Goiabeiras, onde praticava o tráfico de drogas. É também acusado de ordenar a morte de vários policiais militares. Luiz David Felipe, 24, o “Carioca”. Suspeito de vários assassinatos nos bairros Ellery e Monte Castelo. Leandro Dutra da Cunha, 26, o “Playboy”, também envolvido no tráfico de armas e entorpecentes na Barra do Ceará e tido como um dos braços armados de “Márcio do Gueto” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2012).

da zona Oeste da Capital, a partir do Pirambu e se estendendo até a Parquelândia. Alves explica que, durante várias semanas, os policiais passaram a realizar uma verdadeira ‘caçada’ a ‘China’ e seus comparsas, em consequência de uma onda de homicídios que afetou os dois bairros. Moradores, assustados diante da crescente violência, fizeram denúncias anônimas que possibilitaram a Polícia a chegar ao matador. ‘China’ acabou detido quando, junto com dois comparsas, se dirigia à Rua Catarina Laboré, no bairro Ellery. Os três estavam armados e com a intenção de assassinar várias pessoas que se encontravam no velório de um homem morto pelo próprio ‘China’ no dia anterior. Tratava-se de seu desafeto Geraldo Felipe Júnior, o ‘Júnior Bombado’, que era suspeito de participação na morte de Sávio Peixoto Dantas, na noite de 6 de março último, na Rua Casimiro de Abreu, no bairro Monte Castelo. Sávio era irmão de ‘China’ e este prometeu vingar o crime. Teria feito uma lista com 16 nomes das pessoas que iria eliminar. Chegou a matar algumas delas, conforme a Polícia, e pretendia finalizar a vingança no velório de ‘Júnior Bombado’. ‘Colocamos uma viatura na porta da casa onde era realizado o velório e evitamos que ocorresse uma chacina’, completa o major Océlio Alves (DIÁRIO DO NORDESTE, 2013).<sup>408</sup>

O primeiro aspecto a ser destacado é o fato de o homem preso ser classificado como um “matador”, ou seja, uma pessoa cuja função é a de eliminar usuários endividados e traficantes rivais. Trata-se de uma reconfiguração do “pistoleiro”, ator social retratado na pesquisa de Barreira (2002, p. 65) e que é compreendido como um “[...] executor de um serviço remunerado” que “[...] vende sua força de trabalho, num mercado de bens simbólicos”. Por causa disso, não se tratava de mais uma investigação cotidiana, mas sim de recorrer à modalidade de atuação conhecida como “caçada policial”, que se estendeu por semanas até que a presa fosse subjugada. Mais uma vez, as informações que levaram à prisão do acusado originaram-se de “denúncias anônimas”, reforçando a relevância de ter a “população” como “colaboradora” nas investigações levadas a cabo pela polícia. Embora não esteja explicitada, a viatura mencionada pelo comandante deveria estar descaracterizada, facilitando, assim, que o acusado chegasse ao local do “bote” sem desconfiar que estava sendo monitorado. Chama atenção, ainda, o local e o momento da prisão. Segundo Sá (2011, p. 345), os velórios são “fonte de insegurança” para familiares e amigos dos “bichões”, termo utilizado para designar as pessoas mais temidas em determinadas comunidades ou favelas.<sup>409</sup> Tais ocorrências nos

<sup>408</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/policia-bota-na-cadeia-assassinos-que-matam-em-nome-do-traffic-1.256549>>. Acesso em: 15/03/16.

<sup>409</sup> Sá (2011, p. 345) descreve o clima de tensão que impera em um velório de “bichão”: “Quando um membro de uma gangue rival é abatido, além da comemoração, que se estende com festas, queimas de fogos de artifício e recados pichados nas paredes da favela, há ainda o risco de que perturbem o velório. Os matadores, ainda inflamados pela recente façanha, sentem-se motivados a “matar de novo” a figura do morto. Os familiares precisam se proteger. E precisam proteger o local do velório. Enquanto as mulheres rezam, choram, pranteiam e praguejam contra os inimigos, os homens se armam, com a

chegam a partir da mediação dos meios de comunicação, fornecendo uma ilustração sobre como a inteligência é agenciada na guerra diária às. Na seção seguinte, há uma verticalização do olhar sociológico sobre essa atividade a partir dos relatos dos próprios agentes.

#### **6.4 “Se for na legalidade, não se consegue prender ninguém”**

As narrativas que seguem foram obtidas a partir de entrevistas com PMs do Serviço Reservado. O mosaico de falas e percepções dos principais agentes envolvidos no “combate” ao tráfico é uma mostra a mais aproximada possível que pode alcançar da atividade de inteligência policial no que diz respeito ao combate ao tráfico de entorpecentes. Vale ressaltar que tais depoimentos são permeados por interesses, ênfases e ocultações próprios dos agentes. Nesse sentido, os relatos não traduzem uma suposta verdade factual, mas sim a forma como os atores descrevem suas próprias práticas e o mundo que os cerca, com todos os vieses que um discurso como esse pode conter.

Para Hugo, na área em que atua não há um poder que unifique o tráfico: “É um querendo matar o outro. “Todo bairro tem um chefe. Não há um único chefe” (informação verbal)<sup>410</sup>, explica. Em um contexto de disputa acirrada pela hegemonia e de fragmentação de poder, os rivais são fontes de informação preciosa para os agentes do reservado. Ranulfo resalta que, ainda assim, a polícia não alivia para quem passa o bizu querendo derrubar o concorrente no disputado mercado ilegal das drogas. De acordo com o policial, os traficantes passam indicação da residência onde a droga estaria escondida, mas mesmo assim permanecem sendo pressionados pela equipe do reservado. “Cadê suas coisas? Só passa a coisa dos inimigos?” é um exemplo de questionamento feito pelos agentes (informação verbal)<sup>411</sup>. Alimentar a rivalidade é uma estratégia usada por diversos entrevistados. Nas palavras de Néelson, eles jogam a “sementinha do mal” em uma relação que já se encontra deteriorada. Este é um exemplo de enunciado empregado com o objetivo de acirrar a discórdia

---

ajuda dos membros da gangue do morto, para proteger as cercanias e também garantir que o cortejo fúnebre possa sair da favela”.

<sup>410</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>411</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

entre membros de grupos inimigos: “Sabe quem deu a fita<sup>412</sup>? Foi o fulano (rival). Ele que deu a fita”. “A gente fica no meio, fazendo a contrainformação de um lado e de outro”, comenta o PM (informação verbal)<sup>413</sup>. A estratégia usada, segundo ele, foi atacar as raízes, ou seja, os vendedores da droga na ponta, para poder pegar os “chefões” do tráfico que, no momento da entrevista e no território sob a jurisdição do comando dele, encontravam-se todos presos.

Para Hugo, o tráfico continua sendo o grande desafio para a polícia. Ele estima que um traficante movimente em torno de R\$ 300 mil mensais. “Não se trata de crack, mas da cocaína em si. Tem crise, não, para quem vende droga”, lamenta. A disputa por todo esse recurso financeiro é renhida, gerando dissidências e muitas mortes. Como exemplo, o PM cita o caso de um casal morto no bairro há dois meses, e cuja motivação do crime teria sido essa. O primo de uma das vítimas queria controlar o ponto de venda de drogas e matou os dois. Em outra ocasião, um traficante estaria eliminando todos seus possíveis concorrentes pelo mesmo motivo<sup>414</sup>.

Atuando nas cercanias do mundo do crime, muitas vezes borrando os limites estabelecidos entre policiais e “bandidos”, os agentes do Reservado se veem diante de dilemas morais e éticos que nem sempre integram o cotidiano de quem realiza o policiamento ostensivo. Com o tráfico, a relação é ainda mais próxima, haja vista tratar-se de uma atividade criminosa regular e contínua e não uma ação meramente pontual.

Por travarem confrontos a uma proximidade bastante curta, Ranulfo afirma que os traficantes da região consideram sua equipe “inimigos particulares”. “A gente

---

<sup>412</sup> A informação precisa com a qual a polícia conseguiu alcançar seu objetivo, seja a prisão ou a apreensão da droga.

<sup>413</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>414</sup> Mesmo com todas esses conflitos, Hugo relativiza a quantidade de homicídios registrada no local em que trabalha:

Aqui tem muitas áreas de desova de corpos, muita área boa para desovar. Além disso, tem gente que vem para cá fugido e acaba morrendo aqui. Não se sabe muitas vezes como o corpo chegou, mas muita gente que morre aqui não é da cidade, mas vem de Fortaleza (informação verbal)<sup>414</sup>.

A definição precisa do local da morte é um tema em disputa entre os agentes de segurança. É possível perceber uma preocupação, em algumas das falas, em estabelecer o que seria um retrato mais fiel do que realmente ocorreria no local de atuação do policial. Muitos dos interlocutores buscam, em seus relatos, desfazer o estigma social dos territórios em que atuam. Além do reforço no imaginário social construído em torno de uma “área perigosa”, um homicídio contabilizado de forma errônea pode representar o descumprimento da meta estabelecida pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

pega os caras dormindo em casa. Eles acabam levando para o lado particular. Por isso somos mais visados”, comenta (informação verbal).<sup>415</sup> Felipe revela que pessoas ligadas ao tráfico estiveram rondando a residência dele, em uma clara postura de intimidação (informação verbal).<sup>416</sup>

Para Hugo, o criminoso mais difícil de se lidar é o traficante “forte”. “Para conseguir prendê-lo é complicado. Todo mundo sabe quem é e o que ele faz, mas fica muito difícil pegá-lo em flagrante. Muitas vezes ele não chega nem a tocar na droga”, comenta (informação verbal).<sup>417</sup> O PM também comenta que, assim como a polícia, o tráfico tem sua própria rede de informantes, e que em muitos casos eles repassam informações para ambos os lados:

Todo canto tem um viciado que é fácil de ser comprado. Ele pode fazer a função de inteligência para o tráfico pois tem contato e muitas ramificações. Não é difícil saber onde um PM mora desse jeito. O informante pode levar e trazer. Acontece também de a informação servir para que a polícia derrube um concorrente (informação verbal).<sup>418</sup>

Nesses casos, explica Hugo, é preciso “jogar o jogo” do criminoso, ou seja, jogar uma “verde”, passar um “jogo errado” ao informante que leva e traz, para verificar se ele realmente estaria colaborando com os dois lados. No esforço de reflexão que faço na presente pesquisa, busco analisar a interface das questões da agência e da autonomia dos policiais do Reservaado frente aos dispositivos morais. Há pelo menos dois elementos que se inter cruzam e que se manifestam fortemente em nosso objeto: a capacidade dos agentes de julgar suas ações e a de outros no que diz respeito à moralidade e a relação pendular existente entre os agentes de inteligência e a estrutura hierarquizada no interior da organização policial.

Ao constituírem suas próprias redes veladas de interação, é possível ir além das restrições que o PM fardado possui, tanto do posto de vista da eficácia policial quanto dos limites impostos pelo aspecto simbólico que a farda desfruta perante a população. Esse duplo aspecto vai ao encontro de Werneck (2013), quando este afirma que toda sociologia da moral é, de certa forma, uma sociologia da agência.

Nesse sentido, há duas categorias constantemente em jogo no cotidiano dos agentes de inteligência: “ser polícia” e “ser bandido”. O ponto de vista da polícia,

---

<sup>415</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>416</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>417</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>418</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

bem como o modo como os policiais concebem a relação com o “bandido”, produz um contexto de interação que, no plano das concepções simbólicas, performam polícia e bandido como termos de uma relação aparentemente irreduzível e irreversível, na lógica nativa dos policiais. Em tese, não se pode conceber a polícia como um bandido, nem o bandido como uma polícia. Essa prática de divisão é aceita por princípio em ambos os universos, sem ferir sensibilidades morais que não admitem essa mistura, essa contaminação, essa deslealdade da polícia diante de suas obrigações perante o Estado, mas também a percepção dos “bandidos” que, sem polícia, não seriam bandidos.

A brincadeira das crianças estabelece uma divisão clara de quem vai estar na posição da polícia e quem vai estar na posição do bandido. Esse plano de divisão é um plano concebido. Todavia, não mais levando em consideração, pelo menos para fins analíticos, a questão do ponto de vista e da posição social, e da disposição, mas se pensarmos nas percepções, nas habilidades perceptivas dos atores sociais, nós teremos outras narrativas que admitem que se os policiais em certas circunstâncias não agirem com os recursos empregados pelos bandidos para combater os próprios bandidos, isso geraria um “amarramento” (amarras, fechamentos) do campo de ação policial, a ponto de a polícia se ver desprovida da capacidade efetiva de derrotar e subjugar o bandido.

O Serviço Reservado atua justamente nessa área de indeterminação. Ao contrário do caráter de dissuasão que possui o policiamento fardado ostensivo, os agentes de inteligência precisam se imiscuir nos circuitos de ilegalidade (TELLES, 2010), forjando alianças intermitentes, baseadas na confiança e no sigilo, em meio àqueles que se localizam no mundo do crime (FELTRAN, 2011). A atividade policial realizada em meio à invisibilidade, no entanto, faz com que os policiais se vejam o tempo todo em uma tênue linha entre o legal e o ilegal, o ilícito e o lícito<sup>419</sup>. Longe de ser um obstáculo à prática policial, tal condição torna-se imprescindível para a resolução dos casos. É preciso mobilizar o devir-bandido para que se possa alcançar aqueles que se encontram à margem da lei.

---

<sup>419</sup> Segundo Silva (2015, 241), “essas travessias entre os mundos do legal e ilegal na atividade policial se gestam nos microcanais por onde circulam as enunciações discursivas presentes na concepção de —mundo correto, construído e incorporado pelo policial militar durante sua trajetória profissional”.



Dispor de uma “liberdade de ação”<sup>420</sup> tão ampla envolve, certamente, um risco de se “envolver”<sup>421</sup> justamente com aqueles a quem se combate no cotidiano. A expressão “linha” é usada diversas nos relatos dos policiais entrevistados. Segundo Paulo, o Serviço Reservado se situa “[...] na linha entre o bem e o mal. A facilidade em se deixar envolver é grande” (informação verbal)<sup>422</sup>. Essa espécie de desabafo é um gancho para que ele fale da luta diária que trava contra os bandidos, os maus policiais (responsáveis por revelar a identidade deles perante os criminosos) e o próprio governo, dada a escassez de recursos com que têm de lidar no dia a dia.<sup>423</sup> Néelson acrescenta: “Nós andamos naquela linhazinha que separa a polícia do bandido” (informação verbal).<sup>424</sup> Questiono sobre a tensão decorrente desse tipo de situação existencial, e ele me responde: “Tem de engolir” (informação verbal).<sup>425</sup> Felipe arremata: “Fardado, você trabalha espantando os bandidos. No Reservado, você tem de ser aproximar deles, chegar o mais perto possível” (informação verbal).<sup>426</sup>

Talvez a definição mais inusitada dessa relação e do que se pode obter dela tenha sido a de um capitão da PM:

Um dos maiores juristas do Estado do Ceará dizia que o que separava a bandidagem da polícia era uma fina linha imaginária, porque ambos tinham o crime como objetivo. Um para combater o crime e, do outro lado, o bandido para cometer o crime. A polícia para passar para o lado da bandidagem é fácil, mas a bandidagem passar para o lado da polícia, essa linha imaginária se torna um muro. Quem tem informação quente é bandido. Se você me disser que é um padre que vai me informar ou que é um pai de família não é. Geralmente é algum bandido que está descontente com a situação (informação verbal)<sup>427</sup>.

Pensando a partir da mesma metáfora usada pelo oficial, os agentes do reservado são os responsáveis por transitar de um lado e de outro dessa linha, ou, adotando a expressão do capitão, saltar de um lado e de outro desse “muro”. Sem que essa ponte seja erguida, torna-se inviável a obtenção de informações “quentes”, ou seja, que realmente sejam relevantes para o comando. Quem tem informação

---

<sup>420</sup> Expressão retirada da doutrina do Choque, conforme me explicou um dos meus interlocutores, mas que foi incorporada ao repertório dos policiais que atuam no Serviço Reservado.

<sup>421</sup> Ver Barbosa (2013).

<sup>422</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>423</sup> Vale ressaltar que a equipe de Paulo não dispõe de um veículo próprio para atender as demandas que lhe são impostas.

<sup>424</sup> Entrevista realizada com Néelson em 11 de junho de 2015.

<sup>425</sup> Entrevista realizada com Néelson em 11 de junho de 2015.

<sup>426</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>427</sup> Entrevista realizada com um capitão da PM em 15 de junho de 2015.

quente acerca do mundo do crime? A resposta do militar não deixa dúvidas: o próprio “bandido”. Como um equilibrista, o agente de inteligência caminha sobre essa linha imaginária, ora pendendo para um lado, ora pendendo para o outro, sem qualquer rede de segurança.

No mesmo dia em que Paulo comentou sobre a linha que separa os policiais dos bandidos, Guilherme se ofereceu para me deixar até o carro. Além da gentileza, fiquei com a impressão de que aquela caminhada foi uma oportunidade de conferir o veículo em que andava, bem como sua placa.<sup>428</sup> No caminho, ele ressalta a importância de o policial ser honesto para poder atuar no Reservado, e conta o episódio de um PM que se aproximou dele e perguntou se não haveria uma vaga na equipe:

Fiquei sem jeito de recusar e disse que daria um retorno depois. Não basta o policial ser operacional e ter disposição. Ele precisa ser honesto. Semana passada soube que esse mesmo policial tentou assaltar um colega que chegou a reconhecê-lo. Resultado? Foi preso e agora está no presídio militar”, afirmou (informação verbal)<sup>429</sup>.

“Ser operacional” e ter “disposição” são dois valores bastante apreciados pelos policiais. Há uma queixa constante acerca dos PMs que “se escondem” do serviço. Ainda assim, conforme Guilherme, tais virtudes não seriam o suficiente para que o colega fizesse parte da equipe do Reservado (informação verbal).<sup>430</sup> Por lidar com informações sensíveis à corporação, a honestidade é um critério essencial de ingresso no mundo da inteligência, conforme ressaltaram todos os interlocutores perguntados a esse respeito.

Questionei Paulo acerca dos limites que ele considerava como legais ou não para conseguir seus objetivos. Segundo o PM, a primeira regra era “não executar e nem se vingar com as próprias mãos”, ainda que essa decisão possa gerar profundos dilemas éticos:

Me preparo todo dia para não chegar a esse ponto. Me policio bastante. Tive a oportunidade de matar um acusado. Ele estava segurando a arma e levantou os braços. Poderia ter executado ele ali, mas preferi levá-lo preso e fui até criticado por isso. Depois de solto, ele voltou a matar. Foram quatro

---

<sup>428</sup> Com a ajuda de um aplicativo simples é possível identificar o dono do veículo e verificar se a placa do veículo é “fria” (roubada) ou “quente” (idêntica ao que consta no documento).

<sup>429</sup> Entrevista realizada com Guilherme em 20 de maio de 2015.

<sup>430</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

pessoas assassinadas, entre elas uma mãe e sua criança. Cheguei a entrar quase em depressão por causa disso (informação verbal).<sup>431</sup>

O caso citado por Paulo talvez seja o mais dramático de toda essa discussão: é justo matar alguém para evitar que ele venha a assassinar mais pessoas? A escolha de Paulo, manter o preso vivo, foi criticada. O agente estatal, contudo, é encarregado de fazer com que a lei seja cumprida. No episódio em questão, o homem foi detido, julgado, condenado e cumpriu sua pena. Ainda assim, voltou a matar, quando posto em liberdade. Matá-lo por causa de uma suposta descrença no sistema de justiça criminal, por sua vez, abriria brechas para que os limites dele entre ser “polícia” e ser “bandido” fossem dissolvidos de uma vez.

A segunda regra seria a de não receber dinheiro ou droga em troca do serviço prestado. De acordo com Paulo, a doutrina de quem trabalha com inteligência diz que todo informante quer alguma coisa em troca pela informação fornecida: “Não concordo com isso, mas sei que isso acontece. Volta e meia recebemos propostas de informação em troca de partilha de dinheiro e droga” Para o policial, a única negociação possível é dizer que “[...] vai botar o cara na cadeia a partir daquele auxílio prestado. Procuramos obter a informação pelo jogo, pela nossa palavra” (informação verbal).<sup>432</sup> A concepção de Hugo sobre o tema é diferente. Para o PM, “a informação nunca é gratuita”:

Quem passa sempre quer alguma coisa. Às vezes a gente entrega uma pedra [de crack] para o cara, paga o gás ou compra crédito para o celular. Tem aqueles que querem se vingar e passa informação e tem os que querem dinheiro. Mas há um limite (informação verbal).<sup>433</sup>

Assim como Paulo, Hugo acredita que a vingança funciona como uma moeda de troca simbólica para que a colaboração se concretize. Além disso, a concessão de pequenos favores, como pagar um gás de cozinha ou uma pedra de *crack*, não constituiria um crime, mas serviria para manter a “fidelidade” do colaborador. Como já ressaltado anteriormente, as redes de informantes são construções frágeis que necessitam de constante manutenção. Nesse aspecto, contudo, nem tudo é permitido. Hugo afirma que não divide o “[...] produto da bocada

---

<sup>431</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>432</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>433</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

com os traficantes em troca de informação ou da liberação do criminoso” (informação verbal).<sup>434</sup>

Há, de acordo com Paulo, algumas ações empregadas pelos policiais que se inserem nos limites entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. Esse recurso é descrito pelo policial como um “artifício”. Exemplo: de posse de um relatório do disque-denúncia usado como se fosse um mandado de busca e apreensão, o PM revela que já conseguiu entrar na casa de um suspeito (informação verbal).<sup>435</sup> Arrombamentos e ameaças são outros meios adotados para se chegar à informação desejada.

Paulo revela ainda que, em determinadas situações, é preciso fazer pressão, usar a violência. ‘Algumas vezes tenho de fazer isso. É preciso fazer essas coisas para proteger a sociedade, mas procuro evitar. Já arrombei um bocado de porta [sem autorização judicial], mas soube entrar e sair. Além disso, as portas eram das casas dos bandidos’ (DIÁRIO DE CAMPO).

Embora, em suas declarações, os policiais afirmem nunca terem recebido dinheiro ou drogas de traficantes, eles revelam conhecer casos do gênero, de policiais tidos como bastante eficazes no que fazem justamente por manterem relações de promiscuidade com criminosos. Um inspetor da Polícia Civil enumera um episódio de policiais do reservado que “romperam a linha”. O relato ilustra bem as consequências de quem se vale da “liberdade de ação” para fins escusos:

Só pra tu ter uma ideia, e aí eu permito a gravação, nós temos o caso de uma morte de um rapaz aqui. Esse rapaz foi morto numa situação... Ele vinha de Fortaleza e foi interceptado no caminho e foi morto. Quando nós fomos ouvir os familiares e isso está posto em inquérito, está posto lá nos termos, e não é segredo... O inquérito não está em segredo de justiça, o que foi que disseram os familiares? Que esse rapaz era traficante, a gente já tinha notícia disso que ele tinha envolvimento com droga. E que tinha sido preso alguns dias antes pela polícia do... pela Delegacia de Narcóticos (Denarc), pelos policiais da Denarc ... Prenderam e soltaram ele extorquindo. Cobraram um valor para soltá-lo e assim foi feito. Ele foi solto, pagou uma parte do dinheiro acertado, pagou a metade e os policiais passaram a cobrar a outra metade. E isso passavam de carro, praticamente diariamente, na frente da casa, com o vidro baixo, olhando e pressionando de alguma forma, entendeu? Isso é o testemunho da mãe da vítima. Foi isso que ela disse. O irmão que fez o saque do dinheiro estava preso com os policiais militares. Depois que ficaram sabendo que eram policiais militares, mas para a família, eles disseram ser policiais da Denarc. Estava preso com esses policiais, aí o irmão foi lá sacar o dinheiro e resgatou o irmão com a promessa de pagar o demais. Como ele não pagou a diferença, ficaram cobrando. A partir daí, pouco tempo depois ele foi morto. A Polícia logo associou aos policiais civis da Denarc. Hoje, no desenrolar dos fatos, e isso consta lá no inquérito, nós solicitamos, na última vez que esse inquérito esteve aqui, que isso fosse mandado pra ser investigado pela Delegacia de Assuntos Internos, que é que fica lá dentro da

<sup>434</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>435</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

Controladoria, até por envolver policiais. Mas aquilo que nós tínhamos a princípio como inspetores da Denarc, da Polícia Civil, na verdade hoje a gente tem total convicção de que são policiais do serviço reservado da Polícia Militar (informação verbal).<sup>436</sup>

A narrativa do inspetor contém diversos elementos que merecem uma reflexão mais atenta. A primeira delas é a forma pela qual um agente da inteligência pode ser passar por outro da Polícia Civil. Embora os meus interlocutores aleguem tratar-se de um recurso investigativo, tal indiferenciação - amparada no desconhecimento que boa parte da população possui sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal - pode ser instrumentalizada como uma ferramenta de coerção e de extorsão, como no caso citado. Há ocorrências de tiroteio envolvendo policiais motivados justamente pelo desconhecimento sobre quem seria “policial” e quem seria “bandido” em determinadas situações. O segundo aspecto a ser considerado é a relação por vezes promíscua entre policiais e traficantes. Por lidar com somas elevadas de dinheiro, o comércio ilegal de entorpecentes configura-se como um campo permanente de alianças ilícitas, práticas ilegais e de interrelações que embaralham a “linha” imaginária citada anteriormente. São “mercadorias ilícitas”, conforme a análise feita por Misse (2007), tomando como objeto de reflexão o cotidiano do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. No interior desse circuito criminal, o recurso da extorsão de uma pessoa reconhecida socialmente como “traficante” pode ser vista como mais vantajosa, do ponto de vista de um suposto benefício ao policial, do que sua prisão. Apresentar-se como um inspetor da “Denarc”, nesse sentido, serviria como uma porta de entrada dissimulada para que práticas criminosas sejam cometidas pelos agentes públicos.

A “legalidade” também é burlada até mesmo por aqueles que querem “fazer justiça”, mas se veem, em suas percepções sociais, “amarrados” pelas limitações impostas legalmente.

Pergunto a Ulisses sobre a questão das prisões, uma vez que o Reservado não pode fazer investigações, conforme o que determina a doutrina de inteligência. O PM responde que isso é uma questão complicada. O procedimento padrão, em caso de flagrante, é comunicar a viatura. No entanto, há policiais “fardados” que se negam a fazer isso dizendo que “não foram eles que prenderam o criminoso”. Conforme o PM, a situação só muda quando se trata de porte de armas, haja vista a remuneração

---

<sup>436</sup> Entrevista realizada com um inspetor da Polícia Civil em 17 de abril de 2013.

dada pela apreensão. A formalização das prisões por tráfico de drogas e receptação é muitas vezes rejeitada pelos policiais que fazem o policiamento ostensivo. Nesses casos, ele afirma que tem de fazer a prisão de qualquer maneira, ainda que corra o risco de ter de prestar testemunho à justiça. Em uma ocorrência, Ulisses disse que o juiz queria obrigá-lo a depor na frente do acusado, em uma circunstância que claramente afrontava o seu trabalho como agente de inteligência. Como se recusou a depor na frente do homem que prendeu, o magistrado insinuou que o policial estivesse com medo. Ele retrucou e alegou que sua família ficaria em risco caso a ordem do juiz fosse mantida. “Nós não podemos aparecer e nem fazer prisões, mas muito vezes é isso que ocorre”, afirmou (informação verbal).<sup>437</sup>

Embora reconheça não ser recomendado que os agentes de inteligência efetuem as prisões, um oficial da PM diz que isso nem sempre é possível. Ele cita como exemplo uma operação montada para prender uma quadrilha de traficantes liderada por uma mulher. O grupo era considerado de alta periculosidade, tendo até roubado coletes à prova de bala e armas de policiais. Os agentes do Reservado estavam de campana, aguardando reforços, quando perceberam que os criminosos iriam fugir. “Eles, então, tiveram de intervir e realizar a prisão ali mesmo, evitando que a quadrilha fugisse”, explica (informação verbal).<sup>438</sup> O ônus, além de ter a identidade revelada a quem monitorou por tanto tempo, é ser obrigado a prestar declarações ao longo do processo criminal como testemunha e correr o risco de voltar a ficar frente a frente com quem prendeu.

No exemplo citado pelo oficial, os integrantes da quadrilha presos já contavam com mandados de prisão expedidos contra eles. No entanto, nem sempre as prisões realizadas pelos agentes do reservado ou com o auxílio deles têm origem em alguma determinação judicial. Segundo um PM entrevistado,

[...] há uma demora para se conseguir um mandado de prisão [...]. Tem de abrir um inquérito antes. Até obter a prova, leva-se muito tempo e há muitos casos a serem resolvidos no período. Se for na legalidade, não se consegue prender ninguém (informação verbal).<sup>439</sup>

A “legalidade” é representada aqui pelos procedimentos determinados pelo Código de Processo Penal (CPP), Constituição Federal e demais leis que

---

<sup>437</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

<sup>438</sup> Entrevista realizada com oficial da PM.

<sup>439</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

regulamentam o trabalho policial. Ao se manifestar contra esses procedimentos, por considerá-los burocráticos ou lentos, o PM recorre a práticas policiais que, embora eficazes, ocorrem à margem das normas legais, forçando assim os limites existentes entre os campos da legalidade e da moralidade pública. Silva (2015) compreende essa situação como uma “inversão da ordem”<sup>440</sup>. Uma maneira de driblar essa demora, conforme depoimento dos entrevistados, é a prisão em flagrante por porte ilegal de arma ou droga. Quando a informação repassada aos PMs leva a uma prisão fácil, ela é conhecida como “mamão com açúcar” ou TAJ.<sup>441</sup> Néelson explica: é quando o trabalho é fácil e dá certo. Isso se deve muito ao grau de precisão do “bizu” repassado pelo informante. “Pegamos o cara uma vez dentro de casa cortando a cocaína em uma mesa. Ele se surpreendeu com a nossa presença ali”, conclui (informação verbal).<sup>442</sup>

A questão da entrada em um local privado sem autorização judicial é um tema delicado entre os policiais do Reservado. Hugo afirma que para que isso ocorra é preciso ter uma informação muito boa que possa garantir uma apreensão de drogas ou prisão em flagrante, a fim de que os PMs não sejam alvo de processo. Segundo o PM, é preciso que a informação seja “concreta” para que o suspeito venha a “abrir todo o jogo” quando pressionado pela polícia. “É xeque”, afirma. Essa certeza é necessária para evitar problemas legais aos agentes. “A gente, em campana, vê o movimento da droga sendo vendida. Entrando e saindo da casa”, comenta. É preciso, no entanto, “[...] ter as malícias e jogar uma verde”. Expressões como “vou aliviar a tua parte” ou “vai querer cair sozinho?” são usadas como argumentos na negociação promovida no intuito de que o suspeito se entregue. “Só no papo mesmo o cara entrega. Agora, tem gente que você pode matar de peia que ele não abre porque tem medo de ser morto pelo tráfico”, comenta Hugo. Pergunto sobre exemplos de pessoas

---

<sup>440</sup> “Denomino inversão da ordem na atividade policial militar a produção de um contínuo e intermitente ciclo de práticas ilegais e ilícitas que se processa durante a atividade de policiamento, no cotidiano do trabalho policial. Ela modifica as engrenagens de funcionamento do fazer policial, acionando novos mapas e cartografias do social que tencionam o *modus operandis* das ações de policiamento. A inversão da ordem na atividade policial modula a atuação do policial no que diz respeito à constituição de um corpus de ilegalismos. Liga dois mundos, produz formas de transitividades por onde circulam as práticas ilegais e ilícitas, uma vez que —os indivíduos também transitam entre o dentro e o fora do estado, maquinam artifícios nas fronteiras incertas do legal e do ilegal” (SILVA, 2015, 252-253).

<sup>441</sup> TAJ é uma expressão usada pelos policiais indicando que determinada coisa é boa. Se o sujeito for uma pessoa confiável, por exemplo, diz-se que ele é TAJ. A sigla tem origem nos códigos usados pelos policiais durante o policiamento. Para saber mais sobre essa linguagem cifrada, cf. Barbosa (2013). De acordo com Néelson, “TAJ é um código de rádio transmissor. Ele passou a ser deixado de lado porque muitas pessoas fora da polícia passaram a utilizá-lo”, afirma.

<sup>442</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

que querem ajudar, mas que temem dizer alguma coisa por causa do risco de serem mortas. Hugo responde dizendo que há vários casos assim. É preciso, segundo ele, ter uma motivação muito forte para contribuir com a polícia haja vista que a vida pode ser colocada em risco por causa disso (informação verbal).<sup>443</sup>

De acordo com meus interlocutores, a localização de provas materiais que possam ser usadas contra os acusados está cada vez mais difícil, o que estaria dificultando a realização de prisões sem mandado judicial. Um PM conta que muitos traficantes estão enterrando as drogas para se verem livres do flagrante. Ainda segundo os policiais, nas áreas em que o tráfico exerce um domínio territorial pleno, moradores são coagidos a guardar frações de drogas e armas em suas residências, mesmo contra a vontade. Não haveria mais a figura de um depósito central, mas sim de unidades descentralizadas de esconderijos. Um interlocutor diz que, nesses casos, é preciso usar da “psicologia” para fazer com que o acusado se desestabilize emocionalmente e venha até mesmo a chorar, em algumas ocasiões:<sup>444</sup>

O filho é um ponto vulnerável. Dizemos assim: ‘vai fazer seu filho chorar? Quem vai criar ele depois que você for preso?’ Tentamos abalá-lo para conseguir a informação. Podemos colocar a família toda presa em um flagrante. Fazemos essa ameaça (informação verbal).<sup>445</sup>

Um agente do Reservado acrescenta:

Usamos muito o psicológico. Se possível, fazemos até chorar. Algemamos a mãe, algemamos a esposa. Ameaçamos de levá-las na viatura. Dizemos que o filho vai ser levado para o Juizado da Infância e da Juventude porque os pais vão estar presos. Aí o policial sai da sala e faz que tá ligando pro Conselho Tutelar. A mulher começa a gritar e pede para o marido se entregar. Isso faz com que o cara caia (informação verbal).<sup>446</sup>

---

<sup>443</sup> A título de exemplo, uma comerciante de 48 anos foi executada no dia 28 de fevereiro de 2016 depois de presenciar e denunciar um roubo ocorrido contra caminhoneiros nas proximidades do local em que morava, em Maracanau. Não há detalhes sobre as condições em que tal denúncia foi feita. Como visto anteriormente, os agentes de inteligência ressaltam os riscos aos quais os informantes estão sujeitos quando repassam qualquer tipo de informação à polícia. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/radar/2016/03/01/noticiasjornalradar,3581677/proprietaria-de-bar-e-executada-apos-denunciar-roubo.shtml>>. Acesso em: 10/03/16.

<sup>444</sup> Embora utilize nomes fictícios ao longo da tese, há alguns relatos publicados neste capítulo em que o anonimato será preservado de forma integral. Os nomes dos PMs são mantidos em sigilo tendo em vista preservá-los de qualquer tipo de represália judicial ou administrativa que possam ser submetidos por causa das declarações que seguem.

<sup>445</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.

<sup>446</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.



Como se vê, a sugestão de que os familiares também possam vir a ser punidos representa um recurso de intimidação para que a informação sobre o paradeiro da droga seja repassada. O respeito e o temor adquiridos pela equipe funcionam como garantia de que as ameaças serão cumpridas. “Se é o Reservado, a casa caiu. O bandido esperto nos conhece e já entrega tudo logo”, comenta um PM. A fama, por outro lado, é motivo de incômodo. “Muitos dizem que são do Reservado sem ser. Mas nós usamos distintivos na hora da abordagem”, justifica o militar (informação verbal).<sup>447</sup>. O inspetor da Polícia Civil critica esse tipo de abordagem e questiona a capacidade de os policiais realizarem tal procedimento:

Tem um flagrante que foi feito na nossa delegacia por porte de arma. Os caras vieram e prenderam alguém. A suspeita... uma arma sem munição... qual era a suspeita? O cara recebeu uma teledenúncia. Eu acho perigosíssimo a sociedade aceitar isso... Eu tenho o nome da pessoa. Eles receberam uma denúncia de que o cara era traficante. A partir daí foram na casa do cara, entraram lá e prenderam, com base no porte ilegal de uma arma sem munição. O problema é: se essa denúncia fosse feita na sua casa? Um vizinho teu insatisfeito contigo e com o teu trabalho “Oh, o Ricardo aqui é traficante” e um cara desses pega, vai e entra, tá entendendo? É um perigo pra sociedade aceitar isso. Aqui nessa delegacia, só pra tu ter uma ideia, tentamos trabalhar dentro da legalidade. Nós tínhamos um rapaz que morava de frente pra Delegacia, porta-a-porta. Ele era suspeito de ser traficante e a movimentação era estranha. Nós representamos por uma busca e apreensão na casa dessa pessoa, você tá entendendo? Ele morava de frente à delegacia, mas tinha mulher, tinha criança e a gente podia... O cara podia entrar e não encontrar. Nós representamos a busca e apreensão na casa da pessoa. A gente tem trabalhado aqui dessa forma, mas a Polícia Militar, através da Coin e da 2ª Seção ignoram isso. Vão lá e faz e acabou-se. E faz... E faz sem saber, até porque não é a missão dela, não é o mister dela (informação verbal).<sup>448</sup>

Como visto anteriormente, as denúncias encaminhadas ao teledenúncia precisam de uma resposta oficial. Em geral, cabe à PM atender às demandas que chegam pelo número 181. Os agentes de inteligência, conforme os depoimentos coletados para esta pesquisa, são constantemente acionados pelo comando para que possam verificar as informações que chegam da população. O risco apontado pelo inspetor da Polícia Civil é que esse sistema de gestão de denúncias possa ser mobilizado contra desafetos ou que possa vir a abrigar casos de abuso de poder policial. Ainda que a pessoa seja denunciada, a Constituição de 1988, em seu artigo 5º parágrafo IX, afirma que: “A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito

<sup>447</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.

<sup>448</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.

ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” (BRASIL, 1988).

A estratégia de realizar prisões por meio apenas das informações que chegam à equipe é arriscada, e os policiais entrevistados têm consciência do que pode acontecer a eles. “É um risco que a gente corre. Já fomos para a Controladoria por causa disso”, comenta um interlocutor. O motivo, segundo o PM, foi uma abordagem malsucedida:

Um informante deu a dica de que havia um depósito de drogas em uma residência. Fomos ao local, chamamos a viaturas, mas não encontramos nada lá. A Controladoria recebeu uma queixa de invasão, mas sem qualquer tipo de prova da parte de quem denunciou (informação verbal).<sup>449</sup>

Apesar da dica promissora, o “bote” deu errado, e os policiais tiveram de se explicar perante a Corregedoria. Embora tenha se livrado da prisão naquele momento, o policial afirma que um dos ocupantes da residência acabou sendo preso pouco tempo depois, no mesmo local. “Toda ação gera uma reação”, ressalta, dando a entender que a prisão ocorrera devido a uma retaliação por causa da denúncia (informação verbal).<sup>450</sup> Da mesma forma que os policiais se valem de elementos do mundo do crime para prender os criminosos, os “bandidos” passaram a acionar os órgãos de fiscalização da conduta dos agentes de segurança como uma estratégia de contenção das abordagens policiais sem mandado judicial, ou seja, a lei é mobilizada como um instrumento de proteção à atuação policial considerada “ilegal”:

Os bandidos estão ligando para a Controladoria para fazer denúncias inverídicas, em uma espécie de contrainformação. Quando isso acontece, a gente se retrai, deixa de ir ao local por um tempo. Temos de pagar advogado do próprio bolso. Eles chamam a Controladoria mesmo sem terem sido as vítimas. Mesmo assim, temos de nos explicar. É um dia perdido. Usamos nossa folga ontem para prestarmos esclarecimentos na Controladoria. Aí você já fica abalado psicologicamente (informação verbal).<sup>451</sup>

A controladoria abre uma denúncia sem saber a procedência. Fiquei seis meses afastado por causa disso. Quando voltei, estava me sentindo um lixo, mas o sangue limpa depois de alguns dias (informação verbal).<sup>452</sup>

A “contrainformação” que vem do tráfico parece apresentar resultados eficazes. Além de ver o imóvel distante das campanhas promovidas pelos PMs, os

<sup>449</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.

<sup>450</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.

<sup>451</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.

<sup>452</sup> Entrevista realizada com um agente do Reservado.

constrangimentos impostos pela denúncia à controladoria não passam impunes. Ter de dar satisfações sobre o seu trabalho e assumir por conta própria os custos com um advogado são situações apontadas pelos policiais como capazes de abalá-los “psicologicamente”. Por causa disso, o descontentamento com a instituição “controladoria” é generalizada entre os entrevistados.

### **6.5 Abrindo o “cadeado”**

Passado um ano e meio do nosso primeiro contato, retorno ao quartel de Ulisses. Novamente o vejo de farda. Está sentado próximo a uma mesa, montando a guarda. Na entrada, um grupo de policiais se prepara para assistir ao jogo do Barcelona em uma TV bem antiga, daquelas de tubo. Puxamos um papo sobre minha pesquisa e ele comenta a possibilidade de enviar um projeto à pós-graduação. Como da última vez, cumprimos uma espécie de ritual de formalidade. Ulisses puxa duas cadeiras plásticas e as coloca do lado de fora da recepção. Ficamos, assim, com mais privacidade para conversar. Um ao lado do outro, sem nos olharmos de frente. Pergunto sobre o fato de ele estar vestindo a farda. O soldado responde que o núcleo de inteligência foi desativado. O trio que o compunha migrou para o policiamento ostensivo ou para a guarda, como no seu caso. A mudança ocorreu há poucos meses. Sem veículo e equipamentos como radiotransmissores, os policiais se viram impossibilitados de realizar o trabalho de inteligência policial a contento. O carro alugado que usavam, por exemplo, foi devolvido pelo comandante à locadora de veículos. No período, ele relembra, quatro comandantes se revezaram no comando. O atual é mais sensível ao papel da inteligência, mas faltam os equipamentos necessários para a reativação.

A desarticulação da rede de inteligência da PM ocorre em diversos lugares. No dia anterior, recebi uma mensagem dando conta de que o Serviço Reservado de Juazeiro do Norte havia sido desativado. Em outro batalhão visitado ano passado, os PMs não dispunham de um carro para trabalhar. A decisão sobre a manutenção ou não da atividade de inteligência, segundo me informou Ulisses, cabia à sensibilidade de cada comandante acerca do tema.

Após abordar essa questão, voltamos às perguntas que tinha anotado. Nas minhas primeiras idas a campo, a palavra-chave sempre foi o “jogar” ou o “artifício”. Ou seja, ser capaz de conseguir o que se quer por meio da argumentação, de

artifícios, de um trabalho de convencimento que envolve, por vezes, a dissimulação, o estímulo ao desejo de vingança e até mesmo o afeto dissimulado. Sabia, no entanto, que o componente do emprego da força e da violência rondava aquela atividade. Isso ficou bastante claro logo na primeira conversa que tive com um agente de inteligência. Nas falas dos meus interlocutores, por outro lado, não havia menção a esse tipo de recurso. O silêncio durou até uma tarde em que Ulisses, entre um desabafo e outro, me disse: “Se não tem peia, o cara não fala não. Se não tiver tortura, o cara não fala”. A frase me desconcertou, porque até aquele momento Ulisses sempre evitara falar sobre o assunto, creditando parte do sucesso obtido em suas missões ao modo como costumava abordar os suspeitos.

Sabendo que o tema é, de certa forma, tabu entre os policiais, pergunto qual o nome dado por eles a essa prática, e ele responde: “A gente chama de conselho”.<sup>453</sup> Questiono sobre como o “conselho” é utilizado: “Depende do caso”, ele responde. Após a detenção de algum acusado, é feito um exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). Pergunto sobre como eles fazem para que a agressão não seja detectada: “Fazemos de um jeito que não deixe visibilidade para não dar problema”, responde o PM. Ulisses acrescenta que quando o acusado é “anômico” ele demora mais a falar, necessitando do “conselho”. Peço que ele descreva o que seria uma pessoa anômica, e ele diz: “O anômico cria lei para ele mesmo. Ele é o fazedor de leis. Mata sem pena nenhuma e não tem medo de polícia”. Pergunto se o número de anômicos tem aumentado, e ele me diz que sim, “[...] em função das leis idosas”. Ulisses cita a abordagem policial como um exemplo: “Se você teme ou respeita a polícia, você bota a mão na cabeça quando o policial o aborda. Você cumpre o que foi ordenado. O anômico vai querer resistir. Aí é preciso gritar, desestabilizá-lo psicologicamente. Só que a escola não ensina isso”.

O policial defende a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 51, que cria a polícia de ciclo completo e estimula a captação de talentos. O policiamento que é feito hoje, acrescenta, não causa medo aos criminosos. Depois dessa divagação, volto à questão da abordagem violenta. Para Ulisses, quando se tem uma informação precisa, ou seja, que apresente de modo claro a vinculação da pessoa ao crime, torna-se mais fácil fazer com que ela fale. Há aqueles, no entanto, que se recusam a

---

<sup>453</sup> Em uma outra entrevista, descubro que a expressão “trabalhar” também é usada nessa situação. Exemplo: o PM está trabalhando o acusado.

colaborar. Essas pessoas são conhecidas como “cadeados”, pois necessitam de um maior grau de esforço do policial para que possam prestar as informações desejadas, indo além do mero “jogo” ou “artifício”:

De posse das informações fica mais fácil para jogar em cima dele e fazer com que admita o seu erro. Há muitos, contudo, que começam como um cadeado, ou seja, não falam nada. Esses só vão falar quando estiverem vendo o sol nascer quadrado, quando forem para a delegacia (informação verbal).<sup>454</sup>

Os agentes de inteligência não podem manter uma pessoa sob seu poder por tempo em demasia, sob o risco de serem acusados de cárcere privado. O caso mais emblemático disso ocorreu com um homem que permaneceu quase que um dia inteiro na mão de policiais e foi morto. Em 27 de setembro de 2007, uma equipe do Serviço Reservado do Comando do Policiamento da Capital (CPC) levava dois homens presos, Rogério Candeia da Silva e Roger Alves da Silva, a um hospital na periferia de Fortaleza. Eles estavam sendo transportados no porta-malas de um Renault Clio cinza, ou seja, em um veículo descaracterizado. A dupla era acusada de participação em um assalto contra dois policiais militares que faziam policiamento fixo em uma avenida de grande movimentação da cidade.

De acordo com o relato de Roger, depois de passar um longo tempo rodando no veículo, sofrendo ameaças e sendo pressionados para que revelassem a identidade dos acusados pelo roubo, um dos policiais perguntou onde ele queria levar um tiro. Roger pediu que fosse baleado na perna, e assim foi feito. Ao chegar ao hospital, para que ele fosse medicado, a equipe foi cercada por homens encapuzados que estavam em motos e carros. O grupo ordenou que a dupla fosse retirada do Clio e, após isso, os dois foram alvejados com mais de 20 tiros. Rogério morreu de imediato após passar o dia todo em poder dos policiais. Roger ficou gravemente ferido, mas conseguiu sobreviver.

A versão de que a abordagem ocorreu à revelia da equipe não foi aceita, e um PM da Inteligência foi condenado a 18 anos de reclusão, acusado de cumplicidade com um grupo de extermínio. A investigação sobre o caso chegou à conclusão de que a equipe do Reservado tivera papel relevante no ocorrido, ao informar sobre o local e o horário em que estariam deixando os homens no hospital. Gravações telefônicas

---

<sup>454</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

divulgadas na imprensa permitiram acompanhar o desenrolar do caso e o modo como todo o falso atentado fora tramado. O policial preso já se encontra em liberdade.<sup>455</sup> Embora alegue que o ocorrido se tratou de um caso isolado, abordo essa questão com Ulisses. “O agente de inteligência tem pouco tempo para agir”, responde:

Os criminosos sabem disso e não falam nada para a gente no momento em que são detidos. Temos de levar para a delegacia para ver se eles soltam. O próprio advogado do acusado dá dicas sobre como proceder para que ele não se comprometa (informação verbal).<sup>456</sup>

Nesse meio tempo, Ulisses acrescenta, os policiais buscam obter o maior número de informações possíveis. “Temos em média duas horas até que o acusado seja levado à delegacia. Esse é o tempo que temos. Às vezes, resolvemos isso em meia hora”, explica. Ainda que recorrer à violência seja visto como algo necessário em determinadas circunstâncias, o PM diz que é preciso tomar cuidado para não cometer nenhum “pecado”. “Tem de ter liderança e gestão para que isso não aconteça com a equipe”, complementa. Pergunto se na equipe dele há aquele policial que gosta mais de bater do que de argumentar, e o PM me responde afirmativamente, com um aceno de cabeça. Quero saber se há um roteiro preestabelecido. Ulisses responde que as coisas vão acontecendo na hora. “Não tem um roteiro. Depende da situação, do tipo de crime, do local. Interrogamos muito na casa da pessoa, mas tem gente que é só chegar perto que ele começa a gritar. Você nem pega nele e já começa o teatro”, comenta. Tento saber mais detalhes sobre o conselho, mas as respostas começam a se tornar mais esquivas. Encerro o assunto e o PM volta a criticar o militarismo, retomando um fio de argumentação costumeiro em nossas conversas (informação verbal).<sup>457</sup>

Na entrevista com Martins, já de posse da informação acerca do “conselho”, adoto uma estratégia parecida com a dos agentes de inteligência: coloco o assunto em pauta em meio a uma série de questões, dando a entender que eu realmente sei o que aquilo significa entre eles. Pergunto sobre os suspeitos que se recusam a falar e “abrir o jogo” à polícia, conhecido como “cadeados”, aqueles que apresentam uma

<sup>455</sup> Para mais informações sobre o caso: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/exterminio-pf-prende-civis-militares-e-um-empresario-1.401554>>. <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/pms-devem-ir-a-julgamento-1.348558>> <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/jovem-presos-e-torturado-por-pms-sera-indenizado-1.563912>>. Acesso em: 15/03/16.

<sup>456</sup> Entrevista realizada com um PM.

<sup>457</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 18 de março de 2015.

dificuldade considerável em fornecer informações. Segundo o policial, o termo usado na equipe deles é “trabalhar”. “O superior liga e pergunta se nós já trabalhamos o sujeito”, comenta, indicando que os superiores têm conhecimento do que ocorre no cotidiano dos policiais.<sup>458</sup> Como estão sob custódia, os detidos não podem permanecer por um tempo demasiadamente longo nas mãos dos policiais. A exceção é quando a ocorrência policial ainda se encontra em andamento, ou seja, quando os elementos constituintes da infração criminal ainda não foram completamente reunidos. Não pergunto os métodos utilizados, mas Martins me diz que tem de “destravar o cadeado” em cerca de meia hora, sob o risco de ser questionado quando do processo criminal. Pergunto em que circunstâncias esse recurso é utilizado. Ele me conta um exemplo: “Às vezes pegamos um cara que está com muita arma e droga em seu poder, mas a gente sabe que ele não é o chefe. Ele sabe quem é, mas não abre. Aí temos de trabalhá-lo” (informação verbal).<sup>459</sup> O critério, questiono, seria o grau de relevância da informação. O agente responde afirmativamente: “É o último fio da meada, o último *link*” (informação verbal).<sup>460</sup>

A segunda situação em que se precisa “trabalhar” um acusado está relacionada à prova material. Sabe-se que o suspeito é o responsável pelo crime, mas não se tem nem a arma e nem a droga, ou seja, as provas materiais que poderiam levá-lo à cadeia. O uso da tortura, então, serviria como instrumento de coerção para que a pessoa revele o local em que esconderia ambos os itens (arma e droga). Sem que isso ocorra e sem mandado judicial, só restaria a liberação do suspeito, frustrando, assim, a abordagem realizada pela equipe. Os mais resistentes à coleta de informação são os jovens, de acordo com Martins. Tidos como “soldados” do tráfico, o policial afirma que “[...] eles sabem que cometer crimes na idade em que estão não dá em nada”. Além disso, de acordo com o PM, eles seriam os mais violentos, na possibilidade de um confronto aberto com a polícia (informação verbal).<sup>461</sup>

Ao me deixar no nosso ponto de encontro, fomos ao veículo descaracterizado que Martins usa como viatura, e percebo que a conversa se

---

<sup>458</sup> No caso citado anteriormente, do fuzilamento e morte em frente ao hospital, a alegação do oficial responsável pela equipe era a de que ele desconhecia o que os policiais realmente faziam naquele dia. Além de poder responder ao processo em liberdade, o militar não foi condenado pelo ocorrido.

<sup>459</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>460</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>461</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

estendeu um pouco mais. Aproveito a oportunidade para tocar em temas polêmicos. O PM assume uma expressão de incômodo ao relatar ocasiões em que tem de agir de forma ilícita na condução do seu trabalho. Martins afirma não se sentir bem derrubando portas e apontando armas para todas as pessoas de uma casa sem mandado judicial, mesmo sabendo que a casa é um asilo inviolável, conforme a Constituição. O sentimento de estar atendendo a um bem maior, o da sociedade, serviria como atenuante a esse mal-estar. Pergunto sobre como os ferimentos e escoriações produzidos durante os “trabalhos” não são identificados quando do exame de corpo delito. Martins ri, sem graça, e não responde. Deixo a questão no ar para uma próxima oportunidade que, infelizmente, ainda não ocorreu (informação verbal).<sup>462</sup>

Durante a conversa com a equipe de Ranulfo, o tema provoca um incômodo de início, mas pouco depois o gelo é quebrado pelos próprios policiais. Pergunto sobre o “trabalho” e os “conselhos” que alguns agentes do Reservado costumam fazer. Um deles responde: “Até nisso a gente usa a psicologia. Botamos o cara algemado no carro e dizemos que vamos trabalhar o homem. É nessa hora que ele entrega”. O PM cita ainda um exemplo de expressão usada com o objetivo de pressionar os suspeitos a falarem: “Vai dar alguma coisa pra nós ou vai querer passear com a gente?”. No que diz respeito à intimidação, os policiais comentam a ocasião em que o agente mais novo do grupo estava bastante exaltado, gritando com um grupo de traficantes. Um adolescente foi apreendido e levado ao local. Um dos integrantes da equipe comentou reservadamente: “Aquele ali é o cachorro louco. Vou chamar ele para conversar contigo”. O jovem recuou e disse: “O cara tem os olhos do mal” (informação verbal).<sup>463</sup>

Sobre os “cadeados”, ou seja, as pessoas que se recusam a colaborar com a polícia, um PM comenta: “A gente vai até onde a chave enfia”. Outro PM confessa: “O cara só entrega se der umas lapadas”. Há um certo constrangimento na sala, mas eles prosseguem. “O cara sabe que pode passear com a gente por umas 10 horas. Sabe que o Reservado não tem câmera, não tem o mesmo monitoramento que as viaturas possuem”, comenta um policial (informação verbal).<sup>464 465</sup>

---

<sup>462</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>463</sup> Entrevista realizada com um PM.

<sup>464</sup> Entrevista realizada com um PM.

<sup>465</sup> A menção é uma referência velada às viaturas do Ronda do Quarteirão que possuem uma câmera de vídeo e gravadores capazes de registrar conversas no interior da cabine. Essas duas ferramentas de monitoramento já serviram como provas em diversos processos disciplinares movidos contra policiais.



O emprego da violência é justificado pelo risco de sair do local da apreensão de mãos vazias. “Os caras da viatura vão desconfiar da gente se sairmos de dentro da casa sem nada. Vão pensar que houve algum acordo, vão pensar que rolou suborno. Temos de gerar algum resultado”, ressalta (informação verbal).<sup>466</sup> Há um paralelo aqui com a justificativa apresentada por Martins. O que ambos querem dizer é o seguinte: quando se sai da campana e se parte para o “bote”, é preciso que essa intervenção resulte em prisão ou apreensão, ainda que por meio de coação e tortura. Os depoimentos dos policiais fornecem indícios de que o emprego da violência é sempre uma alternativa válida quando se trata de uma ação do Serviço Reservado, desde que não se cometa “pecado”, entendido aqui como o uso descontrolado da tortura, a ponto de vitimar quem esteja “trabalhado”, ou causar prejuízo à própria carreira na corporação.

Por algum tempo, lidar com essa questão representou um incômodo para mim do ponto de vista analítico e moral. É preciso mobilizar o conceito de guerra, tão presente nos discursos entre policiais e bandidos, para que se possa relativizar o conceito de violência, assim como fez Barreira (1998). Para que se possa sair da armadilha de o olhar normativo do pesquisador sobrepor-se ao que seu objeto de estudo informa é preciso refletir a partir dos conceitos, valores e percepções dos agentes. Foi o que busquei fazer ao longo da tese. Nesse sentido, a violência policial sob a forma de tortura é compreendida como um recurso investigativo e operacional a mais, em um cenário de “combate” às drogas que permeia os discursos oficiais, nos quais o traficante e os “soldados” do tráfico são os grandes inimigos em um conflito renhido e sem possibilidade de vitória definitiva à vista.

De volta ao quartel para uma nova conversa, fico à espera de Paulo. Quem me recebe enquanto ele não chega é Guilherme. O policial me faz uma série de perguntas sobre o porquê do meu interesse acerca do assunto, que curso faço e qual a finalidade da minha pesquisa. Respondo e ele comenta: “segurança pública”. É assim que sou apresentado ao entrar na saleta, como um estudante que está realizando uma monografia na área da segurança pública. O terceiro policial da equipe está sentado em frente a um computador. Dois rádios transmissores estão ligados, um na mesinha da máquina e outro no móvel em que me apoio para fazer as perguntas. O acesso àquele local é bastante restrito. “Não é todo mundo que entra nessa sala,

---

<sup>466</sup> Entrevista realizada com um PM.

não”, comenta (informação verbal)<sup>467</sup>. Há uma certa tensão na sala enquanto Paulo não chega. Guilherme volta a me inquirir sobre a pesquisa e pede documentos que comprovem minha filiação institucional à UFC. Como era a segunda vez que me dirigia ao quartel não me preocupei em portar o meu histórico escolar ou a declaração do LEV acerca da minha pesquisa. Tento localizar a versão digital do documento no *smartphone*, mas meu esforço é em vão. Certamente esse foi o momento mais constrangedor da pesquisa. O incômodo dura até o momento em que Paulo adentra o recinto.

Dos agentes ouvidos, Paulo é o profissional com maior experiência, tanto em tempo de serviço quanto em operações mais complexas e de maior repercussão midiática. O militar afirma não se valer da tortura em suas práticas cotidianas, configurando-se uma exceção em meio aos demais. O PM afirma que sua atuação é menos violenta, mesmo com os criminosos presos:

A gente cria um vínculo de amizade com os bandidos presos. Serve como fator de conquista. Dou conselhos, falo palavras de apoio para que ele saia daquela situação quando estiver em liberdade. Além disso, deixo o número do meu telefone e, às vezes, acabo recebendo alguma informação importante (informação verbal).<sup>468</sup>

Pergunto sobre o uso da força na obtenção de informações. O policial refuta e afirma que resolve os casos a partir do uso das palavras. “Você sabendo conversar, você consegue o que quer”, garante. Paulo diz que se vale de informantes “fortes”. Ele não especifica quem são tais pessoas, mas dá pistas: familiares, vizinhos e até mesmo criminosos. “Atrás das grades, muitos presos se tornam colaboradores dos policiais”, comenta. O PM cita um exemplo para confirmar a “força” que o informante possui: ao entrar em uma casa, o morador nega veementemente possuir drogas e armas. Paulo, então, liga para o informante, que reforça o “bizu” dado e descreve em detalhes o lugar onde a prova estaria escondida. Tudo isso, segundo ele, sem recorrer à violência física. O policial afirma ainda que um dia chegou a intervir em uma abordagem violenta promovida por PMs fardados contra um criminoso, a fim de evitar que ele fosse espancado. “O cara sabe que vai ser preso, mas a gente conversa, explica que é preciso ele ir, que vai ser um tempo de reflexão lá dentro e que a

---

<sup>467</sup> Entrevista realizada com Guilherme em 20 de maio de 2015.

<sup>468</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

informação que ele irá fornecer servirá para prender algum desafeto”, afirma (informação verbal).<sup>469</sup>

Assim como no exemplo do adolescente citado em um capítulo anterior, Paulo ressalta a importância do diálogo e da sedução para trazer o suposto “inimigo” para o lado da polícia, fazendo com que ele colabore. Mais uma vez, a tática adotada foi a reversão da expectativa: em vez de bater, o policial aconselha. A contrapartida, contudo, é clara: ele tem de fornecer informações à polícia e ser útil. Caso adote essa postura, poderá obter alguma vantagem na acirrada disputa travada em torno do domínio sobre os pontos de venda de entorpecentes, item valioso e bastante desejado entre traficantes rivais (informação verbal).<sup>470</sup>

## 6.6 A inteligência do crime e sobre o crime

Se os policiais-ponte montam uma complexa articulação de informantes para auxiliá-los na obtenção de informações e fornecimento de subsídios às prisões, os traficantes também possuem suas estratégias e recursos de contrainformação. Ulisses cita o exemplo de um traficante da periferia de Fortaleza que cresceu vendo seus amigos envolvidos com armas e drogas. Assim que passou a conhecer todas as etapas do tráfico, revela o policial, mandou matar os traficantes da região. “Ele já sabia fazer tudo”, comenta. O jovem foi preso pela Delegacia de Narcóticos com R\$ 1 milhão e muita cocaína. Bastante articulado, ele possuía uma verdadeira “teia do crime” composta por contatos com traficantes de vários bairros de Fortaleza (informação verbal).<sup>471</sup>

A história que segue demonstra a amplitude da rede de informantes do tráfico e como as informações vazam no interior do próprio sistema de segurança pública. Paulo conta que o delegado o procurou e lhe disse que estava preparando o mandado de prisão de seis acusados. Estava apenas aguardando a expedição para que pudesse mandar prendê-los. Pouco depois, chegou a informação de que um local de venda de droga estava repleto de dinheiro e drogas. A descrição em detalhes do ambiente só reforçava a importância de a polícia ir até o local. Conforme o PM, tratava-se de uma pessoa que havia ido pessoalmente à boca de fumo comprar droga e vira

---

<sup>469</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>470</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>471</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

pessoalmente toda aquela “ostentação”. De posse dessas informações, a equipe foi até o endereço informado e se deparou com a casa vazia. Paulo afirma que eles tiveram de arrombar a porta da residência para poder entrar. Guilherme intervém e diz que a porta estava só encostada numa tentativa de não comprometer o trabalho realizado por eles do ponto de vista legal. Paulo ri e refaz a descrição, contando, dessa vez, que a porta estava só encostada. Foram encontrados dinheiro e drogas, conforme o informante revelara. Em uma gaveta, porém, estava a requisição da promotoria para que os acusados fossem presos, um documento que o delegado nem ousava supor que estivesse em poder dos próprios alvos do mandado. Indignado, Paulo desabafa:

Os criminosos sabiam da expedição do mandado muito antes do delegado. O próprio advogado dos bandidos deve ter levado esse documento até lá. Temos de lutar diariamente contra a bandidagem, contra o sistema que não nos permite trabalhar de forma digna e contra o poder judiciário (informação verbal).<sup>472</sup>

A queixa contra o Poder Judiciário é uma constante entre os policiais, assim como a relação mantida entre advogados e acusados. “A polícia prende e a Justiça solta” foi uma frase que ouvi de diversos interlocutores nas mais diferentes situações. No exemplo em questão, o vazamento da informação de que um mandado de prisão fora expedido fez com que os criminosos abandonassem o local em que comercializavam a droga, dificultando o trabalho da polícia. O acusado acabou sendo preso pouco tempo depois, mas por causa de um tiroteio ocorrido contra um grupo rival. Pessoas dos dois lados foram alvejadas e encaminhadas ao hospital. Conforme os policiais do Reservado, o traficante dispunha de escolta de um PM contratada por ele no hospital público onde ficou internado, o que só mostra o quanto a rede de relações promíscuas entre criminosos e agentes da lei é extensa.

Para Martins, o tráfico é formado por uma cadeia de outros crimes. A disputa por território e o fato de uma pessoa ter “dado um furo”<sup>473</sup> com a outra são motivos bastante recorrentes para execuções. “O tráfico não perdoa. Não existe segunda chance no tráfico”, alega. Na área em que ele atua, três traficantes rivais disputam o domínio pelo comércio ilegal de entorpecentes: um está na ativa, o segundo está preso e o terceiro encontra-se foragido. “As intrigas ajudam a polícia”,

<sup>472</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>473</sup> Dar um furo é uma expressão que significa “trair a confiança ou vacilar” perante um parceiro no mundo do crime.

ressalta o PM. O policial informa que o traficante preso passa informações bastantes úteis na investigação dos demais. É um artifício que se usa para obter informação. Isso é ainda mais válido quando os traficantes rivais possuem uma origem comum e depois se tornam adversários. É quando o ex-colega “dá um furo” com outro, sumindo com dinheiro ou droga. Além disso, o grau de conhecimento sobre o ex-colega e futuro inimigo é uma reserva preciosa de informações para a polícia (informação verbal).<sup>474</sup>

Martins ressalta que, na atividade de inteligência, passou a compreender melhor o funcionamento dos circuitos criminais, bem como da rede de informações montada pelos criminosos: “Eles têm inteligência também assim como a gente: fazem estudo de viaturas, troca de turno dos policiais e efetivo. Além disso, realizam falsa comunicação de crime para calcular o tempo que a polícia leva para se deslocar e atender a ocorrência” (informação verbal).<sup>475</sup>

Assim como os policiais buscam conhecer a rotina dos suspeitos em detalhes, o mesmo ocorre do outro lado da “linha”. De posse de informações sobre o tempo de resposta da polícia, horário de trocas de turno e efetivo, é possível estabelecer táticas e estratégias que visem à neutralização da efetividade do policiamento em determinado território. Um oficial da PM dá mais detalhes sobre a “inteligência do crime”:

Os traficantes dividem o bairro por setores. Eles são muito organizados. Uma vez entramos na área monitorando a comunicação deles (feita por HTs)<sup>476</sup> e ouvimos eles comentarem cada vez que entrávamos em um setor diferente. Ou seja, eles sabiam cada passo que estávamos dando ali<sup>477</sup> (informação verbal).<sup>478</sup>

Ainda de acordo com o oficial, esse monitoramento tão preciso não costuma ser estendido ao Serviço Reservado, pois eles atuam em carros descaracterizados. Para evitar que o carro fique “manjado”, os policiais costumam trocar de veículo constantemente.<sup>479</sup> “Quando eles chegam de Corolla, os traficantes pensam até que são possíveis clientes entrando nas áreas. Assim como os bandidos

---

<sup>474</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>475</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>476</sup> Rádios comunicadores usados pelos policiais com uma frequência específica.

<sup>477</sup> As viaturas da polícia são chamadas de “óleo” pelos traficantes, conforme as conversas interceptadas.

<sup>478</sup> Entrevista realizada com oficial da PM.

<sup>479</sup> Os carros usados pelo Serviço Reservado podem ser locados pelo governo ou cedidos pela Justiça para fins determinados. No batalhão em que o oficial atua, os carros apreendidos são disponibilizados para atividade do Reservado mediante autorização judicial expressa para aquele determinado fim. Durante a pesquisa, constatei que o veículo é peça fundamental na maior ou menor eficiência da equipe do Reservado.

são criativos, nós temos de ser criativos também”, argumenta o militar (informação verbal).<sup>480</sup> Para entrar em um bairro ou território sob forte controle social do tráfico, no entanto, é preciso conhecer os códigos de acesso. Caso contrário, o risco de o carro ser alvejado é grande. Segue o exemplo de uma sinalização cifrada para poder penetrar em uma dessas áreas<sup>481</sup>:

O local só possui duas entradas, tornando seu acesso muito restrito. Para entrar em segurança, é preciso adotar os seguintes sinais com o veículo parado:

Pisca esquerda, morador.

Pisca direita, vendedor.

Jogo de luz, chefões.

É preciso baixar os vidros do carro e, se for motociclista, tirar o capacete (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Segundo os policiais entrevistados, o território de atuação das gangues mais organizadas é mantido por regras de comportamento implícitas do tráfico. “Não tem roubo. Não tem briga de família. Tudo para evitar a presença da polícia no local”, explica um PM (informação verbal).<sup>482</sup> Um agente do Reservado usou essa regra a seu favor em um caso envolvendo o furto de equipamentos sonoros da igreja da comunidade. O PM deu uns “acochos”<sup>483</sup> em uns usuários de entorpecentes após o crime e disse que iria ficar diariamente “enchendo o saco” dos traficantes até que o material fosse devolvido. Dois dias depois, ele afirma ter recebido uma ligação informando onde se encontrava o produto roubado. Além disso, as estratégias adotadas pelos traficantes dificultam cada vez mais a localização de entorpecentes e armas de fogo:

Hoje estão escondendo droga na casa das pessoas que não têm envolvimento com o tráfico. Uma casa fica com a droga. A outra, com a arma. Tudo é fracionado na base da ameaça. O pente fino tem de ser muito bem dado. A gente mete a mão em privada, fossa, dentro de botijão até achar a droga ou a arma (informação verbal).<sup>484</sup>

---

<sup>480</sup> Entrevista realizada com oficial da PM.

<sup>481</sup> Há relatos de pessoas que quase foram baleadas por desconhecerem o código de entrada e acessarem o local de maneira desavisada.

<sup>482</sup> Entrevista realizada com um PM.

<sup>483</sup> Termo com valor equivalente a aperto. No caso em questão, significa uma ação repressiva policial mais violenta, envolvendo até mesmo a possibilidade de tortura.

<sup>484</sup> Entrevista realizada com um PM.

O uso da população como escudo é uma queixa recorrente entre os policiais. A medida dificulta a localização da droga, material imprescindível para que se possa efetuar o flagrante.

## **6.7 Guerra e paz?**

Em 2015, o número de homicídios no Ceará começou a apresentar uma tendência de queda. A redução coincidiu com o primeiro ano da gestão Camilo Santana e a implementação de um novo programa voltado para a segurança pública, o Ceará Pacífico. A ação governamental reúne algumas proposições defendidas há algum tempo por quem estuda o assunto, como a integração de diversas secretarias de Estado em torno do tema, a participação da iniciativa privada tanto na discussão quanto na execução de atividades e a presença mais ativa da figura do governador em todo esse processo.

O estabelecimento de métricas mais confiáveis sobre as ocorrências criminais, herança do governo anterior, fez com que metas fossem estabelecidas e passassem a ser cumpridas em cada área integrada de segurança (AIS). A medida deu maior racionalidade à ação policial, servindo como parâmetro de avaliação da eficiência dos órgãos de segurança. Uma sombra, todavia, ainda paira sobre as ações governamentais: a possibilidade de que gangues rivais estejam se unindo e se organizando a partir de recursos oriundos de grupos criminosos do porte do Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, e do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo.

Há alguns anos, a polícia monitora a movimentação de membros das duas organizações em solo cearense. Além de participação no tráfico de drogas local, elas estariam financiando armas e explosivos para os assaltos a banco que ocorrem no estado, bem como outras práticas ilegais de menor porte. A novidade, nesse sentido, estaria no processo de “pacificação”, conforme expressão usada pela mídia, de grupos criminosos locais que até então viviam em pé de guerra. Em um áudio que circulou nos aplicativos de mensagem instantânea, o membro do PCC afirma que a guerra não deve ser travada mais entre eles, mas sim contra a polícia. Pouco tempo depois, imagens de pessoas lotando as ruas nos bairros periféricos ou promovendo cortejos de motos foram interpretadas como uma demonstração de adesão à proposta de união de forças e superação de desavenças entre rivais. No fim de semana após

a divulgação do áudio, os homicídios em Fortaleza registraram uma queda brusca. Assim o episódio foi descrito pelo jornal O Povo (2016)<sup>485</sup>:

Na semana em que os acordos de paz do tráfico se espalharam por Fortaleza, a Capital registrou forte queda no número de homicídios que aconteceram entre sexta-feira, 29 de janeiro, e domingo, 1º. Neste intervalo, a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) contabilizou quatro ocorrências. Houve queda de 71,4% nos assassinatos, numa comparação com o último fim de semana de janeiro de 2015. Naquele ano, foram 14 mortes.

Os rumores de que acordos estavam sendo feitos, contudo, já haviam sido captados pelas antenas de dois dos meus interlocutores em junho de 2015.<sup>486</sup> A partir de celulares apreendidos, Martins me informou sobre a existências de *raps* nos quais o tema da música era a união entre as “galeras”. As negociações estavam ocorrendo a pleno vapor, e os encontros ocorriam em pontos determinados. A manifestação musical serviria, pois, como um claro recado acerca do que se passava pelos cantos da cidade.

Mesmo na reserva, Osvaldo acompanhava toda essa movimentação de perto. Abro um espaço aqui para a reflexão dele sobre a inteligência e os comentários sobre os primeiros indícios de que estaria havendo uma trégua entre grupos rivais a partir da indução de um agente externo.

---

<sup>485</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/02/02/noticiasjornalcotidiano,3570026/homicidios-cairam-71-4-no-ultimo-fim-de-semana-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 15/03/16.

<sup>486</sup> As informações que obtive à época subsidiaram a coluna “Segurança Pública”, publicada no dia 10 de agosto de 2015. Nela, faço o seguinte comentário: “Há, no entanto, um fator que ajudaria a explicar a queda nos homicídios. Durante as entrevistas que faço para minha pesquisa, ouvi de três policiais o mesmo relato: líderes do tráfico de drogas em Fortaleza estariam pondo suas diferenças de lado e se organizando, diminuindo assim os conflitos interpessoais, causa primordial das mortes violentas. Um dos meus interlocutores citou até mesmo a realização de um encontro entre traficantes que teria reunido mais de 20 comunidades. Soube ainda que nas músicas que circulam nas redes da ilegalidade já há menção a essas parcerias. Estaria havendo uma espécie de ‘paz consentida’ entre os traficantes para empregar a expressão de um amigo que vivencia de perto a violência urbana. A hipótese é polêmica e merece uma análise mais detida. Não estou desmerecendo o trabalho realizado pelo governo até o momento. É fato, no entanto, que o tráfico de drogas exerce um papel de regulação da violência nos territórios em que atua. Esse controle social regula até mesmo brigas conjugais no interior das comunidades. Tudo para evitar a presença da polícia nos espaços de compra e venda de entorpecentes. O caso mais emblemático no que tange a essa regulação é o Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo. Após uma explosão no número de homicídios, a capital paulista passou a registrar uma queda nas taxas de criminalidade. Pesquisas como a desenvolvida por Camila Caldeira, da Universidade de São Paulo (USP), apontam para a possibilidade de que essa redução esteja relacionada a um fenômeno social que atingiu igualmente o sistema carcerário e a periferia urbana do estado de São Paulo: a expansão e a consolidação do PCC como instância central de regulação e mediação de conflito”.



A informação tem um ritual: você colhe, matura e analisa. Você cria uma tese e tem de jogar uma antítese para ver se ela está legal mesmo, se sustenta. Amesquinharam, amesquinharam e deu nisso. Por último, a própria polícia cagou o pau da inteligência. Criaram a Coin e, como foi um bicho que não deu certo, tava fazendo extorsão, não deu certo. Colocaram um major muito bom, mas que não é homem de inteligência, é homem de estouro. É incapaz de analisar. Disseram que entende de segunda seção, mas é só "agá"<sup>487</sup>. Uma coisa é inteligência policial, a outra é investigação policial. O que eles estão fazendo é investigação policial, uma coisa que pertence à polícia civil. Eu vou fazer uma operação no Barroso<sup>488</sup>: quem são os chefes, o que eles fazem, o que vamos fazer? Vamos fazer um Jesus nele<sup>489</sup>. Na Babilônia, tá cheio de bandido. Em todo bloco tem um bandido. Cabra com 22 homicídios, um com 18. Aí a gente manipula aqui e um mata o outro. Tem uma coisa que vai baixar a criminalidade. Ninguém sabe se é do Rio ou São Paulo. O cara estava parado aqui um dia desse em um Camaro. Vai baixar índice de homicídio, mas o de latrocínio não. O que ele tá criando é o seguinte: "vagabundo não mata vagabundo". Quando a gente induzia [os conflitos], 80% era vagabundo matando vagabundo e o povo se apavorando com homicídios. Quando você tem homicídio não tem latrocínio. Mas esse cara reuniu 28 comunidades de traficantes. Pessoal da Barra veio todo mundo... Serviluz... Farol... Discutiram e encheram um campo aqui, tipo um congresso. Fizeram tipo um congresso. Até AR-15 tem aqui. Tô ali paquerando um pra mim. Ele é o grosso. Ele repassa a droga. Deve ser PCC tenho quase certeza. É uma estupidez de coca que tá caindo aqui no Ceará. Não é fácil. Num dia só cai um no Novo Oriente [município cearense] com 40 quilos. No outro lugar cai outro com 35 quilos. 35 quilos de cocaína é cocaína, rapaz. Mas é cocaína mesmo. A própria polícia americana não tem essas quedas não. Um estado fodido véio como é esse aqui rola essa cocaína toda. Aqui também não se consome essa cocaína toda não. Aqui sempre foi um corredorão que joga pra Europa. Quase todo navio véio que sai daqui vai pra Europa. Aí um dia desse eu disse: "Putá que pariu, nunca mais mataram nenhum vagabundo por aqui". Aí inventamos aqui uma história, aí eu tenho uma pessoa lá dentro, aí jogamos uma contrainformação lá. Aí tava tendo um jogo (risos) e mataram quatro. Aí começou a briga de novo. Aí ele voltou. Aí ele disse: "Ó, isso foi jogada da polícia, eu tenho informação lá de dentro e isso foi jogada da polícia".

Eu penso que esse cara abastece todos os traficantes daqui. Quem abastece aqui? São Paulo, Rio de Janeiro... Não é um analfabeto que vai jogar tanta grana aqui, mas não vai ser um Marcola também que vai jogar tanta grana não. Mas tem um cara que banca aqui que todo mundo sabe mas ninguém faz nada. É um cara alto, mas acho que ele não tá nem transando por aqui porque essas coisas de corredor é dele. Polícia com inteligência faz muita coisa porque você só sai certo. Se eu passo num bairro. Cada bairro tem uma cultura. Não tem dois bairros com a mesma identidade. E era dentro disso que a gente estava jogando. O que foi que acabou a segurança do Rio de Janeiro. Por causa disso que fui processado. Minha monografia foi tão besta. Território liberado para o tráfico. Fiquei apavorado com a restrição que o PM tinha para andar nesses locais (informação verbal).<sup>490</sup>

O depoimento de Osvaldo condensa uma série de questões abordadas na pesquisa. Entre os PMs que se dedicam ao estudo da inteligência, a

<sup>487</sup> Termo que se refere a uma estratégia que visa levar as pessoas ao engano, ao sugerir que determinada coisa é aquilo que na verdade ela não é.

<sup>488</sup> Bairro de Fortaleza localizado próximo à Arena Castelão.

<sup>489</sup> Ação que visa colocar uma prova incriminatória em poder do acusado, fazendo com que ele possa ser preso em flagrante.

<sup>490</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 25 de abril de 2015.

“operacionalidade” demonstrada pela Coordenadoria de Inteligência (Coin) estaria mais relacionada à investigação policial que à atividade de inteligência. O que se tem, na verdade, é uma atividade policial híbrida e “impura”, que reúne práticas oriundas de diversas modalidades de policiamento em torno da consecução de seus objetivos. Trata-se uma ação cujo horizonte de sentido, em muitos dos casos, é a finalidade a que se destina, e não os meios necessários para se alcançá-la. Prova disso é a estratégia de acirrar o conflito no interior de grupos rivais, fazendo com que os membros se matem entre si. Embora os indicadores de homicídio aumentem com essa medida, há aqueles que apresentam redução. Como afirma Osvaldo, “[...] quando você tem homicídio não tem latrocínio” (informação verbal).<sup>491</sup> A previsão feita por ele de que haveria redução nesse índice de criminalidade acabou se confirmando poucos meses depois, quando “vagabundo deixou de matar vagabundo”, parafraseando uma expressão do militar.

Um aspecto importante na fala do policial é a quantidade de cocaína que circula pelo estado. O número elevado funciona como um indicador aproximado do volume total de droga que é movimentada nos milhares pontos de venda que constituem tal mercado ilícito. Numa conta simples feita pelo policial, é possível perceber a discrepância entre o dinheiro mobilizado pela atividade criminosa e o porte da economia local.

A reação do governo do estado a esse processo de “pacificação” ainda é de cautela. Enquanto escrevo, Fortaleza vive uma onda de atentados a ônibus e distritos policiais. Os crimes são atribuídos ao PCC, que estaria cobrando melhorias no sistema penal.<sup>492</sup> O atual secretário da Segurança Pública, Delci Teixeira, tratou do tema de forma dúbia, sem negar e, ao mesmo tempo, sem afirmar a participação de organizações criminosas nos atentados promovidos contra órgãos públicos e o transporte coletivo (informação verbal)<sup>493</sup>:

A existência de facções ocorre em todos os presídios. Mas dizer que eles estão dominando fora dos presídios, não chegaram a isso. Existem, realmente, ações de pessoas de dentro dos presídios que determinam

---

<sup>491</sup> Entrevista realizada com Osvaldo em 27 de abril de 2015.

<sup>492</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/03/08/noticiasjornalcotidiano,3585283/atentados-em-fortaleza-foram-ordenados-de-presidios-diz-delegado.shtml>>. Acesso em: 15/03/16.

<sup>493</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/03/09/noticiasjornalcotidiano,3585792/delci-nega-dominio-de-faccoes-mas-admite-que-interferem-em-crimes.shtml>>. Acesso em: 15/03/16.

algumas situações. Isso pode ocorrer, realmente. E nós estamos atentos a isso e estamos combatendo todos esses atos.

É cedo para fazer uma análise sobre as consequências de todas essas movimentações no campo da criminalidade urbana em Fortaleza. O que pode afirmar ao certo é que as forças antagônicas ao Estado estão se organizando e provocando mudanças na configuração local dos grupos criminosos. O alcance dessas transformações e o novo desenho que irá surgir desse campo aberto é uma tarefa ainda a ser realizada. Pela última frase dita por Delci Teixeira, uma das poucas certezas possíveis é de que o discurso bélico sobre o comércio ilegal de entorpecente resiste, gestão após gestão. A guerra parece ser ainda a principal estratégia estatal para se lidar com a “questão das drogas”.

### **6.8 “Somos os motoristas da Emlurb. Tentamos tirar o lixo da sociedade”**

Viver diariamente sobre a linha imaginária que separa polícia de bandido tem seu preço. Por causa de questões psicológicas e emocionais, Haroldo teve de se aposentar da polícia. Depressão, síndrome do pânico e mania de perseguição foram alguns dos problemas citados durante a conversa que tivemos. O choque entre a visão idealizada da polícia que ele possuía e os casos de corrupção passiva e negligência encontrados no dia a dia afetaram-no bastante. Encontramo-nos em um estacionamento de uma universidade privada. Como tinha um compromisso por lá, ele concordou em ir aonde eu estaria. Na chegada, pediu que conversássemos do lado de fora, mesmo porque gostaria de fumar enquanto conversava comigo. Conte pelo menos uns cinco cigarros nas quase duas horas em que durou a entrevista. Meu interlocutor passara dez anos na PM, sendo cinco deles no Serviço Reservado. Conforme seu relato, o cotidiano da P2 desgastou-o bastante (informação verbal).<sup>494</sup>

Ao comentar sobre seu ingresso na P2, Haroldo faz um alerta de que é preciso maior acompanhamento psicológico aos policiais, bem como necessidade de “[...] trabalhar o emocional para não cair na síndrome de perseguição”. Isso se deve, afirma, ao trabalho que é feito para que o agente sempre esteja “pronto para” qualquer coisa (informação verbal).<sup>495</sup> Por causa disso, Ulisses conta que o trabalho de infiltração, como representado no imaginário de filmes e livros, é artigo raro. De acordo

---

<sup>494</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>495</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

com ele, o policial que se aventurar nesse caminho pode se perder, indo para o mundo das drogas ou para o crime. Ele critica a falta de acompanhamento psicológico para quem atua em situações de extremo risco. “Falta acompanhamento psicológico e assistência jurídica. Se sofrer uma acusação, o policial é obrigado a se defender sozinho”, afirma (informação verbal).<sup>496</sup>

Pergunto a Ranulfo sobre o que mudou na visão de polícia que ele possuía após integrar o Reservado. “A gente é um arquivo vivo”, responde. “Recebo tanta informação durante o dia que demoro a dormir, quero que a polícia faça algumas coisas, mas sei que ela não vai fazer”, acrescenta. “A tropa desconfia da gente”. Mesmo assim, Ranulfo afirma saber a quem pedir apoio, evitando assim cair na cruzetagem alheia. Os resultados obtidos, afirma, seriam frutos do grau de comprometimento com o trabalho:

O policial do reservado leva serviço para casa após o expediente. Quando chega ainda vai usar celular e internet. Um ano aqui é como se fosse cinco anos na viatura. A gente é mais polícia que a própria polícia. Temos de ficar lembrando de coisas passadas, vemos coisas que a gente não via antes de dentro da viatura (informação verbal).<sup>497</sup>

Há uma percepção disseminada entre os agentes de que a experiência de “ser policial” seria mais intensa no Serviço Reservado. Como Ranulfo expressa no trecho acima, atuar na P2 é ser “mais polícia que a própria polícia” (informação verbal).<sup>498</sup> Felipe concorda e desabafa: “Ou você é polícia ou você não é. Tem de ser 24h. Mas tem gente que está só por causa do emprego. Eu só sei ser polícia. Não sei fazer outra coisa” (informação verbal).<sup>499</sup>

Além das exigências de maior atenção aos acontecimentos do cotidiano, a fim de que se possa identificar sinais e vestígios que possam de alguma forma levar à resolução de crimes, o policial precisa estar apto a reconstituir uma série de cadeias de eventos relacionadas à criminalidade. Não basta apenas atender ocorrências criminais de forma isolada. A atividade de inteligência exige que ligações entre criminosos, vítimas e informantes sejam estabelecidas. Para tanto, os agentes mantêm uma espécie de banco de dados sobre tais pessoas que precisa ser constantemente atualizado e lembrado. As consequências desse esforço é a

<sup>496</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

<sup>497</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>498</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>499</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

sensação de vivenciar mais intensamente as práticas policiais. No entanto, como ressalta o PM, tem-se a sensação maior de desgaste físico e mental. Isso é agravado pelo trabalho extra e as restrições às quais os policiais se submetem quando não estão de serviço. “Não vou para qualquer canto. Meus amigos me chamam de E.T. e de artista por causa disso”, comenta Ranulfo (informação verbal).<sup>500</sup>

Hugo afirma que a “vida muda muito” quando o PM deixa o policiamento ostensivo e passa a atuar na inteligência policial. A preocupação com a segurança se acentua e as fronteiras entre vida profissional e pessoal se apagam, pois as informações chegam a todo instante:

Você não pode ir mais pra estádio, não pode ir a uma festa com muita gente. Você não pode perder a atenção. A inimizade com os bandidos é bem maior. Na folga, você ainda fica acompanhando as informações pelo celular. Liga para um e para outro para repassar as dicas que recebe. A pessoa tá sempre ligada (informação verbal).<sup>501</sup>

O grupo da PM no *Whatsapp* é um bom indicador desse fluxo informacional. As mensagens sobre ocorrências começam a aparecer logo no início do dia e se estendem até o começo da madrugada. Vez ou outra há menções aos agentes do Reservado, seja para confirmar informações, seja para saber quem está de plantão naquele dia. Isso é motivo de queixa para Hugo: “Relaxar é difícil. Já teve vezes de eu passar a noite acordado. Não tem uma rotina. Às vezes me ligam de madrugada para uma missão. Acabo tendo problema com a família porque a mulher reclama”. Ainda assim, a fala de Hugo, como a de outros agentes de inteligência, revela orgulho com a atividade desempenhada. “Quero fazer um serviço que espero que a polícia faça na minha vizinhança. Quero passar essa segurança à população”, comenta (informação verbal).<sup>502</sup>

Para Ulisses, o policial é emotivo. Quando bate em alguém, explica, está tomando as dores não dele, mas de outra pessoa. “O policial é efetivo e afetivo”, explica. A arma, nesse contexto, é a forma de se fazer respeitar o policial: “Os caras sabem quem somos. Não tem como ficar com a guarda baixa”. Ao comentar sobre os danos psicológicos aos quais os PMs estariam submetidos, Ulisses enumera:

<sup>500</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>501</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

<sup>502</sup> Entrevista realizada com Hugo em 2 de dezembro de 2015.

Primeiro vem a ansiedade. Depois, o surto persecutório. Aí pode chegar à esquizofrenia. Me conheço pela terapia. Um policial me disse, em um dos cursos que ministrei: ‘Trabalho há sete anos na Beira Mar e nunca recebi um bom dia. Com os lixeiros, as pessoas dão bom dia. Tô ficando doido por causa disso’ (informação verbal).<sup>503</sup>

O depoimento de Ulisses ilustra bem alguns dos sentimentos que perpassam a atividade de inteligência. A ansiedade certamente é a mais comum, podendo ser notada em diversos dos relatos expostos nesta tese. Há ainda a mania de perseguição, da qual Haroldo apresenta sinais claros. Por fim, haveria a esquizofrenia, embora não tenha travado contato com nenhuma ocorrência do tipo ao longo da pesquisa. No exemplo em questão, há claramente uma demanda por reconhecimento por parte do policial que se queixa. É possível observar isso também nos meus interlocutores. Esse é certamente um dos motivos pelos quais eles toparam conversar comigo: a necessidade de apresentar a versão deles a pessoas que estejam além dos muros do quartel. Nesse sentido, além da linha que separaria “bandido” e “polícia” haveria uma segunda dividindo os “militares” dos “civis”. Para Ranulfo, existe um mundo paralelo de coisas que o civil às vezes não vê, “[...] mas a gente sabe que estão acontecendo” (informação verbal).<sup>504</sup> Essa concepção crítica do ordenamento social é um elemento comum nas narrativas dos entrevistados, como se a percepção adquirida na atividade de inteligência fizesse com que eles fossem capazes de enxergar mecanismos ocultos nas estruturas da sociedade no que os agentes denominam de “o sistema”. Nélon afirma que consegue ver o sistema funcionando por dentro, e isso lhe causa repulsa: “Sinto um desgosto. Por que continuo fazendo isso (trabalhar como policial do Serviço Reservado)?”, questiona-se (informação verbal).<sup>505</sup> O que motiva o PM, ressalta, é a vontade de tentar mudar alguma coisa. “Somos os motoristas da Emlurb<sup>506</sup>. Tentamos tirar o lixo da sociedade”, acrescenta Felipe (informação verbal).<sup>507</sup>

Nesse trabalho, contudo, os agentes afirmam se deparar com dois obstáculos: a fiscalização cada vez mais rigorosa da Controladoria e as inconfidências cometidas pelos próprios colegas da corporação, provocando fissuras no espírito de

<sup>503</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

<sup>504</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.

<sup>505</sup> Entrevista realizada com Nélon em 11 de junho de 2015.

<sup>506</sup> Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização de Fortaleza (Emlurb). Conforme seu *site*, a Emlurb tem entre suas finalidades “[...] promover a coleta, remoção, industrialização e comercialização de lixo domiciliar e proveniente de atividades comercial, industrial, hospitalar e de construção civil”.

<sup>507</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

corpo que une os policiais militares. “De um lado a Controladoria mexe com o nosso profissionalismo. Do outro, os próprios companheiros dão informação sobre a identidade dos policiais do reservado aos criminosos”, comenta um dos entrevistados (informação verbal).<sup>508</sup> Por causa desse clima de tensão permanente, Felipe afirma que ao chegar em casa fecha o portão a cadeado e ainda tranca a porta:

Levo a segurança [das ruas] pra minha casa. Não desgrudo da minha pistola. Uso-a quando estou de bermuda, quando vou ao banheiro e quando vou dormir. Minha mulher diz que vou ficar doido porque vivo de olho arregalado. Vejo o mundo diferente, as pessoas diferentes. Suspeito até de mim mesmo (informação verbal).<sup>509</sup>

Mais uma vez tem-se aqui uma amostra da relação estreita que os agentes do Reservado possuem com o sentido da visão. O “olho arregalado” é a manifestação corporal de um profissional que necessita estar sempre atento e que, devido ao seu treinamento, percebe o mundo e as pessoas de uma maneira “diferente”. A preocupação que se manifesta na própria casa, de acordo com Felipe, reside no fato de não existir “segurança 100%”.

Para lidar com a tensão e a paranoia, os policiais relatam que é preciso ter controle emocional e contar com válvulas de escape. “Procuramos relaxar, porque o trabalho é tenso. Literalmente, somos polícia 24 horas. O telefone toca a qualquer hora do dia passando informação”, afirma Martins (informação verbal).<sup>510</sup> O convívio familiar é uma situação propícia para se esquecer o cotidiano, mas isso nem sempre é possível, segundo Felipe:

Fui ao restaurante com minha família e fiquei conferindo o celular. Minha mulher disse que iria embora se eu não parasse com aquilo. Quando sento, fico assim [diz mostrando a perna direita à frente da esquerda como se estivesse prestes a sair correndo]. Fico olhando todo mundo que entra e sai do restaurante (informação verbal).<sup>511</sup>

Nélson e Ranulfo comentam que procuram ir a locais isolados, que não tenham nem “*wifi* e nem sinal de celular”. Nélson comenta ainda que costuma passar o tempo livre de papo com a turma de amigos do bairro, com os quais mantém relações desde a infância. Os encontros ocorrem nos mesmos locais que eles

---

<sup>508</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

<sup>509</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

<sup>510</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

<sup>511</sup> Entrevista realizada com Felipe em 11 de junho de 2015.

costumavam se reunir quando jovens. Ainda assim, o PM revela não se desligar completamente da profissão que escolheu: “Comento sobre o que acontece no dia a dia da polícia. Fico com o pé encostado na parede e eles ao meu redor, como se fosse um paredão. Eles fazem isso para que eu fique menos exposto a quem passa pela rua” (informação verbal).<sup>512</sup>

Outro *hobby* apontado pelos policiais é o de assistir a filmes<sup>513</sup>. Pergunto pelo gênero e a resposta vem de imediato: “de ação”. Tramas policiais são as preferidas. Peço a indicação de bons filmes sobre o tema, e três películas são consenso: *Dia de Treinamento*, *Marcados para Morrer* e *Reis das Ruas*.<sup>514</sup> As tramas têm em comum policiais que se veem em conflito entre cumprir a lei ou fazer justiça com as próprias mãos. “É o Reservado puro”, comenta um deles. Em uma das tramas, o protagonista vivido por Keanu Reeves faz um questionamento que poderia caber muito bem na realidade vivida pelos policiais da P2: “Quem vai aonde a lei não pode ir?”.

---

<sup>512</sup> Entrevista realizada com Nélon em 11 de junho de 2015.

<sup>513</sup> Um dos PMs diz que, além de ver filmes, costuma “transar direto”, para relaxar da pressão cotidiana do trabalho. “Acho que as mulheres são o meu ponto fraco. Esse seria um ponto vulnerável se caso alguém fosse querer me pegar”, conta ele, em tom meio de brincadeira, meio sério.

<sup>514</sup> Os filmes citados são dirigidos pelo mesmo diretor, David Ayer, que é conhecido por imprimir um tom “realista” ao cotidiano policial dos seus personagens.



## 7 CAMPO DE TENSÕES: SERVIÇO RESERVADO E POLÍCIA CIVIL

A inteligência da PM insere-se em uma complexa trama institucional em que os papéis são bastante demarcados tanto do ponto de vista legal quanto das práticas policiais. A Constituição de 1988, em seu artigo 144, estabelece as atribuições dos seguintes órgãos de segurança: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militares. Cabem às polícias civis "[...] as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares" (BRASIL, 1988). Às polícias militares, por sua vez, cumprem "[...] a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública" (BRASIL, 1988). Tais atribuições, no entanto, trazem consigo um grau ampliado de possibilidades de interpretação. Quando se diz que a PM deve preservar a "ordem pública", o que isso implica, efetivamente? Como dizem os estudiosos de polícia e os próprios PMs entrevistados, a atividade policial é bastante abrangente.

Se isso é verdade para quem atua fardado realizando o policiamento ostensivo, é ainda mais evidente para quem está inserido no campo de práticas da inteligência policial. Por ser uma atividade caracterizada por hibridizações, conflitos e incompreensões são comuns entre os membros do Serviço Reservado da PM e da Polícia Civil. A integração promovida no fim da década de 1990 entre as duas corporações não foi plenamente incorporada entre os agentes.

Analisar os motivos para que esse processo não tenha sido mais bem-sucedido, contudo, excede os limites do presente capítulo. Essa reflexão será construída a partir das percepções dos próprios atores e da descrição de seus movimentos no interior do campo da segurança pública. Quando grupos organizados da Polícia Civil protestam acerca do trabalho desenvolvido pelos agentes de inteligência da PM, eles estão dizendo muito de si, de suas angústias profissionais e da imagem que possuem sobre a corporação à qual estão integrados. Por causa disso, o ponto de partida dessa discussão entre Polícia Civil e Polícia Militar é a concepção partilhada dos policiais civis sobre a instituição que fazem parte. Não à toa, o nome do movimento é "Vamos Mudar a Polícia".

## 7.1 Uma polícia “sabotada”

Em 2013, um movimento de policiais civis denominado de “Vamos Mudar a Polícia” começou a se articular em prol de melhorias na corporação. A intenção era mobilizar lideranças políticas e segmentos da sociedade em torno do grupo, fazendo com que suas demandas ganhassem mais força. Um dos recursos utilizados foram seminários temáticos. O primeiro deles, denominado “Polícia Civil Cidadã”, ocorreu em uma organização educacional no Centro de Fortaleza, e foi dirigido por um advogado e ex-policia civil. Mesmo fora da profissão (ele foi demitido da corporação), ele demonstrou estar bem engajado na luta dos policiais. Muito provavelmente isso se deve ao passado dele como primeiro ex-presidente do sindicato. O CTS, local do evento, é mais uma daquelas organizações que prestam serviços educacionais a baixo custo. O local é organizado, mas seus corredores são estreitos e, nas paredes, fotos de estudantes com aspectos europeu e norte-americano servem como indicação das salas e dos departamentos. As fotos, retiradas da *internet*, mostram um modelo de educação despersonalizado, daqueles embalados por frases como: “Você tem de estudar”, “Você tem de se capacitar para se inserir no mercado” e “A Copa do Mundo está vindo aí, uma ótima chance de você arrumar um bom emprego”. Por curiosidade, peguei um folheto de propaganda. Nele, vemos os seguintes cursos: (técnico) segurança do trabalho, radiologia, secretariado escolar, óptica, optometria, laboratorista e auxiliar de saúde bucal, (cursos livres), inglês, setor pessoal, português e matemática, informática.

O seminário ocorreu no auditório localizado na parte superior do prédio. Um tapete vermelho, que inicia no piso de baixo e sobe, acompanhando a escada, dá acesso ao local. Na parede, imagens de cidades cearenses decoram o salão: Ubajara, Sobral, Quixadá, Barbalha e Fortaleza. Na porta, me deparo com um conhecido, Adilson. O sonho dele é ser policial federal. Gosta de investigar. No entanto, na última prova foi mal e acabou se contentando com o concurso da Civil em que foi aprovado. A meta é a PF, embora ele não veja o cotidiano da PC como algo ruim. “Trabalho doze horas e folgo três dias. Dá muito bem para estudar”, ele me conta (informação verbal)<sup>515</sup>. Encontrei também um cientista social, Mário, já na ativa e um dos líderes do movimento. Há ainda uma jornalista no grupo: uma loira bonita e que chama a

---

<sup>515</sup> Conversa realizada com Adilson em 2 de março de 2013.

atenção. Trabalhava na TV antes de ingressar na carreira policial. Tanto ela quanto Adilson ainda não haviam sido formalmente incorporados na Polícia Civil. O processo de homologação e a posse estão previstos para março.

Os movimentos reivindicatórios no interior da instituição policial também são um espaço fecundo para a reflexão. Há uma verdadeira efervescência nesse campo. Enquanto o movimento de PMs liderado pelo capitão Wagner apresentava-se como oposição ao governador, os policiais do “Vamos Mudar a Polícia”, que tinham oito meses de existência à época, manifestaram apoio à candidatura de Roberto Cláudio, apostando numa reaproximação com o governo estadual. Quando cheguei, a palestra do promotor já tinha acabado. Um juiz, ex-policial civil, falava sobre as dificuldades enfrentadas pela Polícia Civil. A situação estava tão ruim, ele afirma, que muitos candidatos a delegados já aprovados pediam na Justiça para irem para o fim da fila. Havia 36 naquela situação. Com o reajuste dado pelo governador, contudo, os mesmos candidatos voltaram à Justiça: dessa vez para pedir a anulação do pedido anterior. O magistrado criticou o modo como se faz investigação na Polícia Civil. Segundo ele, a investigação segue três princípios: imediatividade, oportunidade e continuidade. O grande volume de casos a serem investigados, no entanto, impede que a continuidade seja mantida, inviabilizando, assim, o trabalho investigativo.

Segundo o juiz, há hoje 826 pessoas presas nos distritos policiais mantidas com dinheiro dos recursos mensais destinados à Polícia Civil. Cada refeição custa R\$ 4,80. Por dia, gasta-se R\$ 9,60 com o preso. O magistrado pediu para que se calculasse esse valor por mês, e assim teríamos uma noção de quanto se gasta com os presos nas delegacias. Além disso, ele fez um novo exercício de matemática, e estimou que a proporção de novos agentes aprovados no concurso não daria mais que 2,5 pessoas nas delegacias. “Ficamos enxugando gelo”, ele diz. O termo é uma expressão corrente no trabalho policial. Ele pode ser expresso também na forma “a polícia prende e o juiz solta”, como ocorreu pouco tempo depois no mesmo seminário, no momento em que os presentes poderiam fazer perguntas (informação verbal)<sup>516</sup>.

Há cerca de 2 mil policiais no Ceará. Em 1989, esse número era de 4 mil policiais. Numa comparação com Recife, o juiz disse que a delegacia de homicídios de lá contava com 240 policiais, enquanto que a daqui dispunha de apenas 21.

---

<sup>516</sup> Palestra proferida em 2 de março de 2013, no CTS.

Ainda assim, ele ressaltou a importância de ter pessoas novas na corporação. O público do seminário contava com cerca de 60 pessoas. Quem entrava recebia uma ficha que dava direito a um brinde. O meu número foi o 51. Depois de mim, somente mais umas quatro pessoas entraram. A relação existente entre os antigos e os novos é uma questão bastante pertinente na PC. O juiz afirmou que há uma perda de estímulo entre os policiais mais antigos (informação verbal)<sup>517</sup>. Uma policial me contou, no intervalo, que muitos agentes novos já entram “aposentados”, visando apenas aos benefícios, sem o espírito de um “verdadeiro” policial. Certamente, deve ser um desafio motivar essa nova geração de policiais, fazer com que eles assumam o *ethos* policial.

O fim da intervenção do magistrado, contudo, foi marcada pelo otimismo. Ele ressaltou que as condições de trabalho haviam melhorado de forma inegável. Para comprovar, citou o exemplo da Divisão de Operações Especiais (DOE), chefiada pelo atual superintendente, que tinha de contar com carros roubados para seus agentes. Hoje ele garantiu que isso não ocorre mais. Além disso, o magistrado forneceu as datas da homologação e da posse dos novos agentes. No dia seguinte à posse, os novos policiais iriam receber o distintivo, a arma e a algema (informação verbal)<sup>518</sup>. Na volta do intervalo, sentei-me ao lado de um inspetor. Puxei papo; quando ele me perguntou o que estava estudando, respondi que era “Inteligência Policial e Investigação Criminal”. Fiz menção ao trabalho do Serviço Reservado e da Coin, e perguntei a opinião que ele tinha a esse respeito. “Eles emporcalham o trabalho da polícia”, o inspetor me disse, e citou como exemplo um fato ocorrido no dia anterior, quando agentes da Coin teriam levado embora um jovem da casa dele apresentando-se como policiais civis. Os policiais, então, teriam espancado o jovem, em busca de alguma informação, e liberado pouco tempo depois. A mãe do rapaz foi até a delegacia em que o inspetor trabalha para se queixar do ocorrido, acusando os inspetores de terem feito aquilo. “A mãe dele pegou a placa e, quando fomos conferir, estava no nome de um PM”. Sobre o estado atual da Polícia Civil, o inspetor acredita haver uma “sabotagem” contra o trabalho da PC para que ela não funcione. “A PC é independente. É como a PF, só que com abrangência estadual” (informação verbal)<sup>519</sup>. As referências à Polícia Federal são constantes, desde a forma como os

---

<sup>517</sup> Palestra proferida em 2 de março de 2013, no CTS.

<sup>518</sup> Palestra proferida em 2 de março de 2013, no CTS.

<sup>519</sup> Palestra proferida em 2 de março de 2013, no CTS.

agentes da PF reivindicam seus direitos aos elementos/costumes que ambas as instituições possuem em comum.

Chegou a vez de Edimir Martins falar. Não conhecia seu passado policial, e pensei que sua intervenção fosse meramente uma cortesia por estar cedendo o local para a realização do evento. O depoimento dele, contudo, foi bastante instigante. Em 1989, ele se tornou o primeiro presidente do Sindicato dos Policiais Civis. Na época, o efetivo da Polícia Civil era de 4.000 policiais, enquanto hoje é de 1.600 na ativa. “Quem quer que a Polícia Civil não funcione?”, perguntou. “O sistema”, respondeu em seguida, arrancando risos do público e dele mesmo. E depois emendou: “Vocês estão entrando no sistema”. A menção ao filme *Tropa de Elite 2* é uma constante. Para os policiais, a película representa fielmente o estado de coisas em que vivem e atuam. Edimir fez críticas ao Estado, dizendo que ele é o maior infrator que existe, haja vista as nove varas da fazenda pública destinadas especificamente para acusações contra o poder estatal e sua rede de instituições/órgãos. “O Estado é o principal autor de infrações”, afirmou. Edimir também fez menção à política carcerária do estado, que tem como foco principal apenas a construção de presídios. A população de presos dispõe de 16 mil pessoas.

Das pessoas que estavam na mesa, um inspetor da Polícia Civil foi o último a se manifestar. O comentário dele iniciou-se com a apresentação de um documento do Caocrim, de 2011, ao qual eu também tive acesso, recomendando que o Serviço Reservado se abstinhasse de fazer o trabalho de investigação. A recomendação, segundo ele, foi solenemente ignorada. Em seguida, o policial ressaltou o fato de aquela turma de novos inspetores ser a primeira com exigência de ensino superior da PC. O inspetor acredita haver um “sucateamento orquestrado da Polícia Civil”. Apesar de ser considerado uma espécie de *expert* em investigação criminal, ele informou, no entanto, que na delegacia em que atua estão se detendo apenas nos casos de homicídio, uma vez que o pessoal não seria suficiente para dar conta de toda demanda que chega àquela unidade (informação verbal)<sup>520</sup>.

Em sua fala, o policial civil afirma que entrou em rota de colisão com um policial do Serviço Reservado. Segundo ele, o PM estava fazendo uma investigação paralela acerca de um assassinato que a equipe de sua delegacia também estava investigando. Ou seja, duas equipes de policiais estavam se ocupando do mesmo

---

<sup>520</sup> Informação prestada durante o evento.

caso. A diferença, contudo, é que o PM só se reportava ao seu comandante. A muito custo, segundo o inspetor, o PM resolveu repassar as informações obtidas para a Polícia Civil. O inspetor me mostrou um relatório de inteligência, conhecido como relint, que o Policial Militar tem de enviar para seu superior. O documento deverá ser anexado ao inquérito como prova. Quando isso ocorrer, o inspetor deverá entrar com um pedido de anulação da prova, devido ao fato de ela ter sido obtida de modo ilegal. Ou seja, sem querer o agente do Reservado produziu uma prova contra si mesmo. O inspetor me disse, após o seminário, que iria me repassar o documento. Além disso, o PM teria se passado por policial civil, inclusive citando nomes de pessoas que realmente trabalham no distrito dele. Conforme o policial, parte significativa das provas da Operação Satiagraha foi anulada pelo mesmo motivo. Mais uma prova é oriunda de um acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), que anulou um processo criminal que teve origem em uma representação movida pela Brigada Militar. O inspetor chamou atenção para uma informação. A Divisão Antisequestro atendeu a seis ocorrências em 2012, todas elas solucionadas. A divisão conta com cerca de 20 policiais. A delegacia em que está lotado, por sua vez, registrara 68 homicídios naquele mesmo ano. A equipe responsável para investigar tais crimes, no entanto, não passava de cinco pessoas (informação verbal)<sup>521</sup>. Ao fim da fala do policial, o promotor Antonio Iran interveio e esclareceu sobre a diferença entre inteligência e investigação. Para o promotor, inteligência é produção de conhecimento, e não investigação criminal. Ele disse que mesmo após a recomendação, o trabalho de Inteligência da PM continua sendo feito de forma indevida e irregular, e acrescentou que está preparando uma ação civil pública contra a PM por causa disso (informação verbal)<sup>522</sup>. Até o fim da redação da tese, contudo, não tomei conhecimento de que a ação tivesse sido movida.

Três anos após o encontro “Vamos Mudar a Polícia”, o Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Ceará (Sinpol-CE) teve pouco a comemorar no período. O governo Camilo Santana se reconciliou com a PM, ao abrir um canal de diálogo com lideranças políticas respeitadas pela corporação e implementar um programa de promoções que veio a reparar uma defasagem histórica. Em dezembro de 2015, 432 oficiais e 7.761 de praças foram promovidos, atendendo a uma reivindicação antiga e

---

<sup>521</sup> Informação prestada durante o evento.

<sup>522</sup> Informação prestada durante o evento.

cuja luta foi marcada por muitos conflitos. Nada de muito substancial coube à Polícia Civil, por sua vez, no primeiro ano de gestão.<sup>523</sup> Dos 963 agentes que assumiram as duas turmas do último concurso, 200 deixaram suas funções em busca de melhores oportunidades. A falta de efetivo permanece um problema crônico. Dados mais recentes revelam que a Polícia Civil conta atualmente com 2,5 mil inspetores e escrivães na ativa. Em 1981, havia 4.300 policiais na corporação. A presença de policiais civis no Interior também minguou, com o fechamento de diversas delegacias municipais (CAVALCANTE, 2016). Conforme relatos de interlocutores e contatos com colegas na corporação, os inspetores recém-ingressos têm vontade e disposição para o trabalho, mas a falta de perspectivas a médio prazo ameaça a permanência na função. Como possuem escolaridade de nível superior, é grande a tentação de migrar para um novo concurso ou, até mesmo, atuar como policial em outro estado.

A noção de que a Polícia Civil está em crise é uma constante entre todos os interlocutores. Logo no início da minha conversa com o oficial, ele me conta a mesma narrativa de origem do Serviço Reservado que já ouvira de todos os outros entrevistados: a 2ª Seção foi criada para investigar a conduta dos próprios policiais, mas acabou tendo de expandir sua atuação, por causa do baixo efetivo que dispõe a Polícia Civil e, por consequência, a ineficácia que decorre de tal situação. “A Polícia Civil não cumpre o seu papel de investigar, falta efetivo”, comenta. Ainda de acordo com um oficial, a velocidade do trabalho realizado pela inteligência policial contrasta com a burocracia da Polícia Civil. Nem sempre o delegado que se encontra de plantão aceita o procedimento realizado pelos agentes do Reservado. “Dependendo do delegado, ele se torna um obstáculo para fazer o flagrante”, confessa o militar.

Pergunto a Ulisses sobre como é a relação dele com a Polícia Civil. O soldado me diz que a relação com a delegacia local é ambivalente. Informa que os inspetores querem saber uma quantidade grande de informações dos agentes do Reservado, mas oferecem pouco em troca, no que se refere ao nivelamento do conhecimento sobre as ocorrências atendidas naquela área. Meu interlocutor aproveita o gancho sobre o assunto para se referir à falta de atendimento prestado ao “cidadão” nas delegacias. “Quantos boletins de ocorrência resultam em investigação?”, pergunta ele, em tom de crítica. Questiono o porquê de a Polícia Civil

---

<sup>523</sup> As informações que se seguem fazem parte de um artigo da minha coluna intitulado “O Ano da Polícia Civil”, de 4 de janeiro de 2016, no qual faço um balanço do primeiro ano da gestão Camilo Santana do ponto de vista da Polícia Civil.

não realizar esse trabalho a contento, o que dá margem para a atuação mais direta do Reservado no campo da investigação criminal. Ulisses responde, de pronto: “A Polícia Civil tá falida” (informação verbal)<sup>524</sup>. No quartel de Paulo, a queixa é semelhante. Os policiais afirmam precisar de maior autonomia para que possam trabalhar como os policiais civis. O PM justifica:

Temos as duas habilidades: a do policial que faz o policiamento ostensivo e a do policial do Reservado. Isso ajuda bastante. Se tivessem 50 mil policiais civis mesmo assim eles não fariam o que a gente faz. Falta interesse e habilidade para chegar à solução dos crimes. Há muitos policiais que podem fazer esse trabalho oficialmente, mas que se escondem. Cumprem o seu horário e pronto (Diário de Campo).

Ainda assim, os PMs destacam uma série de interações entre eles e os policiais civis. “Há policiais que nos chamam para colher informações, tem delegado que liga para a gente. Passamos o que ocorre nos plantões para o agente que chega na segunda”, descreve Paulo (informação verbal)<sup>525</sup>. Não há uma formação específica para atuar na inteligência policial, e Ulisses afirma que por causa disso está sempre dialogando com policiais civis e se atualizando por meio de livros e cursos. “No dia a dia vai se aprendendo. Eu repasso os conhecimentos sobre o assunto aos membros da minha equipe” (informação verbal)<sup>526</sup>.

Na tentativa de chamar a atenção para as questões relativas à corporação, o sindicato promove campanhas de mobilização como a “Polícia Legal”, que busca pressionar as autoridades por meio do estrito cumprimento das normas. Ao contrário da Polícia Militar, no entanto, o poder de pressão da Polícia Civil é bastante restrito. A rotina do usuário que sofre com a demora em ser atendido na delegacia ou que vê pouco resultado em registrar o boletim de ocorrência (BO) muda muito pouco com a adoção de tais medidas. O poder de negociação com o governo do estado fica prejudicado por causa disso, enfraquecendo a luta da categoria por suas demandas. Dentre as ações do “Polícia Legal”, o Sinpol voltou à carga contra a atividade de inteligência na Polícia Militar. As denúncias não se limitam apenas ao trabalho dos núcleos de inteligência nos batalhões, mas estende-se à própria atuação de policiais militares no interior da Coordenadoria de Inteligência (Coin). Entre dezembro de 2015

---

<sup>524</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.

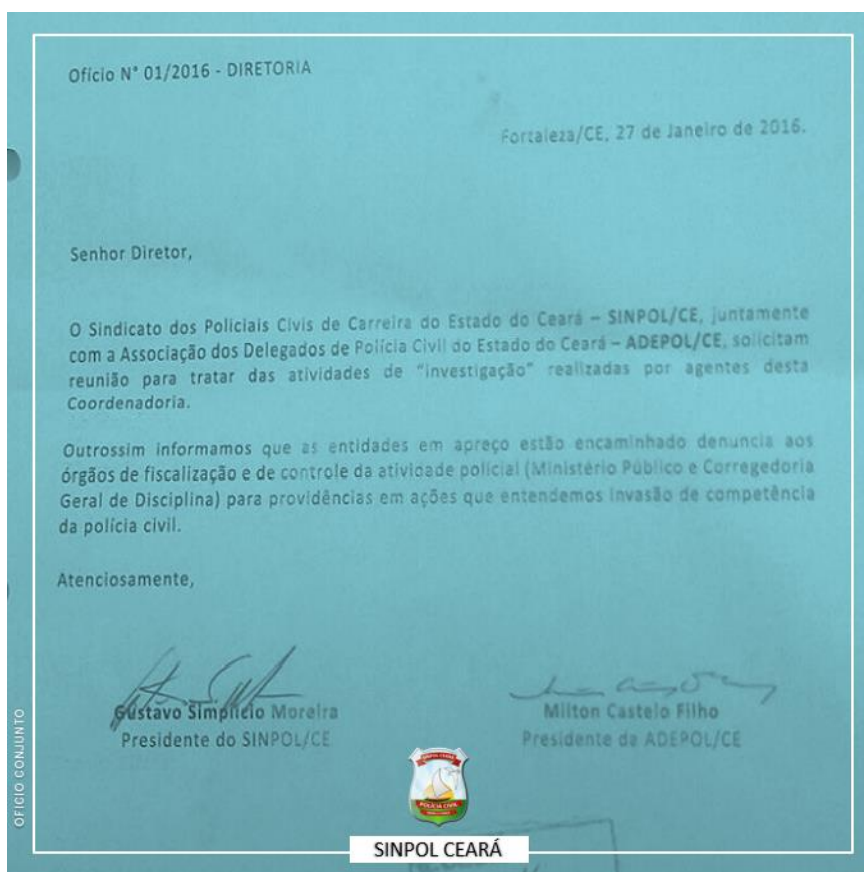
<sup>525</sup> Entrevista realizada com Paulo em 20 de maio de 2015.

<sup>526</sup> Entrevista realizada com Ulisses em 27 de março de 2013.



e janeiro de 2016 diversas postagens foram publicadas no *site* do sindicato, questionando essa modalidade de atuação policial.

Figura 17 - Fac-símile do ofício encaminhado pelo Sinpol e pela Adepol



Fonte: *Site* do Sinpol ([www.sinpolce.org.br](http://www.sinpolce.org.br))

Nessa nova investida, os inspetores e escrivães passaram a contar com o apoio da Associação de Delegados da Polícia Civil (Adepol). As duas entidades encaminharam um ofício em conjunto ao Ministério Público e à Corregedoria-Geral de Disciplina (CGD) em que pedem uma reunião para tratar das “atividades de investigação” realizadas por agentes da Coin.

A aliança entre Sinpol e Adepol não deixa de ser um fato inusitado. Desde que os vencimentos na Polícia Civil foram reajustados, durante o governo Cid Gomes, inspetores e escrivães se queixam, pois passaram a receber, proporcionalmente, um salário bem menor que os delegados. Por causa disso, discussões relativas a mudanças na corporação por vezes são deixadas de lado, como no caso da criação

do Oficial de Polícia Judiciária (OPJ).<sup>527</sup> Conforme soube por um membro do Sinpol, embora o projeto tivesse sido encaminhado para apreciação do governo, a falta de entendimento entre delegados e inspetores inviabilizou o início do projeto-piloto.

De acordo com um comunicado publicado no *site*<sup>528</sup>, a reunião entre as duas diretorias teve como objetivo “[...] planejar ações em prol do fortalecimento institucional e valorização dos policiais civis do estado”. Dentre as ações debatidas estiveram a “Defesa das prerrogativas e atribuições da Polícia Civil” e “[...] ações contra a usurpação de função ocorrida no âmbito da Coin e Serviço Reservado”<sup>529</sup>. Ou seja, uma pauta claramente de fortalecimento da instituição Polícia Civil e demarcação de território entre quem pode ou não investigar.

## 7.2 Disputas pelo poder de investigar

No mesmo período, diversos artigos que versam sobre a atividade de Inteligência policial foram publicados no *site* do Sinpol. Um texto assinado por um delegado do Rio Grande do Sul afirma que os serviços de inteligência das PMs estariam praticando “[...] atos privativos das polícias judiciárias na fase investigativa da persecução criminal”, e que essas “ilegalidades” estariam sendo toleradas por setores do Poder Judiciário e do Ministério Público:

Também conhecidos como ‘P2’, ‘PM2’ ou ‘polícia secreta’, tais unidades, em viaturas discretas e trajes paisanos, têm realizados atos de natureza eminentemente investigativa, como campanas, cumprimentos de mandados de busca e apreensão, mandados de prisão, realização de interceptações telefônicas, dentre outras. A maior ilegalidade é que tais atos, ao contrário do que se poderia pensar, não estão sendo dirigidos contra militares e destinados à apuração de crimes desta natureza na forma estabelecida pela

<sup>527</sup> A criação do cargo de oficial de polícia judiciária (OPJ) une, em uma mesma função, as atribuições relativas ao escrivão e ao inspetor. A medida busca tornar a atuação desses profissionais mais eficaz, promovendo a racionalização de tempo e de pessoal. Hoje, um inspetor não pode lavrar um BO ou fazer o registro de um termo circunstancial de ocorrência (TCO). O escrivão, por sua vez, encontra-se impedido de cumprir mandados de prisão e de realizar a custódia dos presos. Com as mudanças previstas, o mesmo profissional que atua na investigação também estaria habilitado a conduzir boa parte da burocracia necessária à atividade policial, em especial, às atividades que não se revestem de grandes formalidades, consistindo apenas na narrativa dos fatos presenciados. A distância entre o policial de “rua” e o de “cartório” também ficaria mais reduzida, gerando impacto até mesmo no trabalho investigativo. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/segurancapublica/2015/06/15/noticiassegurancapublica,3453705/uma-revolucao-na-policia-civil.shtml>>. Acesso em: 07/03/16.

<sup>528</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/772-sinpol-e-adepol-reunem-forcas-em-defesa-da-policia-civil.html>>. Acesso em: 07/03/16.

<sup>529</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/sinpol-e-adepol-reunem-forcas-em-defesa-da-policia-civil/>>. Acesso em: 07/03/16.

legislação castrense. Ao contrário, esta atividade, ao menos no Estado do Rio Grande do Sul, vêm sendo realizada visando a apuração de crimes comuns cometidos por civis, contrariando as disposições, tanto da Constituição Federal, quanto do Código de Processo Penal<sup>530</sup>.

Há dois aspectos a serem destacados no trecho acima. O primeiro diz respeito à abrangência da atuação do Serviço Reservado. Há menções à presença ativa da P2 em diversos estados brasileiros, ainda que em alguns deles, como no Maranhão, ela seja denominada de “Serviço Velado”. Vale ressaltar que o registro da ação de serviços de inteligência em todo o Brasil em *sites* especializados e nos meios de comunicação costuma vir acompanhado, em paralelo, de polêmicas e controvérsias as mais diversas. Embora não tenha essa pretensão, certamente muitas das reflexões e práticas descritas nesta tese encontram eco no cotidiano dos serviços de inteligência da PM de tais estados.

O segundo aspecto a ser ressaltado no texto do delegado refere-se ao papel do Ministério Público. Embora sempre seja instado a se pronunciar sobre a legalidade da atividade de inteligência da PM, o MP é um órgão que se beneficia de tal função. Conforme o levantamento mais recente, de 2013, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ceará contava com policiais militares cedidos para operar o sistema de escuta e monitoramento de interceptações telefônicas pertencente ao MP no Ceará (Sistema Wytron). A atuação dos policiais ocorre sob a supervisão do promotor que coordena o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A informação foi revelada pelo Ministério Público do Ceará, que atendeu a uma solicitação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Paes (2010, p. 236) problematiza o papel que os promotores desempenham na área da segurança pública, relativizando a noção bastante difundida de “neutralidade” do MP:

Há um campo de ação privilegiado aos promotores na manipulação das formas que eles acham que sejam mais adequadas de processamento e de julgamento, na eleição de prioridades para a avaliação de como deva ser tratado o fenômeno criminal e os criminosos, bem como para construção de uma concepção particular de ‘justiça’.

O delegado autor do artigo compartilha da mesma inquietação. Haveria, no entender dele, interferências oriundas tanto da PM quanto do Ministério Público no que diz respeito à investigação criminal:

---

<sup>530</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/delegado-de-policia-fala-sobre-atuacao-da-p2/>>. Acesso em: 07/03/16.

Área extremamente conturbada na atual conjuntura do direito processual penal brasileiro é a investigação criminal, ou seja, a fase preliminar à propositura da ação penal. Seja pelo avanço do Ministério Público que postula a atribuição investigativa, em casos que considere 'relevantes', demonstrando de forma cristalina um inaceitável caráter seletivo na investigação, mitigando o princípio da obrigatoriedade, seja pela sempre almejada autorização para investigar crimes civis pelas Polícias Militares, certo é que em nenhum momento da história brasileira, nunca houve tanta interferência nas atribuições constitucionais das Polícias Judiciárias.<sup>531</sup>

Embora a discussão sobre a responsabilidade acerca da investigação criminal fuja do escopo desta tese, o trecho acima é importante por registrar, a partir do ponto de vista de um dos atores, a dinâmica interna desse campo de forças litigioso que vem despertando o interesse de instituições com elevado poder de mobilização e influência social. A derrubada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que previa competência exclusiva da polícia em promover investigações criminais, é um exemplo bastante ruidoso da movimentação das “placas tectônicas” que sustentam o sistema de justiça criminal brasileiro. A defesa do veto à PEC foi uma das demandas mais visíveis das manifestações populares de Junho de 2013 o que só veio a demonstrar o poder de fogo que o Ministério Público possui em relação à defesa de suas demandas.

Em mais uma investida contra a atividade de inteligência da PM, o Sinpol publicou uma notícia informando que uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos Humanos veda a prática de investigação da P2 que extrapole os limites das infrações penais militares:

Você sabia que a Resolução Nº 8/2012, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como 'autos de resistência', 'resistência seguida de morte', em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. O documento recomenda a coibição de investigações não relacionadas com a prática de infrações penais militares pelos Serviços Reservados (P- 2) da Polícia Militar. 'Artigo 2º, XI - os Comandantes das Polícias Militares nos Estados envidarão esforços no sentido de coibir a realização de investigações pelo Serviço Reservado (P-2) em hipóteses não relacionadas com a prática de infrações penais militares'.<sup>532</sup>

Ao mobilizar a resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos em prol da tese de ilegalidade da investigação por parte dos PMs, o Sinpol se posiciona

<sup>531</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/761-delegado-de-policia-fala-sobre-atuacao-da-p2.html>>. Acesso em: 07/03/16.

<sup>532</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/747-recomendacao-da-secretaria-de-direitos-humanos-sobre-a-p2-voce-sabia.html>>. Acesso em: 07/03/16.

simbolicamente no debate público como um ente a favor da legalidade, buscando se esquivar de possíveis acusações de corporativismo. Essa preocupação é demonstrada claramente no trecho abaixo:

A aparente e mera disputa institucional entre PC X PM trata-se na verdade da defesa da sociedade, pois uma vez provado no curso do processo criminal que investigações e provas foram conduzidas e/ou colhidas por pseudos 'agentes de inteligência', mormente Policiais Militares, podem viciar o processo levando a um arquivamento como já ocorreu na operação Satiagraha da PF.<sup>533</sup>

Por fim, na lista de artigos temáticos, o Sinpol incluiu um texto escrito por mim para a revista *Confluências*, da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulado "Polícia Civil e Serviço Reservado da PM: campo de tensões". Trata-se de uma primeira aproximação escrita sobre o tema, resultado de uma participação no Seminário de Pós-Graduação "Práticas das Instituições do Sistema de Segurança Pública e de Justiça Criminal", coordenado pelas professoras Vivian Paes e Ludmila Ribeiro, no 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em setembro de 2013.

Embora tivesse a preocupação de apresentar o conceito de inteligência policial e buscasse elaborar os pontos de tensão entre as duas instituições, sempre procurando não tomar partido por uma ou outra, a inclusão do artigo no *site* de um dos lados da questão não deixa de ser a instrumentalização da minha produção teórica em meio a um debate envolvendo policiais civis e agentes do Reservado sem que eu ao menos fosse consultado. Qual não foi minha surpresa ao ver um excerto do artigo ser publicado em um *blog* noticioso com o título "Coin: a integração que não funcionou". O trecho fora enviado pelo diretor de comunicação do Sinpol e trazia uma passagem em que eu reconstruía o episódio de dissolução e posterior reativação do Serviço Reservado na PM do Ceará. Um dado que chama atenção é que a tensão descrita no título do artigo ganhou contornos ainda mais dramáticos nos últimos meses. O que se esboçava como queixas pontuais e um ainda nascente movimento organizado de contestação assumiu a proporção de um enfrentamento direto.

A ação do Sindipol não se restringiu ao envio de ofícios, publicação de artigos e reuniões. Denúncias relativas à atuação dos agentes de inteligência foram

---

<sup>533</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/733-sspds-reconhece-atuacao-da-p2-e-situacao-da-violencia-no-estado.html>>. Acesso em: 02/03/16.

divulgadas pelo sindicato<sup>534</sup> de forma mais ostensiva. A partir de uma notícia publicada em uma página do *Facebook*, os policiais civis denunciaram a prisão de um suposto traficante no município de Icapuí, feita a partir de “investigações por policiais militares”. O texto informativo dava conta de que aquela era prisão era resultado de uma investigação conduzida pela Polícia Militar que levava meses para chegar ao seu termo. O que seria uma divulgação da efetividade das ações da PM na região do litoral cearense tornou-se motivo para um pedido de apuração na Controladoria Geral de Disciplina (CGD). No comunicado, o Sinpol afirma que “[...] as ações de combate à criminalidade cabem a todos os órgãos de segurança pública, mas, efetivamente, somente aos policiais civis cabem a investigação criminal”. Além de classificar as ações como “ilegais”, o sindicato ressalta que as “[...] investigações de crimes comuns realizadas por policiais militares podem causar danos irreparáveis nas investigações de grande porte da polícia civil”.

Figura 18 - Material produzido pelo Sinpol denunciando atividade da P2 em Icapuí



Fonte: Site do Sinpol (<http://www.sinpolce.org.br/>).

<sup>534</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/765-icapui-p2-ilegal-nas-redes-sociais-e-denunciada.html>>. Acesso em: 02/03/16.

O município de Camocim, também no litoral do Ceará, foi cenário de mais uma denúncia formalizada pelo Sinpol.<sup>535</sup> Conforme o sindicato, os PMs lotados nos serviços de inteligência “[...] literalmente usurpam as funções da polícia civil e desrespeitam os mandamentos constitucionais”. Ainda segundo o sindicato, o “desvio de funções” seria corroborado pelos comandantes, prejudicando o policiamento ostensivo e desgastando ainda mais “as relações institucionais” entre as duas corporações. O documento foi enviado ao Centro de Apoio Operacional Criminal de Execução Criminal e Controle Externo da Atividade Policial (Caocrim).

A crítica feita pelo Sinpol à Coordenadoria de Inteligência, por seu turno, é que a Coin teria deixado de ser um órgão exclusivamente de assessoramento à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), passando a destinar “ilegalmente” parte de seu efetivo às atividades de investigação. Um episódio descrito em detalhes no *site* seria uma demonstração dessa mudança de atribuição.<sup>536</sup> Dois suspeitos de furto em um *shopping* na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foram presos por PMs lotados na Coin. Os homens foram levados à delegacia. No entanto, conforme o relato do sindicato, o delegado não formalizou a prisão em flagrante, pois estaria faltando uma série de elementos que comprovasse o delito, como “testemunhas, provas materiais e até mesmo vítimas”. Mesmo liberados pela autoridade policial, os dois suspeitos foram encaminhados, ainda detidos, pelos agentes da Coordenadoria a uma segunda delegacia. Novamente a prisão não foi formalizada. A dupla foi levada, então, para uma terceira e uma quarta delegacia. Segue o ocorrido, conforme o Sinpol: “Mais uma tentativa de formalizar a prisão dos sujeitos foi realizada no 34º Distrito Policial, a quarta delegacia percorrida insistentemente pela equipe da COIN. Os sujeitos foram ouvidos em termos de declarações e liberados”. A sequência de idas às delegacias levou às seguintes interrogações por parte dos policiais civis:

- 1) Com qual interesse uma equipe de policiais militares estavam investigando crimes de um shopping?
- 2) Após apresentação dos suspeitos à Autoridade Policial da área circunscricional do crime porque a COIN insistiu em mais três delegacias?

---

<sup>535</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/756-p2-em-camocim-sindicato-formaliza-denuncia.html>>. Acesso em: 02/03/16.

<sup>536</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/736-orgao-vinculado-a-sspds-tem-atuacao-suspeita.html>>. Acesso em: 02/03/16.

3) Estaria a COIN, ilegalmente, cerceando a liberdade dos suspeitos quando saíram da primeira delegacia? (SITE SINPOL, 2016, online)<sup>537</sup>.

As dúvidas põem em xeque o próprio *modus operandi* da Coin, um órgão que se fundamenta no sigilo e no caráter intransparente de suas ações. Ao penetrar na seara dos crimes com menor potencial ofensivo, como um furto em um *shopping*, os agentes de inteligência se colocam em uma situação de vulnerabilidade moral e operacional, ficando sujeitos ao julgamento por parte de seus pares.

Em janeiro, as denúncias resultaram em uma intervenção direta promovida pelo Sinpol. O caso teve repercussão pública, obrigando a direção da SSPDS a se posicionar sobre o episódio, fato raro de ocorrer, haja vista a estratégia de comunicação adotada pela secretaria nos últimos cinco anos, na qual a opção pelo silêncio predomina em detrimento de uma maior presença nos espaços públicos e midiáticos de debate.

No dia 4 de janeiro, um grupo de policiais ligados ao Sinpol se dirigiu ao 19º Distrito Policial, no bairro do Conjunto Esperança. A intenção era fiscalizar a prisão em flagrante de um traficante realizada por uma equipe do Serviço Reservado do 6º Batalhão de Polícia Militar. O homem fora preso em sua própria residência com seis embalagens de cocaína. Membros do sindicato acompanharam todas as etapas do trabalho da P2, desde a chegada deles à delegacia até o momento em que o acusado foi encarcerado. Entrevistado pela reportagem, o agente do Reservado disse que o procedimento adotado pelos PMs era adequado, e que ações como aquela do sindicato desencorajariam o trabalho dos policiais militares.<sup>538</sup>

Após a prisão do traficante ser efetivada, os militares foram denunciados à Delegacia de Assuntos Internos (Dai), da Controladoria Geral de Disciplina (CGD), à Delegacia Geral de Polícia Civil e à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). A alegação do Sinpol é a que eles estavam realizando um trabalho de investigação. Questionado sobre o ocorrido pela imprensa, Lauro Prado, coronel PM e secretário-adjunto da SSPDS, fez uma afirmação relevante em relação ao tema desta pesquisa: “A inteligência da PM é diferente da Polícia Civil. A Polícia Civil faz

---

<sup>537</sup> Disponível em: <<http://www.sinpolce.org.br/index.php/736-orgao-vinculado-a-sspds-tem-atuacao-suspeita.html>>. Acesso em: 02/03/16.

<sup>538</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/01/04/noticiafortaleza,3556783/sindicato-da-policia-civil-intervem-em-prisao-do-servico-reservado-da.shtml>>. Acesso em: 12/02/16.



investigação, a PM faz um levantamento preliminar, toda ocorrência se desenrola de um levantamento preliminar” (informação verbal)<sup>539</sup>. Segundo o secretário, embora a denominação “inteligência” seja a mesma para as duas corporações, sua prática efetiva é diferente. Os dados coletados pelos militares estariam relacionados à condição da própria Polícia Militar de ser a primeira representante do sistema de justiça criminal a chegar ao local das ocorrências. A coleta dessas informações, como o nome das testemunhas, se relacionaria ao trabalho preventivo necessário para evitar que o crime ocorra. O emprego da expressão “levantamento” para designar esses procedimentos pela SSPDS abre a possibilidade, do ponto de vista legal, de uma interpretação sobre a atividade de inteligência da PM que se contraponha à defendida pelo Sinpol e que possa vir a esvaziar juridicamente a acusação de “desvio de função” em um possível embate judicial acerca do tema. A preocupação em estabelecer tal definição só confirma a importância da inteligência para os mecanismos de funcionamento do policiamento cotidiano.

Sobre a contenda entre as duas instituições, o secretário-adjunto assumiu uma posição ambígua. Embora saliente que o Sinpol “[...] pode acompanhar o trabalho de quem ele quiser”, o coronel desqualifica as críticas feitas pelo sindicato ao Serviço Reservado. “A situação que estão querendo criar não existe, eles têm o direito de mostrar o valor deles, mas não precisam diminuir o valor dos outros”, disse à imprensa (informação verbal)<sup>540</sup>.

O capítulo mais recente nesse impasse foi registrado em fevereiro deste ano. O presidente do Sinpol, Gustavo Simplício, disse que irá levar o caso à esfera federal. A entidade pretende denunciar o Serviço Reservado da Polícia Militar no Conselho Nacional de Justiça e na Secretaria Nacional de Direitos Humanos por usurpação da função que seria restrita à Polícia Civil. Como se pode perceber, o imbróglio ainda não tem qualquer previsão de se encerrar.

### **7.3 Investigação e atividade de inteligência: fazeres híbridos**

Numa segunda à noite, recebi um *e-mail* de um inspetor da Polícia Civil. Ele havia lido meu artigo publicado na revista *Confluências* que fora postado no *site*

---

<sup>539</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/01/04/noticiafortaleza,3556783/sindicato-da-policia-civil-intervem-em-prisao-do-servico-reservado-da.shtml>>. Acesso em: 12/02/16.

<sup>540</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/01/04/noticiafortaleza,3556783/sindicato-da-policia-civil-intervem-em-prisao-do-servico-reservado-da.shtml>>. Acesso em: 12/02/16.

do Sindicato e queria me mostrar a realidade da investigação criminal realizada pela corporação e por sua equipe, em especial. Segundo ele, era preciso que eu conhecesse a investigação a fundo. Ao contrário do que dizem líderes sindicais e PMs entrevistados para a pesquisa, o inspetor critica a afirmação de que a PC estaria “falida”. Conversamos por telefone no dia seguinte, e na quarta-feira me dirigi à delegacia em que Armando (nome fictício) trabalha. O relato que segue se apoia em uma tarde de conversa que tivemos.

A sala em que Armando trabalha é pequena. Composto por duas mesas, o espaço possui um pequeno armário próximo à janela e um quadro branco com a escala de serviço dos três investigadores. Além de Armando, um inspetor bem experiente e uma inspetora com menos tempo de polícia formam a equipe. Após a apresentação, começamos a conversar sobre a atividade desenvolvida por eles. Embora Armando fosse mais falante, os demais ouviram a conversa atentamente durante todo o tempo. Tive a impressão de que eles levavam bastante a sério aquela discussão que, embora tivesse como ponto de partida um artigo acadêmico, dizia profundamente respeito à atuação profissional deles.

Armando iniciou sua exposição afirmando zelar muito “[...] pela parte da legalidade e razoabilidade”. “Usamos tudo isso, até mesmo por que a gente está trabalhando com o direito de outras pessoas”, acrescenta (informação verbal)<sup>541</sup>. O policial destaca um aspecto importante em sua atividade: um verdadeiro processo de devassa da intimidade que se segue a uma investigação de homicídio:

Quando a gente começa a investigar o Estado te dá o direito de entrar na vida das pessoas. Quando há um homicídio a gente começa a investigar a família da vítima, então a gente começa a ter acessos a informações provadas daquela família. Temos que ter muito cuidado com essas informações. Geralmente quando há um homicídio na cidade, nós só saímos para investigar com ordem de missão vinda do delegado (informação verbal).<sup>542</sup>

A ordem de missão é o documento que torna a investigação oficial. O número do inquérito e o nome da vítima vêm impressos, bem como a designação assinada pelo delegado. Conforme o Código de Processo Penal (CPP), há prazos definidos para que o inquérito seja concluído, variando de acordo com a situação do acusado. Segundo Armando, com o advento da Divisão de Homicídios foi

---

<sup>541</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>542</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

estabelecido um procedimento padrão para ocorrências do gênero. Os policiais do DHPP vão até o local do crime. Lá, fazem o primeiro levantamento e elaboram um relatório conhecido como reconhecimento visuográfica. A intenção, segundo Armando, é colocar o investigador “dentro do local do crime” ainda que ele não tenha ido atender a ocorrência *in loco*. O inspetor descreve o conteúdo do relatório:

Caso eu não tenho ido para o local do crime quando o mesmo aconteceu, mas se eu pegar a reconhecimento visuográfica feita pela Divisão de Homicídios é como se eu me inserisse dentro da cena. Com isso eu já vou ter subsídios para investigar. Não precisa eu ligar para a equipe que estava no dia porque já vai estar tudo no papel. Todo homicídio que acontece, o inquérito já é instaurado pela Divisão de Homicídios, e eles nos enviam. No relatório vem o inquérito instaurado, a portaria, o nome da vítima. A gente tira cópias para trabalhar. Ele vem narrando o dia, o número do inquérito, alguns dados da vítima, o local, relata se era um local que possuía iluminação pública. Nesse documento eles me dão informações que eu não tive a oportunidade de ver no dia. Eles colocam o que foi apurado no momento, colocam toda informação. Esse é o material que vai dar o pontapé na investigação (informação verbal).<sup>543</sup>

O inspetor conta que esse procedimento remonta a 2010. Antes disso, a cena do crime não costumava ser isolada e a PM nem sempre se dirigia ao local. As informações restringiam-se, na maioria das vezes, apenas ao nome da vítima. Os casos de homicídio são os que geram maior repercussão social, mas a equipe de Armando precisa dar conta de todas as ocorrências que chegam à delegacia, como roubos, furtos e estupros. O policial descreve o modo como eles organizaram a rotina da seguinte maneira:

Para otimizar o trabalho a gente divide por policial. Essa semana, recebemos dez homicídios para investigar. Nesse caso a gente divide para os três. No final da investigação cada um faz o seu relatório. A gente conversa, discute, tira alguma dúvida, mas o relatório é feito por aquele que está responsável, apesar de que os três assinam. Nós aqui gostamos de trabalhar com prazos, até mesmo para nos motivar a ter responsabilidade. Por exemplo: em dez dias se a gente não conseguir ter êxito numa investigação, a gente devolve o relatório com o que foi apurado, aí o delegado analisa e pode até aumentar o prazo. Se em dez dias a gente consegue identificar autor, testemunhas, a gente já envia para o cartório e de lá vai para o fórum (informação verbal)<sup>544</sup>.

A atenção aos prazos é uma grande preocupação do inspetor. Os policiais se veem em meio a uma cobrança da sociedade por uma resolução rápida dos casos.

---

<sup>543</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>544</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

No entanto, segundo ele, o risco de cometer alguma “injustiça” é grande, se não houver cuidado da parte deles. “Sempre se quer dar uma resposta logo e isso é perigoso. Crime de homicídio requer calma, requer uma análise dos dados, para verificar se são verdadeiros ou não”, comenta (informação verbal)<sup>545</sup>. O passo a passo da investigação é descrito a seguir. Como poderá ser visto, policiais civis e agentes de inteligência da PM, ainda que de forma indireta e não planejada, compartilham métodos e estratégias na busca por identificar e prender os autores dos crimes. Forjar relações de confiança e obter informações relevantes a partir das interações estabelecidas entre testemunhas e familiares são peças importantes desse quebra-cabeça.

Por causa disso, o relato de Armando será entrecruzado por entrevistas feitas com os PMs sobre o mesmo tema. Ao contrapor uma fala à outra, a intenção não é estabelecer a “verdade dos fatos”, mas sim traçar paralelos entre práticas e discursos que ora se complementam, ora divergem frontalmente. Embora a ênfase na diferença seja uma estratégia retórica necessária na luta política entre as corporações, tal medida não se faz necessária ao estudioso. Entre enfatizar o que separa Polícia Civil e Polícia Militar, adoto a trilha inversa: a de identificar suas semelhanças, ainda que sob o efeito de um espelhamento das práticas.

Pergunto a Armando sobre o modo como a informação é trabalhada pela equipe da qual ele faz parte. O policial afirma que a primeira coisa a ser feita é pesquisar no computador tudo o que houver sobre a vítima:

A gente só sai depois que a gente investigar tudo o que consta nos dados sobre essa vítima. Se ela fez B.O, se já foi presa, quem são os irmãos, os parentes. A gente só sai com todos esses dados em mãos. O sistema nos dá a possibilidade de ter informações a partir do nome da mãe (informação verbal)<sup>546</sup>.

Assim como ocorre nos levantamentos feitos pelos agentes do Reservado, a filiação parental dos suspeitos é peça importante na identificação deles. Saber quem são os parentes e se eles possuem algum registro nas fichas criminais também é outro instrumento utilizado para desvelar a trama que envolve os crimes de morte. Do ponto de vista da operacionalidade da polícia, pode-se dizer que os laços criminais são estabelecidos a partir dos laços familiares. Isso não implica que sempre haja uma

---

<sup>545</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>546</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

criminalização parental dos acusados, mas os relatos dos interlocutores não deixam dúvidas de que essa é uma linha de investigação constantemente percorrida por quem investiga.

De posse dos endereços dos familiares, Armando e sua equipe partem para as visitas. Os familiares se apresentam como fonte primária de informação. Nessa etapa de diligências, conforme o policial, eles chegam a retornar entre quatro e cinco vezes ao local do crime. A cada ida, sempre se “consegue algo a mais”.

Com a metodologia que a gente usa aqui, a gente trabalha seguindo o rastro do crime. A gente sai com uma informação conhecida nossa, algum fato que aconteceu no local do crime que alguém tenha visto, aí a partir disso aquela pessoa vai abrindo os *links*. Se a gente sai daqui as nove horas da manhã para investigar a gente as vezes volta duas horas da tarde, por que uma pessoa vai passando o *link* para outra (informação verbal)<sup>547</sup>.

Os “*links*” citados pelo policial são as pessoas que vão sendo indicadas à equipe como possíveis fontes de informação. Pessoas do vínculo familiar e amigos costumam ser os primeiros a serem ouvidos. O objetivo é descobrir as “razões do crime”. “Todo crime tem suas particularidades. Tem o fato de a pessoa ter inimigos, a questão da eventualidade, quando o crime é resultado de uma discussão”, exemplifica Armando. Quanto mais ramificações sociais a vítima tiver, mais complexa se torna a trama de sua morte.

Geralmente os crimes de homicídio acontecem com poucas testemunhas. Quando muitos fatores poderiam levar a vítima a sofrer aquele crime é que a gente estende esse quadro. Se o cara frequentava vários lugares, tinha vários credores, várias pessoas que tinham alguma relação comercial com ele, aí a gente aumenta a quantidade de pessoas [a serem ouvidas] (informação verbal)<sup>548</sup>.

Conseguir testemunhas, no entanto, não é tarefa fácil. Para o policial, trata-se da maior dificuldade enfrentada por eles. “Os próprios familiares não querem, preferem deixar pra lá”, comenta. Há um temor, de acordo com Armando, de que a investigação possa trazer à tona fatos que a família não tem o desejo de tornar públicos. “Estamos aqui como profissionais. A gente investiga quem morreu independentemente do que a pessoa tenha feito antes. Se o cara era bandido não é

---

<sup>547</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>548</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

problema meu, o fato é o crime”, justifica o inspetor. Para que a testemunha coopere, contudo, é preciso mobilizar o sentimento de confiança na polícia e no profissional responsável por essa interlocução. “Nosso maior desafio é tentar trazer a confiança da família, porque a família tem receio”, ressalta Armando (informação verbal)<sup>549</sup>.

A indicação feita por um “conhecido” é um elemento valioso nesse sentido. Se alguém indicou é porque teve o mínimo de confiança em adotar tal medida. Trata-se de um bom ponto de partida para dar início a uma conversa que envolve uma série de comprometimentos. Importa ressaltar que esse recurso foi adotado por mim muitas vezes durante a pesquisa. Fazer menção ao nome de policial “x” ou “y” funcionava como uma espécie de “cartão de visitas” sobre minhas intenções, assim como o fato de eu pertencer ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da UFC.

Além do desafio de conquistar a confiança de seus informantes, Armando afirma que o fato de não dispor de veículos descaracterizados é um empecilho para sua equipe.

Quando se chega numa rua com uma viatura dessa cor, dificilmente a pessoa vai querer conversar. As pessoas da rua já ficam olhando, fazendo pergunta, às vezes a pessoa quer falar, mas tem medo. A gente combina outro lugar, ou pedimos para que a pessoa nos telefone. No decorrer, os familiares vão confiando mais na gente, vão passando mais informações. Tudo isso a gente vai juntando (informação verbal)<sup>550</sup>.

Relato semelhante pode ser observado na fala dos policiais do Reservado. Para evitar que o informante fique “marcado” na rua em que mora, as interações ocorrem muitas vezes por meio do telefone. Os encontros precisam ocorrer em um local distante, longe dos olhos de vizinhos e possíveis “informantes” de quem se está ao encalço. Uma diferença importante reside no fato de que os agentes de inteligência dispõem de veículos não caracterizados, facilitando sua inserção no interior dos circuitos criminais. A preocupação em não identificar os informantes se estende à forma como o conteúdo das declarações será incluído no conjunto de provas que compõem o inquérito:

Você me diz que sabe algo sobre tal homicídio, mas não pode aparecer. Nós aqui somos responsáveis por não colocar teu nome no inquérito para não complicar tua vida, mas, quando você me passa essa informação, nós temos

---

<sup>549</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>550</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

um jeito de colocar essa informação no papel sem que você apareça no conjunto probatório. As outras informações que nós vamos apurar vão comprovar a informação que você me deu. Então não vai precisar que você esteja lá, porque a partir da tua informação a gente cria uma linha de investigação para buscar fatos que comprovem o que você me disse, aí não precisa você aparecer (informação verbal)<sup>551</sup>.

A descrição de todas essas idas e depoimentos ganha a forma de um relatório. O documento funciona como um registro de tudo que foi feito até aquele momento. As declarações prestadas são anotadas para uma futura confirmação. Segundo Armando, as provas materiais como exames de balística, imagens e laudos cadavéricos desempenham um papel fundamental ao fornecer subsídios aos relatos das testemunhas. O policial cita o exemplo de um homem que foi morto na porta de casa. O autor dos disparos estava em um automóvel. Parou o veículo, chamou a vítima até o portão da residência, atirou nele e saiu logo em seguida. Armando afirma que um morador próximo teria presenciado a cena. Ele morava perto de onde ocorreu o crime, mas numa curva. O detalhe acerca da localização da residência da testemunha pode ser um fator que venha a contradizer a versão da polícia.

Eu tinha de colocar isso no papel. Que ele morava em uma curva. Quando o promotor vai ler isso a intenção é que ele se sinta na rua e no local do crime, aí a gente manda fotos. Se isso não existe e na hora do interrogatório o advogado do acusado duvidar que a testemunha de fato viu lá da casa dela, existe uma contraprova. Sem isso aqui o advogado ia jogar dúvida. O promotor não vai sair do lugar dele para ir até o local do crime verificar. Tem de ter isso aqui [fala apontando as fotos] para não haver dúvidas. É para isso que a gente luta. Aí têm as testemunhas que foram ouvidas, os familiares, o fator motivacional e juntando tudo com isso aqui, fecha [a definição de autoria] (informação verbal)<sup>552</sup>.

O inspetor mostra a foto com a marcação de dois pontos: o local dos disparos e a residência da testemunha. Observo a imagem atentamente, e a hipótese de que a testemunha possa ter visto o carro de onde morava se torna plausível para mim.

#### **7.4 “A máquina tem que trabalhar unida, mas a máquina engancha”**

Pergunto sobre o grau de resolubilidade de sua equipe, e Armando responde que a maioria dos casos segue para a Justiça com indicação de autoria.

---

<sup>551</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>552</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

Chegar a esse resultado, segundo o policial, é uma atividade “complexa”. Há crimes que são resolvidos em apenas cinco dias. Outros demoram dois meses e exigem a mobilização de uma série de recursos agentivos. No entanto, a obtenção das provas materiais, elementos considerados como fundamentais no inquérito, esbarra no que Armando denomina de a “demora da Justiça”. O policial se queixa de um inquérito que aguarda há mais de dois anos um pedido de quebra do sigilo telefônico para ser concluído. “A máquina tem que trabalhar unida, mas a máquina engancha. Não adianta [o trabalho de polícia] se o sistema inteiro não colaborar”, reclama. O inspetor revela ainda que espera há dois meses por um mandado de busca e apreensão numa casa em que a polícia suspeita ter ocorrido um assassinato. Por causa da demora, novos moradores já passaram a ocupar o imóvel. “Há esses impedimentos, mas a nossa parte a gente faz. A gente investiga”, comenta (informação verbal)<sup>553</sup>.

Para Armando, uma investigação “bem-feita e dentro da legalidade” é a receita para a redução da criminalidade. “Se o policial gosta do que faz e se interessa não tem quem consiga enfrentar uma equipe de investigador. Se a gente decidir descobrir, pode passar o tempo que for, mas a gente descobre”, garante. Ainda de acordo com o policial, a área abrangida pela delegacia em que trabalha chegou a ficar mais de três meses sem registrar um homicídio sequer, por causa do trabalho de investigação realizado:

Conseguimos identificar todos os pontos onde estavam tendo homicídios e quem eram os cabeças. A gente vai na casa dos caras notificá-los para que eles compareçam na delegacia. Isso já deixa o cara preocupado. Tinha um com cinco homicídios que tinha respeito por nós. Como ele tinha um mandado de busca e apreensão em aberto, nós cercamos a casa dele com a PM e ele fugiu se escondendo nos matos. Nós pegamos o telefone, ligamos para ele, chamamos e ele veio. Disse que só tinha vindo por que nós chamamos. Disse que se fosse a PM ele não teria vindo por que os policiais miliares batem nele (informação verbal)<sup>554</sup>.

Há paralelos entre o relato acima e o descrito por Paulo no terceiro capítulo. Nas duas ocasiões, o recurso a uma abordagem não violenta funcionou como um elemento mediador entre o policial e o acusado, permitindo que uma relação de confiança fosse estabelecida e, com ela, a possibilidade de cooperação. Um oficial da PM, por sua vez, relata uma situação bastante semelhante, mas com sinais invertidos.

---

<sup>553</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>554</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.



O militar ilustra a fala dele com uma ocorrência envolvendo dois adolescentes em que um assassinou o outro. Os policiais do Reservado foram ao local e conseguiram identificar o acusado. Eles, então, convenceram a mãe dele a informar o paradeiro do filho.

O adolescente estava escondido no mato. Convencemos a mãe de que ele estaria mais seguro detido e que ele corria o risco de ser morto se permanecesse no local. Depois disso, a mãe entregou o local. Nosso índice de resolubilidade é alto. Não por causa da Polícia Civil, mas por causa do Reservado. O resultado é extremamente positivo (Diário de Campo).

O oficial comemora os bons resultados trazidos a partir de uma mudança de postura em relação aos crimes: “Antes, a pessoa que morria era vista como o problema, mas quem matou também é um problema para a polícia. Passamos a investigar quem cometia as mortes e o Reservado tem contribuído muito para isso”, comenta (informação verbal)<sup>555</sup>.

Segundo o oficial, a pressão por cumprir as metas faz com que alguns colegas digam, em tom de brincadeira: “Não diminui muito, não” (informação verbal)<sup>556</sup>. Isso se deve ao fato de que quanto maior a redução, maior a dificuldade em continuar reduzindo ainda mais e, por consequência, menor a chance de atingir o percentual estabelecido pela SSPDS.

## 7.5 Inteligência *versus* investigação

Questiono Armando sobre o que ele entende por inteligência policial. De acordo com ele, haveria dois tipos: uma geral e uma restrita. A primeira estaria relacionada ao fato de ser o próprio profissional de inteligência o responsável por fazer o levantamento e prender os acusados. O ciclo de policiamento, então, ficaria a cargo de apenas um setor da polícia. Armando se mostra contra essa prática. Para reforçar seu argumento e expor o conceito de “inteligência geral”, o inspetor relata um episódio ocorrido com ele durante uma de suas formações:

Eu tive a oportunidade de conversar com o chefe da inteligência da Divisão de Homicídios de Pernambuco, que era um delegado de polícia. Ele me disse que quem é da inteligência não pode ter vaidade. Não pode aparecer. ‘Quem deve aparecer são os outros, e não nós’, disse. A DHPP fez uma operação lá

<sup>555</sup> Entrevista com Ximenes em 10 de junho de 2015.

<sup>556</sup> Entrevista com Ximenes em 10 de junho de 2015.

e desmancharam uma quadrilha de homicidas que tinha até policiais envolvidos, com mais de 60 membros. Quem fez todo o levantamento foi a inteligência, mas quem prendeu foi a DHPP. A inteligência faz tudo e deixa o resto pra eles. Isso que é inteligência. A inteligência como funciona aqui, que o cara faz o levantamento e ele mesmo prende. Isso é a global, a inteligência geral, que está funcionando desse jeito, que é errado (informação verbal)<sup>557</sup>.

A noção de que os agentes do Reservado não devem aparecer é compartilhada pelos próprios profissionais. Seu *modus operandi*, contudo, é motivo de controvérsia tanto dentro quanto fora da PM, como se pode perceber no relato acima e nos depoimentos do terceiro capítulo.

A inteligência policial local, para Armando, atuaria como uma aliada dos investigadores. O setor seria responsável por levantamento de informações a respeito dos acusados. O inspetor enumera alguns dos dados que poderiam ser obtidos por uma equipe do gênero:

Se a gente tivesse condição de ter um corpo de inteligência, ele ficaria responsável em fazer o levantamento, em um carro descaracterizado, de informações que a gente não tem, como o nome completo da pessoa, o CPF, onde moram os parentes, onde ele mora, quem é a namorada do sujeito, onde os parentes trabalham. Isso que é inteligência. A questão da inteligência também envolve o mapeamento, quem são os bandidos que atuam numa determinada área, tipos de crimes, *modus operandi* que eles utilizam (informação verbal)<sup>558</sup>.

Ainda conforme o policial, todos esses dados seriam armazenados em bancos para futuras consultas. Cada delegacia, acrescenta, deveria possuir uma unidade de inteligência. A atividade policial ficaria dividida entre um departamento que busca as informações e outro, operacional, que executaria ações com base nos dados colhidos. Como essa não é a realidade atual, Armando afirma que sua equipe, por necessidade, faz um pouco do que seriam as tarefas de cada um dos dois departamentos (informação verbal)<sup>559</sup>.

Em relação à atividade de inteligência na PM, Armando é crítico. A seu ver, a denominação serviria para se “[...] desviar um pouco da investigação criminal da Polícia Civil”. O inspetor afirma conhecer casos em que os agentes do Reservado não se identificam como PMs perante às famílias, mas como “investigadores” da polícia. O caso descrito a seguir é bastante revelador nesse sentido:

---

<sup>557</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>558</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>559</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

Eu cheguei na casa de uma pessoa para investigar um crime e quem me recebeu foi a mãe da vítima. Eu me identifiquei, disse que era da Divisão de Homicídios e que estava com o inquérito da morte do filho dela. Ela me disse que os investigadores já tinham passado lá, quando na verdade tinham passado dois policiais militares. Isso nos faz perceber que o fato deles se identificarem como outra coisa é por que a atividade em si não dá confiança para as pessoas. Isso é que gera mal-estar, porque geralmente quando chega na situação de uma casa que eles se identificam como investigador, as pessoas pensam que eles são policiais civis. Aqui na delegacia já vieram pessoas reclamar disso (informação verbal)<sup>560</sup>.

A situação descrita por Armando, de PMs que se passariam por investigadores, é relatada por outros policiais civis. De acordo com o inspetor, tal situação mancharia a imagem da Polícia Civil, pelo fato de a abordagem de alguns desses policiais serem consideradas truculentas. Um aspecto-chave em toda essa discussão, como o próprio inspetor reconhece, é que “[...] para a população quem usa farda é PM e quem não usa é civil” (informação verbal).<sup>561</sup> A diferenciação entre profissionais das duas corporações existe de forma efetiva nos planos da organização e simbólico. Para quem está situado fora desse mundo social da polícia, contudo, tais distinções não costumam ser percebidas. Ao comentar sobre minha pesquisa com outras pessoas, fui fazendo uma espécie de sondagem informal acerca do conhecimento delas da existência de uma inteligência policial na PM. A resposta quase sempre era negativa. Por causa disso é que ocorrem episódios como o que se segue:

Invadiram a casa de um cidadão e quebraram a porta. O cara foi no Ministério Público, mas no boletim de ocorrência ele colocou que os autores do arrombamento eram policiais militares e civis. O inquérito foi instaurado para saber quem eram os policiais que fizeram isso. Na investigação descobrimos que quem foi lá foi o Reservado com os PMs fardados. Por isso disseram que era Polícia Civil, porque a população quando vê duas viaturas, uma da PM, cheia de homens fardados, e um carro junto com homens sem farda e de pistola na mão é a polícia civil. A população não sabe diferenciar, só diferencia pela farda. Muitas vezes acontecem essas questões que maculam a imagem da instituição, porque o cara se identifica como policial civil e não como policial militar (informação verbal)<sup>562</sup>.

Pergunto a Ulisses sobre o grau de conhecimento acerca do Reservado. O PM diz que a apresentação deles como policiais já satisfaz a pessoa que detém a

<sup>560</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>561</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

<sup>562</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

informação. “Às vezes a pessoa pensa que a gente é da Civil. Para a população sofrida não importa quem seja. Nós fazemos de tudo”, comenta Ulisses, ao definir o trabalho realizado pela polícia. “Somos conselho tutelar, atuamos no trânsito, lidamos com o cara louco dentro de casa. Estamos expostos a tudo”, conclui (informação verbal)<sup>563</sup>.

Embora possuam diversos elementos comuns em suas práticas cotidianas, os agentes do Reservado e os policiais civis parecem atuar de modo paralelo. Armando se queixa da falta de intercâmbio entre os dados coletados: “Se um dos meninos do Reservado chegasse aqui e me passasse informações dos homicídios que aconteceram, ótimo, estariam ajudando a investigação. Só que isso não funciona assim”. Mais que uma divergência entre setores das duas corporações estaria havendo uma divergência institucional. O inspetor revela que, quando trabalhava em outra delegacia, as informações coletadas no local do crime não eram repassadas a ele pelos PMs. “Eles guardavam as informações para passar para o Reservado deles. Se o Reservado prender, ótimo. Mas se o Reservado não resolver se torna uma informação perdida, que vai parar nas gavetas”, lamenta o policial (informação verbal)<sup>564</sup>.

Perto de encerrar nossa conversa, Armando faz um balanço de dois momentos distintos de convivência com policiais do Reservado:

Trabalhei numa área com um Reservado muito atuante, porque os caras trabalhavam há mais de dez anos no local, conheciam todo mundo, mas eles guardavam as informações. Por exemplo: se acontece um homicídio na área, eles conseguem o nome do cara e aí eles vão tentar prendê-lo, mas não falam nada pra gente. Se não conseguem, passa uma semana e eles guardam aquela informação. Digo isso por que encontrei um colega na delegacia e ele me disse que estava atrás de um cara e me perguntou se eu conhecia e eu disse que sim. Ele me perguntou se eu lembrava de um homicídio que tinha acontecido há um tempo e me disse que sabia o nome do cara que matou. Não sei pra que eles guardam essas informações e não passam pra gente. Não vai servir de nada na mão deles. Aí ele me mostrou lá vários crimes que aconteceram na área e o nome dos suspeitos. Claro que isso não me dá certeza de nada, mas me dá subsídio para que eu vá atrás. Isso lá acontecia muito.

O Reservado aqui é novo, foi criado recentemente. Os meninos do Reservado são amigos da gente, são pessoas que trabalharam fardados e que hoje não estão fardados. Conversam com a gente. Eu não sou contra eles, sou contra o sistema que eles são obrigados a participar. A gente se dá bem. Se tem um homicídio, eles vão atrás, mas até agora não chegaram pra gente aqui apontando nenhum nome. Até agora não. O que acontece são os grupos de policiais nas redes sociais que apontam os suspeitos. Nos ajuda por que dá

---

<sup>563</sup> Entrevista com Ulisses em 21 de dezembro de 2015.

<sup>564</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

um direcionamento pra gente, depois a gente verifica se é verdade ou não. O que eu vejo muito do pessoal do Reservado é que eles tentam trabalhar com o flagrante e com o imediatismo. A diferença é que o serviço do Reservado da polícia, quando ele entra na área criminal, por mais que ele queira, não tem instrumento para materializar as informações como nós temos. Aqui é uma coisa oficial (informação verbal)<sup>565</sup>.

Bittner (1971) descreve situação semelhante em sua pesquisa sobre o funcionamento da polícia norte-americana. Assim como há críticas ao Reservado, queixas em relação a policiais civis são ouvidas por parte dos agentes de inteligência. Embora o governo do estado tenha investido em estruturas integradas de infraestrutura e formação, há uma espécie de núcleo duro de práticas incorporadas e de desconfianças mútuas que impede a circulação do fluxo de informação entre as duas corporações. O uso conjunto de grupos nas redes sociais de certa forma nivela as informações entre seus participantes, como no caso da troca de informações sobre a identidade de suspeitos por mortes de policiais. Pelo volume de dados coletados nos núcleos de inteligência, conforme o relato dos PMs, essa contribuição soa tímida, diante das possibilidades que se apresentam de colaboração e intercâmbio de conhecimentos. Além disso, quando se estabelece um paralelo entre as narrativas das práticas de PMs e policiais civis, como ocorre nesta pesquisa, é possível identificar um saber-fazer policial híbrido comum às duas instituições, desassociadas artificialmente por duas instâncias classificatórias da atividade policial que as separam em atividades restritas a “civis” e atividades restritas a “militares”.

---

<sup>565</sup> Entrevista com Armando em 13 de janeiro de 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sabia bem o que responder quando me perguntavam por que estudo “polícia” ou porque escolhi esse tema, diante de uma imensa variedade de objetos de pesquisa nas ciências sociais. Certamente isso se deve muito à minha trajetória intelectual e profissional, que viu, por diversas vezes, seu traçado se entrecruzar com policiais, ora em consonância ora em confronto de pontos de vista. No entanto, uma certeza foi se consolidando a cada vez que eu adentrava no meu universo de estudo: a de que a instituição policial e o modo como ela se inter-relaciona com os demais atores sociais é uma chave de leitura privilegiada para se compreender o modo como o Estado, na sua pretensão do monopólio do uso da força, exerce seu poder sobre a população. Há certamente um cálculo político na forma como a polícia é agenciada, no seu modo de atuação e nos programas governamentais que voltam e meia são lançados prometendo novidades e revoluções. Desde 1997, pelo menos, vemos planos e projetos voltados para a segurança pública no Ceará serem anunciados, implantados e abandonados na mesma medida como instrumentos de intervenção política que irão padecer da fadiga do uso ou que nem ao menos chegam a ser executados conforme a expectativa de seus proponentes. Tais medidas constituem um momento privilegiado de exteriorização da racionalidade governamental. No cotidiano, contudo, a “mão invisível” no campo da segurança é menos perceptível. Há uma onipresença dos aparelhos e agentes repressivos estatais nas ruas e nos meios de comunicação, mas a sua lógica interna localiza-se um nível mais restrito.

Compreender as inter-relações entre a maquinaria de segurança pública e a política que lhe dá sustentação exige uma análise mais acurada e que transcenda o jogo de aparências. Isso se aplica de forma mais enfática à atuação do Serviço Reservado, uma modalidade de policiamento que se pretende invisível por definição. É preciso, em primeiro lugar, seguir seu rastro em meio ao papel desempenhado pela polícia na totalidade. Em seguida, identificar seus agentes e descrever suas práticas, contextualizando-as em um quadro mais amplo de racionalidade estatal. O caminho descrito foi o que pretendi fazer ao longo da pesquisa e que só agora chega a seu termo. Nesta seção, pretendo fazer um apanhado do trabalho realizado até aqui e dotar o mosaico apresentado no decorrer da tese de um significado a fim de contribuir para o debate sobre a atuação dos órgãos de segurança no Estado.

Não há, portanto, como desvincular poder, polícia e política de nossas análises ainda que na atividade de pesquisa essa dimensão seja abordada apenas tangencialmente, como é o caso de numerosos estudos. Essa vinculação é demonstrada de forma evidente no título desta tese. A confiança é operacionalizada pelos policiais do Serviço Reservado a fim de se obter informações relevantes e significativas. A gestão desse conhecimento gerado, no entanto, não é politicamente neutra. A informação processada pelos órgãos de segurança pode ser instrumentalizada de diversas maneiras, atendendo necessidades específicas de comandos e governantes. Falar de conhecimento é, por definição, falar de poder. Nesse aspecto, a atividade de Inteligência da Polícia Militar insere-se plenamente nas tecnologias de governo engendradas pela máquina estatal. Daí a permanência de uma estrutura forjada em uma Ditadura Civil-Militar mesmo após o processo de redemocratização ocorrido a partir de 1985.

Desvelar o funcionamento desse policiamento em rede que articula agentes de segurança, vítimas e algozes, por meio dessa pesquisa, certamente trará novos elementos ao debate político que se trava atualmente. Discutir o alcance e a atuação dos Serviços Reservados é, em certa medida, discutir o alcance e os limites de atuação do nosso próprio regime democrático de direito. Em certa medida, tal preocupação espelha a conclusão a que chega Agamben (2014), em artigo recente:

O que minha investigação sobre a *oikonomia* teológica me mostrou é que o verdadeiro arcano, o verdadeiro mistério, não é a soberania, não é o Estado, não é a lei, é o governo; não é Deus, é o Anjo; não é o Rei, é o Ministro; não é o legislador e a lei, é a polícia e o estado de exceção. Por isso penso que uma compreensão do governo e um conhecimento do estado de exceção não podem se separar (p. 38-39).

Em consonância com essa provocação, a presente pesquisa se norteou pela vontade de construir uma investigação acerca do trabalho policial que trouxesse novas angulações, compreendendo-o por meio da análise de sua organização, fluxo de informações, transmissão de conhecimentos e práticas. No que se refere à Polícia Militar “que veste farda”, isso já foi feito com bons resultados em pesquisas anteriores. O desafio da presente tese foi tomar como objeto de estudo uma polícia que tem como meta permanecer oculta e cujos integrantes buscam se esquivar dos estereótipos incorporados durante o processo de formação policial, a fim de se inserir no mundo dos “civis”. Foi nesse chão que me detive ao longo da pesquisa. Meus principais

interlocutores foram os agentes de campo localizados em núcleos de inteligência espalhados pelos quartéis da PM na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). É desse ponto de vista que empreendi minha análise com todas suas possibilidades e limitações. Em grupos diminutos e à paisana, tão pequenos em número e indistintos dos cidadãos em sua exterioridade, são eles os agentes responsáveis por parte das informações que circulam no contínuo formado entre os quartéis e as ruas, constituindo alianças assimétricas voltadas à resolução de crimes. Os PMs do Reservado atuam como os olhos e ouvidos dos comandos, dando concretude à metáfora da polícia como um organismo social. Se o conceito de informação transcende limites disciplinares, trespassando campos de conhecimentos os mais diversos, na área da segurança pública ele é gerido primordialmente pelos agentes do Reservado que se valem do caráter dual do Estado - ente garantidor das leis e, ao mesmo tempo, poder invisível com atuação discricionária - para fazer cumprir o conceito de Justiça que trazem consigo, ainda que à revelia da legalidade.

Não é possível descrever e problematizar a atuação do Serviço Reservado, contudo, sem inscrevê-lo em um movimento de maior amplitude histórica, buscando compreender mudanças e permanências nas práticas de inteligência policial. No caso específico do Ceará, o entrelaçamento da força policial com os mundos da política e da economia possui profundas raízes históricas. Desde sua criação, a Polícia Militar cumpre fielmente as determinações dos governantes de plantão. Além disso, sua presença estende-se para além das suas atribuições relacionadas à segurança pública. Não à toa, um dos deputados mais votados de toda a história é um oficial da PM. A narrativa desse relacionamento foi exposta em detalhes no capítulo predominantemente histórico desta tese. A trajetória do Serviço Reservado, chamado à época de “secretas”, começa no governo de Nogueira Acioly (1896-1912) e perpassa todo o século XX até chegar aos dias atuais, com a criação de uma nova estrutura organizacional que atualizou nomenclaturas e incorporou inovações promovidas pelo Governo Federal, como a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, mas que manteve o trabalho de campo como um de seus pilares de atuação.

Mais que analistas teóricos de sistemas de alimentação de dados, conforme o imaginário formado sobre a inteligência produzido a partir da indústria cultural, eles agem como instrumentos vivos que percorrem vias e tramas de crime e



de morte, coletando dados, forjando interações por meio de relações de confiança e tecendo intrigas. O modo como isso ocorre no cotidiano é retratado no capítulo 3 da presente tese, em que descrevo o funcionamento, a organização e as práticas dos profissionais inseridos no campo da inteligência policial. Merece destaque a incorporação do “ser polícia” tanto nos discursos quanto nas ações. Menções ao “sangue policial” do P2 são uma constante em detrimento ao trabalho realizado por policiais fardados, que seria marcado mais pela burocracia que pela audácia. Essa concepção traz em si um forte sintoma de diferenciação na hierarquia de pertencimento à instituição policial, como se houvesse graus em uma escala de incorporação do “ser polícia”. A vivência mais intensa “das ruas”, termo nativo que reúne os saberes necessários à atividade policial às “astúcias sutis” dos moradores (cf. CERTEAU, 1994), seria um elemento de distinção entre policiais que coabitam o mesmo quartel. Para lidar com os informantes, estejam eles onde estiverem em relação à linha da legalidade, os agentes de inteligência precisam ter “malaquice”, expressão usada para designar essa “arte de fazer” de quem habita as ruas. Ser “malaca” com os “malacas”, contudo, faz com que os PMs transitem no interstício entre moralidade/imoralidade e legalidade/ilegalidade. Como afirma um oficial, quem tem a informação é o “bandido”, ou seja, é necessário criar vínculos com pessoas ligadas aos circuitos criminais para que a polícia saiba o que ocorre no “mundo do crime”.

Nessa imersão, contudo, o risco de se valer de expedientes ilegais é grande, do cometimento de ilicitudes menos graves até o emprego da tortura, conhecida como “trabalho” e “conselho”, para obtenção de depoimentos. Um dos interlocutores ressaltou não ser possível investigar somente atuando na legalidade, enquanto o uso de métodos de tortura foi assumido por mais de um policial durante as entrevistas. Trata-se de um terreno fronteiro e pantanoso até mesmo para o pesquisador que estuda o tema. Foi, certamente, o meu momento de maior questionamento: como abordar o assunto sem naturalizá-lo e, ao mesmo tempo, sem recair em um discurso moralizante? Tentei superar o desafio apresentando os relatos de forma contextualizada, pontuando as circunstâncias em que ocorreram e a percepção dos agentes sobre as dimensões morais e éticas do ocorrido. Há um constrangimento nas falas, de modo geral. A alegação é de que a prática é realizada tendo em vista um objetivo maior, de defesa da sociedade. As justificativas dadas pelos policiais ecoam a afirmação de Benjamin em sua crítica da violência que na

polícia "está suspensa a separação entre a violência que instaura o direito e a violência que o mantém". Podemos afirmar, portanto, que no exercício de suas funções o Serviço Reservado põe em suspenso normas e legalidades como um componente próprio de sua estratégia de atuação. Não se trata, portanto, de uma ação fortuita, mas de um recurso constitutivo de tais práticas policiais.

Parece haver ainda uma correlação do emprego da violência física com o grau de domínio das técnicas e capacitação. A maioria dos entrevistados vem de um policiamento tático em que a ação enérgica é privilegiada quando comparada a resoluções que envolvam maior poder de persuasão e análise. O que se vê, portanto, é que tais policiais levam consigo práticas inseridas nesse modelo de policiamento para o Serviço Reservado, mesclando-as com algumas nuances próprias do campo da inteligência policial. Por causa disso, policiais responsáveis pela formação ouvidos durante a tese são críticos em relação ao trabalho da P2, contestando o próprio fato de a atividade realizada ser considerada como inteligência. Pude notar ainda que os profissionais com melhor formação na área costumam recorrer menos ao emprego da força, embora essa possibilidade nunca seja totalmente descartada. Como exemplo disso, o PM com maior bagagem técnica e experiência ouvido durante a pesquisa afirmou nunca ter se valido da tortura para obter o que pretendia. Essa, pelo menos, foi a resposta que obtive dele em todas as vezes que perguntei sobre o assunto. A relação entre preparo profissional e emprego da violência foi algo constatado na pesquisa que merece um segundo olhar mais atento e específico, tanto por parte de quem pesquisa quanto por parte de quem está à frente dos órgãos de segurança.

As análises e informes produzidos pelos agentes têm como objetivo refinar o espectro de atuação da polícia diante de uma grande diversidade de ocorrências. Apesar de poderem ser recrutados para qualquer tipo de missão, o apoio na elucidação dos homicídios e a repressão ao tráfico de entorpecentes, dentro de uma política de "guerra às drogas", são as duas maiores prioridades com as quais o serviço de inteligência tem de lidar no cotidiano, segundo o relato dos próprios PMs.

No que diz respeito aos homicídios, as famílias, tanto das vítimas quanto as dos acusados, são um ponto de partida privilegiado para que informações sejam obtidas sobre possíveis motivações e autorias dos crimes. Enquanto os familiares da pessoa assassinada podem contribuir repassando dados sobre as condições em que o ato criminoso foi realizado, traços e características dos autores, bem como causas

que teriam levaram à ocorrência do crime, os familiares dos acusados são instrumentalizados como elos identitários de pertencimento. É a partir do nome da mãe, por exemplo, que se acessa a ficha criminal de um suspeito. Nas imagens compartilhadas em redes sociais, além da foto, é costume fazer menção ao artigo do Código Penal ao qual o suspeito responde criminalmente, endereço e nome da mãe. A partir da identidade da genitora é possível, ainda, descobrir o nome dos irmãos do suspeito, ampliando assim a abrangência de possíveis pessoas envolvidas em crimes. Denomino essa situação de um laço familiar que se transforma em laço criminal.

No âmbito da investigação, há pessoas que transcendem a esfera da criminalidade comum, tornando-se presas privilegiadas para a efetivação de uma caçada policial. Trata-se de uma atividade extraordinária que mobiliza recursos vultosos, efetivo e se baseia fortemente nas atividades de inteligência. Dentre suas principais ações destacam-se a identificação e a captura de seres incriminados socialmente por representarem um risco à sociedade. A prática, ancestral, foi sendo atualizada operacionalmente ao longo dos séculos. Sempre em nome da manutenção da ordem, a polícia “deu caça”<sup>566</sup> a pessoas sem ocupação, fiéis milenaristas, cangaceiros, dissidentes políticos, criminosos dos mais diversos matizes, adolescentes e, mais recentemente, jovens da periferia “envolvidos”, de uma forma ou de outra, nos mercados ilícitos transnacionais. A emergência de uma sociedade de controle, ancorada na sujeição à distância por meio de dispositivos organizacionais, não foi capaz de lidar de forma efetiva com os “indivíduos perigosos”, sujeitos resistentes à docilidade estatal e avessos aos processos civilizadores, como os descritos por Elias.

Em outra frente, a inteligência da PM se insere como um aliado relevante na retórica bélica relacionada ao tráfico de entorpecentes. Trata-se da “guerra às drogas” importada dos Estados Unidos, mas que deitou raízes profundas na América Latina. O mercado ilegal exige o estabelecimento de uma rede permanente de contatos que vão do fornecedor a quem venda a droga nas bocadas. Penetrar nesse circuito criminal de forma íntima não é tarefa fácil, e praticamente impossível para o policial fardado. Trajar roupas “civis” pode ser um diferencial nesse sentido, uma vez que tal estratégia permite ao policial circular em áreas e territórios que até então lhe

---

<sup>566</sup> Uso a expressão no duplo sentido histórico que ela possui: dar combate ao inimigo e empreender uma perseguição ao seu encaço, conforme visto no capítulo acerca da caçada policial.

eram proibidos. Identificados os alvos por meio de informações repassadas e da observação da rotina diária dos suspeitos, uma série de preparativos são acionados para a apreensão da droga e a detenção do suposto traficante. Embora tenha feito todo o trabalho de levantamento, os agentes do Reservado não costumam fazer a abordagem, pelo menos não como uma prática usual. Essa função cabe, conforme relatos dos entrevistados, à Força Tática de Apoio (FTA), unidade tática com maior poder de fogo e preparo para confrontos armados. De posse das informações produzidas pela inteligência, é a vez da equipe do FTA adentrar o local para fazer o “estouro”. A ação tem de ser precisa, para que o flagrante possa ser efetivado. Caso contrário, há um risco elevado de os policiais serem denunciados à Controladoria. De acordo com os entrevistados, essa vem sendo uma estratégia de defesa adotada por pessoas ligadas ao tráfico para inibir a ocorrência de prisões e apreensões por parte da P2. É a lei sendo operacionalizada por quem está fora dela para se proteger em mais uma das inversões da moralidade que o campo oferece.

Os resultados de tal estratégias foram apresentados ao longo desta tese por meio de relatos tanto de oficiais quanto dos PMs que estão na linha de frente do policiamento. Tudo começa com o conhecimento acerca do inimigo, com a definição de suas vulnerabilidades e dos recursos a serem mobilizados na sua captura. Tais informações, contudo, não estão disponibilizadas em locais de fácil acesso, devendo ser extraídas das mais diversas maneiras: na conversa, no artifício, na intimidação ou até mesmo pelo uso da força. É a partir desse trabalho que capturas se desenham, operações se organizam e botes são dados. Para alimentar essa atividade é preciso constituir uma rede de informantes, de pessoas que queiram colaborar com o trabalho policial. Manter essa articulação exige esforço, dedicação de tempo e muita habilidade interpessoal. O PM do Reservado trabalha fortemente com a noção de interação social. O modo como ele se apresenta, expõe os motivos que o levaram até ali e as promessas feitas de resolução do caso são passos fundamentais para conquistar a confiança da pessoa que pode passar a informação que vê a possibilidade de depositar seu crédito de confiança em um policial que se lhe apresenta como diferente dos demais. As etapas relatadas anteriormente são processos eminentemente sociológicos de constituição de socialidades. Embora seja empregado correntemente o termo rede ao descrever tais arranjos, há que se ter em mente que tal conceito é operado a partir da elaboração de uma trama, tanto no que diz respeito às relações

estabelecidas entre colaboradores, vítimas e acusados quanto às narrativas sobre o crime em si, em um processo de desvelar autores e culpados e de provocar a intriga entre os “bandidos”, a fim de que eles auxiliem a polícia no processo de incriminação dos rivais.

Não se pode, contudo, avaliar o papel da inteligência da PM apenas por sua eficácia. Como desfrutam de maior autonomia de ação, os policiais do Reservado possuem maior liberdade de movimento. Se essa capacidade auxilia a tomar decisões de forma mais rápida e cumprir as metas impostas valendo-se de uma burocracia menor, por outro lado a tensão entre caminhar pela linha que separa o “bem” e o “mal” é bem maior. Na verdade, de acordo com os próprios policiais, os ilegalismos se fazem presentes em suas práticas policiais em maior ou menor quantidade. Para se fazer justiça - pelo menos a justiça definida conforme a concepção nativa dos PMs - é necessário transgredir as normas impostas ao agente público. Caso contrário, “não se consegue prender ninguém”, como relata um dos meus interlocutores.

Nesse aspecto, conforme levantamento preliminar feito para a presente tese, há alguns batalhões e companhias que se destacam mais que outros nos meios de comunicação em se tratando da atuação do Serviço Reservado. Embora a discricão tenha de ser a norma, não raro vemos menções às equipes e até mesmo policiais sendo entrevistados ainda que com os nomes preservados. Um elemento em comum em todos esses casos bem-sucedidos é a articulação entre o delegado e os P2 que potencializa o trabalho da Polícia Civil ao contar, de modo informal, com os serviços dos PMs na etapa de investigação e arregimentação de testemunhas. Como a inteligência da PM nunca é mencionada no organograma do Sistema de Justiça Criminal, o apoio prestado a delegados e inspetores permanece como um assunto restrito à esfera da oralidade sem que haja um arranjo organizacional que contemple ou normatize esse trabalho integrado. Essa configuração traz resultados positivos para ambas as partes: confere status a quem aparece em evidência por causa das prisões, quase sempre o delegado, e fortalece a atuação da P2 que volta e meia se vê sob ataques do Sindicato dos Policiais Civis. A máquina funciona, mas às custas de uma gambiarra institucional.

A recorrência a esse artifício mostra o quanto o sistema judicial é fragmentado. Como o Brasil não possui uma polícia de ciclo completo (PAES, 2010), essa atividade não ocorre de forma integrada: tanto a Polícia Civil quanto a Polícia

Militar possuem órgãos de inteligência, mas que nem sempre operam de forma coordenada, por exemplo<sup>567</sup>. Os constantes acirramentos da tensão entre membros da Polícia Civil e Polícia Militar no que diz respeito à atividade de inteligência policial também podem ser lidos como um sinal de que a integração e a modernização das práticas policiais desenvolvidas a partir da década de 1990 nunca foram implementadas a contento.

Não se pode responsabilizar somente o governo do estado por tal situação. No âmbito nacional, pouco se avançou a esse respeito. Há duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) sobre o tema: a PEC nº 430/2009, do deputado Celso Russomano (PRB-SP), que detalha bem o processo de integração das polícias e propõe a desmilitarização da PM<sup>568</sup>; e a PEC nº 431/2014, do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), que mantém a Polícia Militar da forma como está, ampliando apenas as suas atribuições.<sup>569</sup> Mesmo sem haver o ciclo completo, experiências de uma polícia mais “híbrida” despontam em todo o País. Em alguns estados, a PM já lavra termos circunstanciados de ocorrência (TCO) para os crimes de menor gravidade. Grupos especializados da Polícia Civil, por sua vez, atuam com vestimenta específica e viaturas caracterizadas emulando a atuação das tropas de elite da Polícia Militar.

A decisão em manter a distinção entre as polícias atende certamente a um cálculo político que vê na inteligência da PM um braço mais ágil e efetivo na tomada de decisões e, especialmente, na resolução de problemas que exigem, paralelamente, maior liberdade de atuação do agente estatal e menor transparência pública tanto no que se refere à esfera da segurança pública quanto na defesa de seus próprios interesses. Daí a sua efetividade e os bons resultados obtidos, motivos que fazem com que tais profissionais se sintam orgulhosos de suas atividades e a um passo além dos que realizam o policiamento ostensivo. A razão estatal ancorada em práticas sigilosas e à revelia do conhecimento não é privilégio apenas de um governo ou de outro, mas integra uma longa trajetória de gestões que veem na atuação sigilosa um modo de gerir seu poder.

---

<sup>567</sup> Vale ressaltar que tanto o Ministério Público quanto os agentes penitenciários também possuem suas inteligências. No primeiro caso, PMs são convocados a atuar como a P2 do MP.

<sup>568</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=458500>>. Acesso em:10/01/16.

<sup>569</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=643936>>. Acesso em:10/01/16.

Não é possível entender o papel do Serviço Reservado sem fazer referência às suas origens em comum com as Forças Armadas. Há uma sobreposição da Inteligência de Estado à Inteligência de Segurança Pública no que diz respeito ao policiamento do cotidiano. Embora a Coordenadoria de Inteligência (Coin) se proponha a desempenhar uma atividade mais sofisticada, a P2 vale-se muito do militarismo no exercício de suas funções, algo que é objeto de polêmica entre meus interlocutores. Segundo Kraska (2001, p.503), o militarismo pode ser definido como uma ideologia focada em um "conjunto de crenças, valores e pressupostos que enfatizam o uso da força e a ameaça da violência como o meio mais apropriado e eficaz de resolver os problemas". Conforme o mesmo autor, a militarização da segurança pública, portanto, seria a aplicação dos elementos centrais do modelo militar a uma determinada organização. Desde a Constituição de 1988 que o Brasil vive um modelo conflituoso de sociedade democrática com órgãos de segurança que operam numa lógica predominantemente militarizada. Para DOS SANTOS (2011, p.129), a militarização da justiça é uma tendência mundial neste início de século que se apresenta como a única via possível para a resolução dos conflitos e problemas internos da sociedade. "A panóplia de novas legislações emergenciais, de procedimentos de exceção e de equipamentos implantados atualmente pelos Estados e suas forças policiais não nos permite mais distinguir policiais de militares", afirma. Nesse contexto, segundo Dos Santos (2011, p.217), a intransparência e o segredo imposto são levados ao limite, "a propaganda substitui a informação, e o segredo engendra desinformação, mentira e manipulação política dos cidadãos, produzindo exacerbado sentimento de insegurança". Benjamin (2011, p. 135-136) já descrevia situação semelhante em um contexto histórico de ascensão do nazismo na Alemanha, na década de 1930:

O "direito" da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência, seja devido às conexões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja alcançar a qualquer preço. Por isso a polícia intervém "por razões de segurança" em um número incontável de casos nos quais não há nenhuma situação de direito clara; para não falar nos casos em que, sem qualquer relação com fins de direito, ela acompanha o cidadão como uma presença que molesta brutalmente ao longo de uma vida regulamentada por decretos, ou pura e simplesmente o vigia.

Em defesa da sociedade e sob uma lógica do combate ao inimigo, o Estado cerra fileiras de modo ininterrupto contra as ameaças que se sucedem ao longo do tempo. A diferença se dá no modo mais ou menos “operacional” com que essa guerra é travada, travestida de “política de segurança pública”. Política essa sem metas claras e registros públicos, permitindo que seja alterada conforme o desenrolar dos acontecimentos. Se nessa “infantaria” a farda - tecnologia política que separa a população em “civil” e “militar” - assume todo o seu aspecto vistoso e distinto, imprimindo a presença da face repressiva do Estado nas ruas e nos labirintos da cidade, é por uma estratégia mais discreta e sutil que o aparato policial se mobiliza e se articula em torno de seus alvos preferenciais. Gros (2009, p.253) denomina esse contexto sóciohistórico como “estados de violência” que seriam regulados por dispositivos de segurança e vigilância que “valorizam sobretudo a fragilidade do indivíduo, deixando-nos de presente uma nova definição da *violência como sentimento de minha vulnerabilidade de vivente, acompanha da ideia de uma causa externa*” (grifo do autor). Esse é o campo fecundo de atuação da inteligência da PM, sob suas mais diversas formas, seja na Coordenadoria de Inteligência, seja nos núcleos espalhados pelos batalhões e companhias. Vale ressaltar que essa atuação nem sempre ocorre de forma coordenada e curtos-circuitos institucionais não são raros.

Por coincidência, no decorrer do meu curso de doutorado, o mundo tomou conhecimento em detalhes do sistema de monitoramento e vigilância global executado pelos Estados Unidos e que foi revelado por um de seus integrantes, Edward Snowden. Embora fosse funcionário de uma empresa que prestava serviços à Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês), seu cargo lhe permitia acesso privilegiado a uma gama imensa de dados e projetos secretos mantidos pelo governo dos EUA. De posse desse formidável arsenal, a decisão tomada foi a de tornar público o que antes era algo restrito seguindo a lógica da “razão de estado”.

Graças a esse vazamento de informações, pudemos saber em detalhes como a privacidade de milhões é devassada e analisada em seus detalhes mais ínfimos de forma massiva em nome da segurança de um país.<sup>570</sup> A repercussão das revelações colocou temas como inteligência, espionagem e direito à privacidade na

---

<sup>570</sup> Embora sejam casos de grandeza díspares, concepção semelhante de “agir em prol da segurança” norteia todo o trabalho dos agentes do Reservado, incluindo transgressões e práticas como ameaças e torturas.



pauta das grandes discussões mundiais e da mídia, além de ter desencadeado a criação de uma CPI no Senado Federal sobre o assunto, haja vista que o Brasil, assim como muitas outras nações, foi um dos alvos preferenciais desse monitoramento. Ao mesmo tempo, as manifestações de junho de 2013 nos fizeram recordar do uso político e estratégico que os serviços Reservados e velados das polícias em todo o País podem desempenhar. Casos de infiltração de agentes entre os manifestantes foram relatados em diversas capitais, dentre elas Fortaleza, fazendo com que o espectro de uma polícia política voltasse a rondar nossa sociedade. Esses dois movimentos simultâneos trouxeram à tona uma vasta documentação e fontes de informação relacionadas à minha pesquisa.

A discussão sobre a instrumentalização de tais atividades, contudo, é imprescindível. Os serviços de inteligência atuam sempre no limite entre o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal. Diria mais. A ação estatal velada força os limites da democracia, ao estabelecer interstícios nos conceitos de transparência e do direito ao acesso à informação, provocando inquietações que vão além da demanda por eficácia do poder público. É possível observar momentos em que o recurso à atuação sigilosa foi usado à exaustão. Em outros, a inteligência é exercida de forma discreta e quase imperceptível, dificultando sua detecção. As convulsões sociais ocorridas em 2013 fizeram com que essa atividade fosse exposta, demonstrando a um vasto público as estranhas de um poder invisível, mas cujos alvo são bastantes discerníveis.

Ao longo do processo de construção da tese, esse poder velado passou por dois momentos. No primeiro, a inteligência da PM passou por uma reformulação quando da mudança do estatuto da Polícia Militar. Além da nomenclatura, diversos núcleos foram extintos. Temi pela própria continuidade da pesquisa caso esse processo se estendesse por mais tempo. Iria fazer apenas um resgate histórico de um setor que não mais existia. O segundo momento, premido pelo avanço recente no número de homicídios, é marcado pelo fortalecimento do Serviço Reservado e por uma atuação mais ostensiva de uma atividade cuja descrição é palavra de ordem. Batalhões e companhias que até então não dispunham de agentes passaram a implementar núcleos ou a dobrar a quantidade do efetivo. Em entrevista ao então secretário da Segurança Pública e Defesa Social, Delci Teixeira<sup>571</sup>, pude comprovar o

---

<sup>571</sup> Teixeira permaneceu no cargo durante os dois primeiros anos do governo Camilo Santana (2015-2016), sendo substituído em janeiro de 2017 pelo também delegado federal André Costa. A entrevista foi realizada no dia 24 de novembro de 2016.

quanto a inteligência é uma peça fundamental no ordenamento da política de segurança:

Acho que o serviço reservado tem feito um trabalho excepcional. Por quê? Como nós temos uma Polícia Civil com um efetivo reduzido, embora que tenha feito um grande trabalho, temos setores da PC que são referência a nível nacional, temos uma PC eficiente agora é um efetivo reduzido. Eu não vejo o porquê de você não ter alguém investigando e trazendo para você o que está investigando.

A discussão acerca do direito de investigar, tema do último capítulo é posta de lado em prol do pragmatismo político. Para Delci Teixeira, não haveria usurpação alguma de função por parte do Serviço Reservado, haja vista a Polícia Civil não dispor da mesma capilaridade que a Polícia Militar.

Acho um trabalho importantíssimo [o realizado pelo Serviço Reservado], um trabalho preventivo e é claro que se o policial deparar com um crime ele vai prender e levar para a delegacia, não há usurpação de função nisso.

Tal observação, vinda de um gestor público, demonstra o quanto a inteligência se tornou uma prática imprescindível para o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal como um todo. Questionar sobre sua legalidade é, de certa forma, colocar em risco uma máquina estatal que funciona de modo precário e sob o limite de sua operacionalidade. O que seria compreendido como um desvio, à luz das normas e da Constituição, torna-se prática corrente diante de um cenário de violência disseminada. No período da realização da pesquisa, Fortaleza passou a ocupar o primeiro lugar no ranking das cidades com maior número de homicídios, sendo representada como uma capital violenta até mesmo fora do Brasil. Entre reforçar a atuação da Polícia Civil e fazer vista grossa para uma atividade que se situa entre a legalidade e ilegalidade, o Governo do Estado vem optando pela segunda opção. O texto que descreve as atribuições dos agentes é suficientemente vago justamente para abranger o mais amplo espectro de ações possíveis. Segundo a Lei de Organização Básica (LOB) da PM, a Coordenadoria de Inteligência Policial

exerce permanente e sistematicamente ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, orientadas, basicamente, para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução de uma política de Segurança Pública voltada para ações preventivas e repressivas de atos criminosos de qualquer natureza ou atentatórios à ordem pública.

Nesse acompanhamento sistemático prisões são realizadas e ameaças são definidas conforme diretrizes que variam conforme os interesses mais diversos. Da captura de um homicida à coleta de informações sobre manifestantes, tudo passa pelos olhos atentos dos agentes de inteligência. A prestação de contas sobre tais atividades, contudo, permanece sendo uma incógnita. Algumas denúncias de violações de direitos são encaminhadas à CGD, mas há diversas práticas cotidianas que não resultam em qualquer tipo de sanção<sup>572</sup>. A defesa da sociedade prescinde do cioso cumprimento da Lei. Há um nome para esse tipo de situação, quando o Estado vê-se livre de qualquer desembaraço para agir: estado de emergência. Em se tratando de inteligência policial, a exceção é a rotina. É em nome da defesa da justiça que vemos operar livremente uma polícia de exceção, atuando quase sempre sem amarras, atuando quase sempre como lhe convém.

\*\*\*

Há uma certa mobilidade no interior da corporação para quem atua no Reservado. Não raro as equipes se formam e se desfazem, atendendo a critérios mais diversos. Dois dos meus interlocutores já não estavam mais trabalhando no setor da última vez em que tive notícias deles. Havia sido transferidos para atividades diversas da inteligência. Levavam consigo, no entanto, a experiência e o traquejo acumulados no cotidiano de agentes. Embora não usem farda, despir-se da persona do Serviço Reservado é uma tarefa bastante difícil.

Na penúltima vez em que vi Ulisses, o Serviço Reservado de seu batalhão havia sido desativado. Talvez por causa disso, ele tenha se manifestado mais abertamente sobre algumas questões, como o emprego de violência para obter informações. Liguei novamente para ele, depois de certo tempo, para conversarmos. Fiquei surpreso ao saber que ele havia retornado ao setor de inteligência. Na verdade, além de reativar as atividades do Serviço Reservado, o batalhão ampliou as equipes de uma para duas. Perguntei o motivo dessa reestruturação, e ele me contou que o

---

<sup>572</sup> Um exemplo disso é a polêmica em torno de os policiais poderem ou não entrar na casa de alguém sem mandado judicial de busca e apreensão. O caso está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão mais recente, emitida pelo ministro Ricardo Lewandowski é a de que o “policial só pode entrar na casa de alguém se tiver mandado judicial de busca e apreensão ou se houver fundadas razões de que ocorre flagrante delito no local”. In: [justificando.cartacapital.com.br/2017/04/24/o-stf-e-violacao-domicilio-enfim-uma-decisao-conforme-constituicao-federal/](http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/24/o-stf-e-violacao-domicilio-enfim-uma-decisao-conforme-constituicao-federal/)

elevado número de homicídios na área teria feito o comando mudar de ideia. Combinei de ir ao quartel para conversarmos, mas as duas primeiras tentativas foram frustradas. Ao retornar do trabalho, em uma segunda à noite, recebo uma ligação dele para nos revermos. Fui ao encontro dele, então, na casa de familiares.

Dessa vez, as respostas dadas possuíam um caráter mais formal. Ulisses mantinha suas análises a partir de um ponto de vista mais psicológico, bem como as críticas ao militarismo. Mas havia algo diferente, como se a espontaneidade de outrora tivesse sido perdida da primeira que o vi até aquele dia. No decorrer da pesquisa, Ulisses havia feito um movimento pendular entre uma maior e uma menor adesão às práticas da ortodoxia militar. Se em nosso primeiro encontro, a instituição e o comando eram os alvos de sua indignação, na última vez em que nos vimos as críticas voltavam-se a agentes externos à PM. A pressão exercida pelo Sindicato dos Policiais Civis e a fiscalização exercidas pela Controladoria Geral de Disciplina (CGD) são motivos de queixa. “Somos os bandidos hoje. Tem CGD para nós e não tem para os bandidos”, desabafa. Como ressaltado anteriormente, o Serviço Reservado retira sua força de um *modus operandi* constituído por uma legalidade e uma conduta moral bastante peculiares localizadas às margens da legalidade e moralidade públicas ou pelo menos do que se espera do comportamento dos policiais. Modificar esse sistema de coisas representa um golpe mortal na prática cotidiana da P2. Ao se queixar do controle externo o policial, na verdade, está questionando as restrições à sua própria condição de desempenhar seu papel. O discurso de Ulisses ecoa um movimento de maior intransigência e de fechamento da corporação diante da escalada da violência no Estado. É possível perceber que muitos policiais se sentem limitados e impotentes ao lidar com essa situação. Tal sentimento é acentuado pela noção generalizada, tanto nos órgãos de segurança quanto na sociedade em geral, de que estamos em uma guerra, tese que vem se consolidando nos últimos meses reforçada pela própria retórica governamental que não tem mais pudor em assumir uma terminologia bélica ao tratar da criminalidade. Em um cenário como esse, qualquer expediente é válido e qualquer tipo de controle é visto como um obstáculo à ação policial.

\*\*\*

No mesmo período em que esta tese foi escrita e revisada, o número de pessoas mortas em confronto com a polícia, termo que substituiu os autos de resistência, só aumentou, a maior chacina do Ceará foi registrada e uma política de enfrentamento sintetizada pela expressão “justiça ou cemitério” tornou-se hegemônica em detrimento de um programa governamental que apostava no fortalecimento da cultura de paz e em políticas preventivas. Nesse meio tempo, ainda, a “pacificação” foi decretada e posteriormente suspensa, contribuindo para que os índices de homicídios voltassem a crescer após dois anos em queda. Embora a informação de que grupos criminosos estavam se organizando já circulasse em agosto de 2015, o Governo do Estado levou meses para assumir publicamente que o fenômeno ocorria. A demora em esboçar uma reação à altura foi crucial para que a presença de tais organizações se consolidasse nas periferias. Bem estabelecidas e fortemente armadas, as facções se tornaram onipresentes no imaginário social a ponto de serem apontadas como a causa de todos os males no que tange à segurança pública.

Certamente essa configuração não surgiu do dia para a noite. Sinais de que acordos no mundo do crime estavam ocorrendo por toda a Capital já eram percebidos por policiais que entrevistei durante a pesquisa. A queda súbita e drástica nos índices de assassinatos ocorrida ao longo de 2015 era uma evidência de que algum fato novo estava ocorrendo e não se tratava apenas de uma mudança na estratégia de prevenção e combate ao crime. O tráfico passava por uma profunda e silenciosa transformação, reorganizando-se a partir de ramificações de grupos oriundos do Rio de Janeiro e São Paulo que estabeleciam pontes entre as prisões e as ruas. O fato de os PMs do Serviço Reservado terem percebido esses movimentos antecipadamente, mas ainda assim termos presenciado a expansão e o domínio territorial do crime organizado no Ceará de uma maneira inédita é um exemplo bastante ilustrativo de como o Estado gere sua inteligência policial.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 1, n. 10, p.19- 47, maio 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial , 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção e genealogia do poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte: n. 108, p. 21-39, jan./jun, 2014.
- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro et al. Tensões e Desafios de um Policiamento Comunitário em Favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul. / dez. 2007.
- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. **Cad. CRH**, v. 23, n. 60, p. 525-539, dez. 2010.
- ALBERNAZ, Elizabete. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: Seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa “política do cotidiano”. **Confluências**. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 17, nº 2, p. 109-122, 2015.
- ALMEIDA, Miguel Vale. O Corpo na Teoria Antropológica. **Revista de Comunicação e Linguagens**, v. 33, p. 49-66, 2004.
- AMBINDER, Marc; GRADY, D. B. **Deep State: inside the government secrecy industry**. Wiley: Hoboken, 2013.
- AQUINO, Jânia Perla de. **Príncipes e castelos de areia: Performance e liminaridade no universo dos grandes roubos**. São Paulo: USP, 2009. 230 f. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2009.
- ARAUJO, Leticia de Sousa. **Entre Vigilâncias e Illegalismos: Cotidiano e práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2013. 112 f. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2013.

ARIAS, E. D. **Drugs and democracy in Rio de Janeiro: trafficking, social networks, and public security.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

ASFORA, Sílvia Cauás; DIAS, Sônia Maria Rodrigues Calado. Modelo de qualidade de vida no trabalho para polícia militar de Pernambuco. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 12, n. 1, 2006.

BALANDIER, Georges. **El desorden.** La teoría del caos y las ciencias sociales. Barcelona: Gedisa, 1993.

BARBER, B. **The Logic and Limits of Trust.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1983.

BARBOSA, Wendell de Freitas. **A Polícia da Boa vizinhança: As ações da polícia em contexto de conflito e a produção intersubjetiva de práticas policiais locais.** Fortaleza: UFC, 2014. 208p. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2014.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 1, p. 77-86, 2004.

BARREIRA, César. Questões de Polícia: a segurança pública no Ceará. **O público e o privado**, Fortaleza: UECE, ano 2, n. 4, p. 9-28, jul. / dez. 2004b.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa.** Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BARREIRA, César; RUSSO, Mauricio Bastos. O Ronda do Quarteirão: Relatos de uma experiência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 282-295, ago. 2012.

BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 01, p. 05, 2013.

BARREIRA, César; BRASIL, Glaucéria Mota. **Academias de polícia e universidade: parcerias e resistências.** Rio Grande do Sul: [s. n.], 2002. (Coleção Segurança Pública e Democracia).

BARREIRA, César. Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, p.52-83, jul/dez 2002.

BARROS, Lucio. **Polícia e Sociedade: um estudo sobre relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial.** Belo Horizonte: UFMG, 2005. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BAS, Enric. Inteligência prospectiva para la seguridad pública: reflexiones metodológicas y propuestas. **Inteligencia y Seguridad**, v. 15-32, p. 54-84, 2006.

BAYLEY, David. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp, 2006.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

BECKER, Howard. Problemas de inferência e prova em observação participante. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**, São Paulo: Hucitec, 1994. p. 47-64.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECKER, Howard. **Outsiders**: Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, Howard. **Falando da Sociedade**: Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BELLMAN, Beryl. **The language of secrecy**. New Jersey: Rutgers University Press, 1984.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadão. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 119-131, mar. 2004.

BENJAMIN, W. Sobre a Crítica do poder como violência. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BERGALLI, Roberto. Relaciones entre control social y globalización: Fordismo y disciplina, Post-fordismo y control punitivo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 180-211, jan. / jun. 2005.

BEZERRA, Cláudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patricia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 18, n. 3, p.657-666, mar. 2013.

BIBAS, Stephanos. Transparency and participation in criminal procedure. **New York University Law Review**, v. 81, p. 101-153, jun. 2006.

BILLINGSLEY, Roger (org.). **Covert Human Intelligence Sources**: the unlovely face of Police work. Hampshire: Waterside Press, 2009.

BITTNER, Egon. **The Functions of the Police in Modern Society**. Washington: National Institute of Mental Health, 1970.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.



BORGES, Alberto Alves. Polícia e saúde: entrevista com o Diretor Geral de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n. 3, p. 677-679, mar. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses**. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.

BRADFORD, Ben; JACKSON, Jonathan. Trust and confidence in the police: A conceptual review. **Wikiarticle**. Disponível em: < <http://ssrn.com/abstract=1684508>>.

BRASIL, Glaucéria Mota. A segurança pública e os direitos humanos no Governo das Mudanças. **O Público e o Privado**, UECE, Fortaleza, CE, p. 197-220, 2003.

BRASIL, Glaucéria Mota; ALMEIDA, Rosemary; ABREU, Domingos. Da unificação do comando da segurança à integração das polícias do Ceará. In: BARREIRA, C. (org.) **Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política (UFRJ), 2004.

BRASIL, Glaucéria Mota. Formação e inteligência policial: desafios à política de segurança. **O Público e o Privado**, Fortaleza, CE, ano 2, n. 4, p.141-163, 2004.

BRATICH, Jack. Public secrecy and immanent security. **Cultural Studies**, v. 20, n. 4-5, p. 493-511, jul. / set. 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. Cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo de; CARNEIRO, Leandro Piquet; GRZYNSZPAN, Mário et al (Org.). **Cidadania, justiça e violência**. [S.l.]: FGV, 1999.

BRITO, Vladimir de Paula. **Novos paradigmas para a inteligência policial: análise comparativa entre os modelos de estado, policial e competitiva**. Manaus: UFAM,

2006. 161p. Originalmente apresentada como Monografia, Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BRODEUR, Jean Paul. Undercover policing in Canada: Wanting what is wrong. **Crime, Law and Social Change**, v. 18, p. 105-136, 1992.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional**: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **Rev. Adm. Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71-99, jun. 2010.

CARTER, David. **Law Enforcement Intelligence**: A Guide for State, Local and Tribal Law Enforcement Agencies. EUA, U.S.: Department of Justice, 2004.

CARTER, David. **Law Enforcement Intelligence Operations**. Flórida: SMC Sciences, 2002.

CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline; CARBALLO BLANCO, Antônio. **Polícia, Estado y Sociedad**: Prácticas y Saberes Latinoamericanos. Rio de Janeiro: Publit, 2007. 605p.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga, **Vidas breves**: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Estadual do Ceará-UECE, 2011. 158p.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Polícia Civil e Serviço Reservado da PM: campo de tensões. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia, 2013.

CAVALCANTE, R. M. B. ; SÁ, Leonardo . Sigilo, confiança e práticas de moralidade nos serviços de inteligência da PM no Ceará. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. **Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, v. 1., p. 1-25, 2014.

CEPIK, Marco. **Serviços de inteligência**: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. Rio de Janeiro: IUPRJ, 2001. 310p. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2001.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, v. 2, 1994.

CHALK, Peter.; ROSENAU, William. **Confronting the "Enemy Within"**. Security intelligence, the police, and counterterrorism in four democracies. Santa Mônica: RAND Corporation, 2004.

CHAN, Janet. **Changing police culture**: policing in a multicultural society. Cambridge: University Press, 1997.

CICOUREL, Aaron. **Method and Measurement in Sociology**. Nova Iorque: The Free Press, 1964.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.

CICOUREL, Aaron. As manifestações institucionais e cotidianas do habitus. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 169-188, jun. 2007.

CLASTRES, Pierre. **Crônica dos índios Guayaki**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. **A Oficina do Diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COOPER, Paul; MURPHY, Jon. Ethical Approaches for Police Officers when Working with Informants in the Development of Criminal Intelligence in the United Kingdom. **Journal of Social Policy**, v. 26, n. 1, p. 120, 1997.

COPE, Nina. Intelligence led policing or policing led intelligence? **British Journal of Criminology**, v. 44, n. 2, p. 188-203, 2004.

CORRÊA, A. J. Operações de informações: um antigo conceito com um novo paradigma. **Revista das ciências militares**, n. 27, 2012.

COSTA, Cristiano Cunha. Percepção ambiental dos policiais do pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 4, n. 1, p. 15-32, ago. 2013.

COSTA, Edilma de Oliveira; GERMANO, Raimunda Medeiros. Relações assimétricas: sexualidade, saúde e poder em militares. **Rev. bras. Enferm.** v. 57, n. 1, p. 48-52, fev. 2004.

COSTA, Sergio Henrique Nascente et al. Survey on the use of psychotropic drugs by twelve military police units in the municipalities of Goiânia and Aparecida de Goiânia, state of Goiás, Brazil. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v. 32, n. 4, p. 389-395, dez. 2010.

COSTA, Sérgio Henrique Nascente et al. Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1843-1849, jun. 2015.

COSTA, Sérgio Henrique Nascente; CUNHA, Luiz Carlos da; YONAMINE, Maurício; PUCCI, Liuba Laxor; OLIVEIRA, Fernando Gomes Ferreira; SOUZA, Camila Gabriela de; MESQUITA, Guilherme Alves; VIEIRA, Ana Paula de Toledo; VINHAL, Ludmilla Barros; DALASTRA, Janayna; LELES, Cláudio Rodrigues. Pesquisa sobre uso de drogas psicotrópicas em 12 unidades da Polícia Militar nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 32, n. 4, p. 389-395, dez. 2010.

COUTINHO, Lourival. **O general Góes depõe...** Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956.

COUTO, Marcelo. Investigação policial e inteligência policial. **Revista Jus Navegandi**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/15084/investigacao-policial-e-inteligencia-policial/>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

CROSSLEY, Nick. "Merleau-Ponty, the Elusive Body and Carnal Sociology". **Body and Society**, v. 1, n. 1, p. 43-63, 1995.

CROSSLEY, Nick. The Phenomenological Habitus and Its Construction. **Theory and Society**, Vol. 30, No. 1, p. 81-120, fev. 2001.

CRUZ, Lara. **O Tradicional e o Moderno na Formação do Policial Militar: uma análise do Curso de Formação dos Soldados do Ronda do Quarteirão**. Fortaleza: UECE, 2010. Originalmente apresentada como Monografia, Universidade Estadual do Ceará, 2010.

CRUZ, Lara Abreu. **Currículo e Contra-currículo: uma análise da formação profissional dos soldados do Ronda do Quarteirão**. Fortaleza: UECE, 2013. 155 f. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, 2013.

CSORDAS, Thomas. "Embodiment as a Paradigm for Anthropology". **Ethos**, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990.

CUSATIS NETO, Rafael; LIMA, Jaqueline Louise Martins. Nível de estresse na Polícia Militar. **Fisioter. Bras**, v. 4, n. 2, p. 108-116, 2003.

DA CUNHA, Neiva Vieira. **Como se fabrica um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional**. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 198-207, jan. / jun. 2004.

DAHL, Erik. Domestic intelligence today: more security but less liberty? **Homeland**

**Security Affairs**, v. 7, p. 1-8, 2011.

DAMIAN, Valentin. Place and role of intelligence in the era of globalization. **Journal of Criminal Investigation**, v. V, n. 1, p. 38-42, 2012.

DANTAS, George Felipe de Lima; FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A descoberta e a análise de vínculos na complexidade da investigação criminal moderna.**

DANTAS, George Felipe de Lima; SOUZA, Nelson. **As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial.**

DANTAS, E. H. M.; SARMIENTO, L.; FERRÃO, M. L. D.; VALE, R. G. S.; RABELO, A. S.; SILVA, M. J. S. Cadetes of the Academia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro Correlación entre VO2 max, gordura relativa y perfil lipídico. **Motricidad: European Journal of Human Movement**, v. 22, n. 0, p. 147-157, set. 2010.

DAUGHETY, Andrew; REINGANUM, Jennifer. Secrecy and safety. **The American Economic Review**, v. 95, n. 4, p. 1074-1091, 2005.

DE CARLI, Adilson Godoy; SANTOS DE OLIVEIRA, Raul. Efeito do uso dos equipamentos de proteção individual e respiratória sobre o VO2 máx. dos integrantes do 16º Grupamento de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 6, n. 35, 2012.

DEBORD, Guy. **Comments on the Society of the Spectacle.** London: Verso, 1998.

DELEUZE, Gilles. **“Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle”:** Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência:** expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. São Paulo: USP, 2011. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011.

DOUGLAS, Mary. **Natural Symbols.** Nova Iorque: Vintage, 1973.

DUBBER, Markus. **The New Police Science and the Police Power Model of the Criminal Process.** ONLINE.

DURÃO, Susana. **Patrulha e Proximidade:** Uma Etnografia da Polícia em Lisboa. Coimbra e São Paulo: Almedina, 2008.

DURÃO, Susana. **Polícia, segurança e crime em Portugal:** ambiguidades e paixões recentes. Lisboa: Etnográfica, v. 15, n. 5, p. 129-152, jan. 2011.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

EASLEY, D.; KLEINBERG, J. **Networks, Crowds, and Markets: Reasoning about a Highly Connected World**. Cambridge: University Press, 2010.

EILBAUM, Lúcia. **“O Bairro Fala”**: Conflitos, Moralidades e Justiça no Conurbano Bonaerense. Niterói, RJ: UFF, 2010. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

EILBAUM, Lúcia. Só por formalidade: a interação entre os saberes antropológico, jurídico e judicial em um “Juicio Penal”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 213-339, dez. 2012.

ELDEN, S. Plague, panopticon, police. **Surveillance & Society**, v. 1, n. 3, p. 240-253, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 1 v.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2 v.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: A luta pelo poder e a evolução dos hábitos nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios**: Estado, Processo e Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABRÍCIO, MARCO. Relação entre o percentual de gordura e a capacidade aeróbia máxima em militares do 3º batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais da cidade de Diamantina. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 5, n. 29, 2011.

FARIAS, Priscilla; FERRAZ, Sofia Batista; LIMA, Tereza Cristina Batista de. Qualidade de vida no trabalho: um estudo com mulheres na polícia militar. **Diálogo**, v. 27, p. 57-73, 2014.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos Fiéis**: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia. São Paulo: EDUSP, 2014.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de Tensão**. São Paulo: Editora da UNESP; CEM; CEBRAP, 2011.

FERNANDES, Heloísa. **Política e Segurança: A Força Pública do Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1974.

FITZGERALD, Dênis G. **Informants and Undercover Investigations: a practical guide to law, policy and procedure**. Florida: CRC Press, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural do Collège de France pronunciada em dois de dezembro de 1970**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. "A Evolução da Noção de Indivíduo 'Perigoso' na Psiquiatria Legal do Século XI". In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política**. (Coleção Ditos e Escritos, 5). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. (Coleção Ditos e Escritos, 5). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Segurança, penalidade e prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010 / Perspectiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Sociedade Punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Résumés des cours du Pr Michel Foucault au Collège de France: La société punitive**. In: [http://www.college-de-france.fr/media/michel-foucault/UPL4141398377262692190\\_AN\\_73\\_foucault.pdf](http://www.college-de-france.fr/media/michel-foucault/UPL4141398377262692190_AN_73_foucault.pdf) (online)

FREITAS, Geovani Jacó de; MELLO, P. D. A.; ALMEIDA, R. O. **Organizações policiais em revista**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

FREITAS, Geovani Jacó de. Violência policial e crime organizado em Alagoas: Fatos e representações. **O público e o privado**, UECE, ano 2, n. 4, p. 103-125, jul. / dez. 2004.

FREITAS, J. F. G. **Implantação do Policiamento Comunitário na cidade de Juazeiro do Norte através do programa “Ronda do Quarteirão”**: Possibilidade para redução dos Índices de Violência. Santa Catarina: USSC, 2009. Originalmente apresentada como Monografia, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2009.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FUSSEY, Pete. An interrupted transmission? Processes of CCTV implementation and the impact of human agency. **Surveillance & Society**, v. 4, n. 3, p. 229-256, 2007.

GAMBETTA, D (ed.). **Trust: Making and Breaking Co-operative Relations**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

GAMBETTA, Diego. **Codes of the underworld**. How criminals communicate. Princeton: Princeton University Press, 1999.

GAMBETTA, Diego; BACHARACH, M. Trust in signs. In K. Cook (ed.) **Trust and Society**, New York: Russell Sage Foundation, pp.148-184, 2001.

GAMBETTA, Diego; SZEKELY, Aron. Signs and (counter)signals of trustworthiness. In: **Journal of Economic Behavior and Organisation**, Vol. 106, 2014, pp. 281-297.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. New Jersey: Prentice Hall, 1967.

GARFINKEL, Harold. Ethnomethodology's program. **Social Psychology Quarterly**, v. 59, p. 5-21, mar. 1996.

GARFINKEL, Harold. **Estudios en Etnometodología**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.

GARLAND, David. **La cultura del control**: Crimen y orden social en la sociedade contemporánea. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

GASKELL, George; NAUER, Martins. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



GEERTZ, Clifford. **O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001. (Coleção Nova Luz sobre a Antropologia).

GHIRINGHELLI, Rodrigo. Tendências do controle penal na época contemporânea: reformas penais no Brasil e na Argentina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 39-48, 2004.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine, 1967.

GOFFMAN, Erving. **Strategic interaction**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1971.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

GOLDFARB, Ronald. **In confidence: when protect secrecy and when to require disclosure**. Yale University Press: New Haven, 2009.

GOLDMAN, Jan. **Ethics of Spying: a reader for the intelligence professional**. Lanham: The Scarecrow Press, 2006.

GOLDMAN, Marcio. **Algumas antropologias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. **Revista de Antropologia**, Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia, v. 46, n. 2, p. 445-476, fev. 2003.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo: revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP**, São Paulo, v. 14, n. 13, p. 149-153, 2005.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, Rio de Janeiro, v. X, n. 1, p. 161-173, 2006.

GOOLD, Benjamin Jervis. Public Area Surveillance and Police Work: the impact of CCTV on police behaviour and autonomy. **Surveillance & Society**, v. 1, n. 2, p. 191-203, 2003.

GOTTSCHALK, Petter. **Policing Organized Crime: Intelligence strategy implementation**. Boca Raton: CRC Press, 2010.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. **Sociological Theory**, v. 1, p. 201-233, 1983.

GROS, Frédéric. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2009.

GUBER, Rosana. **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano: reconstrucción del conocimiento social em el trabajo de campo**. Buenos Aires, Barcelona, México: PAIDÓS, 2004.

GUIDA, Heraldo Lorena G; DINIZ, Thiago Hernandes; KINOSHITA, Sérgio Koodi. Análise acústica e psicoacústica do ruído de armas utilizadas pela Polícia Militar. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, v. 77, n. 2, p. 163-170, abr. 2011.

GUIMARÃES, Juliany Gonçalves; TORRES, Ana Raquel Rosas; FARIA, Margareth. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. **Psicol. estud.**, v. 10, n. 2, p. 263-271, ago. 2005.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Trabalho policial, violência e masculinidade. CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, 4., 2003, Havana. **Ponencias, resúmenes, directorio de participantes**. Havana: ALAST, 2003.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial: estudo da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2005.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. As classificações do trabalho policial. **Revista de Estudos Criminais**, v. 22, p. 121-148, 2006.

HAY, Bruce. Sting operations, undercover agents, and entrapment. **The Harvard John M. Olin Discussion Paper Series**, n. 441, out. 2003.

HERMAN, Michael. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge: University Press, 1999.

HEUPA, Adriana Betes. Análise do ruído de impacto na audição de integrantes do batalhão de operações especiais da polícia militar do Paraná: uma proposta de prevenção. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 17, n. 4, p. 506-509, dez. 2012.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. São Paulo: USP, 2010. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2010.

HOLANDA, João Xavier. **Polícia Militar do Ceará**: origem, memória e projeção. 2 v.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HORN, Eva. Actors/Agents: Bertolt Brecht and the Politics of Secrecy. **Grey Room**, n. 24, p. 38-55, 2006.

HORN, Eva. **Logics of Political Secrecy**: theory, culture & society. v. 28, n. 7-8, p. 103-122, 2011.

HORN, Eva; OGGER, Sara. Knowing the Enemy: The Epistemology of Secret Intelligence. **Grey Room**, n. 11, pp. 58-85, 2003.

IEEE/CNI. El papel de la inteligencia ante los retos de la seguridad y la defensa internacional. **Cuadernos de Estrategia**, n. 150, 2005.

INNES, Martin; SHEPTYCKI, James. From detection to disruption: intelligence and the changing logic of police crime control in the United Kingdom. **International Criminal Justice Review**, v. 14, p. 1-24, 2004.

INNES, Martin; FIELDING, Nigel; COPE, Nina. The appliance of science? The theory and practice of crime intelligence analysis. **British Journal of Criminology**, v. 45, p. 39-57, 2005.

INNES, Martin. Signal Crimes: Social Reactions to Crime, Disorder and Control. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, Volume 9, Issue 3, 1 September 2015, Pages 296–297.

IZQUIERDO, Santiago V. Culturas institucionais e direitos humanos: uma contribuição da antropología. In: ZAVERUCHA, Jorge et al. **Políticas de segurança pública**: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.

JACKSON, Jonathan; BRADFORD, Ben. Crime, policing and social order: on the expressive nature of public confidence in policing. **The British Journal of Sociology**, v. 60, n. 3, p. 439-521, 2009.

JESUS, Gilmar Mercês de; JESUS, Eric Fernando Almeida de. Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 34, n. 2, p. 433-448, jun. 2012.

JESUS, Gilmar Mercês de; MOTA, Nayara Melo; JESUS, Eric Fernando Almeida de. Risco cardiovascular em policiais militares de uma cidade de grande porte do Nordeste do Brasil. **Revista Bras. Ciênc. Esporte**, v. 36, n. 3, p. 692-699, set. 2014.

JIAO, Allan Y.; LAU, Raymond W. K.; LUI, Percy. An Institutional Analysis of Organizational Change: The Case of the Hong Kong Police. **International Criminal Justice Review**, v. 15, n. 1, p. 38-57, 2005.

JOH, E. Breaking the law to enforce it: undercover police participation in crime. **Stanford Law Review**, v. 6, p. 155-199, 2009.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Anpocs, v. 10, n. 4, p. 65-84, 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social: Rev. Sociol.**, USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-183, maio 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, Justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, n. 41, ano 11, 2003.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação policial em questão. **Revista Preleção** - Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, v. 1, p. 67-87, 2007.

KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 25-51, jan. 2011.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Lina Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Bibliográfica**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2000.

KAUTH, Ángel Rodriguez. Espionaje, política y psicología: los cinco de Cambridge. **Revista Electrónica de Psicología Política**, ano 8, n. 23, 2010.

KEEGAN, John. **Inteligência na guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KENT, Sherman. **Informações Estratégicas**. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 1967.

KRUISBERGEN, E. W.; De JONG, D.; KLEEMANS, E. R. Undercover policing - assumptions and empirical evidence. **British Journal of Criminology**, v. 51, p. 394–412, 2011.

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. Pau de arara: a violência militar no Brasil. **Cadernos Perseu**. Memória & história, 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

LEO, R. A. **From coercion to deception**: the changing nature of police interrogation in America. ONLINE.

LEWIS, David; WEIGERT, Andrew. Trust as a social reality. **Social Forces**, v. 63, n. 4, p. 967-985, jun. 1985.

LIMA, F. P.; BLANK, V. L. G.; MENEGON, F. A. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicol. cienc. prof.** v. 35, n. 3, p. 824-840, set. 2015.

LIMA, João Marcelo Maciel de. **Democracia e Accountability**: violência policial e práticas de controle sobre a Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo: USP, 2011. 159p. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n.80, pp.65-69, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144, abr. 2015.

LIMA, Roberto Kant. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

LIMA, Rosane. **Uma dupla vida de risco**: reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará. Belém: UFPA, 2007. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Pará, 2007.

LINHARES DE ALBUQUERQUE, Carlos Francisco. **Escola de Bravos**: Cotidiano e currículo em uma Academia de Polícia Militar. Salvador: UFBA, 1999. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1999.

LINHARES DE ALBUQUERQUE, Carlos Francisco; MACHADO, Eduardo Paes. O Batizado dos Recrutas: Trote, Socialização Acadêmica e Resistência ao novo ensino policial brasileiro. **Capítulo Criminológico**, v. 31, n. 2, p. 101-127, abr. / jun. 2003.

LINHARES DE ALBUQUERQUE, Carlos; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 214-237, jan. / jun. 2001.

LINT, W.; O'CONNOR, D.; COTTER, R. Controlling the flow: security, exclusivity and criminal intelligence in Ontario. **International Journal of the Sociology of Law**, v. 35, p. 41-58, 2007.

LOCHE, A. A.; CUBAS, V. O.; IZUMINO, W. P. Violência policial: a ação justificada pelo estrito cumprimento do dever. In: PINHEIRO, P. S.; ADORNO, S. CARDIA, N.; POPPOVIC, M. (Org.). **Continuidade autoritária e construção da democracia**. São Paulo: NEV/USP, 1999. p. 293-362.

LOPES, Cleber. Por que os Brasileiros Desconfiam da Polícia? Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial". In MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

LOPES, D. B. R.; FERREIRA, S. A. A.; PORTES, P. C. P. "**Estresse e qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.**" 2001.

LOPES, Eliza Maura de Castilho; LEITE, Lucia Pereira. Deficiência adquirida no trabalho em policiais militares: significados e sentidos. **Psicol. Soc.**, v. 27, n. 3, p. 668-677, dez. 2015.

LOPES, Emanuel Bruno. **Ronda do Quarteirão: um "acontecimento" na política de segurança pública?** Fortaleza: UECE, 2008. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, 2008.

LOWENTHAL, Mark. **Intelligence: from the secrets to the policy**. California: CG Press, 2012.

LUCIANO, Tania Maria Pinc. **O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público**. São Paulo: USP, 2007. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2007.

LÚCIO FILHO, Mazini Mauro; AIDAR, Felipe José; KLAIN, Ingi; VENTURINE, Gabriela Rezende de Oliveira; COELHO SILVA, Aldo; RODRIGUES, Bernardo; GAMA DE MATOS, Dihogo. Avaliação do condicionamento físico de Policiais Militares da 146ª Companhia Especial de Polícia Militar. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 6, n. 35, 2012.

LUHMANN, N. **Trust and Power: Two Works by Niklas Luhmann**. Chichester: John Wiley, 1979.

LUHMANN, Niklas. Familiarity, confidence, trust: problems and alternatives. In: GAMBETTA, D (ed.). **Trust: making and breaking cooperative relations**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

MACNISH, Kevin. Just Surveillance: Towards a Normative Theory of Surveillance. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 1, p. 142-153, 2014.

MAGID, Laurie. Deceptive police interrogation practices: how far is too far? **Michigan Law Review**, v. 99, p. 1168-1210, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília / São Paulo: Editora UNB, 2003.

MANNING, Peter. **Police Work: the social organization of policing**. Cambridge: MIT Press, 1977.

MANNING, Peter. **Police Contingencies**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

MANNING, Peter; The study of policing. **Police Quarterly**, v. 8, n. 1, p. 23-43, 2005.

MARCH, James; OLSEN, Johan. **Rediscovering Institutions: the organizational basis of politics**. New York: The Free Press, 1989.

MARCH, James; SIMON, Herbert. **Teoria das Organizações**. São Paulo: FGV, s. d.

MARQUES, Adailton. **Crime, Proceder, Convívio-seguro: um experimento antropológico a partir das relações entre ladrões**. São Paulo: USP, 2009. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2009.

MARX, Gary. **Undercover: Police Surveillance in America**. Berkeley (EUA): University of California Press, 1988.

MARX, Gary. Some reflections on Undercover: recent developments and enduring issues. **Crime, Law and Social Change**, v. 18, p. 193-217, 1992.

MATEY, Gustavo Díaz. Hacia una definición inclusiva de inteligencia. **Inteligencia y Seguridad**, v. 4, p. 54-84, 2008.

MATOS JUNIOR, Clodomir Cordeiro. **Violência, Cidadania e Medo: Vivências Urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 2008. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2008.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. (Coleção Sociologia e Antropologia).

MCADAMS, Richard. A tempting state: political economy of entrapment. **Law and Economics Working Paper Series**, v. 5, n. 19, set. 2005.

MENKE, Ben et al. Profissionalização da polícia: em busca de excelência ou de poder político?. In: GREENE, Jack (Org.). **Administração do trabalho policial: questões e análises**. São Paulo: EDUSP, 2002

MERTON, Robert. **Social Theory and Social Structure**. New York: Free Press, 1968.

MESQUITA NETO, Paulo. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18 n. 1, jan. / mar. 2004.

MIGUEL, Carlos Ruiz. El CESID: História de un intento de modernización de los Servicios de Inteligencia. **Arbor**, n. 180, p.121-150, 2005.

MIGUEL, Carlos Ruiz. Problemas actuales del derecho de los servicios de inteligencia. **Inteligencia y Seguridad**, v. 2, p. 13-46, 2007.

MILLS, C. Wright. Situated Actions and Vocabularies of Motive. **American Sociological Review**, Washignton, v. 5, n. 6, p. 904-913, dez. 1940.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, Trutas e Gansos: cotidiano e reforma na polícia civil (1983-1990)**. São Paulo: Estado e Sociedade, 1992.

MINGARDI, Guaracy. Inteligência policial e crime organizado. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007.

MINISTÉRIO DE DEFENSA. **Espionaje y Contraespionaje**. Espanha, 1999.

MINNAAR, Anthony. Profiling "cop killers" in South Africa. **Crime Research in South Africa**, v. 1, n. 1, 2000.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Segredos e mentiras, confidências e confissões: reflexões sobre a representação do antropólogo como inquisidor. **Comum**, Rio de Janeiro, v.6, nº 17, p. 91 a 110, jul./dez. 2001.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. O rio como um bazar: A conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 12-16, jan. 2002.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboço de uma interpretação. In: MISSE, Michel (Org.). **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminação**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, p. 15-38, out. 2010.



MISSE, Michel. O papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-27, jan. 2011.

MISZTAL, B. **Trust in Modern Societies**. Cambridge: Polity Press, 1996.

MOJICA, F. J. Una forma inteligente de anticiparnos a las acciones de la criminalidad. **CIPRO: Boletín DIPOL**, n. 1, p. 3-11, 2010.

MÖLLERING, Guido. The Nature of Trust: From Georg Simmel to a Theory of Expectation, Interpretation and Suspension. **Sociology**, vol. 35, no. 2, pp. 403–420, 2001.

MOLOEZNIK, M. P; BALCÁZAR V. M. Aproximación a la inteligencia policial (la Policía Federal de México, 2006-2012). **Revista Criminalidad**, v. 55, n. 1, p. 131-151, 2013.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MORAES, Luiz Sávio Marins de; JESUS, Ivã Antonio dos Santos; REIS, José Herbert Barros. **Apostila de Inteligência Policial**. PMBA, [online], s/data. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/apostila-inteligencia.html>> Acesso em 30/07/2015.

MOTA BRASIL, Maria Glaucéria. **A segurança pública no “Governo das Mudanças”**: moralização, modernização e participação. São Paulo: UCSP, 2000. 325p. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MOTA BRASIL, Maria Glaucéria. Formação e inteligência policial: desafios à política pública de segurança. **O Público e o Privado**, n. 4, p. 141-163, jul. / dez. 2004.

MOTA BRASIL, Maria Glaucéria. Polícia, Controle Social e Direitos Humanos. In: \_\_\_\_\_. **Segurança, Violência e Direitos**. Fortaleza: Universidade Aberta do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha, 2007. fasc. 8, p. 130-143.

MUNIZ, Jacqueline et al. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 197-213, maio 1997.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser Policial é sobretudo uma razão de ser**: Cultura e Cotidiano da PMERJ. Rio de Janeiro: IUPRJ, 1999. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline. A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review**, New York, v. 1, 2001.

MUNIZ, Jacqueline; MACHADO, Eduardo Paes. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, dez. 2010.

MUNIZ, Jacqueline; SILVA, Washington França da. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473, set. / dez. 2010.

NASCIMENTO, Daniele Alcântara; CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos. **Educ. Pesqui.**, v. 41, n. 4, p. 899-912, dez. 2015.

NEME, Cristina. **A instituição policial na ordem democrática**: o caso da polícia militar do estado de São Paulo. São Paulo: USP, 1999. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Adriano. Um estudo etnográfico da instituição polícia militar. In: NEVES, Paulo Sérgio da Costa et al. **Polícia e democracia**: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Bagaço, 2002.

OLIVEIRA, Adriano. Polícia e Direitos Humanos no Brasil. In: RATTON, J. L.; BARROS, M. **Polícia, Democracia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Lúmens Juris, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de. **Cultura de polícia**: Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 212 p. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Uma Sociologia das Organizações Policiais. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 65-87, jul. / dez. 2011a.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. "Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil". **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 5, ed. 9, ago-set, 2011b.

OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 224-250, dez 2010.

OLIVEIRA, Luciano. Polícia e classes populares. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 1, n. 1, p. 85-96, 1985.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Org.). **Ética e**

**regulamentação na pesquisa antropológica.** Brasília: Letra Livres: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam et al. (Org.). **Conferências e Diálogos.** Saberes e Práticas Antropológicas. Brasília: ABA/ Nova Letra, p. 45-80, 2007.

PAES MACHADO, Eduardo; NORONHA, Ceci Vilar; CARDOSO, Fátima. No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. **Afro-Ásia**, v. 19, n. 20, p. 201-226.

PAES, Vivian. Do inquérito ao processo: Análise comparativa das relações entre polícia e Ministério Público no Brasil e na França. **Dilemas:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 3, n. 7, p. 109-141, jan/fev/mar 2010.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Os significados da morte:** os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que "abalaram" o Brasil. Fortaleza: UFC, 2012.376p. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2012.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. **O público e o privado**, nº 26, Julho/Dezembro, 2015.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A Organização Policial numa Área Metropolitana. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In; PINHEIRO, P. S. (Org.). **Crime, violência e poder.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

PATERSON, Craig. 'Street-level Surveillance': Human Agency and the Electronic Monitoring of Offenders. **Surveillance & Society**, v. 4, n. 4, p. 314-328, 2007.

PATRÍCIO, Jose Maria da Silva. Inteligência de segurança pública. **Revista Brasileira de Inteligência**, v. 2, n. 3, p. 53-58, 2006.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clélia Lustosa. COSTA, Maria Clélia Lustosa; Desigualdade, vulnerabilidade social e organização espacial na Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, Renato. **Fortaleza: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. La chasse à courre. Ses rites et ses enjeux. Paris: Payot et Rivages, 1993.

PINHEIRO, Antônio dos Santos. **Polícia Comunitária e Cidadã:** entre velhas e novas práticas policiais. Fortaleza: UFC, 2008. Originalmente apresentada como Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2008.

PINHEIRO, Antônio dos Santos. A Polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, ago. 2013.

PINHEIRO, Antônio dos Santos; BARBOSA, Wendell de Freitas; SOUSA, Dennys Helber da Silva. **Juventude, violência e drogas: os desafios às políticas de segurança.** Fortaleza: Funcap, 2013.

PINHEIRO, Antônio dos Santos; BARREIRA, César. O controle democrático das práticas policiais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10, p. 95-114, 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e classes populares. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Iuperj, v. 22, n. 3, p. 5-24, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e crise política: o caso das Polícias Militares. In: \_\_\_\_\_. **Violência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 57-91.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, violência e poder.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Escritos indignados.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, v. 2, n. 1, p. 8-12, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, v. 9, p. 37-56, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social: Revista de Sociologia. USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 43-52, maio 1997.

PINKER, Steven. **Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PITTS, D. Getting the 411. **Fire Chief**, v. 1, jan. 2008.

POBLETE, Patrício Tudele. Aportes y Desafios de las Ciencias Sociales a la Organización y la Actividad Policial. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 80- 135, jan. / jun. 2010.

PONCIONI, Paula. O Modelo Policial Profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set. / dez. 2005.

PONCIONI, Paula. Tendências e Desafios na Formação Profissional do Policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, edição 1, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930).** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

PORTO, Maria Stela Grosso. Polícia e Violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan. / mar. 2004.

QUEIROZ, Walmir Galdino. **Trabalho de comando** - Fundamentos básicos para comandantes PM. PMCE: Fortaleza, 1983.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. [S.l.]: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAMALHO NETO, Jaime. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. **Afro-Ásia**, n. 45, p. 67-94, 2012.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A peleja do tempo nas memórias do Caldeirão. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, n. 21, 2005.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na sociedade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RATCLIFFE, Jerry. **Intelligence-led policing**. Oregon: Willan Publishing, 2008.

RATTON, José Luiz. Aspectos Organizacionais e Culturais da Violência Policial. In: RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo. **Polícia, Democracia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2007. p. 139-151.

RATTON, José Luiz; BARREIRA, César. O controle democrático das práticas policiais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10, p. 95-114, 2008.

RATTON, José Luiz; TORRES, Valéria; BASTOS, Camila. Inquérito policial, sistema de justiça criminal e políticas públicas de segurança: dilemas e limites da governança. **Sociedade e estado**, vol.26, n.1, pp.29-58, 2011.

RÊGO, Cláudio Andrade. **Fundamentos das atividades sigilosas**. Belo Horizonte: Centro de Instrução de Atividades Sigilosas, 2013.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

RIBEIRO, F. Bezerra comemora queda nos índices de assassinatos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 11, maio 2011.

RIBEIRO, Ludmilla; SILVA, Klarissa. Fluxo do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: um balanço da literatura. **Cadernos de Segurança Pública**, Ano 2, n. 1, 2010.

RIQUELME, Eduardo. "El agente encubierto en la ley de drogas. La lucha contra la droga en la sociedad del riesgo". **Política criminal**, n. 2, ano 2, p. 1-17, 2006.

ROBERTS, Alasdair. **Blacked Out: government secrecy in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ROCHA, Paula Cristina; GOULART, Gleycielly Aparecida; DE OLIVEIRA FERREIRA, Fernanda; LIMA, Márcia Maria; AMORIN, Fabiano T.; PEIXOTO, Marco Fabrício. Relação entre o percentual de gordura e a capacidade aeróbia máxima em

militares do 3º batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais da cidade de Diamantina. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 5, n. 29, 2011. ISSN 1981-9900.

RODRIGUES, Leandro Guimarães; NASCIMENTO, Thiago Gomes; NEIVA, Elaine Rabelo. Valores Organizacionais e Atitudes Frente à Mudança: o Caso da Polícia Militar do Distrito Federal. **Psicol. cienc. prof.**, v. 34, n. 3, p. 574-591, set. 2014.

ROMANO, Roberto. Notas para uma filosofia do segredo. **Blog Filosofia Unicamp**. 2008. Disponível em: <<http://filosofiaunicamp.blogspot.com.br/2008/05/notas-para-uma-filosofia-do-segredo.html>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

ROMANO, Roberto. Raison de État. **Blog Filosofia Unicamp**. Disponível em: <<http://filosofiaunicamp.blogspot.com.br/2008/05/rais-on-dtat-roberto-romano-maquível.html>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

ROMÃO, Cide Ferreira. O que é Inteligência Policial? In: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2011. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/24404>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

RONDELLI, E. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, C.A.M. (org.). **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ROSENBAUM, D. P. A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para o policiamento comunitário. In: BRODEUR, J. P. (Org.). **Como Reconhecer um bom policiamento: problemas e temas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

RUDNICKI, Dani. O ingresso de bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. **Sociologias**, n. 20, p.108-137, dez. 2008.

RUGGIERO, V.; SOUTH, N. The late modern city as bazaar: drugs, market, illegal enterprises and the “barricades”. **British Journal Of Sociology**, Londres, v. 48, n. 1, p. 54-70, mar. 1997.

SÁ, Leonardo Damasceno. **Os Filhos do estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2002.

SÁ, Leonardo Damasceno. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. (Org.). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009.

SÁ, Leonardo Damasceno. “A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar”. **Dilemas: Revistas de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 2, 2011.

SÁ, Leonardo Damasceno; SALES, Larissa; NETO, Antonio Sabino. **Luta por reconhecimento, consideração e direitos nos movimentos paredistas da**

**polícia militar do Ceará (1997-2011):** um estudo de tramas reivindicatórias no contexto brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., Caxambu, 2015.

SÁ, Leonardo Damasceno; SANTIAGO NETO, João Pedro de. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do “baculejo” como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O Público e O Privado**, Fortaleza, UECE, ano 9, n. 18, jul. / dez. 2011. p. 147-163.

SÁ, Leonardo. Ordem, silêncio e autoritarismo: incorporação e subjetivação da ditadura na história do presente. In: Nildo Avelino; Telma Dias Fernandes; Ana Montoia. (Org.). **Ditaduras: a desmesura do poder**. 1ed.São Paulo; Brasília: Intermeios; Capes, 2015.

SÁ, Leonardo. Moralidades possíveis e o sujeito como multiplicidade de práticas: um campo aberto de questões. In: Alexandre Werneck; Luis Roberto Cardoso de Oliveira. (Org.). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. 1ed.Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

SALES, Larissa ; SÁ, Leonardo . A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, p. 181-206, 2016.

SÁ, Leonardo. A questão do poder na perspectiva da antropologia da política. *Áltera Revista de Antropologia*, v. 1, p. 82-111, 2015.

SALLAS, Fernando et al. A contribuição de David Garland à sociologia da punição. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 329-350, jun. 2006.

SANSONE, Lívio. Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Estud. afro-asiát**, v. 24, n. 3, p. 513-532, 2002.  
RAMOS. Francisco Régis Lopes. A Santa Cruz do Deserto: memórias do Caldeirão. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, nov. 1988.

SANTANA, Luiz Augusto de. **As Prisões e a Liberdade Provisória do militar em face da nova Ordem Jurídica**. Disponível em: <[www.jusmilitaris.com.br](http://www.jusmilitaris.com.br)>.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SAPORI, Luíz Flávio. **Segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SAPORI, Luíz Flávio; SOUZA, Silas; Violência policial e cultura militar: aspectos teóricos e empíricos. **Revista Teoria e sociedade**, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 7, p. 173-214, 2001.

SCALCO, Paulo Roberto; AMORIM, Airton Lopes; GOMES, Adriano Provezano. Eficiência técnica da Polícia Militar em Minas Gerais, **Nova Economia**, v. 1, p. 165-190, 2012.

SCHELIGA, Eva Lenita. **“E me visitastes quando estive preso”**: sobre a conversão religiosa em unidades penais de segurança máxima. Florianópolis: UFSC, 2000. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. “Accounts”. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 1, no 2, pp. 139-172, (2008) [1968].

SHANE, Peter. Federal Secrecy After September 11 and the Future of the Information Society – Social Theory Meets Social Policy: Culture, Identity and Public Information Policy. **Public Law and Legal Theory Working Paper Series**, n. 56, fev. 2006.

SHANE, Peter. The Rule of Law and the Inevitability of Discretion. **Harvard Journal of Law & Public Policy**, v. 36, n. 1, p. 21-28, 2013.

SHANE, Peter; PODESTA, John; LEONE, Richard. (Org.). **A Little Knowledge**: Privacy, Security and Public Information After September 11. Nova Iorque: Century Foundation Press, 2004.

SILVA, Antônio Marcos. **Agentes públicos na segurança privada**: a configuração do bico na cidade de Fortaleza. Fortaleza: UFC, 2010. 126 f. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, Antônio Marcos de Sousa. **A inversão da ordem na vida policial**: sociabilidade prisional e práticas ilegais. Fortaleza: UFC, 2015. 273p. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2015.

SILVA, Luiz Antônio Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan. / jun. 2004.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde soc.**, v. 17, n. 4, p. 161-170, dez. 2008.

SILVA NETO, Severo Augusto. Cultura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais: uma visão diagnóstica. **O alferes**, p. 13-69, 1997.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do “Pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SIMMEL, Georg. The Sociology of Secrecy and of Secret Societies. **American Journal of Sociology**, v. 11, n. 4, p. 441-498, 1906.

SIMMEL, Georg. The Sociology of Sociability. **The American Journal of Sociology**, v. 55, n. 3, p. 254-261, nov. 1949.



SIMMEL, G. **The Philosophy of Money**. New York: Routledge, 2004 [1900].

SIMMEL, G. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. In: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, Vol. 43, Nº 1, , abr. 2009 [1905], p. 291-242.

SIQUEIRA DOS SANTOS, Airton. Estimar a capacidade aeróbica através do teste de 2400 metros e velocidade crítica após oito semanas de treinamento aeróbico em militares da Polícia Militar de Minas. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 6, n. 34, 2012.

SIRIMARCO, Mariana. Acerca de lo que significa ser policía: El proceso de incorporación a la institución policial. In: TISCONIA, Sofía. **Burocracias y Violencia: estudios de antropología jurídica**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidade de Buenos Aires, 2004. p. 245-280.

SIRIMARCO, Mariana. **De civil a policía: una etnografía del proceso de incorporación a la institución policial**. Buenos Aires: Editorial TESEO, 2009.

SKLANSKY, David Alan. Police and democracy. **Michigan Law Review**, v. 103, p. 1699-1830, 2005.

SKOLNICK, Jerome. **Justice without trial: Law enforcement in Democratic Society: Police an the excessive use of force**. New York: John Wiley&Sons, 1966.

SOARES, Bárbara Musumeci; MESUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. **Ronda do Quarteirão: Um "acontecimento" na política de segurança pública**. Fortaleza: UECE, 2008. 110 f. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, 2008.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. **Controle das polícias: agendas, reformas e (novas) práticas**. Rio de Janeiro: UFF, 2014. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Política Social, Universidade Federal Fluminense, 2014.

SOUZA, Elenice; Organização policial e os desafios da democracia. **Teoria e sociedade**, n. 7, jun. 2001.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública: Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 207-223, abr. 2015.

SZTOMPKA, P. **Trust: A Sociological Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

STORANI, Paulo. **“Vitória Sobre A Morte: a Glória Prometida”**: o “rito de passagem” na construção da identidade do Batalhão de Operações Especiais do

BOPE/PMERJ. Niterói, RJ: UFF, 2008. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

STUNTZ, William J. Accountable policing. **Harvard Public Law Working Paper**, n. 130, s/d.

SUÁREZ DE GARAY, Maria Eugenia. **De estómago, de cabeza y de corazón: Un acercamiento antropológico a los mundos de vida de los policías en Guadalajara, México**. Barcelona: UAB, 2002. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Universidad Autónoma de Barcelona, 2002.

SUÁREZ DE GARAY, Maria Eugenia. Márgenes de acción y poderes autónomos en el mundo policial, La policía desde un enfoque antropológico. **Serie Cuadernos de Trabajo del Instituto para la Seguridad y la Democracia A.C**, (Insyde), México, n. 14, p. 3-8, 2006.

TASCA, Jorge Eduardo; ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim. A avaliação de programas de capacitação: um estudo de caso na administração pública. **Rev. Adm. Pública**, v. 46, n. 3, p. 647-675, jun. 2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, maio 1997.

TEIXEIRA, Michelle Montenegro Studart. Perfil do profissional de inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, v. 2, n. 3, p. 29-44, 2006.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos e a cidade. **Novos Estudos Cebrap**, v. 84, p. 153-173, jul. 2009.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, jul. / ago. / set. / out. / nov. / dez. 2010.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 2, 2010.

THEOHARIS, Athan. Secrecy and Power: Unanticipated Problems in Researching FBI Files. **Political Science Quarterly**, v. 119, n. 2, p. 271-290, 2004.

THOMPSON, Dennis. Democratic Secrecy. **Political Science Quarterly**, v. 114, n. 2, p. 181-193, 1999.

TURNER, Michael A. **Historical Dictionary of United States Intelligence**. Lanham: Scarecrow Press, 2006.

UNODC. **Sistemas policiales de información e inteligência**: Manual de instrucciones para la evaluación de la justicia penal. Nações Unidas, Nova York, 2010.

VARGAS, Joana. O antropólogo no campo da justiça, o investigador e a testemunha ocular. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 8, p. 33-51, 1998.

VARGAS, Joana Domingues; RODRIGUES, Juliana Neves Lopes. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. **Sociedade e estado**, vol.26, n.1, pp.77-96, 2011.

VELÁSQUEZ, Javier. El origen del paradigma de riesgo. **Política Criminal**, v. 9, n. 17, p. 58-117, 2014.

VERAS, João Batista Rosendo. **Docência na Polícia Militar do Ceará**: Curso de Formação de Soldado de Fileira. Fortaleza: UECE, 2008. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Ceará, 2008.

VIGNETTES, Mario. El Ciclo de Inteligencia: naturaleza y alternativas. **Inteligencia y Seguridad**, v. 8, p. 113-136, 2010.

VINCENT, Gérard. Uma história do segredo? In: PROST, A.; CHARTIER, G.V. **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 5 v.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac&Naïf, 2015.

WACHTEL, Julius. From morals to the practice: dilemmas of control in undercover policing. **Crime, Law and Social Change**, v. 18, p. 137-158, 1992.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WARNER, Michael. Wanted: a definition of intelligence. **Studies in Intelligence**, v. 46, n. 3, p. 15-22, 2002.

WEAVER, William. G.; PALLITTO, Robert M. State Secrets and Executive Power. **Political Science Quarterly**, v. 120, n. 1, p. 85-112, 2005.

WEBER, Max. **O significado da disciplina**: Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WERNECK, Alexandre. "Moralidade de Bolso: A 'manualização' do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de 'bem' nas relações sociais.

**Dilemas:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 107-141, nov. 2009.

WERNECK, Alexandre. **O invento de Adão:** O papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 287 f. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

WESTPHAL, Christopher. **Data Mining for Intelligence, Fraud & Criminal Detection.** Boca Raton: CRC Press, 2009.

WOLFF, K. **The Sociology of Georg Simmel.** Illinois, The Free Press, 1950.

XAVIER, V. F.; LIMA, I. R.; MARVAL, C. A. D.; SILVEIRA, D.; VIEIRA, R. A. M.; CASTRO, T. D. C.; MOURA, D. A. D.; VILELA, S. B.; FALEIROS, R. R. Estudo radiográfico do posicionamento da falange distal e suas possíveis correlações com obesidade em equinos de patrulhamento da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 66, n. 3, p. 672-680, jun. 2014.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso:** juventude e política social. São Paulo: Escuta; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1994.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: Miceli, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** Antropologia. São Paulo: Anpocs, Capes, v. 1, p. 15-107, 1999.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados**, vol.21, n.61, pp.31-49, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. Poder Militar: Entre o autoritarismo e a democracia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, dez. 2001.

## DOCUMENTOS E SITES

BRASIL. Código de Processo Penal Militar. **Decreto Lei nº 1.002** de 21 de Outubro de 1969.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.883**, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm)> Acesso em 12/08/15.

CEARÁ. Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará. **LEI Nº 13.407**, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003 DOE nº 231, de 02 de dezembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 98**, de 13 de junho de 2011. Dispõe sobre a criação da controladoria geral de disciplina dos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário, acrescenta dispositivo à lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007 e dá outras providências. Doe nº 117, de 20 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº104**, de 06 de dezembro de 2011. Altera dispositivos da lei complementar nº98, de 20 de junho de 2011, que dispõe sobre a criação da controladoria geral de disciplina dos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário, e dá outras providências. Diário oficial do estado nº 239 fortaleza, 16 de dezembro de 2011.

SENASP. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília, julho de 2009.

## ANEXOS

### ANEXO A – GLOSSÁRIO DA DOCTRINA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Ação Criminosa Complexa:** são aquelas praticadas por indivíduos e/ou organizações criminosas que utilizam recursos tecnológicos, forma de execução planejada, dissimulada ou disfarçada, com emprego de ardil, poder econômico e sofisticados métodos para burlar a ação da justiça.

**Ação policial:** como regra geral, as equipes que realizam Ações de Inteligência de Segurança Pública não executam ações ostensivas, prisões ou flagrantes, visando preservar a segurança de seus integrantes e garantir o sigilo e a compartimentação. Tais ações ostensivas ficam a cargo de equipes policiais especialmente designadas para o seu cumprimento.

**Agências de imposição da lei ou de provimento de ordem pública:** órgãos polícias e forças constabulares (e.g. guarda costeira) de vários formatos em cada país.

**Análise criminal:** é, genericamente, a coleta e análise da informação pertinente ao fenômeno da criminalidade. Sua finalidade é a produção de conhecimento relativo à identificação de parâmetros temporais e geográficos do crime e eventuais cifras obscuras, detecção da atividade e identidade da delinquência correspondente, subsidiando as ações dos operadores diretos do sistema (análise criminal tática) bem como dos formuladores de políticas de controle (análise criminal estratégica e administrativa). As informações são utilizadas para o dimensionamento e posicionamento de recursos, bem como para a realização de ações gerais de gestão em relação ao patrulhamento e investigação policial.

**Características:** aspectos distintivos e particularidades que identificam e qualificam a DNISP.

**Categorias de Inteligência:** são utilizadas para direcionar o processo de aquisição de informação, organizar o trabalho de análise e classificar produtos.

**Cifras e códigos:** são recursos básicos para a transmissão de mensagens seguras e/ou abreviadas. A diferença básica entre uma cifra e um código, na (re) escrita de um "texto plano" enviado às claras é que uma cifra baseia-se no princípio da substituição de cada letra, enquanto um código substitui palavras ou frases inteiras por grupos arbitrários de símbolos. Nos dois casos, a segurança da comunicação depende de

que somente os transmissores e os receptores possam "ler" as mensagens codificadas/cifradas, o que é feito utilizando-se uma "chave" de decifração ou dicionários de códigos.

**Classificação:** é a atribuição, pela autoridade competente, de grau de sigilo a dado, conhecimento, documento, material, área ou instalação.

**Comunidade de ISP:** é o conjunto de integrantes de AI que têm missões análogas ou que atuam em uma mesma área territorial. Através da Comunidade, aparam-se as arestas e quebra-se a rigidez do sistema, criando-se uma informalidade e uma confiança absolutamente necessária para as ligações entre as pessoas.

**Conceitos:** atribuição de significado emitida em função das características gerais de determinado objeto, ação ou de relações fundamentais previstas pela doutrina.

**Credencial de segurança:** é o certificado que materializa o credenciamento.

**Criptologia:** abarca a criptografia (a arte de escrever em código ou cifradamente) e a cripto-análise (a arte de decifrar códigos ou cifras, conduzida por "quebradores de códigos").

**Crise de segurança pública:** é um evento ou situação crucial que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar a melhor solução viável.

**Desclassificação:** é o cancelamento, pela autoridade competente ou pelo transcurso de prazo, da classificação, tornando ostensivos dados ou conhecimentos.

**Disponibilidade:** é a facilidade de recuperação ou acessibilidade de dados e conhecimentos.

**Estratégia policial:** é a formulação planejada de diretrizes, processos, métodos e metas para o desempenho do trabalho policial, considerando o emprego dos recursos disponíveis para o desencadeamento de operações e/ou ações policiais conjuntas e/ou combinadas, delineando-se alternativas e avaliando-se a relação ação/resultados prováveis, visando alcançar objetivos específicos ou múltiplos, norteadas por preceitos legais e éticos.

**Espionagem:** é a ação clandestina voltada para a obtenção de informações relevantes, secretas ou pelo menos reservadas, sobre determinado alvo, com o objetivo de beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, empresas, personalidades ou indivíduos.

**Grau de sigilo:** é a gradação atribuída a dados, conhecimentos, áreas ou instalações consideradas sigilosas em decorrência de sua natureza ou conteúdo.

**Informática:** é a ciência e a tecnologia que se ocupa do armazenamento e tratamento da informação, mediante a utilização de equipamentos e procedimentos da área de processamento de dados.

**Integridade:** é a incolumidade de dados ou conhecimentos na origem, no trânsito ou no destino.

**Inteligência externa:** está relacionada a capacidades, intenções e atividades de Estados, grupos ou indivíduos estrangeiros.

**Inteligência militar:** é responsável por estudar, em particular, fatores do poder bélico dos países que potencialmente são considerados adversários, ou que neles podem se converter, a fim de satisfazer as necessidades da condução de estratégia militar. Nesse campo, contrainteligência refere-se à toda inteligência sobre as capacidades, intenções e operações dos serviços de inteligência militares estrangeiros, o que envolve a implementação de medidas ativas no estrangeiro e a elaboração de mecanismos de proteção de informações e materiais sensíveis à defesa nacional.

**Investigação para credenciamento:** é a averiguação sobre a existência dos requisitos indispensáveis para concessão de credencial de segurança.

**Investigação policial:** atividade de natureza sigilosa exercida por policial ou equipe de policiais, determinada por autoridade competente que, utilizando metodologia e técnicas próprias, visa à obtenção de evidências, indícios e provas da materialidade e autoria do crime que podem desdobrar-se em ações policiais de controle, prevenção ou repressão.

**Linguagem de Inteligência:** a Doutrina de Inteligência preconiza o uso de uma linguagem especializada entre os profissionais da atividade e, em alguns casos, entre estes e os usuários de seus trabalhos. Essa linguagem singular é naturalmente construída com base na linguagem comum, mas os termos têm significado próprio, sem romper com o processo de comunicação utilizado pela sociedade, garantindo o entendimento essencial ao exercício da atividade de Inteligência, sem distorções ou incompreensões.

**Métodos:** conjunto de procedimentos, medidas e ações para a produção e salvaguarda do conhecimento.

**Missão Policial:** incumbência ou encargo determinado pela Autoridade Policial competente a um policial ou a uma equipe de policiais especialmente designada para o seu cumprimento.



**Necessidade de conhecer:** é a condição inerente ao efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade, indispensável para que uma pessoa possuidora de credencial de segurança tenha acesso a dados ou conhecimentos sigilosos. Dessa maneira, a necessidade de conhecer constitui fator restritivo do acesso, independentemente do grau hierárquico ou do nível da função exercida pela pessoa.

**Normas:** disposições que regulam os conceitos e procedimentos estabelecidos na doutrina.

**Operação policial:** conjunto de ações policiais que emprega técnicas de investigação, visando à obtenção de indícios, evidências ou provas da materialidade e autoria de um crime, para a instrução de um procedimento e/ou processo criminal,

**Organização criminosa:** é toda e qualquer associação estruturalmente organizada, caracterizada por hierarquia, divisão de tarefas e diversificação de áreas de atuação, com o objetivo precípuo de delinquir, visando à obtenção de lucro financeiro e, eventualmente, vantagens político-econômicas e controle social, adquirindo dimensão e capacidade para ameaçar a sociedade e as instituições nacionais.

**Ostensivo:** é o documento sem classificação; o acesso pode ser franqueado, pois não há restrição.

**Propaganda adversa:** configura-se pela manipulação planejada de quaisquer informações, ideias ou doutrinas para influenciar grupos e indivíduos, com vistas a obter comportamentos predeterminados que resultem em benefício de seu patrocinador.

**Princípios:** são diretrizes gerais destinadas a orientar o desenvolvimento de um corpo doutrinário.

**Procedimentos:** conjunto de regras e diretrizes para intercâmbio de informações, entrada, gestão e exclusão de dados dos acervos informacionais do SISP.

**Reclassificação:** É a alteração do grau de sigilo atribuído a dado, conhecimento, material, área ou instalação.

**Reconhecimento:** entende-se como uma missão ou operação voltada para obter, seja através de contato visual ou outros meios de detecção, informações sobre atividades e recursos de um inimigo ou possível inimigo; utiliza-se também para missões designadas para a obtenção de dados confiáveis sobre relevo, aspectos meteorológicos, hidrográficos e outras características geográficas e morfológicas de uma área específica.

**Sabotagem:** é o ato deliberado, de efeitos físicos e/ou psicológicos, executado por agentes adversos, vinculados ou não a serviço de inteligência, com o objetivo de inutilizar ou de adulterar conhecimento, dado, material, equipamento e instalações. A sabotagem poder ser, ainda, empregada para a destruição de ideias ou a reputação de instituições e de pessoas.

**Segredo:** um saber de acesso particularizado a uma informação restrita que cria alianças e divisões sociais e espaciais por aqueles que o compartilham.

**Segredos estratégicos:** são segredos retidos com uma motivação particular de alterar as ações e os pensamentos dos outros. Eles não são um fim em si mesmo; são meios realizados para alcançar outros fins e ocorrem quando os interesses dos atores envolvidos não são coincidentes, quando há uma assimetria de interesses relevantes.

**Segredos governamentais:** informações reguladas e classificadas pelo Estado como sensíveis para a proteção individual e para os interesses da segurança institucional. Quando nos referimos a segredos governamentais estamos falando de informações que são retidas compulsoriamente e que acarretam algum tipo de punição a quem as (os) deixar vaziar.

**Segurança:** uma situação percebida como livre de ameaças ou de quaisquer outros fatores conflitivos. Na presença de ameaças ou conflitos identificáveis, a segurança, do ponto de vista institucional, é percebida como a possibilidade de articulação de mecanismos institucionais capazes de neutralizar essas ameaças ou conflitos, a fim de se alcançar determinado ordenamento e assegurar o conjunto de garantias e direitos constitucionais, bem como de assegurar o funcionamento integral das instituições políticas.

**Segurança cidadã:** é uma situação baseada no Direito Constitucional, no qual o cidadão comum encontra resguardada sua liberdade, sua vida, patrimônio, direitos e garantias, bem como a plena vigência das instituições do sistema constitucional. A promoção da defesa destes valores e garantias é realizada através da ação integrada entre todos os segmentos sociais federais, estaduais e municipais e da indispensável participação comunitária, com a assunção das responsabilidades coletivas e individuais.

**Segurança institucional:** a formulação de um certo ordenamento social, político e econômico; a identificação de um conjunto de fatos – percebidos como ameaças,

riscos ou como fatores conflitivos; a articulação de um conjunto de mecanismos e procedimentos institucionais – tendentes a canalizar ações que apontem tanto para o conhecimento das ameaças, riscos ou conflitos identificados, como para sua prevenção e neutralização. Estar seguro significa viver em um Estado minimamente capaz de neutralizar ameaças através de negociações, de obter informações sobre capacidades e intenções dos interesses adversários através dos recursos que lhe estão disponíveis e legitimados pelo exercício soberano e exclusivo do monopólio da força física.

**Terrorismo:** é um tipo de uso ou ameaça de uso da força caracterizado pela indiscriminação dos alvos, pela centralidade do efeito psicológico que se busca causar e pela virtual irrelevância, para a correlação de forças entre as vontades antagônicas envolvidas no conflito, da destruição material e humana efetivada pela ação terrorista. Nesse sentido é que se pode dizer que o terrorismo configura um tipo específico de emprego da força: o terror.

**Valores:** disposições que visam fixar padrões de conduta adequados às normas impostas pela Doutrina.

**Visitante:** É a pessoa cuja entrada foi admitida, em caráter excepcional, em área ou instalação sigilosa.

## ANEXO B - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ATUAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

A estrutura da PM, após a reformulação promovida pela Lei 15.217/12, ficou dessa forma:

### **Órgãos de Direção Superior**

- I - Comando-Geral;
- II - Comando-Geral Adjunto.

### **Órgão de Gerência Superior**

A Gerência Superior da Polícia Militar do Ceará será exercida pela Secretaria Executiva.

### **Órgãos de Assessoramento Superior**

- I - Assessoria Jurídica – ASJUR;
- II - Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADINS;
- III - Assessoria de Comunicação Social – ASCOM;
- IV - Assessoria de Análise e Estatística Institucional – ASAEI;
- V – Ouvidoria – OUVID.

### **Órgãos de Execução Programática**

- I - Coordenadoria do Comando de Policiamento da Capital – CPC;
- II - Coordenadoria do Comando de Policiamento Especializado – CPE;
- III - Coordenadoria do Comando de Policiamento Metropolitano – COM;
- IV - Coordenadoria do Comando de Polícia Comunitária – CPCOM;
- V - Coordenadoria do Comando de Policiamento do Interior Área Norte - CPI Norte;
- VI - Coordenadoria do Comando de Policiamento do Interior Área Sul - CPI Sul;
- VII - Coordenadoria de Inteligência Policial – CIP;
- VIII - Célula do Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual – BPRE;
- IX - Coordenadoria de Feitos Judiciários Militares – CFJM;
- X - Célula do Quartel do Comando Geral – CQCG;

### **Órgãos de Execução Instrumental**

- I - Coordenadoria de Apoio Logístico e Patrimônio – CALP;
- II - Coordenadoria Administrativo-Financeira – COAFI;
- III - Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP;
- IV - Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTIC;
- V - Coordenadoria de Saúde e Assistência Social – CSAS;
- VI - Coordenadoria do Colégio da Polícia Militar – CPMCE;

## ANEXO C - DIVISÃO ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA (AIS)

AIS 1	<b>Batalhão</b>	5º BPM	<b>Bairros</b> Jardim Guanabara-Jardim Iracema- Quintino Cunha-Vila Velha-Álvaro Weyne- Barra do Ceará-Cristo Redentor-Floresta- Arraial Moura Brasil-Carlito Pamplona- Centro-Jacarecanga-Pirambu-Praia de Iracema-Alagadiço-Amadeu Furtado- Benfica-Bom Futuro-Damas-Farias BritoJardim América-Monte Castelo- Parque Araxá-Parquelândia-Presidente Kennedy-Rodolfo Teófilo-Vila Ellery
	<b>DP</b>	17º, 33º, 7º e 34º, 1ºe3º	
	<b>Del. Seccional</b>	34º	
	<b>Del. Plantonista</b>	7º e 34º	
	<b>Bombeiros</b>	1ºSB/1ºGB	
AIS 2	<b>Batalhão</b>	17º BPM	<b>Bairros</b> Antônio Bezerra-Autran Nunes-Dom Lustosa -Padre Andrade (Cachoeirinha)- Pici (Parque Universitário)-Bonsucesso Henrique Jorge-João XXIII-Jóquei Club (São Cristóvão)-Parque São José-Vila Pery-Conjunto Ceará I-Conjunto Ceará II- Genibaú-Granja Portugal-Bom Jardim- Canindezinho-Granja Lisboa-Siqueira
	<b>DP</b>	10º, 27º, 12º, 32º	
	<b>Del. Seccional</b>	12º	
	<b>Del. Plantonista</b>	12º	
	<b>Bombeiros</b>	5ºSB/1ºGB	
AIS 3	<b>Batalhão</b>	8º BPM	<b>Bairros</b> Aldeota-Meireles-Mucuripe-Varjota-Cais do Porto-Cidade 2000-CocoDe Lourdes- Manuel Dias Branco-Papicu-Praia do Futuro I-Praia do Futuro II-Vicente Pinzon- Estância (Dionísio Torres)-Fátima-Joaquim Távora-José Bonifácio-Parreão-São João do Tauapé-Edson QueirozJosé de Alencar- Lagoa Sapiranga (Coité)-Sabiaguaba
	<b>DP</b>	2º, 9º E 15º, 4º, 26º	
	<b>Del. Seccional</b>	2º	
	<b>Del. Plantonista</b>	2º	
	<b>Bombeiros</b>	2º SB/1ºGB	
AIS 4	<b>Batalhão</b>	16º BPM	<b>Bairros</b> Cajazeiras-Cambeba-Cidade dos Funcionários-Engenheiro Luciano Cavalcante-Guarapes-Jardim das Oliveiras-Parque Iracema-Parque Manibura-Salinas-Aerolândia-Aeroporto (Base Aérea)-Alto da Balança-Dias Macedo-Ancuri-Barroso-Conjunto PalmeirasJangurussu-Pedras-Coaçu- Curio-Guajeru-Lagoa Redonda-Messejana (sede)-Paupina-São Bento-Boa Vista
	<b>DP</b>	13º, 16º, 30º, 6º e 35º	
	<b>Del. Seccional</b>	6º	
	<b>Del. Plantonista</b>	30º	
	<b>Bombeiros</b>	3ºSB/1ºGB	

AIS 5	<b>Batalhão</b>	6ºBPM	<b>Bairros</b> Bela Vista-Couto Fernandes-Demócrito Rochaltoaóca-Montese-Pan-Americano-Vila União-Itaperi-ParangabaSerrinha-Conjunto Esperança-Dendê-Jardim Cearense- Manoel SátiroMaraponga-Mondubim (Sede)-Parque Presidente Vargas-Parque Santa Rosa (Apolo XI)-Planalto Ayrton Senna-Parque Dois Irmãos-Passaré Prefeito José Walter
	<b>DP</b>	11º E 25º, 5º, 19º, 8º	
	<b>Del. Seccional</b>	5º	
	<b>Del. Plantonista</b>	11º	
	<b>Bombeiros</b>	1ºSB/1ºGB	

AIS 6	<b>Batalhão</b>	BPtur	<b>Bairros</b> Delegacia de Proteção ao Turista (Deprotur)
	<b>Del. Seccional</b>	Deprotur	
	<b>Bombeiros</b>	1ºSSMAR/1ºGB	

### Região Metropolitana

AIS 7	<b>Batalhão</b>	12ºBPM	<b>Municípios</b> Caucaia e São Gonçalo do Amarante
	<b>DP</b>	18º, 22º, 23º, 31º	
	<b>Del. Seccional</b>	Del. Metr. Caucaia	
	<b>Del. Plantonista</b>	Del. Metr. Caucaia	
	<b>Del. Municipal</b>	Del. Mun. de São Gonçalo do Amarante	
	<b>Bombeiros</b>	3ºSB/2ºGB e 4ºSB/2ºGB	

AIS 8	<b>Batalhão</b>	14ºBPM	<b>Municípios</b> Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Guaiuba e Itaitinga
	<b>DP</b>	14º, 20º, 21º, 24º, 28º, 29º	
	<b>Del. Seccional</b>	Del. Metr. Maracanaú	
	<b>Del. Plantonista</b>	Del. Metr. Maracanaú	
	<b>Del. Municipal</b>	Maracanaú,, Maranguape, Pacatuba, Itaitinga e Guaiúba	
	<b>Bombeiros</b>	1ºSB/2ºGB	

AIS 9	<b>Batalhão</b>	15ºBPM	<b>Municípios</b> Eusébio, Aquiraz, Pindoretama, Cascavel, Horizonte, Pacajus, Chorozinho
	<b>DP</b>	Del. Mun. Horizonte	
	<b>Del. Seccional</b>	Eusebio e Horizonte	
	<b>Del. Plantonista</b>	Cascavel, Chorozinho, Horizonte, Pacajus e Pindoretama	
	<b>Del. Municipal</b>	Aquiraz e Eusébio	
	<b>Bombeiros</b>	2ºSB/2ºGB	

### Interior

AIS 10	<b>Batalhão</b>	1ºBPM	<b>Municípios</b> Aracati - Beberibe - Fortim - Itaíçaba - Icapuí - Russas - Ibicuitinga - Morada Nova
	<b>Del. Seccional</b>	Russas	
	<b>Del. Plantonista</b>	Aracati, Russas, Jaguaribe, Limoeiro	

	<b>Del. Municipal</b>	Beberibe, Jaguaruana, Iracema, Tabuleiro, Icapuí, Morada Nova, Jaguaretama, Alto Santo, S.J. Jaguaribe	- Palhano - Jaguaruana - São João do Jaguaribe - Jaguaretama - Iracema - Potiretama - Ererê - Iracema - Pereiro - Nova Jaguaribara - Limoeiro do Norte - Alto Santo - Quixeré - João do Jaguaribe - Tabuleiro do Norte
	<b>Bombeiros</b>	3º SB/4ºGB	
<b>AIS 11</b>	<b>Batalhão</b>	2ºBPM	<b>Municípios</b>
	<b>Del. Seccional</b>	Juazeiro do Norte	Crato - Farias Brito - Altaneira - Nova Olinda - Santana do Cariri - Juazeiro do Norte - Granjeiro - Caririaçu - Barbalha - Jardim - Campos Sales - Salitre - Araripe - Potengi - Assaré - Antonina do Norte - Brejo Santo - Aurora - Barro - Mauriti - Milagres - Missão Velha - Abaiara - Porteiras - Jati - Penaforte
	<b>Del. Plantonista</b>	Crato, Juazeiro do Norte, Campos Sales, Brejo Santo	
	<b>Del. Municipal</b>	Farias Brito, Caririaçu, Jardim, Missão Velha, Araripe,, Aurora, Milagres, Mauriti, Penaforte	
	<b>Bombeiros</b>	1ºSB/5ºGB e 2ºSB/5ºGB	
<b>AIS 12</b>	<b>Batalhão</b>	3ºBPM	<b>Municípios</b>
	<b>Del. Seccional</b>	Sobral	Camocim-Barroquinha - Chaval - Granja - Martinópole - Uruoca - Senador Sá - Tianguá - Viçosa do Ceará - Ubajara - Ibiapina - São Benedito - Graça - Carnaubal - Guaraciaba do Norte - Croatá - Pires Ferreira - Ipu - Sobral - Moraújo - Massapê - Santana do Acaraú - Forquilha - Groaíra - Cariré - Reritaba - Varjota - Pacujá - Mucambo - Frecheirinha - Coreaú - Alcântara - Meruoca
	<b>Del. Plantonista</b>	Camocim, Tianguá, Sobral,	
	<b>Del. Municipal</b>	Chaval, Granja, Uruoca, Viçosa do Ceará, São Benedito, Guaraciaba do Norte, Ipu, Santana do Acaraú, Massapê, Coreaú, Pacujá, Varjota	
	<b>Bombeiros</b>	1º SB/3ºGB	
<b>AIS 13</b>	<b>Batalhão</b>	4ºBPM	<b>Municípios</b>
	<b>Del. Seccional</b>	Canindé	Canindé - Caridade - Paramoti - Itatira - Madalena - Boa Viagem - Mosenhor Tabosa - Catunda - Hidrolândia - Santa Quitéria - Baturité - Palmácia - Pacoti - Redenção - Acarape - Barreira - Aracoiaba - Ocara - Baturité - Itapiúna - Capistrano - Aratuba - Mulungu - Guaramiranga
	<b>Del. Plantonista</b>	Canindé, Baturité	
	<b>Del. Municipal</b>	Santa Quitéria, Boa Viagem, Redenção, Aracoiaba, Guaramiranga	
	<b>Bombeiros</b>	5ºSB/4ºGB	
<b>AIS 14</b>	<b>Batalhão</b>	7ºBPM	<b>Municípios</b>
	<b>Del. Seccional</b>	Crateús	Crateús - Ipueiras - Nova Russas - Ararendá - Poranga - Ipaporanga - Tamboril - Independência - Novo Oriente
	<b>Del. Plantonista</b>	Crateús	
	<b>Del. Municipal</b>	Ipueiras, Novas Russas, Tamboril, Independência, Novo Oriente	
	<b>Bombeiros</b>	2ºSB/3ºGB	
<b>AIS 15</b>	<b>Batalhão</b>	9ºBPM	<b>Municípios</b>

	<b>Del. Seccional</b>	Quixadá	Senador Pompeu - Pedra Branca - Mombaça - Piquet Carneiro - Milhã - Dep. Irapuan Pinheiro - Solonópole - Quixadá - Choró - Ibaretama - Banabuiú - Quixeramobim
	<b>Del. Plantonista</b>	Senador Pompeu, Quixadá	
	<b>Del. Municipal</b>	Pedra Branca, Mombaça, Solonópole, Quixeramobim, Banabuiú	
	<b>Bombeiros</b>	4ºSB/4ºGB	

AIS 16	<b>Batalhão</b>	10ºBPM	<b>Municípios</b>
	<b>Del. Seccional</b>	Iguatu	Iguatu - Acopiara - Quixelô - Saboeiro - Jucás - Tarrafas - Cariús - Várzea Alegre - Icó - Orós - Umari - Cedro - Lavras da Manguabeira - Baixio – Ipaumirim
	<b>Del. Plantonista</b>	Iguatu, Icó	
	<b>Del. Municipal</b>	Acopiara, Jucpas, Saboeiro, Várzea Alegre, Orós, Lavras, Cedro, Ipaumirim	
	<b>Bombeiros</b>	1ºSB/4ºGB	

AIS 17	<b>Batalhão</b>	11ºBPM	<b>Municípios</b>
	<b>Del. Seccional</b>	Itapipoca	Itapipoca - Amontada - Trairi - Paraipaba - Paracuru - Tururu – Miraíma - Itapajé - Irauçuba - Tejuçuoca - General Sampaio - Apiuarés - Pentecoste - São do Luis do Curu - Uruburetama - Umirim - Acaraú - Itarema - Cruz - Jijoca de Jericoacoara - Bela Cruz - Marco – Morrinhos
	<b>Del. Plantonista</b>	Itapipoca, Itapajé, Acaraú	
	<b>Del. Municipal</b>	Trairi, Paraipaba, Paracuru, Amontada, Uruburetama, Pentecoste, Itarema, Bela Cruz, Jijoca	
	<b>Bombeiros</b>	4º SB/3ºGB	

AIS 18	<b>Batalhão</b>	13ºBPM	<b>Municípios</b>
	<b>Del. Seccional</b>	Tauá	Tauá - Quiterianópolis - Parambu - Arneiroz - Aiuaba - Catarina
	<b>Del. Plantonista</b>	Tauá	
	<b>Del. Municipal</b>	Parambu	
	<b>Bombeiros</b>	3ºSB/3ºGB	



## ANEXO D – TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) enumera algumas técnicas de operação de inteligência (TOI) à disposição dos agentes quando de suas atividades rotineiras. As principais são: Processos de Identificação de Pessoas; Observação, Memorização e Descrição (OMD); Estória-Cobertura; Disfarce; Comunicações Sigilosas; Leitura da Fala; Análise de Veracidade; Emprego de Meios Eletrônicos; e Foto-Interpretação. Vou analisar algumas mais detidamente, confrontando-as com os relatos dos agentes acerca do uso que fazem de tais técnicas em seu cotidiano.

### **Processos de Identificação de Pessoas**

Segundo a DNISP (2009), os Processos de Identificação de Pessoas são técnicas destinadas a identificar ou a reconhecer pessoas: fotografia, fotometria, retrato falado, datiloscopia, documentoscopia, DNA, arcada dentária, voz, íris, medidas corporais, descrição e dados de qualificação. A maior parte dessas técnicas está sob a responsabilidade da Perícia Forense do Ceará (Pefoce), por meio do Instituto de Identificação (II), do Instituto de Criminalística (IC), do Instituto de Medicina Legal (IML) e do Laboratório de Perícia Forense.

A grande habilidade de Martins é sua capacidade gravar fisionomias. Além disso, ele costuma traçar mapas de ligação entre os acusados, elaborar suas fichas (processo chamado de montagem dos elementos – inclusão de informações nome da mãe/nome completo/prisões/acusações/artigos que responde nas fotos dos acusados) e guardar esses dados sempre na mente. Chama atenção a arte que Martins faz nas imagens dos suspeitos e acusados. Ao lado ou embaixo do rosto ele digita dados como nome, endereço, filiação (informação crucial quando se acessa o Sistema de Informações Policiais) e artigos do Código Penal que a pessoa já responda. A imagem é compartilhada de forma instantânea nos aplicativos de comunicação móvel para uma extensa rede de policiais, permitindo que a mobilização em torno do alvo ocorra rapidamente (informação verbal)<sup>573</sup>.

---

<sup>573</sup> Entrevista realizada com Martins em 18 de abril de 2015.

Paulo cita o episódio em que uma mulher grávida de três meses foi morta por dois homens em uma moto. A mãe, a prima e um bebê estavam no carro que a vítima conduzia durante o assassinato. De acordo com Paulo, a primeira linha de investigação, seguida pela Divisão de Homicídios, dava conta de crime passional, cometido a mando de um homem com quem a vítima manteve um relacionamento amoroso. Na segunda-feira, dois dias depois do ocorrido, os policiais do Reservado foram ao local do crime e à residência da família da vítima. Munidos de um acervo de fotos de suspeitos e acusados, eles pediram à mãe da grávida assassinada que olhasse os rostos e indicasse se algum deles tinha envolvimento no caso. Ela apontou para dois adolescentes que residiam em um bairro próximo. A identificação foi feita com ênfase, comenta. O PM, no entanto, pôs em xeque aquele reconhecimento. “Há um mês a dupla havia sido apreendida e, portanto, não poderia estar circulando livremente nas ruas”, relembra. A equipe do Reservado foi, então, à casa de um dos adolescentes e averiguou que eles realmente estavam em liberdade, estando aptos a cometer o crime. No mesmo período, o primo de um dos suspeitos foi “furado” por inimigos. Conforme Paulo, aquela era a ocasião certa para mobilizar suas habilidades interpessoais (informação verbal)<sup>574</sup>.

No dia seguinte, os PMs voltaram à casa do adolescente e disseram à mãe dele que o jovem estava sendo acusado de furar o próprio primo. Ela não acreditou e refutou aquela versão. O policial insistiu e pediu que ele fosse à delegacia esclarecer o acontecido. O adolescente só concordou em ir no dia seguinte após mais uma vez os policiais insistirem. Na delegacia, testemunhas do crime esperavam pelos suspeitos e puderam, mais uma vez, reconhecê-los. Dessa vez, pessoalmente. Paulo revela que a mãe da vítima chegou a desmaiar, ao se deparar mais uma vez com os assassinos. Detidos ali mesmo, eles foram encaminhados à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), após o delegado assinar um ofício encaminhando-os àquele local. Nesse momento, contudo, um princípio de conflito teve início, segundo o policial. O inspetor da Polícia Civil que investigava o caso quis colher os louros por aquela apreensão. Ele chegou ainda a esboçar uma tentativa de convocar a imprensa para apresentar os adolescentes, mas foi impedido pelos agentes do Reservado. Aproveitando o gancho das imagens, pergunto quantas fotos de suspeitos e acusados eles possuem no computador. Paulo afirma que são cerca de 9 mil imagens,

---

<sup>574</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

contabilizando os já mortos. As informações são compartilhadas com o comandante. Ao contrário de outras companhias que viraram batalhões, o militar afirma que o trabalho bem-sucedido por eles tem mantido o núcleo de inteligência em funcionamento naquela divisão. Pergunto sobre o número de pessoas presas e armas apreendidas naquele ano. Embora não tenha uma noção precisa, Paulo estima entre 35 e 40 armas apreendidas de forma direta (informação verbal)<sup>575</sup>.

### **Observação, Memorização e Descrição**

A Observação, Memorização e Descrição é uma das técnicas de operação de inteligência (TOI) na qual os profissionais de ISP examinam, minuciosa e atentamente, pessoas, locais, fatos, ou objetos, por meio da máxima utilização dos sentidos, de modo a transmitir dados que possibilitem a identificação. Haroldo é certamente o mais metódico de todos os agentes entrevistados. Para ele, o uso correto do método OMD sob o mais extremo sigilo é determinante para o sucesso de uma missão. O ex-PM explica que, no caso de uma perseguição, se o perseguido olhar para trás mais de uma vez, o policial que o está acompanhando fica “queimado”, devendo ser substituído por outro. É fundamental observar sem se deixar ser observado, acrescenta (informação verbal)<sup>576</sup>. O trecho seguinte, extraído de uma apostila sobre inteligência policial, detalha bem a metodologia adotada pelos agentes de segurança:

#### **(OBSERVAÇÃO, MEMORIZAÇÃO E DESCRIÇÃO)**

Na execução das Operações de Inteligência, o profissional de Inteligência, ao aplicar Técnicas Operacionais, depara-se com a necessidade de observar atentamente. Além de observar, o Profissional de Inteligência necessita, também, memorizar o que foi observado, visto que, dependendo da operação, nem sempre é possível a utilização de uma filmadora, de um gravador, de uma máquina fotográfica ou até mesmo de papel e caneta. Mas não basta observar e memorizar. É preciso, também, que o Profissional de Inteligência descreva com veracidade o que foi memorizado. A percepção de uma pessoa está diretamente relacionada às suas experiências vividas. É comum que um mesmo fato seja percebido de forma diferente por duas pessoas.

OMD (Observação, Memorização e Descrição) é o ato de observar, memorizar e descrever corretamente um fato ou situação. É o ato pelo qual se examina minuciosa e atentamente as pessoas e o ambiente, através da máxima utilização dos sentidos.

---

<sup>575</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>576</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

OBSERVAR é olhar com atenção. Implica em utilizar todos os sentidos visando captar o maior número possível de estímulos e, concomitantemente, eliminar os fatores que podem interferir durante a observação. Alguns estudiosos defendem que 85% do que se apreende são obtidos através da visão, 13% através da audição e os 2% restantes, através do olfato, paladar e tato.

São elementos psicológicos da observação: atenção, percepção e impressão.

A ATENÇÃO é a capacidade de manter os órgãos dos sentidos direcionados para um determinado estímulo.

A PERCEPÇÃO é a capacidade de entender, de compreender o fato para o qual a atenção foi atraída ou despertada.

A IMPRESSÃO é a capacidade de imprimir no cérebro o fato percebido, podendo, posteriormente, traduzi-lo por palavras.

MEMORIZAÇÃO é o conjunto de ações e reações voluntárias e metódicas que tem a finalidade de auxiliar a memória na lembrança dos fatos. A memória é a faculdade que tem o cérebro de conservar e reproduzir os conhecimentos.

DESCRIÇÃO consiste em descrever as observações pessoais de um fato ou as impressões relatadas por outras pessoas. Devem ser levados em consideração na descrição de pessoas os seguintes aspectos:

Aspectos físicos gerais (Sinais, Cicatrizes, Cor, Idade, Altura, Peso)

Aspectos físicos específicos (aspectos aparentes do indivíduo relativos às diversas partes do seu corpo)

Caracteres distintivos (características que distinguem as pessoas pelos traços incomuns e anormais, sendo facilmente perceptíveis para qualquer observador, a exemplo de marcas, quistos, deformidades, fala e vestuário)

Indumentária (tipo de vestimenta que a pessoa está usando)

Dados de qualificação (dados pessoais que não são visíveis no físico do indivíduo, necessitando-se, na maioria das vezes, de uma investigação para serem conhecidos. São eles o nome completo, filiação, estado civil, domicílio, número da carteira de identidade, cadastro de pessoa física -CPF -etc.) (MORAES; JESUS; REIS, s/data, p.26).

Paulo, por exemplo, alega ter uma memória fotográfica excelente, tanto para memorizar rostos quanto para gravar números de telefone. Tal habilidade foi fundamental para que o PM pudesse contribuir na prisão de um traficante reputado como de alta periculosidade:

Quando fazemos abordagens a um suspeito, eu pego o celular e vou gravando alguns números de telefone para ver se há algum na nossa relação. Um traficante foi preso por causa disso. Consegui um informante (que ele costuma chamar sempre de 'colaborador') decente que vivia naquele meio da Favela. Ele conseguiu o telefone do traficante e de pessoas ligadas a ele como o Fulano de Tal, que cuidava da parte financeira. Na mesma época, dois policiais foram roubados na Aldeota. Houve perseguição e os assaltantes fugiram em direção ao Barroso. O carro foi abandonado lá. Vistoriamos o veículo e encontramos um papel com o endereço de uma distribuidora de água. Era o mesmo que havia recebido do informante. A partir dessa pista conseguimos localizar um dos suspeitos que era parceiro do traficante. Em seguida, ele passou o contato. Como sabíamos que ele estava na favela, a polícia fez uma saturação no local, dificultando o tráfico de droga no local. Liguei para o traficante me apresentando como delegado federal e disse a ele que se me entregasse as armas que dispunha, iria mandar retirar os veículos dali. Na verdade, não tinha qualquer relação com aqueles carros, mas joguei para saber se ele iria cair nessa história. Liguei outras vezes me

apresentando de diversas formas em busca da colaboração. Como não obtive resultado, passei os telefones para o Coin, que grampearam as linhas e puderam, enfim, prendê-lo. Nós, para variar, ficamos de fora do reconhecimento pela captura (informação verbal)<sup>577</sup>.

Gravar nomes também é tido como uma habilidade relevante, haja vista que os policiais costumam usar identidades variadas durante suas interações com os informantes. Paulo costuma usar um nome diferente conforme seu colaborador. Na agenda do celular há uma menção nome/informante para que ele não se confunda.

### **Estória-cobertura**

É uma técnica de dissimulação utilizada para encobrir as reais identidades dos agentes, a fim de facilitar a obtenção de dados e preservar a segurança e o sigilo.

Embora casos de agente infiltrado sejam tratados como “coisa de cinema”, eles podem ocorrer, sob determinadas circunstâncias. Haroldo relata, com orgulho, uma missão na qual ele se valeu da estratégia de se tornar amigo de um assaltante. O grau de intimidade era tamanho que a mãe do alvo lavava as roupas dele e fazia suas refeições. O PM conta que, depois que o assaltante foi preso, ele chegou a visitá-lo na prisão, como forma de manter em atividade aquela estória-cobertura (informação verbal)<sup>578</sup>.

### **Disfarce**

É a técnica em que o agente modifica sua aparência física com o intuito de evitar ser reconhecido. O disfarce pode estar relacionado a uma Estória-Cobertura. Paulo me diz que o disfarce é algo relativo para quem atua no Reservado. De baixa estatura, entroncado, moreno e de cabelo curto, o policial passaria sem ser notado por diversas profissões, como motorista ou vendedor, por exemplo. Talvez daí venha a forma natural como compreende essa questão, sem se preocupar com a aparência. “Não nos infiltramos. Há policiais que entram nas quadrilhas, vendem e consomem drogas como qualquer criminoso, mas aqui no Ceará não tenho conhecimento disso. Eu sei que nós não fazemos isso”, explica (informação verbal)<sup>579</sup>.

---

<sup>577</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

<sup>578</sup> Entrevista realizada com Haroldo em 4 de janeiro de 2013.

<sup>579</sup> Entrevista realizada com Paulo em 22 de outubro de 2014.

Ranulfo, por sua vez, não dispensa o disfarce. O PM acrescenta que, durante a campanha, não é raro que eles utilizem uniformes de empresas prestadoras de serviço, como Sucam e Cagece, para abordar os suspeitos em suas casas, a fim de confirmar se eles realmente estão no local (informação verbal)<sup>580</sup>.

### **Comunicações sigilosas**

São formas e processos especiais convencionados para a transmissão de mensagens ou para passar objetos durante uma operação.

### **Análise de veracidade**

É a técnica empregada para verificar, “[...] por meio de recursos tecnológicos ou metodologia própria, se uma pessoa está falando a verdade sobre fatos ou situações” (SENASP, 1999, p. 36).

### **Meios eletrônicos**

O Emprego de Meios Eletrônicos é a técnica que “[...] capacita os agentes integrantes da Inteligência Humana a utilizarem adequadamente os equipamentos de captação, gravação e reprodução de sons, imagens, sinais e dados. A fotointerpretação está bastante relacionada a essa técnica” (SENASP, 1999, p. 36).

---

<sup>580</sup> Entrevista realizada com Ranulfo em 11 de junho de 2015.